



Luís Henrique de Souza.

A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal.



Luís Henrique de Souza

A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal.

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, realizada sob a orientação científica da Dr^a Elisabeth Kastenholtz, Professora Auxiliar do Departamento de Economia Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro e da Dr^a Teresa Fidélis, Professora Auxiliar do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

Com o apoio do Programa Alban,
Programa de bolsas de alto nível da
comunidade europeia para a América
Latina, bolsa nº EM04M02981BR

o júri

presidente

Doutor Carlos Manuel Martins da Costa, Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro.

vogais

Doutora Maria do Rosário Sintra Almeida Partidário, Professora Associada com Agregação do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutora Elisabeth Kastenzholz, Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro.

Doutora Teresa Fidélis, Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

*Dedico este trabalho aos meus pais, Odete e Luiz, à minha irmã
Andreia, ao meu sobrinho Vichthor e a Luciano Pedro.*

agradecimentos

Em primeiro lugar, expresso o meu profundo agradecimento à Prof.^a Doutora Elisabeth Kastenholtz, pelo inquestionável valor de suas orientações científicas, pelo incentivo sempre presente e pelos desafios propostos, que me motivaram e fortaleceram a crença nos objectivos deste trabalho. Agradeço, também à Prof.^a Doutora Teresa Fidélis pela sua inestimável orientação e as palavras de incentivo e encorajamento ao longo do percurso deste projecto.

Reconheço o apoio e o incentivo incondicionais do Prof. Doutor Carlos Costa, o qual se distingue pela disponibilidade, atenção e simpatia para com os seus alunos. Um agradecimento também especial ao Prof. Doutor Joaquim Costa Leite, pelas sugestões no campo da Metodologia e pela atenção e receptividade que sempre o distingue.

Na altura em que me encontrava na fase de elaboração da candidatura à bolsa Alban, alguns professores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil, foram essenciais à concretização deste processo. Portanto, dirijo uma menção de profundo agradecimento ao Professor e Director do Núcleo de Hotelaria e Turismo da UFPE, Djailton Araújo; ao Professor e Coordenador do curso de Turismo da UFPE, Eduardo Pimentel; aos professores do Departamento de Geografia da UFPE, Prof.^a Doutora Vanice Selva e Prof. Doutor Nilson Crócia.

Agradeço à Dra Maria João Bunay e a Sra Paula Bártole do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) e ao Dr. José Mendes da Direcção Geral de Turismo (DGT), os quais facultaram dados importantes acerca do turismo de natureza nas Áreas Naturais Protegidas de Portugal. Meu reconhecimento especial aos Directores das Áreas Naturais Protegidas da Região Centro de Portugal, pela realização das entrevistas e ao total apoio dado à realização deste trabalho, nomeadamente ao Eng. Fernando Matos do Parque Natural da Serra da Estrela, ao Dr. Pedro Sarmento da Reserva Natural da Serra da Malcata, à Dr.^a Sofia Castelo Branco do Parque Natural do Tejo Internacional, ao Dr. Vítor Bruno do Parque Natural do Douro Internacional, ao Dr. Carlos Ângelo da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, ao Dr. Manuel dos Santos da Reserva Natural do Paul de Arzila e da Paisagem Protegida da Serra do Açor; ao Dr. António Teixeira da Reserva Natural das Berlengas. Meus sinceros agradecimentos, também, ao Secretariado destes directores pelo apoio à aplicação dos questionários e a todos os colaboradores do ICN que contribuíram significativamente com o fornecimento de informações e pela atenção dispensada à reposta do inquérito. Meu reconhecimento também ao Dr. Henrique Pereira, Director do Parque Natural do Alvão, pela entrevista concedida e pelo incansável apoio à realização deste trabalho em sua fase de pré-teste.

agradecimentos

Manifesto também meu apreço aos funcionários da Universidade de Aveiro, nomeadamente à Dr^a Sofia Serrano, do Instituto de Formação Pós-Graduada, à Dr^a Helena Barbosa e ao Dr. Niall Power do Serviço de Relações Externas, a à Sra Pureza Mello da Acção Social, os quais sempre se colocaram de forma bastante amiga e acolhedora. Agradeço, também, aos colaboradores das Bibliotecas Central, Mediateca e do ISCAA da Universidade de Aveiro por facilitarem os trabalhos de consulta às fontes documentais.

Pretendo ainda manifestar meu agradecimento ao *staff* do Alban Office na cidade do Porto, nomeadamente ao Prof. Doutor Alberto Sereno e a Sra Carla Ribeiro.

Agradeço também à Alexandra Batista, à Sara Rodrigues, à Sílvia Machado ao João Castilho e a Luca Cicalese e Margarete Cicalese pelas contribuições a este trabalho.

Uma última palavra de agradecimento a familiares e amigos, os quais diariamente me enviavam carinhosas mensagens que amenizavam as saudades e me fortaleciam em confiança e estímulo.

palavras-chave

Áreas naturais protegidas, turismo de natureza, ferramentas de gestão do ecoturismo, indicadores de sustentabilidade do turismo.

resumo

As áreas naturais protegidas, referenciadas aqui como parques, reúnem um conjunto de apetências para a prática do turismo de natureza. Nestes espaços, a actividade assume uma importante reputação pela possibilidade de contribuir para a conservação dos recursos naturais e melhorar as condições socioeconómicas das comunidades locais. Por outro lado, o desenvolvimento do turismo de natureza encontra forte ressonância perante a dialéctica em torno da função intrínseca e da função utilitária dos parques. De acordo com o seu percurso evolutivo, o turismo apresenta-se como consumidor de capital natural e social e, a sua extensão para as áreas naturais protegidas, revela preocupações assentes na integridade do acervo biótico e abiótico albergado, para além das sensibilidades associadas ao tecido social das comunidades autóctones. Desta forma, a literatura defende uma maior relevância quanto ao papel da gestão do turismo de natureza, por forma a encontrar o equilíbrio entre a função intrínseca e a função utilitária dos parques. É neste contexto que se debruça a presente dissertação, focalizando o equilíbrio possível entre as funções das áreas naturais protegidas, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. A investigação foi realizada nas áreas naturais protegidas da Região Centro de Portugal e objectivou discutir as percepções e as atitudes correntes do seu *staff*, reflectidas nos indicadores e nas ferramentas de gestão associados à sustentabilidade do turismo de natureza. Para tanto, aplicou-se uma metodologia com a utilização de técnicas de investigação que incluíram entrevistas e questionários aplicados ao *staff* destes parques. Ao mesmo tempo que se verificam duas modalidades de áreas naturais protegidas no âmbito da procura e da oferta turística, nomeadamente, os parques do turismo massificado e não massificado, procura-se comparar as percepções do *staff* destas tipologias acerca dos indicadores analisados, verificando como estes parques se posicionam diante das componentes da sustentabilidade. Pretende-se com este trabalho, contribuir para potencializar as mais valias do desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas naturais protegidas, em de acordo com a realidade específica dos parques estudados; suscitar um diagnóstico a ser utilizado no planeamento do turismo de natureza e contribuir para a sistematização de indicadores responsáveis pelo acompanhamento da actividade em seu caminho para a sustentabilidade.

keywords

Protected areas, nature tourism, ecotourism management tools, sustainable tourism indicators.

abstract

The natural protected areas, referred to in this work as parks, form an ideal setting to develop nature tourism. In these places, the tourism activity gains an important reputation for offering possibilities to contribute to the conservation of natural resources and to improve life conditions to their local residents. On the other hand, the nature tourism development finds a strong resonance on the issues about the dialectic between the intrinsic and instrumental functions of parks. According to its evolving path, tourism consumes natural and social resources, and its expansion into the protected areas, reveals concerns about the integrity of the biotic and abiotic assets sheltered by these places, in addition to the sensibilities associated to the social tissue from autochthonous communities. Thus, the literature argues for a greater relevance of the management role as a way to find the possible balance between the intrinsic and instrumental functions of parks. In this context, the present dissertation reflects on this matter, focusing on the possible balance between the park's functions, in a sustainable development perspective. The research was undertaken in protected areas in the Central Region of Portugal and aimed to discuss the feelings and the current attitude of the parks employees, reflected by sustainable nature tourism indicators and management tools. This analysis relies mainly on the application of techniques that include interviews to assess the present situation of the nature tourism management and questionnaires to evaluate the importance given to the sustainability of tourism indicators by the staff of these parks. Once verified the existence of two types of parks associated with the touristic supply and demand, namely, the mass tourism parks and non-mass tourism parks, the research seeks to compare the staff's perception of these typologies with the analysed indicators, verifying where these parks stand regarding the different sustainability components. This study thereby aims to contribute to strengthen the benefits from sustainable tourism to the protected areas in the Central Region of Portugal, according to the specific reality of these parks in order to provide a diagnosis to be used in nature tourism planning and contribute to the systemization of indicators responsible for monitoring the activity in its path to sustainability.

Índice Geral

Introdução

Temática da dissertação.....	i
A problematização.....	vi
Os objectivos gerais e específicos.....	vi
A Metodologia.....	vii
Estrutura do trabalho.....	vii

PARTE I

Revisão bibliográfica

Capítulo 1

1. Turismo de massas como produto da sociedade industrial fordista.

1.1 Introdução.....	01
1.2 As implicações da sociedade industrial fordista na origem e nas características do turismo de massas.....	01
1.3 Modelos de evolução da actividade turística.....	08
1.3.1 Modelo evolutivo de Plog.....	08
1.3.2 O modelo do ciclo de vida dos <i>resorts</i> turísticos de R. Butler.....	10
1.4 As externalidades do turismo de massas.....	11
1.4.1 Os impactos negativos do turismo de massas no meio ambiente.....	13
1.4.2 Os impactos negativos do turismo de massas na componente sócio- cultural das áreas de destino.....	14
1.5 O turismo alternativo como um novo paradigma.....	16
1.6 Conclusão.....	18

Capítulo 2

2. O turismo pós-moderno e as suas implicações na sustentabilidade.

2.1 Introdução.....	19
2.2 O turismo pós-moderno: um novo paradigma face ao modelo de massas do turismo.....	19
2.2.1 O pós-fordismo.....	19
2.2.2. O turismo pós-moderno.....	22
2.3 Movimento ambientalista: um percurso para a emergência do desenvolvimento sustentável.....	25
2.4 A sustentabilidade no turismo, afinal, uma evolução no papel do turismo?.....	30
2.4.1 A operacionalização do turismo sustentável.....	37
2.5 Conclusão.....	45

Capítulo 3

3. Ecoturismo: uma vertente sustentável para o turismo de natureza.

3.1 Introdução.....	46
3.2 Origens e abordagem conceptual do ecoturismo.....	46
3.3 Modelos conceptuais do ecoturismo.....	55
3.4 Dimensões fundamentais do ecoturismo.....	58
3.4.1 A dimensão de base natural: a sustentabilidade ambiental.....	58

3.4.2 A dimensão associada à participação da comunidade local: a sustentabilidade económica e social.....	59
3.4.3 A dimensão da educação e da interpretação ambiental.....	61
3.5 Tendências do ecoturismo: a formação de <i>clusters</i> como instrumento de competitividade das áreas de destino ecoturísticas.....	63
3.6 Os efeitos do ecoturismo na vertente ambiental e socioeconómica das áreas destino.....	66
3.6.1 Impactes positivos do ecoturismo.....	68
3.6.2. Impactes negativos associados ao ecoturismo.....	69
3.7 Conclusão.....	72

Capítulo 4

4. Turismo em áreas naturais protegidas.

4.1 Introdução.....	73
4.2 As áreas naturais protegidas: evolução e trajectórias.....	73
4.3 O sistema de territórios protegidos em Portugal.....	80
4.3.1. Iniciativas de classificação de espaços originadas na Comunidade Europeia com aplicação em Portugal.....	80
4.3.2. Iniciativas de classificação dos espaços territoriais originadas no Estado Português: a sustentabilidade e o ordenamento territorial.....	82
4.3.3. A formação de uma RNAP no território português.....	85
4.4 A apetência das áreas naturais protegidas para o turismo.....	87
4.5 Dicotomias subjacentes à criação da RNAP: antagonismos e possibilidades para o turismo de natureza.....	92
4.6 A estrutura legal e as políticas para o desenvolvimento do turismo de natureza nas áreas naturais protegidas de Portugal.....	95
4.7 Conclusão.....	100

Capítulo 5

5. Intervenções em direcção à sustentabilidade do turismo de natureza: do planeamento à política de indicadores.

5.1 Introdução.....	101
5.2 O planeamento do turismo nas áreas de destino e implicações na sustentabilidade.....	102
5.3 O planeamento sustentável do turismo nas áreas naturais protegidas.....	105
5.3.1 Princípios gerais do planeamento de infra-estruturas de apoio ao turismo nas ANP's.....	106
5.3.2 Etapas do planeamento do turismo nas áreas naturais protegidas.....	107
5.4 Ferramentas para a gestão do ecoturismo	111
5.4.1 A Capacidade de Carga.....	111
5.4.2 A ferramenta ROS – <i>Recreational Opportunity Spectrum</i>	114
5.4.3 O método LAC – <i>Limit of Acceptable Change</i>	117
5.4.4 A ferramenta VIM – <i>Visitor Impact Management</i>	119
5.5 Indicadores e a monitorização do turismo nas áreas naturais protegidas.....	122
5.5.1. Metodologias para a implementação dos indicadores de sustentabilidade nos destinos.....	126
5.6 Iniciativas para a aplicação dos indicadores de sustentabilidade no turismo.....	127
5.6.1 Iniciativas institucionais.....	128
5.6.2 Iniciativas dos autores.....	129
5.7 Conclusão.....	138

PARTE II

Trabalho empírico

Capítulo 6

6. Metodologia

6.1 Introdução.....	139
6.2 Questões a serem investigadas.....	139
6.3 O percurso da investigação: os métodos.....	141
6.3.1 Utilização de fontes documentais.....	142
6.3.2 Os métodos da pesquisa de campo e a delimitação da investigação empírica.....	143
6.3.3 A entrevista.....	146
6.3.4. As observações de campo: visita às Áreas Naturais Protegidas.....	151
6.3.5 O inquérito por questionário.....	151
6.4 Técnicas de análise dos resultados.....	158
6.4.1 Análise da entrevista qualitativa e observações de campo.....	158
6.4.2 Análise do questionário.....	159

Capítulo 7

7. Análise dos resultados.

7.1 Introdução.....	161
7.2 Análise dos resultados da entrevista dirigida aos directores das ANP's.....	161
7.2.1 Os recursos e os impactes do turismo de natureza.....	161
7.2.2 Gestão da visita turística.....	166
7.2.3 Infra-estrutura de apoio ao turismo e educação ambiental.....	172
7.2.4 Acessibilidades.....	178
7.2.5 Interfaces entre o turismo no parque e a comunidade local.....	179
7.2.6 Planeamento, estrutura legal e considerações políticas e orçamentárias.....	185
7.2.7 Parcerias.....	191
7.2.8 Ferramentas de gestão para o turismo de natureza.....	196
7.3 Conclusões: Análise SWOT.....	201
7.3.1 Forças.....	201
7.3.2 Fraquezas.....	203
7.3.3 Oportunidades.....	204
7.3.4 Ameaças.....	205
7.4. Análise dos resultados do inquérito dirigido aos técnicos das ANP's.....	206
7.4.1 Perfil da amostra.....	206
7.4.2 Testes de fiabilidade.....	208
7.4.3 Avaliação da importância dos indicadores da sustentabilidade do turismo de natureza.....	208
7.4.4 Resultados a partir da estratificação da amostra conforme a tipologia dos parques.....	215
7.4.5 Resultados a partir da estratificação da amostra conforme o perfil da formação profissional dos inquiridos.....	219
7.4.6 Factores que estão na origem de uma gestão não equilibrada entre as vertentes da sustentabilidade do turismo nas ANP's do Centro de Portugal.....	224
7.5 Discussões sobre a análise dos resultados do inquérito.....	226

Conclusão

Conclusão geral.....	231
Limitações desta investigação.....	239
Recomendações para o aproveitamento do potencial do turismo de natureza nas ANP's investigadas.....	240
BIBLIOGRAFIA	243

ÍNDICE DE ANEXOS.

ANEXOS	Capa.....	253
ANEXO IA	Entrevista aos directores dos parques.....	254
ANEXO IB	Questionário.....	260
ANEXO II.A	Características dos estágios do ciclo evolutivo de Butler dos <i>resorts</i> turísticos.....	264
ANEXO II.B	Eventos de relevância mundial que marcaram a trajectória do movimento ambientalista.....	265
ANEXO II.C	Iniciativas da OMT em termos de programas e códigos de conduta destinados ao turismo sustentável.....	266
ANEXO II.D	Relação dos primeiros Parques Nacionais ao nível mundial.....	267
ANEXO II.E	Recomendações resultantes do <i>Vth IUCN World Parks Congress</i> –Durban, África do Sul.....	268
ANEXO II.F	Sítios Ramsar em Portugal.....	269
ANEXO II.G	Convenções internacionais as quais Portugal é signatário.....	270
ANEXO II.H	Rede Natura e o Programa Património da Humanidade em Portugal..	271
ANEXO II.I	Rede Nacional de Áreas Protegidas.....	275
ANEXO II.J	Quadro legislativo que regulamenta o turismo de natureza em Portugal.....	277
ANEXO II.K	Metodologia OMT para implementação de indicadores.....	278
ANEXO III	Ilustrações.....	280
ANEXO IV	Tabelas estatísticas produzidas pelo SPSS.....	284

ÍNDICE DE GRÁFICOS.

Nº do Gráfico	Gráfico	Pg.
1.1	Ciclo de vida dos destinos turísticos.....	10
7.1	Técnicas de controlo da visita.....	167
7.2	Gestão da visita turística nas ANP's investigadas.....	171
7.3	Infra-estruturas de apoio ao turismo no interior dos parques.....	173
7.4	Opinião dos inqueridos acerca da utilização de ecotécnicas em ANP's.....	176
7.5	Habilitações literárias.....	207
7.6	Tempo de serviço dos inqueridos.....	207

ÍNDICE DE FIGURAS.

Nº da Figura	Figura	Pg.
1.1	Modelo de Leiper para o turismo.....	06
2.1	Principais forças do turismo pós-moderno.....	22
2.2	Práticas sustentáveis entre o turismo alternativo e de massas.....	33
2.3	Três eixos ou vertentes principais da sustentabilidade.....	34
3.1	Síntese dos principais aspectos associados às definições para o ecoturismo.....	52
3.2	Posição do ecoturismo no contexto do turismo alternativo e de base natural.....	54
3.3	Modelo de Ross & Wall e as dinâmicas de interacção entre os actores do ecoturismo.....	55
3.4	Tipologia de Laarman & Durst para as actividades ecoturísticas.....	57
3.5	Relações entre as componentes de um <i>cluster</i> no ecoturismo.....	65
3.6	Cadeia de distribuição interna ao <i>cluster</i>	66
3.7	Efeitos sinérgicos entre o ecoturismo e as áreas de protecção e o turismo de massas.....	67
5.1	Componentes do planeamento turístico segundo Inskeep.....	103
5.2	Elementos âncora do turismo e sua fixação a longo prazo.....	104
5.3	Localização do PGE no âmbito do planeamento geral da conservação ambiental.....	110
5.4	Elenco de actores envolvidos com o turismo nos parques.....	110
6.1	Mapa de localização das ANP's investigadas.....	145
6.2	Variáveis exploradas na entrevista estruturada.....	147
6.3	Procedimentos de análise da entrevista e observações em campo.....	158
7.1	Tipologia para a ocupação populacional encontrada nas ANP's do Centro de Portugal.....	179
7.2	Variações entre os Atributos físicos, sociais e intensidade da intervenção ROS.....	197
A1	Localização dos 31 sítios classificados Directiva Habitats – Fase 01.....	271
A2	Localização dos 29 sítios classificados Directiva Habitats – Fase 02.....	272
A3	Distribuição territorial das ZPEs – Directiva Aves.....	273
A4	Distribuição territorial da RNAP em Portugal.....	276
A5	Equipamentos de recreação do atractivo neve, Parque Natural da Serra da Estrela.....	280
A6	Códigos de conduta, Reserva Natural da Serra da Malcata.....	280
A7	Infra-estruturas de apoio ao turismo, lojas de artesanato, PNSE.....	280
A8	Sinalética padrão ICN.....	281
A9	Orientações nos trilhos – RNDSJ.....	281
A10	Interpretação ambiental, Parques Naturais do Douro Internacional e Serra da Estrela.....	281
A11	Incentivo aos locais para a realização de visita temática ao PNTI.....	281
A12	Centro de interpretação do RNSM.....	281
A13	Parque de campismo, RNDSJ.....	282
A14	Passadiço existente na RNDSJ.....	282
A15	Área de merendas no RNSM e mirante ao longo de um percurso rodoviário do PNSE.....	282
A16	Contentores de resíduos sólidos utilizados nas ANPs do Centro de Portugal.....	282
A17	Acesso ao centro de interpretação da RNDSJ e sinalética ao longo do percurso rodoviário no PNSE.....	283
A18	Cais de embarque para as Berlengas, em Peniche, e quiosques de um operador que realiza viagens às Berlengas.....	283
A19	Fundos comunitários empregues em projectos turísticos: LIFE, na RNPA e POA, no PNSE.....	283

ÍNDICE DE TABELAS.

Nº da Tabela	Tabela	Pg.
1.1	O turismo moderno como reprodução do sistema fordista.....	07
1.2	Perfis dos viajantes segundo Plog.....	09
1.3	Produtos sociais do turismo de massas.....	15
1.4	Turismo de massas <i>versus</i> turismo alternativo.....	17
2.1	Bases do capitalismo pós-fordista.....	21
2.2	Premissas do turismo sustentável.....	35
2.3	Ferramentas de operacionalização do turismo sustentável.....	37
2.4	Programas de certificação internacional em turismo.....	39
3.1	Principais definições para ecoturismo.....	50
3.2	Definições para ecoturismo formuladas por instituições ambientalistas e organismos do turismo.....	51
3.3	Tipologia para o espectro de perfis da procura ecoturística.....	57
3.4	Impactes positivos do ecoturismo no meio ambiente, na comunidade local e na procura.....	68
3.5	Exemplos de impactes negativos do ecoturismo nas áreas naturais.....	70
3.6	Impactes negativos do ecoturismo na vertente sociocultural.....	71
4.1	Tipologias para as áreas naturais protegidas segundo o IUCN.....	77
4.2	Programas e Convenções para a protecção ambiental de base comunitária.....	82
4.3	Principais instrumentos operativos do planeamento territorial em Portugal.....	84
4.4	Principais instrumentos de condicionamento ao desenvolvimento à luz da perspectiva da conservação da natureza.....	84
4.5	Categorias de áreas naturais protegidas em Portugal.....	85
4.6	Definições pertinentes ao produto turismo de natureza em Portugal.....	97
5.1	Processos de planeamento do turismo em áreas naturais protegidas.....	108
5.2	Componentes do Plano de Gestão do Ecoturismo – PGE.....	110
5.3	Zonamento turístico previsto pelo ROS para as áreas naturais protegidas.....	115
5.4	Relação entre os factores da ferramenta ECOS e a tipologia para ecoturistas.....	116
5.5	Etapas de elaboração do método LAC.....	118
5.6	Etapas de operacionalização do VIM.....	120
5.7	Diferentes níveis de aplicação de indicadores.....	124
5.8	Metodologias propostas pela WTO e por Manning.....	126
5.9	Indicadores propostos por Newsome, D; Smith, J. e Moore, S. (2003).....	130
5.10	Indicadores desenvolvidos por A. Drumm, Alan Moore, Andrew Sales, C. Patterson, J. Terborg.....	131
5.11	Objectivos do ecoturismo e indicadores associados.....	133
5.12	Indicadores para avaliação dos benefícios proporcionados pelo turismo.....	134
5.13	Indicadores sobre a vertente ambiental, económica, sociocultural da sustentabilidade.....	135
5.14	Indicadores propostos por Wenjung Li.....	136
6.1	Tipologia para as ANP's do Centro de Portugal consoante a procura turística.....	145
6.2	Referências da literatura para as variáveis utilizadas na entrevista e as suas justificações.....	148
6.3	Parâmetros associados aos impactes da visita em ANP's associados às ferramentas LAC e VIM.....	149
6.4	Parâmetros associados à gestão por indicadores (ferramentas LAC e VIM) e zonamento ROS.....	150
6.5	Possibilidades de zonamento ROS, modelo de Wallace aplicado nas Ilhas Galápagos.....	150

ÍNDICE DE TABELAS – *Continuação.*

6.6	Quantidade de questionários respondidos por parque e total de funcionários com perfil.....	152
6.7	Indicadores de gestão e conservação dos recursos naturais (Vertente ambiental da sustentabilidade).....	153
6.8	Indicadores associados à experiência da visita turística e ao envolvimento da população local no desenvolvimento do turismo no parque (Vertente social da sustentabilidade).....	154
6.9	Indicadores associados à vertente económica da sustentabilidade.....	155
6.10	Indicadores associados à educação e interpretação ambiental e aplicação de ecotécnicas.....	156
7.1	Estatutos de protecção albergados pelas ANP's do Centro de Portugal.....	165
7.2	Actividades praticadas pelos turistas de natureza nas ANP's da Região Centro.....	166
7.3	Capacidade de carga diária.....	169
7.4	Trilhos oficiais do ICN existentes nas ANP's do Centro de Portugal.....	174
7.5	Instrumentos de educação ambiental utilizados pelas ANP's do Centro de Portugal.....	177
7.6	Roteiros automobilísticos nas ANPs.....	178
7.7	Oferta de serviços turísticos e comunidades envolvidas pelo turismo.....	180
7.8	Resumo dos itens a compor o EETN.....	185
7.9	Fontes de receitas utilizadas pelos parques.....	189
7.10	Zonamento ROS para as ANP's do Centro de Portugal.....	196
7.11	Registo de zonamento ROS nas ANP's do Centro de Portugal.....	197
7.12	Descrição do zonamento ROS para cada ANP analisada.....	198
7.13	Parâmetros LAC e VIM avaliados junto aos gestores das ANP's.....	199
7.14	Convergência para o LAC.....	200
7.15	Convergência para o VIM.....	201
7.16	Perfil da amostra.....	207
7.17	Alfa de Cronbach para cada grupo de questões.....	208
7.18	Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente ambiental da sustentabilidade	209
7.19	Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente social da sustentabilidade	210
7.20	Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente económica da sustentabilidade no grupo total.....	211
7.21	Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente educação ambiental e ecotécnicas da sustentabilidade	212
7.22	Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente ambiental da sustentabilidade conforme o tipo do parque.....	215
7.23	Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente social da sustentabilidade conforme o tipo do parque.....	216
7.24	Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente económica da sustentabilidade conforme o tipo do parque.....	217
7.25	Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente da educação ambiental e ecotécnicas conforme o tipo do parque.....	218
7.26	Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente ambiental da sustentabilidade segundo o tipo de formação dos inquiridos.....	220
7.27	Média e desvio padrão para os indicadores associados à componente social da sustentabilidade segundo o tipo de formação dos inquiridos.....	221

ÍNDICE DE TABELAS – *Continuação.*

7.28	Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente económica da sustentabilidade segundo o tipo de formação dos inquiridos.....	222
7.29	Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente da educação ambiental e ecotécnicas segundo o tipo de formação dos inquiridos.....	223
7.30	Média e desvio padrão dos factores responsáveis pela gestão não equilibrada.....	225
A1	Características dos estágios do ciclo evolutivo de Butler dos <i>resorts</i> turísticos.....	264
A2	Eventos de relevância mundial que marcaram a trajectória do movimento ambientalista.....	265
A3	Iniciativas da OMT em programas e códigos de conduta voltados ao turismo sustentável.....	266
A4	Relação dos primeiros Parques Nacionais ao nível mundial.....	267
A5	Recomendações resultantes do <i>Vth IUCN World Parks Congress</i> – Durban, África do Sul.....	268
A6	Sítios Ramsar em Portugal.....	269
A7	Convenções internacionais as quais Portugal é signatário.....	270
A8	Lista de ZPEs (Directiva Habitats) localizadas na Madeira e nos Açores.....	271
A9	Lista de ZECs (Directiva Aves) na Madeira e Açores.....	272
A10	Sítios considerados Património da Humanidade em Portugal.....	274
A11	Rede Nacional de Áreas Protegidas.....	275
A12	Quadro legislativo que regulamenta o turismo de natureza em Portugal.....	277

LISTA DE ABREVIATURAS.

ABTA: *Association of British Travel Agents.*

ANP: Área Natural Protegida.

ASTA: *American Society of Travel Agents.*

ATEC: Associação Talamanca para o Ecoturismo e Conservação em Costa Rica.

BATT: *British Airways Tourism for Tomorrow.*

BTA: *British Tourist Authority.*

BTT: Bicicleta Todo-o-Terreno.

CC: Capacidade de Carga

CCE: Comissão da Comunidade Europeia.

CETTM: Comissão Ecuménica em Turismo do Terceiro Mundo.

CM: Câmara Municipal.

CMDS: Cimeira Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

CNUMAD: Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento.

CSD: *Commission on Sustainable Development.*

CST: Conta Satélite do Turismo.

CTC: *Canadian Tourism Commission.*

DFID: Department for International Development.

DGT: Direcção-Geral do Turismo.

DL: Decreto-Lei.

ECOS: *Ecotourism Opportunity Spectrum.*

EETN: Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza.

EIA: Estudos de Impacto Ambiental.

EMAS: *Eco-Management and Audit Scheme.*

EMS: *Environmental Management System.*

ETN: *European Tourism Network.*

FEE: *Foundation for Environmental Education.*

FEMATOUR: *Feasibility and Market Study for a European Eco-Label for Tourist Accommodations.*

GRI: *Global Reporting Initiative*

GTZ: *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit.*

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICN: Instituto de Conservação da Natureza.

IES: *International Ecotourism Society.*

IFT: Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

IHEI: *International Hotels Environment Initiative*

INE: Instituto Nacional de Estatística.

IPCC: *Intergovernment Panel on Climate CHange”*

IPJ: Instituto Português da Juventude.

ISO: *International Organization for Standardization.*

IST: Indicadores Sustentáveis do Turismo.

IUCN: *International Union for the Conservation of Nature.*

LAC: *Limits of Acceptable Change.*

MAB: *Man and Biosphere.*

NUT: Nomenclaturas das Unidades Territoriais.

OMT: Organização Mundial do Turismo.

ONG: Organizações Não Governamentais.

ONGA: Organizações Não Governamentais de Ambiente.

PASOLP: *Product's Analysis Sequence for Outdoor Leisure Planning.*

PATA: *Pacific Asia Travel Association.*

PDM: Planos Directores Municipais.

PENT: Plano Estratégico Nacional do Turismo.

PGE: Plano de Gestão do Ecoturismo.

PITER: Programa Integrado Turístico Estruturante de Base Regional.

PME: Pequenas e Médias Empresas.

PMOT: Planos Municipais de Ordenamento do Território.

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

PNDI: Parque Natural do Douro Internacional.

PNTI: Parque Natural do Tejo Internacional.

PNPG: Parque Natural da Peneda-Gerês.

PNSAC: Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

PNSE: Parque Natural da Serra da Estrela.

PNTN: Programa Nacional de Turismo de Natureza.

POA: Programa Operacional do Meio Ambiente.

POAP: Planos de Ordenamento de Áreas de Paisagem Protegida,

POAAP: Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas.

POOC: Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

PPSA: Paisagem Protegida da Serra do Açor.

PROT: Planos Regionais de Ordenamento do Território.

PU: Planos de Urbanização.

QCA: Quadro Comunitário de Apoio.

RAN: Reserva Agrícola Nacional.

RCM: Resolução do Conselho de Ministros.

REN: Reserva Ecológica Nacional

RNAP: Rede Nacional de Áreas Protegidas.

RNB: Reserva Natural das Berlengas.

RNPA: Reserva Natural do Paul de Arzila.

RNSM: Reserva Natural da Serra da Malcata.

ROS: *Recreational opportunity spectrum.*

SARS: *Sudden Acute Respiratory Syndrome.*

SGA: Sistema de Gestão Ambiental.

SIC: Sítios de Importância Comunitária.

SIG: Sistemas de Informação Geográfica.

SIVETUR: Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica.

SWOT: *strengths, weaknesses, opportunities, threats.*

SPT: Sistema de Planeamento Territorial.

TER: Turismo no Espaço Rural.

TOMM - *Tourism Optimisation Management Model.*

TOS – *Tourism Opportunity Spectrum.*

TUI: *Travel Union International.*

UE: União Europeia.

UNCTAD: *United Nations Conference on Trade and Development*

UNEP: *United Nations Environment Programme..*

USAID: *United States Agency for International Development.*

USFS: *United States Forest Service.*

VAMP – *Visitor Activity Management Process.*

VIM – *Visitor Impact Management.*

VISIT: *Voluntary Initiatives for Sustainability in Tourism.*

WCED: *World Commission on Environment and Development.*

WCPA: *World Commission on Protected Area.*

WCMC: *World Conservation Monitoring Centre.*

WSSD: *World Summit on Sustainable Development*

WTO: *World Tourism Organization.*

WTTC: *World Travel & Tourism Council.*

WTTRC: *World Travel and Tourism Research Center.*

WWF: *World Wildlife Fund.*

ZEC: *Zonas Especiais de Conservação.*

ZPE: *Zonas de Protecção Especial.*

Introdução.

Temática da dissertação.

O trabalho que agora se enceta reflecte o percurso da actividade turística, nomeadamente, do turismo de natureza e do ecoturismo, e a sua inserção no modelo paradigmático de desenvolvimento contemporâneo, que se projecta à luz do conceito de sustentabilidade. Neste terreno, o turismo experimenta a mesma nebulosidade no que diz respeito aos debates e as discussões que gravitam em torno da temática do desenvolvimento sustentável. A retórica se instala no próprio conceito basilar da sustentabilidade, considerado por muitos, como abrangente e generalista.

No entanto, há o consenso quanto à existência de componentes essenciais no domínio deste conceito, as quais suscitam uma multiplicidade de inter-relações, verificadas em termos dos seguintes aspectos: exigência de uma dimensão temporal, a qual reclama por acções de desenvolvimento assentes na equidade entre as gerações; aceção de uma dimensão espacial, sistematizada pela cooperação intra-geracional no âmbito local e as suas interfaces ao nível global; nas relações homem *versus* natureza, sobressaltando-se a própria teia da vida, subjacente à noção de ética e hermenêutica ambiental. A proposta vigente pauta-se numa convergência de esforços para nortear qualquer das actividades humanas no sentido de promover o equilíbrio entre as componentes económica, ambiental e social dos recursos abraçados por estas actividades.

Neste aspecto, a sustentabilidade assume feições de aspirações e de objectivos a serem alcançados, designadamente, nos anseios por uma melhor qualidade de vida, conquistada pela sinergia e equilíbrio entre as componentes supra-citadas. Remete-se, portanto, a uma perspectiva co-evolutiva entre as sociedades humanas e a elaboração das suas actividades. Esta visão co-evolucionária, no plano local, encontra-se presente no conceito de desenvolvimento sustentável e, é neste espaço de equilíbrios precários, onde florescem os maiores desafios da operacionalização do conceito. No plano ora delimitado, emergem as dialécticas entre os modelos tradicionais de crescimento, assentes no positivismo e racionalismo económico, e as emergentes propostas de desenvolvimento em bases sustentáveis. Em linhas gerais, no **primeiro** modelo trata-se de um conceito quantitativo, em termos de grandezas absolutas palpáveis e em índices e taxas associadas; o **segundo** tem cariz qualitativo e multidimensional.

O progresso pelas vias do crescimento é considerado insustentável, embora habite, amiúde e paradoxalmente, a prática do discurso político. Por seu turno, o desenvolvimento sustentável não se propõe como modelo de justiça social ou utopia ecológica, mas como um meio, um caminho, uma corrente que busca uma maior interdisciplinaridade e transversalidade no tecido complexo dos sistemas constituintes das actividades humanas.

Porém, o terreno não se assume de modo pacífico. A conflitualidade agrava-se com a constelação de protagonistas, a divergirem nas suas perspectivas de crescimento/desenvolvimento, e com o fenómeno inegável da globalização que actua no sentido de acentuar problemas antigos e catalisar outros novos, para além de operar um processo de ruptura da capacidade de sustentação de economias locais, de desestabilização ecológica, de desagregação social, de destruição das instituições tradicionais, da exacerbação do individualismo e das distâncias sociais, da homogeneização cultural e da transferência das decisões para fora da esfera local.

Em torno destas questões e problemáticas levantadas, o turismo de natureza e o ecoturismo assumem um papel importante no âmbito da dimensão co-evolucionária entre sociedades humanas e desenvolvimento local. À partida, em linguagem técnica do turismo, o plano local refere-se ao destino ou área de destino e, por sua vez, o turismo, a sua acção e actividade, é considerado, por muitos, como um potencial instrumento para o desenvolvimento sustentável. No entanto, esta visão refere-se a uma tendência contemporânea da actividade, não sendo verdadeira ao longo da sua trajectória no seio das sociedades modernas. A massificação do turismo provocou um conjunto de externalidades às áreas de destino preferenciais da procura turística e, nesta lógica, o turismo se apropriou dos espaços e dos recursos destes espaços, trazendo uma amálgama de impactes negativos no meio ambiente, nas paisagens urbanas, na cultura e nos modos de vida tradicionais das comunidades anfitriãs. A sucessão de desordens e desequilíbrios postulados pelo turismo estão intimamente relacionados com o imperialismo economicista, assente no crescimento descontrolado de curto prazo e desprovido de qualquer planeamento, os quais marcaram sensivelmente a emancipação do turismo de massas pós Segunda Guerra Mundial.

Nos fins do século XX, novas tendências no panorama socioeconómico mundial repaginaram o turismo e, juntamente com a esteira do movimento ambientalista, a actividade vem a ser contextualizada com as discussões em matéria do desenvolvimento sustentável. Concomitante a estes cenários, e sem perder de vista a relação complexa entre turismo e sustentabilidade, cresce em vários quadrantes do planeta, a procura por formas de turismo praticadas junto à natureza. De facto, o mercado do ecoturismo e turismo de natureza posicionam-se entre os segmentos do turismo a

apresentarem uma larga expansão. Dados da *World Tourism Organization* (WTO) revelam que a actividade cresce, aproximadamente, entre 10 a 15 % ao ano, apresentando receitas à faixa dos 20 mil milhões de dólares anuais ao nível global. Além destes números, esta modalidade de turismo tem-se pronunciado como um instrumento de conservação dos recursos e gerador de benefícios às populações anfitriãs. Deste modo, não é surpresa que o turismo de natureza e o ecoturismo estejam a crescer significativamente e a granjear uma reputação na comunidade científica e, também, a suscitar os ávidos interesses da indústria do turismo.

Perante as possibilidades que se revelam como espaços propícios à prática do turismo de natureza e ecoturismo e as suas implicações para o desenvolvimento sustentável, este trabalho de investigação irá debruçar-se, essencialmente, sobre o turismo realizado nos espaços naturais com estatuto de protecção ou Áreas Naturais Protegidas (ANP's).

Assim, emerge uma categoria de espaços naturais na superfície da Terra, os quais se apresentam como motivações e vocações específicas para esta nova modalidade da procura turística. Desta forma, as ANP's, pela singularidade das suas paisagens e riquezas da flora e da fauna, afiguram-se como sítios de grande apetência para a prática do turismo de natureza e ecoturismo. As ANP's sustentam uma espécie de montra para esta procura turística, traduzindo-se numa imagem de zona ecologicamente respeitada ou um santuário de valores paisagísticos a ser visitado. O meio ambiente não é visto como um constrangimento, mas sim, como uma mais valia, a ser explorado em dimensões, para as quais os critérios de uso, do controlo e do ordenamento são absolutamente decisivos.

O interesse desta investigação sobre a sustentabilidade do turismo nas áreas naturais protegidas acentua-se através da constatação de um conjunto de elementos endógenos e exteriores a estes espaços, os quais constituem um sistema complexo, pelas implicações directas e indirectas na problemática da sustentabilidade: no **primeiro** plano, tem-se o capital de recursos naturais e culturais albergados pelas áreas naturais protegidas; no **segundo**, o espaço protegido é um território sob gestão, dotado de instrumentos legais e signatário de convenções e acordos dos planos nacionais, comunitários (para o caso das ANP's localizadas no âmbito da União Europeia -UE) e internacionais; **terceiro**, a existência de um elenco de *players* ou actores, e.g. do *staff* do parque, da comunidade local interna e vizinha ao parque, do poder público, dos empresários da indústria do turismo, das Organizações Não Governamentais (ONG's) e do próprio turista. Estes protagonistas normalmente apresentam diferentes necessidades e desejos, os quais a sustentabilidade se propõe satisfazer de forma equilibrada, através da procura do consenso e da instituição de parcerias; em

quarto, a apetência destas áreas para a formulação de programas de educação e interpretação ambiental que se manifestam em sintonia com o novo perfil do consumidor turístico, cujas motivações e aspirações estão assentes em aprendizagens e posturas comportamentais activas no seu relacionamento com a área de destino. Por fim, observa-se, também, a estruturação destes espaços mediante as infra-estruturas de apoio à prática da actividade turística e à melhoria da experiência turística, incluindo-se de meios pelos quais a visita pode contribuir à conservação dos recursos albergados por estes espaços.

No entanto, o cenário descrito representa a *performance* de um sistema complexo, para o qual uma análise detida e extensiva à totalidade dos intervenientes extrapolaria o tempo previsto para a elaboração de uma dissertação de mestrado. Desta forma, a presente investigação procura perceber de que forma os funcionários das áreas naturais protegidas tem respondido às questões paradigmáticas relativas à sustentabilidade do turismo.

Ao se posicionarem como elemento fulcral na tomada de decisão, este *staff* assume um papel preponderante na condução de um turismo com objectivos assentes nas premissas da sustentabilidade. Neste aspecto, enfatiza-se o emprego do termo “condução” o qual imediatamente remete à ideia de gestão, planeamento, resultados, e nesta senda, delimita-se o tema central desta dissertação, assente na resposta do *staff* aos apelos da sustentabilidade, através da sistematização de indicadores e da aplicação de instrumentos focalizados na gestão do turismo nas áreas naturais protegidas.

A pertinência da abordagem relativa aos indicadores de sustentabilidade e instrumentos de gestão para o turismo, em áreas naturais protegidas, prende-se com o facto basilar de que esta modalidade de turismo se desenvolve em espaços de elevada sensibilidade ecológica e humana, o que torna a gestão da actividade um componente crítico (**Boyd e Butler**, 1996). Nesta configuração estrutural, a gestão do turismo requer a sistematização de medidas correspondentes às dimensões ecológica, social e económica da sustentabilidade para proporcionar aos gestores das áreas naturais protegidas com um conjunto consistente de informações necessárias à tomada de decisões, fundamentadas na redução de riscos. O uso de indicadores de sustentabilidade pode ser feito como um alerta ao prevenir impactes negativos do turismo e possibilitar mais valias ao planeamento e gestão da actividade (**Dymond**, 1997).

Nesta lógica, uma vez que as áreas naturais protegidas ganham um novo sentido, o qual ultrapassa as fronteiras da conservação e incide cada vez mais na função recreativa, torna-se essencial o uso

de uma abordagem integrada em termos da gestão da actividade turística pelo *staff* destas áreas. Assim, as componentes social e económica da sustentabilidade devem ser consideradas em combinação com a componente da esfera ecológica, ambiental ou biofísica, amiúde, considerada prioritária pelo *staff*. Desta forma, deve prevalecer o equilíbrio entre as vertentes da sustentabilidade através do alcance dos seus objectivos de forma balanceada, uma vez que estas vertentes estão inter-relacionadas entre si. A defesa pela gestão equilibrada entre as componentes da sustentabilidade é advogada por autores e por Instituições responsáveis pela elaboração de políticas e programas de desenvolvimento para o turismo.

Assim, **Ross e Wall** (1999: 125) sugerem que *“O sucesso ou fracasso no alcance de um objectivo pode influenciar na capacidade de alcançar os demais. Quando todos os objectivos são alcançados, então o ecoturismo terá contribuído para a resolução de muitos conflitos associados com as tensões entre exploração dos recursos e a conservação dos recursos”*. Por este mesmo raciocínio, **Hunter** (1997) salienta o facto de que turismo sustentável satisfaz as necessidades e desejos da procura turística, da indústria do turismo, das instituições públicas e da comunidade local anfitriã, onde esta lista de necessidades e desejos não devem por em risco os recursos naturais e culturais. Portanto, observa-se um sistema em equilíbrio turismo/meio ambiente, num balanço de forças onde não se observem tendências ou uma maior convergência de benefícios para um ou outro factor.

De modo semelhante, a comunicação da Comunidade Europeia de título “Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu” indica que o turismo sustentável passa pela abordagem equilibrada relativamente aos três pilares da sustentabilidade (CCE, 2003: 5) e este aspecto é também partilhado pela WTO ao afirmar que *“Os princípios da sustentabilidade se referem aos aspectos ambiental, económico e sociocultural do desenvolvimento turístico, havendo de estabelecer um equilíbrio adequado entre essas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.”* (WTO, 2006).

Para além destas abordagens, as definições sobre o turismo sustentável trazem, à partida, uma perspectiva holística à palavra “meio ambiente”, que irá enquadrar os elementos não somente da esfera natural mas também as componentes socioeconómicas e culturais da área de destino, a compor um espectro de recursos, oportunidades e restrições ao desenvolvimento do turismo (**Hunter**, 1995; **Wahab e Pigram**, 1997). A monitorização integrada, isto é, a sistematização de indicadores que tenham abrangência sobre todas as componentes da sustentabilidade, propicia uma visão holística e multidisciplinar, aguçando a visão dos gestores das áreas naturais protegidas para os desafios de conciliar a conservação e a optimização da experiência da visita turística, ao tempo

que emancipa as áreas naturais protegidas a protagonizar o papel de motor para o desenvolvimento das áreas rurais, internas e vizinhas a estes espaços.

Problematização.

Deste modo, é no contexto das discussões acima que se ancora a problemática desta dissertação, a qual se preocupa com a gestão do turismo de natureza à luz das premissas da sustentabilidade. Actualmente, discute-se a importância quanto ao uso utilitário das áreas naturais protegidas na oferta de mais valias e oportunidades para o desenvolvimento económico local e, neste sentido, o turismo de natureza representa uma actividade que não pode passar ao largo desse processo. Face à fragilidade natural destes ambientes, a actividade turística deve obedecer a critérios de sustentabilidade que visam a conservação dos recursos naturais e culturais da região ao mesmo tempo que se fomenta, quer a qualidade da experiência turística quer os benefícios para a população local. Neste sentido, será que os gestores das áreas naturais protegidas estão empregando esforços no sentido de promover uma maior equidade entre as dimensões ambiental, social e económica da sustentabilidade por forma a colocar o turismo de natureza e as áreas naturais protegidas no caminho para o desenvolvimento sustentável?

Os objectivos da dissertação.

O objectivo geral.

A investigação conducente a esta dissertação tem como objectivo geral ***examinar as práticas e atitudes correntes dos gestores e funcionários das áreas naturais protegidas da Região Centro de Portugal, assentes na utilização de indicadores e das ferramentas de gestão do turismo de natureza, como instrumentos capazes de contribuir ao desenvolvimento sustentável.***

Os objectivos específicos.

Para o alcance do objectivo geral proposto, apresentam-se os seguintes objectivos específicos:

(1) Elaborar uma pesquisa documental acerca do eixo temático da dissertação, nomeadamente, a compreensão do papel do ecoturismo como modelo dinamizador do turismo sustentável e a análise da gestão e da monitorização desta actividade no âmbito das áreas naturais protegidas. À partida e, com vista a realização de um enquadramento para este tema central, realiza-se uma confrontação

entre o modelo do turismo de massas fordista e o paradigma do actual modelo do turismo pós-fordista, contextualizando a emergência do movimento ambiental e as suas implicações no turismo sustentável;

(2) Realizar um diagnóstico no que respeita à sustentabilidade do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal, aplicando-se a técnica de análise SWOT;

(3) Investigar a percepção da importância atribuída pelos gestores e funcionários das áreas naturais protegidas da Região Centro de Portugal face às dimensões ambiental, social e económica da sustentabilidade, reflectidas nos indicadores associados com a prática do turismo de natureza;

(4) Identificar os pontos comuns entre os modelos descritos na literatura sobre as ferramentas de gestão do ecoturismo e as práticas de gestão vigentes nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal destinadas ao turismo de natureza.

A metodologia.

Para o alcance dos objectivos referenciados, buscou-se, à partida, a realização de uma pesquisa documental, no sentido de explorar o seu eixo temático central e conhecer a matéria-prima basilar desta investigação: as áreas naturais protegidas e sua apetência para o turismo de natureza. Esta pesquisa documental também visaria a exploração da realidade portuguesa face ao tema investigado.

Em seguida, definiram-se os principais instrumentos de recolha de dados utilizados no percurso metodológico. Desta forma, optou-se pela utilização de uma entrevista estruturada como técnica que permitiu uma análise descritiva acerca da elaboração do diagnóstico e as interfaces entre a gestão da actividade e os modelos de gestão levantados na pesquisa documental. Com o intuito de elaborar uma análise mais detida sobre a percepção da importância dos indicadores de sustentabilidade do turismo de natureza, procedeu-se à realização de um inquérito aplicado ao *staff* das ANP's investigadas. Em sequência, para a análise dos resultados do inquérito, recorreu-se às técnicas quantitativas da estatística descritiva, para além das técnicas de comparação, assentes na estratificação da amostra em duas tipologias do turismo de natureza, designadamente, os parques do turismo de natureza massificado e os parques do turismo não massificado.

Estrutura do trabalho.

O trabalho que se propõe, estrutura-se em duas partes, a compreender um total de 7 capítulos. A **primeira** parte contempla a revisão bibliográfica dos assuntos abraçados pelo eixo temático da dissertação; enquanto a **segunda** apresenta a investigação empírica realizada.

A primeira parte desenvolve-se em 5 capítulos, onde se observa a evolução temática desde uma abordagem com tónicas de enquadramento e contextualização da actividade turística, a partir da segunda metade do século XX até à actualidade, dissertando sobre o movimento ambientalista e diferentes aspectos do tema, nomeadamente, o desenvolvimento sustentável e o ecoturismo, até chegar aos aspectos mais concretos do trabalho, pautados no turismo em áreas naturais protegidas, o seu planeamento, a sua gestão e o uso de indicadores de sustentabilidade.

Desta forma, o **primeiro** capítulo, designado por “Turismo de massas como produto da sociedade industrial fordista” procura estabelecer as conexões entre a massificação do turismo e o sistema sócio-económico fordista vigente no período pós Segunda Guerra Mundial. Descrever-se-á as principais componentes que possibilitaram a emancipação do turismo de massas e os principais modelos evolutivos da actividade turística. Estes modelos, somados ao padrão de desenvolvimento turístico então assimilado, permitem uma compreensão acerca da problemática em torno das externalidades negativas provocadas pelo turismo no meio ambiente e no tecido sociocultural dos destinos alvo do turismo de massas. Por fim, abordar-se-á a emergência de novos horizontes em turismo ventilados pelo turismo alternativo.

O **segundo** capítulo dá continuidade à apresentação da trajectória evolutiva do turismo, a partir dos anos de 1970 até ao presente, com ênfase no novo paradigma do turismo, afectado pela tónica pós-modernista, característico da sociedade no período. A descrição deste novo turismo contrasta com o modelo da actividade apresentado no capítulo primeiro e as duas abordagens sedimentam a compreensão em torno da transposição do conceito de desenvolvimento sustentável para o turismo, a partir do movimento ambientalista, característico do final do século XX. Finalizando-se o capítulo, elabora-se uma síntese dos principais debates em torno do turismo sustentável.

O **terceiro** capítulo preocupa-se com a modalidade de turismo que se projecta no caminho da sustentabilidade, conhecida por ecoturismo. Procura-se estabelecer uma abordagem conceptual e diluem-se os parâmetros pelos quais a literatura diferencia o ecoturismo do turismo de natureza. As

discussões prosseguem com a apresentação dos principais modelos do conceito do ecoturismo e as suas principais dimensões, nomeadamente, a componente de base natural; a componente da participação da comunidade local no processo de desenvolvimento da actividade; a componente associada à educação ambiental. Em sequência, apresentar-se-á um modelo de competitividade para áreas destino ecoturísticas, assente na formação de *clusters* e, por fim, descrevem-se os impactes positivos e negativos do ecoturismo à base do capital natural e sociocultural das áreas de destino.

O **quarto** capítulo ingressa na principal matéria-prima do eixo temático desta dissertação: as áreas naturais protegidas. À partida, apresentar-se-á a evolução da classificação destes espaços e a sua apetência para o turismo. Em sequência, o tema é delimitado ao território português, onde se descrevem as principais iniciativas de classificação de territórios ao nível internacional, comunitário e nacional. Uma vez descrito o cenário português e a sua Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), parte-se para uma discussão sobre os antagonismos e possibilidades do turismo de natureza nestes espaços classificados e elabora-se uma reflexão sobre as dicotomias do desenvolvimento subjacente à RNAP. Por fim, apresenta-se um resumo sobre do sistema legal matérias e das políticas para o desenvolvimento do turismo nas áreas naturais protegidas em Portugal.

Finalizando a revisão de literatura, o **quinto** capítulo apresenta os temas que resultam em implicações directas para a proposta de investigação empírica desta dissertação. Delineiam-se, nesta ordem, uma abordagem sobre o planeamento sustentável do turismo, numa perspectiva geral, para, em sequência, dissertar sobre o planeamento da actividade em ANP's. A seguir, apresentam-se as discussões sobre os principais instrumentos de gestão do turismo de natureza/ecoturismo, aplicados às áreas naturais protegidas, com ênfase em quatro modelos principais. O capítulo é finalizado com a abordagem relativa à utilização de indicadores para monitorizar o turismo em áreas naturais protegidas.

A segunda parte deste trabalho distribui-se em 2 capítulos e evolui em direcção à apresentação da metodologia e dos resultados obtidos. Assim, o capítulo **sexto** apresenta uma descrição pormenorizada dos objectivos gerais e específicos e, em sequência, delineiam-se os percursos metodológicos que conduziram ao alcance dos objectivos pretendidos. Descrevem-se os passos para a confecção dos instrumentos utilizados e das técnicas seleccionadas, a fim de se efectuar a recolha dos dados previstos para esta investigação, nomeadamente, a entrevista e o inquérito.

No **sétimo** capítulo, apresentam-se os principais resultados e conclusões alcançados pela análise dos dados recolhidos na investigação empírica. Finalizando a dissertação, apresentam-se as conclusões principais do trabalho, as suas limitações e algumas sugestões no que toca a uma maior potencialização do turismo de natureza nas ANP's do Centro de Portugal. Em sequência, apresenta-se a bibliografia de referência para a construção da revisão de literatura e documentar as peças centrais da pesquisa empírica, para além dos anexos utilizados para enriquecer a construção textual.

1. Turismo de massas como produto da sociedade industrial fordista.

1.1 Introdução.

O presente capítulo aborda o fenómeno do turismo de massas no contexto da sociedade industrial fordista, ressaltando o padrão de organização da oferta turística e as características do perfil da procura. O padrão de expansão desta forma de turismo não obedeceria a processos de planeamento ou de controlo, caracterizando-se pelo uso extensivo dos recursos e por uma visão de curto prazo, claramente norteadas pelo racionalismo económico. A perspectiva de crescimento vigente convergiria para uma complexa magnitude de impactes negativos, com repercussões no capital natural e no tecido sociocultural das principais áreas de destino¹ do turismo de massas. Os destinos, assim plasmados, definiriam padrões em termos da ocupação territorial com fins turísticos, das evoluções do perfil da procura e das formas de organização da oferta turística. O primeiro ponto do capítulo levanta as principais implicações da sociedade industrial fordista nas características do turismo, ressaltando a existência de factores determinantes à expansão dos fluxos turísticos para áreas destino preferenciais. O ponto seguinte introduz os conceitos sobre os processos evolutivos do turismo, com relevantes implicações no âmbito do planeamento e da gestão da actividade. O capítulo é finalizado com uma descrição sobre os principais impactes negativos do turismo de massas, cuja compreensão assume importância fulcral para a implementação de práticas mais responsáveis na actividade turística. Os impactes provocados pelo turismo de massas encontram-se na origem dos antagonismos a este modelo, contribuindo para a ascensão de novas formas de turismo, a exemplo do turismo alternativo.

1.2 As implicações da sociedade industrial fordista na origem e nas características do turismo de massas.

A literatura pontua o século XIX como o início do turismo moderno, atribuindo o pioneirismo da actividade para o inglês Thomas Cook, pelo advento de uma agência de viagens em 1841². Adoptava-se, então, uma perspectiva similar ao actual *inclusive tour*, fazendo uso extensivo dos comboios e navios a vapor para o alcance dos destinos turísticos emergentes, designadamente localizados no Mediterrâneo europeu, no interior da Inglaterra e nas montanhas da Europa Central.

¹ Área de destino ou destinação turística é definida pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como sendo um “espaço físico que inclui produtos turísticos, tais como serviços de suporte e atracções, com fronteiras físicas e administrativas definidas por sua gestão e imagens e percepções que fomentam a sua competitividade no mercado”. (WTO, 2004).

² Embora vários registos da literatura atribuam a Thomas Cook o pioneirismo das agências de viagens, **Mcintosh et al** (2002: 51) fazem referência ao inglês Robert Smart que em 1822 realizava reservas de lugares nos navios a vapor entre os portos do Canal de Bristol (Inglaterra) e Dublin, Irlanda. De igual modo, importa também destacar o início das operações da agência Abreu Viagens e Turismo na cidade do Porto, Portugal, em 1840.

No entanto, o turismo experimentaria um crescimento vertiginoso após a Segunda Guerra Mundial, assumindo feições de uma indústria pautada no fornecimento de bens e serviços associados à satisfação das necessidades dos viajantes, que pelos mais diversos motivos, e.g. férias, negócios, visitas a familiares e amigos, cruzavam fronteiras ou se deslocavam internamente nos seus países, em quantidades massivas. O turismo tornava-se acessível aos mais diversos estratos da sociedade, figurando-se como um fenómeno socioeconómico característico dos países industrializados, afastando-se do seu carácter elitista, preconizado pelas primeiras viagens “organizadas” da história do turismo (Curvelier et al, 1994).

Ruschmann (2001) define o turismo de massas como “*caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano*”. De acordo com **Krippendorf** (1990) e **Curvelier et al** (1994), a descolagem da actividade turística, em proporções massivas, constitui-se num dos mais notáveis fenómenos socioeconómicos do século XX.

O turismo de massas representa a ascensão do **pacote turístico** estruturado por um *mix* de serviços produzidos em larga escala. O pacote turístico torna-se a tónica do turismo moderno na emergente sociedade industrial. Como defende **Krippendorf** (1990), este tipo de turismo difunde-se numa sociedade plasmada pelo consumo, pelo “ter”, pela possessão e pela propriedade, numa economia controlada nas mãos de poucos. Segundo **Ferreira** (2003), esse desenho de sociedade é também denominado por muitos autores de “sociedade fordista”, em alusão ao modelo de produção industrial desenvolvido por Henry Ford em 1913.

O fordismo representou a era das grandes corporações industriais, as quais possuíam objectivos assentes na ampliação da produtividade. Os progressos tecnológicos resultantes da corrida bélica, na primeira metade do século XX, e o uso extensivo dos recursos naturais, por ora considerados inesgotáveis, constituíam a base dos factores determinantes para o alcance de maiores produtividades no tecido industrial moderno. Projectava-se uma maior democratização para o consumo, em função da redução dos preços e de uma maior distribuição de rendimentos para os trabalhadores. O Estado manifestava-se em intervenções alargadas na economia, reduzindo as desigualdades sociais e aumentando a propensão ao consumo. Abriam-se, desta forma, os caminhos para o *Welfare State* ou “Estado do bem-estar”³.

³ Segundo **Murteira** (1995: 40), o Estado do bem-estar referia-se ao “modelo de Estado protector dos cidadãos. O Estado assumia um papel activo e decisivo na actividade económica evitando ciclos de inflação e desemprego, assegurando um crescimento equilibrado da economia nacional.”

Assim, no contexto de uma sociedade consumista, o turismo moderno obedeceria ao modelo fordista vigente, condicionando as viagens para o formato da produção padronizada e homogénea do pacote turístico, com uma massa de pessoas a cruzarem as fronteiras dos países em busca dos destinos modelados pelos 4 S - *sand, sun, sea and sex*-, (Cuvelier et al, 1994) ou áreas localizadas nas montanhas. Um conjunto de factores determinantes e interdependentes estão associados à expansão do turismo mundial pós 1945. À partida, o exame destes factores permite comprovar a afirmação de **Krippendorf** (1990: 69), ao considerar o turismo como um “produto da sociedade industrializada.” Na ordem dos factores impulsionadores do turismo de massas encontram-se:

a) Factores socioeconómicos.

Após 1945, os Estados Unidos realizam diversos investimentos no sentido de reconstruir a Europa arrasada pela Guerra (plano Marshall) e, segundo **Harvey** (1989), estes investimentos restabeleceram a indústria europeia, doravante a generalização do “fordismo” como sistema de produção industrial. Como consequência, houve o incremento de uma série de actividades internacionais, a exemplo do sistema bancário, do comércio e do turismo. Ocorre, também, o predomínio de uma política económica conhecida por *Keynesianismo*⁴, que aliado ao Estado do bem-estar, promoveram o fortalecimento das economias nacionais do ocidente capitalista e incentivaram o consumo. **Inskeep** (1991) acresce a existência de uma correlação entre o desenvolvimento económico e a disponibilidade de maiores rendimentos das famílias, como propulsores para uma maior democratização das viagens. Paralelamente a este factor, **Inskeep** (1991) e **Smith e Eadington** (1992) pontuam o crescimento do número de trabalhadores com férias pagas anuais, a redução das jornadas semanais de trabalho e o aumento da expectativa de vida como emergentes condições sociais para o gozo de férias frequentes ou excursões de curta duração nos momentos de lazer. De igual modo, o ingresso significativo das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para um aumento no rendimento discricionário familiar, o qual poderia ser utilizado nas viagens de lazer.

b) Factores psicossociais.

De acordo com **Holloway** (1994), o desenvolvimento dos meios de comunicação e de informação despertaram o desejo pelas viagens com destino aos cenários das batalhas de guerra, a exemplo da Praia da Normandia e Santa Nazaré. A televisão e o cinema reforçavam as imagens com apelos cénicos em torno das paisagens e dos atractivos turísticos de diversos países. Sobre isso, afirmam **Curvelier et al** (1994: 36): “*O desenvolvimento da fotografia e a democratização do cinema*

⁴ O keynesianismo traduz-se numa política económica inspirada na obra do economista inglês John Maynard Keynes. Os traços principais dessa política correspondem a política de intervenção do Estado na economia com prioridade dada ao crescimento e ao pleno emprego, estímulo ao consumo e ao investimento à escala nacional. (**Murteira**, 1995).

possibilitaram ver a imagem à distância. A viagem transformou-se num desejo de confirmação exacta da imagem prévia.” **Krippendorf** (1990) destaca a existência de incontáveis anúncios de publicidade, de novelas e de enredos cinematográficos que descreviam a atmosfera e a moda dos destinos turísticos.⁵ **Inskeep** (1991) destaca, também, como factor motivador para as viagens de lazer, os progressos nos níveis de educação da população mundial, com uma maior acessibilidade aos temas associados às paisagens mundiais.

O turismo tornou-se uma componente de sociabilidade e ocupava as conversas numa amplitude maior de círculos sociais. “Os nossos caros amigos, vizinhos e colegas de trabalho falam-nos das suas experiências de viagem como sendo a coisa mais excitante do mundo.” (**Krippendorf**, 1990: 18). Além do factor da integração social, **Krippendorf** (1990) enumera outros aspectos motivadores das viagens e turismo, adequadas ao contexto da sociogénese do turismo de massas, e.g. da função da recuperação e da regeneração mental, proporcionadas pelas viagens de lazer; o escape da prisão concebida pelo moderno mundo industrial; a abertura de horizontes, propiciada pela experiência da visita a outros países ou regiões diferentes do local habitual de residência; a liberdade das obrigações diárias; a realização própria e um suposto estado de felicidade temporal incluído no pacote de férias.

c) Desenvolvimento dos meios de transporte.

Holloway (1994), **Inskeep** (1991) e **Smith e Eadington** (1992) fazem referência ao progresso da aviação⁶, à expansão das auto-estradas nos Estados Unidos e na Europa e à ampliação da malha ferroviária como factores a propiciar uma maior mobilidade às pessoas.⁷ O uso massivo dos automóveis e das crescentes redes ferroviárias incrementariam o turismo doméstico nos Estados Unidos mas também o turismo internacional na Europa, pela proximidade das fronteiras entre os seus países.

d) Formação da indústria do turismo.

Trata-se de um factor associado à emergente *performance* do mercado das operações de viagens e turismo, registando-se a expansão de importantes *players* da indústria turística, e.g. dos operadores e das agências de viagens, dos parques temáticos, das cadeias multinacionais hoteleiras e das

⁵ **Mill e Morrison** (1985) citam o filme *The sound of music*, dirigido por Robert Wise, em 1965, como indutor de viagens para uma área de destino, no caso específico, a Áustria.

⁶ Em 1958, a *Pan American World Airways* iniciava as operações com o jacto Boeing 707, na rota Nova York – Paris, qualificando o espaço aéreo do Atlântico Norte como a região de maior intensidade de tráfego em todo o mundo. **Inskeep** (1991) salienta, também, o advento do Boeing 747, conhecido mundialmente por “jumbo”, com capacidade para transportar até aos 490 passageiros e autonomia dos 12.000 Km.

⁷ **Burton** (1991: 5) destaca o aumento no número de proprietários de veículos como responsável pelo desenvolvimento de novas formas de turismo, como o campismo e o caravanismo, em novas localidades, fora dos tradicionais *resort* de férias.

empresas aéreas de voos regulares e fretados (*charters*). A indústria do turismo⁸, assim estabelecida, actuaria no mercado com base na economia de escala e em níveis de integração horizontal e vertical⁹, constituindo a estrutura principal na prestação de serviços para o turismo de massas. Em termos gerais, a integração possibilitava exclusividade para as reservas de lugares em aeronaves e quartos de hotéis, em grande escala, contribuindo para a oferta de pacotes a preços reduzidos.

Desta forma, o cenário compunha uma amálgama de múltiplas interfaces, no que respeita à oferta de serviços turísticos, num regime acirrado de competição. A actuação das empresas prestadoras dos serviços turísticos dependia das suas capacidades de investimento, das suas habilidades empresariais e da capacidade de gestão. Como exemplo deste aspecto, haviam as grandes corporações que compreendiam o transporte aéreo e as cadeias hoteleiras, enquanto pequenas empresas realizavam os transportes dentro das áreas de destino, os serviços de entretenimento ou ofereciam acomodações modestas tipo *bed and breakfast*.

Os factores descritos resultaram no estabelecimento de uma teia de negócios de relevante peso económico, assente nas corporações privadas de âmbito internacional, as quais estabeleceriam corredores entre os principais mercados emissores e receptores, contribuindo para a existência de áreas de destino preferenciais. Segundo a *World Tourism Organization* (WTO), as receitas do turismo eram de 2,1 biliões de dólares, em 1950, e atingiram 230 biliões de dólares no ano de 1990 (WTO, 2005). Pelo exposto, conclui-se que o turismo desempenha um relevante papel no actual cenário da economia mundial.¹⁰

Através do modelo de Leiper para o turismo, ver Figura 1.1, tem-se um quadro representativo do turismo de massas fordista. Nas áreas geradoras do fluxo turístico localizava-se a parte decisiva da indústria turística responsável pelo “empacotamento” e distribuição do produto turístico, normalmente padronizado e homogéneo (Ferreira, 2003). Países como Inglaterra e Alemanha

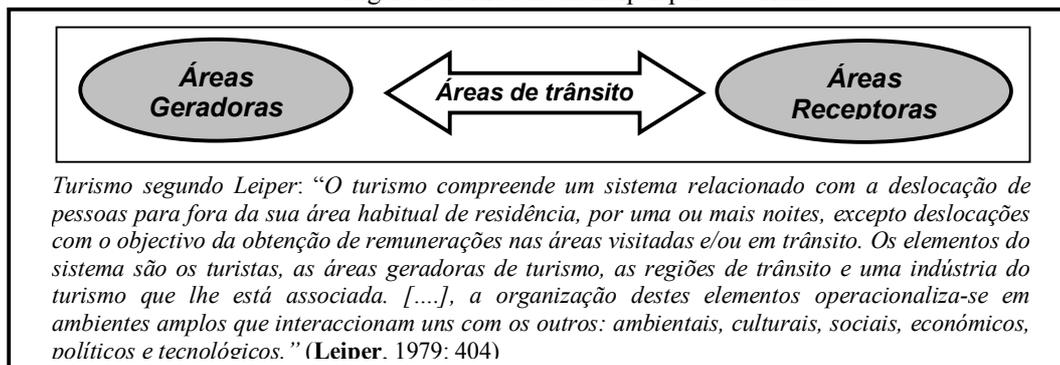
⁸ Indústria do turismo: conjunto de todas as empresas e organizações que desempenham atividades (sic) específicas direccionadas para a satisfação do lazer, do prazer e das necessidades recreativas. (Stear et al, 1988, cit. por **Wearing e Neil**, 2001: 172).

⁹ A integração horizontal compreende a expansão dentro de um mesmo sector, afectando o nível de concentração da indústria, como pode ser verificado nas alianças entre empresas aéreas e nas cadeias e consórcios hoteleiros. No que respeita à integração vertical, uma empresa avança por vários segmentos da indústria formadora da experiência turística. **Pearce** (1989) cita associações entre empresas aéreas e hotéis, e.g. da *TWA* e *Hilton Hotels*, da *Japan Air Lines* e *Nikko*, da *Air France* e *Meridién*, como exemplo de integrações verticais existentes nos anos de 1970.

¹⁰ Uma fase recessiva para o turismo viria a ocorrer em períodos mais recentes, desencadeada principalmente pelos ataques terroristas aos Estados Unidos em 2001, provocando um crescimento nas receitas de apenas 0,1% e de 4,5% no número de chegadas internacionais. **WTO** (2005). Segundo a mesma fonte, entre 2003 e 2004, mesmo com cenários restritivos, figurados pelo ataque terrorista em Madrid, no ano de 2004, pela Guerra do Iraque e pela *Severe Acute Respiratory Syndrome* (SARS), o turismo apresentaria uma recuperação no número de chegadas internacionais, alcançando um patamar de crescimento de 9,98% no período assinalado.

notabilizaram-se como sedes dos principais *tour operators* do emergente turismo de massas. As áreas de trânsito foram desenhadas por infra-estruturas como auto-estradas, estradas de ferro e aeroportos¹¹, implementados pelo fortalecimento económico do Estado, resultante, em grande parte, do incremento nos impostos oriundos da expansão industrial.

Figura 1.1: Modelo de Leiper para o turismo.



Fonte: Adaptado de Leiper (1979).

As áreas receptoras compreendiam a indústria da oferta turística local, abrangendo o alojamento, os *transfers*, a restauração, as visitas guiadas, os espaços de lazer e o entretenimento. Esta amálgama de serviços voltava-se para o atendimento das necessidades de consumo dos turistas e, em face à dilatação desta emergente procura, seria reproduzido o modelo industrial fordista de uso irrestrito dos recursos, com a conseqüente produção de impactes negativos para o meio ambiente natural e para o tecido sociocultural das áreas de destino (Mowforth e Munt, 1998).

As áreas receptoras preferenciais do turismo de massas, também reconhecidas na literatura por *resorts*¹², manifestaram características peculiares com o modelo de turismo vigente. O espaço urbano dos *resorts* moldava-se à função turística, com forte adensamento de construções junto da atracção turística. Um modelo de desenvolvimento urbano, no contexto turístico, foi apresentado por Barrett, em 1958, (cit. por Mathieson e Wall, 1982), e teoriza que, o turismo, em termos espaciais, se desenvolve em torno do atractivo principal e expande-se a partir deste em direcção à periferia, num padrão de estratificação social e arquitectónica. Nas regiões costeiras, os hotéis ocupam os locais privilegiados, em frente à linha de costa, onde também gravitam restaurantes, bares, lojas e outras facilidades de entretenimento. Afastando-se da linha de costa, conforme o padrão de estratificação citado no modelo de Barrett, encontram-se as unidades de alojamento mais simples (tipo *bed and breakfast*) e lojas menos requintadas. Por forma a resumir as características principais do turismo de massas, apresenta-se a Tabela 1.1.

¹¹ Muitos aeroportos funcionam como terminais *hub*, verdadeiras áreas de trânsito para outros aeroportos ou convergência de outros meios de transporte como o ferroviário.

¹² Segundo Mathieson and Wall (1982), *resorts* são tipos de cidades as quais se distinguem de outros centros urbanos pelas suas funções especializadas no turismo.

Tabela 1.1: O turismo moderno como reprodução do sistema fordista.

Produto Turístico	Características da Oferta	Ocupação nos destinos	Passivo para as áreas receptoras
<i>Baseado em recursos naturais (sol e praia, montanha).</i>	<i>Rigidez da oferta: pacotes de serviços, transporte+ alojamento+ “transfers”.</i>	<i>Concentração junto à linha costeira.</i>	<i>Maior vulnerabilidade: não diversificação dos produtos turísticos, e.g. sol e praia.</i>
<i>Homogéneo.</i>	<i>Fornecedores de serviços em integração vertical e horizontal.</i>	<i>Permissividade administrativa: constrói-se primeiro, legaliza-se depois.</i>	<i>Degradação ambiental: não observância das capacidades de carga e inexistência de ordenamento territorial.</i>
<i>Não diversificado.</i>	<i>Escassa intervenção governamental na oferta.</i>	<i>Especulação imobiliária.</i>	<i>Forte sazonalidade.</i>
<i>Elevado grau de fidelização da procura.</i>	<i>Baixa flexibilidade.</i>	<i>Verticalidade das construções na linha costeira.</i>	<i>Tensões sociais e culturais entre turistas e população anfitriã.</i>
<i>Empacotamento e distribuição do produto turístico nas áreas geradoras.</i>	<i>Baixo nível de profissionalização (mão de obra barata).</i>	<i>Densa urbanização perante o atractivo.</i>	<i>Fuga de capitais.</i>
<i>Concentração da produção (áreas de destino preferenciais e “tour operators” dominantes.)</i>	<i>Postura irresponsável face aos aspectos sociais, ambientais e culturais das áreas de destino.</i>	<i>Alteração significativa da paisagem urbana.</i>	<i>Países receptores com desenvolvimento heterogéneo do turismo no seu território.</i>

Fonte: Adaptado de **Mowforth e Munt** (1998) e **Ferreira** (2003).

Para além das características do produto turístico de massas e da morfologia das áreas receptoras preferenciais, importa analisar algumas abordagens da literatura sobre o perfil da procura turística de massas. O turismo, sob a óptica da procura, pode ser definido como “*uma actividade relacionada com a deslocação de pessoas para fora das suas áreas habituais de residência, desde que essas mesmas deslocações não se venham a traduzir na permanência definitiva na área visitada*” (**Murphy**, 1985: 9).

O modelo fordista das viagens imprimiria padrões homogéneos de comportamento na procura, com manifestações nas experiências turísticas em diversas áreas de destino de massas. Autores como Cohen e Plog publicaram, na década de 1970, estudos pautados na caracterização da procura turística. Embora o turismo seja considerado um fenómeno complexo e dinâmico, os modelos destes autores repercutem até aos dias actuais, com significativa contribuição nas áreas do planeamento, da Geografia, do *Marketing* e da Sociologia do Turismo.

Cohen (1972) observou dois perfis de turistas de massas, *o turista de massas organizado e o turista de massas individual*. O primeiro permanece confinado na sua “bolha ambiental” e não se interessa por experiências novas. Este perfil participa de pacotes turísticos com itinerários fixos e planeados. A familiaridade é máxima enquanto a novidade é mínima. O segundo exerce um maior controlo sobre o seu itinerário, contudo a viagem é providenciada pelos intermediários. Procura ambientes em que haja semelhanças com o seu local de origem e os contactos com a população

anfitriã são mínimos. A familiaridade ainda é predominante embora em níveis inferiores à tipologia anterior.

Para além das contribuições de Cohen, outras características simbolizam o arquétipo do turista de massas: viaja por meios aéreos, o que contribui para o isolamento da área de destino, não promovendo o interior ou outras partes do país; é inexperiente e com pouca iniciativa; possui baixo nível de exigência quanto à qualidade dos produtos consumidos; é um consumidor sensível ao preço; age pelo efeito de imitação; reside nas grandes cidades dos países desenvolvidos; é pouco interessado nos aspectos culturais das áreas de destino, contudo, particularmente informado sobre os seus aspectos económicos.¹³ (Ferreira, 2003; Cuvelier et al, 1994).

1.3 Modelos de evolução da actividade turística.

A partir de 1960 surgiram na literatura diversos modelos com ênfase nos aspectos da geografia do turismo, designadamente pautados nas dinâmicas espaciais da actividade.¹⁴ Para esta dissertação, importa apresentar os modelos evolutivos de Plog e Butler, uma vez que possibilitam compreender as relações entre os perfis de turistas de natureza e o zonamento turístico para as áreas naturais protegidas, e as suas implicações no planeamento e na gestão dos destinos.

1.3.1 Modelo evolutivo de Plog.

O modelo de Plog possibilita a identificação da relação entre as características da área destino e o perfil da procura turística. Com ênfase no perfil psicológico do turista, o autor classifica os tipos de turistas em **psicocêntricos**, **mesocêntricos** e **alocêntricos**. Os perfis psicocêntrico e alocêntrico estão descritos na Tabela 1.2. O turista mesocêntrico apresenta um perfil intermédio entre estas duas valências.

¹³ O conhecimento da procura turística acerca do quadro económico dos destinos fez da Espanha uma área de destino preferencial, visto que o Peso era moeda com câmbio bastante favorável com respeito às moedas dos países emissores **Holloway** (1994).

¹⁴ Segundo **Pearce** (1987), identificam-se quatro grupos essenciais com essa vertente: os estudos com ênfase nas componentes relacionadas à viagem (modelos de Mariot, Miossec e Campbell); os modelos associados à análise das áreas de origem e destino (modelos de Thurot e de Lundgren); os modelos estruturais (modelo de Britton) e modelos evolutivos (Thurot, Plog e Miossec). Para além destes estudos, **Butler** (1980), assente no ciclo de vida do produto turístico proposto por Vernon, em 1966, estabelece um modelo em que uma área de destino atravessa estágios de desenvolvimento do turismo, conhecido por **Modelo de Butler de evolução dos resorts turísticos**.

Tabela 1.2: Perfis dos viajantes, segundo Plog.

<i>PSICOCÊNTRICOS</i>	<i>ALOCÊNTRICOS</i>
<i>Prefere viagens com baixo nível de risco.</i>	<i>Preferência por viagens com risco moderado.</i>
<i>Prefere regiões com imagens bem conhecidas.</i>	<i>Escolhe novos produtos.</i>
<i>Prefere áreas de destino familiares.</i>	<i>Prefere áreas não turísticas.</i>
<i>Viaja com menos frequência.</i>	<i>Viaja com mais frequência.</i>
<i>Prefere acomodações e comidas padronizadas.</i>	<i>Procura por hotéis e restaurantes de tradição local.</i>
<i>Retorna sempre aos mesmos lugares familiarizados.</i>	<i>Quer diferentes áreas de destino em cada viagem.</i>
<i>Gosta de multidão.</i>	<i>Prefere contacto com um menor número de pessoas.</i>
<i>Limita-se aos agendamentos das actividades do pacote turístico.</i>	<i>A organização da viagem deve incluir apenas itens básicos como o alojamento e o transporte.</i>
<i>Prefere viagens estruturadas com padrões rotineiros.</i>	<i>Deseja a espontaneidade nas viagens.</i>
<i>Espera que a comunidade anfitriã fale ao menos inglês.</i>	<i>Procura aprender algumas frases do idioma local.</i>
<i>Compra "souvenirs" e jóias sem valor.</i>	<i>Compra artesanato nativo e arte produzida por anfitriões.</i>
<i>Inseguro.</i>	<i>Confiante.</i>
<i>Não aventureiro.</i>	<i>Aventureiro.</i>

Fonte: Plog (1991).

Através do quadro acima, observa-se que o perfil alocêntrico representa o pioneiro, o explorador de áreas remotas, ainda inalteradas pela indústria do turismo. O perfil psicocêntrico corresponde ao *resort* popular, em que os visitantes encontram uma ampla disponibilidade de serviços turísticos e atrações, com visíveis modificações espaciais, quando se compara o *resort* à época que era frequentado pelos alocêntricos. Plog sugere que as áreas de destino não são estáticas perante o perfil da procura turística. Há uma dinâmica evolutiva, pela qual a área destino percorre um espectro que se inicia no "alocêntrico", onde figuram as áreas de destino conservadas nas suas características originais, até ao psicocêntrico, representativo das áreas densamente turísticas; passando pelos perfis "próximo psicocêntrico", "mesocêntrico", "próximo alocêntrico". Os perfis psicocêntrico e mesocêntricos da procura turística são representativos para o modelo do turismo de massas. No caminho evolutivo, a área de destino segue atraindo perfis específicos da procura turística, conforme afirma Plog:

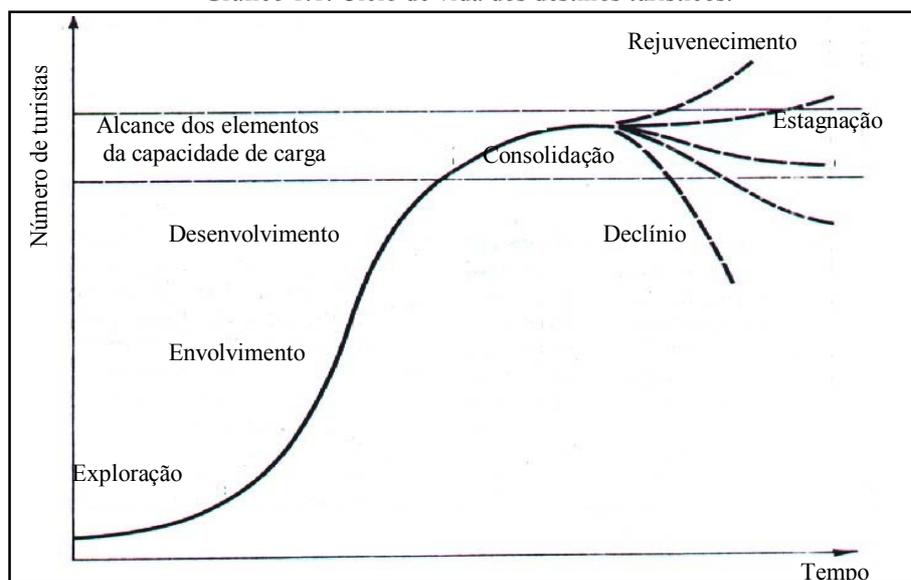
"As áreas de destino evoluem num processo contínuo e numa base consistente, primeiro, os alocêntricos e por último os psicocêntricos. Enquanto evoluem ao longo do espectro, um número de mudanças importantes ocorrem, sendo estas previsíveis e em certos graus, controláveis. Porém, infelizmente, a maioria das áreas de destino não estão protegidas por planeadores decentes e preocupados, e estas áreas foram destinadas a sofrer com o desenvolvimento descontrolado." (Plog, 1991: 83).

Na citação acima, Plog salienta que a evolução da maioria dos destinos é marcada pela ausência de planeamento, sendo esta uma característica presente no modelo do turismo de massas fordista. Para além de Plog, o modelo desenvolvido por R.W. Butler, no início dos anos de 1980, também suscita implicações no âmbito da gestão e do planeamento das áreas de destino.

1.3.2 O modelo do ciclo de vida dos *resorts* turísticos de R. Butler.

O efeito do turismo em áreas de destino foi interpretado por Butler pelo seu clássico modelo do **ciclo de vida dos *resorts* turísticos**. Segundo **Butler** (1980), o ciclo de vida de uma área de destino está associado à capacidade de carga, e de acordo com o modelo, estas áreas operam num ciclo evolutivo, descrevendo uma curva, que se inicia na fase de **exploração**, e segue até à **estagnação**. A partir deste ponto, a área de destino opera um reciclo (rejuvenescimento), ou continua na estagnação, ou envereda para o declínio (ver Gráfico 1.1).

Gráfico 1.1: Ciclo de vida dos destinos turísticos.



Fonte: Adaptado de Butler (1980).

Butler enfatiza, no entanto, que muitas das áreas de destino não percorrem a totalidade dos estágios apresentados no seu modelo. No entanto, a forma da curva pode variar consoante os factores associados a taxas de desenvolvimento, ao número de visitantes, à acessibilidade, às políticas governamentais e ao número de áreas de destino concorrentes. Porém, o autor cita alguns destinos clássicos do turismo de massas, a exemplo do Mediterrâneo Ocidental e da Florida como destinos que percorreram a totalidade dos estágios descritos. Cada estágio é definido em termos de quantidade de visitantes e actuação da indústria do turismo, bem como de interfaces com a comunidade anfitriã. O turismo de massas é específico das áreas de destino localizadas nas fases de “desenvolvimento”, “estagnação”, “declínio ou rejuvenescimento”. Os estágios do ciclo evolutivo de Butler estão descritos no Anexo IIA.

Apesar de contestado por alguns autores, a leitura que se faz do ciclo de Butler não deve ser apenas a da interpretação de um “fado” para as áreas de destino. Há implicações no âmbito da gestão das

áreas turísticas e, designadamente, na altura em que o autor publicou o artigo, procurou destacar a necessidade para uma mudança de atitude, de quebra de paradigma por parte dos responsáveis pelo planeamento, pelo desenvolvimento e pela gestão das áreas de destino. Desta forma, os planeadores, os gestores e a indústria devem estar atentos à perda de qualidade ambiental, sob o risco da área destino entrar em declínio.

Conforme mencionado no presente capítulo, a indústria turística de massas produzia áreas de destino preferenciais, consumindo de forma irresponsável as suas paisagens e o seu capital cultural. Diante desta circunstância, Butler defendia que “*Tourist attractions are not infinite and timeless but should be viewed and treated as finite and possibly non-renewable resources*” (Butler, 1980: 11). Neste aspecto, observa-se, no modelo de Butler, sinais para advertir os intervenientes da actividade turística, acerca do futuro para as suas áreas de destino. No contexto do turismo de massas, o padrão de desenvolvimento operado pela indústria do turismo, pelas políticas de base governamental aplicadas aos destinos, pelo perfil da procura turística e pela não observância das implicações traduzidas pelos modelos de evolução ora apresentados, conduziram os *resorts* ao limite da sua capacidade de carga, gerando uma esteira de impactes negativos, cuja descrição será abordada na secção a seguir.

1.4 As externalidades do turismo de massas.

Na sua dinâmica de expansão, o turismo actua como consumidor, produtor e modificador dos espaços e das suas condições morfológicas e socioculturais, assumindo um patete estereótipo desenvolvimentista, traduzido pelas marcas indeléveis da transformação de realidades urbanas e rurais. A análise teórica do turismo, frequente na literatura da especialidade, aponta perspectivas optimistas referentes às bandeiras de desenvolvimento protagonizadas pela indústria do turismo. Na esfera das comunidades anfitriãs, evidenciam as potencialidades do turismo para gerar emprego e maiores níveis salariais; para robustecer os efeitos multiplicadores económicos, traduzidos pelos seus efeitos directos, indirectos e induzidos; para revitalizar áreas públicas; para o restauro de monumentos e edifícios de valor histórico-cultural; para a construção de infra-estruturas, etc. Estes impactes positivos são responsáveis por uma estreita dependência destas comunidades dos benefícios produzidos pelo turismo.

Na esteira dos impactes positivos do turismo, encontram-se, também, os benefícios directos para os mercados emissores. As promoções de *marketing* despertam o consumo turístico antes do início da viagem. Para Miossec (1983, cit. em Pires, 1999: 162), “*o espaço turístico é, antes de tudo, uma imagem, formada pelos organizadores de viagens [...] imagem complexa, mistificada, refletida*

pelos “posters”, pelos guias, pelos catálogos, pelas pinturas, pelos livros, pelos filmes”. Esta projecção permeará o imaginário do futuro turista, contribuindo para o despertar de uma procura turística e conseqüente rentabilização do mercado das agências e dos operadores turísticos dos países emissivos. Neste sentido, a indústria do turismo propicia um consumo territorial anterior à chegada do turista, num dado lugar. Os espaços transformam-se, antecipadamente, em imagens criadas e recriadas por agentes e operadores de viagens. Sobre isto, afirma-se:

“O turismo é uma das principais avenidas pelo qual “a nossa visão de mundo” é formada. Isso não é apenas resultado de nossas férias mas também pela maneira como as áreas de destino são representadas pelos periódicos, pelos programas de viagem, pelos documentários, pelas brochuras e guias, promovendo e popularizando uma experiência e mudanças.” (Mowforth e Munt, 1998: 07).

De igual modo:

“Desta forma é que são recheados os sonhos. Os clichés verbal e pictorial são os mesmos, há décadas: o oceano mais azul, a areia branca, as palmeiras, a bela pele bronzeada, a pesca pitoresca e a vila na montanha, os locais vestidos de felicidade e risos, as piscinas verde turquesa, o eterno sol a brilhar, as paisagens inalteradas, as rampas de” ski” virgens, [...], o mundo num sereno dia de domingo, apenas um “clip”, uma montagem de um mundo distante da realidade, [...]. Ninguém pode argumentar seriamente que as pessoas não vêm através de clichés, mas, obviamente, sempre é muito agradável ser seduzido por eles”. (Krippendorf, 1990: 21-22).

Depreende-se, a partir destas citações, sobre a existência de um espaço territorial e uma amálgama sociocultural, dotados de recursos inesgotáveis enquanto imagem. A ilimitada produção de imagens, trasladada no espaço e no tempo, contribui para a construção de um sentimento de usufruto extensivo dos recursos das áreas de destino, relativizando, simultaneamente, o turismo como agente e sujeito de processos de mudança cada vez mais acelerados.

Desta maneira, quando se concretiza o encontro da procura e da oferta turística, perante uma população anfitriã, tem-se a combustão para a quebra do equilíbrio ambiental e sociocultural dos destinos preferenciais. Com raras exceções, a extensividade do uso dos recursos naturais e não-naturais, para além dos limites das suas intrínsecas capacidades de carga, revelou a fragilidade do capital turístico na absorção da pressão pela procura massiva. Nesta esfera, o turismo resulta em externalidades negativas para as áreas densamente receptivas, com repercussões que podem abreviar o ciclo de vida das áreas de destino, levando-as para o declínio de forma precoce.

De facto, as repercussões negativas do turismo de massas afectam directamente a qualidade ambiental e as estruturas socioculturais das áreas de destino, norteando as frequentes incursões analíticas da literatura em termos da exploração sobre os efeitos negativos da actividade nestes domínios. A abordagem sobre os impactes do turismo no meio ambiente tem origens desde os primórdios do turismo de massas. Em 1961, Beed e Clement (cit. em Mathieson e Wall, 1982: 95)

já “manifestavam preocupações pela invasão de turistas ao Tahiti, pela possibilidade de induzir desequilíbrios ecológicos nos ecossistemas insulares”. Na década seguinte, Cohen (1972, cit. por **Mcintosh et al** 2002), publica o artigo *Towards a sociology of international tourism* na mesma tónica. De igual modo, destaca-se, também, o modelo de **Mathieson e Wall**, onde os autores concebem o turismo como um conjunto de elementos inter-relacionados, dos quais emergem impactes económicos, físicos e sociais, a partir das interações estabelecidas entre os turistas e as áreas de destino (**Mathieson e Wall**, 1982).

Para efeito de sistematização, as abordagens ambientais e socioculturais dos impactes negativos serão tratadas em separado, porém, salienta-se que, na prática, essas vertentes se encontram intrinsecamente relacionadas. As populações locais herdaram o somatório das externalidades negativas e, nesse raciocínio, perspectiva-se a quebra do paradigma comum, postulado pelo potencial de desenvolvimento atribuído à actividade turística.

1.4.1 Os impactes negativos do turismo de massas no meio ambiente.

O turismo é, por excelência, consumidor de paisagens naturais e culturais e, muitas vezes, desenvolve-se nos ambientes de notória fragilidade morfológica, com elevado grau de sensibilidade diante de uma densa procura. **Salva** (1996) cita os destinos insulares, as zonas costeiras e as praias, como zonas bastante vulneráveis à pressão humana e, conforme anteriormente observado, estas paisagens formam os destinos preferenciais para o turismo de massas.

As cidades e as vilas inseridas neste contexto, típicas do turismo de sol e praia, assistiram ao crescimento desenfreado de uma infra-estrutura turística isenta de planos urbanístico e sem observar os limites da capacidade de carga. Houve uma descaracterização das paisagens, através do uso extensivo do território e dos recursos naturais, e uma degradação do meio ambiente originada pelos diversos tipos de poluição e pelo adensamento de fluxos humanos. O turismo de massas, frequentemente, desencadeia os seguintes passivos ambientais: elevado consumo de água potável; perda do equilíbrio dos ecossistemas costeiros; aumento de efluentes e resíduos sólidos por intermédio da actividade turística; poluição visual, atmosférica e sonora (**Salva**, 1996; **Mathieson e Wall**, 1982; **Krippendorf**, 1990; **Inskeep**, 1991; **Holloway**, 1994; **Mowforth e Munt**, 1998).

As intervenções do poder público local no controlo dos impactes negativos do turismo de massas encontram-se, amiúde, localizados no campo das acções mitigadoras, a exemplo da restrição ao acesso dos turistas aos atractivos, da proibição da circulação de automóveis, da delimitação de áreas proibidas à construção, do reforço nas instalações de saneamento, entre outras. Muitas destas

acções são inócuas perante a extensividade do passivo ambiental instaurado e apresentam eficácia de curto prazo para à equação do problema. O impacte do turismo no meio ambiente não se revela de forma instantânea. A evolução dos seus efeitos transcorre de forma silenciosa e, ao se tornarem evidentes, adoptam-se medidas mitigadoras, as quais apenas retardam os sintomas da degradação e a perda da qualidade turística da área de destino.

1.4.2 Os impactes negativos do turismo de massas na componente sociocultural das áreas de destino.

As externalidades provocadas pelo turismo de massas na componente sociocultural, a exemplo da componente ambiental, são frequentemente abordados nos trabalhos de **Mathieson e Wall** (1982), **Pearce** (1989), **Krippendorf** (1990), **Inskeep** (1991), **Holloway** (1994), **Salva** (1996), **Mowforth e Munt** (1998). O turismo de massas constitui-se, em sua maioria, por turistas mesocêntricos e psicocêntricos, cujos perfis se caracterizam por uma menor adaptação à cultura local, impondo o seu modo de vida e desejando as mesmas facilidades do seu local de origem.

A génese dos problemas socioculturais, atribuída à actividade turística, pauta-se na caracterização socioeconómica da área destino e no resultado das relações estabelecidas entre os turistas e a população anfitriã. **Pearce** (1989) salienta que os impactes irão variar de acordo com as diferenças da cultura, da raça e da perspectiva social. Segundo este autor, estas diferentes matizes irão propiciar a criação de **produtos sociais do turismo**, construídos a partir da existência de um gradual processo de turistificação (imposição de novos valores, imagens e símbolos, criados pela actividade turística, às populações autóctones), verificando-se, assim, uma paulatina perda de identidade local em favor de um sistema particular, produzido pelo processo de inserção do turismo nos destinos.

Desta forma, os produtos sociais estabelecidos pelo desenvolvimento do turismo imprimem conotações negativas para o sistema sociocultural da área de destino, revelando uma interface conflituosa entre visitantes e visitados, doravante a existência de pólos dissonantes, enquadrados, por um lado, pela experiência dos visitantes e da pressão da oferta turística; e por outro lado, pelos objectivos dos visitados, assentes na manutenção dos seus padrões culturais e na distribuição dos benefícios económicos do turismo. Alguns dos produtos sociais do turismo de massas referenciados na literatura estão descritos na Tabela 1.3.

Tabela 1.3: Produtos sociais do turismo de massas.

Produto social	Exemplificação
<i>Choque resultante da interação entre diferentes estilos de vida.</i>	<i>De um lado, há o anfitrião, na posição de servir, de trabalhar, de sorrir, nem sempre bem remunerado; o visitante, na posição de usufruir ao máximo do seu tempo de ócio, ostentando máquinas de filmar e fotografar e dinheiro para gastos com diversão e lazer.</i>
<i>Transformações no padrão de ocupação do trabalho.</i>	<i>Reflectem a exploração económica da população anfitriã por parte da indústria turística. Frequentemente observa-se um êxodo da mão-de-obra a partir dos sectores tradicionais da economia. Atraídos pela possibilidade de auferirem melhores rendimentos, muitos trabalhadores abandonam a agricultura e a pesca para se engrenarem na indústria do turismo. Com baixos níveis de educação formal, esses trabalhadores ocupam cargos operacionais, com jornadas excessivas e baixa remuneração.</i>
<i>Especulação imobiliária.</i>	<i>Residentes são expulsos das suas casas e terrenos pela expropriação e ocupação violenta das terras por parte das forças e agentes turísticos com apoio da esfera política local. Quando não são directamente expulsos, vendem as suas valiosas propriedades a preços irrisórios. O processo descrito é baptizado na literatura por “neocolonialismo”.</i>
<i>Desencadeamento de um processo de mimetismo.</i>	<i>Residentes assimilam o comportamento dos visitantes a exemplo do consumo de drogas, libertação sexual e alterações nos seus padrões religiosos.</i>
<i>Crescimento do turismo sexual.</i>	<i>Destaca-se nas áreas de destino de sol e mar localizadas nos países periféricos onde se regista uma rede especializada formada por taxistas, gestores ou empregados de hotéis, motéis, bares, empresários de operadores e agências de viagens e guias turísticos como facilitadores do turismo sexual.</i>
<i>Comercialização do legado cultural das comunidades anfitriãs.</i>	<i>A oferta turística, atendendo ao receituário de servilismo ao turista de massas, opera numa tentativa de recriação da cultura, onde há perda de autenticidade e ruptura dos valores culturais nos seus diversos parâmetros representativos.</i>
<i>Comprometimento do património histórico.</i>	<i>Vandalismo, uso excessivo, vibrações e inscrições, os quais provocam danos irreversíveis ao acervo patrimonial da localidade.</i>

Fonte: **Krippendorff** (1990); **Pearce** (1989); **Mathieson e Wall** (1982); **Mowforth e Munt** (1998).

Os produtos sociais turísticos apresentados¹⁵ revelam características selectivas e excludentes na actividade turística, a qual se desenvolve num processo de apropriação dos espaços e uso extensivo dos recursos num dado território. Os impactes negativos revelaram a necessidade de uma releitura e reflexões críticas sobre os rumos do turismo, objectivando-se não somente o crescimento da actividade mas também o seu desenvolvimento, evitando a perda da vocação turística dos destinos.

A partir de 1970 regista-se a ocorrência de uma série de eventos¹⁶ com a finalidade de discutir os rumos do turismo. Para além de promoverem o debate e suscitarem diversas discussões em torno de uma reorientação da actividade turística, os eventos advogavam a defesa das áreas de destino, que

¹⁵ A degradação do acervo cultural de comunidades anfitriãs, apontada na Tabela 1.3, não é de responsabilidade exclusiva do turismo de massas. O fenómeno da globalização é co-responsável pela perda de identidades de base local, desencadeando processos de amorfismo cultural, em nome do neocolonialismo e do imperialismo económico vigentes (**Capra**, 2002). Tal evidência é designadamente patente no caso do turismo, onde a globalização opera uma difusão de espaços padronizados e homogeneizados, a exemplo das grandes estruturas de hotéis fechados, conhecidos por *resorts*, contribuindo para a formação de verdadeiros guetos turísticos e evasão de divisas para o exterior, mantendo-se o fluxo dos lucros para as corporações transnacionais.

¹⁶ Principais eventos: 1976, Washington, EUA: **Seminário sobre os impactes sociais e culturais do turismo, promovido pelo Banco Mundial e UNESCO**; 1980, Manila, Filipinas: **Conferência da WTO cuja declaração final é considerada importante para a redefinição dos rumos do turismo**; 1981, Bangcoc, Tailândia, a **Comissão Ecuménica em Turismo do Terceiro Mundo (CETTM) propõe apoio aos modelos alternativos de turismo**; 1986, Alemanha: **evento internacional promovido pela European Tourism Network (ETN) visando à construção de uma nova ordem para o turismo**; 1989, Polónia: **realiza-se o Primeiro Encontro sobre as Perspectivas Teóricas em Formas Alternativas de Turismo, promovido pela Academia Internacional para Estudos do Turismo**; 1992, Rio de Janeiro: **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Adopção da Agenda 21 para o turismo (Pires, 2002).**

embora conscientes da importância do turismo para a economia local, já não escondiam a insatisfação pelo modelo de turismo vigente. Assim, como resultado destas reflexões, observa-se o surgimento de um novo turismo, conforme análise do ponto seguinte.

1.5 O turismo alternativo como um novo paradigma.

Em fins da década de 1970 emerge um conjunto de projectos e políticas responsáveis pela emancipação de novas formas de turismo tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento. Estas formas de turismo são marcadas pela sua dimensão em pequena escala, pela participação da comunidade local e realizando-se em novas áreas de destino. A literatura do turismo costuma baptizar esta modalidade de turismo como **turismo alternativo**. Uma maior consciência acerca dos impactes ambientais do turismo, uma crescente procura por novas experiências no turismo, maiores atenções com a integração da actividade turística no desenvolvimento económico com a conservação ambiental e uma indústria do turismo preocupada com as tendências do mercado turístico são factores que estão na origem do turismo alternativo.

Precocemente, uma amálgama de definições viriam a representar as visões dos académicos sobre esta matéria. Neste sentido, Dornei (1981, cit. em **Pearce**, 1992: 17) explica que “*no turismo alternativo o cliente recebe acomodação directamente da comunidade anfitriã ou até mesmo na sua própria residência, sendo eventualmente oferecido outros serviços e facilidades pelo anfitrião.*” Alguns anos mais tarde, Gonsalves define, de modo mais abrangente, “*turismo alternativo como um processo o qual promove uma forma justa de viagem entre membros de diversas comunidades. Procura alcançar uma compreensão mútua, solidariedade e igualdade entre participantes.*” Gonsalves (1987, cit. em **Pearce**, 1992: 18).

Sob a bandeira do turismo alternativo, surgem na literatura outros termos também utilizados para designar o novo turismo e.g. *soft tourism, green tourism, low-impact tourism, progressive tourism, responsible tourism, appropriate tourism* (**Hunter**, 1995; **Mowforth e Munt**, 1998). No entanto, essa multiplicidade de termos revela maiores amplitudes de formas de turismo, o que contribui, segundo os autores, para uma maior imprecisão (ora vago, ora amplo) na tentativa de classificar o que viria a ser turismo alternativo. A literatura, num esforço para modelar a realidade e explicar o turismo alternativo, defende uma aceção para o termo alternativo no que respeita à questão: *alternativo a que?* (**Pearce**, 1992; **Butler**, 1992).

Claramente, verificava-se uma posição antagónica do turismo alternativo em relação ao turismo de massas, ou seja são “*formas não associadas ao turismo de massas, sendo, basicamente, de pequena*

escala, baixa densidade, dispersas nas áreas não-urbanas, atendendo ao interesse especial de grupos de pessoas que, essencialmente, apresentam uma educação acima da média.” (Wearing e Neil, 2001: 3). O turismo alternativo guia-se por uma necessidade de se distanciar do turismo de massas (Krippendorf, 1990). “É alternativo às formas menos desejadas de turismo, essencialmente ao que é conhecido por turismo de massas [...] é alternativo às Costas Bravas, Daytona Strips, Atlantic Cities e também alternativo à multidão [...] à alienação social e ambiental e à homogeneização.” (Butler, 1992). Portanto, o turismo passaria a ser caracterizado por dois pólos diametralmente opostos com atributos específicos, conforme pode ser observado na Tabela 1.4.

Tabela 1.4: Turismo de massas *versus* turismo alternativo.

Atributos	Turismo de massas	Turismo alternativo
Características gerais	<i>Crescimento económico.</i>	<i>Desenvolvimento.</i>
	<i>Descontrolado.</i>	<i>Controlado.</i>
	<i>Curto prazo.</i>	<i>Longo prazo.</i>
Comportamento do turista	<i>Grupos numerosos.</i>	<i>Individual, pequenos grupos.</i>
	<i>Programas pré-fixados.</i>	<i>Decisões espontâneas.</i>
	<i>Preferem o conforto e a passividade.</i>	<i>Turista decide o seu tipo de alojamento. Carácter activo.</i>
	<i>Negação à língua estrangeira.</i>	<i>Aprendizagem da língua local.</i>
	<i>Barulhento.</i>	<i>Calm.</i>
Estratégia de desenvolvimento	<i>Não planeado.</i>	<i>Planeado.</i>
	<i>Benefício externo.</i>	<i>Benefício local.</i>

Fonte: Hunter (1995).

O turismo alternativo, apesar de ser concebido como um novo paradigma para o turismo de massas, não representa a anulação deste. O turismo alternativo não substitui o turismo de massas em termos económicos, nas preferências pessoais e na logística. (Butler, 1992). De facto, o turismo alternativo permitiu uma expansão do mercado turístico, numa abordagem alternativa às práticas operacionais da indústria (Wearing e Neil, 2001). No entanto, essa dicotomia massas-alternativo, e todo o espectro de turismo localizado no âmbito dessas duas valências, sofreriam profundas transformações pela efervescência económica e sociocultural vigente no cenário mundial a partir dos anos de 1970. As novas formas de relações económicas e sociais traçariam novos rumos para o turismo subjacente à emergência da sociedade pós-fordista. Numa visão sociológica, defende Krippendorf (1990: 105), “*não há hipótese de mudança no turismo sem mudança na sociedade.*” Desta forma, o turismo responderia aos novos valores e aos novos padrões de desenvolvimento, marcados pela bandeira da sustentabilidade, erguida na esteira do movimento ambientalista de fins do século XX.

1.6 Conclusão.

O turismo como reflexo da sociedade industrial fordista assinala a tónica das discussões abordadas no presente capítulo. A democratização das férias e a formação de uma indústria de serviços turísticos, para além de outros factores, propiciaram a existência de fluxos preferenciais de massas a diversas áreas de destino, outrora frequentadas pela elite. O modelo da oferta turística adoptado, traduzido na concepção dos pacotes de férias organizadas, e os arquétipos característicos da procura, produziram transformações significativas nos locais aliciados pela função turística. As relações estabelecidas entre a oferta, a procura e a população anfitriã nas áreas receptoras têm proporcionado à dinamização de processos evolutivos da actividade turística, com estágios marcados pelos diferentes impactes protagonizados por estas interfaces. Nesta abordagem, vê-se que, no âmbito do turismo de massas, as pressões para o uso irrestrito do capital natural e sociocultural das áreas de destino provocaram uma diversidade de impactes negativos à base destes recursos, acelerando a evolução do *resort* no sentido do seu declínio, com a perda da vocação turística. Em muitos casos, acções mitigadoras convergem para a operação de um rejuvenescimento do destino, prolongando-se a fase de estagnação. Perante as perspectivas descritas, observa-se que, em pouco mais de meio século de afirmação do sector do turismo, emergem novas formas de turismo em reacção ao modelo da massificação. A incidência de um maior rigor no planeamento e na gestão da actividade turística figuram como peças centrais para a quebra do antigo paradigma do turismo de massas enquanto se procura robustecer o actual paradigma assente nas perspectivas sustentáveis de desenvolvimento, em análise no próximo capítulo.

2. O turismo pós-moderno e as suas implicações na sustentabilidade.

2.1 Introdução.

Desde 1950, quando as viagens se tornaram acessíveis a um público massificado, o turismo experimentou mudanças que acompanharam as tendências políticas e socioeconómicas mundiais. Neste capítulo, são analisadas as transformações operadas no turismo com o advento do pós-fordismo. Busca-se, à partida, a elaboração de um enquadramento preliminar sobre as principais trajectórias socioeconómicas vigentes, iniciadas a partir da decadência do binómio *keynesianismo*/Estado bem-feitor, até à emancipação da *economia de mercado* e da *globalização*. O turismo responderia aos novos tempos, através da emergência dos novos perfis da procura turística, do aumento da competitividade e de uma oferta a assimilar o conceito de qualidade nas suas operações. Desta forma, ampliaram-se as linhas de produtos e de serviços, com vista a satisfazer consumidores cada vez mais exigentes. Na continuidade das mudanças, factores como a tecnologia e a globalização, representaram influências decisivas na caracterização do turismo pós-moderno. De salientar a apresentação de modelos essenciais da actividade, que permitem uma exploração acerca das correntes e variáveis modificadoras do turismo contemporâneo. Estas valências serão explicadas em termos das variáveis exógenas e endógenas do turismo, onde esta última receberá uma maior ênfase neste trabalho. Assim, serão abordadas questões assentes no novo perfil de consumidor turístico, no papel das novas tecnologias e na gestão do turismo. No âmbito desta dissertação, também assume importância o movimento ambientalista, o qual promoveu um percurso em direcção a um novo paradigma de desenvolvimento, pautado pela sustentabilidade. O turismo traz, para si, toda a complexidade desta temática e a abordagem, aqui delineada, procura levantar as principais discussões e debates em torno do turismo sustentável. As discussões exploradas no capítulo anterior somam-se às discussões que se encetam neste capítulo, objectivando uma melhor compreensão face às implicações do planeamento, da gestão e dos indicadores para o controlo da actividade turística e, dessa forma, encontram-se numa posição basilar para a análise dos temas seguintes desta revisão de literatura.

2.2 O turismo pós-moderno: um novo paradigma face ao modelo de massas do turismo.

2.2.1 O pós-fordismo.

A literatura especializada em ciências sociais e desenvolvimento económico assinala os anos de 1970 como marco de uma nova fase no capitalismo mundial. Baptizada de pós-fordismo, pós-industrialismo ou pós-modernismo¹, esta nova caracterização das relações políticas e económicas da sociedade capitalista resultaria da erosão do modelo fordista vigente, das novas tendências de

¹ Alguns autores costumam fazer uma distinção entre os termos pós-fordismo e pós-modernismo em relação ao conjunto das transformações socioeconómicas experimentadas pela humanidade, após os anos de 1970. Assim, o termo pós-fordismo, volta-se ao âmbito da economia, ao novo modelo capitalista de produção emergente no período; enquanto o termo pós-modernismo, enquadra-se à esfera das manifestações culturais, da arquitectura urbana, do modo de vida urbano, vigente no período (Harvey, 1989).

mercado, das inovações tecnológicas e dos novos modelos de organização social e institucional que revolucionaram as últimas décadas do século XX.

À partida, já nos anos de 1960, o fordismo sinalizava menores expectativas de acumulação de capital e reduziam-se os lucros do sistema produtivo em massa. A sintonia entre **capital e trabalho**, patrocinada pela união da indústria com o “Estado do bem-estar”, apresentava os primeiros conflitos e expõe as contradições entre a lógica económica e o estatuto social legitimador do *welfare state* (Murteira, 1995). A severa recessão, impulsionada pela crise do petróleo no início dos anos de 1970², a galopante inflação e a subjacente vaga de desemprego afectariam de forma irreversível a economia dos Estados Unidos, considerada o centro do capitalismo mundial (Amin, 1996; Harvey, 1989). O crescimento da concorrência e dos mercados internacionais, fruto da recuperação económica dos países da Europa Ocidental e da Ásia, a inaptidão do Estado em responder às necessidades das populações, a escassez de recursos e a revolução tecnológica, operada no âmbito da informática e das telecomunicações, também se encontrariam na origem dos factores responsáveis pela falência do modelo fordista vigente (Costa, 1996).

Com estes cenários, abriam-se os caminhos para a intervenção do mercado na economia, que culminaria com o desenvolvimento do neo-liberalismo, em fins dos anos de 1970, e início dos anos de 1980, reinventando o capitalismo a partir dos Estados Unidos (governo do Presidente Ronald Reagan) e da Inglaterra (governo da Primeira-Ministra Margareth Thatcher). No lastro da política económica neo-liberal, sucederam-se as marcas indeléveis do pós-fordismo, ilustradas pelas privatizações de empresas estatais; pelas anulações gradativas dos contratos e dos benefícios sociais entre o capital e o trabalho; pela adopção da flexibilidade na produção; pelas mudanças na estrutura hierárquica das organizações, atendendo aos apelos dos programas de qualidade total; pela desregulamentação e liberalização do mercado financeiro; entre outras.

Jessop (1994) defende que os capitalistas associavam a manutenção do emergente sistema à capacidade flexível das soluções de engenharia, da catálise nos processos de inovação de produtos, da investigação em novas tecnologias e na qualidade dos produtos, capazes de atender às necessidades individuais, num mercado consumidor que se configurava em maiores proporções de segmentação. Projectava-se, assim, uma maior dinamização na economia, através da emergência do sector de **serviços** e do fortalecimento do sistema financeiro e da informática.

² Segundo Harvey (1989), o período entre 1965 e 1973, exibiu a incapacidade do capitalismo em manobrar a característica de “rigidez” do modelo Fordista. A fórmula *keynesianismo + Estado bem-feitor* deixa de funcionar e os lucros não respondem às expectativas dos capitalistas. No Oriente, vivia-se a guerra entre israelitas e árabes e, numa forma de retaliar a venda de armas dos EUA para Israel, os países árabes aumentaram significativamente os preços do petróleo, desencadeando-se uma depressão económica nos EUA, importador maioritário de petróleo. A crise viria a influenciar o mundo capitalista ocidental colocando em causa a já fragilizada economia fordista.

A combinação entre inovação tecnológica, expansão mundial das grandes empresas, constituição de redes e de parcerias internacionais e a união de países em blocos de livre comércio fomentariam um conjunto de transformações económicas e sociopolíticas, no próprio seio do pós-fordismo, que se popularizou pelo fenómeno da globalização. Desta forma, o capitalismo, como sistema hegemónico mundial, operava, em fins do século XX, um ciclo rejuvenescedor. De acordo com Manuel Castell, este neo-capitalismo “*caracteriza-se por três traços fundamentais: as principais actividades económicas são globais, as principais fontes de produtividade e competitividade são a inovação, a geração de conhecimento e processamento de informações; e ele se estrutura principalmente em torno de redes de fluxos financeiros.*” (Castell 2000, cit. em Capra, 2002: 148). O pensamento de Castell pode ser expandido através da Tabela 2.1, onde se enumeram os principais alicerces estruturantes do neo-capitalismo.

Tabela 2.1: Bases do capitalismo pós-fordista.

<i>Flexível: O sistema fordista de produção de massas foi substituído por produtos destinados a um mercado volátil, de nichos, altamente especializado, e uma produção segundo as necessidades do mercado, configurando novas relações no âmbito da dualidade capital versus trabalho em que predomina a informalidade e flexibilidade dos vínculos de mão-de-obra.</i>
<i>Informação: A emergência dos sistemas da nova economia baseia-se no processamento da informação, na velocidade de acesso aos dados, na geração do saber e na manipulação dos símbolos comerciais, signos e imagens. O poder assenta no domínio da informação.</i>
<i>Global: O desenvolvimento da economia mundial é conduzido por fluxos de riqueza e de informação, entre uma rede de mercados globais, de cidades mundiais, da emergência de marcas globais, verdadeiros ícones da cultura pós-modernista. Este processo é, porém, acompanhado por outro, que se caracteriza pela diversidade e pela distinção dos locais.</i>

Fonte: Ferreira (2003).

O impacto sobre a ecologia e meio ambiente, em fins do século XX, é outro fenómeno marcante no pós-fordismo e será adiante explorado no ponto acerca do movimento ambiental.

As dinâmicas operadas por este novo ciclo do capitalismo, apresentadas de forma preliminar acima,³ iriam imprimir modificações no turismo, ocasionando a emergência de novos perfis de consumidor em turismo e novos desafios à gestão das áreas de destino. O modelo do turismo de massas, característico da sociedade fordista, encontraria um novo paradigma a reflectir o advento da pós-modernidade. Importa salientar, entretanto, que a emergência destes novos padrões do turismo não provocariam, ao menos até aos dias actuais, o fim do turismo de massas. O turismo pós-moderno produz novos destinos por intermédio da procura diversificada e segmentação dos produtos turísticos. Por outro lado, se verifica uma permanência das áreas de destino já consagradas e, tipicamente de massas, que operam rejuvenescimentos nos seus produtos turísticos, de forma a mantê-las à montra ao lado dos destinos emergentes.

³ Para efeito de um maior aprofundamento sobre esta temática, ver Harvey (1989), Lipietz (1992) e Amin (1996).

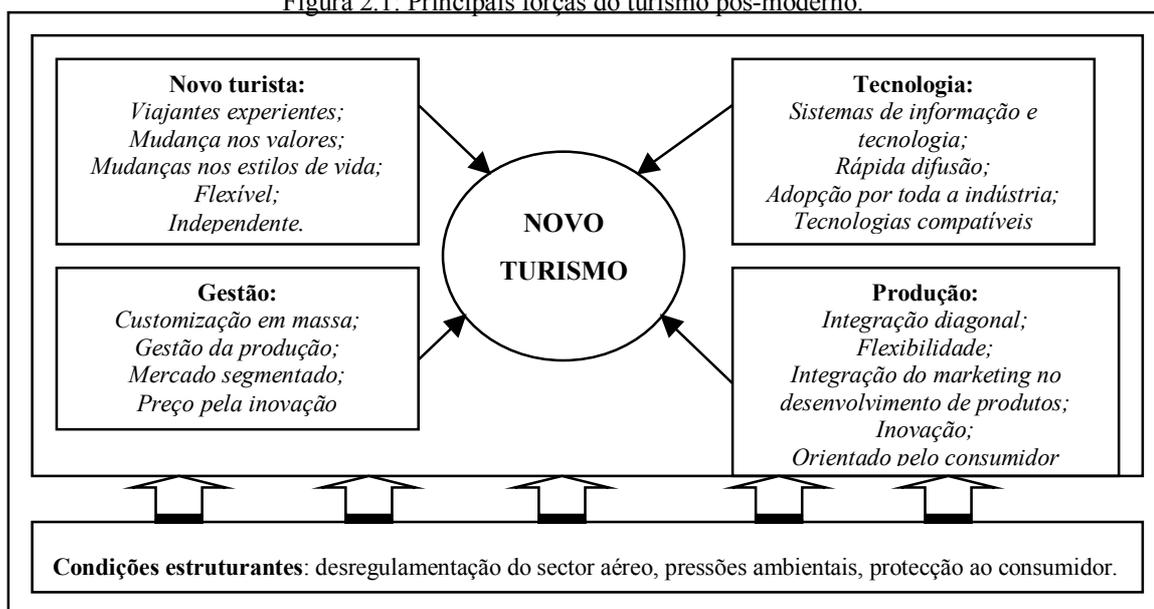
Pelo exposto, delinear o percurso do turismo, à luz da pós-modernidade, permite encontrar uma maior compreensão quanto ao advento e consolidação do turismo de natureza, o qual se apresenta como tema central deste trabalho. Os pontos a seguir discorrem sobre as principais características do turismo na pós-modernidade e a introdução do conceito de sustentabilidade no turismo.

2.2.2. O turismo pós-moderno.

A pós-modernidade operou um processo de desconstrução do turismo em diferentes valências, formatando um novo paradigma à actividade. A vaga de transformações traz à ribalta um turismo marcado pelo uso intensivo das tecnologias de informação e comunicações, pela segmentação, pelas reestruturações na indústria do turismo e na cadeia de distribuição, pelas práticas ambientalmente responsáveis, pela ênfase na qualidade e na gestão em bases competitivas e inovadoras e pela emergência de um novo tipo de consumidor no turismo.

A oferta do turismo flexibiliza os seus serviços e suas estruturas de produção para atender aos novos perfis de consumidores, também flexíveis e de comportamentos por vezes imprevisíveis. A produção em massa e em larga escala do pacote turístico é substituída pela solução personalizada, a exigir das organizações turísticas e às áreas de destino uma produção centrada na economia de oportunidade, ofertando uma variedade de serviços “sob-medida”. No âmbito das mutações impressas pelo pós-modernismo à sociedade, algumas afectam directamente o turismo. Nesta perspectiva, **Poon** (1993) apresenta o universo de factores com influências no turismo pós-moderno, pela acção de cinco forças: **os consumidores, a tecnologia, a gestão, as práticas de produção e as condições estruturantes**. As forças designadas por Poon estão descritas no modelo proposto pela autora, ilustrado na Figura 2.1.

Figura 2.1: Principais forças do turismo pós-moderno.



Fonte: Adaptado de **Poon** (1993).

De igual modo, **Cooper et al** (2001) classifica as correntes desconstrutivas do velho turismo em variáveis **exógenas** e variáveis **endógenas**. Por variáveis **exógenas**, os autores explicam a influência de forças, sobre as quais o sistema do turismo não exerce controlo e que estão na origem das principais vulnerabilidades do turismo, e.g. das actuais tendências sócio-demográficas, das políticas mundiais de desenvolvimento, dos mercados financeiros, da tecnologia, da segurança, das evoluções nos transportes, e outras tendências, nomeadamente associadas ao terrorismo, alterações climatéricas, epidemias, etc.

Por outro lado, em termos das variáveis **endógenas**, encontram-se aquelas com implicações directas nas regiões emissoras de turistas, nas regiões de trânsito e nas áreas de destino, constituídas pelos novos turistas, pelos recursos humanos, pelo desenvolvimento sustentável, pela ética e responsabilidade social, pela gestão da qualidade total, pela informação tecnológica, pela formação e concentração de alianças e estratégicas; pelas parcerias na cadeia de valor. Como a temática principal deste trabalho se centra na sustentabilidade do turismo de natureza, importa focar a reflexão sobre as forças internas ao próprio sistema do turismo, ou variáveis endógenas, nomeadamente, **o novo perfil do consumidor, as novas tecnologias, a gestão e o desenvolvimento sustentável no turismo.**

Segundo **Poon** (1993), as **mudanças no perfil da procura turística** estão na origem das principais forças norteadoras do turismo pós-moderno. Este novo turista destaca-se pelo poder de conhecimento que detém, pela procura por destinos e serviços com qualidade e por motivações assentes num papel participativo nas suas viagens. É sofisticado, mostra-se mais consciente e com um maior respeito pelo meio ambiente e pelos aspectos culturais da população anfitriã. De acordo com **Cooper et al** (2001), as áreas de destino desenvolvem o *info-tainment* e o *edu-tainment* como mais valia à experiência do novo turista. Estes mecanismos são evidenciados, por exemplo, nas áreas naturais protegidas, as quais inserem programas de educação ambiental na oferta dos seus atractivos turísticos, conforme apresentado no trabalho empírico.

Tal como verificado em **Poon** (1993), a viagem é uma experiência de descobertas e o novo turista aspira à novidade, a algo que promova a expansão da experiência. De igual modo, **Cooper et al** (2001:488), defendem que a *“postura passiva de banhos de sol migra para motivações educacionais e de aprendizagem, em que o turista faz da sua viagem uma experiência de vivência com o meio ambiente natural, histórico-cultural e com a comunidade local da área destino.”* Com uma maior educação, este turista assume valores claramente focalizados nas preocupações sobre o estado de conservação do meio ambiente e o impacto da sua passagem pela comunidade anfitriã, encontrando-se particularmente atento ao posicionamento no qual a área de destino e os serviços turísticos se colocam perante as questões de ordem ambiental.

Os novos turistas utilizam a Internet para a programação dos seus roteiros, tornando-se independentes, espontâneos e livres para as actividades de sua legítima apetência. De qualquer ponto reservam voos, hotéis, alugam carros, seleccionam programas, imprimem mapas de cidades e rodovias. Estes turistas tornam-se mais experientes e especializados e alcançam qualquer lugar do planeta por si próprio. **Poon** (1993) resume o perfil dos novos turistas em cinco atributos: mais experientes; em mudança de valores; são produtos de mudanças demográficas; flexíveis; independentes e com opinião própria.

Perante o exposto, a indústria do turismo e os destinos necessitam reenquadrar-se, visando a busca de soluções inovadoras e competitivas que vão ao encontro dos novos perfis da procura turística. Neste cenário, a **tecnologia** assume uma posição fulcral às actuais tendências do turismo. **Cooper et al** (2001) sublinham que a tecnologia ajuda no desenho de produtos adequados às exigências dos novos padrões de consumo em turismo. O produto turístico deve apetreter a uma variedade de preferências e ser vendido a preços competitivos, possibilitando alargar o atendimento a uma gama maior de consumidores. A tecnologia no novo turismo oferece vantagens para a gestão da capacidade da oferta; para a dinamização da cadeia de distribuição, a qual se organiza para o fornecimento de respostas *on-line*; para a integração; para a comunicação e entrega de valor, numa clara sintonia entre produção e clientes (**Poon**, 1993).

Entretanto, o determinismo económico funciona como um constrangimento à difusão destas tendências tecnológicas. A tecnologia tem custos e, no quadro actual, apenas as grandes empresas do turismo internacional podem fazer uso da magnitude dos seus benefícios. Operadores tradicionais como a *Travel Union International* (TUI) e a *Thomas Cook* estão sob controlo da comunidade financeira (**Go e Klooster**, 2005), com fôlego monetário para os investimentos necessários. Esta tendência revela uma “concentração” do capital nas mãos de poucas e grandes empresas e tem sido uma característica marcante do turismo pós-moderno. (**Cooper et al**, 2001). Perante o exposto, que mercado pode ainda ocupar as “Pequenas e Médias Empresas” (PME’s) locais e regionais de turismo?

Segundo **Cooper et al** (2001), em face desta concentração de gigantes da indústria do turismo, as PME’s precisam se posicionar mediante as seguintes sugestões: (a) diferenciação de produtos e fazê-los competitivos em preço; (b) um alto nível de serviços personalizados; (c) um alto nível de conhecimento sobre o produto turístico; (d) maior sinergia com a área destino. Neste trabalho, as PME’s de animação ambiental figuram como vectores no processo do desenvolvimento das áreas de destino de natureza e serão analisadas na investigação empírica. Para o alcance dos pressupostos citados por **Cooper et al** (2001), as empresas, quer no âmbito da indústria internacional, quer no âmbito das áreas de destino, necessitam identificar e utilizar modernos métodos de gestão.

Os **novos modelos de gestão do turismo** exploram o *marketing*, aproximando os produtos às necessidades dos clientes. “*Produtos e serviços são cuidadosamente dissecados e refinados para corresponderem as necessidades dos novos consumidores*” (Poon, 1993: 86). Entre as ferramentas de gestão do turismo pós-moderno, destaca-se a estratégia de *marketing* conhecida por segmentação. Nos fins da década de 70, Cohen propõe que “*diferentes tipos de pessoas podem desejar diferentes modos de experiências turísticas*” (Cohen, 1979, cit. em Uriely, 1997: 983), onde esta afirmação caracteriza apropriadamente a conceptualização do turista pós-moderno em contraste ao perfil homogeneizado da experiência turística moderna.

Desta forma, num mercado turístico formado por diferentes tipos de consumidores, torna-se cada vez mais importante conhecer os nichos, os comportamentos dos consumidores e as peculiaridades dos mercados, procurando alcançar produtos e serviços cada vez mais personalizados. A segmentação consiste na acção de identificar e classificar grupos distintos de consumidores, agrupando-os segundo características de comportamento, desejos e necessidades (Bull, 1996). De acordo com a literatura do *marketing* em turismo, “*a selecção de um conjunto de variáveis relevantes, como base de segmentação, é útil para estruturar o mercado*” (Kastenholz, 2002: 81).

A segmentação, como uma estratégia de **gestão de mercados turísticos e áreas de destino**, juntamente com os **novos perfis de turistas** e as **tecnologias** ao serviço do turismo, compõem o cenário marcante do turismo pós-moderno. De igual modo, o **desenvolvimento sustentável do turismo** representa outra característica a dominar as políticas, discussões e práticas do turismo actual. O próximo ponto elabora uma abordagem sobre o movimento ambientalista, nos fins do século XX, como percurso fundamental para a emergência do desenvolvimento sustentável. Para esta dissertação, o turismo sustentável encontra-se em posição relevante e será explorado no ponto 2.4 deste capítulo.

2.3 Movimento ambientalista: um percurso para a emergência do desenvolvimento sustentável.

A década de 1960 funcionou como um marco para o movimento ambientalista, ao elevar os debates e discussões sobre o tema “meio ambiente” à amplitude internacional. Como ponto de partida, crescia um reconhecimento pela sociedade, que o modelo de civilização, assente na noção de progresso material e crescimento económico, plasmados pela modernidade científica e industrial, protagonizava um desequilíbrio e uma perda da harmonia entre a vida humana e o meio ambiente. Somava-se, também, à difusão do movimento ambiental, a constatação de alterações físicas no planeta e a extensão da mancha de miséria a assolar países africanos, asiáticos e latino-americanos.

Notoriamente, publicações de livros e artigos inovadores sobre a temática ambiental, a exemplo do

livro *Silent Spring*, da escritora Rachel Carson, publicado em 1962, e a obra *The Tragedy of Commons*, de Garret Hardin, de 1968, sinalizaram à comunidade internacional para a tomada de novos rumos no âmbito das relações **homem versus natureza**. O alerta emergiu, também, sob a forma de desastres ambientais⁴, os quais representaram marcas incontestáveis da alienação do homem perante as questões ambientais.

A partir dos anos de 1970, diversas conferências mundiais trouxeram à ribalta discussões pautadas nos pensamentos, ideias e preocupações em torno do tema meio ambiente, tecendo uma estrutura retórica e dialéctica sobre as complexas relações entre o homem e a natureza. Os temas debatidos constituem-se num rico arcabouço de construções não só filosóficas mas também no que respeita às inovações tecnológicas, balizadas à luz das preocupações sobre a continuidade da existência humana, face às tendências da qualidade ambiental do planeta. As discussões convergiam para uma valorização da hermenêutica ambiental, assente nas concepções/interpretações das relações homem e natureza, posturas éticas e novos olhares sobre a tecnociência. O Anexo II.B apresenta, em cronologia, a sucessão de eventos internacionais que elevaram o meio ambiente a uma questão de relevância internacional. No espectro destes eventos, destacam-se as 3 grandes conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente, nomeadamente, Estocolmo, 1972; Rio, 1992⁵ e Joanesburgo, 2002.

Esta última conferência, ou *World Summit on Sustainable Development* (WSSD), também conhecida por RIO +10, reuniu cerca de 60.000 participantes que buscaram a adopção de **metas quantificáveis** para a implementação prática da Agenda 21, alargando-se o âmbito da sustentabilidade para questões de cariz social, e.g. da erradicação da fome e da pobreza extrema, da redução da mortalidade infantil, da melhoria das condições habitacionais das populações necessitadas, da ampliação do acesso à água potável, etc. O documento resultante desta cimeira, a

⁴ A literatura enfatiza a ocorrência de desastres ambientais que tomaram vulto internacional e se constituíram em símbolos à defesa do meio ambiente. Como exemplo, pode-se citar: em 1984, um vazamento de gases letais da fábrica *Union Carbide*, deixou um saldo de 3 mil mortos e 20 mil feridos em Bhopal, Índia; em 1986, explode o reactor de uma central nuclear em *Chernobyl*, Ucrânia; o derramamento de 50 milhões de litros de petróleo no Canal Príncipe William, no Alasca, causado pelo petroleiro *Exxon Valdez*, em 1989, mostrou que nenhuma área, por mais remota que seja, está a salvo do impacto causado pelas actividades humanas; a insegurança do transporte marítimo petrolífero voltaria a se manifestar, em 2002, quando o navio *Prestige* naufraga na costa da Galiza, Espanha, derramando 50 mil litros de petróleo causando uma mortandade à fauna e flora da costa norte espanhola e da fronteira com Portugal. (PNUMA, 2002).

⁵ Em 1992 realizou-se, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra, ou Rio-92, a qual registou um número sem precedentes de participantes, entre chefes de Estado, representantes da sociedade civil, de sectores económicos e de Organizações Não Governamentais (ONG's). A Rio-92 resultou na compilação de uma série de documentos, designadamente: (a) a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (contendo 27 princípios); (b) duas grandes convenções internacionais, a Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima e a Convenção sobre a Biodiversidade; (c) a criação da *Commission on Sustainable Development* (CSD); (d) a elaboração de um acordo para negociar uma convenção mundial sobre a desertificação; (e) a declaração de Princípios para a gestão Sustentável de Florestas. (f) a Agenda 21 – um plano de acção para o meio ambiente e o desenvolvimento no século XXI (PNUMA, 2002).

Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável, comprova o compromisso das Nações Unidas e diversas instituições com o desenvolvimento sustentável, no sentido de construir uma sociedade mundial humanitária, equitativa e consciente do respeito por todos os seres humanos (ONU, 2006).

Pelo exposto, observa-se nos últimos anos, o alargamento do movimento ambientalista, ao emancipar uma nova abordagem perante a relação **homem versus natureza**, onde sobressaem a condição do ser humano e as suas necessidades, o reconhecimento da escassez dos recursos naturais e o modelo de novas formas de desenvolvimento, o qual se propõe sustentável. Estas valências convertem-se num novo paradigma da humanidade que emerge no sentido de ultrapassar a visão romântica e idílica da natureza e o carácter positivista da tecnociência (Soromenho-Marques, 1998). Para este autor, a tecnociência, contextualizada numa racionalidade instrumental e numa ética antropocêntrica, já não consegue responder aos novos paradigmas, caracterizados pela complexidade e interdisciplinaridade. As questões apresentadas por Soromenho-Marques exigem uma revisita às formas do pensar e relacionar entre homem e natureza, ao longo da história, cuja síntese se apresenta nos parágrafos a seguir.

Pelizzoli (2002) reconhece a existência de 4 grandes paradigmas ao longo da história, subjacente à relação **homem versus natureza**, tipificados consoante os modos de produção e as formas vigentes do pensamento filosófico de cada período. O **primeiro** paradigma da humanidade relaciona-se com a **agricultura** e foi decisivo para a fixação do homem à terra (**Pelizzoli**, 2002). Desta forma, o homem antigo tem uma projecção impulsiva e de instintos irracionais sobre a natureza. A natureza instigava e, mediante algum mecanismo psicológico, atribuíam-se poderes divinos aos elementos naturais.⁶ A Terra-Madre e as divindades femininas são veneradas por sugestões de fecundidade, da origem das coisas, da sexualidade, do regresso ao seio materno, de uma fonte inesgotável de toda a vida e da fertilidade dos campos (**Casini**, 1987). Há nesta visão, segundo **Pelizzoli** (2002), o próprio encontro com o significado da palavra natureza, originada do latim “*nasci*”, “*nascor*”, e designa o nascer, crescer, ser criado; é uma visão processual da vida. Conhecer a Natureza é relacionar-se com a sua génese e ao seu processo de nascer/crescer.

O **segundo** paradigma tem as suas origens na **filosofia greco-romana**. O pensamento grego surge

⁶ As montanhas, para os povos Antigos, encerravam poderes extraordinários: O Olimpo, o Fuji-iama, o Tabor e o Sinai. A montanha sagrada é o sítio onde as divindades falam aos mortais. De igual modo, rios são elevados à condição de sagrado. O Eufrates e o Tigre, o Nilo, o Ganges, o Tibre, desempenham funções sagradas para as culturas Assírio-babilónicas, egípcia, indiana e romana, respectivamente. (**Casini**, 1987).

na Escola de Mileto, filosoficamente científica e materialista e concentrada na descoberta da natureza *física* do mundo. Tales, fundador da Escola de Mileto, propunha uma ordenação aos fenómenos naturais, os quais considerava regidos por leis universais (Casini, 1987). Anos mais tarde, a Filosofia grega entregava-se à doutrina e harmonia dos números de Pitágoras. Para os pitagóricos, os números estavam acima do fogo, da terra ou da água e tal como apregoava Pitágoras “*o homem é a medida de todas as coisas*”. Pelizzoli (2002) defende que esta frase pode ser uma representação de uma visão claramente antropocêntrica, ao colocar o homem acima de todas as leis e focalizado na satisfação dos seus próprios desejos. A Filosofia de Platão e Aristóteles⁷ também manifestou ideias no que respeita à relação **homem** versus **natureza**, presente em temas como a metafísica, a retórica, ética, ciências naturais, política e lógica.

O **terceiro** paradigma tem as suas origens a partir da Revolução Científica setecentista, no Iluminismo e na Revolução Industrial. A partir deste paradigma, denominado de “**paradigma cartesiano da modernidade científica**”, transcorre uma grande mudança na visão de mundo, com alterações no modo de “pensar” e perceber a realidade. A Revolução científica objectivava a razão e preconizava a construção do conhecimento, através das bases científicas tangíveis, palpáveis e quantificadoras. Desenvolvia-se uma visão mecanicista do mundo, com ênfase no aporte matemático a dominar a Física, a Química e a Engenharia. De acordo com Pelizzoli (2002), René Descartes⁸, Galileu Galilei⁹ e Francis Bacon¹⁰ figuram como nomes fundamentais da Revolução Científica. Outras características do pensamento racional científico: reducionismo/simplificação da realidade; quantificação material e desqualificação do real; racionalismo; determinismo científico; pensamento dicotómico e fragmentado; mecanicismo; razão autónoma objectivadora (Pelizzoli, 2002).

Na Revolução Científica, há uma aposta na emancipação da tecnociência como instrumento de resolução para os problemas humanos. “*Em F. Bacon e Descartes, encontramos a antecipação de que a construção de uma cultura libertadora dos limites da própria condição natural humana (doença, sofrimento, morte prematura, pobreza, etc.) será conseguida através do desenvolvimento*

⁷ Aristóteles (384 a.C. – 322 a. C.) procurava uma explicação séria, coerente e elaborada da natureza, tornando-se um observador de seres vivos, com estudos em zoologia, anatomia e taxonomia. O pensamento grego lançou as bases teóricas para o pensamento romano, para a plástica renascentista e para a metodologia das ciências do ocidente, sedimentando a estrutura basilar do antropocentrismo.

⁸ “R. Descartes, em sua filosofia, o corpo é separado da alma, o ser humano separado da natureza, o homem visto como uma máquina, essencialmente racional, isolado e dominador de objectos se conhecimento” (Pelizzoli, 2002: 18).

⁹ “Cientista que une saber quantitativo-matemático com a experimentação científica, para formular leis da natureza, sendo, portanto, o pai da ciência moderna” (Pelizzoli, 2002: 19).

¹⁰ “F. Bacon formula a teoria do pensamento indutivo para elaborar experimentos e extrair conclusões gerais, com novos testes e verificações [...] Bacon elabora um método para dominar a natureza, obrigá-la a dar respostas, fazendo-a serviçal, escravizando-a” (Ibidem).

do potencial técnico das ciências da natureza” (Soromenho-Marques, 1987: 137-138). E esta crença na tecnociência como salvação da humanidade é reforçada pelo positivismo de Auguste Comte, através da adopção do método científico como base para a organização política da sociedade industrial emergente. Segundo a filosofia positivista, “o progresso como poder e esperança ligava-se indissoluvelmente à promessa de objectividade da técnica. Ela prometia um projecto concreto e quantificado de poder sobre a “natura dominata”, evitava o confronto entre os homens em troca de uma subordinação da natureza às operações e à violência da técnica.” (Soromenho-Marques, 1987: 138-139).

O antropocentrismo, como legado da Revolução Científica setecentista, conduziria o meio ambiente a uma posição marginal e periférica. A natureza representava um estado de recursos ilimitados e disponíveis à satisfação das necessidades do homem industrial racional. Ou seja, há um processo de conquista do mundo, visto como objecto, subjacente ao domínio da razão:

“A autonomia e unidade da razão, fazendo com que o mundo real seja manobrável e administrável;(sic) e a objectivação da realidade, representam caracterizações do pensamento cartesiano consequente à Revolução Científica. [...] É assim que as ciências tornam-se objetificantes (sic) e implicam na alienação do homem em relação ao ambiente que o sustenta.” Capra, 1982 (cit. Pelizzoli, 2002: 18).

O pensamento cartesiano, e a sua aposta no positivismo e na tecnociência, é vista por Soromenho-Marques (1987) como uma promessa de resolução dos problemas da humanidade que nunca foi cumprida. Os anos pós Revolução Industrial foram marcados por guerras que acompanhariam a humanidade até ao período histórico recente, onde se dará a emergência do **quarto** paradigma, caracterizado por Pelizzoli (2002) como o paradigma **holístico do movimento ambiental**. A revolução científica e a revolução industrial não atenderam às perspectivas de um mundo melhor. O racionalismo económico norteou as conquistas tecnológicas para o consumo exagerado do capital natural, trazendo consequências negativas para a vida na Terra. A degradação ambiental, expressa pelo padrão de crescimento dominante, ultrapassa as fronteiras do “local” e assume proporções de âmbito mundial, e.g. da ameaça de destruição da camada de ozono e a sua consequente alteração no balanço climatérico do planeta.

Com estes sinais, delinearam-se novas reflexões sobre as relações **homem versus meio ambiente**. As grandes conferências de Estocolmo/1972, Rio/92, Joanesburgo/2002 introduziram conceitos e enfoques reformistas, no que respeita a temas como a ecologia, o crescimento populacional, o consumo, a produção limpa, o feminismo, o uso dos combustíveis fósseis, a eliminação de gases tóxicos, a redução da pobreza, entre outros (Fidélis, 2001; Pelizzoli, 2002). Através do paradigma

holístico ambiental, há a descoberta da complexidade encerrada pela natureza, passando a concebê-la como um sistema integrado. A razão torna-se insuficiente para a percepção dos fenómenos socioeconómicos e culturais paradigmáticos que marcam as relações do homem com o meio ambiente (Pelizolli, 2002). As relações entre as partes deste complexo sistema são a tónica do pensar deste quarto paradigma, portanto, emerge a ideia de **holismo**.

A ampliação da visão humana para o holismo representou um grande salto para a busca da construção de uma ética ambiental. Ao perceber que os fenómenos de carácter social, económico, político, ambiental e tantos outros possuem interdependências, o homem alargou a visão da natureza a uma nova consciência, numa perspectiva integradora e multidisciplinar. Não há mais possibilidades para sistemas excludentes e sim, includentes, holísticos e integrados. Esta visão sistémica de inter-relação homem/natureza posiciona a humanidade numa fase transitória entre os modelos tradicionais de crescimento económico e a actual proposta ou paradigma do **desenvolvimento sustentável**.

A proposta de desenvolvimento sustentável deve actuar no sentido de repaginar as políticas de crescimento económico, dos investimentos, do uso dos recursos e das estratégias das actividades humanas, numa perspectiva de progresso que passa pela harmonização e equilíbrio entre três vertentes principais, nomeadamente, a vertente ambiental, a social e a económica. À luz dos objectivos desta dissertação será elaborado, no ponto a seguir, um enfoque específico sobre os esforços do turismo em atender ao modelo sustentável de desenvolvimento¹¹.

2.4 A sustentabilidade no turismo, afinal, uma evolução no papel do turismo?

A expressão sustentabilidade entrou para o vocabulário comum do turismo concomitante ao emergente movimento ambiental. Os debates sobre o meio ambiente, o desenvolvimento e a sustentabilidade imprimiram novas perspectivas ao turismo pós-moderno, promovendo um redesenho ao planeamento, à gestão e às estratégias em *marketing* da actividade. No entanto, este novo paradigma do turismo acompanhou as próprias incertezas, imprecisões e questões do que vem a ser necessariamente a sustentabilidade: “*Quem define o que é sustentabilidade? Como ela pode ser alcançada? A quem se destina a sua representação e significado?*” (Mowforth e Munt, 1998: 25). Fundamentalmente, a questão a ser respondida é “*o quanto e de que maneira o turismo pode contribuir para a sustentabilidade?*” (Wall, 1997: 34). O turismo hoje projecta-se sob estes debates e procura reenquadrar-se à luz do conceito, das fronteiras, dos limites e possibilidades do desenvolvimento sustentável.

¹¹ Um maior detalhe conceptual sobre o desenvolvimento sustentável pode ser visto em Fidélis (2001).

No cerne destas questões encontra-se o alargamento da consciência ambiental, o qual atinge directamente o turismo e a sua vocação para o consumo do capital natural e cultural dos destinos. À luz da sustentabilidade, o turismo necessita reconduzir este padrão de consumo, observando-se o aspecto inter-geracional presente na definição do **desenvolvimento sustentável**, consonante o Relatório “*Our Common Future*”, apresentado pela *World Commission on Environment and Development* – WCED às Nações Unidas, em 1987: “*o desenvolvimento sustentável é aquele que responde à satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*” (extraído de **Mowforth e Munt** (1998: 24).

A difusão das ideias em torno da sustentabilidade recairia sobre o turismo, despertando o interesse de investigadores, da indústria do turismo, do sector público e das ONG’s. A julgar pelos impactes produzidos pelo turismo de massas, estudados no capítulo anterior, torna-se claro perceber que as comunidades anfitriãs já não toleram os excessos do turismo e os seus impactes. Esta componente, somada à consciência ambiental dos novos turistas, infere que o turismo deve, portanto, protagonizar novos parâmetros de desenvolvimento com vista a obedecer às propostas da sustentabilidade.

A recondução do turismo aos moldes formulados pelos novos paradigmas da sustentabilidade encontra-se desenhada na literatura da especialidade em abordagens referenciadas pelo âmbito inter-geracional, pela inter-relação entre a conservação dos recursos e a vertente económica do turismo, pela ênfase sobre a experiência turística e pelo posicionamento da indústria do turismo e das comunidades anfitriãs. Para além destas abordagens, as definições sobre o turismo sustentável trazem, à partida, uma perspectiva holística à palavra “meio ambiente”, que irá enquadrar os elementos não somente da esfera natural mas também as componentes socioeconómicas e culturais da área de destino, a compor um espectro de recursos, oportunidades e restrições ao desenvolvimento do turismo (**Hunter, 1995; Wahab e Pigram, 1997**).

Para a **WTO** (1999a), o conceito de desenvolvimento sustentável, definido no relatório “*Our Common Future*”, deve ser o objectivo essencial de todo o desempenho da actividade turística. Assim, os valores e recursos da actualidade podem ser desfrutados pelas gerações futuras. Ainda segundo esta publicação, este objectivo será alcançado pela condução da actividade turística através do planeamento e de técnicas de intervenção, assentes na conservação e na gestão racional dos espaços de valor natural e cultural.

De igual modo, Butler (1993, cit. em **Wall**, 1997: 44), sintetiza a definição de sustentabilidade no contexto do turismo como: “*um turismo o qual é desenvolvido e mantido numa área (comunidade, meio ambiente) de tal maneira e, numa escala adequada, que se mantém viável por um período indefinido de tempo, sem alterar ou degradar o meio ambiente (físico e humano).*” A visão deste autor encerra preocupações assentes nos impactes do turismo nas áreas de destino, numa relação com o seu trabalho acerca do ciclo de vida dos *resorts* turísticos. A manutenção da qualidade dos recursos turísticos torna-se fundamental para a extensão do ciclo de vida das áreas de destino, o que vem a corroborar com o princípio inter-geracional da sustentabilidade.

No entanto, o factor inter-geracional presente na doutrina da sustentabilidade é considerado ambíguo para **Wall** (1997) quando aplicado ao turismo. Segundo este autor, o factor inter-geracional representa uma força ao suportar o princípio da precaução, no que respeita à conservação dos recursos turísticos, porém, falha pois não se pode prever quais serão as necessidades e experiências desejadas pelos turistas das gerações futuras. Para além destas valências, o processo de recondução da actividade turística em direcção à sustentabilidade é também explorado à luz da dimensão económica, onde as definições dos autores enfatizam a importância económica do turismo e a necessidade de uso racional dos recursos. Neste aspecto, **Hunter** (1995:70) afirma que:

“O turismo sustentável reconhece a inter-dependência entre a viabilidade a longo prazo dos investimentos económicos, dos projectos, dos programas e das políticas do turismo e o sucesso da gestão sob a base dos recursos ambientais e culturais. Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável procura manter e aumentar a qualidade de vida e a qualidade da experiência turística nas áreas de destino, através da promoção do desenvolvimento económico o qual conserva [...] os recursos naturais, culturais e os recursos construídos. Ainda mais, o desenvolvimento do turismo sustentável procura reconhecer as relações existentes entre áreas de destino e uma perspectiva alargada do meio ambiente e, assim, procura contribuir para as medidas de conservação e preservação dos recursos regionais, nacionais e globais, com vista a promover a igualdade de acesso aos recursos naturais saudáveis para as gerações actuais e futuras.”

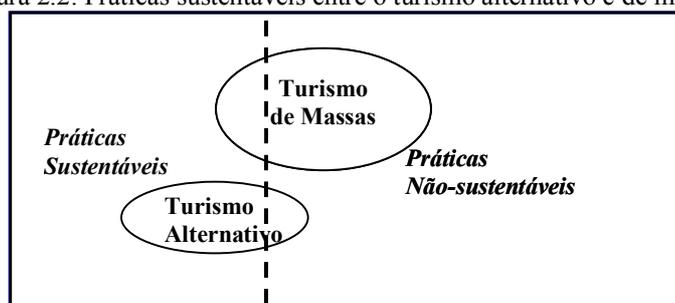
Pelo exposto, o turismo sustentável alberga aproximações entre desempenho económico, conservação dos recursos e melhoria da qualidade da experiência turística. As formulações de Hunter conduzem a uma reflexão sobre a emergência de novos relacionamentos entre a indústria do turismo, comunidade anfitriã e turistas no âmbito do cenário da sustentabilidade. Ou seja, a sustentabilidade no turismo preconiza uma combinação entre número e tipos adequados de visitantes e o efeito das actividades por eles geradas no destino. A indústria do turismo também possui um relevante papel neste âmbito, uma vez que os serviços oferecidos pelas empresas turísticas devem assegurar a manutenção dos valores das áreas de destino, numa perspectiva de longo prazo. Nesta abordagem, pontua-se a necessidade do controlo da procura turística e dos impactes gerados pela visita nas áreas de destino, além de ressaltar o papel da oferta e da comunidade anfitriã para a garantia da sustentabilidade.

A sustentabilidade emerge como um jogo de forças e de poder entre um turismo que é controlado pela indústria e um turismo que pretende ser controlado pela comunidade anfitriã. Estas forças foram reconhecidas por **Mowforth e Munt** (1998) que enfatizam a necessidade de uma maior participação da comunidade anfitriã na tomada de decisão e numa maior politização da indústria do turismo, no sentido de direccioná-la para a sustentabilidade, afastando-a da sua tendência para a dominação e transformação dos valores naturais, culturais e sociais das comunidades anfitriãs. Segundo estes autores, o processo de politização da indústria passa pelo advento de parcerias com os empreendedores locais do turismo, de forma a reduzir a desigualdade perante a distribuição dos benefícios económicos.

Para além dos aspectos conceptuais, questões sobre as fronteiras e abrangência do turismo sustentável permeiam as diferentes visões dos autores sobre o tema. Frequentemente, o turismo sustentável está associado ao turismo pós-moderno, assente no perfil do “novo turista”. No entanto, à luz dos conceitos do desenvolvimento sustentável, pode-se depreender que o turismo sob bases sustentáveis é indiferente a qualquer segmentação do turismo, com abrangência tanto no actual perfil da actividade como nas escalas tradicionais do turismo de massas. *“Toda e qualquer actividade turística pode e deve ser sustentável, e essa premissa contempla tanto o turismo convencional como todos os tipos alternativos de turismo.”* **Pires** (2002: 117). Entretanto, Butler sublinha que *“a teoria do desenvolvimento sustentável no turismo seria extremamente difícil ou mesmo impossível de implementar nos destinos onde existe o turismo de massas”* (Butler, 1991, cit. em **Hunter**, 1995: 89).

Fennel (1999), também discute a abrangência do turismo sustentável, ao afirmar que a questão da sustentabilidade do turismo não se localiza essencialmente no turismo pós-moderno ou alternativo e enuncia que o turismo de massas pode ser sustentável. Este autor explica a abrangência do turismo sustentável, através da ilustração da Figura 2.2, a qual evidencia uma maior ocorrência de práticas sustentáveis no turismo alternativo quando comparado ao turismo de massas.

Figura 2.2: Práticas sustentáveis entre o turismo alternativo e de massas.



Fonte: Adaptado de **Fennel** (1999: 27).

Hunter (1995) alarga a discussão ao enfatizar que o turismo, ao operar transformações no âmbito da realidade local dos destinos, deve ser sustentável tanto no contexto em que se figuram áreas turísticas desenvolvidas, áreas em desenvolvimento ou com potencial de desenvolvimento. **Inskip** (1991), corrobora com Fennel e Hunter, ao destacar a relação do turismo sustentável com o planeamento e a gestão, independente da configuração dimensional do fenómeno turístico:

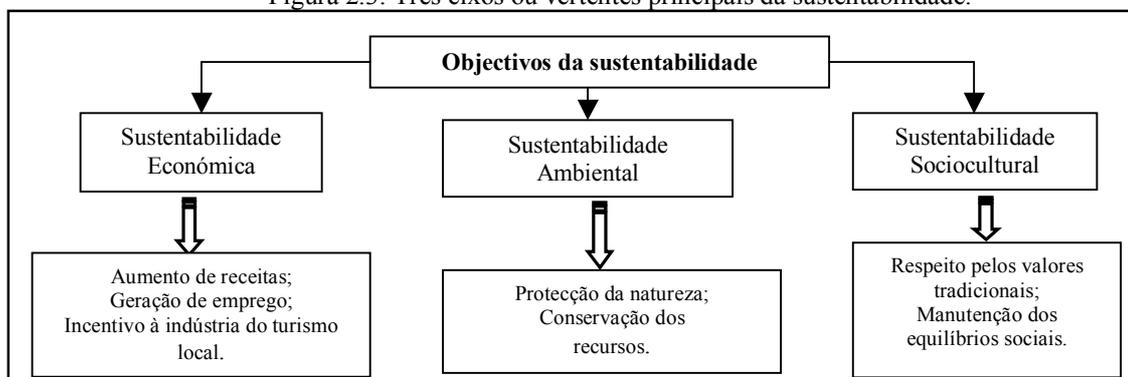
“A abordagem do desenvolvimento sustentável pode ser aplicada a qualquer escala do desenvolvimento turístico, desde grandes “resorts” até aqueles limitados em tamanho e de interesses específicos; para além desta premissa, a sustentabilidade depende de como o planeamento é formulado relativamente às características específicas do meio ambiente natural, económico e social da área de destino e da efectividade da implementação dos planos e da gestão contínua do turismo.” (**Inskip**, 1991: XVIII).

De igual modo, destaca a WTO:

“As directrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão disponíveis são aplicados a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinos, inclusive destinos de massas e aos diversos segmentos do turismo. Os princípios da sustentabilidade referem-se aos aspectos ambiental, económico e sociocultural do desenvolvimento turístico, havendo de estabelecer um equilíbrio adequado entre essas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. [...]” (**WTO**, 2006).¹²

De facto, os caminhos que conduzem à difusão do turismo para as práticas da sustentabilidade apoiam-se concretamente na componente do planeamento integrado e gestão da actividade turística nas áreas de destino, sendo essa afirmação presente nos diversos autores da literatura especializada recente (**Fennel**, 1999; **Wearing e Neil**, 2001; **Mowforth e Munt**, 1998; **Ruschmann**, 1997; **Pires**, 2002; **Inskip**, 1991, **Gunn**, 1993, **Hunter**, 1995). Efectivamente, o planeamento de base sustentável no turismo deve pautar-se em três componentes básicas do desenvolvimento sustentável, ilustradas na Figura 2.3.

Figura 2.3: Três eixos ou vertentes principais da sustentabilidade.



Fonte: Adaptado de **WTO** (1999a).

¹² A ideia de gestão equilibrada entre as dimensões da sustentabilidade, defendida pela WTO, se constitui num dos principais objectos de estudo desta investigação.

De acordo com **Mowforth e Munt** (1998), a **sustentabilidade ambiental ou ecológica** é considerada pelos autores como a mais percebida publicamente e relaciona-se com a fundamental necessidade de minimizar os impactes negativos no meio ambiente. **A sustentabilidade social** refere-se à habilidade de uma comunidade em absorver os impactes da visita, seja por curtos ou longos períodos, e funcionar sem criar desarmonias ou adaptando-se de forma que a desarmonia seja mitigada ou aliviada. Neste contexto, figura a **sustentabilidade cultural**, relacionada à habilidade das pessoas em reter ou adaptar elementos que a distingue de outras pessoas. No contacto entre turistas e população local, mesmo nos menores fluxos, ocorre a influência cultural, porém, o controlo dos efeitos, a ênfase no comportamento responsável do visitante e a prevenção das distorções da cultura local podem assumir elementos essenciais para a sustentabilidade no turismo. **A sustentabilidade económica** relaciona-se com os ganhos económicos da actividade, os quais devem ser suficientes para cobrir os custos da oferta turística e mitigar os efeitos da presença do turista, para além de oferecer um rendimento apropriado à população local, justificando a existência do turismo. Incentivos à formação de empresas locais de apoio ao turismo reforçam a vertente económica da sustentabilidade.

A conjugação destas três vertentes da sustentabilidade assegura um diferencial competitivo às áreas de destino em função das vantagens protagonizadas pelo campo da sustentabilidade. Para o alcance deste diferencial, evidencia-se a necessidade de estipular premissas que compõem um receituário pleno, referente ao tecido da sustentabilidade no turismo. **Fennel** (1999) e **Hunter** (1995) enumeram algumas premissas que fundamentam o turismo sustentável, conforme apresentado na Tabela 2.2.

Tabela 2.2: Premissas do turismo sustentável.

Fennel	Hunter
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Uso sustentável dos recursos;</i> • <i>Redução do consumo e produção de resíduos;</i> • <i>Manutenção da diversidade natural, social e cultural;</i> • <i>Planeamento integrado;</i> • <i>Apoio à economia local com envolvimento da comunidade anfitriã;</i> • <i>Capacitação e investigação;</i> • <i>Marketing responsável</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Ter sempre em mente a equidade inter-geracional, i.e. a distribuição dos benefícios e custos entre os promotores do turismo e população anfitriã deve acontecer não apenas hoje mas também para o futuro;</i> • <i>Seguir princípios éticos que respeitem a cultura e o meio ambiente das áreas de destino, a economia e o meio de vida tradicional e os padrões de liderança e políticas locais;</i> • <i>Planear e gerir o turismo respeitando-se a conservação do meio ambiente natural para as futuras gerações e ser integrado de certa forma com outras actividades económicas;</i> • <i>Envolver a população local, actuando-se apenas com a aprovação desta;</i> • <i>Ser conduzido numa base sistemática de avaliação de impactes e permitir acção para reduzir os efeitos negativos.</i>

Fonte: **Fennel** (1999); **Hunter** (1995).

Entre o receituário teórico, acima descrito, e a implementação prática do conceito e das premissas da sustentabilidade, percorrem-se caminhos filosóficos e ideologias ambientalistas, os quais se enquadram em duas perspectivas, nomeadamente, a perspectiva **substantiva** e a perspectiva **ética** (Fidélis, 2001). Na perspectiva **substantiva** há uma crítica aos actuais modelos de crescimento económico e de desenvolvimento, distinguindo-se três correntes: (a) a **conservadora**, a qual defende a manutenção dos modelos tradicionais de desenvolvimento, não sendo necessário rupturas nas políticas e nas estratégias para o estabelecimento da sustentabilidade; (b) a **intermédia**, prevê níveis de crescimento económico, alterando-se a forma como é alcançado. Baliza-se pelas premissas do Relatório Brundtland; (c) a **radical**, assente no pensamento ecocêntrico, o qual nega qualquer tipo de crescimento económico dentro dos padrões modelados pela sociedade antropocêntrica (Fidélis, 2001).

No âmbito da perspectiva **ética**, a literatura apresenta duas correntes, nomeadamente, a corrente **naturalista** e a corrente **antropocêntrica**. A primeira, também conhecida por **ecologia profunda** ou **radical** ou **biocêntrica**, pensa as relações entre homem e natureza de forma igualitária, em que todos os seres humanos ou não humanos são imbuídos de valor intrínseco (Pelizzoli, 2002). A riqueza e a diversidade das formas de vida contribuem para a concretização desses valores e, segundo esta corrente ética, “*todos os seres vivos têm iguais importância e relevância na definição de estratégias de desenvolvimento.*” (Fidélis, 2001: 33). A ecologia profunda é uma visão filosófica abrangente do mundo e assente no igualitarismo biocêntrico, definindo uma inter-relação holística entre o homem e todas as formas de vida.

A segunda perspectiva, reflecte a vertente **antropocêntrica** em que o homem é “*objecto e objectivo do desenvolvimento*” (Ibidem). O meio ambiente é visto como fonte de recursos em que a humanidade possui o arbítrio para utilizá-lo em conformidade com as suas variadas finalidades. A natureza assume, assim, uma óptica instrumental, com negação do seu valor intrínseco. Conforme observado nos paradigmas da relação **homem versus natureza**, a ética antropocêntrica acompanhou diversas etapas da história e hoje encontra-se desafiada e questionada pela ética ecocêntrica. No turismo de natureza, estas correntes da ética ambiental produzem um espectro onde se visualizam dois extremos: de um lado, a visão antropocêntrica pela concepção utilitária da natureza; e de outro, a aposta no ecocentrismo, atribuindo valor intrínseco aos recursos e a procura da satisfação apenas das necessidades básicas.¹³ No cerne da dicotomia antropocentrismo/ecocentrismo salta aos olhos uma incompreensão de como a sustentabilidade pode ser

¹³ Estas discussões acerca da função intrínseca e utilitária da natureza possuem reflexos directos no turismo em áreas naturais protegidas serão objecto de análise no trabalho empírico.

operacionalizada no turismo, e o que sobressai é a visão radical dos que defendem uma ou outra corrente. No entanto, os tons antropocêntricos reconhecem o compromisso de usar sem comprometer o recurso, do qual depende o turismo, e projecta-se em programas que visam a operacionalização das premissas do desenvolvimento sustentável. O ponto a seguir destina-se a descrever as valências comumente utilizadas neste fim.

2.4.1 A operacionalização do turismo sustentável.

À partida, a tónica antropocêntrica assume que a manutenção de um estoque intacto de recursos naturais não significa necessariamente ausência de contacto físico (Hunter, 1995). Portanto, torna-se necessária a convergência de investimentos nas tecnologias para a utilização racional de recursos, inovação, reciclagem, etc., e um *know-how* específico em atribuir o devido mérito às questões ambientais, isto é, preservar quando verdadeiramente será necessário, e conservar, requalificar ou compensar quando assim for o caso. Desta forma, destaca-se a existência de instrumentos de apoio à implementação de práticas sustentáveis no turismo. Mowforth e Munt (1998) relacionam as ferramentas comumente empregues pelas áreas de destino que se projectam para o caminho da sustentabilidade. Adiante, a Tabela 2.3 apresenta alguns destes instrumentos e os parágrafos seguintes abordam as discussões associadas a estas matérias.

Tabela 2.3: Ferramentas de operacionalização do turismo sustentável.

Ferramentas	Exemplificação
<i>Regulação para a indústria do turismo.</i>	<i>Legislação governamental, associações profissionais de regulação, regulação internacional e controlo.</i>
<i>Técnicas de gestão da visita.</i>	<i>Zonamento, dispersão dos visitantes, restrição à entrada, restrição a veículos, diferenciação em preços, etc.</i>
<i>Estudo do Impacto Ambiental – EIA.</i>	<i>Matrizes, “check-list”, modelos matemáticos, análise custo-benefício, Sistema de Informação Geográfica (SIG); auditoria ambiental.</i>
<i>Cálculo da capacidade de carga.</i>	<i>Capacidade de carga física, capacidade de carga ecológica, capacidade de carga social, capacidade de carga ambiental, capacidade de carga efectiva.</i>
<i>Técnicas de consulta e participação pública.</i>	<i>Encontros, levantamento das atitudes do público, técnica Delphi.</i>
<i>Códigos de conduta e iniciativas das organizações turísticas.</i>	<i>Focalizados nos turistas, na indústria, nos anfitriões.</i>
<i>Gestão ambiental e programas de certificação.</i>	<i>Programas de certificação ambiental, técnicas de sensibilização, ecoeficiência, ecotécnicas, etc.</i>
<i>Agenda 21.</i>	<i>Âmbito local, municípios, regiões, etc.</i>
<i>Planeamento e indicadores de sustentabilidade.</i>	<i>Abrangendo as principais vertentes da sustentabilidade</i>
<i>Espaços protegidos.</i>	<i>Parques nacionais, reservas de vida selvagem, reservas da biosfera, etc.</i>

Fonte: Mowforth e Munt (1998).

(a) A **regulação para a indústria do turismo** apresenta-se em diversas formulações, desde as restrições de âmbito local à área de destino; a legislação dos governos nacionais, orientadora das práticas empresariais; as associações profissionais na forma de artigos de filiação; os acordos

internacionais, etc. (Mowforth e Munt, 1998). Em Portugal, um instrumento de regulação da indústria do turismo, aplicado ao turismo de natureza, pode ser exemplificado pelo Programa Nacional de Turismo de Natureza – PNTN, que será objecto de análise no capítulo 4.

(b) Os **Estudos de Impacto Ambiental** - EIA, segundo Mowforth e Munt (1998), configuram-se como uma das ferramentas de apoio à tomada de decisão governamental, no sentido de prevenir impactes ambientais futuros e associados à implementação de projectos de desenvolvimento. De igual modo, Hunter (1995) enxerga no EIA uma ferramenta pró-activa no controlo do desenvolvimento. Fidélis (2001: 79) completa estes autores destacando que o EIA “visa a avaliação prévia de potenciais impactes ambientais de determinadas acções de desenvolvimento antes da respectiva aprovação e licenciamento.”

(c) A **gestão ambiental** encontra-se hoje em larga aplicação nas empresas prestadoras de serviços turísticos, a exemplo de hotéis, da restauração, dos parques temáticos, entre outras. Consiste na inclusão da dimensão ecológica nas práticas de gestão e nos processos operacionais, no âmbito empresarial (Donaire, 1999).¹⁴ O sentido de responsabilidade ecológica, os requisitos legais, a imagem e a pressão do mercado são alguns dos factores que impulsionam as empresas turísticas e as áreas de destino para a implantação de uma gestão ambiental subjacente aos seus processos operacionais e políticas públicas. A popularidade e disseminação das práticas empresariais ambientalmente responsáveis emergiram a partir de 1996, com a publicação das normas da série ISO 14.000¹⁵, que especificam directrizes para o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), configurando-se como um instrumento para a prevenção da poluição, para a implantação dos princípios e práticas da produção mais limpa, para a repaginação nos padrões do consumo de matérias-primas, à eliminação de desperdícios, para a reciclagem e a reutilização dos resíduos. Na Europa, é também reconhecida uma variante da ISO conhecida por *Eco-Management and Audit Scheme* (EMAS). Em Portugal registaram-se, em 2002, 3 estabelecimentos hoteleiros detentores da certificação ISO 14.000 (Lima, 2003).

No entanto, importa salientar que a obtenção de um certificado ISO é, por vezes, um processo que

¹⁴ Donaire (1999) faz referência à empresa *Ernst Winter & Sohn*, com sede em Hamburgo na Alemanha, como pioneira na introdução da gestão ambiental, implantando em 1972, um Sistema Integrado de Gestão Ambiental, o qual ficou conhecido por Modelo *Winter*.

¹⁵ A ISO – *International Organization for Standardization* é uma organização internacional, com sede em Genebra na Suíça, fundada em 1947, com o objectivo de elaborar normas de padronização internacional. Com base num conjunto de normas desenvolvidas pelo *British Standard Institute* – BS 7750, a ISO em 1996 oficializou as primeiras normas da série ISO 14.000, “procurando estabelecer directrizes (sic) para a implementação de um sistema de gestão ambiental, em diversas actividades económicas, que possam afetar (sic) o meio ambiente e para a avaliação e certificação destes sistemas, com metodologias uniformes e aceites internacionalmente”. (Donaire, 1999: 117).

envolve um alto investimento financeiro pelos aprimoramentos tecnológicos necessários e despesas com instituições credenciadas à certificação e acompanhamento da manutenção deste *status*. Para a realidade empresarial do turismo, as somas necessárias à implantação de um SGA, em termos da ISO ou EMAS, são, em certo grau, inacessíveis. “A indústria do turismo alberga uma considerável percentagem de pequenas e médias empresas, as quais não podem facilmente aplicar os sistemas ISO e EMAS.” (Font e Sallows, 2004: 93). Para pequenas e médias empresas de alojamento, da restauração, dos operadores turísticos, áreas de destino, empresas de transportes e das áreas naturais protegidas, tem-se tornado comum a adopção de práticas sustentáveis, nomeadamente assentes na diminuição dos impactes negativos no meio ambiente, reciclagem e redução no consumo de energia, as quais possibilitam a obtenção de certificados, selos ambientais ou *ecolabels*.

(d) Os **programas de certificação ambiental** granjearam renome após Rio 92, constituindo um incentivo à produção sustentável de bens e serviços, com vista a avaliar e medir o desempenho sustentável nas diversas indústrias. À partida, esta prática promove a sustentabilidade, a medida que encoraja o consumo preferencial de bens e serviços de empresas aderentes aos altos padrões ambientais e sociais em suas operações (Medina, 2005). Difundiu-se amplamente no âmbito da indústria do turismo, alcançando um patamar superior a 100 rótulos de certificação (Font e Sallows, 2004; Fairweather et al, 2005; Medina, 2005) que reflectem o quanto à operação turística procura conduzir as suas actividades em consonância aos padrões alusivos à protecção do meio ambiente e à diminuição dos impactes ambientais e sociais. A Tabela 2.4 exhibe alguns destes certificados.

Tabela 2.4: Programas de certificação internacional em turismo.

<i>Bandeira Azul</i>	<i>Certifica praias e marinas desde 1985. O programa foi desenvolvido pela Organização “Foundation for Environmental Education” (FEE) e em 2005 catalogava cerca de 3.100 praias e marinas certificadas. Os critérios de certificação contemplam parâmetros relativos à qualidade da água, educação e informação ambiental, gestão ambiental, segurança e outros serviços.</i>
Green Globe	<i>Lançado em 1994 pela World Travel & Tourism Council (WTTC) desenvolve programas de certificação em turismo sustentável para diversos sectores da indústria do turismo e destinações em todo o mundo. São definidos quatro padrões de certificação, a compor um pacote nomeado “The Green Globe Path to Sustainable Travel and Tourism - As simple as ABC”, focalizados nas empresas, comunidades, ecoturismo e design e construção, tendo como princípios basilares os preceitos contidos na Agenda 21 e em recomendações do Environmental Management System (EMS).</i>
FEMATOURL	<i>Desenvolvido no âmbito da União Europeia, a qual reuniu um conjunto de ONG’s para definirem critérios de certificação a serem utilizados por empresas de alojamento europeias. Em 2000, o trabalho culminou com a publicação do documento nomeado “Feasibility and Market Study for a European Eco-Label for Tourist Accommodations” (FEMATOURL). Este programa viria a ser integrado na iniciativa “Voluntary Initiatives for Sustainability in Tourism” (VISIT) juntamente com outros programas de certificação ambiental de alojamentos da UE. A iniciativa VISIT pretende aglutinar as competências de 10 programas de certificação ambiental de alojamentos europeus a trabalharem em esforços comuns de marketing, padronizações e processos.</i>
<i>Outras certificações: Ecolabels in the tourism industry, ECOTEL CERTIFICATION (alojamento); Tour Operators' Initiative for sustainable Tourism Development (indústria do turismo); ao nível europeu, citam-se: Blaue Schwalbe (alojamento), Network of Cities on Sustainable Tourism (destinos), PAN Parks (desenvolvido pela World Wildlife Fund - WWF para as áreas naturais protegidas europeias); etc.</i>	

Fonte: **Blue Flag** (2006); **Green Globe** (2006); **ECOTRANS** (2006).

Font e Sallows (2004) reconhecem os seguintes benefícios subjacentes à adopção de programas de selo ambiental no turismo: benefícios para os turistas, pela oferta de produtos e serviços sustentáveis; incentiva uma boa reputação aos negócios; salienta a imagem de produtos turísticos; promove valor adicionado aos turistas; melhoria ambiental e social; faculta às áreas de destino o acesso a melhores mercados turísticos; suscita credibilidade.

No entanto, **Medina** (2005) aponta para uma concentração dos rótulos de sustentabilidade do turismo, na esfera do turismo de natureza ou do ecoturismo, enfatizando a necessidade de um alargamento das iniciativas de certificação a outros segmentos e à indústria do turismo. A autora também sustenta que, no âmbito do turismo de natureza, estas certificações não procuram abranger a totalidade das dimensões da sustentabilidade, havendo uma relevância em torno da vertente ambiental e uma lacuna em termos da avaliação de méritos relacionados às questões socioeconómicas. Neste aspecto, certificar um produto turístico assente nesta aceção, representa uma fragilidade para a efectiva sustentabilidade no turismo.

Um exemplo de certificação internacional que está a ganhar reputação, nos últimos anos, tem sido a *British Airways Tourism for Tomorrow* (BATT), lançado em 1992 pela companhia aérea *British Airways*. Esta certificação evoluiu para o desenvolvimento de parcerias, numa composição de uma rede de programas de certificação, capitaneada pela *Association of British Travel Agents* (ABTA); *American Society of Travel Agents* (ASTA); *British Tourist Authority* (BTA); *Pacific Asia Travel Association* (PATA); *International Hotels Environment Initiative* (IHEI) e *International Union for the Conservation of Nature* (IUCN). O BATT tem como pré-requisito a certificação de projectos no âmbito de 9 princípios, com ênfase na esfera ecológica, social e cultural. A BATT é dirigida para as áreas naturais protegidas, aos sítios do património histórico; ao alojamento, incluindo campismo; às organizações turísticas; à revitalização de edifícios históricos; à experiência ambiental, incluindo-se atracções e alojamentos integrados à vida selvagem, à inovação ambiental e ao uso de tecnologia. (ECOTRANS, 2006).

Para além da pluralidade de certificações no turismo, outra lacuna é assinalada na literatura quanto aos programas de certificação. **Font e Sallows** (2004) apontam para uma esterilização face à diversidade cultural e modos de vida dos habitantes de remotos destinos ecoturísticos, resultante do grau de padronização das características físicas e das interações *staff*-turista, consistentes com o padrão de entrega dos serviços e procedimentos operacionais, preconizados pelas directrizes dos programas de certificações. Tal facto exprime a visão predominante do mundo ocidental desenvolvido, a estipular padrões e políticas de certificação, as quais muitas vezes não são

universalmente aplicáveis, corroborando com a ideia desenvolvida por **Mowforth e Munt** (1998), sobre a existência de um *neo-colonialismo* que fomenta a supremacia dos valores da coluna mundial desenvolvida sobre as outras partes do planeta.

Desta forma, emerge uma dificuldade para o turista na associação da qualidade ambiental de um produto turístico ao seu *ecolabel*. Na origem desta problemática, encontram-se deficientes estratégias de *marketing*, nestas matérias, e a existência de uma infinidade de selos, certificados ou *ecolabels* que podem confundir a percepção do turista e diminuir a credibilidade (**Fairweather et al 2005; Font e Sallows, 2004**).

(e) Os **códigos de conduta** surgiram na década de 1990 e oferecem directrizes e normas para uma postura e comportamento responsáveis por parte de turistas e pela indústria do turismo. **Mowfort e Munt** (1998) indicam duas características gerais existentes nesta prática: **primeiro**, são esforços para influenciar atitudes e modificar comportamentos; **segundo**, na sua maioria, são voluntários, assentes nos códigos estatutários e sem o sustentação de um aparato legal. Estes autores também destacam a função promocional destas práticas com efeito de atrair consumidores motivados por férias mais éticas e ambientalmente enriquecidas. No âmbito dos códigos de conduta para turistas, **Wearing e Neil** (2001) citam como referência o Código de Conduta do *Himalayan Environmental Trust*, o Código de Conduta da *American Society of Travel Agents* e o *Tourism codes of conduct in the Artic and sub-Artic*¹⁶. De igual modo **McIntosh et al** (2002) e **Wight** (2004) fazem referência ao código da *Canadian Tourism Industry* como instrumento eficaz no despertar para um senso de responsabilidade nos visitantes.

A indústria do turismo também produz e é alvo de uma série de códigos de conduta com vista à ética e responsabilidade nas suas operações. Neste âmbito, **Wearing e Neil** (2001) ilustram os códigos da *Ecotourism Association of Austrália*, destinados aos operadores de ecoturismo; o código de prática da *New Zealand Tourism Industry Federation*; o código de prática da PATA. Em 1992, a WWF desenvolveu o código *Beyond the Green Horizon* com um capítulo sobre “*Marketing do turismo responsável*”, com princípios orientadores às práticas de *Marketing* da indústria.

Apesar da difusão dos programas referidos, a literatura do turismo apresenta algum cepticismo em torno da eficiência dos códigos de conduta, no que toca aos seus contributos para a sustentabilidade.

¹⁶ Alguns princípios do *Tourism codes of conduct in the Artic and sub-Artic*: “por favor não deixe nenhum equipamento ou lixo – eles apodrecerão lentamente, e poderão prejudicar a vida selvagem, além de sujeitá-lo a uma multa; quase todas as culturas indígenas do Ártico (sic) desenvolveram-se em harmonia com a natureza. Respeite essas culturas;. Divirta-se e lembre-se: não tire nada a não ser fotografias; não mate nada a não ser o tempo; não deixe nada a não ser pegadas.” Fonte: P. Mason in *Journal of Sustainable Development* 5 (2), 151-164 (cit. Por **Wearing & Neil, 2001: 50**).

Wearing e Neil (2001) fazem críticas aos códigos de conduta, afirmando que muitos são ineficazes, uma vez que são isentos de políticas de implantação, declaração de objectivos, metas ou medidas de avaliação, sendo normalmente adoptados como listas de verificação ou quadros de referência que não estimulam acções ou reflexões. Os códigos de conduta são bastante utilizados como instrumento de disciplina nas áreas naturais protegidas, no entanto, na sua maioria, comprovam a crítica de Wearing e Neil, apresentando-se como meras placas de sinalização à entrada dos parques ou brochuras distribuídas aos turistas, tornando-se limitados em eficiência e valor.

(f) As organizações internacionais do turismo também têm se dedicado ao desenvolvimento de um conjunto de **iniciativas e políticas** destinadas ao incentivo do turismo sustentável. Em 1991, o WTTC, em parceria com o *Oxford Centre for Tourism and Leisure Studies*, estabeleceram o *World Travel and Tourism Research Center* (WTTRC), numa aposta para o desenvolvimento do turismo com práticas ambientalmente responsáveis. O WTTRC também definiu um conjunto de directrizes ambientais ligadas aos governos e à indústria do turismo e que devem ser levadas em consideração na formulação de políticas, planeamentos e estratégias do turismo sustentável.

No âmbito das ONG's, também se verificam iniciativas de programas no domínio da sustentabilidade, a exemplo da *Carta Internacional do Turismo Cultural* apresentada pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, a qual traça princípios e directrizes para a gestão do turismo nos locais de importância cultural e patrimonial. De igual modo, a ONG "Os Amigos Internacionais da Natureza" publicou o documento "Dez Directrizes para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo", (CCE, 2003), engrossando a fila de referências de trabalhos à escala internacional das ONG's. A OMT também integra o conjunto de organizações a desenvolverem iniciativas ligadas à sustentabilidade do turismo. O Anexo II.C apresenta o elenco de programas e códigos de conduta formulados pela OMT.

No âmbito da União Europeia (UE), a elaboração e a prática de políticas e iniciativas para o desenvolvimento turístico sustentável nos Estados-membros são temas candentes e actuais, os quais encontram preocupações subjacentes à integração de valores sociais, ao respeito pelas populações locais, a maior estabilidade no emprego, à competitividade, à conservação do património natural e cultural, ao desenvolvimento da cooperação transfronteiriça e ao incentivo às parcerias público e privadas.

Neste sentido, verifica-se no artigo 2º do Tratado que institui a Comunidade Europeia, uma referência ao desenvolvimento sustentável como uma dos objectivos da Comunidade e, em

continuação, lê-se na alínea “u” do artigo 3º deste tratado, a previsão quanto à elaboração de acções no domínio do turismo para o alcance dos fins enunciados no artigo 2º do Tratado (CCE, 2003). Com este fim, em Novembro de 2001, é lançada uma Comunicação sob o título “Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu” com bases nos princípios do Plano de Aplicação¹⁷ adoptado cuja proposta é então aceite pelo Parlamento Europeu (CCE, 2003).

Em 2003 é publicada uma nova Comunicação sob o título “Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu” que comprova os princípios do Plano de Aplicação. Segundo esta Comunicação, “o principal desafio que se coloca ao sector do turismo europeu, às empresas e aos destinos consiste em determinar de que forma se poderá gerir o crescimento previsto para o sector. [...] afim de garantir o respeito pelos limites e a capacidade de regeneração da base de recursos e, ao mesmo tempo, manter a viabilidade comercial.” (CCE, 2003: 5). O documento assinala que o tamanho do desafio é proporcional aos locais onde se regista uma dependência elevada do turismo ou, nomeadamente, considera, também, a existência de desafios específicos para regiões como o Mediterrâneo e os Alpes e que a gestão do turismo de massas se reveste num contributo significativo para a sustentabilidade do turismo. A Comunicação referida também indica que o turismo sustentável passa pela convergência de três valências principais: (a) uma abordagem equilibrada relativamente aos três pilares da sustentabilidade; (b) o estabelecimento de padrões de consumo sustentáveis; (c) estabelecimento de padrões de produção sustentáveis, através de uma cadeia de oferta sustentável, relacionada com a gestão da qualidade da produção de bens e serviços turísticos, bem como o desenvolvimento sustentável dos destinos.

Em relação ao turismo nas áreas naturais protegidas, objecto desta dissertação, desenvolveu-se um projecto, capitaneado inicialmente pela Federação Francesa de Parques Naturais Regionais, cuja experiência entrou para o domínio comunitário europeu, vindo a concretizar-se na *Carta Europeia para o Turismo Sustentável nas Áreas Naturais Protegidas*. Na sua fase piloto, no final da década de 1990, houve a participação de dez parques europeus e, em 1999, já se registava a participação de dois parques portugueses, o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural da Serra de São Mamede. Actualmente, os Parques Naturais do Alvão, do Montesinho, do Douro Internacional e do Tejo Internacional, são exemplos de parques a elaborar a *Carta Europeia para o Turismo*

¹⁷ O Plano de Aplicação, adoptado na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS), realizada em 2002, inclui orientações no sentido da alteração dos padrões insustentáveis de consumo e de produção (itens 13 a 22), sendo altamente pertinente e directamente aplicável ao sector do turismo. Refere, também, a promoção do desenvolvimento do turismo sustentável como uma questão de protecção e gestão da base de recursos naturais para o desenvolvimento económico e social; o turismo sustentável que contribui para o desenvolvimento social, económico e das infra-estruturas; e ainda o desenvolvimento sustentável nas zonas do globo que estão em vias de desenvolvimento (itens 41, 52 (g) e 64 do Plano de Aplicação.). Fonte: CCE (2003).

Sustentável nas Áreas Naturais Protegidas. O referido Programa tem carácter voluntário e representa um conjunto de boas práticas sintetizadas em 10 princípios fundamentais.¹⁸

Volta-se, portanto, para o encorajamento do desenvolvimento turístico em harmonia com os valores naturais, culturais e sociais das áreas naturais protegidas e dos seus territórios contíguos, onde se prevê a implementação de planos de acção concretos com objectivos assentes na protecção e valorização do património local, desenvolvimento económico e social da região, melhoria da qualidade de vida dos residentes, controle da pressão turística e melhoria da oferta turística (CE, 2002). Ao nível europeu¹⁹, foi deliberado a constituição de três níveis de aderentes para cada projecto estabelecido: a área protegida, as empresas turísticas e os operadores turísticos. Portanto, o programa distinguirá a nível europeu as regiões e empresas que desenvolvam formas de turismo correctas do ponto de vista da sustentabilidade.

Os instrumentos por ora analisados constituem propostas antropocêntricas para direccionar às áreas de destino no caminho da sustentabilidade. Alguns instrumentos, e.g. dos espaços protegidos, das técnicas de gestão da visita, do cálculo da capacidade de carga, do planeamento sustentável do turismo e indicadores de sustentabilidade serão objecto de análise mais detida nos capítulos seguintes pela importância destes temas no que respeita a esta dissertação.

A sustentabilidade operacionaliza-se no âmbito internacional, nacional, regional e local. Porém, é no tecido local que ocorrem um número maior de especificidades as quais devem ser consideradas na prática da sustentabilidade do turismo. Neste aspecto, o instrumental acima delineado deve possuir uma plasticidade, modelando-se às condições e realidades locais.

Por este aspecto, no âmbito da sustentabilidade do turismo em espaços naturais, **Partidário** (2003) defende a necessidade de uma maior interdependência entre o turismo (uso dos recursos) e o ordenamento do território (gestão dos recursos) e o ambiente (capital de recursos), num processo sinérgico a fim de evitar que “*a actividade económica, que é o turismo, hipoteque a sua base de*

¹⁸ Princípios basilares da Carta Europeia para o Turismo Sustentável nas Áreas Naturais Protegidas: (a) contribuir para a conservação e melhoramento do património; (b) preservar os recursos naturais; (c) apoiar a economia local; (d) promover a participação dos residentes locais; (e) desenvolver um turismo adequado de alta qualidade (f) tornar as zonas protegidas acessíveis a todos; (g) desenvolver novas formas de emprego. (CE, 2002).

¹⁹ Ainda no enquadramento das iniciativas e programas comunitários, com interfaces no turismo sustentável, pode-se citar a “*Convenção Europeia sobre os Sítios Naturais*” a qual contém esclarecimentos sobre a abordagem necessária para assegurar a preservação da diversidade regional da Europa; a “*Convenção Alpina*”, que apresenta um Protocolo sobre Turismo e Lazer, com abrangência a uma vasta zona geográfica de importância especial para o turismo na Europa (CCE, 2003). Para uma relação maior de programas comunitários europeus, com interfaces no turismo sustentável, sugere-se a consulta da Comunicação COM 716 da Comissão das Comunidades Europeias de título “Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu”.

suporte, ou seja, o seu capital natural e cultural, bem como o seu ordenamento equilibrado.” **Partidário** (2003: 123). Nesta senda, o desenvolvimento sustentável prevê a satisfação de necessidades e desejos de todos os intervenientes abraçados pelas actividades dinamizadas no plano local. Assim, a literatura sinaliza que o turismo sustentável satisfaz as necessidades e desejos da procura turística, da indústria do turismo, das instituições públicas e da comunidade local anfitriã, onde esta lista de necessidades e desejos não devem por em risco os recursos naturais e culturais. Portanto, observa-se um sistema em equilíbrio turismo/ meio ambiente, num balanço de forças onde não se observem tendências ou uma maior convergência de benefícios para um ou outro factor (**Hunter**, 1997).

A igualdade de pesos entre as vertentes da sustentabilidade tem sido explorada pela disseminação de uma forma de se fazer turismo, no âmbito dos espaços naturais, que recebeu a denominação de ecoturismo com uma vasta difusão nos diversos quadrantes do planeta. Embora o turismo sustentável possa manifestar-se nas múltiplas modalidades de turismo, a revisão de literatura do capítulo seguinte procura realçar as principais questões associadas à sustentabilidade do ecoturismo e turismo de natureza, a qual representa uma temática específica neste trabalho.

2.5 Conclusão.

O percurso do turismo entre o modelo rígido massificado e as viagens flexíveis e especializadas do pos-modernismo evoluiu para uma multiplicidade de preferências, mediante um turista mais exigente e atento aos padrões de qualidade dos serviços e das áreas de destino. Este novo perfil da procura, somado a outros factores interdependentes, canalizaria mudanças sensíveis na oferta turística que se manifestariam ao nível da produção de serviços turísticos, com valências em torno da integração de componentes internos e externos à cadeia de distribuição turística, na qualidade, na flexibilidade das operações, na inovação e no *marketing* como elemento de estratégia. São transformações que alinham o turismo às tendências dominantes da sociedade pós-fordista do final do século XX. Na esteira destes cenários, emerge o movimento ambientalista e as suas consequências em torno da concepção de um novo paradigma de desenvolvimento pautado na sustentabilidade. À medida que o turismo também se organiza em direcção aos objectivos da sustentabilidade, observam-se esforços dos gestores em turismo para operacionalizar a sustentabilidade no plano local das áreas de destino. No âmbito deste trabalho, as áreas naturais protegidas protagonizam uma apetência para o desenvolvimento de um produto turístico assente na natureza, com desdobramentos importantes na dinamização das economias locais, ao mesmo tempo que se projectam como veículo de conservação conforme elaborado nos capítulos 3 e 4 desta revisão de literatura.

3. Ecoturismo: uma vertente sustentável para o turismo de natureza.

3.1 Introdução.

A partir das novas tendências da actividade turística pós-moderna, o ecoturismo surge perante uma perspectiva dialéctica entre as posturas ecocêntricas e antropocêntricas existentes no âmbito da relação homem e natureza. Perante esta abordagem, o capítulo discutirá o posicionamento e as pretensões do ecoturismo e, por este caminho, procura-se levantar quais as consequências para as áreas naturais protegidas ou não protegidas origina a junção do “eco” com o turismo. A problemática postulada pelas formas tradicionais de turismo, aliada aos paradigmas traduzidos pela esteira do ambientalismo, estão na origem dos factores de descolagem do ecoturismo. Como nunca antes presenciado, regista-se um fluxo considerável e regular de pessoas a viajarem em busca de áreas de destino com forte apelo natural. A sociedade, não isenta ao fenómeno, lançaria as suas propostas elucidativas sobre o tema, iniciando os debates e as discussões sobre o conceito e tecendo as características do ecoturismo. Assim, apresentam-se as propostas sobre o que vem a ser ecoturismo, formuladas pelos académicos e instituições, os quais introduzem um maior rigor científico sobre o tema. Apesar da abordagem complementar produzida entre estas duas fontes, o ecoturismo ainda carece de uma definição que tenha aceitação universal e, neste aspecto, o capítulo levanta os debates em torno de uma precisão maior para o conceito. Tal objectivo está assente na apresentação de modelos existentes na literatura para o ecoturismo, os quais retratam que a saída para a crise do conceito está na convergência dos esforços teóricos com a realidade prática da actividade. O capítulo reconhece, também, a existência das componentes fundamentais no ecoturismo, e evidencia a inter-relação entre estas componentes e a actuação integrada dos seus diversos intervenientes, como proposta de diferenciação do ecoturismo e de outras formas de turismo. Apesar dos esforços em modelar a actividade sobre bases sustentáveis e em reunir fundos de investimentos para a consecução dos planos definidos, os estudos de caso exibem a ocorrência de impactes ainda notáveis na actividade. Estes impactes serão objectos de análise no término do capítulo, numa clara referência às necessidades de um maior rigor científico, pautado no planeamento, no controlo da actividade e na utilização dos indicadores de gestão.

3.2 Origens e abordagem conceptual do ecoturismo.

Ao longo dos últimos 20 anos, vários autores têm se debruçado em torno da conceptualização das fronteiras e dos objectivos do ecoturismo, considerado como uma das formas mais expressivas de turismo da actualidade. De facto, a magnitude da expansão do turismo nas áreas naturais, ao nível mundial, está na origem da multiplicidade de estudos relativos ao tema. **Western (2002)** destaca o turismo de natureza como força motriz para as economias de países como Costa Rica, Equador, Belize, Ruanda e Quénia, enquanto **Boyd e Butler (1996)** sublinham o crescimento do ecoturismo

em novas áreas de destino localizadas nas regiões polares, na Australásia e em países desenvolvidos como o Canadá.

Ceballos Lascurain (2002) quantifica que o turismo de natureza corresponde a 7% das despesas das viagens internacionais. De igual modo, a *International Ecotourism Society* (IES) estima que o ecoturismo e outras formas de turismo relacionadas com a natureza ocupam uma participação no mercado de, aproximadamente, 20% do total das viagens internacionais (IES, 2000). Dada a ênfase na conservação ambiental e nos benefícios proporcionados às populações das áreas de destino, não é surpresa que o ecoturismo esteja a crescer significativamente e a ganhar aceitação na comunidade internacional. Perante esta situação, o ano de 2002 foi declarado pelas Nações Unidas como o ano internacional do Ecoturismo.

O processo de crescimento do ecoturismo passa pela existência de factores que reflectem o comportamento da humanidade nos últimos anos, designadamente marcado pelas perspectivas conservacionistas exploradas pelo emergente movimento ambientalista (ver secção 2.3). De acordo com **Orams** (1995) e **Diamantis** (1999), a crescente oposição ao formato do turismo de massas, a busca de práticas ecologicamente correctas e sustentáveis e a emergente segmentação do mercado turístico, estão na origem dos processos que desencadearam o aumento da procura pelo ecoturismo ou pelo turismo de natureza.

Partindo da posição destes autores, **Pires** (2002) enfatiza o crescente interesse dos países desenvolvidos pelas áreas naturais remanescentes do planeta. Os cenários filmados por *Jacques Cousteau* e pela *National Geographics*, nos anos de 1980, estimularam as viagens em busca das regiões com forte apelo cénico natural. Baez (1996 cit. em **Pires** 2002: 64), assim descreve a trajectória de expansão do ecoturismo:

“Inicialmente os cientistas fazem as pesquisas nas áreas naturais das regiões tropicais do mundo afora e, em seguida, aparecem os meios de comunicação para documentar as pesquisas e as descobertas. O contingente de interessados nessas áreas é acrescido pela vinda de estudantes que acompanham os cientistas nas suas pesquisas. [...] Esses grupos começam a demandar uma série de serviços, como por exemplo, os alimentos e o transporte em botes, cavalos, hospedagem, guias, assistentes e outros insumos¹ (sic) e recursos locais.” (Ibidem).

Nesta trajectória, **Pires** (2002), no âmbito do perfil da procura turística, destaca a figura do jovem “praticante do pedestrianismo” e aloccêntrico, normalmente oriundo de países desenvolvidos, como o tipo predominante de ecoturista na sua fase inicial. De acordo com este autor, os relatos destes

¹ Insumos: Termo da variante da língua portuguesa empregue no Brasil. “Combinação dos fatores (sic) de produção [...] que entram na produção de determinada quantidade de bens e serviços.” Cf. **Ferreira** (1986: 954).

jovens aos parentes e amigos seriam responsáveis por uma boa parte do crescimento da procura às áreas silvestres nas diversas regiões do mundo.

Importa salientar que as viagens à natureza não são um fenómeno recente. De facto, **Orams** (1995), **Fennel** (1999), **Western** (2002) e **Pires** (2002) citam os safaris de caça e os safaris fotográficos, realizados nos países africanos, em fins do século XIX e início do século XX, como exemplo de turismo de natureza designadamente praticado pelos turistas oriundos da Europa Ocidental. **Orams** (1995) sublinha que certas actividades recreativas, realizadas nos espaços naturais, como a escalada, a pesca e a canoagem, sempre foram bastante populares antes da eclosão do termo ecoturismo.

De igual modo, **Fennel** (1999) enfatiza que a busca de destinos associados à natureza remonta aos tempos dos romanos mas também salienta a existência de uma procura pelo turismo de natureza ao Parque Nacional de Yellowstone², EUA, desde a segunda metade do século XIX. Este autor também ilustra exemplos de viagens ecoturísticas, ao citar os casos do *Canadian Forestry Service*, que promovia e incentivava as viagens e a interpretação ao meio ambiente natural do Canadá, nos anos de 1970, e o caso do Departamento de Viagens do *American Museum of Natural History* e os seus *tours* de história natural realizados desde 1953. Estes exemplos confirmam as evidências empíricas para alguns autores, e.g. Nelson (1994, cit em **Fennel**, 1999), considerarem o ecoturismo como um termo da “moda”, traduzindo-se num neologismo para uma prática antiga.

No entanto, é apenas nos anos de 1980, que o ecoturismo alcança grande popularidade. Assim, na continuidade dos trilhos iniciados pelos alocêntricos, praticantes de pedestrianismo, estudantes e pelos cientistas, emerge um novo perfil de procura interessada por actividades praticadas na natureza, como caminhadas, contemplação, desporto e observação da vida selvagem. É também, nesta época, que as áreas de destino pioneiras no turismo de natureza consolidam sua oferta de serviços turísticos, experimentando uma intrínseca dependência económica do turismo. De igual modo, os governos de vários países em desenvolvimento procuraram legalizar as suas áreas naturais, robustecendo o potencial atractivo destes sítios à luz do ecoturismo. Pequenas cidades e vilas, a envolvente destas áreas, enxergam acrescidos benefícios originados pelo turismo e iniciam acções de promoção, aproveitando-se da performance do emergente mercado do turismo verde.

Nesta perspectiva, mas também na centralidade dos paradigmas do movimento ambientalista, e perante uma maior maturidade técnico-científica sobre o fenómeno do turismo, emergem os debates na comunidade científica acerca das bandeiras de desenvolvimento protagonizadas pelo

². Para **Western** (2002: 15), os visitantes que no século XIX procuravam os parques naturais de Yellowstone e Yosemite nos EUA são os precursores dos actuais ecoturistas.

ecoturismo. No âmago das discussões, formulam-se questões do tipo: seria o ecoturismo um segmento do novo turismo, designadamente, uma modalidade pertencente ao turismo alternativo pós-fordista? Seria uma filosofia com princípios fortemente enraizados na ética? Uma ferramenta para gerir o turismo de natureza numa base mais responsável? Numa posição redutora, o ecoturismo não representa um novo termo para representar semanticamente algo velho? Ou trata-se de um fenómeno complexo e multidisciplinar?

Outro factor que alimenta os debates e produz ambiguidades relativas ao enquadramento e emprego do termo ecoturismo relaciona-se com a variedade de expressões para o turismo de base natural. Em essência, os termos empregues gravitam em torno da proposta de turismo alternativo (secção 1.5) e são referências antagónicas ao paradigma do turismo de massas. **Pires** (2002) cita as expressões “turismo alternativo”, “turismo responsável”, “turismo suave e brando”, “turismo ambiental”, “turismo sustentável”, “turismo ecológico”, “turismo de base natural” e “turismo rural” como categorizações de terminologias empregues com sentido de ecoturismo. Adicionam-se também a estes, os termos: “agroturismo”, “turismo verde” e “turismo de aventura”. Tendo em conta o cenário descrito, evidencia-se uma necessidade para uma definição do termo ecoturismo de forma mais acurada (**Orams**, 1995).

Partindo da posição de **Orams** (1995), verifica-se uma uniformidade nos conceitos do ecoturismo, existentes na literatura, onde os temas associados à vertente educacional e à sustentabilidade ambiental, social e económica representam a base da legitimidade ecoturística para as viagens aos destinos com apelos cénicos naturais. Estas vertentes estão na origem das dimensões fundamentais para a prática do ecoturismo e serão exploradas na secção 3.4 do presente capítulo.

A literatura atribui a Héctor Ceballos Lascurain o pioneirismo da introdução do termo “ecoturismo” para designar o turismo de natureza fundamentado nas questões educacionais e de sustentabilidade. O conceito foi apresentado em 1987 e, pela sua precedência, tornou-se bastante difundido na literatura da especialidade, abrindo o caminho para os debates entre os diversos grupos interessados no ecoturismo.

Nesta secção, será dada ênfase para as definições publicadas pelos académicos e pelas instituições do turismo que primam por um maior esforço analítico e metodológico, numa maior perspectiva reflexiva. Alguns destes contributos da literatura encontram-se descritos na Tabela 3.1.

Tabela 3.1: Principais definições para o conceito de “ecoturismo”.

<i>Héctor Ceballos Lascurain (1983): “Viagens ambientalmente responsáveis, com visitas às áreas naturais relativamente sem distúrbios ou contaminação, com objectivos específicos de estudos, contemplação e desfrute dos cenários, plantas e animais da vida silvestre, juntamente com as manifestações culturais do passado e do presente que possam existir nessas locais”. (cit em Pires 2002: 145).</i>
<i>Ziffer, K. (1989): “Forma de turismo inspirada primeiramente pela história natural de uma área, incluindo-se a população nativa. O ecoturista visita áreas não desenvolvidas, pelo espírito de apreciação, participação e sentidos. O ecoturismo pratica o uso não destrutivo da vida selvagem e dos recursos naturais e contribui para a área visitada, através da geração de trabalho e dos financiamentos que têm em vista o benefício à conservação do local e à economia dos residentes”. (cit. em Diamantis, 1999: 98).</i>
<i>Boo, E. (1991): “Ecoturismo é uma forma de turismo de natureza que contribui para a conservação, através da geração de receitas para áreas protegidas, criando oportunidades de emprego para comunidades locais e oferece educação ambiental.” (cit. em Diamantis, 1999: 98).</i>
<i>Ross S. e Wall, G. (1999: 124): “Ecoturismo é considerado uma forma de protecção das áreas naturais através da geração de receitas, educação ambiental e envolvimento da população local nas decisões e benefícios associados, de tal modo que, tanto a conservação quanto o desenvolvimento, são promovidos de uma forma sustentável.”</i>
<i>Weaver (2001: 105): “O ecoturismo é uma forma de turismo baseado na natureza que busca a sustentabilidade ecológica, económica e sociocultural enquanto provê oportunidades de apreciação e aprendizagem sobre o meio ambiente natural e temas correlatos.”</i>

Fonte: Pires (2002: 145-148); Diamantis (1999: 98); Fennel (1999: 43); Ross e Wall (1999: 124); Wearing e Neil (2001: 5); Weaver, (2001: 105).

A definição de Ceballos-Lascurain encontra-se referenciada por muitos trabalhos e discussões académicas, dado o carácter pioneiro do seu trabalho. Lascurain destaca na sua definição, a experiência e o carácter educativo do ecoturismo, associados aos aspectos da vida natural e ao legado cultural das populações autóctones. Salienta, também, a existência de espaços com baixo nível de interferência humana para o estabelecimento do ecoturismo, onde tais condições podem ser encontradas em algumas áreas naturais protegidas. A partir de Lascurain sucederam-se outras importantes definições, mantendo-se semelhantes princípios conceptuais.

De acordo com Diamantis (1999), a definição de Ziffer destaca a conservação, a base natural e as componentes económicas e culturais do ecoturismo. De igual modo, em Boo, Weaver, Ross e Wall, o ecoturismo é visto não somente pelos seus aspectos naturais e de conservação mas também pela ênfase nos elementos educacionais e económicos. É possível resumir as definições apresentadas na Tabela 3.1, através dos seguintes aspectos: contributos à conservação dos recursos naturais; aspectos culturais das comunidades anfitriãs, educação e interpretação ambiental; benefícios económicos à população anfitriã; experiência do visitante.

Para além das interpretações conceptuais do mundo académico, o receituário sobre o tema encontra-se presente no trabalho de “instituições” com actuação destacada na área ambientalista e no turismo. Para Fennel (1999), as definições dos governos e instituições colocam um maior foco em interesses associados à conservação, educação, cultura, economia e benefícios aos locais quando comparado às definições dos académicos. No entanto, uma leitura rigorosa destas definições não suscita maiores discrepâncias face às postulações dos autores referidos. Muitos dos

autores citados na Tabela 3.1 fazem trabalhos e prestam consultoria para estas instituições, não havendo, portanto, visíveis dialéticas. A Tabela 3.2 apresenta algumas destas contribuições.

Tabela 3.2: Definições para “ecoturismo” formuladas por instituições ambientalistas e organismos do turismo.

<i>ATEC - Associação Talamanca para o Ecoturismo e Conservação em Costa Rica (1991): ecoturismo significa muito mais do que livros de pássaros e binóculos, muito mais do que arte nativa a decorar paredes de hotéis ou pratos típicos no cardápio de restaurantes. Ecoturismo não é turismo de massas atrás de um ambiente verde. Ecoturismo significa um permanente esforço para a defesa da terra, a protecção e sustentação de comunidades tradicionais.</i>
<i>IUCN – The International For Conservation of Nature and Natural Resources (1996): Viagem ambientalmente responsável e visitação a áreas naturais a fim de desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural nelas existente, tanto passada quanto presente), que promova a conservação, tenha uma visitação de baixo impacto e promova de maneira benéfica o envolvimento socioeconómico activo das populações locais.</i>
<i>IES – Ecotourism Society (1990): viagens a áreas naturais para compreender a cultura e a história natural do meio ambiente, preocupando-se em não alterar a integridade dos ecossistemas; produção de oportunidades económicas que tornam a conservação dos recursos naturais benéficas às pessoas da comunidade local. (cit. Drumm e Moore, 2003:15)</i>
<i>Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo (1994): um segmento da actividade turística que utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.</i>

Fonte: **Drumm e Moore** (2003); **Mowforth e Munt** (1998); **Pires** (2002).

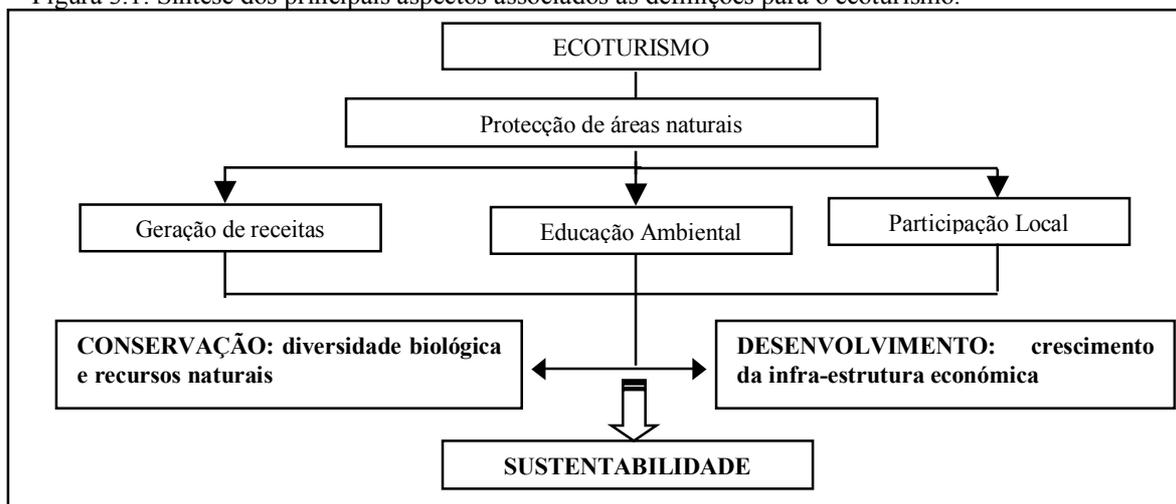
A partir da leitura das definições propostas pelas instituições e autores que notoriamente desenvolvem investigações no turismo ou actuam na área ambientalista, observa-se a carência de uma definição mais precisa para o ecoturismo, em parte, porque são inúmeras as pessoas que se dedicam a essa actividade e atribuem perspectivas e movimentações próprias ao termo, contribuindo para a sua volatilidade interpretativa. Nesta perspectiva, **Fennel** (2001) e **Pires** (2002) levantam um conjunto de actores os quais manifestam interesses pelo ecoturismo, produzindo diferentes visões em função das suas relações imediatas com o tema. De acordo com estes autores, a indústria do turismo, a área governamental e os seus organismos oficiais, as organizações não governamentais da área ambiental, o meio académico, a procura turística e a população das áreas de destino representam os principais difusores de significados para o ecoturismo.

Percebe-se, portanto, que cada um destes actores irá tecer a sua própria visão do que vem a ser o ecoturismo. As ideias, assim formadas, estarão consoantes aos respectivos processos de actuação de cada um destes segmentos. Assim, a indústria do turismo utiliza o modismo do termo **eco** como instrumento de *marketing* (promoção); ao governo compete uma actuação normativa, consultiva e de planeamento em prol do desenvolvimento; as ONG's procurarão associar a conservação ao desenvolvimento local; enquanto a procura turística relacionará a actividade à experiência, segundo o aspecto circunstancial, motivador e de expectativas pessoais (**Pires**, 1998).

Na esteira das definições, quer no âmbito académico, quer no organizacional, pode-se concluir que o ecoturismo representa uma procura pelas viagens à natureza com objectivo de se informar a respeito dos ecossistemas visitados e dos aspectos culturais das comunidades locais,

proporcionando, ao mesmo tempo, oportunidades económicas que colaboram para a conservação e a preservação do meio ambiente. O ecoturismo defende práticas que ventilam a conservação dos recursos naturais e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. De forma geral, a Figura 3.1 resume as propostas das principais definições para o ecoturismo.

Figura 3.1: Síntese dos principais aspectos associados às definições para o ecoturismo.



Fonte: Adaptado de Ross e Wall (1999).

Decorridos quase 20 anos da primeira publicação do termo ecoturismo e após inúmeros debates, eventos e uma proliferação de instituições e segmentos da indústria do turismo se terem dedicado para a actividade, em um dos mais contemporâneos trabalhos sobre o ecoturismo, ainda se afirma que “*não existe um conceito estabelecido e uma definição técnica consensual para o ecoturismo.*” **Diamantis** (2004: 5). De forma geral, a ambiguidade reside em distinguir o ecoturismo do turismo de natureza, ou outras formas de turismo alternativo que apresentam interfaces com o ecoturismo. *A priori*, na perspectiva prática, pairam frequentes dúvidas sobre a categorização do que é ou não ecoturismo. Por forma a esclarecer a questão, examinam-se as seguintes situações descritas pelos autores da literatura da especialidade.

Wearing e Neil (2001: 12) defendem que “*a dependência que o ecoturismo tem da natureza, em oposição às outras formas de turismo, nas quais a natureza é incidental à experiência, inclui a motivação turística de satisfazer uma necessidade educacional, que deriva das interações com o ambiente natural*” e neste aspecto, exemplifica esta afirmação, ao considerar que uma família ao fazer uso de um recurso natural, como uma praia não urbana, apenas para recreio e lazer, não pratica ecoturismo. No entanto, caso incidam nesta visita propósitos de aprender sobre as dinâmicas das dunas de areia, a sua vegetação, os recifes de corais, a restinga, então, esta família estaria a praticar o ecoturismo.

Buckley (2003) e **Lindberg et al** (1996) esclarecem a questão, através de um raciocínio associado às operações turísticas. Assim, operações turísticas que utilizam a natureza como meio, como recurso atractivo, existindo apenas o consumo de paisagens ou cenários naturais para desfrute do lazer e actividades recreativas, são enquadradas no âmbito do turismo de base natural e não são ecoturismo. De igual modo, **Pires** (2002) exclui do ecoturismo actividades como *motocross*, *off-roads*, desportos náuticos motorizados, caça e pesca, apesar destas práticas serem contextualizadas nos cenários naturais. Os impactes aos ecossistemas e à biodiversidade provocados por estas práticas contrariam os princípios de conservação e, portanto, não se enquadram como ecoturismo.

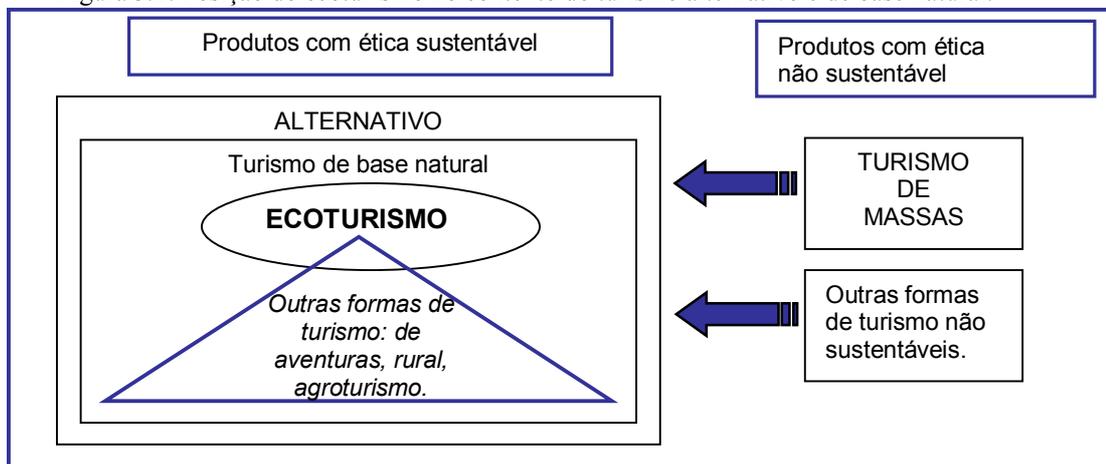
Maiores controvérsias podem ser encontradas na perspectiva de enquadrar algumas actividades como ecoturismo, e.g. do agroturismo, do enoturismo e do turismo rural. Todas são de base natural, podem ser desenvolvidas atendendo às premissas da sustentabilidade, e também apontam possibilidades de fomento à interpretação e à educação ambiental. No entanto, para muitos autores, estas actividades não são ecoturismo. **Ceballos-Lascurain** (1993, cit. em **Pires**, 2002), salienta a necessidade dos recursos naturais estarem no seu estado relativamente não alterado como condição necessária para o ecoturismo e, portanto, o agroturismo, o turismo rural e o enoturismo podem divergir deste princípio. **Diamantis** (2004) e **Pires** (2002) enfatizam que estas actividades possuem apenas similaridades e interfaces com o ecoturismo, ou de forma simples, possuem elementos que figuram no ecoturismo.

O termo turismo de aventura também frequenta o âmago das discussões conceituais e contribui para a volatilidade interpretativa sobre as fronteiras e enquadramento prático do ecoturismo. O *Canadian Tourism Commission* – CTC (cit. em **Fennel**, 1999), relaciona com o turismo de aventura as seguintes actividades: contemplação da natureza; observação da vida selvagem (*birdwatching*, *whalewatching*), actividades náuticas (canoagem, *kayaking*), escaladas; trilhos; actividades na neve; actividades aéreas (balonismo, pára-quedismo, *bungee jumping*). No entanto, **Norris** (1992, cit. em **Pires** 2002: 162), sublinha que “*mesmo que os participantes de viagens na natureza ou viagens de aventura venham a obter um conhecimento aprofundado das áreas que visitam, se a participação não contribui para essas áreas, não se tratará de ecoturismo*”. A posição de **Norris** levanta questões relativas à sustentabilidade como factor de diferenciação entre ecoturismo e turismo de aventura.

Pelo exposto, observa-se que turismo de natureza é um termo generalista, abraçando diversas formas de turismo alternativo actualmente em vigor. No sentido de contribuir para o melhor enquadramento prático e para o conceito do ecoturismo, **Diamantis** (2004) desenvolveu o modelo

da Figura 3.2 com vista a posicionar o ecoturismo no âmbito dos demais produtos e formas de turismo. De acordo com este modelo, o ecoturismo seria uma sub componente do turismo de base natural respeitando-se os princípios éticos da sustentabilidade.

Figura 3.2: Posição do ecoturismo no contexto do turismo alternativo e de base natural.



Fonte: Adaptado de **Diamantis** (2004).

Conforme verificado em **Diamantis** (2004), observa-se a existência do turismo de massas e outras formas de turismo, consideradas não sustentáveis, a realizar operações com uso extensivo do prefixo **eco** e objectivos assentes na promoção de uma operação turística responsável, sem no entanto, cumprir os requisitos necessários a prática ecoturística. Na origem deste processo encontra-se o apelo comercial, o qual se converteu o prefixo **eco**, tendo sido empregue pelas áreas de destino e pela indústria do turismo de forma indiscriminada, com o intuito de abraçar maiores segmentos de mercado. Neste aspecto, afirma-se:

*Não existe nenhuma dúvida que o “verde” vende. Quase tudo que recebe o prefixo eco aumenta os interesses e as vendas. Assim, nos últimos anos, existe uma proliferação de anúncios, no campo das viagens, com referências como “ecotour”, “ecotravel”, “ecovacation”, aventuras ecologicamente sensíveis, eco-aventuras, “ecocruise”, ecosafari, eco-expedição e, é claro, ecoturismo”. (Wight, 1993, cit. em **Orams**, 1995: 5).*

A vaga de “ecologização” instaurada de forma irresponsável na actividade turística contribui para dificultar a diferenciação entre o verdadeiro e o falso ecoturismo (**Pires**, 2002). Tais mecanismos de promoção repetem os clichés do turismo de massas, subjugando o ambiente natural e as comunidades locais ao passivo dos impactes originados pelo descontrolo da actividade. Embora exista um vasto espectro de definições, o ecoturismo prossegue o seu caminho em termos práticos e, em função desse cenário, muitos autores formularam modelos empíricos que concretizam esforços de aproximação entre o receituário teórico e as possibilidades práticas da actividade, conforme exposto a seguir.

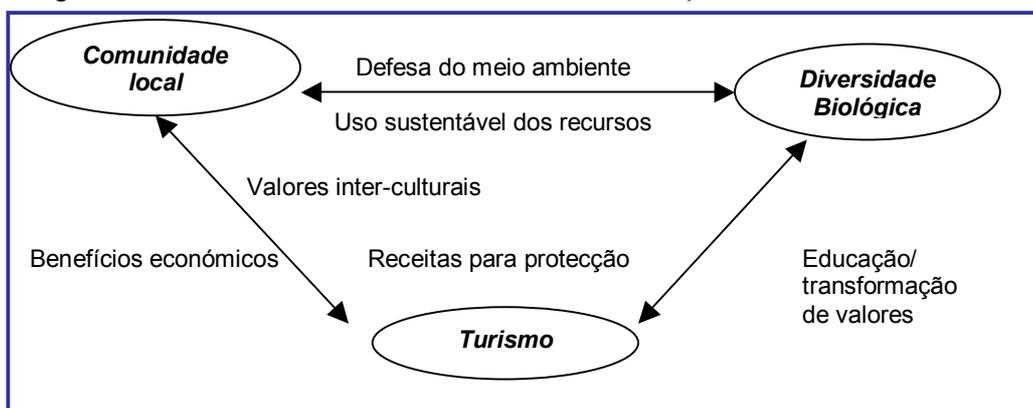
3.3 Modelos conceptuais do ecoturismo.

Adiante apresentam-se alguns modelos conceptuais extraídos da literatura sobre ecoturismo. A selecção destes modelos é motivada pela necessidade de identificação de alguns dos indicadores utilizados na investigação empírica desta dissertação, para além de representarem um referencial teórico no desenvolvimento das ferramentas de gestão a serem analisadas no próximo Capítulo.

(a) Modelo de Ross e Wall.

O modelo de Ross e Wall direcciona-se para a lacuna existente entre a teoria e a prática do ecoturismo. Estes autores consideram o ecoturismo como uma estratégia potencial para a conservação dos ecossistemas naturais, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentável à base local. No entanto, embora a literatura sublinhe os benefícios potenciais da actividade, multiplicam-se as falhas do ecoturismo no alcance dos seus objectivos. Em outras palavras, a teoria do ecoturismo, por vezes, não tem sido um sucesso na prática (Ross e Wall, 1999). Neste sentido, os autores desenvolveram um modelo em que são definidas e avaliadas as funções do ecoturismo numa área natural, facilitando o alcance dos objectivos do ecoturismo ao nível operacional. O modelo aposta nas inter-relações entre os diversos actores envolvidos que devem posicionar-se numa relação de simbiose com a actividade turística. O sucesso do ecoturismo, na prática, dependerá das dinâmicas entre as pessoas, os recursos e o turismo (turistas+indústria) onde cada elemento influencia positivamente um ao outro (ver Figura 3.3).

Figura 3.3: Modelo de Ross e Wall e as dinâmicas de interacção entre os actores do ecoturismo.



Fonte: Ross e Wall (1999).

Um aspecto importante a assinalar, no modelo de Ross e Wall, diz respeito à necessidade de implementação de políticas e estratégias de gestão, além do envolvimento de uma variedade de instituições, e.g. do poder público, das ONG e das agências de desenvolvimento e de conservação, para que o sistema de inter-relações sob os padrões de simbiose possam evoluir a longo prazo. Assim, a gestão do sistema requer o desenvolvimento de um elenco de indicadores, com ênfase na

avaliação dos benefícios sociais e económicos, originados pelo ecoturismo, e na avaliação do nível de relacionamento entre a área protegida, turistas e população anfitriã. A secção 5.5.2 abordará os indicadores que podem ser empregues nesta perspectiva.

(b) Modelo de Laarman e Durst.

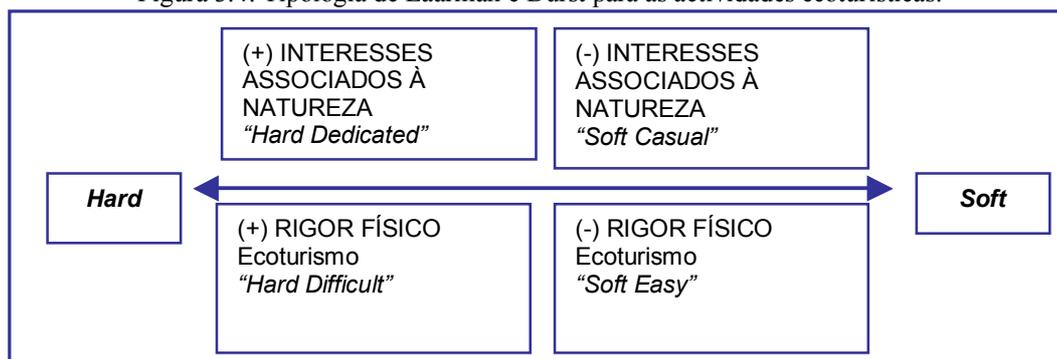
Uma amálgama de produtos ecoturísticos espalha-se por todos os quadrantes do planeta e ampliam as possibilidades de atendimento à emergente pluralidade de motivações da procura turística. Os trilhos pelas cordilheiras do Nepal; as escaladas aos penhascos do *Grand Canyon*, EUA; o *rafting* pelas águas do *Ottawa River* no Canadá; os passeios de barco no Parque Nacional de *Galápagos*, no Equador; a visita às fontes de água sulfurosas na Ilha de Santa Lúcia, no Caribe; os trilhos na Reserva Nacional Neblina de Monteverde, Costa Rica; os safaris nos Parques Nacionais em Zâmbia; a visitação à montanha dos Gorilas em Ruanda; a hospedagem em *ecolodges*³ da selva amazónica para a contemplação da vida selvagem e as visitas à barreira de corais australianos representam exemplos perante as múltiplas opções de ecoturismo operadas em todo o mundo.

Perante a diversidade apresentada, Laarman e Durst (1987, cit em **Fennel**, 1999), desenvolveram uma tipologia para as actividades ecoturísticas, consistindo numa referência para os estudos da procura por este segmento. De acordo com estes autores, o ecoturismo pode ser *Hard* ou *Soft*, conforme os níveis de rigor físico exigidos e associados aos riscos e à aventura ou, quanto ao nível de interesse pelos aspectos associados à natureza, integrando a recreação com a educação.

Para **Fennel** (1999), combinações entre estas possibilidades são frequentes, e este autor, cita o caso das actividades praticadas pelos cientistas e investigadores como proposta de ecoturismo *Hard Dedicated* e *Hard Difficult*, uma vez que as suas viagens são caracterizadas pelo alto nível de interesse nos fenómenos naturais e pela condição física necessária às horas de caminhada pelos ecossistemas, com pernoites em acampamentos improvisados. Em direcção oposta, pode-se encontrar o ecoturismo *Soft*, e.g. as hospedagens em *ecolodges* de selva, onde são oferecidas comodidades e níveis de conforto, em pleno ecossistema florestal, e práticas de caminhadas em florestas, por trilhos dotados de infra-estruturas de apoio. O modelo de Laarman e Durst encontra-se ilustrado na Figura 3.4.

³ Uma *Ecolodges* ou ecopousadas, segundo **Mitraud** (2003: 218), “pode ser definida como uma forma de alojamento de pequeno porte, localizado em ambientes naturais privilegiados, e que adoptam os princípios ecoturísticos.”

Figura 3.4: Tipologia de Laarman e Durst para as actividades ecoturísticas.



Fonte: Adaptado de Fennel (1999).

(d) Modelo de Lindberg para a tipologia de ecoturistas.

Estudos mais recentes no ecoturismo fazem referências às experiências vividas pela procura ecoturística, contribuindo para a identificação de perfis de segmentos associados à actividade. Neste aspecto, Lindberg (1991, cit. em Fennel, 1999), identificou quatro tipos básicos de ecoturistas, com ênfase na experiência desejada pelos turistas, nos locais que desejam visitar e no modo como preferem realizar a viagem. A tipologia proposta por Lindberg encontra-se detalhada na Tabela 3.3.

Tabela 3.3: Tipologia para o espectro de perfis da procura ecoturística.

Ecoturistas radicais: <i>cientistas ou membros de excursões especificamente designadas para educação, remoção de resíduos sólidos ou propósitos similares;</i>
Ecoturistas dedicados: <i>pessoas que viajam especificamente para visitar áreas protegidas e desejam perceber a história natural e cultural da localidade.</i>
Ecoturistas de atitude natural: <i>perfil de pessoas que visitam o Amazonas, o parque dos gorilas Rwandan ou outras áreas de destino com âmbito de viagens não usuais.</i>
Ecoturistas casuais: <i>pessoas que experimentam viagens à natureza no contexto de uma viagem alargada, ou seja, o ecoturismo não é o objectivo principal da viagem.</i>

Fonte: Lindberg (cit. Fennel, 1999: 57).

Nota-se, fundamentalmente, o casamento entre a tipologia de Lindberg para os perfis de ecoturistas e o modelo de Laarman e Durst para a caracterização das actividades ecoturísticas. A partir destes modelos, sobressaem implicações no âmbito do planeamento e das estratégias para o *marketing* de áreas de destino ecoturísticas. A caracterização da procura contribui para um maior discernimento sobre o perfil do segmento de mercado que se deseja atrair para a área de destino natural, resultando num maior impacte positivo do ecoturismo em direcção à sustentabilidade. Conforme será analisado no trabalho empírico, a caracterização da procura ecoturística também apresenta ressonância nas propostas de zonamento turístico para áreas naturais protegidas.

3.4 Dimensões fundamentais do ecoturismo.

Para a consecução do verdadeiro ecoturismo há a necessidade de se conjugar um amálgama de condições que, nos seus diversos níveis de aplicação prática, conduzem o turismo à essencialidade dos processos de sustentabilidade. Tais condições representam as **componentes ou dimensões fundamentais do ecoturismo** e a exploração destas componentes proporcionará a selecção de um conjunto de indicadores a serem utilizados no desenvolvimento empírico deste trabalho.

3.4.1 A dimensão de base natural: a sustentabilidade ambiental.

O ecoturismo desenvolve-se no espaço natural com baixos níveis de interferência humana. Perante as possibilidades de atracções ecoturísticas encontram-se, por excelência, as montanhas, os mirantes, os lagos, os rios, as cascatas, a fauna, a flora, as praias desertas, os recifes de coral, as florestas ou outras formas de coberto vegetal, as formações espeleológicas, os terrenos com ímpares formações geológicas, entre outras. Para **Diamantis** (2004), trata-se de um vasto cardápio, o qual teve a sua inicial exploração nos países tropicais e se expandiu para diversas regiões naturais em todo o mundo.

Conforme defende Zimmerman (1951, cit. **Fennel**, 1999), um fenómeno da natureza passa a ser recurso quando o homem lhe atribui funcionalidade, ou seja, é capaz de satisfazer necessidades humanas. Nesta linha de raciocínio, o petróleo tornou-se um recurso a partir da tecnologia de motores à combustão. O mesmo ocorre com o turismo. Como nunca visto antes, regista-se um considerável fluxo de visitante nos parques, nas reservas e nos espaços com belezas cénicas naturais. Ou seja, o capital natural existente na superfície da terra tornou-se um recurso para a satisfação das necessidades do turismo no actual estágio em que se encontra a humanidade.

A conservação do capital natural das áreas de destino ecoturísticas representa a “bandeira” na qual está assente a actividade, dada a fragilidade e exclusividade de muitos ecossistemas, bem como a sua biodiversidade associada. Portanto, o uso dos recursos naturais para fins turísticos deverá ser de baixo consumo, racional e controlado, possibilitando a redução dos impactes negativos no meio ambiente. De facto, se não houver conservação dos recursos, não haverá ecoturismo. Com essa aceção, delinea-se o principal dilema do ecoturismo, representado pelo esforço de balancear os objectivos da protecção dos ecossistemas e da biodiversidade com os objectivos da visita (**Farrel e Marion**, 2002).

Neste sentido, o ecoturismo não pode assumir uma perspectiva “económico-cêntrica” ou “turis-cêntrica” para não se repetirem os erros crassos do turismo de massas. O equilíbrio entre a

dialéctica económica e conservacionista requer a aplicação de um maior cientificismo e a integração por parte dos intervenientes da actividade ecoturística. A literatura é consensual ao apontar o planeamento como um dos instrumentos imprescindíveis à consecução dos objectivos da sustentabilidade. O planeamento, as ferramentas de gestão para o ecoturismo e o uso de indicadores, como forma eficaz de manutenção dos padrões assentes na sustentabilidade, serão objectos de análise no capítulo 5 desta dissertação.

3.4.2 A dimensão associada à participação da comunidade local: a sustentabilidade económica e social.

A participação da comunidade local encontra forte ressonância face à conquista dos objectivos da sustentabilidade sociocultural e económica do ecoturismo. A comunidade local encontra-se distribuída nos núcleos populacionais localizados no espaço físico envolvente à área natural, como também no interior das áreas naturais protegidas. A experiência resultante da expansão do turismo nas últimas décadas não deixa margem para a justificação de formas de turismo assente na fórmula “alto impacto negativo + alto retorno financeiro”. Deste modo, diversos autores (**Hawkins**, 2004; **Diamantis**, 2004; **Brandon**, 2002; **Pires**, 2002; **Wearing e Neil**, 2001; **Fennel**, 1999;) enfatizam a necessidade de participação da comunidade local no desenvolvimento, não somente no ecoturismo, mas em qualquer outra forma de turismo. Entende-se por participação da comunidade local:

“Dar as pessoas mais oportunidades de participar efectivamente nas actividades de desenvolvimento. Isso significa proporcionar condições para que elas mobilizem o seu próprio potencial, sejam agentes sociais em vez de sujeitos passivos, façam a gestão dos recursos, tomem decisões e controlem as actividades que afectam a sua vida.” Cernea (1991, cit. em **Brandon**, 2002: 253).

De igual modo, entende-se por desenvolvimento comunitário, *“aquele assente nas iniciativas locais, que advoga abordagens próprias para o encontro de soluções para os problemas da comunidade através dos seus próprios membros e recursos.”* **Fennel** (1999: 213). Partindo das posições de Cernea e Fennel, destaca-se que o envolvimento da comunidade no ecoturismo deve existir desde a fase do planeamento, incluindo-se a participação activa no processo decisório sobre o desenvolvimento do ecoturismo, considerando-se as necessidades, as expectativas e os valores locais da comunidade (**Hawkins**, 2004; **Diamantis**, 2004). Desenvolve-se uma abordagem participativa, o que difere, portanto, de uma abordagem na qual as pessoas apenas recebem benefícios, mas não possuem poder de decisão (**Brandon**, 2002).

O turismo alicia muitas comunidades em todo o mundo com os seus ofuscantes mecanismos de salvação económica. Em muitos casos, o turismo de natureza encontra comunidades imersas num contexto de decadência económica, com a sua população exercendo actividades ultrapassadas ou

em declínio e, por serem dotadas de belezas cénicas naturais, tornam-se alvo fácil para a indústria do turismo que, aliada à base política local, promove a exploração dos recursos ambientais e sociais, sob o discurso ufano do desenvolvimento económico pelo turismo.

Pires (2002: 166) cita a implantação de empreendimentos de grandes dimensões, designadamente no ramo do alojamento, em que “*coube a comunidade local abrir mão do seu espaço patrimonial e vivencial para se subjugar a oportunidades discriminatórias de trabalho assalariado eventualmente disponibilizadas.*” De facto, embora essa realidade seja patente em muitas áreas de destino naturais, designadamente nos países em desenvolvimento, considera-se este e outros exemplos semelhantes como totalmente excluídos dos padrões preconizados pelo ecoturismo.

Um aspecto importante a assinalar e que tem sido referenciado por muitos autores, a exemplo de **Liu** (2003), diz respeito à falta de preparação das comunidades locais na condução dos processos de desenvolvimento no âmbito do ecoturismo. Nesta perspectiva, abriram-se os caminhos para a actuação das ONG's e das agências de desenvolvimento para a realização de projectos de ecoturismo, onde se planeia a participação da comunidade local. **Drumm e Moore** (2003) citam os contributos das agências de desenvolvimento, como a *United States Agency for International Development* (USAID), *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ) e o *Department for International Development* (DFID), como principais fomentadoras de recursos técnicos e financeiros aplicados nos projectos de ecoturismo implementados pelas ONG's em diversos países.

Não obstante os registos da literatura quanto à imersão da comunidade local nos projectos ecoturísticos e nos esforços integrados entre instituições, o que de facto se evidencia é a ocorrência de obstáculos diversos à concretização da efectiva participação da comunidade. **Ross e Wall** (1999) expõem que as comunidades locais são dependentes de actividades económicas, como a agricultura, a pecuária, a caça, a pesca, a colecta de madeira, etc., as quais se tornam proibidas com a legalização de áreas naturais como protegidas e destinadas ao turismo. A comunidade, por consequência, opõe-se ao turismo e prejudica a sua operação.

De forma semelhante, **Brandon** (2002) sublinha a necessidade de tempo e energia, além de grande habilidade organizacional, para se obter consenso entre as diferentes necessidades e desejos dos distintos grupos existentes entre comunidades ou mesmo dentro de uma única comunidade. Outro aspecto a assinalar, quanto ao insucesso da participação da comunidade nos projectos ecoturísticos, refere-se à insatisfação da comunidade face aos resultados obtidos. O turismo, quando trabalhado

de forma sustentável, e designadamente o ecoturismo ao operar em pequena escala, não apresenta benefícios económicos a curto prazo e, neste aspecto, evidencia-se que o ecoturismo deve ser tratado como actividade complementar, de forma a diversificar a economia (Ross e Wall, 1999).

No campo da sustentabilidade, a participação da comunidade no ecoturismo representa expressivas contribuições para a integridade e conservação das áreas naturais. Há o estabelecimento de um processo de simbiose, na altura em que a comunidade desenvolve uma consciência sobre o valor protagonizado pelas áreas naturais como fonte de recursos ao desenvolvimento do ecoturismo. Desta forma, com os rendimentos assim obtidos, a comunidade exerce o papel de protectora dos recursos naturais e culturais para possibilitar a perpetuidade dos benefícios. Um importante veículo para a criação de uma consciência e sensibilização da comunidade para estes aspectos é a inserção da educação como premissa ao desenvolvimento do ecoturismo, conforme analisado no ponto a seguir.

3.4.3 A dimensão da educação e da interpretação ambiental.

O turismo pós-moderno tornou-se indutor de aprendizagem. Conhecer as singularidades, a história, os detalhes e outras informações sobre os atractivos turísticos estão na origem das mais valias proporcionadas pela actual experiência turística. Conforme abordado na secção 2.2.2, os novos cenários no turismo apontam para o surgimento de um turismo mais segmentado e especializado em função do advento de um novo tipo de consumidor em turismo.

Partindo desta acepção, os destinos do turismo de natureza encontram um terreno fértil para promover a informação de base ambiental. Para Ross e Wall (1999), as áreas protegidas podem ser vistas como verdadeiros laboratórios naturais, museus vivos, refúgios ou escolas ao ar livre, oferecendo oportunidades para promover um estreito relacionamento ambiental, tanto para os visitantes como para os residentes locais. Deste modo, o uso da educação e da interpretação ambiental representam eficazes instrumentos de conversão do turismo de natureza em ecoturismo. Há uma mudança de perspectiva, em que o turista é convidado a não somente contemplar e observar a natureza mas também a desenvolver sensações e percepções acerca do valor intrínseco dos recursos naturais. De acordo com Wearing e Neil (2001: 93), a educação e a interpretação ambiental actuam no sentido de “*ampliar a consciência e intensificar o entendimento e, espera-se esclarecer ou expandir a perspectiva e atitude de cada visitante.*” Esta proposta torna a educação e a interpretação ambiental como integrantes fundamentais às propostas de sustentabilidade do ecoturismo.

Wearing e Neil (2001) destacam a estreita diferença entre os termos educação e interpretação, que no ecoturismo guardam semelhanças em termos de semântica. Para estes autores, a interpretação é um recurso da educação ambiental, ou seja, é o mecanismo pelo qual a educação ambiental “chama” a atenção da audiência, enquanto a educação ambiental espelha a filosofia do pensar e do agir em torno de alternativas aos desafios do paradigma ambiental, preocupando-se com a construção do pensamento crítico em torno do futuro do planeta. A interpretação ambiental, em termos do ecoturismo, opera no sentido de promover atitudes e posturas comportamentais, através da tradução da linguagem técnica ambiental para uma linguagem acessível à maioria dos turistas. Em linhas gerais, a interpretação ambiental é o meio; a educação ambiental, o fim.

Tilden (1977, cit. em **Wearing e Neil**, 2001: 94) define **interpretação ambiental** como “*actividade educativa, que visa revelar significados e relacionamentos pelo uso de objectos originais, por meio de uma experiência directa e por meios ilustrativos, em vez de uma simples comunicação factual da informação*”. De igual modo, Prentice, com foco no turismo, define interpretação ambiental como uma forma de:

“Comunicar às pessoas o significado de um lugar, proporcionando um maior aproveitamento deste, compreendendo a sua importância e desenvolvendo uma atitude positiva em direcção à conservação. Interpretação é utilizada para realçar a recreação nos lugares, transmitir significados simbólicos e facilitar mudanças atitudinais e comportamentais.” Prentice (1995, cit. em **Carr**, 2004: 435).

Portanto, interpretação não é apenas a transmissão da informação mas também revelar sentidos e estimular a reacção cognitiva e emocional (**Wearing e Neil**, 2001). O caminho para o fortalecimento da sustentabilidade, através da interpretação ambiental, passa pela habilidade com que a interpretação alcança os objectivos de mudança de atitude dos turistas e da população local, não somente durante a realização da visita mas também após a experiência.

Estudos elaborados nas áreas naturais protegidas, na esfera da interpretação ambiental, indicam que os seus efeitos produzem resultados distintos, conforme os níveis de consciência ambiental dos visitantes. Beaumont (1977, cit. em **Wearing e Neil**, 2001) identificou que a interpretação pode induzir a mudanças de atitude e compreensão nos indivíduos com certos níveis de conhecimento sobre a ética conservacionista; no entanto, a mesma investigação revela que visitantes de compreensão limitada e atitude mesquinha estão menos sujeitos a influência da interpretação. Estes resultados imprimem a necessidade de um maior rigor perante a elaboração de técnicas de interpretação ambiental para que os objectivos de sensibilização e mudança de atitude sejam alcançados. De facto, a complexidade da questão extrapola o âmbito da interpretação ambiental. Segundo **Kastenholz** (2005: 24), o alcance da sustentabilidade passa também pelas implicações de

marketing o qual deve “contribuir para uma eficaz gestão da procura no sentido de atrair os turistas que mais valorizam o que o destino tem para oferecer.” Neste aspecto, a descoberta de nichos de mercado, os quais apresentam uma maior sensibilidade à temática ambiental e cultural, podem configurar maiores sucessos ao nível dos efeitos da interpretação ambiental no campo da sustentabilidade.

De qualquer forma, o exame das práticas correntes de interpretação ambiental revela o emprego de técnicas comuns em muitas das áreas naturais protegidas. Em linhas gerais, a tendência é a utilização de técnicas mais tangíveis, como a implantação de centros de visitação, a distribuição de publicações, a realização de excursões guiadas, as actividades educativas, as exposições e exposições; a implantação de um sistema de sinalização, etc. (**Wearing e Neil**, 2001). Estes instrumentos serão considerados na parte empírica da presente dissertação.

A interpretação ambiental, ao mesmo tempo que enriquece a experiência da visitação, também promove a conservação e, neste aspecto, torna-se uma ferramenta importante de gestão das áreas naturais protegidas, uma vez que minimiza a possibilidade de comportamentos inadequados dos ecoturistas. Além do exposto, a oferta de uma elevada qualidade na experiência da visita permite que os ecoturistas paguem taxas pelos serviços de interpretação usufruídos, possibilitando que este rendimento seja empregue na conservação da área protegida (**Ross e Wall**, 1999).

A responsabilidade quanto à promoção da interpretação não é exclusiva dos gestores de áreas naturais protegidas. A indústria do turismo, o poder público, associações locais e ONG's devem convergir em acções, não somente de interpretação ambiental mas também para a concretização das demais componentes estudadas nos pontos anteriores. Os efeitos sinérgicos, assim obtidos, dinamizam o potencial da actividade ecoturística, maximizando os impactes positivos e minimizando os impactes negativos. Para tanto, **Hawkins** (2004) sugere a estruturação de um tecido organizacional sob a forma de *clusters*, consolidando novas tendências no âmbito da actividade.

3.5 Tendências do ecoturismo: a formação de *clusters* como instrumento de competitividade das áreas de destino ecoturísticas.

Existe consenso na literatura quanto ao potencial do ecoturismo em gerar benefícios directos para as áreas de destino naturais e como uma forma alternativa de desenvolvimento, através da criação de emprego e pelo aumento de receitas para infra-estruturas e projectos comunitários (**Wearing e Neil**, 2001). O desafio reside na conquista destes objectivos em paralelo à protecção do meio

ambiente, à manutenção dos princípios de sustentabilidade e à garantia da qualidade da experiência da visita. Na secção 3.2 observou-se a existência de diversos actores com múltiplos e divergentes interesses em torno do ecoturismo. No entanto, evidências empíricas apontam para a necessidade de se estabelecer a cooperação, o desenvolvimento de competências e o fortalecimento das interações entre os diversos intervenientes da função ecoturística para o sucesso da actividade.

Para **Hawkins** (2004), a consecução dos objectivos do ecoturismo passa pela formação de *clusters* em torno da área natural protegida. O conceito de *cluster*, no ecoturismo, corresponde à união de esforços entre todos os actores dentro de uma área destino natural, com vista a desenvolver uma base competitiva para o destino.

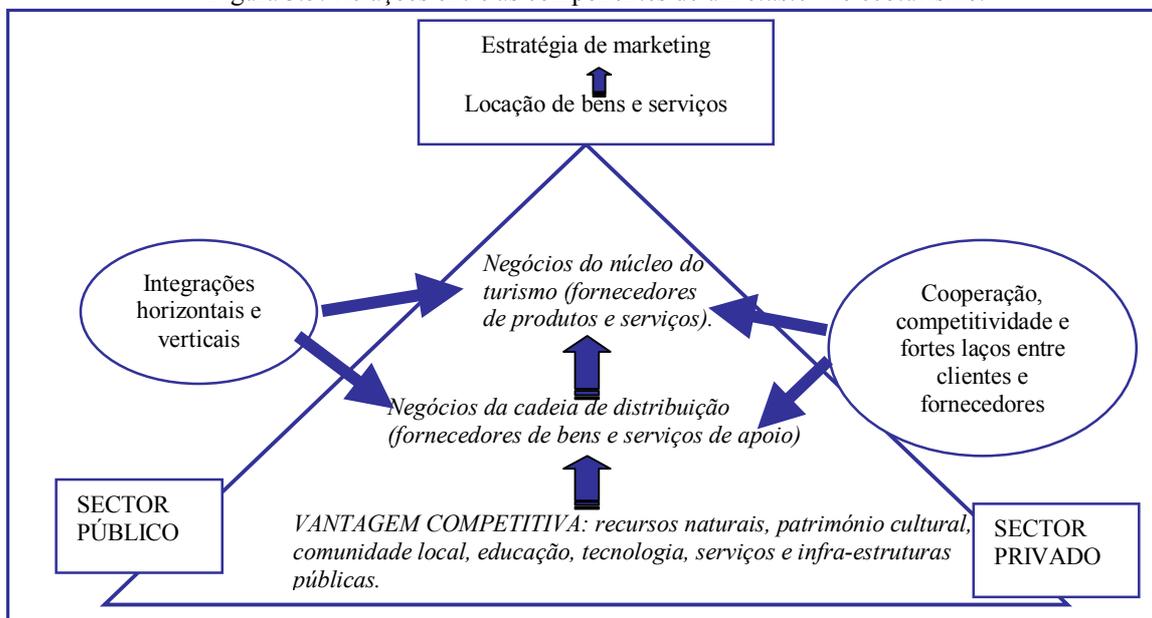
Isoladamente, cada um dos intervenientes participa com importantes contribuições para o desenvolvimento do ecoturismo, em conformidade com os papéis para os quais são estruturados. Ao governo é atribuído o papel de fomentar o planeamento, a regulação e a gestão do ecoturismo nas áreas naturais protegidas ou não, com destacada actuação dos seus órgãos técnicos à escala das áreas protegidas. A iniciativa privada participa no ecoturismo através do provimento de serviços constituintes do *core* do turismo, designadamente, no âmbito do alojamento, da restauração, do aluguer de carros, dos transportes e duma diversidade de serviços de apoio ao turismo. Os privados dinamizam a actividade pelos investimentos, inovação e promoção com impactes directos na capacidade de atrair visitantes.

As ONG's encontraram um terreno fértil de trabalho no ramo do ecoturismo. Com equipa técnica especializada na temática ambiental e com preocupação social, estas instituições têm realizado diversas actividades de planeamento e implementação do ecoturismo em vários países. Em muitos casos, constata-se a falta de empenho e de comprometimento das instituições públicas no levantamento dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos para promover a sustentabilidade do ecoturismo. Neste aspecto, as ONG's actuam no sentido de preencher esta lacuna, complementando o papel do governo no desenvolvimento do sector.

A promoção de redes de sinergias entre os intervenientes ora citados proporciona uma base sólida para o desenvolvimento da actividade, ancorada no profissionalismo, na capacidade de gestão e no fortalecimento da malha local de negócios. Forma-se um conjunto estratégico, que desenvolverá actividades através de uma cadeia de distribuição para o ecoturismo, segundo a concepção de um *cluster*. Segundo **Hawkins** (2004), a abordagem competitiva do *cluster* é usada para suportar um conjunto de relações estratégicas entre o sector privado, os governos, as ONG's, a comunidade

local e outros actores, num programa específico de apoio ao desenvolvimento do ecoturismo. A Figura 3.5 visualiza uma estrutura de competitividade do *cluster*, através das interfaces entre os actores do ecoturismo.

Figura 3.5: Relações entre as componentes de um *cluster* no ecoturismo.



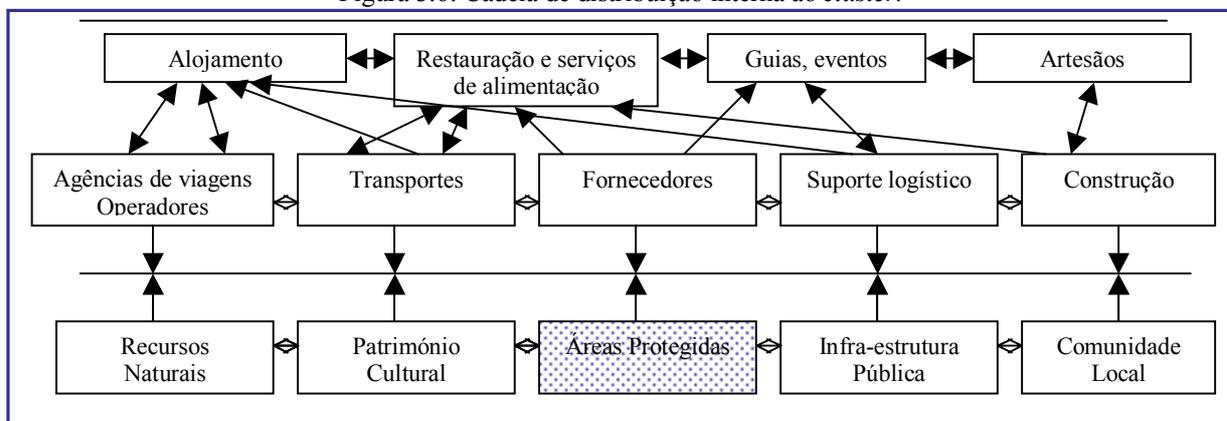
Fonte: Hawkins (2004).

De acordo com **Hawkins** (2004), a competição é dependente da criação de um ambiente que promova a inovação e a eficiência, forçando os intervenientes a se orientar na busca da redução dos custos, da melhoria da qualidade e do desenvolvimento de novos mercados. Estas premissas devem encorajar o estabelecimento das parcerias no *cluster* no âmbito do ecoturismo, uma vez que a indústria do turismo global encontra-se bastante integrada e conectada aos canais de distribuição que podem retirar o controlo da actividade pelos locais.

Um *cluster* permite às pequenas e às médias organizações competirem globalmente, através do melhor acesso à informação e aos recursos especializados, à flexibilidade e à rápida adopção de inovações. Para **Hawkins** (2004), no ecoturismo, o foco do *cluster* é o encontro de três objectivos: **primeiro**, a conservação e biodiversidade, através da protecção dos recursos naturais; **segundo**, fomento ao empreendedorismo, através da criação de pequenas e médias empresas, criando empregos, promovendo equidade social e melhora da auto-estima dos locais; **terceiro**, viabilidade empresarial, através do acesso ao capital, das maiores possibilidades de retorno do investimento e dos lucros. No centro do *cluster* encontra-se a base de recursos naturais e culturais para o ecoturismo, e

gravitando-se em torno do núcleo, tem-se uma constelação de actividades e estratégias de serviços organizados numa efectiva cadeia de distribuição (Hawkins, 2004). Ver Figura 3.6.

Figura 3.6: Cadeia de distribuição interna ao cluster.



Fonte: Hawkins (2004).

3.6 Os efeitos do ecoturismo na vertente ambiental e socioeconómica das áreas de destino.

A qualidade e a integridade dos recursos naturais e culturais constituem a essência do ecoturismo. Planear e gerir a actividade, conforme será abordado no Capítulo 5, significa, a priori, robustecer os impactes positivos e minimizar os negativos, assegurando a qualidade da experiência turística, a conservação dos recursos ambientais, os benefícios socioeconómicos para a comunidade local e o diferencial competitivo da área de destino.

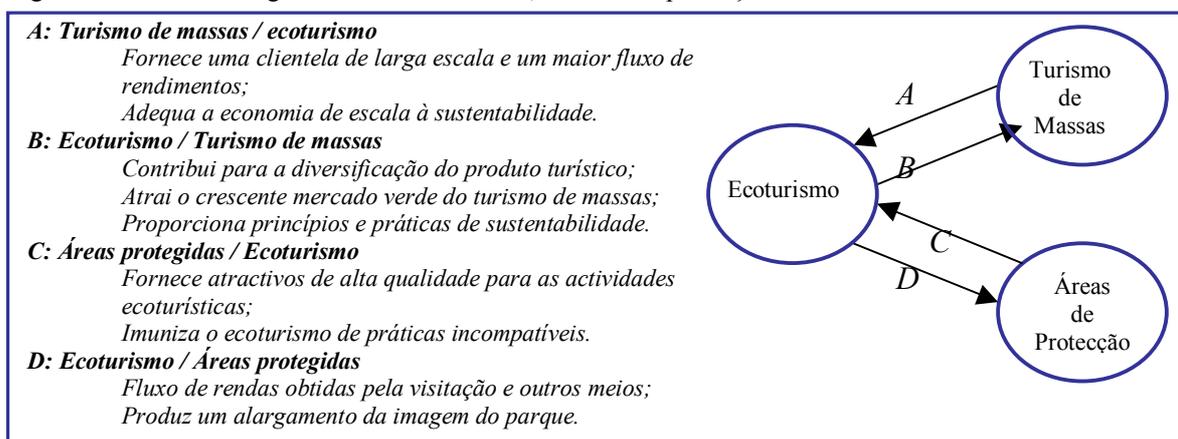
No entanto, apesar da inúmera quantidade de estudos de casos existentes na literatura, abordando aplicações práticas sobre a gestão e controlo dos impactes negativos nas áreas naturais espalhadas pelo mundo, a literatura não é consensual quanto à resposta do ecoturismo aos objectivos de conservação e benefícios económicos. **Orams** (1995) afirma que existe uma verdadeira panaceia em torno do ideal conservacionista e do suporte económico da actividade, onde não faltam debates em torno da sustentabilidade ou não do ecoturismo. **Diamantis** (1999) faz referência aos diversos autores que defendem não haver diferenças entre os impactes do ecoturismo e os impactes provocados pelas outras formas de turismo sobre o meio ambiente. Tal posição é justificada pela fragilidade do capital natural, consumido pelo ecoturismo, e pela crescente migração do ecoturismo de pequena escala ao ecoturismo com proporções semelhantes ao turismo de massas.

No entanto, **Weaver** (2001), ao transferir o modelo de Laarman e Durst para o ecoturismo, (ver ponto 3.3) é categórico ao afirmar que o ecoturismo *soft* é, na verdade, um ecoturismo de massas, não havendo contradição quanto à possibilidade desta forma de ecoturismo ser sustentável. “O ecoturismo pode ser, e em maior proporção, uma variante do turismo de massas e o ecoturismo de

massas pode ser mais sustentável que a versão “hard” de pequena escala do sector”. (Weaver, 2001:109). O autor justifica a sua posição perante a existência de um novo paradigma da actividade turística fortemente associada à gestão e ao controlo da actividade, além de enfatizar a possibilidade turismo de massas trazer benefícios para o ecoturismo.

De igual modo, **Poon** (1993) enfatiza a existência do novo perfil “3S and Plus” de turista, o qual visita áreas típicas do turismo de massas, pelos baixos preços praticados pela oferta, no entanto, além do relaxe natural do banho de sol e de mar, também procura actividades alternativas, a exemplo da prática de desportos náuticos, das visitas às áreas naturais protegidas e dos passeios aos centros históricos. Conclui-se, portanto, que o novo turismo opera efeitos sinérgicos entre as múltiplas opções de atractivos nas áreas de destino, conforme o modelo ilustrado na Figura 3.7.

Figura 3.7: Efeitos sinérgicos entre o ecoturismo, as áreas de protecção e o turismo de massas.



Fonte: Adaptado de **Weaver** (2001).

De acordo com **Weaver** (2001), as áreas naturais protegidas podem obter maiores sucessos em termos de conservação dos recursos naturais e maximização dos benefícios para a comunidade local através do desenvolvimento do ecoturismo de massas nas suas instalações, desde que haja uma eficiente gestão e controlo da actividade. Estas discussões serão colocadas à prova no trabalho empírico, ao se analisar o turismo de natureza nos parques massificados e não massificados do Centro de Portugal.

Partindo da posição de **Weaver**, e conforme será observado na parte empírica, o cenário actual exhibe áreas naturais onde ocorre um ecoturismo de grande escala (ecoturismo de massas) mas também áreas onde se verifica um ecoturismo de pequena escala e, no âmbito dos impactes, os seus graus de intensidade relacionam-se com a gestão e controlo da actividade. De uma forma geral, os impactes do ecoturismo irão encontrar semelhanças com os impactes produzidos pelo turismo de

massas, descritos no ponto 1.4 desta dissertação, com alguns aspectos específicos, os quais serão destacados a seguir.

3.6.1 Impactes positivos do ecoturismo.

A gestão do ecoturismo deve estabelecer um processo interactivo entre o meio ambiente, turistas e comunidades locais resultando em benefícios concretos para estes três elementos, conforme exemplificado na Tabela 3.4.

Tabela 3.4: Impactes positivos do ecoturismo para o meio ambiente na comunidade local e na procura.

Impactes positivos do ecoturismo no meio ambiente
<i>Incentiva a protecção do meio ambiente, seja no âmbito formal (áreas protegidas) ou informal;</i>
<i>Protege a biodiversidade;</i>
<i>Obtenção de financiamento para protecção e melhoria/manutenção das atracções naturais e do património cultural;</i>
<i>Incentiva a investigação da vida selvagem e estudos arqueológicos;</i>
<i>Promove maior consciência da regulamentação e dos códigos idealizados para minimizar os impactes.</i>
Impactes positivos do ecoturismo nas comunidades locais
<i>Emprego de mão-de-obra local;</i>
<i>Estimula o empreendimento local;</i>
<i>Elevação da consciência da comunidade a respeito do valor da cultura local e do ambiente natural;</i>
<i>Fonte de receita adicional para o comércio retalhista local e outros serviços;</i>
<i>Ampliação do mercado para produtos locais (e.g. produtos agrícolas, produtos manufacturados, bens com valor agregado), sustentando, assim usos e costumes locais;</i>
<i>Procura por acomodações, restaurantes e bares e, portanto, maior viabilidade de dinamização económica local;</i>
<i>Desenvolvimento do “orgulho étnico”: as comunidades passam a sentir orgulho da originalidade dos recursos naturais e das suas características culturais, empenham-se em campanhas conservacionistas e fiscalizam as acções destruidoras dos visitantes;</i>
<i>Melhoria dos serviços de carácter social (educação, saúde) e públicos (telecomunicações, segurança, etc).</i>
Impactes positivos na procura turística
<i>Qualidade na experiência da visitaçào;</i>
<i>Ampliação do significado da actividade turística por intermédio da interpretação;</i>
<i>Novas posturas e atitudes face ao meio ambiente;</i>
<i>Aprendizagem e autodescoberta.</i>

Fonte: extraído de **Wearing e Neil (2001)**, **Diamantis (1999)**, **Ruschmann (1997)**.

O aproveitamento económico do ecoturismo tornou-se uma aposta para o desenvolvimento de muitas áreas de destino assentes nos atractivos naturais. Diversas áreas protegidas estão a desenvolver esforços no sentido de maximizar os benefícios económicos gerados pela actividade, de forma a suplementar os orçamentos governamentais destinados à conservação do parque, bem como gerar benefícios para a população local.

No âmbito das áreas protegidas, a literatura regista algumas formas tradicionais de obtenção de receita por intermédio do ecoturismo, e.g. a cobrança de **taxas de entrada**, registando-se diferentes valores conforme a procedência local ou estrangeira dos turistas; **taxas de admissão**, cobradas pelo acesso a atracções específicas; **taxas de utilização**, cobradas pelo aluguer de binóculo, de roupas de mergulho, de equipamentos náuticos, etc.; **taxas de concessão**, com a exploração de serviços turísticos pela iniciativa privada; **royalties**, na forma de comissões pela venda de *t-shirts* e

souvenirs; **doações**, oriundas de turistas e/ou instituições; **taxas oriundas da indústria do turismo**, etc. (Lindberg e Huber, 2002; Sherman e Dixon (1991, cit. em Fennel, 1999: 166).

Apesar desta ser uma prática comum aos parques, Lindberg e Huber (2002) defendem a existência de um subaproveitamento do potencial económico do ecoturismo, à luz da sustentabilidade, pela falta de investimentos, pela fuga de receitas e pela reduzida escala de utilização das receitas directamente aplicadas nos fundos para conservação e desenvolvimento local.

À partida, as taxas turísticas constituem-se numa medida de obtenção de receitas, havendo a necessidade imperativa de uma adequada gestão das taxas no que respeita a formas de cobrança, aos objectivos de aplicação das taxas, etc. Lindberg e Huber (2002) exemplificam o caso do Peru, Equador e Quênia que cobram menores taxas aos residentes locais, e maiores taxas aos turistas estrangeiros, buscando-se eficiência económica e maior equidade no que toca à oportunidade de recreação para a comunidade local. No entanto, o pressuposto de cobranças de taxas elevadas, sem distinção quanto ao tipo da procura, é citado por Wearing e Neil (2001) que destacam o método de restringir a procura pela cobrança de importâncias mais altas. Se por um lado tal medida favorece a manutenção da capacidade de carga dos atractivos, por outro alimenta possibilidades de formação de “guetos” turísticos os quais não são condizentes com a postura integrante da sustentabilidade.

O parque deve prioritariamente definir quais são os seus objectivos centrais de projecção do ecoturismo para o desenvolvimento sustentável, como parâmetro de decisão quanto à forma de cobrança das taxas. Segundo Lindberg e Huber (2002), há três objectivos principais associados à cobrança de taxas nas áreas naturais protegidas: (a) **Cobertura de custos**, onde as taxas geram receitas suficientes para cobrir os custos operacionais e custos de capital; (b) **Maximização de lucros**, em que as taxas são estipuladas com o propósito de gerarem o maior lucro possível, financiando actividades tradicionais de conservação e opções subsidiadas de recreação para a comunidade local; (c) **Outros objectivos de gestão**, as taxas podem permanecer baixas para favorecer o aumento de visitação e alcança-se, assim, outros objectivos, a exemplo do favorecimento do comércio local. Para além da definição dos objectivos de aplicação das taxas, o processo decisório associado deverá pautar-se, também, pelo conhecimento prévio do padrão e perfil da procura turística da região.

3.6.2. Impactes negativos associados ao ecoturismo.

Semelhante ao turismo de massas, vários autores debruçam-se na descrição e elaboração dos estudos de caso sobre os impactes negativos protagonizados pelo ecoturismo na base dos recursos naturais e no capital sociocultural das comunidades locais. Em muitos casos, as externalidades

geradas são comuns ao turismo de massas e, neste aspecto, serão aqui retratados os impactes com maior especificidade do ecoturismo.

(a) Impactes negativos ao meio ambiente natural.

O ecoturismo é, muitas vezes, operado nos locais de baixa resiliência onde qualquer nível de intervenção humana ocasiona impactes negativos aos ecossistemas e à biodiversidade da área natural protegida. A ausência de uma gestão do ecoturismo pode lesionar de forma irreversível a integridade dos sistemas bióticos e abióticos destas áreas.

Smith e Newsome (2002), em estudos realizados no Parque Nacional *Warren*, Austrália, revelaram uma estreita relação entre o nível do impacte e a postura comportamental do turista, assinalando os seguintes registos: não obediência aos percursos dos trilhos, provocando maiores danos à vegetação; o alargamento da área de compactação⁴ e empobrecimento do solo; o corte de árvores para obtenção de lenha; o alto nível de degradação vegetal nas proximidades dos atractivos naturais, a exemplo das margens dos rios e cascatas, onde se verifica a incidência de vários trilhos para fora do originalmente projectado, entre outros. Perante os resultados alcançados, estes autores levantaram um conjunto de indicadores categorizados no âmbito da dimensão ambiental da sustentabilidade do ecoturismo, os quais encontram-se descritos na secção 5.6.2. Outros impactes negativos ao ambiente natural encontram-se descritos na Tabela 3.5.

Tabela 3.5: Exemplos de impactes negativos do ecoturismo nas áreas naturais.

<i>Acumulação de resíduos sólidos nas margens dos trilhos, nas praias, montanhas, rios e lagos;</i>
<i>Uso de sabonetes e de outros produtos pelos turistas, contaminando a água dos rios e lagos, comprometendo a sua pureza e a fauna e flora aquática;</i>
<i>Contaminação dos mananciais de água doce provocados pelo lançamento “in natura” de esgoto sanitário proveniente dos alojamentos;</i>
<i>Poluição sonora e atmosférica provocada pelos motores dos barcos e geradores que provém energia eléctrica para as infra-estruturas turísticas;</i>
<i>Colecta e quebra de recifes de coral dos ecossistemas aquáticos e de estalacites e estalagmites das grutas e cavernas para serem utilizadas como “souvenirs”;</i>
<i>Alteração da temperatura das cavernas e grutas e aparecimento de fungos nas rochas, causados pelos sistemas de iluminação;</i>
<i>Gravuras impressas nas rochas, nas árvores, nas cavernas e nas grutas onde os turistas querem registar a sua passagem;</i>
<i>Colecta e destruição da vegetação nas margens dos trilhos e dos caminhos alternativos abertos provocando erosão;</i>
<i>Introdução de espécies exógenas aos “habitats”; caça e pesca ilegais;</i>
<i>Ruídos que assustam animais e provocam a sua fuga de ninhos e refúgios;</i>
<i>Turistas que alimentam animais com produtos ofensivos à dieta silvestre habitual, provocando doenças e morte;</i>
<i>Descaracterização da paisagem pela construção de equipamentos cujos materiais e desenho arquitectónico contrastam com o meio natural;</i>
<i>Incêndios nas áreas florestais;</i>
<i>Resíduos orgânicos a exemplo de restos de comida atraem insectos, provocam mau cheiro e cultivam bactérias;</i>
<i>Desmatamento para a construção de equipamentos de apoio;</i>

⁴ A compactação do solo dificulta o escoamento e absorção das águas pluviais, contribuindo para a formação de poças d'água que são eliminadas pelos turistas com a abertura de valas no solo, desencadeando processos de erosão que tornam expostas as raízes das árvores, provocando diminuição da sustentação e queda precoce das árvores.

Fonte: Adaptado de **Ruschmann** (1997) e **Wallace** (2002).

(b) Impactes negativos na vertente sociocultural.

De igual modo, as externalidades, provocadas pelo ecoturismo no tecido sociocultural das comunidades vizinhas ou internas às áreas naturais protegidas, guardam semelhanças ao padrão de impactes introduzidos pelo turismo de massas. A Tabela 3.6 acresce alguns exemplos da literatura de impactes negativos na vertente sociocultural, promovidos à escala do ecoturismo.

Tabela 3.6: Impactes negativos do ecoturismo na vertente sociocultural.

<i>Descaracterização das tradições e dos costumes das comunidades anfitriãs, cujos rituais são transformados em espectáculos desprovidos de autenticidade para os turistas;</i>
<i>Ressentimentos perante dos hábitos e comportamentos dos turistas e da ostentação de tempo livre e dinheiro, muitas vezes escassos para os moradores das comunidades locais;</i>
<i>Inflação;</i>
<i>Especulação imobiliária;</i>
<i>Migração de pessoas originárias de regiões economicamente debilitadas para os novos pólos turísticos, em busca de empregos, provocando excedente na oferta de mão-de-obra e escassez de moradias;</i>
<i>Retirada das populações das áreas do parque destinada a actividades científicas ou de recreação, provocando ressentimentos e antagonismos pelos locais;</i>
<i>Possibilidade de erosão do controle local da actividade pelas operações da indústria do turismo;</i>
<i>Conflitos frequentes entre trabalhadores locais e trabalhadores imigrantes, e.g. de guias turísticos oriundos de outras regiões os quais são mais preparados que os guias locais em termos de conhecimento de línguas e aspectos biológicos e, portanto, passam a ganhar mais pelos serviços prestados.</i>

Fonte: **Ruschmann** (1997); **Diamantis** (1999); **Wearing e Neil** (2001).

Na esteira dos impactes do ecoturismo sobre as comunidades locais, observa-se a complexidade das interações estabelecidas entre os anfitriões, o visitante, o governo e a indústria do turismo. Neste universo, sobressai a necessidade da manutenção do controlo da actividade pelos locais, como fundamentação à sustentabilidade cultural e social e efectiva participação da comunidade em todas as etapas do projecto ecoturístico.

A *priori*, um maior desenvolvimento sustentável do ecoturismo passa pelas acções de desenvolvimento da capacidade de empreendimento dos locais (**Diamantis**, 1999). A coesão, cooperação e autogestão são elementos a serem trabalhados entre os locais como forma de induzir um maior controlo destes sobre as melhores oportunidades e benefícios proporcionados pela actividade.

Nesta acepção, as linhas de investimento, o apoio técnico de instituições não governamentais e de promoção do desenvolvimento são essenciais ao fortalecimento do *cluster* do ecoturismo, conforme observado na secção 3.5 deste capítulo. O ecoturismo deve buscar também parcerias com outras

formas de turismo assentes nos atractivos não urbanos e.g. o turismo rural, turismo de aventuras, agroturismo, turismo de saúde, etc., expandindo-se a base de recursos económicos da localidade.

No âmbito dos debates confirma-se a necessidade de intervenções científicas para a condução de um ecoturismo fortemente enraizado aos seus princípios e componentes fundamentais. Não há oportunidade para deixar a actividade operar livremente, ao sabor de interesses específicos dos intervenientes. As áreas naturais protegidas, ao serem dotadas de um corpo técnico especializado e uma apetência própria para a realização do ecoturismo, figuram como vectores essenciais à integração do turismo ao ambiente, em sinergia com a componente territorial, numa perspectiva de desenvolvimento local. A abordagem relativa às áreas naturais protegidas e as suas implicações no turismo será objecto de análise do capítulo seguinte.

3.7 Conclusão.

A partir da leitura das definições propostas pelos autores e instituições que notoriamente desenvolvem investigação em turismo ou actuam na esfera do ambientalismo, conclui-se pela existência de uma convergência temática em torno da estreita relação do ecoturismo com o meio ambiente e as interfaces com as componentes de sustentabilidade e da educação ambiental. No entanto, os conceitos divergem quanto ao enquadramento e fronteiras da actividade, conforme os interesses dos grupos interessados no ecoturismo. Se ainda não há consenso, há a aprendizagem, desenvolvida a partir dos debates, dos modelos propostos e, sobretudo, com a experiência prática. O consenso, se hoje existisse, não possuiria garantias de sustentar-se no amanhã. Contudo, os esforços para distinguir o ecoturismo de outras formas de turismo, associadas ao meio natural, resultam na condução da actividade à luz da conservação ambiental, da optimização da experiência turística e de um processo de inclusão social pela participação activa das comunidades locais. É, também, uma oposição ao modelo predatório de turismo, uma vez que os atractivos naturais apresentam sinais, em linguagem metafórica, que não há uma segunda oportunidade. Nesta abordagem, tornou-se importante reflectir sobre a actuação do ecoturismo e as suas já visíveis externalidades negativas para que se possa definir qual o (eco)turismo se deseja para o futuro. A operacionalização do ecoturismo no terreno e o atendimento aos objectivos da sustentabilidade, não é assumida como uma trajectória de fácil percurso. No entanto, hoje trabalha-se com algumas tendências em termos de planeamento da actividade e organização dos intervenientes, segundo a teoria dos *clusters*, que podem contribuir sensivelmente para a conquista dos desafios propostos.

4. Turismo em áreas naturais protegidas.

4.1 Introdução.

O presente capítulo contextualiza o espaço territorial e funcional sobre o qual se debruça esta dissertação: as áreas naturais protegidas e a sua apetência para a prática do turismo de natureza. Do ponto de vista territorial, as áreas naturais protegidas albergam paisagens e um conjunto de componentes bióticos e abióticos, dotados de valores naturais e culturais considerados universais e, portanto, alvo de sistemáticos programas de conservação. No âmbito da funcionalidade destes espaços, a presença do homem sobressai em duas formas: o homem endógeno ao espaço protegido, que faz dos recursos a sua estrutura basilar de sustentação; e o homem exógeno, de cultura designadamente urbana, a promover políticas de cariz utilitário para as áreas protegidas, entre as quais o turismo, nas escalas variáveis de desenvolvimento que propõe ser sustentável. Perante deste cenário, o capítulo faz, inicialmente, um enquadramento das áreas naturais protegidas em termos das suas origens e trajectórias em direcção à concepção de espaços “sagrados” com valor universal. No sentido de complementar este enquadramento, apresentam-se as principais políticas delineadas pelas organizações e movimentos mundiais, em prol da definição de padrões, da clarificação de rumos e das tendências hegemónicas nas áreas naturais protegidas ao nível mundial. Em sequência, destaca-se a vocação das áreas naturais protegidas para a prática do turismo de natureza, contextualizando os debates entre a conservação, a preservação e o uso utilitário. Que respostas emergem das áreas protegidas face às pressões do seu uso e posicionamento perante os novos paradigmas de desenvolvimento, o qual se propõe ser mais qualitativo e menos quantitativo? Considerando os objectivos desta dissertação, o capítulo propõe, também, uma apresentação descritiva sobre a realidade portuguesa quanto à instituição de territórios protegidos, desenhando a resposta desta nação face às iniciativas internacionais, comunitárias da União Europeia e às próprias iniciativas de cunho nacional com respeito a esta matéria. Na continuidade desta abordagem, elabora-se uma análise sobre os antagonismos e as possibilidades do turismo nas áreas naturais protegidas e, no final do capítulo, apresenta-se a estrutura legal e as políticas para o desenvolvimento do turismo, implementadas nas áreas naturais protegidas de Portugal.

4.2 As áreas naturais protegidas: evolução e trajectórias.

As Áreas Naturais Protegidas (ANP's), ou parques, povoam o imaginário das pessoas sobre diferentes perspectivas. Para muitas sociedades ancestrais, algumas destas visões projectavam representações de culto ao sagrado, evocando-se a natureza como criação divina e singularizando um espaço mítico a ser respeitado tanto quanto temido. Há também a perspectiva “romântica”, encontrada não só no imaginário ancestral mas também na contemporaneidade, com alusões relativas ao santuário de belezas cénicas, ao refúgio, à pureza e ao bucolismo. Noutras perspectivas,

as visões sagradas e românticas alargam-se em direcção a vertentes mais tangíveis, atribuindo-se às áreas naturais um valor intrínseco e, por consequência, buscam-se “atitudes de protecção”.

Assim, o espaço natural é superado nas suas dimensões físicas e evolui para valores representativos do interesse colectivo. O parque assume proporções monumentais e simbólicas, conforme a expressão de A. Humbolt: “monumentos da natureza” referenciada por **Richez** (1992). O território, pelo seu mosaico de valores, necessita de transpor as barreiras do tempo cuja trajectória imprime mudanças nos sistemas produtivos, no próprio sistema de valores e nas formas não cristalizadas ou dinâmicas das sociedades. À luz destas intempéries, a área natural e os seus valores reclamam protecção. Na sua origem etimológica, a palavra proteger vem do latim *protegere*, (**Machado**, 1967) que significa abrigar e, portanto, as áreas naturais necessitam de “abrigo” face às variantes impressas pelo tempo.

Na teia de evocações sobre o imaginário dos parques figuram elementos essenciais como os ecossistemas, as paisagens, as plantas, os animais, os rios, as cascatas, os lagos, a vida selvagem, os solos, as rochas, as montanhas, o património histórico construído, entre outros, para os quais devem convergir “atitudes de protecção”. Neste sentido, emerge o termo “área natural protegida” e a sua concepção segundo a qual nesse espaço deve ser instituída a protecção dos seus elementos bióticos, abióticos e patrimoniais revestidos de importância e valoração universais.

A eleição de territórios ou espaços, considerados representativos dos valores universais, acompanha o homem desde a ancestralidade¹ e, de modo semelhante, a produção literária europeia e americana nos séculos XVIII e XIX retratam a protecção das áreas naturais. Homens de cultura, políticos, artistas e cientistas corroboravam com a imperiosa necessidade de proteger estes espaços. Alexandre von Humbolt (1769-1859), eminente naturalista e geógrafo, é considerado um pioneiro da Ecologia pelos seus relatos de paisagens naturais. O livro de Henry Thoreau (1817-1862) *Walden ou la vie dans les bois* é um canto de retorno à natureza. Os livros de George P. Marsh (1801-1882) *Man and nature* e *The earth as modified by human action* são obras pioneiras sobre o

¹ **Fernandes** (2004) destaca o elenco formado pelas 7 Maravilhas do Mundo Antigo como exemplo da valoração de espaços pelas suas vertentes naturais, simbólicas e monumentais. De igual modo, **Fennel** (1999) faz referência às terras dos aristocratas e da monarquia medieval que eram protegidas com vista ao exercício da caça e o suprimento de madeira para instituições religiosas. **Philips** (1997) sublinha que a obsessão por lugares selvagens permeou o imaginário humano, sob múltiplos sentimentos, desde o temor pelas florestas, à crença nos seus elementos metafísicos, até às valorações de ordem sagrada manifestadas pelos cultos pagãos das civilizações ancestrais. Para Miller (1997, cit. em **Oliveira**, 2005: 33), encontram-se registos de protecção de áreas na Índia milenar, quando, em 252 a.C., o imperador Ashoka concedeu protecção às áreas florestadas. Davenport & Rao (2002, cit. em **Oliveira**, 2005: 33), destacam o estabelecimento de leis para proteger as áreas húmidas das planícies do nordeste chinês durante o século VI d.C. e, de igual modo, os severos castigos infligidos pelos Incas, no Peru, sobre os invasores de espaços destinados à reprodução da vicunha, camelídeo andino, produtor de lã.

ideal de protecção e conservação, introduzindo a noção de valor intrínseco da natureza (**Richez**, 1992).

As primeiras iniciativas de conferir um regime e estatuto legais a um território natural e de classificá-lo como “protegido” surgem nos Estados Unidos, no século XIX. Em 1864, o Presidente norte-americano Abraham Lincoln assina um Acto do Congresso, cedendo o Vale de Yosemite e o Bosque das Mariposas para uso público (**Philips**, 1997). Em 1872, é criado, no Estado americano de Wyoming, o primeiro parque nacional, Yellowstone (**Fennel**, 1999; **Richez**, 1992; **Philips**, 1997). Segundo **Fennel** (1999:78), Yellowstone foi concebido para a “*prevenção da exploração da vida selvagem e do meio ambiente, com propósitos de recreação e finalmente para a investigação científica*”. Facultava à população o direito de exercer actividades lúdicas de recreação junto da natureza, num espaço distinguido por árvores de grande porte, *canyons* e *geysers*.

Para Henry Thoreau, a criação deste parque associa-se à mentalidade americana da época, embebida num ideal de democracia, através da abertura de espaços naturais ao público, em contraste com a prática europeia de espaços fechados para uso exclusivo dos ricos e poderosos (**Philips**, 1997). Acresce, também, o facto dos Estados Unidos serem um país novo e pobre em catedrais góticas, castelos e palácios sumptuosos, assim, o advento de um parque nacional viria a preencher essa lacuna simbólica de monumento nacional ao povo americano (**Philips**, 1997).

A partir de Yellowstone seguiram-se outras iniciativas de classificação de áreas naturais nos finais do século XIX: na Austrália (*Royal National Park*, 1879); no Canadá (*Banff National Park*, 1885); na Nova Zelândia (*Tongariro National Park*, 1894). O Anexo II.D apresenta uma cronologia dos parques nacionais criados no Século XIX e início do Século XX. A Europa adopta o conceito de parques nacionais só no século XX com a Suécia, em 1910, que cria quatro parques no seu território, seguindo-se a França, a Suíça e a Espanha. Ainda no início do século XX, a Itália cria o *Grand Paradis*, em 1922, e o *Abruzzes*, em 1923. Uma década depois, a Polónia criaria os parques *Bialowieza*, *Pieniny* e *Babia Gora*, e, a Bulgária, com os parques *Vitosha* e *Retezat*. O advento de um Parque Nacional em Portugal apenas surge em 1970, com a criação do *Peneda-Gerês*, localizado no norte do país.

A magnitude alcançada pela difusão das ANP's em todo o mundo resultou numa diversidade de categorias de espaços protegidos e distinções conceptuais. Evidenciava-se, portanto, a necessidade de uma definição internacional para a temática, e neste aspecto, a *International Union for the*

Conservation of Nature (IUCN)² cria em, 1960, uma comissão denominada *World Commission on Protected Area* – WCPA, com o intuito de equacionar as divergências de conceitos e de caracterização sobre áreas naturais protegidas em todo o mundo. Assim, em 1962, realizou-se em Seattle, nos EUA, o primeiro Congresso Mundial de Parques Nacionais (*First World Conference on National Parks*) com o propósito de estabelecer uma efectiva compreensão internacional sobre os parques nacionais e encorajar o desenvolvimento futuro do movimento de parques nacionais à escala mundial. Deste encontro emergiu o real consenso da importância dos parques nacionais e do seu significado internacional (WCPA, 2005a).

As reuniões internacionais da WCPA viriam a realizar-se a cada 10 anos, sucedendo-se: (a) **Yellowstone, EUA**, - *Second World Conference on National Parks*; (b) **Bali, Indonésia**, – *Third World National Parks Congress* –, em 1982, com abordagens assentes no papel dos parques numa sociedade sustentável; (c) **Caracas, Venezuela** – *IVth World Congress on National Parks and Protected Areas*. O último Congresso Mundial de Parques ocorreu em Durban, África do Sul, no ano de 2003, com o título de *Vth IUCN World Parks Congress – Benefícios para além das fronteiras*. A relação das principais recomendações do Vth Congresso Mundial de Parques encontra-se resumida no Anexo II.E.

No tempo que mediou os vários congressos, algumas reuniões da IUCN recorriam a debates sobre as áreas protegidas, a exemplo da X Assembleia-Geral da IUCN realizada em Nova Deli, em 1969, onde foram balizadas as principais definições sobre o conceito de parque nacional. Instituíram-se, naquele momento, as principais premissas de um parque nacional, conforme o que se segue:

“Proteger áreas relativamente extensas onde um ou muitos ecossistemas não são materialmente alterados pela exploração humana e ocupação, onde espécies de plantas e animais, zonas geomorfológicas e “habitats” são de relevante interesse científico, educativo e recreativo, os quais contêm uma paisagem natural de rara beleza; a competente autoridade do país deve tomar as medidas para prevenir e eliminar a possível exploração ou ocupação de toda a área e reforçar efectivamente o respeito pelas características ecológicas, geo-morfológicas ou estéticas, as quais levaram ao seu estabelecimento; e permitir a visitação sobre condições especiais com propósitos educativos, culturais e recreativos.” Mc Neely et al (1992: 2); Richez (1992: 43-44).

De um modo geral, segundo a IUCN, as áreas naturais protegidas são definidas como *“uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à protecção e manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais associados e geridos através de dispositivos legais ou outros meios efectivos.”* (IUCN e UNEP, 2003: 2).

² A IUCN é um organismo transnacional com sede na Suíça, agrupando cerca de 110 países, 116 Organismos de direito público, centenas de ONG's e mais de três mil cientistas. O objectivo da IUCN é *“suscitar acções de carácter científico que assegurem a perenidade da natureza e dos seus recursos culturais e científicos e, deste modo, assegurar o bem-estar a longo prazo para a humanidade.”* (Richez, 1992: 46).

Na medida em que os debates se aprofundavam e ocorriam os eventos à escala mundial sobre as ANP's, convergia-se para uma maior necessidade de padronizar conceitos e referências comuns ao tema. No sentido de dirimir as discrepâncias de nomenclaturas e criar bases orientadoras para a gestão das ANP's e introduzir possibilidades no desenvolvimento ecológico e desenvolvimento sustentável, a IUCN/WCPA desenvolveu uma tipologia para as áreas naturais protegidas. Para **Oliveira (2005)**, com esta tipologia, a WCPA procurou “*agrupar em um número manejável de categorias internacionalmente aceitas (sic) as inúmeras áreas protegidas [...] não somente para evitar a confusão reinante na nomenclatura mas também para favorecer a realização de diagnósticos e comparações entre países.*” (**Oliveira, 2005: 38**). A tipologia da IUCN encontra-se descrita na Tabela 4.1.

Tabela 4.1: Tipologias para as áreas naturais protegidas segundo o IUCN.

Categories	Definição
CATEGORIA I: Reservas científicas / Reservas da vida selvagem.	Subdivida em: Categoria I (a): Reserva científica; Categoria I (b): Reserva da vida selvagem Área natural de terra e/ou mar não modificada ou ligeiramente modificada, conservando o seu carácter natural e influência, sem habitações permanentes ou significativas, assim protegida para assegurar a sua condição natural. Possui ecossistemas, características geológicas ou fisiológicas e/ou espécies representativas, disponíveis prioritariamente para a investigação científica ou acompanhamento ambiental.
CATEGORIA II: Parque Nacional	Área natural de terra e/ou mar designada para: (a) protecção da integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para a presente e futuras gerações; (b) excluir a exploração ou ocupação hostil contrários aos propósitos de criação da área; (c) dotar de um alicerce espiritual, científico, educativo, recreativo e de oportunidades aos visitantes todos ambientalmente e culturalmente compatíveis.
CATEGORIA III: Monumento Natural	Área que abrange características que se projectam na unicidade e no valor, decorrentes de sua raridade inerente, qualidades estéticas e representativas ou do seu significado cultural.
CATEGORIA IV: Área de gestão de “habitats”/espécies	Área protegida administrada principalmente para conservação, por intermédio da gestão que garanta a manutenção dos “habitats” e dos requisitos de espécies singulares.
CATEGORIA V: Paisagem terrestre ou marinha protegida.	Área de alta diversidade biológica onde a interacção homem/natureza ao longo dos anos produziu uma área de carácter distinto com valores estéticos, ecológicos e culturais.
CATEGORIA VI: Área protegida de recursos geridos.	A gestão das áreas nesta categoria volta-se, principalmente, para o uso sustentável dos ecossistemas naturais.

Fonte: IUCN (1994).

Para além das iniciativas da IUCN/WCPA na protecção das áreas naturais, importa destacar o trabalho da UNESCO neste âmbito, através da criação, em 1971, do Programa *Man and Biosphere* (MAB). De acordo com UNESCO (2005a: 1) o programa MAB foi lançado com o “*propósito de promover a investigação interdisciplinar, a formação e comunicações no campo da conservação dos ecossistemas e do uso racional dos recursos.*” Assim, uma reserva da biosfera caracteriza-se pela existência de zonas com ecossistemas terrestres ou marinhos protegidos, os quais são

desenhados para promover a harmonia entre o homem e a natureza.

Em síntese, uma Reserva da Biosfera envolve os conceitos de desenvolvimento, conservação e investigação. Na sua dimensão espacial, existe uma preocupação relacionada com o ordenamento do território albergado pela Reserva. Deste modo, no âmbito de uma Reserva da Biosfera distinguem-se três zonas distintas: (a) o **centro**, o qual é minimamente perturbado e estritamente protegido; (b) uma **zona tampão**, localizada na área envolvente à zona central, onde se permite algum tipo de intervenção sem, no entanto, perturbar a área central; (c) uma **zona de transição**, que se estende em direcção aos territórios subjacentes onde se permite a intervenção do homem (Fennel, 1999; Fernandes, 2004).

A UNESCO também desenvolve uma classificação de áreas pertencentes ao programa *World Heritage ou Património Mundial*, instituído a 21 de Novembro de 1972, na 17ª Conferência Geral das Nações Unidas. Com motivações assentes na constatação do iminente risco de deterioração ou mesmo destruição do património natural e cultural nos vários sítios do planeta, não apenas em decorrência dos seus desgastes tradicionais mas também por mudanças nas condições económicas e sociais que impõem obstáculos à conservação, a UNESCO elabora uma rede para ajudar os Estados em termos de recursos económicos, científicos e tecnológicos com vista à conservação do património natural e cultural³ (UNESCO, 2005c). Com este programa, a UNESCO traz à ribalta o valor universal dos sítios culturais e naturais, destacando a importância destes em função das suas características de unicidade, não sendo possível a sua substituição no caso de destruição.

Ainda no âmbito mundial das classificações de áreas naturais, regista-se, também, a Convenção Ramsar para as áreas húmidas, tendo sido adoptada em 2 de Fevereiro de 1971, em Ramsar, no Irão. Em todo o mundo existem cerca de 1.524 sítios cadastrados como Zona Húmida⁴ Ramsar em 147 países (RAMSAR, 2005). A visão concebida pela Lista Ramsar propõe “*desenvolver e manter uma rede internacional de áreas húmidas as quais são importantes para a conservação da*

³ Na Convenção de 1972, a UNESCO considerou como “património cultural”: (a) **Monumentos**: trabalhos arquitectónicos, esculturas e pinturas monumentais, elementos ou estruturas arqueológicas, inscrições rupestres; (b) **Conjunto de edificações**: grupos de edificações separadas ou em conjunto, que pela sua arquitectura, sua homogeneidade ou do seu lugar na paisagem, são considerados de valor universal, do ponto de vista da história e da ciência; (c) **Sítios**: património edificado pelo homem ou combinações do homem e natureza e áreas incluindo-se sítios arqueológicos de valor universal do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 2005b). De igual modo, a mesma Convenção, considerou património natural: “*Espaços físicos naturais constituídos por formações físicas e biológicas considerados de valor universal do ponto de vista estético ou científico.*” (UNESCO, 2005b). A partir de 2003, incluiu como bem a ser conservado o “Património Imaterial e Intangível da Humanidade”, “*que aponta para a necessidade de preservar tradições e expressões orais, incluindo as línguas, as artes do espectáculo, práticas sociais e rituais, festivais e o artesanato tradicional.*” (Fernandes, 2004: 127).

⁴ Segundo o texto aprovado pela Convenção, as zonas húmidas são definidas como “*zonas de pântano, charco, turfeira ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo águas marinhas cuja profundidade na maré baixa não exceda os seis metros.*” (ICN, 2005).

biodiversidade global e para a sustentabilidade da vida humana através das funções ecológicas e hidrológicas desempenhadas por estas áreas.” (RAMSAR, 2005).

A incidência de políticas no âmbito da classificação e protecção de áreas naturais também se difunde para além das iniciativas internacionais, com a vigência de convenções ao nível continental, nacional, regional e/ou local. A Europa é um exemplo particular, ao instituir uma série de textos legislativos reconhecidos entre os seus Estados-membros, constituindo-se num mosaico de instrumentos para a protecção da natureza. Neste âmbito, cita-se a **Rede Natura 2000** como uma das mais recentes políticas comunitárias na União Europeia (UE).

A Rede Natura 2000 introduz medidas efectivas de conservação e gestão das áreas naturais num esforço que envolve a participação de diversos intervenientes nacionais e locais. Trata-se de uma rede europeia de espaços territoriais protegidos, instituída pela Directiva 92/43/CEE conhecida por **Directiva Habitats**. Segundo a CE (2004), a ideia subjacente a esta rede relaciona-se com a universalidade da protecção ambiental, segundo a qual preconiza que não devem existir fronteiras administrativas para a natureza, onde uma protecção bem sucedida dos recursos naturais e da sua variedade só pode ser conseguida a um nível comunitário europeu.

A Rede Natura 2000 tem como pedra basilar a introdução do conceito de sustentabilidade ao estabelecer políticas para conservar as áreas naturais sem excluir a actividade humana. A UE considera que a rede pode “*coexistir com o progresso económico e que se podem desenvolver actividades rentáveis para a comunidade – agricultura, caça, turismo e muitas outras desde que não entrem em conflitos com a conservação da natureza.*” (CE, 2002: 16). Desta forma, a Directiva Habitats assume uma abordagem integrada, direccionada para a conservação da diversidade biológica concomitante à promoção de actividades sustentáveis que apoiem os objectivos de conservação das áreas contidas na Rede.

A Rede Natura 2000 conta com mais de 15.000 Zonas Especiais de Conservação (ZEC)⁵, abrangendo uma área superior a 420.000Km² (CE, 2002). Para além dos *habitats*, o Programa também engloba cerca de 200 espécies de fauna e mais de 500 espécies de flora considerados de interesse comunitário à protecção. Neste âmbito, a Rede Natura 2000 integra a **Directiva Aves**, Directiva 79/409/CEE e as suas respectivas Zonas de Protecção Especial – ZPE’s. A Directiva

⁵ À partida, os Estados-Membros realizam uma avaliação científica das zonas a serem protegidas, obedecendo a um conjunto de critérios comuns, produzindo-se uma lista de Sítios de Importância Comunitária (SIC) propostos. Na sequência, a Comissão Europeia, em consulta às autoridades nacionais, elege os SIC que constituirão a Rede Natura 2000 sendo doravante denominados de (ZEC). Uma vez seleccionadas as ZEC, os Estados-Membros serão responsáveis pela elaboração de um plano de gestão ou medidas de conservação (CE, 2002).

Aves impõe aos Estados-membros da UE a “*obrigação de designarem ZPE’s para uma série de aves indicadas cujo estado de conservação se encontra ameaçado, e para as aves migratórias em geral.*” (CE, 2004:107). Para alcançar os seus objectivos, a rede utiliza medidas de co-financiamento através do programa LIFE-NATUREZA e de outros fundos, que, até 2002, tinham injectado cerca de 415 milhões de euros em apoios a projectos de conservação em todos os Estados-membros. (CE, 2002; CE, 2004).

4.3 O sistema de territórios protegidos em Portugal

Em sintonia com as tendências internacionais de criação de espaços protegidos, Portugal apresenta uma amálgama de estatutos legais referentes ao uso do solo e ao ordenamento do território, com vista à conciliação das vertentes de desenvolvimento e meio ambiente. Segundo os textos de **Fernandes** (2004), **Fidélis** (2001) e **Figueiredo** (2003), que sustentam a componente teórica desta secção, Portugal é país signatário das diversas convenções internacionais⁶ e comunitárias referentes à protecção de espaços territoriais mas também institui medidas legais, na esfera nacional, em termos do processo de uso e ocupação dos solos. O conjunto assim definido compõe um Sistema de Planeamento Territorial (SPT), assente na diferenciação espacial pelo controlo do desenvolvimento, integrando-o na componente do ambiente (**Fidélis**, 2001).

Com efeito, o aprofundamento legal delineado pretende, à partida, uma convergência de acções protagonistas de um dinamismo local entre territórios, sociedade, economia e ambiente num contexto de promoção do novo paradigma de desenvolvimento à luz das conceptualizações de participação, integração e sustentabilidade. Os pontos a seguir descrevem o conjunto de iniciativas subscritas e vigentes referentes à protecção de espaços territoriais em Portugal.

4.3.1. Iniciativas de classificação de espaços originadas na Comunidade Europeia com aplicação em Portugal.

Em sequência, descreve-se a participação de Portugal nos programas de protecção de áreas naturais no âmbito comunitário europeu, cujas directivas têm norteado muitos dos programas de classificação existentes no país. À partida, o próprio Tratado da Comunidade Europeia enceta, no seu artigo 2º, a premissa do desenvolvimento sustentável: a “*Comunidade tem por missão (...) o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas*”, assim como “*um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente*”. (cit. **Fernandes**, 2004: 230).

⁶ Para efeito de exemplificação, o Anexo II.G apresenta uma lista com as principais convenções internacionais de protecção de espaços dos quais Portugal é signatário e o Anexo II.H apresenta a relação dos principais sítios protegidos em Portugal com origem nos Programas da Biodiversidade e do Património Mundial da UNESCO. O Anexo II.F apresenta a relação dos sítios Ramsar em Portugal.

Desta forma, os projectos de desenvolvimento económico no território português ou em outro país, no domínio de intervenção da UE, não podem passar ao largo desta prerrogativa que fomenta as políticas ambientais e incentiva a sustentabilidade, através da criação de programas de investimentos (e.g. LIFE) e induz a protecção dos recursos faunísticos, da flora, geológicos e paisagísticos europeus.

No entanto, a UE não é de todo soberana em relação a seus Estados-membros, o que suscita algumas falhas e a não observância das premissas de muitas das políticas e directivas implantadas. Neste aspecto, a criação da Agência Europeia do Ambiente, em 1990, emergiu com objectivos assentes na colecta e na análise de informações relativas ao meio ambiente para sustentar e reforçar a eficácia das políticas (Figueiredo, 2003). Desta forma, Portugal transpõe as principais directivas comunitárias sob a forma de Decretos-Lei Nacionais, conforme evidenciado pelas Directivas Habitats e Directivas Aves que compõem a Rede Natura 2000.

A **Directiva Habitats**, sobre a conservação dos *habitats* da Fauna e da Flora, foi transposta para a ordem jurídica interna através do D.L. nº 140/99, de 24 de Abril. Segundo o ICN (2005), a Lista Nacional de Sítios foi aprovada em duas fases: a **primeira** foi publicada, a 28 de Agosto, pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 198/97, contendo 31 sítios; e a **segunda** contemplando 29 sítios através da RCM 76/2000 (ver Anexo II.H). A Directiva e as Resoluções do Conselho da Comunidade Europeia sobre a Conservação das Aves Selvagens (**Directiva das Aves** 79/49/CEE, adoptada em Abril de 1979) foram transpostas para a Legislação nacional através do D.L. 75/91 de 14 de Fevereiro, classificando-se 29 sítios ZPE, num total de 821.915, 92 ha., correspondendo a 8,4% do território nacional (ICN, 2005; Fernandes, 2004). A área classificada em Portugal Continental, sobrepondo as áreas das Directivas Habitats e das Aves totaliza aproximadamente 2.400.000 ha de área enquadradas na Rede Natura 2000 (ICN, 2005). Ver também Anexo II.H para dados referentes à Rede Natura na Madeira e Açores.

Ainda como membro da UE, Portugal ratifica o seu compromisso pela classificação de espaços territoriais com vista à sustentabilidade, aderindo a diversos programas e convenções de base comunitária, os quais se encontram resumidos na Tabela 4.2.

Tabela 4.2: Programas e Convenções para a protecção ambiental de base comunitária.

<i>Reservas Biogénicas</i>	<i>Conjunto de territórios destinados a garantir o equilíbrio, a diversidade genética e a representatividade dos diferentes tipos de “habitats” e ecossistemas. Em Portugal existem 10 áreas classificadas nesta categoria.</i>
<i>Diploma Europeu para Paisagens, Reservas e Monumentos Protegidos</i>	<i>Estatuto que distingue áreas protegidas de interesse relevante. O exemplo português vem da Reserva Natural das Ilhas Selvagens na Madeira.</i>
<i>Programa LIFE</i>	<i>Programa que visa a concretização dos objectivos de sustentabilidade por intermédio de três linhas mestras: LIFE AMBIENTE, LIFE NATUREZA e LIFE PAÍSES TERCEIROS, vocacionados para o fomento da assistência técnica e financeira, para a criação de capacidades e estruturas administrativas para o sector ambiental.</i>
<i>Biótopos Corine (Coordination of Information on the Environment).</i>	<i>Resultantes do Conselho Europeu 85/338/EEC, consiste num projecto europeu estabelecido em Junho de 1985 com vista à compilação de informações sobre o património natural e as suas componentes físicas e biológicas.</i>
<i>Carta de Alborg (1994); Carta de Acção de Lisboa (1996); Declaração de Hannover.</i>	<i>Três documentos resultantes da Campanha Europeia sobre cidades e vilas sustentáveis.</i>

Fonte: **Fernandes** (2004); **Fidélis** (2001); **ICN** (2005).

4.3.2. Iniciativas de classificação dos espaços territoriais originadas no Estado português: a sustentabilidade e o ordenamento territorial.

Proteger os espaços territoriais em Portugal, mediante classificação, obedece a uma vasta legislação com amplitudes associadas à emergência da sustentabilidade, do uso dos solos, da qualidade ambiental, da protecção dos recursos bióticos e abióticos e do ordenamento do território. Nos parágrafos seguintes, proceder-se-á à realização de um enquadramento preliminar sobre os principais instrumentos legais que dão suporte à classificação territorial e de sustentabilidade constituídos pelo Estado português. Não se pretende a realização de um tratamento pormenorizado de todos os instrumentos possíveis abraçados pela legislação portuguesa, designadamente no âmbito do ordenamento do território, uma vez que esta dimensão extravasaria o âmbito desta dissertação. Pretende-se, enquadrar a estrutura legal com interfaces no âmbito da Rede Nacional de Áreas Protegidas, no sentido de explorar o terreno político subjacente ao turismo de natureza, objecto desta dissertação.

Neste aspecto, o marco inicial deste enquadramento é o ano de 1971, quando é criada a Comissão Nacional do Ambiente com a finalidade de preparar um relatório a ser apresentado na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo. A participação de Portugal nesta cimeira, bem como o seu envolvimento nas reuniões preparatórias, significou a abertura do país ao emergente movimento ambientalista mundial.

As repercussões internas deste movimento projectaram-se na Constituição da República Portuguesa,

tal como inscrito no seu artigo 66⁷, que desde 1976 garantia o direito à qualidade de vida através do meio ambiente e dos ecossistemas. Importa destacar, no âmbito da classificação das áreas a proteger, a ênfase na associação destas áreas como áreas de recreio, traduzida pela alínea “c” do parágrafo 2 do artigo 66^o. Na revisão de 1997, é conferido ao presente artigo a noção de sustentabilidade conforme a transcrição do seu conteúdo que se segue:

“Para assegurar o direito ao ambiente no quadro de um desenvolvimento sustentável, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e com o envolvimento e a participação dos cidadãos: (c) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica, com respeito pelo princípio da solidariedade entre gerações.” (Artigo 66^o Constituição da República Portuguesa (1997), extraído de **Fidélis** (2001: 97).

Com a perspectiva de assegurar os conteúdos ditados pela Constituição relativos ao ordenamento territorial, através da classificação de espaços e directrizes condicionantes ao desenvolvimento, foi aprovada a Lei de Bases do Ambiente, Lei n^o 11/87 de 7 de Abril, cujo princípio fundamental considera a política do ambiente como instrumento para *“optimizar e garantir a continuidade da utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento auto-sustentado.”* (cit. **Fernandes**, 2004: 221). Segundo **Fidélis** (2001), esta Lei, introduzida por ocasião da adesão de Portugal à CEE, representa um marco fundamental no Direito ambiental português, ao propiciar uma base legal à integração do planeamento com o ambiente, delineando objectivos de política ambiental, instrumentos, componentes de intervenção e gestão.

No corpo da Lei de Bases do Ambiente, no que se refere ao ordenamento territorial, observam-se duas vertentes: a **primeira**, no âmbito do planeamento territorial, aponta para um controlo do desenvolvimento à luz das vertentes ambiental, social e económica da sustentabilidade, com instrumentos legais de aplicação em todo o território nacional, a exemplo da **Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo** (Lei n^o 48/98 de 11/8) e outros instrumentos ao nível regional e local, conforme apresentado na Tabela 4.3.

⁷ 1. Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender.
2. Incumbe ao estado, por meio de organismos próprios e por apelo a iniciativas populares: (a) Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão; (b) Ordenar o espaço territorial de forma a construir paisagens biologicamente equilibradas; (c) Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais e de interesse histórico e artístico; (d) Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica.” (Artigo 66^o Constituição da República Portuguesa (1976), extraído de **Fidélis** (2001: 97).

Tabela 4.3: Principais instrumentos operativos do planeamento territorial em Portugal.

<i>Nível Central</i>	<i>Nível Regional</i>	<i>Nível Local</i>
<i>Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo;</i>	<i>Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROTs)</i>	<i>Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOTs)</i>
<i>Lei de Solos;</i>		<i>Planos Directores Municipais (PDMs).</i>
<i>Regime de alteração ao Relevo Natural;</i>		<i>Planos de Urbanização (PUs).</i>
<i>Licenciamento de Operações de Loteamento e das obras de urbanização.</i>		

Fonte: **Fidélis** (2001).

A **segunda** vertente abrange um quadro legislativo que norteia o planeamento territorial pela diferenciação de espaços territoriais condicionantes para o desenvolvimento e ocupação do solo (**Fidélis**, 2001), cujos principais instrumentos estão apresentados na Tabela 4.4.

Tabela 4.4: Principais instrumentos de condicionamento ao desenvolvimento à luz da perspectiva da conservação da natureza.

<i>Nível Central</i>	<i>Nível Supra-Local</i>
<i>Reserva Agrícola Nacional - RAN</i>	<i>Planos de Ordenamento de Áreas de Paisagem Protegida, Parques e Reservas Naturais (POAP's)</i>
<i>Reserva Ecológica Nacional – REN</i>	<i>Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC's)</i>
<i>Rede de Áreas Protegidas</i>	<i>Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas. (POAAP's)</i>
<i>Rede Natura</i>	
<i>Estudo de Impacte Ambiental - EIA</i>	

Fonte: **Fidélis** (2001).

Complementando-se o suporte legal ora referenciado, importa destacar o D.L. 221/97 que instituiu o Conselho Nacional do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, criado com a finalidade de auxiliar o governo na formulação e execução das políticas ambientais, e a Lei 10/87 que proporcionou um carácter jurídico às Associações cívicas de defesa do meio ambiente e às Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA).

Os instrumentos referenciados representam esforços para integrar o ordenamento do território na esfera da protecção ambiental. Assim, o desenvolvimento de projectos ou empreendimentos que venham a utilizar espaços territoriais deverão obedecer às regras e estatutos contidos no âmbito de um ou mais de um dos instrumentos acima referenciados, de acordo com os níveis de condicionamento específico do território e respectivo uso. Para o turismo, estes instrumentos necessitam de observação e acompanhamento sistemático com vista à adequação da actividade, das suas infra-estruturas e interesses, por forma a assegurar o mínimo impacte ambiental, a manutenção dos recursos naturais e a integridade dos espaços urbanos e naturais associados.

Particularmente para o turismo de natureza, a criação da Rede Nacional de Áreas Protegidas assume uma relevância fundamental no condicionamento da função turística face às necessidades de um ordenamento para a actividade nesses espaços classificados. Desta forma, o ponto seguinte realiza uma exploração dos principais aspectos relacionados com o quadro actual do turismo de natureza nas áreas naturais protegidas.

4.3.3 A formação de uma RNAP no território português.

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) do Estado português foi legitimada pelo D.L. nº 19/93 de 23 de Janeiro, (Fernandes, 2004; Fidélis, 2001; Figueiredo, 2003), encontrando-se, nesta altura, cerca de 20 espaços territoriais já classificados como áreas naturais a serem protegidas. Anteriormente ao estabelecimento deste D.L., outros instrumentos legais versavam sobre a criação de parques e reservas naturais, a exemplo da Lei dos Parques Naturais e Outros Tipos de Reservas (D.L. nº 613/76); para além do próprio conteúdo do artigo 66 da Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases do Ambiente.

Com efeito, o D.L. nº 19/93 atribuiu diferentes estatutos de protecção aos espaços naturais classificados em Portugal, assentes nos critérios definidos pela IUCN. Esta diferenciação reconhece cinco categorias a compor a RNAP: O Parque Nacional, os Parques Naturais, as Reservas Naturais, as Paisagens Protegidas e os Monumentos Naturais (ver Tabela 4.5).

Tabela 4.5: Categorias de áreas naturais protegidas em Portugal.

Parque Nacional – <i>“contém um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou “habitats” com interesse ecológico e científico.”</i>
Reserva Natural – <i>“área destinada à protecção de “habitats” da flora e da fauna [...] tem por efeito possibilitar a adopção de medidas que permitam assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, comunidades bióticas ou aspectos físicos do ambiente, quando estes requerem a intervenção humana para a sua perpetuação.”</i>
Parque Natural – <i>“uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural.”</i>
Paisagem Protegida - <i>“uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da Natureza que evidencia grande valor estético ou natural.”</i>
Monumentos Naturais , entendidos pelo Decreto nº 19/93 como ocorrências <i>“contendo um ou mais aspectos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade”.</i>

Fonte: D.L. 19/93 (adaptado de Fernandes, 2004).

De acordo com as especificidades contempladas na Tabela acima, a RNAP é então constituída sob bases legais com os objectivos de *“Proteger os valores ecológicos intrínsecos; promover o desenvolvimento sustentável das áreas, valorizando a interacção entre as componentes naturais e*

humanas; promover a qualidade de vida das populações.” (Fidélis, 2001:122). Neste aspecto, a constituição da RNAP mantém-se em sintonia com as tendências mundiais de conservação dos recursos naturais abrindo possibilidades à função utilitária destas áreas a partir da obediência ao uso racional dos seus recursos.

Para assegurar o cumprimento das razões e dos objectivos que fundamentam a criação das áreas naturais protegidas definem-se os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP's) que se constituem em instrumentos norteadores da gestão destas áreas. Segundo **Fidélis** (2001), os POAP's estão previstos na Lei de Bases do Ordenamento do Território, cabendo ao ICN a competência para elaborar e executar os POAP's de cada área natural protegida, com incidência no âmbito do controlo do uso do solo, da definição das estratégias de protecção e das suas acções pertinentes, do zonamento, entre outros.

No final do ano de 2005, Portugal registava, em termos de áreas protegidas de **interesse nacional**, um Parque Nacional, 12 Parques Naturais, 9 Reservas Naturais e 5 Monumentos Naturais. Somam-se a esta lista um total de 6 Paisagens Protegidas classificadas como áreas protegidas de interesse regional ou local. O Anexo II.I apresenta a actual distribuição espacial da RNAP, bem como algumas caracterizações das áreas naturais protegidas portuguesas.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) constitui-se no primeiro e único Parque Nacional de Portugal (Categoria II da IUCN), tendo sido criado pelo Decreto 187/71. Nos anos seguintes difundem-se geograficamente algumas dezenas de espaços protegidos, consolidando-se a RNAP. **Fernandes** (2004) identificou 3 etapas no estágio evolutivo desta rede: a **primeira**, nos anos de 1970, correspondente à “fase de arranque” com 9 classificações; a **segunda** compreende 12 classificações ocorridas na década seguinte, caracterizando a “fase de consolidação”; e **por fim**, a “fase de amadurecimento” relativa aos anos pós 1990 onde houve 4 classificações.

A criação de uma área natural protegida, em Portugal, é um acto institucional do Estado deliberado pelo Conselho de Ministros. Além de efectivá-la, o Estado deve dotá-la de uma equipa técnica especializada e estabelecer os instrumentos de gestão adequados para assegurar os objectivos de protecção do território. Não é conveniente incluir uma área na RNAP para apenas figurá-la como estatuto de sítio classificado, sem, no entanto, prover as condições necessárias à protecção.

Por vezes, podem ser observadas articulações para a emancipação de um território à rede. Registam-se movimentos, designadamente, por parte de diversos actores da sociedade civil que se

empenham na defesa de áreas naturais, movidos pelo sentimento de admiração e respeito pelos valores albergados pela área, pela paisagem, pelos recursos raros, pelas tradições que encerra e pela salvaguarda da condição de “laboratório” científico. Nas palavras de **Figueiredo** (2003:261), trata-se de um “*activo ambiental que a sociedade deseja preservar.*”

Pelo exposto, regista-se, amiúde, a participação de diversos actores a envidarem esforços à emancipação de territórios à categoria de áreas com estatuto de protecção, a exemplo do Estado, das elites e das individualidades, das associações ambientalistas, das universidades, da comunicação social, das autarquias, dos cientistas, entre outros (**Fernandes**, 2004). Uma vez elevadas à condição de territórios protegidos, reacendem, amiúde, as discussões em torno da função intrínseca *versus* função utilitária dos parques, singularizando algumas especificidades ao desenvolvimento do turismo, conforme as discussões que se seguem.

4.4. A apetência das áreas naturais protegidas para o turismo.

A prática do turismo nas áreas naturais protegidas suscita os debates acerca do valor intrínseco e utilitário subjacentes às funções das áreas de protecção. Uma área natural protegida abriga bens de valor universal muitas vezes com ocorrências de fenómenos ou de manifestações da natureza considerados únicos. Doravante a tais condições alarga-se a imagem de “santuário” das áreas naturais protegidas, uma vez que estes espaços estão associados aos últimos resquícios de “tesouros” biofísicos da Terra.

No entanto, esta imagem representa, ao longo das últimas décadas, a força motriz atractiva de fluxos turísticos que proporcionam múltiplas possibilidades de desenvolvimento ao parque e à sua envolvente populacional de cariz designadamente rural. Desde as suas origens, observa-se o apelo à função turística e recreativa dos parques naturais, com estas actividades a ocuparem uma posição central, sobrepondo-se à função de conservação. Em Strom (1980, cit. em **Wearing & Neil**, 2001: 65), constata-se tal facto quando este sublinha que o Parque Nacional de Yellowstone foi originalmente concebido como “*área de prazer para o proveito e a satisfação das pessoas [...] para grande proveito dos turistas e dos que buscam prazer*”. No entanto, a procura turística por estes parques pioneiros não representava ameaças significativas aos bens naturais protegidos, pela baixa popularidade deste tipo de actividade e as dificuldades de acesso existentes.

A vaga de transformações socioeconómicas que avassalaram todo o século XX imprimiu um redireccionamento no que respeita à função das áreas naturais protegidas, a partir de uma posição centralizada na recreação para motivações assentes na conservação dos valores naturais. Apesar

destas novas preocupações, o turismo permanecia como um argumento pulsante à criação de parques nacionais, principalmente na Europa após os anos de 1960 (Richez, 1992). Nesta perspectiva, emerge a questão paradoxal que envolve a prática do turismo nos parques: existe compatibilidade entre a protecção da natureza e a prática do turismo nas áreas naturais? Uma vez que os espaços classificados e dotados de aparato legal à protecção devem tornar-se imunes à exploração e à degradação, como devem posicionar-se os parques face ao turismo e ao seu perfil consumista de recursos naturais?

Diante do exposto, a **preservação** dos recursos naturais de muitas áreas protegidas torna-se algo mítico. Utilizando a terminologia de **Wearing & Neil** (2001), os parques navegam tanto na concepção de *catedral*, enquanto acepção de monumento a ser apreciado e contemplado, como na vertente de *ginásio desportivo*, com amplas possibilidades de actividades. Recentemente, nos sucessivos debates ambientalistas, tem prevalecido a visão antropocêntrica no que respeita à prática do turismo nos parques, ao se atribuir valor utilitário à natureza enquanto meio de satisfação das necessidades de recreação humana. O carácter ecocêntrico e as suas conjecturas em torno dos valores estéticos, espirituais e científicos das áreas naturais protegidas são desvalorizados em função do antropocentrismo que advoga o fim da perspectiva “santuário” do parque.

A realidade vigente actua no sentido de reforçar a visão antropocêntrica sobre o turismo nos parques. Os actuais recursos financeiros, oriundos dos orçamentos governamentais, tornam-se escassos e as agências de protecção nacionais, responsáveis pelos parques, posicionam-se a favor dos apelos “comerciais”, com o foco no “consumidor”, auferindo, assim, maiores possibilidades de receita perante a vaga da procura turística e oferta de serviços associados. “*Se o nível dos recursos não é suficiente, como frequentemente é o caso, o turismo é então propagado como um instrumento para a resolução dos problemas financeiros do parque.*” (Straaten, 1997). Tendo em conta este cenário, a defesa das áreas de protecção, assente na sua dimensão “intrínseca”, ou filosofia ecocêntrica, revela-se cada vez mais difícil.

Entretanto, a actividade económica do turismo nos parques é paradoxal. Neste terreno, os mecanismos de actuação da visão antropocêntrica não podem caminhar para o esgotamento dos recursos naturais, sob pena de encerrar o turismo nos parques em função dos altos níveis de degradação alcançados. Diante desta realidade, o turismo nos parques deve se projectar como instrumento de conservação dos valores naturais através das receitas geradas. Nas entrelinhas deste processo, figuram-se debates relacionados com o “modo de conservar” em consonância com a necessidade de manter a qualidade cénica da paisagem protegida a longo prazo, para dar a

continuidade aos benefícios económicos proporcionados pelo turismo.

Nestas condições, emerge a necessidade de adequar os parques aos princípios e premissas do ecoturismo, redesenhando um modelo de desenvolvimento assente na sustentabilidade. Por seu turno, para que o ecoturismo compatibilize conservação e benefícios económicos, o parque deve ser administrado, supervisionado e controlado rigorosamente, para além da manutenção da prática ética que faça ecoar as vozes do modelo de desenvolvimento sustentável frente às pressões do modelo antropocêntrico de desenvolvimento. Frequentemente, os gestores dos parques são pressionados pela indústria do turismo e por representantes do poder público local para a aprovação de emblemáticos projectos ecoturísticos que nada têm em comum com as premissas dessa filosofia. Reúnem, de facto, riscos potenciais à integridade ecológica e invariavelmente são pouco representativos em termos de benefícios sociais às comunidades do parque e de sua envolvente.

Muitos gestores, diante de projectos incompatíveis com o espaço protegido, recorrem aos EIA e aos planos de ordenamento para coibir abusos e defender a não afectação dos valores naturais cuja conservação é percebida como a “razão de ser” do parque. Amiúde, porém, o *lobby* em defesa do antropocentrismo estabelece uma panóplia de interpretações casuístas em torno do fatalismo da estagnação económica rural pela não aprovação de grandes projectos de apoio ao turismo. Muitas ANP’s padecem com o insucesso dos seus programas de conservação pelas decisões impostas por *lobbies* e pressões de vários segmentos da sociedade que reclamam o usufruto integral dessas áreas com base no “direito democrático”.

O turismo nas áreas naturais protegidas deve afastar-se dos antigos paradigmas de desenvolvimento assentes no crescimento económico e apostar nos modelos emergentes de desenvolvimento, designadamente, o desenvolvimento sustentável, participativo e integrado⁸. Segundo **Figueiredo** (2003: 221), o desenvolvimento participativo “*supõe o envolvimento das populações nos processos de desenvolvimento mediante a participação de outros agentes como as ONG’s, para além da intervenção do Estado e da iniciativa privada*”. De igual modo, o desenvolvimento integrado “*sugere que todos os interesses, actores, sectores, territórios, etc. devem ser integrados nos*

⁸ **Figueiredo** (2003) faz referência a uma amálgama de cadeias de conceito que contribuíram para a formulação de uma nova abordagem ao actual paradigma do desenvolvimento. Assim, os principais conceitos citados pela autora são: *desenvolvimento endógeno*, o desenvolvimento ocorre ao nível local e é sustentado nas próprias capacidades internas; *ecodesenvolvimento*, resultante da crise dos modos de produção fordista, da crise energética e da emergência das questões ambientais, alterando os modos de produção e consumo, integrando preocupações relativas à escassez dos recursos; *desenvolvimento sustentável*, concepção ética de desenvolvimento com ênfase na conservação dos recursos naturais, promovendo o bem-estar das gerações futuras sem comprometer as necessidades das gerações actuais e o *desenvolvimento participado e integrado*, conforme os conceitos explorados no texto acima.

processos de desenvolvimento, segundo uma abordagem que se pretende interdisciplinar e interinstitucional.” (Ibidem).

Straaten (1997: 83), tal como verificado por Figueiredo, afirma que “*um plano separado de desenvolvimento turístico para os parques e outro plano para as regiões rurais não faz sentido.*” Nesta perspectiva, observa-se que os problemas dos parques e do meio rural circundante são os mesmos do ponto de vista económico e, portanto, o estabelecimento de um plano para o turismo nos parques deve contemplar o desenvolvimento rural sustentado, participativo e integrado, ilustrado por **Figueiredo** (2003), sendo este o ponto de partida de qualquer iniciativa. **Straaten** (1997) defende também que o *staff* das áreas naturais protegidas reúne *know how* e recursos humanos para conduzir um processo de comunicação e envolvimento dos *stakeholders* com vista ao desenvolvimento de modelos económicos sustentáveis. Estas considerações da literatura serão utilizadas no trabalho empírico por forma a perceber como o *staff* das ANP’s investigadas avaliam as diferentes componentes da sustentabilidade.

O turismo nos parques deve respeitar prioritariamente as escalas adequadas ao padrão territorial protegido e as “reais” necessidades da comunidade rural. Para **Straaten** (1997), o turismo nas ANP’s deve dissociar-se dos empreendimentos de grande envergadura, a exemplo das infra-estruturas de massas. Tal posição é corroborada por **Wearing & Neil** (2001: 188) ao afirmarem que o “*ecoturismo pede um turismo de pequeno volume.*” A posição dos autores acima converge para a quebra do antigo paradigma assente em “mais turistas, melhor turismo”. Os parques devem perseguir um turismo com qualidade e com baixo consumo dos recursos naturais. À partida, questiona-se a incompatibilidade da sustentabilidade económica a uma escala reduzida e a sua capacidade de gerar receitas, emprego e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento do meio rural. Adicionando-se a estes factores, outras ameaças também põem em causa a sustentabilidade numa escala reduzida do turismo nos parques, a exemplo da sazonalidade, das condições climatéricas e outras de ordem político-económica.

No entanto, estes questionamentos também são fruto do raciocínio mecanicista do modelo de crescimento económico ainda vigente. No sentido de contornar esta questão, **Partidário** (2003: 123) sugere os seguintes aspectos para garantir um turismo sustentável em espaços naturais: *uma política horizontal e integrada do território, ambiente e turismo; a consideração dos valores ambientais e territoriais como factores económicos; a consideração do potencial turístico como factor ambiental e territorial; uma concertação institucional que dê um contexto lógico e eficaz aos processos decisórios; uma política de incentivos aos sectores de desenvolvimento turístico,*

público e privado. Para **Straaten** (1997), os gestores dos parques devem cooperar de forma próxima dos habitantes, das autarquias, das ONG's e demais intervenientes para atingir objectivos de sustentabilidade, através do apoio de técnicos com *know-how* científico no turismo e em matérias interdisciplinares, a exemplo da gestão e do *marketing*. Segundo este autor, um bom *marketing* estratégico é um pré-requisito para a sustentabilidade do turismo nos parques.

A acção efectiva do *marketing* na concretização dos objectivos da sustentabilidade nas áreas naturais protegidas passa pela gestão dos fluxos turísticos e pelo estabelecimento de estratégias e programas para balancear a eterna triangulação entre a procura turística, os recursos da área de destino e os residentes locais, em outras palavras, a busca de sinergias entre turismo, ambiente e território. Uma das estratégias do *marketing* com efeito positivo através de um “melhor turismo com adequada procura turística” é a segmentação, apontada como uma ferramenta eficaz na gestão de marketing de áreas de destino. Diversos estudos (**Kastenholz**, 2004; **Dinan & Sargeant**, 2000; **Wheeler**, 1995) apontam para a necessidade de conhecer o perfil do público-alvo para a elaboração de produtos turísticos. Para **Wheeler** (1995) e **Kastenholz** (2004), a gestão do marketing nas áreas de destino passa pela selecção de grupos específicos de turistas, assente em critérios geográficos, económicos, comportamentais e psicográficos que permitam o desenvolvimento do produto turístico e a sua promoção focalizada na união do destino com tipos específicos de turistas.

Para além das estratégias de *marketing*, os parques devem envidar esforços no sentido de alargar o desenvolvimento numa abordagem sistémica e integrada. O planeamento do turismo nas áreas naturais protegidas vai ao encontro dessa perspectiva, consolidando-se como instrumento capaz de articular o desenvolvimento sustentável. Associado ao planeamento, desenham-se indicadores de sustentabilidade necessários à monitorização do turismo no parque, sinalização de impactes, para além de propiciar um *feedback* ao trabalho dos gestores. As abordagens referentes ao planeamento do turismo nas áreas naturais protegidas e o uso de indicadores serão analisados, respectivamente, nos pontos 5.3 e 5.5 do próximo capítulo.

A integração dos *stakeholders* numa proposta de formação de *clusters*, abordada no ponto 3.5, ilustra a inovação no que toca à obtenção de consenso com resultados positivos na gestão de conflitos. Adicionando-se a estas componentes, examina-se também, na secção 5.4 do capítulo seguinte, a utilização de ferramentas de apoio à gestão do turismo de natureza nos parques. Antes de iniciar uma reflexão sobre os referidos instrumentos de gestão do turismo nos parques, convém elaborar um enquadramento da actividade turística nas áreas naturais protegidas em Portugal.

4.5 Dicotomias subjacentes à criação da RNAP: antagonismos e possibilidades para o turismo de natureza.

Não obstante a convergência de esforços da sociedade civil para a criação de áreas naturais protegidas, observa-se uma dicotomia que emerge posteriormente à emancipação da área. Os movimentos de articulação, nesta altura, parecem enfraquecer e dão lugar a uma série de conflitos que estão a caracterizar, de forma expressiva, o processo de desenvolvimento sustentável nas áreas naturais protegidas. De facto, prevalece uma incompatibilidade entre as “necessidades globais de protecção da natureza e as necessidades locais de desenvolvimento socioeconómico.” (Figueiredo, 2003: 265).

Apesar de concebidas como bandeiras do desenvolvimento rural, a preponderância da vertente conservacionista, subjacente à criação destas áreas, subestimou as questões de mérito sociológico relativas ao modo de vida das populações rurais e das suas relações de subsistência económica, uma vez que os regulamentos em vigor provocaram mudanças nas práticas tradicionais da população albergada pelas ANP's.

Com o modelo fordista industrial e urbano, muitas áreas rurais do sul da Europa tornaram-se espaços à margem das políticas de desenvolvimento e, portanto, incapazes de vencerem as adversidades inerentes às suas regiões, a exemplo do relevo montanhoso, da falta de infra-estrutura de acessos, dum clima árido dificultante as actividades agro-pecuárias, etc. Consequentemente, evidencia-se um processo de emigração populacional, tal como pode ser atestado nas regiões portuguesas do Alentejo e de Trás-os-Montes, configurando espaços territoriais em abandono.

Desta forma, estes espaços seriam convertidos em territórios com estatutos de protecção, seguindo-se a tendência mundial em vigor. Embora houvesse uma proposta de inovação em termos de desenvolvimento rural, as áreas naturais protegidas seriam criadas numa perspectiva iminente naturalista e conservacionista que não privilegiaria a co-existência humana. Em Portugal, a conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas e dos aspectos geológicos e geomorfológicos das *áreas rurais naturalizadas* estão na origem das principais motivações à criação de áreas naturais protegidas (Figueiredo, 2003).

Neste aspecto, a população rural estaria sujeitas a novas formas de relação com o seu tradicional espaço, uma vez que o uso dos recursos estaria regido por regulamentações e novas formas de gestão e uso do solo que acabariam por provocar um maior isolamento dos núcleos populacionais albergados pelos territórios protegidos. Esta nova realidade resultaria numa série de conflitos subjacentes à criação destas áreas. Figueiredo (2003: 301) apresenta uma síntese destes antagonismos, na qual a partir de resultados empíricos, a autora menciona os seguintes exemplos de

problemas frequentes nas ANP's portuguesas:

“A caça em locais interditos; as queimadas, as alterações à morfologia dos terrenos e à construção, a ampliação ou demolição de edifícios; as reclamações por parte dos habitantes dos espaços protegidos, sobretudo quanto aos danos causados por animais selvagens; a ausência de fiscalização e informação por parte da administração da área, a falta de apoio às actividades tradicionais de natureza socioeconómica e as carências várias em termos de infra-estruturas, equipamentos e serviços” **Figueiredo** (2003: 301).

Num território singularizado pelas assimetrias de desenvolvimento entre os espaços urbanos e rurais, a implantação de áreas naturais com estatuto de protecção trouxe à ribalta os problemas conexos à ruralidade portuguesa. Ao largo dos processos de desenvolvimento em curso, as áreas rurais portuguesas padecem de problemas como a perda de identidade, a baixa auto-estima, falta de apoio às actividades tradicionais, as perdas demográficas pelo processo de desertificação humana dos territórios, a precariedade de serviços públicos, carências diversas em termos de infra-estruturas, a ausência de perspectivas de emprego, entre outros (**Fernandes**, 2004, **Figueiredo**, 2003).

Segundo **Figueiredo** (2003), as políticas e estratégias de desenvolvimento rural em Portugal, além de reduzidas, são ineficazes. A falta de conhecimento e compreensão das lógicas e legitimidades do meio rural por parte dos técnicos estatais, responsáveis pelas estratégias, figuram como as causas principais da problemática. Desta forma, os modelos de desenvolvimento propostos ao meio rural reflectem o cariz da urbanidade dominante, plasmando-se uma vertente de anseios que não encontra ressonância no âmago das sociedades rurais. A classificação de áreas naturais contextualizada no meio rural parece um caso exemplar desta realidade, uma vez que, apesar do carácter inovador na promoção do desenvolvimento rural, há uma perspectiva no sentido de atender aos propósitos da urbanidade dominante em detrimento das necessidades do homem rural.

A visão idílica das paisagens naturais e o exacerbar dos seus valores naturais são versões motivadas pelo modo de vida urbano, pelo qual o homem se tem subjugado. As cidades e as suas marcas indeléveis de problemas sociais, as cargas horárias laborais, a violência, o caos do trânsito nas ruas e avenidas representam um flagelo para o homem urbano contemporâneo. A ameaça iminente de destruição do planeta pelo aquecimento global e pelos níveis de poluição conduziu a um novo olhar sobre as áreas naturais, traduzido pela busca “frenética” da natureza e pelos seus últimos resquícios de beleza cénica e valores naturais únicos.

O olhar urbano do homem pós-moderno sobre a ruralidade vem acrescido pela satisfação de novas necessidades. Com o advento da revolução industrial, há pouco mais de 200 anos, a economia passou a entrar em co-evolução com o consumo de combustíveis fósseis e continuará a fazê-lo

enquanto esses recursos estiverem disponíveis. Os recursos tecnológicos assim advindos promoveram maravilhas ao homem, contudo, não satisfizeram a promessa de triunfar sobre a escassez de recursos que estão na origem dos actuais problemas económicos.

Na ânsia de resolver estes problemas, o homem pós moderno segue gerando mais e mais necessidades, quase sempre formatadas na delapidação do património natural e dos recursos limitados da crosta terrestre. No âmago dessas necessidades, emerge o redescobrir do homem urbano pela natureza, abrindo perspectivas de novas possibilidades de desenvolvimento do meio rural por intermédio das áreas naturais protegidas e da sua potencialidade em promover o turismo e as actividades de recreação nestes espaços.

Assim, é neste contexto que se insere a actividade turística nas áreas naturais protegidas. No actual estágio da pós-modernidade, observa-se que o turismo de natureza tem vindo a conhecer o seu momento mais significativo, com uma procura a ampliar-se e a caracterizar-se conforme referenciado nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. De acordo com **Fernandes** (2004), tem-se em Portugal uma procura às áreas naturais protegidas onde se desenvolveram percursos pedestres e estruturas de alojamento rural que visam dar resposta à crescente apetência pelo turista por valores paisagísticos, albergados pelo ritmo natural dos parques. Entretanto, importa destacar que o turismo já integrava o espectro de funcionalidades admitidas aos parques portugueses desde a sua génese⁹, realizando um percurso evolutivo com taxas médias positivas de crescimento no número de pessoas a visitarem a RNAP. Confirmando este enquadramento, tem-se, segundo cálculos do ICN, que a RNAP, em 1996, recebeu cerca de 176.360 visitantes, saltando para 261.842, em 2004, o que representa uma taxa média de crescimento em torno de 5% para o período considerado.

Outro exemplo da intensa procura às áreas naturais protegidas com fins turísticos pode ser visualizado em termos do número de visitantes encontrados em sítios emblemáticos em períodos de estação alta. Na lista destes locais encontram-se a Mata de Albergaria no PNPG, as Físgas de Ermelo no Parque Natural do Alvão, o Arquipélago das Berlengas ou a célebre “torre” da Serra da Estrela.

⁹ Conforme verificado em **Fernandes** (2004: 251), consta no preâmbulo do Decreto da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, que criou o PNPG, a seguinte referência: “*ao criar-se o primeiro parque nacional no continente, procura-se possibilitar no meio ambiente do Peneda-Gerês a realização de um planeamento científico a longo prazo, valorizando o homem e os recursos naturais existentes, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas*”. O texto também acrescenta que numa “*síntese da ética de protecção, trata-se de possibilitar numa vasta região montanhosa, de cerca de 60 000 ha - quase na sua totalidade já submetidos ao regime florestal, a conservação do solo, da água, da flora, da fauna e da paisagem, abrindo-a às vastas possibilidades do turismo, mas mantendo-se uma rede de reservas ecológicas de alto interesse científico, tanto nacional como internacional*”.

A procura turística na RNAP também é representada pelos praticantes dos desportos de natureza enquadrados no âmbito da animação ambiental. Entre as actividades mais frequentes, **Fernandes** (2004) cita os percursos pedestres, a Bicicleta Todo-o-Terreno (BTT), o parapente, desportos motorizados, entre outros. A procura por estas actividades promove iniciativas de empreendimentos concebidos por agências e operadores turísticos especializados em turismo de natureza, os quais necessitam de um cadastro prévio junto do ICN para conduzirem grupos no interior dos parques.

Para além da contemplação das paisagens e das performances activas de desportos, considerados por Fernandes como motores à atracção de turistas às áreas naturais protegidas, **Figueiredo** (2003) faz referência à oferta dos valores culturais das “gentes” que habitam o interior destes espaços, como reservatórios de memórias e tradições, enaltecendo o simbolismo do mundo rural. Apesar de haver uma valorização das técnicas tradicionais agro-pecuária e ao modo de vida das seculares aldeias do interior português, a autora levanta a questão da recriação e artificialização da cultura rural pelos promotores do turismo, que actuam no sentido de converter lugares de miséria rural em locais exóticos com características únicas e inalteradas ao longo dos tempos.

Ocupando lugar de destaque nas motivações dos turistas e visitantes figuram, também, as actividades de educação ambiental. Apostando nos efeitos positivos da educação ambiental, os parques, em Portugal, desenvolvem infra-estruturas de centros de interpretação, percursos pedestres com sinalização e visitas guiadas, para além de distribuição de material informativo e da realização de actividades lúdicas que contribuem para a compreensão da paisagem e interpretação das dinâmicas bióticas e abióticas, contextualizadas em cada um destes territórios.

Com a emergência do turismo de natureza, amplia-se o quantitativo de actores ligados às áreas naturais protegidas, tornando-se imprescindível a recondução das políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável. Diante este cenário, observa-se, em Portugal, um conjunto de programas e de diplomas legais estruturantes da política do turismo de natureza e dos incentivos financeiros necessários à dinamização da actividade, conforme descrito no ponto a seguir.

4.6 A estrutura legal e as políticas para o desenvolvimento do turismo de natureza nas áreas naturais protegidas de Portugal.

O crescimento do turismo de natureza em Portugal revelou a necessidade de reposicionar as áreas naturais protegidas perante a magnitude da actividade, culminado com um aporte legal com vista a estabelecer uma base normativa comum à prática da actividade no âmbito da rede. O Anexo II.J

apresenta os principais instrumentos legais e suas respectivas evoluções acerca do turismo de natureza em Portugal. No âmbito desta matriz legal, importa destacar alguns aspectos contidos nos dois primeiros instrumentos legais apresentados no Anexo II.J: a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 112/98 e o Decreto-Lei. (D.L.) nº 47/99.

A RCM 112/98 instituiu o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), cujo enquadramento legal define o modelo de desenvolvimento turístico aplicável nas áreas naturais protegidas em Portugal. O PNTN está sob a tutela do ICN e da Direcção-Geral do Turismo – DGT. Em termos do que se propõe no PNTN, na sua esfera legal, há claramente o propósito de conciliar o turismo de natureza na RNAP com as premissas que fundamentam o ecoturismo. Tal modelagem é melhor discernida quando se descrevem os principais objectivos do PNTN:

- (a) Compatibilizar as actividades do turismo de natureza com as características ecológicas e culturais de cada local;
- (b) Promover no interior das Áreas Protegidas a instalação e o funcionamento dos diferentes tipos de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos em espaço rural, bem como das casas de natureza (infra-estruturas de alojamento exclusivas destes espaços);
- (c) Dotar cada Área Protegida de centros de interpretação, de trilhos interpretativos e de sinalização adequada às funções de informação e de interpretação às visitas turísticas;
- (d) Incentivar a prática de actividades de animação ambiental, compatíveis com a conservação da natureza, nas suas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza;
- (e) Incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, em particular as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento local e as relações de proximidade entre as populações e os turistas;
- (f) Divulgar e promover os produtos locais, a gastronomia e as manifestações tradicionais e etnográficas como forma de afirmação da identidade cultural.

A perspectiva holística abordada pelo PNTN reforça a necessidade de disseminar as diversas componentes da sustentabilidade para o sucesso dos objectivos do turismo de natureza em Portugal, indo ao encontro da simetria de valorização entre as vertentes da sustentabilidade, por intermédio dos seus indicadores, proposta por esta dissertação. A RCM 112/98 teve continuação, em 1999, com o D.L. nº 2/99 sobre as casas de natureza, com o D.L. nº 18/99 sobre animação ambiental e com o D.L. nº 47/99 onde se observa o delinear de importantes contributos à clarificação semântica das terminologias utilizadas no espectro legal relativo ao turismo de natureza. Em seu artigo 1º o D.L. 47/99 define turismo de natureza como:

“Produto turístico composto por estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, [...] desenvolve-se segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação ambiental, que permitam contemplar e desfrutar o património natural, arquitectónico, paisagístico e cultural, tendo em vista a oferta de um produto turístico integrado e diversificado.” DL n.º 47/99, extraído do ICN (s.d).

A visão de “produto turístico” assim concebida deve voltar-se para as dinâmicas operadas pelo turismo pós-moderno, observadas no capítulo 2. No sentido de clarificar estes requisitos do produto turístico a ser desenhado na área de destino vizinha ou integrante à RNAP, o D.L. n.º 47/99 elucida algumas definições relacionadas ao alojamento e à animação turística em áreas naturais protegidas (ver Tabela 4.6).

Tabela 4.6: Definições pertinentes ao produto turismo de natureza em Portugal.

<p>Alojamento: O turismo de natureza compreende os serviços de hospedagem prestados em:</p> <p>a) Casas e empreendimentos de turismo no espaço rural; o disposto no D.L. n.º 169/97, de 4 de Julho, e no Decreto Regulamentar n.º 37/97, de 25 de Setembro.</p> <p>b) Casas de Natureza: entende-se por casas de natureza as casas integradas em áreas protegidas, destinadas a proporcionar, mediante remuneração, serviços de hospedagem e que, pela sua implantação e características arquitectónicas, contribuam decisivamente para a criação de um produto integrado de valorização turística e ambiental das regiões onde se inseriram. São modalidades de Casas de Natureza:</p> <p>i) Casas-abrigo: serviço de hospedagem prestado a turistas em casas recuperadas a partir do património do Estado cuja função original foi desactivada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria do seu proprietário, possuidor ou legítimo detentor;</p> <p>ii) Centros de acolhimento: as casas construídas de raiz ou adaptadas a partir de edifício existente, que permitam o alojamento de grupos, com vista à educação ambiental, visitas de estudo e de carácter científico;</p> <p>iii) Casas-retiro: as casas recuperadas, mantendo o carácter genuíno da sua arquitectura, a partir de construções rurais tradicionais ou de arquitectura tipificada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria do seu proprietário, possuidor ou legítimo detentor.</p>
<p>Animação: Entende-se por animação ambiental a que é desenvolvida tendo como suporte um conjunto de actividades, serviços e instalações para promover a ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes através do conhecimento e da fruição dos valores naturais e culturais próprios da área protegida.</p> <p>Modalidades de Animação Ambiental: Animação: Conjunto de actividades que se traduzem na ocupação dos tempos livres dos turistas e visitantes, permitindo a diversificação da oferta turística através da integração dessas actividades e de outros recursos das áreas protegidas, contribuindo para a divulgação da gastronomia, do artesanato, dos produtos e tradições onde se inserem. Interpretação Ambiental: Toda a actividade que permita ao visitante o conhecimento global do património que caracteriza a Área Protegida, através da observação no local das formações geológicas, da flora, da fauna e respectivos “habitats”, bem como de aspectos ligados aos usos e costumes das populações. Desporto de Natureza: Consideram-se actividades de desporto de natureza todas as que sejam praticadas em contacto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.</p>

Fonte: DL n.º 47/99, extraído de ICN (s.d.).

Desta forma, o PNTN, ao consignar um conjunto de pressupostos associados ao alojamento e à animação ambiental, proporcionaria condições para ampliar o tempo médio de permanência dos visitantes nas ANP's ou nas suas regiões envolventes (Burnay, 2004.). No entanto, a autora salienta que, através do PNTN, deveria existir uma menor exigência em termos dos requisitos para aprovação e licenciamento de um projecto turístico e, como tal facto não se verificou, registou-se uma baixa adesão ao programa por parte de pessoas das comunidades locais que, em sua maioria, são menos preparadas para empreender um processo longo e burocrático de licenciamento. Assim,

esta realidade coopera para a existência de um potencial alojamento turístico, dotado de originalidade e qualidade excepcionais, o qual não consegue obter licença pelo não enquadramento nas tipologias existentes.

De igual modo, verificam-se constrangimentos para enquadrar as actividades culturais e gastronómicas no âmbito dos requisitos da animação ambiental, assim como muitos proprietários de agências de turismo de natureza e desportos de aventura preferem desenvolver suas actividades fora do perímetro das ANP's, evitando-se o rigor da legislação.

O PNTN encontra-se actualmente em reformulação e, segundo **Burnay** (2005), torna-se necessário repensar o seu conceito e âmbito, alargando-o para além das fronteiras das ANP's; revisar e flexibilizar as tipologias de alojamento e da restauração; regulamentar e certificar as actividades; promover a capacitação e a formação das populações e de todos os intervenientes neste sector; aliar a administração pública à iniciativa privada; tratar da sua promoção, divulgação e financiamentos adequados.

Subjacente à estrutura legal importa destacar outras políticas convergentes ao desenvolvimento do turismo de natureza nas áreas naturais protegidas, conforme os parágrafos seguintes.

Portugal, em sintonia com os programas comunitários europeus, tem procurado aplicar as políticas de desenvolvimento do turismo nas áreas naturais protegidas no que respeita as directrizes formuladas pela **Carta Europeia para o Turismo Sustentável em Áreas Naturais Protegidas**, elaborada pelos países-membros da UE em conjunto com a OMT em 1995. Nesta perspectiva, procura direccionar-se em torno de uma contribuição activa do turismo por intermédio de “boas” práticas de sustentabilidade e participação de todos os actores e implicados no processo, tanto públicos como privados; e à busca de mecanismos de cooperação eficientes aos níveis local, regional e internacional.

Para além da Carta Europeia para o Turismo Sustentável em Áreas Naturais Protegidas, outras possibilidades em termos de políticas de desenvolvimento do turismo de natureza são ventiladas ao abrigo das iniciativas comunitárias, a exemplo da **Carta de Desporto de Natureza** e da iniciativa **Parques Com Vida**, a qual se encontra numa fase piloto, com projectos para os Parques Naturais do Alvão, Montesinho, Douro Internacional, além do PNPG.

Desta forma, alguns dos parques portugueses, conforme visto na secção 2.4.1, têm lançado propostas de candidatura aos padrões formulados pelos programas com vista à obtenção de um *eco-*

label europeu, o que representa uma vantagem competitiva na consolidação deste novo produto do turismo português, uma vez que distinguirá a nível europeu as regiões e empresas que desenvolvam formas de turismo correctas do ponto de vista ambiental. Portanto, as acções e estratégias elaboradas para enquadrar os parques em programas como a **Carta Europeia para o Turismo Sustentável em Áreas Naturais Protegidas** e o **Parques Com Vida** necessitam de uma implementação prática uma vez que serão avaliados *in situ* por uma comissão especializada da União Europeia.

No entanto, é neste ponto que se iniciam as dificuldades com respeito às políticas de desenvolvimento para o turismo de natureza. A Carta Europeia de Turismo Sustentável não representa um instrumento financiador e, portanto, as áreas naturais devem recorrer a alguns dispositivos de financiamento para a obtenção dos recursos necessários à implantação das estratégias e planos de acção com vista à obtenção da certificação. Designadamente, os parques e o tecido empresarial interessado em investir no turismo de natureza recorrem aos Programas comunitários *Life Natureza*, *Leader* e *Interreg*, e às iniciativas oriundas dos Quadros Comunitários de Apoio (QCA), a exemplo do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR)¹⁰ e ao Programa Integrado Turístico Estruturante de Base Regional (PITER)¹¹ para a obtenção dos fundos necessários aos projectos associados ao turismo de natureza. O IFT (Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo) tem a incumbência de avaliar a viabilidade dos investimentos cujas análises se baseiam em dois critérios basilares: (a) a melhoria e diversificação da oferta, diminuição da sazonalidade, aspectos inovadores, criação e qualificação de emprego; (b) a capacidade técnica e de gestão dos promotores, o grau de cumprimento de contratos anteriores e riscos associados.

Por fim, o turismo de natureza em Portugal é apontado no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), lançado em 2006, como sendo um produto turístico estratégico seleccionado para o desenvolvimento do turismo no país:

¹⁰ O SIVETUR foi instituído pela Portaria nº 12/14 de 27 de Dezembro de 2000, enquadrando-se no Eixo 2 do Programa Operacional da Economia no âmbito do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, (QCA) referente ao período 2000-2006. Apresenta objectivos assentes em promover incentivos financeiros à implementação e ao desenvolvimento de actividades turísticas, as quais contenham um carácter estratégico e inovador de forma a provocar efeitos multiplicadores no tecido económico local. De acordo com o IFT (2002), no que diz respeito aos beneficiários, qualquer entidade com capacidade jurídica para explorar actividades económicas no sector do turismo poderá aceder a este sistema de incentivos.

¹¹ O PITER tem um caso emblemático de aplicação na RNAP para o PNPG em que foram mobilizados cerca de 62,5 milhões de euros em investimentos, distribuídos em 60 % pela participação privada e 40% pela participação pública, integrando a participação, na fase de elaboração do plano, elementos oriundos do *staff* do parque, de órgãos e agências públicas e privadas, investidores e uma equipa especializada no planeamento do turismo da Universidade de Aveiro. (Costa, 2005).

4.7 Conclusão.

O processo de difusão da classificação de territórios naturais, conferindo estatuto de protecção assegurado em legislação específica, teve origem nos Estados Unidos e no Canadá, nos finais do século XIX. Rapidamente se expandiu à Europa e Austrália e alcançou diversos países ao longo do século XX. Portugal classificou o seu primeiro espaço territorial, como área natural protegida de interesse nacional, no início dos anos de 1970. No entanto, mantendo-se em sintonia com as emergentes correntes ambientalistas e respondendo a pressões da sociedade civil, o país assiste a uma rápida expansão deste conceito no seu território, configurando uma RNAP que abrange as categorias de Parque Nacional, Parque Natural, Reservas Naturais, Paisagens Protegidas, e Monumentos Naturais. Para além dos objectivos de conservação intrínsecos a estes espaços, o turismo tornou-se uma realidade à maioria das ANP's em Portugal. Neste aspecto, instituiu-se o PNTN com objectivos assentes na regulação do turismo de natureza e na sua orientação com vista a um maior aproveitamento do potencial associado. Contudo, factores inerentes ao número considerável de intervenientes com diferentes necessidades e visões sobre o tema; a instabilidade nos níveis da procura; a pouca vontade política e a capacidade e interesse dos gestores das áreas naturais em promover um planeamento integrado para o turismo, constituem importantes desafios perante os quais o PNTN tem se mostrado modesto na contribuição para o desenvolvimento do turismo de natureza. Desta forma, este conjunto de legislação necessita do reforço de verdadeiras políticas para o turismo de natureza de maneira a reequacioná-lo e robustecê-lo, através de acções em diversos campos, e.g. da criação de redes de sinergias entre os principais envolvidos, promovendo-se uma maior aglutinação e despertando a capacidade empresarial local; da realização de parcerias técnico-científicas com universidades e ONG's, detentores de *know-how* específicos; o desenvolvimento de projectos assentes nos parâmetros da sustentabilidade com vista à obtenção de maiores fatias de investimentos, entre outras. A sustentabilidade é um modelo de desenvolvimento bastante discutido politicamente e academicamente, porém, os mecanismos para a sua efectivação e conquista de benefícios líquidos ainda carecem de estratégias inovadoras e contextualizadas à base local. O elenco de espaços protegidos nos formatos das RNAP's, de Património da Humanidade, de Redes Natura, etc., constitui o mosaico basilar para se promover o desenvolvimento do turismo, o que se pretende, portanto, é o saber caminhar por estas searas, evitando-se os erros do passado e apostando numa gestão eficiente e inovadora com respeito às interacções entre o homem e o meio ambiente neste novo século.

5. Intervenções em direcção à sustentabilidade do turismo de natureza: do planeamento à política de indicadores.

5.1 Introdução.

Neste quinto e último capítulo desta revisão bibliográfica, pretende-se explorar as intervenções a serem dinamizadas no âmbito do turismo em áreas naturais protegidas, através da convergência de três eixos fundamentais, designadamente, o planeamento, a gestão e o uso de indicadores de sustentabilidade. A organização deste capítulo pretende subsidiar o cerne do trabalho empírico que esta dissertação propõe. À luz desta perspectiva, apresenta-se no ponto 5.2 uma abordagem preliminar associada ao planeamento do turismo nas áreas de destino, salientando a sua trajectória recente e delineando as suas perspectivas actuais, marcadas pela ênfase no planeamento integrado. O ponto a seguir direcciona-se a explorar o planeamento do turismo nas áreas naturais protegidas, mediante algumas considerações acerca do desenho das infra-estruturas de apoio ao turismo e reflexões acerca do processo em si deste planeamento. Esta abordagem abre o cenário para os pontos seguintes que versam sobre a gestão do ecoturismo/turismo de natureza, por intermédio de ferramentas específicas, e a sistematização de indicadores destinados à monitorização do turismo nas ANP's, como forma de assegurar o desenvolvimento que se propõe sustentável. No âmbito da discussão sobre os indicadores, elabora-se uma apresentação sobre as metodologias vigentes para a implementação de um sistema de indicadores, destacando as principais iniciativas de aplicação de indicadores para o turismo de natureza, com ênfase nos trabalhos de académicos e da WTO.

5.2 O planeamento do turismo nas áreas de destino e implicações na sustentabilidade.

Os modelos evolutivos de Plog e Butler, analisados no capítulo 1, reflectem os percursos protagonizados pelas destinos turísticos, segundo as características psicográficas da procura, as dinâmicas operadas na paisagem pela função turística, as inter-relações entre turistas e comunidade anfitriã e pela capacidade de carga intrínseca à própria área de destino. Após os estágios iniciais, a combinação destas forças conduzem a área de destino à popularidade e, em seguida, ao declínio. O declínio representa a perda da vocação turística e, portanto, procura-se evitá-lo. É nesta perspectiva que emerge o planeamento do turismo em áreas de destino: a tomada de acções pró-activas no sentido de prolongar os estágios de desenvolvimento e consolidação, operando uma série de ciclos, através do rejuvenescimento contínuo da área de destino, afastando-a do declínio. A ausência de planeamento nos destinos implica permanentes acções mitigadoras, de base reactiva, numa tentativa de corrigir problemas muitas vezes intoleráveis.

O percurso do amadurecimento e da expansão do planeamento no turismo tem origem a partir dos anos de 1970, caracterizando-se pela sistematização de um maior rigor científico (Costa, 2003). Os

modelos PASOLP – *Product's Analysis Sequence for Outdoor Leisure Planning* de Baud-Bovy, apresentado em 1982; o modelo “*Integrative Systems Model of Tourism Theory and Practice*” de Getz, de 1986; o modelo da política do turismo de Mill e Morrison, de 1986; e a representação esquemática de Inskip, de 1991, com foco nas componentes do planeamento do turismo, figuram como os emergentes modelos de planeamento para o turismo¹ (Costa, 2005). Os governos começam a tomar uma maior consciência da importância do turismo, enquanto gerador de divisas, de empregos, de receitas e da captação de investimentos para o desenvolvimento regional, trazendo o turismo para a ribalta das estruturas hierárquicas administrativas.

A actual fase do planeamento caracteriza-se pela menor intervenção estatal nas economias dos países e pela emancipação do neoliberalismo e da globalização. Ganham espaços as empresas privadas e as organizações civis, ao assumirem um importante papel na condução do desenvolvimento do turismo, com forte influência destas, nos processos decisórios da actividade, que se descentralizam em direcção à esfera local (Costa, 2005). Desta forma, observa-se um novo paradigma no planeamento do turismo, adequado às novas tendências mundiais, as quais impõem cenários de constantes desafios às áreas de destino, conforme observado no Capítulo 2.

A conjuntura, assim delineada, imprime uma maior relevância para o planeamento do turismo, que se mobiliza em direcção à criação de novos modelos, capazes de integrar a coordenação do turismo nas áreas de destino e estimular a participação dos sectores público e privado (Costa, 2005). As tendências indicam a necessidade para a criação de sinergias entre os diversos *players* da actividade, de forma a possibilitar o melhor desempenho do sector e criar uma imagem coerente da área de destino junto ao consumidor. Neste sentido, emerge a perspectiva holística para o planeamento em turismo, enquadrando-o não somente como uma visão técnica, mas igualmente como um “processo social” que objectiva uma maior harmonia entre os **grupos de interesse da sociedade** (associações civis, cooperativas, comunidades, etc.) com o poder das **forças do sistema** (organizações económicas, políticas e administrativas) (Healey, 1995, cit. por Costa, 2001a). Desta forma, o planeamento holístico converge para a construção de estratégias assentes na inovação e na dinamização do tecido económico como um todo.

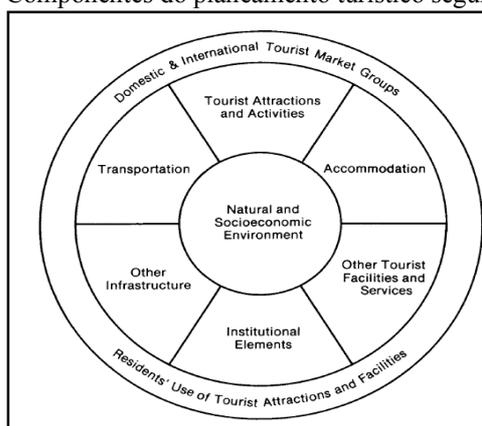
A fase contemporânea do planeamento do turismo suscita a definição de objectivos claramente ancorados no desenvolvimento sustentável da actividade. Nesta evidência, sublinha-se o modelo sugerido por Inskip (1991), onde se enfatiza a sustentabilidade através da perspectiva holística,

¹ Para um análise detalhada destes modelos ver Costa (2001a).

mediante a existência de duas componentes essenciais: a **primeira**, relativa à componente do **ambiente do turismo**, que enquadra o ambiente natural e socioeconómico, os atractivos turísticos, os transportes, o alojamento, as infra-estruturas (fornecimento de água, energia eléctrica, saneamento, telecomunicações), outras facilidades e serviços (informação turística, restaurantes, *retail shopping*, câmbio, cuidados médicos, segurança pública) e os elementos institucionais (dos programas de *marketing*, educação e formação, legislação e regulamentações, políticas de investimento no sector público e privado, programas ambientais e socioeconómicos); a **segunda**, relativa a uma componente do **mercado do turismo**, cuja envolvente abrange, não somente os mercados doméstico e internacional mas também os residentes das áreas de destino (ver Figura 5.1).

Ao estender o “mercado do turismo” à comunidade local, postula-se que o desenvolvimento do turismo não pode passar ao largo das necessidades e anseios desta população, cuja participação no processo não deve ser apenas como agentes motores do desenvolvimento mas também como beneficiários das oportunidades de recreação instituídas.

Figura 5.1: Componentes do planeamento turístico segundo Inskeep.



Fonte: **Inskeep** (1991)

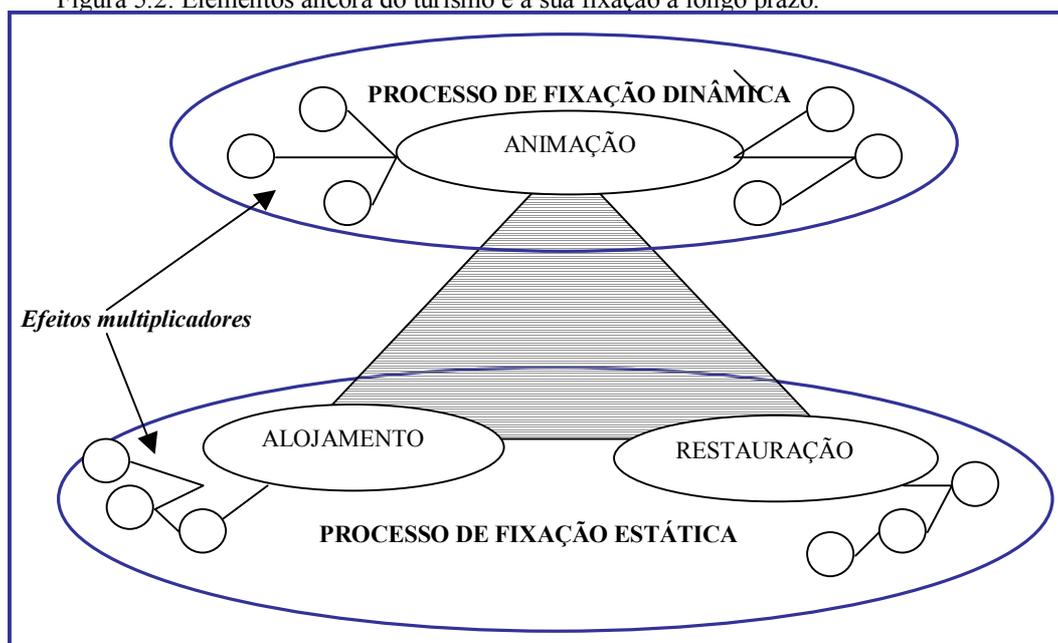
No âmbito do planeamento sustentável no turismo merece ainda destaque o estabelecimento de um processo focalizado na identificação e na clarificação do produto turístico, salientando-se o *espaço da oferta*, postulado por Leiper, no seu modelo conceptual abordado no Capítulo 01. Nesta esfera, levantam-se os produtos estruturantes para o turismo, através de um método de hierarquização, onde sobressaem os *honey pots*, que constituirão os motores de atracção de visitantes e permitirão definir uma marca para a área de destino (**Costa**, 2001b). Esta perspectiva induz a uma fixação do desenvolvimento a longo prazo para a actividade turística o que vem a corroborar com os objectivos da sustentabilidade no turismo. Para tanto, no âmbito da oferta, identificam-se, além dos *honey pots*, as actividades *core* do turismo e desenvolvem-se estratégias que promovam a ancoragem do desenvolvimento económico. **Breda e Costa** (2006) sugerem, para a

sustentabilidade económica a longo prazo, um modelo baseado num processo de fixação estática e dinâmica conforme a seguinte conceptualização:

(a) **Processo de Fixação Estática:** constituído por dois elementos chaves para a realização do turismo, o alojamento e a restauração. Estes dois vectores compreendem a maioria dos negócios em turismo, representando verdadeiras “portas” de entrada para as receitas. Proporcionam efeitos multiplicadores directos e indirectos na economia local, quando observadas algumas premissas relativas à sustentabilidade, e.g. da contratação de mão-de-obra local, da obtenção de fornecimentos de produtos e serviços locais, etc.

(b) **Processo de Fixação Dinâmica:** representado por todas as actividades de animação turística que procuram dinamizar o produto turístico, a exemplo dos museus, dos espaços culturais, das feiras tradicionais, dos grandes eventos e dos eventos típicos que singularizam as destinações, dos espaços interpretativos, entre outros (ver Figura 5.2).

Figura 5.2: Elementos âncora do turismo e a sua fixação a longo prazo.



Fonte: Adaptado de Breda e Costa (2006).

Perante o exposto, o planeamento revela-se como um instrumento imprescindível para fortalecer a vocação turística da área de destino, num processo de manutenção sustentável dos seus recursos, melhoria contínua da actividade e produção de benefícios económicos a longo prazo. Em síntese, o planeamento conduzido sob a óptica da sustentabilidade, permite uma maior longevidade para os produtos turísticos, uma maior satisfação dos intervenientes no processo, um diferencial competitivo para os destinos e um desenvolvimento económico com maior distribuição dos benefícios à comunidade local. Adiante, no trabalho empírico, será observado como estas componentes se manifestam nas propostas de planeamento do turismo nas ANP's estudadas.

Considerando-se as especificidades da actividade turística nas áreas naturais protegidas, desenvolveram-se construções teóricas subjacentes à temática do planeamento sustentável nestes espaços, conforme abordagem do ponto seguinte.

5.3 O planeamento sustentável do turismo nas áreas naturais protegidas.

Planear o turismo de forma sustentável assume uma relevância acrescida no âmbito das áreas naturais protegidas. Diversos autores (**Figueiredo**, 2003; **Fernandes**, 2004; **Fennel**, 1999; **Boo**, 2002; **Cortês**, 2002; **McNeely et al**, 1992) corroboram com a apetência turística destes espaços, no entanto, considerando-se a sensibilidade ambiental dos parques e as especificidades socioeconómicas da sua comunidade autóctone, evidencia-se uma necessidade fulcral em convergir esforços no sentido de alargar o planeamento turístico nas ANP's sobre todas as componentes da sustentabilidade. Neste sentido, o turismo ventila maiores possibilidades para induzir desenvolvimento e promover a conservação, quando o planeamento considera de forma equilibrada a experiência turística e os seus reflexos no contexto social, económico e ambiental subjacente ao território do parque e da sua envolvente.

De igual modo, a educação ambiental também se encontra no cerne das questões relativas ao planeamento sustentável do turismo nestes espaços, uma vez que muitas das atracções, se adequadamente desenvolvidas, podem funcionar como importantes instrumentos de educação sobre o meio ambiente, a história e cultura de uma área, tanto para os residentes quanto para os visitantes, acrescentando um maior valor à experiência turística. Para **Boo** (2002: 37), a estratégia deverá *“assegurar que a área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas; [...] criar mecanismos capazes de gerar empregos e renda (sic) para a área protegida e para as comunidades próximas e de oferecer educação ambiental aos visitantes”*.

A vertente da experiência turística é outro aspecto importante a assinalar as preocupações iniciais do planeamento do turismo em parques. À luz dos conflitos que se projectam na natureza das relações **parque versus turista**, **turista versus comunidade local**; **turista versus turistas**, os quais estão na origem de uma insatisfação do turista com a sua experiência, direcciona-se o planeamento do turismo nos parques no sentido de reconciliar a conservação e o uso turístico.

Para **Inskip** (1991), o planeamento do turismo em parques enceta-se com a observância das premissas existentes na política nacional ou regional do turismo nos parques, e.g. PNTM. Na ausência de uma política, a equipa responsável pelo planeamento deverá estabelecer qual política será adequada para a área. O autor também sugere a análise pormenorizada do planeamento e

regulamentos gerais do parque, verificando-se a existência de referências à actividade turística. Por seu turno, **Boo** (2002) corrobora com **Inskeep** enfatizando-se a necessidade de observar a legislação nacional no âmbito do turismo de natureza, como análise preliminar para o arranque do planeamento turístico.

A partir destas premissas iniciais, emergem um conjunto de técnicas sugeridas pelos autores da especialidade que encerram um receituário ligado à implementação do planeamento sustentável do turismo nas ANP's. Estas técnicas evoluem desde uma abordagem operacional, relativa ao estabelecimento de princípios de planeamento para a infra-estrutura de apoio ao turismo nos parques, até a uma abordagem mais estratégica, para a definição de processos gerais de planeamento, e com vista à sistematização da sustentabilidade da actividade turística. Os dois tópicos seguintes ilustram os principais contributos da literatura sobre estes temas.

5.3.1 Princípios gerais do planeamento de infra-estruturas de apoio ao turismo nas ANP's.

De acordo com a literatura da especialidade, apresentada por **Inskeep** (1991) e por **McNeely et al** (1992), o planeamento do turismo em áreas naturais passa, também, pela implantação de infra-estruturas de apoio ao turismo que deverão seguir algumas recomendações imprescindíveis, de forma a compatibilizar a conservação e a optimização da experiência turística. Neste sentido, **Inskeep** (1991) sugere a concentração das facilidades principais numa única área. O complexo de facilidades, frequentemente chamado **centro de visita**, tipicamente, inclui uma área de recepção, um balcão de informação, lojas onde podem ser encontradas publicações sobre o parque, *snack bar* e/ou restauração, uma área de exibição ou um pequeno museu sobre o parque, ou uma sala de audiovisual, serviços médicos de urgência, casa de banhos, jardins e parques de estacionamento. O estilo arquitectónico do centro de visita e das demais instalações devem harmonizar-se com o ambiente em termos de desenho construtivo e uso de ecotécnicas.

Em alguns casos de parques isolados, o alojamento pode estar integrado ao complexo de visitantes ou localizados em sítios de menor sensibilidade no interior do parque. As infra-estruturas de alojamento podem incluir uma diversidade de tipos e preços, desde hotéis, chalés, área de campismo, etc. Já em outros casos, os alojamentos devem localizar-se fora do parque, numa cidade vizinha ou aldeia. Neste ponto, evidências empíricas indicam que, para uma maior sustentabilidade do turismo de natureza, a distribuição de estruturas de alojamento em pequenas vilas no interior do parque ou cidades localizadas na periferia, propicia um maior dinamismo da economia local, na medida em que os visitantes podem usufruir de outros serviços oferecidos e.g. restauração, comércio, bares, entre outros.

A actividade turística nos parques não se resume ao centro de visita. O turista está ávido para conhecer o parque e satisfazer as suas motivações de contacto com a natureza, de contemplação das paisagens, da prática dos desportos de aventura e para a aprendizagem sensorial ou científica. Neste aspecto, o planeamento das infra-estruturas e facilidades do turismo de natureza deve adaptar-se às actividades praticadas pelos turistas e, principalmente, no âmbito do plano de zonamento do parque, o qual indica a extensão do uso permitido em diversas áreas (**Inskip**, 1991). Para além do centro de visita, as facilidades e infra-estruturas podem incluir estradas para veículos Todo-o-Terreno, trilhos para circuitos pedestres, mirantes, abrigos, áreas de merenda, casas de banhos, depósitos para os resíduos, sinalética para circuitos interpretativos, entre outras.

De igual modo, **McNeely et al** (1992) sugere o encorajamento para o uso de ecotécnicas, como por exemplo o desenho arquitectónico das infra-estruturas em harmonia com a paisagem e utilização de materiais adequados; a captação da água de chuva; o uso de fontes alternativas de energia (solar e eólica); a separação e reciclagem dos resíduos sólidos e compostagem dos resíduos orgânicos, a auto-suficiência quanto à produção alimentar, preferindo-se o uso de agricultura orgânica, etc.

As sugestões dos autores acima reflectem acções no terreno associadas à compatibilidade entre conservação e experiência turística. Em suma, compõem o elenco de decisões para a gestão da rotina turística do parque e agregam valor aos objectivos de sustentabilidade. Estes temas constituem-se em algumas das variáveis de análise do trabalho empírico desta dissertação. Para além desta ênfase no operacional, analisa-se no ponto seguinte, algumas referências sobre o processo em si do planeamento sustentável do turismo nas ANP's.

5.3.2 Etapas do planeamento do turismo nas áreas naturais protegidas.

O planeamento em parques envolve o estabelecimento de um processo mais alargado, abrangendo etapas simultâneas ou sucessivas, com *inputs* e *outputs* focalizados na consecução dos objectivos da sustentabilidade. Após a análise de alguns processos discutidos na literatura da especialidade, observa-se que o planeamento em parques envolve, na sua maioria, quatro macro-processos associados ao diagnóstico, à elaboração de estratégias, implementação das estratégias ou planos de acção e à monitorização. De salientar, para a operacionalização do processo de planeamento no terreno, a necessidade de reunir recursos humanos e financeiros e prover as articulações entre os diversos actores interessados e envolvidos com o turismo. A Tabela 5.1 apresenta uma descrição de cada macro-processo através dos modelos de **Inskip** (1991), **Boo** (2002) e **McNeely et al** (1992) para o planeamento do turismo nos parques.

Tabela 5.1: Processos de planeamento do turismo em áreas naturais protegidas.

Macro-Processos	Inskeep	Boo	McNeely et al
Diagnóstico	<p>1a. Análise ambiental/ecológica incluindo-se “surveys” para levantamento da vida selvagem, fauna, flora e sistemas ecológicos, com identificação de áreas especiais a serem preservadas;</p> <p>1b. Estabelecimento da capacidade de carga da visita assente em suposições acerca dos tipos de turistas;</p> <p>1c. Projecção da procura turística em termos de perfil;</p> <p>1d. Determinação dos tipos de facilidades necessárias.</p>	<p>1a Avaliar a situação actual: exame do próprio parque, os seus recursos, infra-estruturas, quadro de funcionários; interacção com a comunidade local; as questões legais, políticas e orçamentárias; participação de privados;</p> <p>1b. Levantar informações sobre os turistas e o volume da visita;</p> <p>1c. Levantar as condições do acesso ao parque.</p>	<p>1a. Recolha e análise de dados, de forma a garantir que as decisões estão assentes na compreensão dos recursos locais, nas condições socioeconómicas, o perfil do turista e a avaliação da satisfação da experiência turística;</p> <p>1b. Identificação das competências pelos recursos: os gestores devem identificar os conflitos entre turistas, parque e comunidade local.</p>
Elaboração do plano	<p>2a. Determinação dos objectivos de desenvolvimento e conservação;</p> <p>2b. Formulação do plano, incluindo-se preparação e avaliação de vários planos e finaliza-se com a selecção de um plano adequado ao estágio de desenvolvimento do parque;</p> <p>2c. Preparação dos planos, dos padrões de organização da visita e dos fluxos;</p> <p>2d. Análise final dos impactes.</p>	<p>2a. Determinar o nível de turismo desejado e elaborar um plano com base nos objectivos do turismo para o parque, e.g. proteger os recursos, trazer divisas estrangeiras para o país, promover educação ambiental, criar oportunidades de emprego, etc.</p> <p>2b. Escrever um documento sobre a estratégia adoptada, visando a captação de recursos financeiros ou adequada assistência técnica</p>	<p>2a Determinação dos objectivos, levantando-se os principais beneficiados com o turismo, o grau de dependência da comunidade com o turismo; a escala ou dimensão do turismo a ser promovida;</p> <p>2b. Adequação do turismo ao contexto local e/ou regional, observando-se o plano geral de ordenamento da região.</p> <p>2c. Elaboração do plano de gestão;</p> <p>2d. Especificações dos desenhos, métodos e materiais utilizados nas infra-estruturas;</p>
Implementação	3a. Implementação do plano	3a. Implementação do plano	3a. Implementação do plano
Monitorização	4a. Gestão contínua dos recursos e do seu uso pelo turismo.	-	4a. Monitorização dos progressos. O planeamento não é uma ciência exacta e necessita de um sistema de monitorização para os parâmetros principais a serem observados.

Fonte: **Inskeep** (1991); **Boo** (2002); **McNeely et al** (1992).

A leitura da Tabela 5.1 indica diferentes abordagens em termos dos conteúdos de cada macro-processo do planeamento. Inskeep enfatiza a conservação dos recursos naturais com preocupações assentes nos componentes bióticos e nos *habitats* representativos dos parques. Há uma ênfase no conhecer o perfil do visitante, porém, no sentido de facilitar as projecções a serem empregues no método da capacidade de carga, o qual eleger como instrumento preferencial ao controlo dos fluxos turísticos e conservação dos recursos. Procura-se avaliar os impactes, implementando-se os planos mais adequados à realidade local. Aponta para a necessidade de monitorização como forma de garantir a manutenção da base dos recursos naturais do parque.

Em Boo, verifica-se uma abordagem mais holística, procurando-se conhecer o estágio inicial que se

encontra o parque, o perfil de turista, as interfaces com a comunidade local, o sector privado, as directrizes legais e as condições financeiras. Assim como Inskeep, devem ser apontados os objectivos para o turismo no parque e o planeamento deve ser norteado para o alcance destes objectivos. Adequa-se aos parques com restrições orçamentárias, uma vez que sugere a elaboração de documentos que visam o levantamento de fundos e parcerias para a implementação do plano. Não sugere um sistema de monitorização.

McNeely et al (1992) salientam a associação do processo decisório às condicionantes do ambiente natural e socioeconómico do parque e levanta, de modo similar à Boo, preocupações mais alargadas. Pontua a necessidade de coordenação dos planos turísticos com outros planos regionais e procura levantar os impactes positivos e negativos da actividade turística. Admite a flexibilidade característica do planeamento e sugere um sistema de monitorização para corrigir os eventuais desvios. Em McNeely et al e, de igual modo em Boo, existe uma abertura para delinear estratégias e acções de planeamento dentro da perspectiva de discutir o tipo de turismo desejado para o parque. Este processo abre possibilidades para a realização de fóruns de discussão onde são levantadas questões fundamentais e inerentes aos diversos intervenientes da actividade turística.

Outro importante modelo extraído da literatura, relativo a estas matérias, foi desenvolvido por **Drumm e Moore** (2003) e denominado **Plano de Gestão do Ecoturismo (PGE)** para as áreas naturais protegidas. Em linhas gerais, estes autores destacam a importância de localizar o PGE no âmbito do planeamento nacional e local, referente às áreas naturais protegidas (ver Figura 5.3) e apontam para a necessidade de executar algumas premissas, no que respeita à decisão de elaborar um plano para o ecoturismo; a captação de recursos e a constituição de equipa de planeamento, antes da execução dos macro-processos existentes nos modelos de Boo, Inskeep e McNeely et al.

Para **Drumm e Moore** (2003: 62), *“um bom planeamento (sic) depende da **participação efectiva** dos principais interessados. Com relação a um PGE, esses interessados são todas as pessoas e instituições que se envolverão na implementação do programa de ecoturismo na área protegida ou em outra área natural.”* A partir desta consideração, estes autores especificam uma fase intermédia entre a elaboração do plano e a sua implementação, relativa à divulgação do plano entre os “interessados”, o que suscita maiores possibilidades de compromissos e apoios para o turismo de natureza nos parques. A Figura 5.4 ilustra os principais “interessados” no turismo em áreas naturais protegidas, na visão de Drumm e Moore, e a Tabela 5.2 exhibe as etapas sucessivas do modelo PGE.

Tabela 5.2: Componentes do Plano de Gestão do Ecoturismo – PGE.

1. Decisão de preparar um Plano de Gestão de Ecoturismo;
2. Captação de Recursos;
3. Formação de uma Equipa de Planeamento;
4. Diagnóstico/Recolha de Informações;
5. Análises de Dados;
6. Preparação do plano;
7. Publicação e distribuição do Plano;
8. Implementação e avaliação do plano.

Fonte: **Drumm e Moore** (2003).

Figura 5.3: Localização do PGE no âmbito do planeamento geral da conservação ambiental.

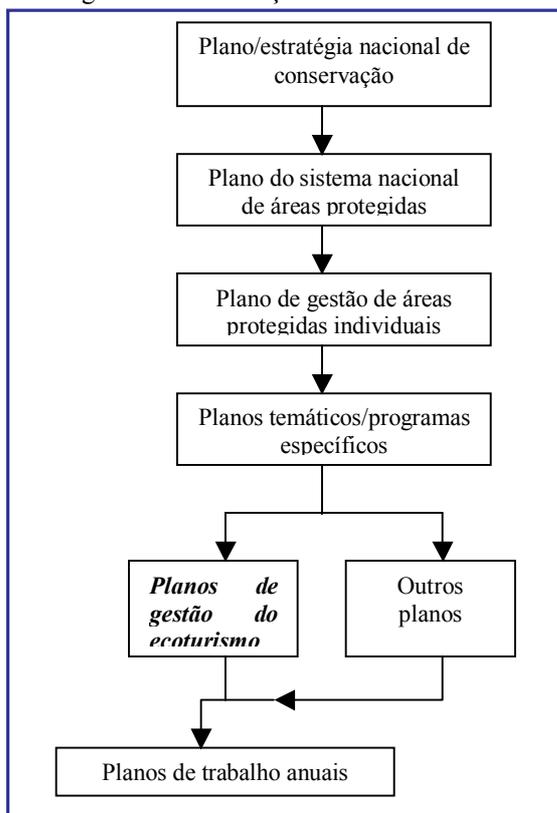
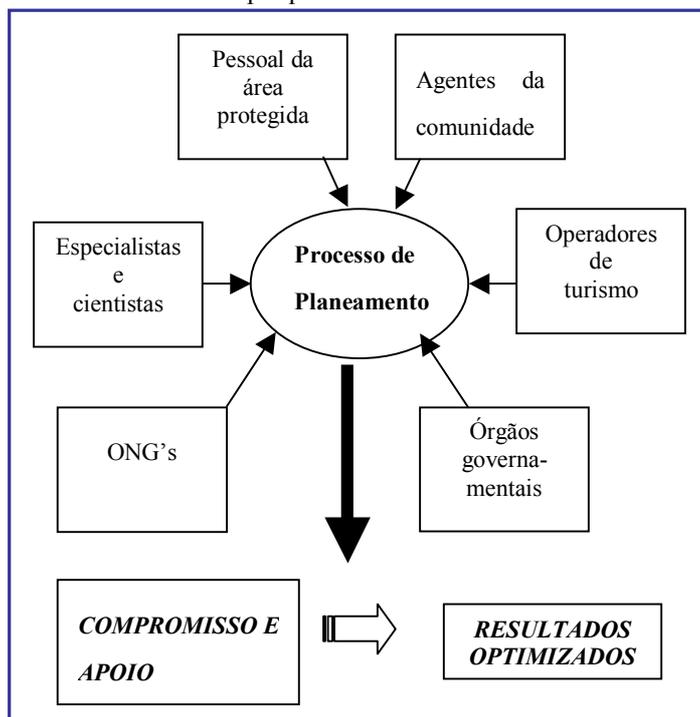


Figura. 5.4: Elenco de actores envolvidos com o turismo nos parques.



Fonte: **Drumm e Moore** (2003).

Concomitante ao planeamento, seguem-se os esforços de **gestão do turismo** no parque, seguindo-se os principais objectivos delineados. A gestão do turismo relaciona-se com as acções da rotina que visam manter o alinhamento dos processos decisórios dos gestores com o planeamento e objectivos definidos para o parque. Por muito tempo, a **gestão da rotina** do turismo nos parques limitava-se a observar a capacidade de carga. A evolução do pensamento científico e as experiências práticas apontam para uma maior complexidade em termos da gestão do turismo nos parques, que vai além da especificação de um limite, acima do qual a conservação dos recursos se encontra em risco.

Uma forma de manter uma coesão entre a gestão da rotina, planeamento e objectivos relaciona-se com a monitorização sistemática do percurso traçado pela actividade turística no parque. Se o planeamento é de base sustentável, a monitorização passa pelo acompanhamento das diversas componentes que fazem interfaces com a sustentabilidade do turismo. Desta forma, a implementação de um sistema de indicadores, capazes de monitorar a influência do turismo na vertente ambiental, social e económica, sinaliza o quanto o planeamento está sendo eficaz na consecução da sustentabilidade do parque pelo turismo. As secções seguintes abordarão a utilização das ferramentas de gestão para o turismo de natureza e a importância da utilização de um sistema de indicadores como instrumento subjacente ao planeamento e gestão da sustentabilidade do turismo nos parques.

5.4 Ferramentas para a gestão do ecoturismo.

As ferramentas de gestão do ecoturismo configuram-se como evoluções do conceito de capacidade de carga, desenvolvido nos Estados Unidos a partir dos anos de 1950. O cerne da capacidade de carga dirigia-se para o estabelecimento de um número pelo qual ocorreria o controlo da recreação ao ar livre. O conceito conquistou uma forte reputação para a solução dos problemas causados pelo aumento da visita nos parques naturais norte-americanos, entre as décadas de 1950, 1960 e início dos anos de 1970.

No entanto, a capacidade de carga revelou algumas restrições e limitações face à complexidade característica do turismo, propiciando um terreno fértil para a elaboração de investigações, que resultaram em novas ferramentas para gerir a actividade turística em áreas naturais. As emergentes ferramentas possuíam um maior rigor científico e veiculavam objectivos pertinentes à gestão do ecoturismo. Os contributos destas ferramentas incidem sobre o processo decisório e a satisfação da experiência da visita turística, concomitante à minimização dos impactes negativos aos recursos naturais e socioculturais do sítio. Os tópicos seguintes elaboram uma síntese das ferramentas em destaque na literatura.

5.4.1 A Capacidade de Carga.

A capacidade de carga não é um conceito exclusivo do turismo e dos seus efeitos no capital socioambiental das áreas de destino. O termo é um empréstimo da ecologia e das investigações no âmbito da vida selvagem, cujos estudos iniciais se dedicavam à noção do quanto os animais poderiam sobreviver em limitadas faixas de condições físicas (McCool e Lime, 2001).

A evolução dos estudos relativos à capacidade de carga ecológica revelou que o crescimento populacional de espécies é dependente de uma variedade de factores ambientais, os quais se

apresentam em contínuo dinamismo. Assim, a determinação de uma capacidade de carga exacta é algo impossível (McCool e Lime, 2001). “O conceito de capacidade de carga pode apenas ser calculado para sistemas com variáveis determinísticas e estáticas e apenas para os casos onde o comportamento e inter-relações ecológicas das espécies variam lentamente no tempo.” (Seidl e Tisdell, 1991, cit. em McCool e Lime, 2001: 374). Ao mesmo tempo que a sustentação das teorias de capacidade de carga aplicadas à Ecologia recebiam um número significativo de críticas, os seus conceitos recebiam uma nova repaginação no campo da recreação e turismo.

Stankey (1991, cit. em Wearing e Neil, 2001), defende que as questões relativas à determinação da capacidade dos recursos naturais, com ênfase no grau de uso que o meio ambiente pode enfrentar, seduziu diversos investigadores que se debruçaram em traduzir o conceito de capacidade ecológica para a gestão do turismo e recreação em áreas naturais. Após 1950, devido ao aumento da procura por recreação nos parques americanos, os estudos voltam com maior vigor, tendo sido patrocinados na sua maioria pelo *United States Forest Service* (USFS).² Segundo Fennel et al (2004), as produções da literatura sobre a capacidade de carga representam estudos de funcionários desta instituição americana, com destaque para Driver, Hendee, Lime, Lucas, Stankey e Wagar.

Importa também destacar que os primeiros resultados dos estudos sobre a capacidade de carga, aplicada ao turismo, atravessaram o conhecimento periférico dos factores biológicos do meio ambiente e incorporaram os factores sociais da experiência da visita. Neste aspecto:

“Os estudos foram iniciados com a perspectiva de que a capacidade de carga em recreação poderia ser primariamente definida em termos da Ecologia e da deterioração das áreas. Contudo, tão logo tornou-se óbvio que, sob o ponto de vista da orientação do uso dos recursos, deve ser alargada para as considerações dos valores humanos.” Wagar (1964, cit. em Fennel et al 2004: 112).

McCool e Lime (2001) apontam, nos trabalhos de Wagar, uma ênfase nas motivações dos turistas e as suas diferentes formas de conduta nos parques, suscitando a hipótese quanto à existência de inter-relações entre o nível do uso recreativo e os resultados alcançados com a experiência da visita. Fennel et al (2004) sublinham a associação entre capacidade de carga e multidão, existente nos trabalhos de Wagar, revelando que o excesso de pessoas no parque encontrava-se na origem da insatisfação perante à visita.

Nos anos de 1980, os conceitos de capacidade de carga haviam evoluído para a consideração de quatro vertentes principais, designadamente: a capacidade de carga ecológica, a capacidade de

² Os contributos dos estudos em capacidade de carga, capitaneados pelo USFS, granjearam importante reputação nos anos de 1970 em parques e áreas naturais do território norte-americano. McCool e Lime (2001) citam, como exemplo de aplicação prática da ferramenta, o caso do *Grand Canyon National Park* que, em 1972, limitou em 97 o número de praticantes diários de *rafting* e *kayaking* nas águas do Rio Colorado.

carga social, a capacidade física e a capacidade relativa às facilidades (Wearing e Neil, 2001; Mc Cool e Lime, 2001; Fennel et al, 2004). A **capacidade ecológica** relaciona-se com a resiliência do meio ambiente; a **social** refere-se ao número de visitantes abaixo do qual se mantém a qualidade da experiência da visita; a **capacidade física e de facilidades** retratam o dimensionamento físico das áreas para a prática de actividades específicas, como campismo, parques de estacionamento, etc. Essas análises podem ser observadas na seguinte definição: “*capacidade de carga é o número máximo de pessoas que podem utilizar uma zona sem que ocorram alterações inaceitáveis no meio ambiente físico e sem um declínio inaceitável na qualidade da experiência auferida pelos visitantes.*” (Mathieson e Wall, 1982: 21).

Na continuidade da investigação sobre o tema, tornava-se patente que a existência de um número máximo, indicador do contingente de pessoas a visitarem o parque num dado período, não é por si, suficiente para garantir o mínimo impacte, o que culminou com o surgimento de um criticismo e um desencanto em torno do método. Muitos autores levantavam a bandeira da necessidade de um maior rigor científico nesta matéria com formulações mais realísticas, uma vez que os exemplos práticos evidenciavam uma dificuldade intrínseca ao método para a determinação do “**quanto** que é **muito**” (Lindberg et al 1997).

Em linhas gerais, as lacunas apontadas na capacidade de carga podem ser resumidas pelos seguintes parâmetros, conforme exposto em Lindberg et al (1997): Em **primeiro** plano, os autores formulam que a capacidade de carga é limitada para explicar níveis de satisfação entre os visitantes; uma **segunda** limitação diz respeito à percepção da objectividade da ferramenta, não verificada em termos práticos, uma vez que os seus critérios são considerados bastante subjectivos; **terceiro**, a capacidade de carga tipicamente mantém foco no número de visitantes e nesse aspecto, aparenta uma abordagem mais eficiente em virtude da facilidade de se gerir um número do que gerir as condições do parque.

Ainda nos anos de 1980, o conceito de capacidade de carga migrou do seu aspecto quantitativo (determinar o limite do número de usuários ao parque acima do qual os recursos estão comprometidos) para a gestão dos recursos, procurando conciliar a expectativa e preferências dos usuários. A determinação do número da capacidade de carga não tem sentido se não for contextualizado numa perspectiva de gestão. Nesta visão, pode ser enquadrado o modelo de Butler do ciclo evolutivo dos *resorts* turísticos, apresentado no Capítulo 1.

A capacidade de carga, embora bombardeada por críticas e limitações, representou a abertura para

os novos horizontes em gestão de áreas naturais protegidas e, principalmente, não se pode descartar o nível de aplicação dessa técnica em muitos sítios naturais, a exemplo de destinos localizadas em ilhas, onde se tem um controlo mais efectivo dos fluxos turísticos. Gerir um número não significa necessariamente manter-se à periferia da problemática. Gestores comprometidos e visitantes conscientes podem trazer mais valias à ferramenta. A sua utilização, como única ferramenta, enceta um risco igualmente existente em qualquer das ferramentas que se apresentam na continuidade deste trabalho, uma vez que os riscos são inerentes à maioria dos processos decisórios.

5.4.2 A ferramenta ROS – *Recreational Opportunity Spectrum*.

As múltiplas características dos sítios existentes no interior das áreas naturais protegidas e as suas variantes de resiliência estão na origem da formulação da ferramenta *Recreational Opportunity Spectrum* (ROS). Sítios representados por ecossistemas diversos, por biodiversidade e a sua colecção de espécies endémicas, pelas formações geológicas e espeleológicas singulares e por um número variado de acidentes geográficos protagonizam sensibilidades distintas à intervenção humana. Neste aspecto, a manutenção da base dos recursos naturais, sujeitos às pressões da procura turística, reflecte-se em mecanismos específicos de gestão, no sentido de conciliar as necessidades de conservação com a experiência solicitada pelos visitantes. O ROS actua no sentido de promover uma diversidade recreativa, através de um conjunto de “oportunidades” para os visitantes do parque. Assim, figura-se o termo “espectro” que baptiza a ferramenta, onde a área protegida se apresenta aos visitantes sob múltiplas oportunidades de recreação, com impactes directos à satisfação dos desejos e das experiências procuradas pelos visitantes. A perspectiva de equilíbrio entre a vertente da qualidade na experiência da visita e dos objectivos de conservação emerge a partir da política de “zonamento³” integrada ao ROS.

A concepção inicial do ROS remonta aos anos de 1970 e fora desenhada pelo USFS por Clark e Stankey (**Moore et al**, 2003; **Geldenhuis**, 2004). De acordo com Stankey e Clark (1979, cit. em **Goldenhuys**, 2004), os princípios que regem o zonamento para o ROS são: (a) a qualidade dos atractivos naturais como cenários, vegetação, paisagens e outros atributos biofísicos; (b) a qualidade do uso recreativo, tais como os níveis e tipos de uso, os quais constituem o conjuntos dos factores sociais; (c) condições derivadas do modelo de gestão, incluindo-se o desenvolvimento de facilidades, o patrulhamento, as estradas e os regulamentos. Assim, o ROS produziu um espectro formado por seis níveis de zonamento, os quais promovem a satisfação dos visitantes e as suas

³ Zonamento ou zoneamento: acto ou efeito de zonedar, dividir por zona (**Ferreira**, 1986: 1807). De igual modo, o **zonamento ambiental**, em sentido estrito, corresponde à integração sistemática e interdisciplinar da análise ambiental no planeamento dos usos do solo, com o objectivo de definir a melhor gestão dos recursos ambientais identificados (**IBGE**, 2004).

actividades preferenciais nos parques (ver descrição das zonas na Tabela 5.3).

Tabela 5.3: Zonamento turístico previsto pelo ROS para as áreas naturais protegidas.

<i>Primitivo: área de grandes extensões caracterizada pelo aspecto inalterado do meio ambiente. Evidências de visitantes são mínimas mas também a interacção entre eles. O nível de gestão é muito baixo. A gestão da área essencialmente é direccionada para que o sítio permaneça livre da presença humana;</i>
<i>Semi-primitivo não motorizado: área de extensão moderada a grande, caracterizada, também, pelo aspecto inalterado do meio ambiente e por um predomínio de uma baixa interacção entre usuários. Porém, já se evidenciam visitantes com mais frequência. A gestão da área regista níveis de restrições e controlos e, conforme a zona primitiva, não é possível o tráfego de veículos motorizados;</i>
<i>Semi-primitivo motorizado: semelhante ao anterior, porém o uso de veículos motorizados é permitido;</i>
<i>Natural: predominantemente inalterada com registos frequentes de presença humana. Interações entre usuários são de baixo a moderado. Modificação dos recursos e utilizações práticas são evidentes porém em harmonia com o meio ambiente natural;</i>
<i>Rural: zona caracterizada por modificações substanciais ao meio ambiente natural. Modificação dos recursos e utilização prática são próprios para as actividades recreativas. A presença humana é prontamente evidente e as interacções entre visitantes são, frequentemente, de moderado a alto. Um considerável número de facilidades é próprio para uma intensa utilização. Facilidades para veículos e parques de estacionamento estão disponíveis;</i>
<i>Urbano: área é caracterizada por um meio ambiente urbanizado. Modificação dos recursos e utilização prática são próprios para as actividades recreativas. Há bastantes infra-estruturas e gestão visíveis. A cobertura vegetal é normalmente exótica e plasmada. A presença humana é predominante e em número elevado, tanto no parque como na sua envolvente. Facilidades para veículos com trânsito massivo são oferecidas.</i>

Fonte: Moscardo et al (2004); Moore (1994).

As zonas propostas pelo ROS obedecem a um *continuum* que se baseia no progressivo aumento da intensidade de uso em correspondência aos princípios biofísicos, sociais e de gestão (atributos ROS). Neste aspecto, os atributos biofísicos são em maior intensidade nas zonas primitivas, diminuindo até às zonas urbanas do espectro, enquanto que os factores sociais e a intensidade de gestão aumentam no sentido das zonas primitivas às zonas urbanas.

O conceito chave de “oportunidade” de recreação em parques, traduzido pelo ROS, seria estendido ao ecoturismo por Boyd e Butler em 1996, dada a emergência desta prática em dias actuais. Baptizada pelos autores por ECOS - *Ecotourism Opportunity Spectrum*, a ferramenta consiste numa adaptação para o ecoturismo do ROS, com o objectivo de realçar a necessária e imprescindível gestão da actividade. Possui alcance numa ampla escala de possibilidades do ecoturismo, apresentando duas premissas correlacionadas: **primeiro**, manter a qualidade e integridade dos recursos ecológicos, os quais são a base da actividade, garantindo o usufruto de turistas e de residentes a longo prazo; **segundo**, manter a qualidade da experiência ecoturística que não é somente baseada na qualidade ambiental mas também na interacção entre grupos e, neste aspecto, estudos mostram a relação entre o nível de satisfação dos visitantes e a quantidade de encontros com distintos grupos (Boyd e Butler, 1996: 558).

Na ferramenta ECOS os autores levantaram 8 (oito) factores principais associados ao ecoturismo, a saber: (a) acessibilidade; (b) atracções oferecidas; (c) infra-estrutura; (d) interacções sociais; (e)

níveis de habilidade e conhecimento do turista; (f) aceitação de impactes; (g) relações entre ecoturismo e outros usos do recurso; e por fim, (h) o tipo de gestão necessária para garantir a viabilidade das áreas num longo prazo. No desenho destes factores, o 8º relaciona-se com as inter-relações entre a gestão da actividade e os demais actores da região, enquanto os factores de 1 a 7 se relacionam com o espectro de oportunidade do ecoturismo, através da tipologia desenvolvida por Fernie, o qual distribui os ecoturistas nas classes **Eco-especialista**, **Intermediário** e **Eco-generalista**.

Para Fernie (1993, cit. em **Boyd e Butler**, 1996: 560-561), os **Eco-especialistas** são os ecoturistas que praticam a actividade de forma individual, ou em pequenos grupos, e se inserem no meio ambiente natural e cultural, requerendo um mínimo de infra-estruturas e, geralmente, provocando impactes mínimos ao meio ambiente. Desejam obter um contacto próximo e duradouro com os habitantes locais e, frequentemente, possuem conhecimentos especializados. Os **Eco-generalistas** estão normalmente integrados em grupos numerosos e, amiúde, utilizam pacotes ecoturísticos, sem renunciar ao conforto, requerendo uma infra-estrutura turística. Como resultado, podem provocar impactes negativos às comunidades anfitriãs e ao meio ambiente. Num meio-termo entre estes dois pólos do espectro situa-se o **Intermediário**, caracterizado por viajar em pequenos grupos e utiliza os transportes, serviços e infra-estrutura locais, contudo, sente-se preso ao pré-arranjo dos serviços turísticos. Deste modo, a Tabela 5.4 ilustra as variações dos factores ao longo do ECOS.

Tabela 5.4: Relação entre os factores da ferramenta ECOS e a tipologia para ecoturistas.

Parâmetros	Eco-especialistas	Intermediários	Eco-generalistas
Atrações oferecidas: oportunidades para diferentes actividades.	Maior orientação aos aspectos naturais com foco na exploração, contemplação da vida selvagem.	Orientações para a apreciação do meio ambiente natural, em circuitos pedonais organizados.	Foco em aspectos culturais e urbanos.
Infra-estrutura: a ênfase concentra-se em infra-estruturas com a menor alteração possível do espaço e níveis de conforto.	Mínima e simples.	Acomodações rústicas (“lodges”), alterações obedecendo ao aspecto primário e harmónico ao local.	Mais extensivas com muito conforto (hotéis e “cottages”). Mudanças na paisagem.
Interações sociais: interações entre turistas e comunidade local.	Deseja o isolamento e evita contactos com turistas, contactos com os locais com ênfase no conhecimento cultural.	Deseja contacto com o seu grupo de viagem normalmente de pequena dimensão e faz uso de guias.	A viagem às áreas naturais faz parte de um roteiro maior e contactos com vários grupos de turistas. Contacto com locais apenas para obtenção de serviços e artesanato.
Níveis de habilidade e conhecimento.	Profissional e extensiva. A sua habilidade permite uma maior independência. A viagem pode durar dias.	Extensiva à limitada. Duração da viagem sujeita a programação do guia.	Pouco ou nenhum conhecimento. Duração do passeio: “daytrip” ou final de semana.
Aceitação de impactes.	Não aceita impactes.	Impacte baixo a moderado.	Considerável.

Fonte: Adaptado de **Boyd e Butler** (1996).

Por fim, a ferramenta ECOS destaca a importância da abordagem holística na tomada de decisão, pela participação de um leque de actores, nomeadamente, a indústria do turismo, as comunidades locais e as agências públicas e privadas, para além das ONG's.

5.4.3 O método LAC – *Limit of Acceptable Change*.

O método LAC foi introduzido por George Stankey, David Cole, Robert Lucas, Margaret Petersen e Sidney Frissell para o USFS, tendo sido publicado em 1985 (Mitraud, 2003). O trabalho de investigação destes autores assentava na emergente necessidade de planear as actividades recreativas em áreas naturais. Admitia-se, nesta altura, que os planos existentes para a gestão da visita nos parques revestiam-se de objectivos generalistas e superficiais e, na compreensão dos autores, era necessário o desenvolvimento de uma ferramenta que trouxesse à realidade objectivos concretos, alcançáveis e que fornecessem um conjunto de dados monitorizáveis.

O LAC revela-se uma forma eficiente de conduzir a gestão da capacidade de carga combinada à oportunidade de recreação. De acordo com Stankey e Cole (1998), a capacidade de carga não possibilita uma gestão efectiva do turismo nos parques, uma vez que se debruça sobre os *inputs* do processo associados ao uso. Por outro lado, o LAC ao convergir atenções para os *outputs* do sistema de recreação nos parques, visa a experiência da visita e a qualidade ambiental desejada, estabelecendo parâmetros a serem controlados.

Comparando-se com os conceitos de capacidade de carga e do ROS, o LAC proporciona uma gestão mais específica dos objectivos e padrões definidos para o turismo, configurando-se num método de planeamento da actividade recreativa para os parques. Trata-se de uma gestão por intermédio de compromissos desenvolvidos, a partir da colaboração de todos os intervenientes interessados na actividade turística nas áreas naturais. Por forma a distinguir o LAC das ferramentas precedentes (capacidade de carga e ROS), Stankey e Cole (1998) registam os três principais eixos que o substanciam: (a) contém padrões que expressam minimamente as condições aceitáveis de mudança causadas pela visita; (b) requer capacidade para monitorizar o quanto dos padrões definidos está a ser alcançado; (c) prescreve acções para a gestão dos impactes.

O conceito do LAC relaciona-se com níveis de tolerância dos recursos naturais, obedecendo a uma vertente mais crítica e científica sobre o estado do ambiente e a sua resiliência face à intervenção humana. Desta forma, são estabelecidos padrões representativos para a qualidade dos recursos naturais e para as condições sociais, a serem permanentemente monitorizados. Detectando-se aproximações aos níveis críticos dos padrões estabelecidos, recorre-se à gestão da actividade, no

sentido de prevenir o impacte negativo ou avançar em meios que promovam a regeneração do recurso afectado.

De acordo com **Wallace** (2002), sabe-se que há uma estreita correlação entre o número de visitantes e os impactes negativos lançados sobre o solo, vegetação, a vida silvestre ou a própria experiência do visitante. No entanto, não é apenas o número quantitativo da capacidade de carga que define o grau de impacte, sendo esse dependente de uma série de factores, e.g. do “*grau de consolidação do local (construção de desembarcadouros, trilhos ou mirantes resistentes à erosão, por exemplo); os factores de motivação e comportamento dos visitantes; os seus meios de transporte e formas de acomodação; a eficiência dos guias; o tamanho do grupo; e variáveis ambientais como o tipo de solo, declive, tipo de vegetação e estações do ano*” (**Wallace**, 2002: 125). Tendo em conta este cenário, verifica-se uma complexidade à envolvente dos impactes negativos do ecoturismo. Segundo Stankey et al (1985, cit. em **Moscardo et al** 2004: 16; **Wearing and Neil**, 2001: 81), o LAC consiste de nove etapas, apresentadas na Tabela 5.5.

Tabela 5.5: Etapas de elaboração do método LAC.

<i>1. Elaboração de um inventário de recursos e condições sociais;</i>
<i>2. Identificar problemas, dificuldades e preocupações: essa etapa deve envolver todos os actores da área, identificando-se os valores únicos, as atracções, as oportunidades e ameaças do local;</i>
<i>3. Identificação e descrição das actividades turísticas a serem implantadas (oportunidades de recreação): considerar todos os tipos diferentes de actividades que podem envolver o ecoturismo no parque;</i>
<i>4. Selecção de indicadores relativos aos recursos naturais e as condições sociais: os indicadores devem ser seleccionados conforme os parâmetros de gestão mais relevantes e devem relacionar-se directamente às actividades dos visitantes que podem ser controladas.</i>
<i>5. Especificar padrões para os recursos e indicadores sociais: os padrões reflectem os limites aceitáveis de mudança. Alguns impactes são inevitáveis, porém, os gestores devem estipular o quanto o impacte é aceitável antes de se proceder com alguma acção de gestão específica. À partida, existe a dificuldade de se encontrar valores para estes padrões dado a escassez de informação. Sugere-se a utilização de padrões provisórios e depois ajustá-los. Esta etapa deve envolver especialistas como ecologistas e biólogos.</i>
<i>6. Identificação das alternativas de locação dos tipos de oportunidade: conforme a base dos recursos, decidir sobre qual das actividades identificadas na etapa 3 podem ser estabelecidas.</i>
<i>7. Identificação das acções para cada alternativa: este passo relaciona-se com o levantamento das opções de gestão que os gestores podem utilizar ao serem alcançados os níveis críticos dos padrões estabelecidos.</i>
<i>8. Avaliação e selecção de uma alternativa preferencial: com bases na manutenção da qualidade dos recursos e da experiência da visita;</i>
<i>9. Implementação de acções de monitorização das condições: os padrões devem ser acompanhados sistematicamente e os limites aceitáveis não devem ser ultrapassados. Registando-se uma evolução crítica aproximando-se dos padrões, busca-se a alternativa seleccionada na etapa anterior.</i>

Fonte: Stankey et al, 1985 (cit. **Moscardo et al** 2004: 16; **Wearing and Neil** 2001: 81).

Em suma, as primeiras cinco etapas orientam os gestores na identificação das relações entre as condições existentes e as condições desejadas ou aceitáveis. As quatro etapas finais relacionam-se com a implementação de padrões adequados para a monitorização, definindo os níveis de mudança considerados inaceitáveis (**Moscardo et al**, 2004). Um aspecto importante a assinalar nas etapas iniciais é o envolvimento dos principais *stakeholders* interessados na actividade turística no parque,

principalmente durante a elaboração da etapa de identificação dos problemas, dificuldades e preocupações. De igual modo, o levantamento das oportunidades de recreação fomenta um maior robustecimento das relações entre a sociedade e a base dos recursos do parque, conforme também observado na ferramenta ROS (**Moscardo et al**, 2004).

Por seu turno, essa aproximação converge para o estabelecimento de indicadores que reflectem a natureza das interacções entre visitantes e o meio ambiente. **Moscardo et al** (2004) e **Drumm et al** (2004) citam alguns indicadores frequentemente incorporados no modelo LAC, representativos das condições biofísicas do ambiente natural e das condições sociais associadas aos visitantes e os seus comportamentos. Estudos sobre o comportamento do visitante em áreas naturais protegidas representam importantes contributos para a gestão do uso dos recursos naturais com fins recreativos. No ponto 5.6.2 serão discutidos alguns exemplos de indicadores utilizados pela ferramenta LAC.

No entanto, alguns autores consideram o LAC como ferramenta de difícil implementação. **Wearing e Neil** (2001) salientam que, embora o LAC ofereça mais oportunidades para a participação pública numa abordagem consensual, poucos sistemas LAC implantados obtiveram sucesso e atribui esse facto à falta de apoio político e económico. **Moscardo et al** (2004) apontam para os altos custos para inventariar os recursos naturais e abordam a dificuldade dos gestores em seleccionar indicadores representativos para a complexidade das condições naturais e sociais, e como estes factores influenciam a experiência da visita. Consequentemente, tem-se registado, também, dificuldades relativas à obtenção dos padrões ou níveis aceitáveis para os indicadores.

5.4.4 A ferramenta VIM – *Visitor Impact Management*.

Desenvolvido por Fred Kuss, Alan Graefe e Jerry Vaske, em 1990, para o *National Parks and Conservation Association* – EUA, o VIM actua no sentido de promover a gestão da visita num processo dinâmico, assente no diagnóstico de impactes e fornecimento de subsídios para a tomada de decisão (**Mitraud**, 2003).

Em linhas gerais, a ferramenta VIM é um compósito do ROS e do LAC, incorporando a gestão dos recursos e da visita com a finalidade de reduzir impactes negativos. Os estudos de caso, desenvolvidos nessa área, proporcionaram ao VIM um maior amadurecimento no que respeita a outras ferramentas aplicadas no campo da gestão do turismo de natureza. Desta forma, o VIM define um conjunto de considerações, conforme verificado em Nilsen e Taylor (1997, cit. em **Geldenhuis**, 2004: 36) e **Mitraud** (2003):

- (a) No âmbito das variáveis biológicas, sociais, físicas, etc., não é possível estabelecer uma única resposta previsível para os impactes dos usos recreativos. Há uma convergência de factores com implicações na identificação de variáveis que, isoladamente, indiquem a ocorrência de algum dano inaceitável;
- (b) Para a maioria dos impactes não se pode estabelecer uma relação linear com a intensidade de uso. A relação varia com diversos outros factores, o que por seu turno, indica limitações à aferição da capacidade de carga como instrumento de controlo para as externalidades do turismo de natureza;
- (c) Um dos principais factores que influenciam a determinação da capacidade de carga é a resiliência do ecossistema e a tolerância dos diferentes grupos de visitantes às alterações ambientais. Algumas actividades geram impactes mais rapidamente do que outras e a forma como é realizada pode acelerar esse processo. Em suma, a depender do comportamento do visitante, um único indivíduo pode gerar mais impacte no ambiente do que um grupo numeroso;
- (d) Os impactes negativos também são influenciados por factores específicos de cada local como o clima, topografia ou o solo.

Na base do VIM estão considerações tanto científicas como subjectivas, as quais sugerem releituras de aspectos político-legislativo, e análise científica do problema (tanto na esfera ambiental como social) com maior rigor profissional (**Wearing e Neil**, 2001). Para tanto, o VIM é operacional em oito etapas, conforme descrição contida na Tabela 5.6.

Tabela 5.6: Etapas de operacionalização do VIM.

<i>1. Identificação das mudanças inaceitáveis que ocorrem em consequência do uso pelo visitante e desenvolvimento de estratégias de gestão para manter os impactes provocados pelo visitante dentro de níveis aceitáveis;</i>
<i>2. Integração da gestão do impacte causado pelo visitante a processos existentes de planeamento, projecto e gestão;</i>
<i>3. Fundamentação da gestão do impacte causado pelo visitante no “estado da arte” do saber científico e na melhor informação situacional disponível;</i>
<i>4. Determinação dos objectivos de gestão que identifiquem a condição a ser alcançada para o recurso e o tipo de experiência de recreação a ser oferecida;</i>
<i>5. Identificação dos impactes provocados pelo visitante por meio da comparação de padrões de condições aceitáveis com indicadores chaves de impactes para horários e locais específicos;</i>
<i>6. Fundamentação das decisões administrativas para reduzir os impactes ou manter condições aceitáveis;</i>
<i>7. Conduzir os impactes da visita dentro de uma ampla variedade de técnicas e alternativas de gestão;</i>
<i>8. Formulação dos objectivos da gestão do visitante, incorporando uma série de níveis aceitáveis de impacte, para acomodar a diversidade de meios ambientes e oportunidades de experiência existentes em qualquer cenário natural.</i>

Fonte: Graefe et al (1990, cit. em **Wearing e Neil**, 2001: 82-83).

Depreende-se, a partir de uma análise mais detida sobre o VIM, a presença de uma componente de gestão mais alargada, onde o planeamento e gestão se associam à identificação e à compreensão científica dos impactes. Essa tónica também é presente na ferramenta LAC, a qual possui um cerne claramente focalizado numa política de indicadores de monitorização das múltiplas oportunidades

de actividades turísticas em parques. De uma forma geral, o que sobressai nessas ferramentas é a instituição de uma prioridade à gestão para a condução do processo de desenvolvimento do turismo, numa clara sintonia com as actuais tendências da actividade.

De acordo com a realidade de cada local, uma ou outra ferramenta, ou até uma combinação de aspectos de cada ferramenta podem ser utilizados pelos gestores das áreas naturais protegidas e os seus processos decisórios para o turismo nos seus domínios. A literatura é consensual quanto aos esforços das ferramentas LAC, ROS, VIM e ECOS em suprimir as lacunas subjacentes ao método da capacidade de carga. O que normalmente não se indica na literatura é a necessidade de adaptação das ferramentas à realidade do parque. A utilização de uma ferramenta deve ser norteadora e não prescritiva de soluções miraculosas. Multiplicar ferramentas, através da simples replicação, pode estar na origem de muitos insucessos dessas práticas. A gestão da actividade turística em áreas naturais protegidas é intrinsecamente complexa, com inúmeras vertentes a serem consideradas, apresentando-se interfaces com os aspectos ambientais, sociais, políticos e económicos representativos de cada localidade.

Perante o exposto, esta dissertação propõe, em um dos seus objectivos específicos, identificar, no âmbito dos parques investigados, práticas de gestão correntes, as quais possuem interfaces com as ferramentas analisadas. A matéria-prima, com vista à construção destes resultados, partirá da própria experiência e sensibilidade dos gestores e funcionários do parque, uma vez que representam informantes qualificados e conhecedores das suas realidades locais.

As ferramentas de gestão aqui apresentadas⁴ sinalizam, em suma, importantes contributos à consecução dos objectivos da sustentabilidade propostos no planeamento da actividade turística nas áreas naturais protegidas. No entanto, torna-se necessário a avaliação contínua quanto ao sucesso do planeamento e da gestão aplicados ao turismo de natureza. As dinâmicas operadas pelo turismo, num ambiente de mudanças constantes, exigem um acompanhamento permanente das estratégias delineadas, de forma que estas possam reflectir continuamente os objectivos propostos em dimensões sustentáveis. A correcção dos rumos no planeamento estabelecido torna-se uma tarefa inerente à gestão das mais diversas actividades. Para tanto, os gestores necessitam de informações sistematizadas as quais estão na origem dos processos decisórios bem sucedidos. A partir destas motivações preliminares tem-se advogado uma maior atenção à utilização de sistemas de

⁴ Para além do ROS, ECOS, VIM e LAC, a literatura faz referência a uma diversidade de ferramentas que se constituem em importantes contributos à gestão da actividade turística para áreas naturais. Designadamente, tem-se como exemplo, o VAMP – *Visitor Activity Management Process*; o TOMM - *Tourism Optimisation Management Model*, sendo considerado uma extensão do LAC; e o TOS – *Tourism Opportunity Spectrum*, o qual se figura como uma adaptação do ROS (Moore et al, 2003).

indicadores destinados à monitorização da performance da sustentabilidade relacionada à actividade turística. A próxima secção abordará, especificamente, a utilização de indicadores do turismo em áreas naturais protegidas.

5.5 Indicadores e a monitorização do turismo nas áreas naturais protegidas.

Conforme anteriormente mencionado, um processo decisório em gestão implica riscos e, processos decisórios bem sucedidos originam-se a partir de esforços em minimizá-los. Comumente, os gestores procuram limitar os riscos do processo decisório a uma faixa tolerável, o que em gestão convencionou-se chamar de “riscos calculados”. As decisões estendem-se num cenário diverso, entre decisões rotineiras até às mais complexas, onde converge uma síntese de forças emocionais, racionais, circunstanciais, intuitivas e cognitivas. Neste processo há sempre a presença de elementos previsíveis e imprevisíveis, congregando uma panóplia de opções e alternativas. O gestor, perante esta complexidade, necessita de **informação**.

À luz da gestão, “*informação são dados processados de uma maneira que podem ser utilizados para suportar decisões ou outras acções.*” (Wilson, 1997: 13). A faixa de “riscos calculados” tem a sua amplitude modulada pela informação. Os gestores devem procurar amenizar o risco pela busca de informações capazes de reduzir a incerteza (Hammond et al, 1999). Os dados estão na origem da informação. São os *inputs* ou matéria-prima da informação e, normalmente, são caros para serem recolhidos e mantidos. De acordo com Wilson (1997), a partir do momento em que os dados são processados, convertem-se em informação, que por sua vez gera conhecimento.

A partir destas referências e discussões preliminares e, considerando o turismo como consumidor de capital natural e cultural das áreas de destino, percebe-se a veemente necessidade do gestor em turismo nas áreas naturais protegidas (ou qualquer outro destino turístico) desenvolver um sistema de informação que suporte processos decisórios pautados numa maior sustentabilidade.

De acordo com a WTO (2004), o planeamento e a gestão do turismo, em muitas situações, ocorreram com um baixo nível de informação, designadamente no que respeita aos impactes e a manutenção, a longo prazo, dos recursos que fazem um destino atractivo. Desta forma, a literatura da especialidade aponta para o desenvolvimento de um processo sistémico de indicadores para compor a base de informação necessária para a gestão no turismo. Reflecte-se uma perspectiva de produzir uma experiência turística de qualidade, em consonância com as exigências do perfil pós moderno da procura turística, analisadas na secção 2.2.2 deste trabalho, para além de atingir os objectivos da sustentabilidade. No turismo, indicadores são assim definidos:

“Medidas existentes nas normas vigentes que alertam para situações iminentes ou problemas, medidas de risco e necessidade potencial para tomada de acções. Indicadores possibilitam a medição dos resultados das nossas acções e representam um conjunto de informações as quais são formalmente seleccionadas para serem utilizadas numa base regular, com vista a medir modificações que são importantes para a gestão e desenvolvimento do turismo.” (WTO, 2004: 8).

Os indicadores sinalizam advertências para as áreas de destino, no sentido de antecipar problemas e indicar a tomada de acções preventivas. Este aspecto figura-se como de grande importância, dada a característica de volatilidade inerente ao turismo. Sobre isso, destaca **Manning** (2004: 74): *“A indústria do turismo é volátil e os gestores das áreas de destino necessitam de avisos antecipados se pretendem ser hábeis a responder com eficiência às mudanças que colocam a indústria e a área de destino em risco. Uma resposta prática para essa questão está assente no uso de indicadores.”* Em termos gerais, essa volatilidade afecta em maior dimensão as áreas de destino do que propriamente a indústria responsável pela distribuição e comercialização do produto turístico, uma vez que esta última possui capacidade de manobra para substituir destinações por outras, com riscos menores.

Nesta premissa, pretende-se trazer à ribalta o processo de desenvolvimento de indicadores como estrutura integrante ao planeamento e gestão das áreas de destino e, de igual modo, traduzir a função dos indicadores como um importante contributo aos esforços para propiciar o desenvolvimento sustentável no turismo. De acordo com a **WTO** (2004), os indicadores de sustentabilidade granjearam atenção após o relatório *Brundtland Commission* (1986) e com o advento da “Agenda 21”, pela Rio 92.

A simbiose entre turismo e as qualificações ambiental, social e paisagística dos destinos, para além da conservação dos seus recursos a longo prazo, requerem um significativo esforço de **monitorização contínua**, de forma a garantir o alcance dos objectivos e metas definidos no processo de planeamento. Embora possam representar um desafio significativo aos destinos, envolvendo uma considerável parcela do tempo do planeamento, o uso de um sistema de indicadores pode auferir benefícios, e.g. da melhoria na tomada de decisões, possibilita riscos calculados; identificação dos problemas emergentes; permite prevenção; identificação dos impactes, permite acções correctivas quando necessário; medição da performance da implementação de planos e das actividades de gestão; avaliação do progresso da sustentabilidade no turismo; reduzem riscos dos equívocos como falhas de interpretação do planeamento, identificando limites e oportunidades; maior responsabilidade, possibilitando uma informação credível para o público e outros *stakeholders* do turismo (**WTO**, 2004: 9). A monitorização constante pode conduzir a melhoria contínua, construindo soluções eficazes em gestão (**Ibidem**).

Os indicadores não representam um fim em si próprio mas sim uma ferramenta a compor um processo de planeamento mais alargado. O uso de indicadores no turismo, assentes em princípios sustentáveis, preconiza o debate público entre todos os intervenientes, pelo diagnóstico dos problemas potenciais que põem a área de destino em risco e sugerem definir qual o tipo de turismo que estes desejam e que melhor responde às suas necessidades. O consenso entre os intervenientes não é de fácil gestão, porém, a abordagem de indicadores estimula a participação e consiste num exercício em que cada interveniente torne explícito o que considera importante a ser sustentado em função dos seus próprios valores (Manning, 2004). Para efeito de um enquadramento quanto à aplicação de indicadores, a WTO estabelece uma classificação conforme o resumo que se segue.

(a) Técnicas de medição de indicadores: um dos objectivos da gestão por indicador é tornar tangíveis os resultados e os progressos do planeamento. Assim, o indicador deve ser medível. Segundo a WTO (2004: 12), “os indicadores podem ser melhor aplicados na prática se existir um mecanismo adequado de medição”. Os métodos de medição devem ser tecnicamente e economicamente viáveis e, de forma geral, enquadram-se em duas técnicas: **Técnicas quantitativas e qualitativas**.⁵

(b) Níveis de abrangência do indicador: os indicadores podem suportar a tomada de decisão em diferentes níveis do planeamento e da gestão na hierarquia organizacional turística dos países. Ver Tabela 5.7.

Tabela 5.7: Diferentes níveis de aplicação de indicadores.

<i>Nível nacional: detecta mudanças no turismo ao nível nacional comparando com outras nações;</i>
<i>Nível regional: como “input” aos planos regionais e processos de protecção, serve como base de comparação com outras regiões e fornecer informação par o nível acima;</i>
<i>Áreas de destino específicas: (e.g. zonas costeiras, municípios comunidades locais) identifica elementos chaves nos recursos, estado do sector do turismo, riscos e performance;</i>
<i>Sítios chave de uso turístico dentro de uma área de destino: (e.g. das áreas de protecção, das praias, dos centros históricos, áreas de especial interesse onde indicadores específicos podem ser cruciais às decisões de controlo do sítio e gestão e desenvolvimento de atracções turísticas);</i>
<i>Empresas de turismo: e.g. dos operadores turísticos, dos hotéis, dos transportes, os quais podem ter acesso aos indicadores das áreas de destino e alimentar as suas estratégias em sintonia com os objectivos da área de destino;</i>
<i>Estabelecimentos locais de apoio ao turismo: e.g. das pousadas, da restauração, das marinas, que podem desenvolver um sistema de indicadores para monitorar os impactes e performance das suas operações sobre a destinação.</i>

Fonte: Adaptado de WTO (2004: 10-11).

⁵ **Técnicas quantitativas** representam medições em números comparativos, obtidos ao longo do tempo. Citam-se os seguintes exemplos: número de turistas visitando um site ao ano/mês ou volume de resíduos gerados ao dia/mês, expressos em kg ou toneladas; percentagens da população local empregada na actividade turística; etc. As **técnicas qualitativas** relacionam-se com medidas normativas, e.g., nível de protecção da área natural, consoante o índice do IUCN; existência de um plano de desenvolvimento turístico; existência de programas de limpezas nas praias, zonamento nos parques naturais, nível de satisfação dos turistas e dos residentes locais, etc. (WTO, 2004: 12).

Nesta abordagem, os indicadores contribuem sensivelmente para a análise comparativa, ou estabelecimentos de *benchmarking*, e estimulam a competitividade para as áreas de destino. No entanto, deve-se fazer a ressalva quanto à necessidade de padronização da metodologia de uso do indicador, evitando-se distorções ao nível das comparações. Uma iniciativa que caminha em direcção desta problemática advém da Conta Satélite do Turismo (CST), desenvolvida com vista a “*avaliar em detalhe todas as componentes da procura de bens e de serviços que poderiam estar associados ao turismo no âmbito de uma economia de compilação*” (WTO, 1999b: 15). A CST preconiza o estabelecimento de distinções e delimitações no que respeita ao consumo turístico e a sua localização, pretendendo, assim, através de “quadros de conceitos” fornecer os critérios para as comparações internacionais. Em termos de levantamentos de dados estatísticos, que podem fomentar a produção de indicadores de desenvolvimento no turismo, a CST padroniza uma lista de **produtos característicos e actividades características** em que os países devem promover acções com vista à monitorização do desempenho no sector.⁶ Em Portugal, instituições a exemplo da DGT e do Instituto Nacional de Estatística (INE) disponibilizam estatísticas e séries cronológicas sobre as dinâmicas da actividade turística ao nível das NUT’s (Nomenclaturas das Unidades Territoriais), cujos dados congregam fontes de informação que podem vir a tornar-se indicadores do desempenho do turismo nacional, regional e local.⁷

(c) Utilidade: os indicadores apresentam diferentes utilidades para a tomada de decisão na gestão. Para além de serem úteis na prevenção de problemas, os indicadores podem assumir as seguintes finalidades: alertar para os problemas iminentes, avaliar o estresse do sistema, medir os impactes do desenvolvimento do turismo no ambiente físico e socioeconómico, medir os efeitos da gestão, entre outros (WTO, 2004).

Indicadores podem ajudar a clarificar objectivos ao proporcionarem uma maior precisão derivada do alcance das metas propostas. Ao serem definidos objectivos, com metas associadas, os indicadores tornam-se chaves para implementar a monitorização do processo de planeamento. Neste sentido, para que a implementação de indicadores esteja em sintonia com o planeamento integrado e participativo, evoluindo para um turismo mais sinérgico, a literatura apresenta uma metodologia de integração dos indicadores no processo de planeamento, conforme apresentado no ponto a seguir.

⁶ Segundo a WTO (1999b), a lista de base inclui: hotéis e outros serviços de alojamento; serviços de restauração (alimentação e bebidas); serviços de transportes de viajantes; serviços de agências de viagens, dos operadores turísticos e guias turísticos; aluguer de serviços de transportes sem condutor; serviços culturais e serviços recreativos e de lazer.

⁷ As estatísticas trabalhadas versam sobre o número de chegadas, número de hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros cadastrados, sazonalidade, número de permanência média, número de unidades de alojamento, taxas de ocupação de quartos, número de turistas conforme país de origem, percentagem do gozo de férias dos portugueses, etc.

5.5.1. Metodologias para a implementação dos indicadores de sustentabilidade nos destinos.

Dado a ênfase no planeamento e na gestão, assumida pelo turismo pós-moderno, têm emergido na literatura algumas propostas orientadoras no sentido de viabilizar, no terreno, o processo de sistematização de indicadores de sustentabilidade nas áreas de destino. Nomeadamente, analisam-se aqui as metodologias propostas pela WTO e por Manning (2004).

A metodologia desenvolvida pela WTO (2004) inclui um conjunto de etapas orientadoras para ajustar a implementação de um sistema de indicadores ao planeamento do turismo em qualquer tipo de área de destino que vise a sustentabilidade nas suas operações turísticas. O foco da metodologia volta-se para os processos de definição dos cenários locais, de busca pelos dados de suporte, do estabelecimento de sinergias entre *stakeholders*, da selecção de indicadores, através de critérios bem definidos, e do controlo e monitorização dos progressos promovidos pela gestão. Em Manning (2004), as atenções debruçam-se sobre a implementação de um sistema de indicadores específico para áreas de destino ecoturísticas. Na sua metodologia, Manning destaca a participação dos *stakeholders* no processo de implantação e condução de um sistema de indicadores. Um resumo contendo as fases destas metodologias pode ser visto na Tabela 5.8.

Tabela 5.8: Metodologias propostas pela WTO e por Manning.

WTO	MANNING
<p>Fase inicial de “investigação e organização”: Levantamento de informação relativas ao turismo na área de destino, que recursos e valores? Que problemas prioritários? Que “stakeholders”? Constitui-se de 4 etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Definição e delineamento das fronteiras da área de destino; ii) Utilização de um processo participativo; iii) Identificação dos recursos turísticos e riscos; iv) Visão de longo prazo. 	Identificação de “stakeholders” chave.
	Definição da área de destino.
	Identificação dos recursos da área de destino.
	Incentivando a participação
<p>Fase de “desenvolvimento dos indicadores”: Enfoque na definição de quais indicadores são importantes e podem responder aos problemas mais significativos do destino. Desenvolvem-se, nesta fase, quatro etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Selecção dos problemas prioritários e questões políticas; ii) Identificação dos indicadores desejáveis; iii) Inventário das fontes de dados iv) Procedimento de selecção 	Identificação de valores chave.
	Clarificando limites e sensibilidades do sistema.
	Medição do turismo actual.
	Identificando gestores.
<p>Fase de “implementação” O objectivo desta fase é tornar operacional os indicadores seleccionados na fase anterior. Assim, atinge-se um programa contínuo de monitorização do desenvolvimento sustentável para a área de destino e seu turismo, através das etapas mencionadas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Avaliação da adequação e implementação; ii) Recolha de dados e análise; iii) Responsabilidade, comunicação e relatórios; iv) Monitorização e avaliação da implementação 	Identificando problemas.
	Associando riscos aos indicadores.
	Selecção dos indicadores prioritários.

Fonte: WTO (2004); Manning (2004).

Os modelos guardam bastante semelhança entre si em termos de conteúdo. Uma consideração a ser destacada deriva do facto de que ao ser elaborada no formato de um guião, com passos sequenciais e interdependentes, a metodologia proposta pela WTO requer um investimento maior em tempo e recursos para sua implementação. Um maior detalhe sobre a metodologia da WTO pode ser vista no Anexo II.K. Por seu turno, em Manning há uma maior liberdade para as áreas de destino adaptarem as etapas em função das suas possibilidades. No entanto, por esse caminho, corre-se o risco de etapas importantes não serem concretizadas.

No âmbito das áreas naturais protegidas podem ocorrer conflitos entre os *stakeholders*, os quais suscitam as discussões entre conservação *versus* desenvolvimento e, nos níveis elevados, inviabiliza tentativas de planeamento e de implementação de indicadores. Muitos dos conflitos localizam-se entre o poder público e a gestão do parque, onde os primeiros querem transformar os parques em verdadeiras agências promotoras de desenvolvimento, e nessa expectativa, atropelam EIA's e planos de ordenamentos. Por seu turno, muitos gestores de ANP's insistem na concepção de "santuário" para os seus parques e a consensualização parece difícil.

Para as áreas de destino que se enquadram nesta dificuldade de consenso, devem observar os sinais dos tempos. Em todo o mundo registam-se iniciativas bem sucedidas de sustentabilidade no turismo com suporte nos métodos científicos de gestão e de planeamento. As áreas de destino reforçam-se na qualidade ambiental e cultural, num processo sinérgico que estimula a competitividade saudável entre os destinos oferecendo mais valias para o usufruto dos seus *stakeholders*. A seguir apresentam-se as principais iniciativas globais de uso de indicadores bem como a experiência de alguns autores nos estudos de caso de implementação de indicadores.

5.6 Iniciativas para a aplicação dos indicadores de sustentabilidade no turismo.

5.6.1 Iniciativas institucionais.

Conforme anteriormente explorado, as iniciativas para a sustentabilidade no turismo originaram-se no início dos anos de 1990 e granjearam importante reputação nas áreas de destino preocupadas com a dialéctica *desenvolvimento versus conservação*. De igual modo, os indicadores de suporte à gestão do turismo estão a experimentar um crescimento em todo o mundo, com registos de uso por parte de governos, instituições académicas, indústria do turismo e comunidades, ocupando espaços no âmbito das políticas de desenvolvimento para o sector, da regulamentação e do estabelecimento de certificações e padrões. Algumas dessas iniciativas encontram-se descritas nos itens a seguir:

(a) Agenda 21.

No seu capítulo 40, a Agenda 21 define as necessidades apropriadas de informações que dão suporte a tomada de decisão e sugere a elaboração de indicadores para o desenvolvimento sustentável. Em 1995, a WTO, em conjunto com a WTTC, publicaram a “Agenda 21 para o turismo”, apresentando os indicadores como umas das acções prioritárias em termos de ferramenta principal para a monitorização. Numa “comunicação” da Comissão da Comunidade Europeia (CCE), publicada em 2003, de registo COM (2003) -716, há uma ênfase quanto à importância da Agenda 21 para o nível local, ao considerá-la “*uma ferramenta chave para a gestão do processo de um turismo sustentável, dando orientações para a gestão local do território [...] pela utilização de sistemas de monitorização e de indicadores para assegurar a qualidade do desenvolvimento sustentável.*” (CCE, 2003: 31).

(b) A Comissão para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas – *Commission on Sustainable Development (CSD)* desenvolveu uma ferramenta com indicadores temáticos, os quais se direccionam aos principais problemas da sustentabilidade, com específicas matérias que podem ser aplicadas directamente aos destinos turísticos ou recursos principais. Define um guião específico para o desenvolvimento de programas de indicadores ao nível nacional.

(c) Iniciativas dos operadores turísticos.

Os operadores turísticos também elaboraram orientações para sustentabilidade, através de um elenco de indicadores de performance, baseados num conjunto de padrões ambientais para empresas públicas e privadas elaborados pela *Global Reporting Initiative (GRI)*.

(d) WTO – Organização Mundial do Turismo.

Para além da Agenda 21 para o turismo, a WTO tem advogado o uso de indicadores para gerir o turismo de forma sustentável desde os anos de 1990, desenvolvendo sinergias com diversos organismos internacionais (IUCN, *United Nations Environment Programme - UNEP*, WTTC) e ONG's. Em 1996, a WTO publica o manual “*What Managers need to Know: a practical guide to the development of indicators of sustainable tourism*” resultante das experiências em Indicadores Sustentáveis do Turismo (IST) praticadas nos diversos países. A ênfase reside na padronização de indicadores chave associados à monitorização dos seguintes parâmetros: protecção da área, intensidade de uso, impactos sociais, processo de planeamento, gestão dos resíduos, ecossistemas críticos, satisfação da comunidade local, satisfação dos turistas e contribuição do turismo para a economia local (WTO, 1996).

Em 2004, a WTO publica “*Indicators of sustainable development for tourism destinations: a guideline*” como resultado da experiência de uma década de trabalho entre estudos e *workshops* sobre o tema. O manual destina-se a assistir os gestores de áreas de destino quanto ao incentivo e implementação de IST, tecendo análises de aplicações práticas nos diferentes tipos de áreas de destino. As sub-secções 4.6, 4.7 e 4.8 desta publicação da WTO versam sobre os IST’s em “Sites Naturais e de sensibilidade ecológica”, “destinos ecoturísticos” e “parques e áreas protegidas”, respectivamente, e, portanto, forneceram alguns dos indicadores utilizados nos instrumentos de recolha de dados desta investigação, o que será apresentado na secção da Metodologia.

(e) Outras iniciativas.

Para além das iniciativas citadas, convém registar o trabalho da Agência Europeia do Ambiente que desenvolve indicadores para o desempenho institucional, ambiental, sociocultural e económico. Este trabalho é liderado, sobretudo, por uma sociedade civil denominada *Voluntary Initiative for Sustainability in Tourism* (VISIT) que recebe apoio da Comissão Europeia a partir do instrumento financeiro *Life* para o ambiente (CCE, 2003).

5.6.2 Iniciativas dos autores.

Para além das instituições, existe também um esforço de autores para publicar experiências e pontos de vista que trazem à ribalta a utilização de indicadores convergentes à prática do turismo sustentável. Em linhas gerais, os indicadores trabalhados pelos autores permeiam a triangulação entre as áreas de destino, e seu capital socioambiental; turistas, enquanto espectadores de uma experiência; e a indústria do turismo. O turismo sustentável nas áreas naturais protegidas não foge a esse contexto, constituindo-se num terreno fértil para a utilização de indicadores com vista a reconciliação dos conflitos existentes entre os objectivos citados.

Os três objectivos da sustentabilidade devem ser tratados de forma equilibrada pelos gestores do turismo em áreas naturais protegidas. Dada a inerente inter-relação destes vectores, a ênfase numa ou noutra vertente da sustentabilidade, ou numa ou noutra dimensão do ecoturismo pode ocasionar prejuízos à área de destino mediante a existência de conflitos entre os *stakeholders*, assimetrias entre os benefícios gerados pelo turismo, acções de curto prazo, impactos negativos, perda da qualidade da experiência da visita, entre outros exemplos. A literatura da especialidade fornece a base de sustentação teórica subjacente à utilização das dimensões da sustentabilidade de forma equilibrada. As subsecções a seguir acrescem algumas publicações com esta tónica, onde estes trabalhos contribuiriam para a construção do elenco de indicadores utilizado na investigação empírica desta dissertação. Em sequencia, alguns destes principais contributos.

(a) David Newsome, Susan Moore e Amanda Smith

Os autores David Newsome, Susan Moore e Amanda Smith publicaram, em 2003, na revista científica “*Journal of Sustainable Tourism*” um artigo que destaca as correlações entre as ferramentas de gestão do turismo nos parques e IST. Avalia-se a utilidade das ferramentas de gestão do impacto da visita, principalmente o VIM, e os indicadores associados aos recursos naturais e sociais. Considerando o aumento da visita, os gestores têm gasto quantias consideráveis de recursos com a conservação o que exige a realização sistemática de relatórios ambientais normalmente solicitados pelos *staffs* governamentais e pelos diversos sectores da sociedade. Nesta perspectiva, ao ocupar espaço significativo no âmbito dos parques, os relatórios ambientais devem incluir, também, as informações pertinentes associadas às dinâmicas da actividade turística.

Para além desta utilidade instrumental, **Moore et al** (2003) registam, também, a performance de monitorização como função basilar à aplicação da gestão por objectivos. A utilização das ferramentas inicia-se com a definição de objectivos de gestão que irão conduzir o parque a situações desejáveis em termos dos seus recursos. A inserção dos indicadores, concomitante à utilização das ferramentas de impacto da visita, deve envolver a participação pública, buscando-se a valorização dos aspectos locais, parcerias e levantamento dos problemas centrais que afectam os intervenientes. Nesta ordem, **Moore et al** (2003) sugerem o elenco de indicadores apresentados na Tabela 5.9.

Tabela 5.9: Indicadores propostos por Newsome, D; Smith, J. e Moore, S. (2003).

Indicadores sociais	Indicadores dos recursos naturais
<i>Número de encontros entre grupos;</i>	<i>Áreas inaproveitáveis;</i>
<i>Quantidade de pessoas encontradas nos sítios chaves em momentos específicos;</i>	<i>Condições do coberto vegetal;</i>
<i>Incidência de comportamentos inadequados;</i>	<i>Impactes nos horizontes orgânico e mineral do solo;</i>
<i>Quantidade de pessoas nos mirantes;</i>	<i>Exposição de raízes das árvores;</i>
<i>Satisfação da visita</i>	<i>Quantidade de trilhos;</i>
	<i>Quantidade de resíduos sólidos;</i>
	<i>Danos nas árvores</i>
	<i>Erosão do solo;</i>
	<i>Quantidade de depressões nos trilhos;</i>
	<i>Quantidade trilhos não oficiais;</i>
	<i>Área destinada ao campismo.</i>

Fonte: **Moore et al** (2003).

A leitura da Tabela 5.9 demonstra que, os indicadores que os autores baptizam de “indicadores sociais” se referem, apenas, à experiência da visita. Quanto aos indicadores dos recursos naturais, observa-se uma ênfase nos impactes provocados na flora e na vertente geológica, com uma lacuna em relação aos aspectos da fauna. Também não são apontados indicadores no que respeita à educação ambiental e indicadores acerca dos impactes positivos e negativos à esfera

socioeconómica das comunidades locais.

(b) Andy Drumm, Alan Moore, Andrew Sales, Carol Patterson, John Terborg.

Conforme mencionado no ponto 5.4.3, o LAC pressupõe a construção de um elenco de indicadores com vista a monitorar as margens de mudanças aceitáveis perante as características do recurso. Nesta acepção, **Drumm et al** (2004) definiram quatro tipos de indicadores, os quais a gestão do turismo nas áreas naturais protegidas deve monitorar. A associação entre IST e ferramentas de gestão do ecoturismo potenciam maiores valências para a consecução dos objectivos da sustentabilidade. Os quatro eixos sobre os quais se debruçam os indicadores propostos por **Drumm et al** (2004) encontram-se descritos na Tabela 5.10 e correspondem, também, aos indicadores frequentemente utilizados pela ferramenta LAC.

Tabela 5.10: Indicadores desenvolvidos por A. Drumm, Alan Moore, Andrew Sales, C. Patterson, J. Terborg.

Eixos	Indicadores
<i>Ambientais (biofísicos)</i>	<i>Erosão do solo num sítio particular.</i>
	<i>Perda da vegetação num sítio particular.</i>
	<i>Quantidade de resíduos sólidos encontrados nas áreas frequentadas por turistas.</i>
	<i>Pressão em alguma espécie particular de vida silvestre.</i>
	<i>Fogos ou fogueiras ilegais.</i>
	<i>Desprendimento de terra ao longo dos trilhos.</i>
	<i>Quantidade de bactérias coliformes nos rios, lagos, praias, etc.</i>
	<i>Quantidade de árvores danificadas nos locais frequentados por turistas.</i>
<i>Aspectos socioculturais</i>	<i>Manutenção das práticas tradicionais.</i>
	<i>Mudanças na população.</i>
	<i>Informação dos residentes sobre comportamento negativo dos turistas.</i>
	<i>Alterações na taxa de criminalidade.</i>
	<i>Percepção geral da comunidade local quanto à actividade turística.</i>
<i>Experiência do turista</i>	<i>Quantidade de encontros com outros grupos por dia</i>
	<i>Quantidade de reclamações sobre os visitantes ruidosos.</i>
	<i>Quantidade de estudantes que utilizam a área para educação ambiental.</i>
	<i>Quantidade de caçadores ilegais encontrados no parque.</i>
	<i>Percentagem de turistas satisfeitos com a visita.</i>
	<i>Quantidade de visitantes que regressam.</i>
	<i>Percepção dos visitantes sobre os guias.</i>
<i>Económicos</i>	<i>Quantidade de empreendedores turísticos locais.</i>
	<i>Receita obtida pelo parque através da actividade turística.</i>
	<i>Contribuição geral do turismo ao local.</i>
	<i>Nível do emprego turístico.</i>
	<i>Investimento em infra-estrutura de apoio ao turismo.</i>

Fonte: Adaptado de **Drumm et al** (2004: 48).

Os autores também levantam um conjunto de premissas que devem nortear os gestores no âmbito da selecção dos indicadores: (a) o indicador diz o que queremos realmente saber? Que perguntas queremos responder? (b) o indicador relaciona-se directamente com um recurso importante? (c) o indicador pode ser medido facilmente e sem gastar muito dinheiro? (d) o indicador pode alertar os

gestores sobre os níveis de danos antes que estes alcancem níveis inaceitáveis? (e) pode-se medir o indicador sem afectar a experiência do turista? (f) o indicador proporciona informação que vale a pena obter a despeito do tempo e dinheiro a investir? (g) quem será responsável pela monitorização?

A Tabela 5.10 apresenta perfis de indicadores tanto quantitativos como qualitativos, fornecendo um leque de opções aos gestores. Os eixos definidos pelos autores contemplam as principais vertentes da sustentabilidade, oferecendo parâmetros com maiores possibilidades de integrar e desenvolver as vertentes da sustentabilidade de forma balanceada. Nos eixos propostos pelos autores não há referência a indicadores que reflectam a dimensão da educação/interpretação ambiental o que se constitui numa lacuna ao modelo.

d) Geoffrey Wall e Sherly Ross.

As preocupações destes autores debruçam-se sobre o tecido de inter-relações estabelecidas entre os *stakeholders* do turismo de natureza e os esforços de gestão para a concretização prática das premissas subjacentes ao campo da sustentabilidade. Avaliar as inter-relações existentes entre os intervenientes pode sinalizar a existência de questões prioritárias para o desenvolvimento do turismo no parque, caminhando-se para a criação de uma lista de indicadores definida pelos próprios *stakeholders*. Neste sentido, os autores advogam a utilização de indicadores como instrumento prático a uma efectiva avaliação do sítio e para prover facilidades à prevenção e sensibilidade às variações espaciais e naturais. Levantamentos de padrões e monitorização oferecem mais valias à compreensão das dinâmicas do turismo de natureza, através da habilidade para identificar forças e limitações, caminhando-se, sobretudo, ao aperfeiçoamento do planeamento, gestão e tomada de decisão para o turismo nos parques (Ross e Wall, 1999).

Em suma, os indicadores conduzem a uma aproximação prática das premissas ventiladas pelo ecoturismo e a sua edificante função em direcção a uma maior sustentabilidade do turismo de natureza. Nesta abordagem, os autores propõem três linhas de indicadores, assentes nos objectivos do ecoturismo; nas relações entre as pessoas e a área natural protegida; nos benefícios socioeconómicos à comunidade local. O alcance dos objectivos pode ser avaliado por intermédio de indicadores, aferindo-se o peso que os gestores dispensam para cada vertente da sustentabilidade. No entanto, para Ross e Wall, deve prevalecer o equilíbrio entre as vertentes da sustentabilidade através do alcance dos objectivos de forma balanceada, uma vez que estes objectivos são inter-relacionados entre si. Sobre isso os autores afirmam que:

“O sucesso ou fracasso no alcance de um objectivo pode influenciar a capacidade de alcançar os demais. Quando todos os objectivos são alcançados, então o ecoturismo terá contribuído para a resolução de muitos conflitos associados com as tensões entre exploração dos recursos e a conservação dos recursos. Além disso, implica-se que o ecoturismo pode ser sustentável, obtendo-se benefícios dos recursos naturais que podem ser aproveitados e utilizados pelas gerações futuras.”
Ross e Wall (1999: 125).

Pelo exposto, encontram-se na literatura os fundamentos principais dessa dissertação em termos da importância de congregar esforços no sentido de uma maior simetria entre as acções de gestão do turismo de natureza, face às diferentes vertentes da sustentabilidade. Para **Ross e Wall** (1999), um desequilíbrio em termos de acções convergentes a uma única vertente, em oposição a uma abordagem mais holística, põe em risco o sucesso da actividade ecoturística e as suas funções pressupostas. Ross e Wall defendem que o ecoturismo, enquanto provém uma experiência de lazer na natureza, possibilita também funções relativas à protecção das áreas naturais, geração de receitas, educação e participação local. As Tabelas 5.11 e 5.12 abrangem as sugestões de indicadores dos autores referidos.

Tabela 5.11: Objectivos do ecoturismo e indicadores associados.

Objectivos	Indicadores
1. Prover benefícios socioeconómicos aos locais	<i>Aumento das oportunidades de emprego</i>
	<i>Distribuição local das receitas do turismo</i>
	<i>Melhoria das infra-estruturas locais (transportes, comunicações, acesso a bens e serviços)</i>
	<i>Acesso a benefícios sociais (saúde, educação)</i>
	<i>Melhoria das inter-relações culturais (através das apreciações positivas entre turistas e comunidade local)</i>
	<i>Capacidade local de crescer em direcção a auto-suficiência, descentralização e empreendimentos locais.</i>
2. Prover educação ambiental	<i>Aprendizagem passiva e activa através dos serviços de interpretação dos parques</i>
	<i>Envolvimento e participação da comunidade local e das escolas em educação ambiental</i>
	<i>Consciencialização da apreciação natural (transformação de valores) para visitantes e residentes locais.</i>
3. Conservar a área natural	<i>Dinheiro oriundo das receitas do turismo deve contribuir para a manutenção, protecção e gestão da área natural.</i>
	<i>Protecção derivada da preocupação dos “stakeholders” com a conservação e ecoturismo (através de doações ou participação activa).</i>
4. Prover uma experiência de alta qualidade	<i>A partir da consecução dos objectivos 1-3 à esquerda.</i>
5. Ampliar as receitas internacionais	<i>Pela recepção de mais turistas internacionais.</i>
6. Promover um melhor relacionamento ambiental.	<i>Turistas e residentes locais devem contribuir para a conservação dos recursos naturais, com vista à transformação de valores proporcionada pelas experiências positivas com a natureza.</i>

Fonte: Adaptado de **Ross e Wall** (1999: 125).

Finalizando, sugerem-se indicadores para quantificar os benefícios proporcionados pelo turismo à comunidade local. Ver Tabela 5.12.

Tabela 5.12: Indicadores para avaliação dos benefícios proporcionados pelo turismo.

Tipo do benefício	Forma do benefício	Exemplos de indicadores
<i>Benefícios sociais</i>	<i>Qualidade e acesso a educação e saúde;</i> <i>Benefícios indirectos pela melhoria da infra-estrutura e status socioeconómico;</i> <i>Status das condições ambientais;</i> <i>Fortalecimento do orgulho em relação ao património local</i>	<i>Níveis de saúde e educação dos habitantes, efeitos no aumento dos rendimentos disponíveis;</i>
		<i>Natureza das relações turistas e população local;</i>
		<i>Atitudes dos locais no que respeita ao turismo e aos turistas;</i>
		<i>Oportunidades autênticas ou “encenadas” de apreciação da cultura local.</i>
<i>Benefícios económicos</i>	<i>Aumento na oportunidade de emprego (guias, transportes, construção, empregos na área protegida, restauração, hotéis, lojas, etc.);</i> <i>Empreendimentos;</i> <i>Distribuição das receitas</i>	<i>Número de habitantes locais empregados nas actividades relacionadas ao turismo;</i>
		<i>Número de empreendimentos locais (pousadas, restauração, lojas, etc.);</i>
		<i>Proporção de empreendimentos locais e externos.</i>
<i>Benefícios em infra-estrutura</i>	<i>Acessos a bens e serviços;</i> <i>Infra-estrutura de transportes e comunicação;</i>	<i>Qualidade no fornecimento de água, energia e telecomunicações</i>
		<i>Qualidade das estradas e dos transportes públicos</i>

Fonte: Adaptado de **Ross e Wall** (1999: 128).

Os indicadores propostos possibilitam avaliar os benefícios tangíveis proporcionados pelo turismo nos parques, no âmbito da economia, infra-estrutura e melhoria das condições sociais oferecidas à população local. Uma vez que atitudes positivas são estabelecidas, as experiências dos turistas podem ser enriquecidas mediante as interacções com a população anfitriã, promovendo-se mais valias ao intercâmbio entre os pólos **turistas versus população local**.

(e) Richard Butler e Louise Twining-Ward.

As propostas de IST de **Twining-Ward e Butler** (2002) emergem de esforços práticos empreendidos num estudo de caso realizado nas Ilhas Samoa. O desenvolvimento do turismo sustentável nas ilhas assume um papel fulcral pela escassez dos recursos, pela inter-relação entre as suas vertentes ecológica e social e a concentração turística ao longo da costa. Por esse ângulo, os autores defendem a importância da monitorização sistemática do turismo, através da formulação de objectivos e indicadores que se convertam em instrumentos de gestão.

Tendo em conta as premissas de adopção de uma perspectiva interdisciplinar e sistémica, o incentivo a participação e envolvimento dos *stakeholders* e a ênfase nos aspectos locais, os autores desenvolveram uma metodologia de trabalho que resultou na construção do seguinte quadro de indicadores. Ver Tabela 5.13.

Tabela 5.13: Indicadores sobre a vertente **ambiental, económica, sociocultural** da sustentabilidade.

Tema	Objectivos	Indicadores
Meio ambiente	Encorajar a conservação das paisagens e dos recursos.	Habitantes locais nos programas de conservação ambiental.
		Número de turistas.
		Parques com receitas provenientes do turismo.
		Número de actividades ecoturísticas nos parques.
	Promover uma cuidadosa gestão dos recursos costeiros, designadamente com foco nos recifes de corais.	Participação dos habitantes locais nos programas de conservação dos recursos naturais marinhos.
		Turistas envolvidos nas actividades de conservação do “habitat” marinho
	Encorajar práticas de gestão dos resíduos sólidos.	Hotéis a realizar reciclagem dos resíduos.
		Hotéis a realizar compostagem dos resíduos orgânicos.
Buscar a melhoria da qualidade e consciencialização do uso da água.	Acomodações turísticas com água potável nas suas torneiras.	
	Utilização da água pelos hotéis.	
Económico	Estimular a criação de empregos adequados e geração de rendimentos e oportunidades às áreas rurais.	Proporção de trabalhos criados nos hotéis nas áreas rurais.
	Diversificar a base nacional de rendimentos.	Proporção de novos negócios no turismo.
Sócio cultural	Educação e formação	Nativos incluídos nos programas de consciencialização.
		Empregados de hotéis que recebem formação.
	Performances culturais e artesanato	Participantes em competições tradicionais de dança.
		Quantidade de artesãos a participar na feira anual de artesanato.
Turismo	Melhorar a qualidade da experiência turística através do “upgrading” das atracções, facilidades e serviços.	Avaliação da qualidade dos atractivos chaves
		Levantamento dos hotéis ambientalmente responsáveis
		Grau de qualidade atribuída as facilidades turísticas principais.
	Garantir que o desenvolvimento do turismo seja cuidadosamente planeado numa escala compatível com os ambientes naturais e sociais.	Número de hotéis com EIA.
		Sítios históricos e culturais protegidos por leis nacionais.
	Promover uma consciência dos princípios e práticas sustentáveis no turismo.	Operadores turísticos com práticas sustentáveis.
	Implementação de projectos com possibilidade de monitorização.	

Fonte: Adaptado de **Twining-Ward e Butler** (2002).

A leitura da tabela acima permite observar as diferentes vertentes da sustentabilidade a serem contempladas, incluindo-se a educação ambiental e solicitação do envolvimento de diversos actores, a exemplo de hotéis, operadores turísticos e artesãos. Os trabalhos destes autores fomentaram algumas sugestões no que respeita à formulação dos indicadores a serem utilizados no trabalho empírico desta dissertação.

f) Wenjung Li.

O próximo registo sobre a implementação de IST em áreas naturais protegidas vem da China. Metaforicamente, a vaga do ecoturismo atravessou as muralhas deste país milenar e, desde os princípios dos anos de 1990, contabilizam-se cerca de 80% dos parques naturais chineses envolvidos no ecoturismo. Destes, cerca de 16% recebem mais de 100.000 visitantes anualmente. Em 1995, o número de turistas foi de 2,5 milhões, gerando receitas na esfera dos 63 milhões de dólares. (Li, 2003). Para o autor, os números apontados corroboram com o facto de que o ecoturismo tem sido uma das principais fontes de receita para muitos dos parques nos últimos dez anos.

Li (2003) enfatiza que o ecoturismo ainda é matéria desconhecida por muitos gestores de áreas naturais protegidas na China e, nestas circunstâncias, impactes negativos tanto no ambiente natural como social das comunidades locais são iminentes. O trabalho do autor foi elaborado na Reserva Natural *Tiammushan*, considerada como reserva internacional da biosfera pela UNESCO, e contempla o levantamento de um elenco de indicadores com vista ao alcance dos seguintes objectivos:

- (a) Estabelecer um sistema regular de relatórios que possam registar o estado do ambiente e o turismo, as pressões causadas pelo turismo e a medição da eficiência da gestão;
- (b) Estabelecer um procedimento de revisão anual para os indicadores do ecoturismo;
- (c) Os indicadores devem ser monitorizados continuamente, identificando necessidades de aperfeiçoamento sempre que necessário.

Os indicadores propostos por Li (2003) abrangem aspectos designadamente associados aos impactes ambientais e socioeconómicos do turismo nos parques, à resposta dos gestores aos problemas proeminentes, a pressões da procura turística e às capacidades das infra-estruturas e facilidades de apoio ao turismo. Há uma abordagem tanto qualitativa como quantitativa, apresentando-se neste último caso, a incidência das unidades necessárias para a medição do indicador.

Desta forma, Li (2003) seleccionou os indicadores apresentados na Tabelas 5.14.

Tabela 5.14: Indicadores propostos por Wenjung Li.

Classe	Indicador	Unidade	Interpretação
Ambiente natural	Rácio entre a área de visita / área da reserva	%	Avaliação da área destinada aos turistas, com importância na avaliação da capacidade de carga.
	Número de espécies raras, em extinção ou típicas.	Espécies	Reflecte o potencial de atracção para os visitantes e pode indicar níveis de mudança para os gestores do parque.
	Rácio entre o número de visitantes diários e a área do parque destinada ao turismo.	Pessoas/ Km ²	O rácio “visitantes por unidade de área” pode reflectir as pressões e impactos causados pelo turismo.
	Incidentes por caça e pesca ilegais ou outras formas de prejuízo à natureza praticadas por turistas.	Nº Incidentes	Esse indicador pode reflectir directamente os impactes negativos causados pelo turismo.
	Rácio entre a quantidade de resíduos e visitantes	Tons/pessoas	Indica os impactes na paisagem causados por resíduos.
	Existência de um planeamento integrado entre turismo e meio ambiente	SIM / NÃO	A integração do planeamento do turismo nos planos ambientais do parque é basilar para o desenvolvimento do turismo e sucesso do ecoturismo.
	Existência de EIA para cada novo projecto ecoturístico	SIM / NÃO	EIA fornece dados necessários para a avaliação dos impactes do turismo no meio ambiente.
	Existência de uma monitorização ambiental regular	SIM / NÃO	Indica as respostas da gestão às poluições causadas pelo turismo.
	Existência de programas de educação ambiental aos visitantes	SIM / NÃO	Incluindo-se guias ecológicos, sinalética, interpretação, etc.
Facilidades artificiais	Área do parque de estacionamento	Km ²	Indica o estado do tráfego de veículos.
	Taxa de ocupação de camas	Pessoas /camas	Indica as pressões em termos de acomodação.
	Capacidade diária de tratamento de água	Ton/dia	Indica a resposta ao tratamento da poluição da água.
	Capacidade diária de tratamento dos resíduos sólidos.	Ton/dia	Indica a resposta aos problemas causados pelos resíduos sólidos.
	Número de novas construções de facilidades turísticas.	Facilidades	Incluem-se hotéis, facilidades de recreação, etc.
Ambiente socioeconómico	Rácio entre os rendimentos anuais originados pelo turismo e os rendimentos totais do parque.	%	Indica a contribuição do turismo para o parque.
	Participação da população local em negócios do turismo	Nº Empreendimentos	Quantifica o número de empreendimentos locais.
	Rácio entre o rendimento da população local derivado do turismo e o rendimento da população local.	%	Indica os benefícios do turismo à população local.
	Rácio entre a quantidade anual de visitantes e o número de habitantes locais.	%	Indica a pressão e impactes do turismo na população anfitriã.
	Interferências na comunidade local (baseado em questionários)		Indica a tolerância psicológica da população local ao turismo
	Satisfação dos turistas.		Indica o efeito dos serviços aos turistas
	Acidentes envolvendo turistas	Nº Acidentes	Indica o efeito das medidas de gestão no turismo.

Fonte: Adaptado de Li (2003).

A leitura da Tabela acima mostra que alguns indicadores requerem dados de difícil obtenção, representando uma maior afectação de recursos financeiros e humanos do parque. Também não há

o registo de indicadores que avaliem a interacção entre os intervenientes do ecoturismo, para além da referência à educação ambiental ser bastante restrita.

Finalizando a análise dos modelos de sistematização propostos pelos autores analisados, importa salientar que estas representações, para além do elenco de indicadores propostos pela **WTO** (2004), se constituíram na base de investigação que fomentaram a constituição dos quadros de indicadores sujeitos à análise empírica desta dissertação. Adiante, o capítulo de Metodologia apresentará a selecção destes indicadores e as suas respectivas referências na literatura da especialidade.

5.7 Conclusão.

Os desafios estão colocados aos parques naturais. A inovação e a gestão participativa, visando a sustentabilidade, figuram-se indispensáveis. O cenário é favorável, considerando a congregação de territórios protegidos, dotados de atractivos com apetência turística; gestores e equipas especializadas; indústria do turismo propensa a investir; quadro legislativo; etc. Os elementos descritos constituem vectores a serem integrados para a consecução de um turismo de natureza capaz de promover a conservação e o desenvolvimento sustentável. Aposta-se num processo de gestão a ser modelado pelo planeamento integrado, pela utilização adequada e conveniente de ferramentas de gestão e pelo uso de um sistema de indicadores. O planeamento deverá ter como objectivo basilar a conservação, tanto da biodiversidade como do património sociocultural, uma vez que a presença humana nestes espaços figura-se como elemento ressonante neste cenário. Deverá, também, despir-se das visões urbanas e dos paradigmas de crescimento económico a curto prazo e assumir propostas assentes no desenvolvimento participativo, integrado e sustentado, em sintonia com a realidade local. As ferramentas de gestão visam optimizar a experiência da visita ao mesmo tempo que promove a conservação dos recursos. Um estudo aprofundado desta matéria é imprescindível para a determinação de qual ou quais as ferramentas que são adequadas para a obtenção de resultados positivos. O modelo de controlo assente num sistema de indicadores reforçará a condução de acções de forma equilibrada em torno das componentes da sustentabilidade e mobilizará os esforços de gestão para o reconhecimento dos padrões alcançados, através dos programas de certificação e dos prémios internacionais que doravante estas áreas possam adquirir. Esta lógica de organização e estruturação do turismo de natureza fará florescer uma amálgama de novas ideias, de vontades políticas e projectos de ancoragem económica à luz das fileiras de investimento possíveis. O processo de gestão aqui desenhado deverá ser consolidado concomitantemente a uma estratégia de *marketing* que venha a estabelecer os alicerces de um novo produto turístico para Portugal: o produto “Portugal Verde”.

6. Metodologia.

6.1 Introdução.

No presente capítulo discutem-se os métodos que serviram de suporte à investigação. Adiante argumenta-se sobre um conjunto de técnicas de sistematização do processo de investigação no sentido de estabelecer a ponte entre os capítulos apresentados na revisão de literatura e o trabalho empírico realizado. A partir de um dos objectivos específicos desta dissertação, apresentar-se-á um desdobramento em torno de algumas questões de investigação, as quais desaguam em novos olhares sobre associações entre teorias da literatura. Apresentam-se, a partir de então, os percursos da investigação concretizados pelos métodos científicos utilizados para a exploração do tema, para a recolha de dados e para a análise dos resultados. Neste trabalho, a exploração do tema assenta na pesquisa documental e na recolha de dados primários, viabilizada por instrumentos como a entrevista e o questionário. Por fim, apresentam-se as técnicas qualitativas e quantitativas utilizadas para a análise dos dados recolhidos.

6.2 Questões a serem investigadas.

Num dos seus objectivos específicos, esta dissertação propõe investigar a percepção da importância atribuída pelos gestores e funcionários das áreas naturais protegidas da Região Centro de Portugal face às dimensões ambiental, social e económica da sustentabilidade reflectidas nos indicadores do turismo de natureza. Por este ângulo, tornou-se importante elucidar algumas questões no que respeita à sensibilidade deste *staff* para os indicadores propostos, em de acordo com algumas formulações extraídas da literatura, conforme o que se segue.

A prática do ecoturismo é frequentemente considerada como uma estratégia para a promoção da sustentabilidade do turismo nas áreas naturais protegidas. De acordo com a literatura (**Boo**, 2002; **Diamantis**, 2004; **Fennel**, 1999; **Lindberg et al**, 1996; **McNelly et al**, 1992; **Pires**, 2002; **Wearing e Neil**, 2001) o ecoturismo corresponde a uma prática responsável para o turismo de natureza, com objectivos assentes na conciliação de quatro dimensões fundamentais:

- (a) Contribuir para a conservação dos recursos ambientais e socioculturais, através da diminuição dos impactes negativos nesses recursos e aplicação das receitas obtidas com a actividade nos programas de conservação ambiental;
- (b) Optimizar os benefícios económicos para a população local;
- (c) Promover educação ambiental;
- (d) Oferecer mais valias à experiência da procura turística.

Neste aspecto, a monitorização de indicadores que reflectam as dimensões acima referidas torna-se de importância fulcral para o estabelecimento de uma gestão equilibrada entre estas dimensões, colocando o turismo de natureza na prossecução dos objectivos da sustentabilidade. Conforme verificado na secção 2.4, a WTO defende que: *Os princípios da sustentabilidade se referem aos aspectos ambiental, económico e sociocultural do desenvolvimento turístico, havendo de estabelecer um equilíbrio adequado entre essas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. [...]*” (WTO, 2006). De igual modo, outros autores defendem uma gestão equilibrada entre as dimensões da sustentabilidade, pelo qual este raciocínio pode ser confirmado por **Ross e Wall** (1999b: 125), tal como observado na secção 5.6.2:

“O sucesso ou fracasso no alcance de um objectivo pode influenciar na capacidade de alcançar os demais. Quando todos os objectivos são alcançados, então o ecoturismo terá contribuído para a resolução de muitos conflitos associados com as tensões entre exploração dos recursos e a conservação dos recursos.” **Ross e Wall** (1999b: 125).

A partir destas discussões, a presente investigação parte da questão inicial que existe um desequilíbrio entre as diferentes componentes da sustentabilidade, predominando uma valorização de indicadores associados à componente ambiental por parte do *staff* das ANP’s do Centro de Portugal, o que põe em risco o alcance dos objectivos da sustentabilidade do turismo de natureza.

Aprofundando esta questão e a partir das discussões existentes na literatura acerca da abrangência da sustentabilidade do turismo, que envolve tanto o turismo de massas como o turismo alternativo, ver secções 2.4 e 3.6, procurou-se, também, investigar a percepção do *staff* para os indicadores, segundo os dois tipos de áreas protegidas encontradas no Centro, nomeadamente, os parques do turismo massificado e os parques do turismo não massificado.

Para além da influência do tipo de parque na percepção dos indicadores, procurou-se investigar as diferenças de valorização dos indicadores conforme o perfil profissional do *staff* das ANP’s estudadas. Esta análise resulta das considerações da literatura sobre a existência de um quadro profissional, pertencente às áreas naturais protegidas, capacitado para o desenvolvimento de programas de sustentabilidade. Ao reunir *know how* e recursos humanos especializados, os parques reúnem condições para conduzir um processo de comunicação e envolvimento dos *stakeholders* com vista ao desenvolvimento de modelos económicos sustentáveis (ver secção 4.4).

Neste ponto, cumpre também mencionar os objectivos específicos desta dissertação, apresentados no capítulo de Introdução, os quais serão operacionalizados pelos métodos apresentados no ponto seguinte. Desta forma, têm-se como objectivos específicos deste trabalho: Realizar um diagnóstico

no que respeita à sustentabilidade do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal, aplicando-se a técnica de análise SWOT; investigar a percepção da importância atribuída pelos gestores e funcionários das áreas naturais protegidas da Região Centro de Portugal face às dimensões ambiental, social e económica reflectidas nos indicadores associados com a prática sustentável do turismo de natureza; identificar os pontos comuns entre os modelos descritos pela literatura da especialidade sobre ferramentas de gestão para o turismo de natureza e as práticas de gestão associadas ao turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal.

6.3 O percurso da investigação: os métodos.

Para Lakatos (1991a: 83), “*método é o conjunto das atividades (sic) sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.*”

Muito embora os métodos científicos reúnam um amálgama de estruturas racionais, os quais “*interrogam a natureza dos fenómenos, ordenando os factos em relações lógicas, coerentes e objectivas que explicam e reproduzem os factos experimentais*”, (Carvalho, 2002: 85), o autor desta dissertação considera que, à partida, o debruçar-se sobre um projecto científico, caracterizado por *ordenações, procedimentos regulares, orientação racional, regras, provas e hipóteses* deve ser, também, imbuído de uma identificação pessoal com o tema investigado.

Não se refere aqui a um processo emotivo que provoque tendências aos resultados, mas sim, à existência de motivações assentes na sede de investigação, que se converte no combustível para a tomada de decisões bem sucedidas; na curiosidade sem fronteiras, que promove a abertura de todos os sentidos de maneira a alargar a percepção sobre o fenómeno estudado, num acreditar permanente nos objectivos propostos e no exercício da persistência perante as dificuldades e obstáculos que se fazem presentes no percurso da investigação. Sem estas motivações basilares depreende-se que os métodos científicos seriam isentos de um pulsar que dá vida ao trabalho realizado.

Assim, o trabalho descolou imbuído pelo grande interesse do investigador pelo eixo temático do turismo de natureza. As principais etapas da investigação e os métodos utilizados para a recolha e análise de dados seguem descritos nos pontos seguintes.

6.3.1 Utilização de fontes documentais.

Esta etapa caracteriza-se como relevante em qualquer investigação. A partir das fontes documentais, realiza-se o estudo exploratório acerca do tema de investigação que permite conhecer o estado da arte em termos de produção científica, baseado na selecção das publicações relevantes e na sistematização dos assuntos a serem abordados no âmbito da revisão de literatura. A fase exploratória propicia, também, o fornecimento de subsídios necessários ao delinear os principais objectivos da dissertação e à construção das questões de investigação.

A literatura reconhece dois tipos essenciais de utilização de fontes documentais, a pesquisa documental, ou de fontes primárias; e a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias. A primeira consiste no levantamento de dados restritos a documentos obtidos em arquivos públicos e particulares, fontes estatísticas, cartas, contratos, entre outros. Por outro lado, a pesquisa bibliográfica traduz-se no levantamento de informações existentes em bibliografia publicada (Moreira, 1994). Esta última representa o peso maior em termos de fontes documentais para esta dissertação.

O acervo da Biblioteca da Universidade de Aveiro e suas existências nas áreas do Turismo, Economia, Sociologia, Filosofia, Gestão, Meio Ambiente e Geografia constituíram-se em importantes recursos aos estudos exploratórios iniciais. Através do sistema de interligação entre bibliotecas, no âmbito do território português, tornou-se possível a solicitação de obras existentes nas bibliotecas de outras universidades, nomeadamente, da Universidade do Algarve. Houve, também, consultas ao acervo das bibliotecas da DGT e do ICN em Lisboa.

Os livros e teses assim consultados representam a efervescência de um momento histórico da evolução do conhecimento. O turismo, no entanto, caracteriza-se por dinâmicas que ultrapassam a velocidade de publicação o que requer do investigador uma maior sensibilidade para a busca de informações o mais actualizadas possível. Desta maneira, a consulta aos jornais científicos sobre as matérias de investigação torna-se fulcral ao conhecimento das tendências e dialécticas projectadas.

Hoje, o advento da Internet permite a rápida consulta a estes tipos de materiais, permitindo um actualizar constante a cerca do eixo temático da investigação. Nomeadamente, foram consultados artigos nas revistas científicas *The Journal of Sustainable Tourism*, *Annals of Tourism Research*, *Tourism Management*, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, entre outros. Importa salientar a utilização da Internet como recurso essencial à fase exploratória na medida que possibilitou aceder a conteúdos, publicações, estatísticas e informações específicas existentes nos domínios dos *sites*

de instituições e organizações nacionais e internacionais, a exemplo do INE, ICN, DGT, IFT, IUCN, ONU, UNESCO, WTO, WTTC, Comunidade Europeia, PNUMA, entre outros.

No âmbito da Internet também foi possível a consulta de fontes documentais, sobre o domínio no qual esta dissertação se centrou, nomeadamente, no acesso às leis e aos decretos focalizados na criação, regulamentação e ordenamento das áreas naturais protegidas e do turismo de natureza e a análise de estatísticas sobre as dinâmicas da actividade turística.

Consolidados os objectivos e a revisão de literatura, a investigação prosseguiu com a realização da pesquisa de campo onde seriam aplicados os principais instrumentos de recolha de dados cuja análise se enceta no ponto a seguir.

6.3.2 Os métodos da pesquisa de campo e a delimitação da investigação empírica.

Em linhas gerais optou-se pelo emprego da estratégia assente no método de **investigação descritiva**. Conforme verificado em **Carmo e Ferreira** (1998: 213), a investigação descritiva “*implica estudar, compreender, e explicar a situação actual do objecto de investigação*”. Este método de investigação sintetiza a recolha de dados para a verificação de hipóteses ou permite obter respostas a questões pertinentes (**Ibidem**). Assim, a situação actual, quanto à sustentabilidade do turismo de natureza em áreas naturais protegidas da região Centro de Portugal, correspondeu ao objecto de investigação a ser estudado.

No entanto, a investigação também se propôs a perceber a sensibilidade dos gestores e funcionários das áreas naturais protegidas acerca dos indicadores de sustentabilidade do turismo e a variação dessa sensibilidade no âmbito das duas formas de turismo de natureza verificadas nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal. Desta forma, optou-se também pelo emprego da estratégia de investigação assente no **método dedutivo**. Foi também verificado em **Lakatos e Marconi** (1991b: 81), que o método dedutivo “*partindo das teorias e leis, na maioria das vezes, prediz a ocorrência dos fenómenos particulares.*”

De modo mais amplo, a estratégia corresponde ao método criado por Popper denominado hipotético-dedutivo, que “*parte da percepção de uma lacuna nos conhecimentos; sobre essa lacuna formulam-se hipóteses; depois, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência dos fenómenos abrangidos pela hipótese.*” (**Carvalho**, 2002:92). Sobre isto resume **Hegenberg** (1976: 114): “*o método hipotético-dedutivo admite premissas cuja verdade será julgada a posteriori.*”

Para a consecução dos métodos propostos, a investigação operacionalizou dois instrumentos tipicamente utilizados na recolha de dados nas ciências sociais: a entrevista e o questionário. Estes dois instrumentos foram aplicados nas áreas naturais protegidas localizadas na Região Centro de Portugal, nomeadamente nos espaços protegidos sob gestão do ICN, excluindo-se as Matas Nacionais, Monumentos Naturais e Sítios Classificados.

A Região Centro de Portugal alberga as seguintes ANP's: **Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE)**, **Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI)**, **Reserva Natural das Berlengas (RNB)**, **Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM)**, **a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDSJ)**, **a Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA)**, **a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA)**; **Parque Natural do Douro Internacional (PNDI)**¹ e o **Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros (PNSAC)**²

As razões que justificaram a escolha desta delimitação geográfica para a realização da investigação prendem-se aos seguintes factores:

(a) Existência de um conjunto de parques os quais podem ser enquadrados em duas tipologias relacionadas com a procura turística: os parques com procura turística massificada e os parques com procura não massificada.

No domínio do turismo massificado enquadram-se o Parque Natural da Serra da Estrela e a Reserva Natural das Berlengas, uma vez que se constata um fluxo turístico concentrado em épocas específicas do ano e cuja procura apresenta motivações em torno de dois produtos tipicamente de massas, respectivamente a neve e o sol/praias, conforme análise elaborada no Capítulo 1.

Por outro lado, observa-se um conjunto de parques com apetência para um turismo de natureza onde não há registo da massificação da procura turística. Enquadram-se nesta vertente as áreas protegidas da Reserva Natural da Serra da Malcata, o Parque Natural do Tejo Internacional, a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, a Paisagem Protegida da Serra do Açor, a Reserva Natural do Paul de Arzila e o Parque Natural do Douro Internacional.

¹ O PNDI se difunde espacialmente pelos territórios da Região Norte e pelo Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, pertencente à Região Centro, conforme classificação do INE.

² Não foi possível a inclusão do PNSAC no presente trabalho devido à falta de disponibilidade deste parque para a realização dos trabalhos de recolha dos dados.

(b) Maior proximidade física destes parques à cidade de Aveiro, possibilitando a realização da investigação pelos meios humanos e económicos disponíveis e pela exiguidade dos prazos associados a uma dissertação de mestrado. Desta forma, a Tabela 6.1 resume a relação dos parques sujeitos à intervenção desta investigação e a Figura 6.1 a localização destas áreas protegidas na Região Centro.

Tabela 6.1: Tipologia para as ANP's do Centro de Portugal consoante a procura turística.

Áreas Naturais Protegidas sob intervenção da investigação	Tipologia
<i>Reserva Natural da Serra da Malcata</i>	<i>Turismo de natureza não massificado</i>
<i>Parque Natural do Tejo Internacional</i>	
<i>Reserva Natural das Dunas de São Jacinto</i>	
<i>Paisagem Protegida da Serra do Açor</i>	
<i>Reserva Natural do Paul de Arzila</i>	
<i>Parque Natural do Douro Internacional.</i>	
<i>Parque Natural da Serra da Estrela</i>	<i>Turismo de natureza massificado</i>
<i>Reserva Natural das Berlengas</i>	

Figura 6.1: Mapa de localização das ANP's investigadas.



Fonte: Adaptado de ICN (2006).

Uma vez apresentada a delimitação do estudo, segue-se a descrição dos instrumentos de recolha de dados empregues na investigação.

6.3.3 A entrevista.

A entrevista aplicada foi do tipo “padronizada ou estruturada”, onde se seguiu um roteiro previamente estabelecido. “*Nas entrevistas estruturadas ou padronizadas, a formulação das perguntas e a sequência de apresentação, são, por regra, invariáveis. O seu formato é portanto rígido.*” (Moreira, 1994: 133). Por esta via, Carmo e Ferreira (1998) destacam a necessidade de um planeamento anterior à sua aplicação. Neste planeamento definiram-se os objectivos, a escolha dos entrevistados e a construção do guia e justificação das variáveis exploradas na entrevista, conforme o exposto em seguida:

(a) Objectivo da entrevista.

A entrevista assumiu um carácter exploratório e teve como objectivo a realização de um diagnóstico preliminar sobre a sustentabilidade do turismo de natureza nas ANP's em análise. A partir da entrevista, tornou-se possível a elaboração de uma análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (ou do inglês *strengths, weaknesses, opportunities, threats* – SWOT) do fenómeno investigado e a análise referente às ferramentas de gestão do turismo de natureza, em consonância com os objectivos específicos associados à elaboração do diagnóstico e às interfaces entre a gestão do turismo no parque e os modelos de gestão extraídos da literatura.

Tratou-se, portanto, de um instrumento capaz de delinear a concepção global da gestão e desenvolvimento do turismo de natureza, no espaço sob intervenção da investigação, na perspectiva dos gestores das ANP's, à luz dos princípios da sustentabilidade em turismo, observados nos capítulos 2, 3, 4 e 5 da revisão de literatura. A natureza das questões propostas também permitiu a realização de uma avaliação quanto à identificação das interfaces entre as práticas correntes dos gestores de cada área protegida, com respeito ao turismo, e as ferramentas de gestão estudadas nos pontos 5.4.1, 5.4.2, 5.4.3 e 5.4.4 deste trabalho.

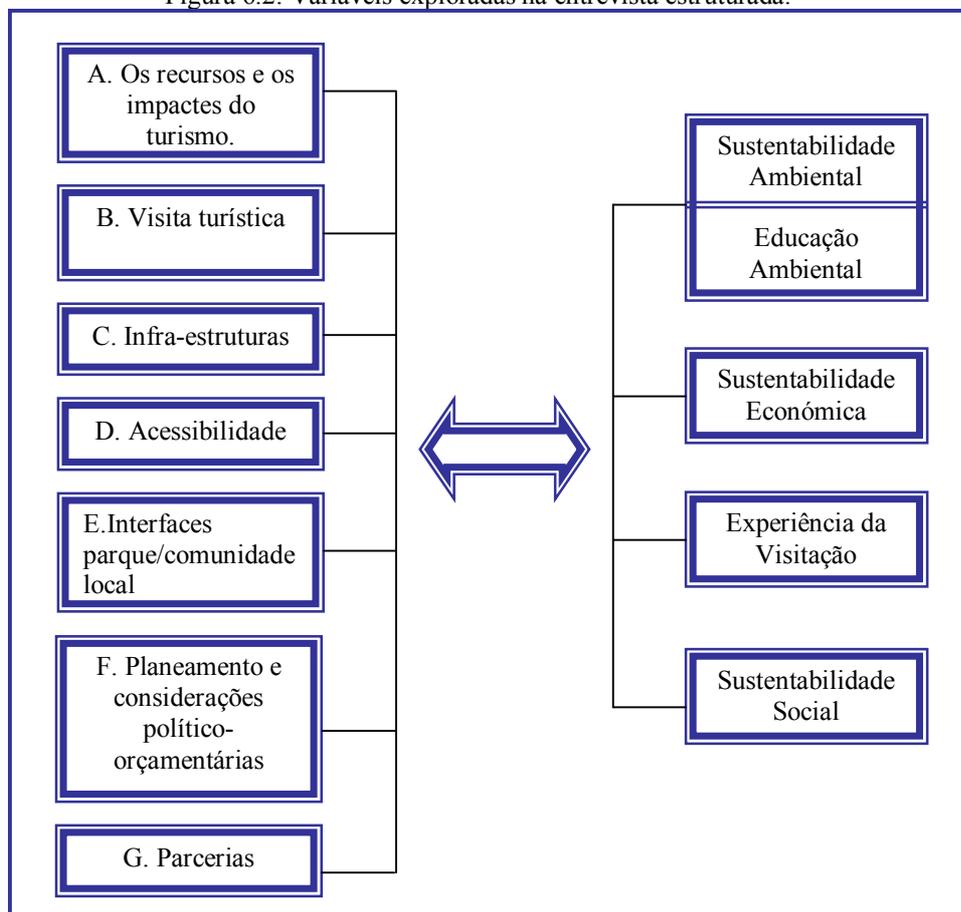
(b) Escolha dos entrevistados.

A entrevista foi dirigida aos directores das áreas protegidas em análise. Posicionando-se no centro da tomada de decisão, este conjunto de informantes qualificados apresenta uma visão holística sobre as questões associadas à gestão destas áreas. As entrevistas realizaram-se nas sedes dos parques e foram conduzidas directamente pelo autor entre Janeiro de 2006 a Maio de 2006. Foi realizado um total de 7 entrevistas, uma vez que o director da Reserva Natural do Paul de Arzila acumula também a direcção da Paisagem Protegida da Serra do Açor.

(c) Construção do guia e justificação das variáveis exploradas na entrevista.

Foram explorados 7 (sete) principais incidências (variáveis) com implicações directas nos principais eixos da sustentabilidade, conforme observado na Figura 6.2.

Figura 6.2: Variáveis exploradas na entrevista estruturada.



As entrevistas obedeceram rigorosamente à sequência das variáveis observadas na Figura 6.2. A escolha das variáveis, bem como a construção das questões, não foram de exclusiva responsabilidade do autor desta dissertação. O referencial bibliográfico para a elaboração do guia está assente nos trabalhos de **Boo** (2002) e **Drumm et al** (2003). **Boo** (2002) propõe uma estratégia que orienta investigadores na realização de um diagnóstico onde se exploram os seguintes parâmetros: (a) *recursos naturais do parque*; (b) *visitação turística*; (c) *infra-estrutura do parque*; (d) *funcionários*; (e) *interacção entre o parque e as comunidades locais*; (f) *estrutura legal e considerações políticas e orçamentárias*; (g) *participação do sector privado*.

Drumm et al (2003) enumeram um conjunto de questões que visam a realização de um diagnóstico para a elaboração de um PGE, conforme abordado no ponto 5.3.2 da revisão de literatura. As

variáveis tratadas pelos autores são: (a) *recursos naturais*, (b) *recursos culturais*; (c) *gestão de áreas protegidas*, (d) *padrões dos visitantes, actividades e infra-estrutura*; (e) *planos e políticas para o turismo*; (f) *comunidades*; (g) *parcerias*. Para além destas referências citadas, registam-se contribuições derivadas da revisão da literatura, presentes nomeadamente nos capítulos 3 e 5 deste trabalho, conforme observado na Tabela 6.2.

Tabela 6.2: Referências da literatura sobre as variáveis utilizadas na entrevista e as suas justificações.

Variáveis	Referências	Justificação
A. Gestão dos impactes nos recursos naturais	<i>Boo (2002). Drumm e Moore (2003)</i>	<i>Levantar um breve diagnóstico dos impactes do turismo nos recursos naturais e se existem esforços de gestão no sentido de sistematizar a utilização de respectivos indicadores de sustentabilidade.</i>
B. Visita turística	<i>Boo (2002), Diamantis (2004)</i>	<i>Identificar os esforços da gestão do parque em conhecer os aspectos relevantes da procura turística, num reflexo directo ao aprimoramento da experiência de visitação. Aborda-se também o emprego da ferramenta VIM, ROS e CC.</i>
C. Infra-estrutura	<i>Boo (2002), Diamantis (2004), McNeely et al (1992).</i>	<i>Oferecer mais valias à experiência do turista, com ênfase na educação ambiental, uma das principais componentes do ecoturismo. Interfaces com a ferramenta ECOS.</i>
D. Acessibilidade	<i>Boo (2002). Drumm e Moore (2003); Boyd e Butler (1996)</i>	<i>Outro factor relativo à experiência da visitação, destacado na ferramenta ECOS.</i>
E. Interfaces parque/comunidade local	<i>Boo (2002); Drumm e Moore (2003); Boyd e Butler (1996); Moore et al (2003); Farrel e Marion (2002). Hawkins (2004); Stankey e Cole (1998).</i>	<i>Levantar questões relativas à sustentabilidade social do turismo em áreas protegidas e ao nível de parceria existente entre o parque e a comunidade local, como forma de avaliar o potencial para estabelecimento de um “cluster” em ecoturismo. Também com interfaces no modelo LAC, VIM e ECOS.</i>
F. Planeamento e considerações político-orçamentárias	<i>Boo (2002); Drumm e Moore (2003)</i>	<i>Revelar questões de amplitudes intrínsecas ao planeamento, ambiente legal, gestão orçamental e sustentabilidade</i>
G. Parcerias	<i>Costa (2001b), Hawkins (2004)</i>	<i>Levantar questões que perspectivam tendências futuras ao ecoturismo, nomeadamente a formação de redes e clusters.</i>

Legenda: CC: Capacidade de Carga; ROS: *Recreational Opportunity Spectrum*; ECOS: *Ecotourism Opportunity Spectrum*; LAC: *Limit of Acceptable Change*; VIM: *Visitor Impact Management*. Fonte: elaboração própria.

A partir deste tecido bibliográfico, operacionalizaram-se as variáveis da entrevista, fazendo-se adaptações sempre que necessário à realidade portuguesa, evitando-se inserir variáveis cujas respostas podem ser encontradas em publicações existentes. Assim, inquirir sobre as variáveis *recursos naturais*, existentes nas propostas de **Boo (2002)** e **Drumm et al (2003)**, e *recursos culturais*, existente na proposta de **Drumm et al (2003)**, tornava-se dispensável, uma vez que o **ICN (s.d.)** já apresenta o inventário dos recursos naturais e culturais das áreas naturais protegidas em Portugal.

De igual modo, foram também realizadas adaptações com vista a um maior pragmatismo e adaptação ao cenário português. Por exemplo, **Boo (2002)** sugere para a variável *estrutura legal e considerações políticas e orçamentárias* a seguinte questão: “*Quais os documentos legais*

existentes que regulamentam as actividades turísticas no parque?” A partir da revisão de literatura observou-se a existência de um quadro legislativo específico para o turismo em áreas naturais protegidas, ver ponto 4.5.3, o que dispensaria a inclusão desta pergunta, sendo modificada no sentido de recolher a opinião sobre a eficácia desta legislação. Assim, utilizando as referências bibliográficas mencionadas e as adaptações necessárias, desenharam-se as questões da entrevista apresentada no Anexo 1.A.

Para além das 7 variáveis descritas na Figura 6.2 e Tabela 6.2, a entrevista apresenta, também, dois blocos de questões fechadas, visando a análise das ferramentas de gestão da actividade turística. Estes blocos versam sobre os parâmetros associados às ferramentas LAC, VIM e ROS, conforme os pontos 5.4.2, 5.4.3, 5.4.4 e 5.6.2. Pela confrontação da teoria e as práticas correntes da gestão, avalia-se a pertinência destes modelos teóricos bem como as suas operacionalizações no terreno das ANP’s.

Para tanto, os gestores foram inquiridos para responder, a uma escala “sim/não” conforme a realização, na prática, dos parâmetros sugeridos. Estes blocos de questões fechadas correspondem aos itens I.1 e I.2 da entrevista (ver Anexo 1.A). A associação entre os parâmetros e a sua respectiva ferramenta de gestão é apresentado nas Tabelas 6.3 e 6.4.

Tabela 6.3: Parâmetros associados aos impactes da visita em ANP’s associados às ferramentas LAC e VIM.

Parâmetros	Ferramenta
<i>Existe algum trabalho de inventário dos recursos voltados a uma melhor experiência da visita ao parque?</i>	LAC
<i>São determinados objectivos que sejam voltados a melhoria da experiência da visita?</i>	LAC
<i>A determinação destes objectivos analisa as condições dos recursos para se especificar o tipo de recreação e actividade turística a ser oferecida?</i>	LAC
<i>São determinados objectivos para a redução de impactes que podem ser provocados pelos turistas?</i>	VIM
<i>O sistema de trilhos adoptados permite a dispersão dos visitantes?</i>	VIM
<i>O sistema de trilhos são circulares, ou seja, oferecem a possibilidade de voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso realizado?</i>	VIM
<i>Os trilhos dinamizam a experiência da visita através da interpretação ambiental?</i>	VIM
<i>A gestão dos impactes da visita está assente em bases científicas?</i>	VIM
<i>São determinados objectivos que reduzam eventuais conflitos entre turistas e turistas e população local?</i>	VIM, LAC
<i>Os gestores do parque procuram a participação de grupos pertencentes à comunidade local ou grupos de especialistas para a discussão dos impactes provocados pela actividade turística no parque?</i>	VIM, LAC

Tabela 6.4: Parâmetros associados à gestão por indicadores (ferramentas LAC e VIM) e zonamento ROS.

Parâmetros	Ferramenta
<i>São levantadas forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relativos ao turismo no parque?</i>	LAC
<i>Os tipos de actividades turísticas desejadas estão descritos?</i>	LAC
<i>São seleccionados indicadores de gestão da actividade turística?</i>	VIM, LAC
<i>São estabelecidos padrões para os indicadores de gestão do turismo?</i>	VIM, LAC
<i>Os indicadores de gestão do turismo são monitorizados</i>	VIM, LAC
<i>Há zonas recreativas caracterizadas por áreas com finalidades educacionais e recreativas facilmente acessíveis;</i>	ROS
<i>Há zonas caracterizadas por locais onde a vida selvagem, o ecossistema, a história cultural ou natural são de grande valor e são visitadas pelos turistas;</i>	ROS
<i>Há um "zonamento científico/intensivo" reservado às áreas onde o valor do ecossistema é inestimável, com severas restrições ao uso dos recursos. O acesso é permitido através de autorização antecipada e o visitante deverá ser acompanhado por guias.</i>	ROS

Com o intuito de esclarecer o percurso metodológico que possibilitou a determinação das possibilidades de zonamento ROS, importa referir os trabalhos empíricos elaborados por **Wallace** (2002) acerca do zonamento ROS para a actividade ecoturística no Parque Nacional de Galápagos, no Equador. Desta forma, Wallace definiu um espectro de oportunidades de recreação constituído por 6 níveis, conforme observado na Tabela 6.5. A escolha deste modelo assenta na sua relevância teórico-prática, reunindo maiores possibilidades de confrontação com a realidade das ANP's do Centro de Portugal. No âmbito deste modelo, foram seleccionadas para a apreciação dos inquiridos, as 3 possibilidades de zonamento ROS, descritos nas 3 últimas linhas da Tabela 6.4 acima, correspondente aos níveis **recreativo/intensivo**, **natural/intensivo** e **científico/intensivo**, respectivamente.

Tabela 6.5: Possibilidades de zonamento ROS, modelo de Wallace aplicado nas Ilhas Galápagos.

Tipos de zonamento
<i>Rural: onde estariam incluídas áreas adjacentes ao parque na quais este trabalha com proprietários de terras privadas a fim de desenvolver actividades associadas ao turismo de natureza.</i>
<i>Recreativo/intensivo: Incluiria as áreas de recreação desenvolvidas nas comunidades locais próximas ao parque ou os locais relativos ao parque dentro das comunidades. As instalações são projectadas para um grande número de visitantes;</i>
<i>Natural/intensivo: representado por locais de visitaç�o onde a vida selvagem, o ecossistema, a história cultural ou natural são de grande valor. Niveis mais elevados de uso poderiam ser permitidos.</i>
<i>Natural/extensivo: incluindo os locais com vida selvagem, ecossistemas, história cultural ou natural de importante valor, com restri�es mais severas dos recursos, limitando o tamanho dos grupo ou limitando as condi�es para obten�o de autoriza�es, pois se almeja (sic) uma experiência mais tranquila e com um número menor de encontros;</i>
<i>Semi-primitivo: englobaria as áreas desertas ou de praias remotas. �reas onde se exige que o transporte seja feito a p�, por animais ou barcos não motorizados, onde são maiores os riscos e desafios enfrentados e as habilidades exigidas. O número de encontros � mantido em niveis baixos e exige-se o acompanhamento de guias;</i>
<i>Científico/intensivo: reservado às áreas onde o valor do ecossistema � inestimável, com nenhuma ou pouquíssima introdu�o de espécies exógenas. Via de regra (sic) são regiões remotas e desertas, com severas restri�es de recursos. O acesso � permitido através de autoriza�o antecipada e o visitante deverá ser acompanhado por guias. Normalmente estas áreas são liberadas para cientistas e investigadores.</i>

Fonte: **Wallace** (2002: 119-120).

6.3.4. As observações de campo: visita às Áreas Naturais Protegidas.

Metaforicamente, o laboratório do investigador em turismo de natureza é, por excelência, o campo. Portanto, também foram realizadas visitas às ANP's do Centro de Portugal com vista a desenvolver uma observação sistemática que se propôs como um contributo adicional à interpretação da realidade em questão. Não houve o propósito de aplicar técnicas referenciadas na literatura, como por exemplo as *observações participantes* e *não participantes*, mas sim, de desenvolver uma atitude de observação consciente, de forma a aprofundar a capacidade de seleccionar informação pertinente, através do permanente exercício de aguçar sentidos. Importa salientar, que o investigador obteve seu primeiro contacto pessoal com o país Portugal durante a realização deste Mestrado e, portanto, o trabalho de campo propiciou um contacto mais directo com a realidade das ANP's portuguesas, apresentando um percurso exploratório fundamental para este contexto específico.

Desta forma, procurou-se observar questões associadas às infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza, às acessibilidades aos parques, à ocupação da população local, às parcerias existentes, aos impactes da actividade, aos instrumentos de educação e interpretação ambiental frequentemente utilizados, à sinalética turística, ao zonamento, entre outros atributos relacionados às variáveis exploradas na entrevista descrita no ponto anterior. De Janeiro de 2006 a Maio de 2006 foram realizadas visitas à RNSM, ao PNTI, à RNDSJ, ao PNSE, ao PNDI e à RNPA. As observações *in loco* produziram alguns registos fotográficos que podem ser conferidos no Anexo III.

6.3.5 O inquérito por questionário.

O questionário utilizado nesta investigação apresentou um conjunto de variáveis associadas aos indicadores de sustentabilidade extraídos da literatura. De acordo com **Carmo e Ferreira** (1998), um questionário como instrumento de recolha de dados deve obedecer a alguns procedimentos, tais como: (a) definir seus **objectivos**; (b) identificar as **variáveis relevantes**; (c) seleccionar a **amostra adequada de inquiridos**; (d) elaborar o instrumento em si, **testá-lo e aplicá-lo**.

Em termos dos **objectivos**, o questionário foi construído com fins de alcançar o objectivo geral e específicos da dissertação e avaliar as questões de investigação. Com essa tónica, o questionário integrou um conjunto de indicadores de sustentabilidade oriundos da literatura da especialidade e submetidos aos inquiridos sob a forma de uma “escala de atitude” do tipo *Likert*. Os indicadores agrupados no âmbito das vertentes da sustentabilidade constituíram as **variáveis relevantes** do questionário.

No âmbito dos parques relacionados na Tabela 6.1, o questionário foi dirigido aos funcionários que apresentavam perfis com habilitações literárias ao nível de bacharelado, licenciatura ou ao nível de pós-graduação. Nas entrevistas realizadas aos directores dos parques confirmou-se que estes técnicos frequentemente realizam actividades ligadas ao turismo, seja na realização de visitas guiadas, nas práticas de educação ambiental ou na elaboração de materiais destinados à melhoria da visita turística. Desta forma, a selecção dos inquiridos reúne condições para uma maior validade das respostas.

Considerando-se o “universo” a **totalidade** das ANP’s distribuídas pelo território português, a **amostra** utilizada, conforme a descrição do parágrafo acima, foi do tipo não-casual ou dirigida, nomeadamente uma amostra de conveniência. **Hill e Hill** (2000) sublinham que os resultados e conclusões obtidos a partir deste modelo de amostragem não devem ser extrapolados para o universo. Desta forma, salienta-se que os resultados e conclusões obtidos nesta investigação estão delimitados às áreas naturais protegidas da Região Centro de Portugal não devendo ser extrapolados para a totalidade da RNAP.

No âmbito desta amostra de conveniência, procurou-se aplicar o questionário à totalidade dos funcionários com o perfil acima mencionado. No entanto, existiu, à partida, um constrangimento associado à dificuldade de encontrar os técnicos nas sedes dos parques ou centros de interpretação devido a componente de trabalhos de campo por eles realizada. Assim sendo, optou-se por deixar um envelope pré-selado e, utilizando o apoio da equipa do secretariado dos parques, os questionários eram remetidos à morada do investigador após o seu preenchimento pelos técnicos. A excepção a esta prática ocorreu no PNSE e na RNDSJ, onde foi possível a aplicação presencial do questionário. Com este procedimento, foi possível obter a dimensão amostral de **N=25**, correspondente a **75%** do total de funcionários com o perfil mencionado. Pode-se com isso afirmar que a amostra recolhida representa de modo bastante razoável o conjunto de funcionários das ANP’s do Centro de Portugal (ver Tabela 6.6).

Tabela 6.6: Quantidade de questionários respondidos por parque e total de funcionários com perfil.

Áreas Naturais Protegidas sob intervenção da investigação	Questionários respondidos	Total de funcionários com perfil.
<i>Reserva Natural da Serra da Malcata</i>	3	4
<i>Parque Natural do Tejo Internacional</i>	4	4
<i>Reserva Natural das Dunas de São Jacinto</i>	3	4
<i>Paisagem Protegida da Serra do Açor</i>	2	2
<i>Reserva Natural do Paul de Arzila</i>	3	6
<i>Parque Natural da Serra da Estrela</i>	7	10
<i>Reserva Natural das Berlengas</i>	3	3
TOTAL	N=25	Total=33

Para o alcance de seus objectivos, o inquérito foi subdividido em três partes. A **primeira** reflecte questões associadas à caracterização da amostra e contempla as seguintes variáveis:

- (a) *Área Natural Protegida;* (b) *Sexo;*
 (c) *Idade;* (d) *Tempo de trabalho no ICN;*
 (e) *Habilitações literárias.*

A **segunda** continha o elenco de indicadores os quais seriam submetidos à opinião dos inquiridos. Os indicadores contemplaram as três vertentes da sustentabilidade e, para além destas, acrescentou-se uma componente associada à educação ambiental e aplicação de ecotécnicas. Os indicadores foram organizados em quatro grupos, e através dessa construção, poder-se-á aferir a sensibilidade dos inquiridos face as vertentes da sustentabilidade. As Tabelas também demonstram a referência da literatura da qual foi extraído o indicador e a associação deste com as ferramentas de gestão do turismo de natureza. Ver Tabelas 6.7, 6.8, 6.9 e 6.10.

Tabela 6.7: Indicadores de gestão e conservação dos recursos naturais (Vertente ambiental da sustentabilidade).

	Indicadores	Fonte	Ferramenta
1	<i>Quantidade de espécies em via de extinção e endémicas que habitam o parque.</i>	<i>Li (2003); Ross e Wall. (1999); WTO (2004:264)</i>	<i>VIM</i>
2	<i>Quantidades de sítios com visita restrita e/ou proibida ao longo do ano.</i>	<i>WTO (2004:271)</i>	<i>CC, ROS</i>
3	<i>Número diário de visitantes.</i>	<i>Twining-Ward e Butler (2002); WTO (2004:271).</i>	<i>CC</i>
4	<i>Quantidade de visitantes nos meses de estação alta.</i>	<i>WTO (2004:271).</i>	<i>CC</i>
5	<i>Número de incidentes causados por riscos de incêndio ao mês (derivados de queimadas em agricultura, comportamento indevido de turistas, como atear lume em madeira para aquecimento ou churrascos, entre outros.).</i>	<i>Drumm et al (2004); WTO (2004).</i>	<i>VIM</i>
6	<i>Número de incêndios registados ao ano.</i>	<i>WTO (2004).</i>	<i>VIM</i>
7	<i>Avaliação das condições balneárias das praias fluviais, cachoeiras ou outros cursos d'água utilizados por turistas.</i>	<i>Twining-Ward e Butler (2002); Drumm et al (2004); WTO (2004:266).</i>	<i>ROS, LAC, VIM</i>
8	<i>Número de danos causados às árvores (como inscrições, pregos, entre outros.) próximos aos trilhos, estacionamento, centro de interpretação ou outros locais frequentados por visitantes.</i>	<i>Li (2003); Drumm et al (2004); WTO (2004:271)</i>	<i>LAC VIM</i>
9	<i>Pontos de erosão observados em trilhos, mirantes ou outros locais frequentados por turistas.</i>	<i>Drumm et al (2004); Moore et al (2003) ; WTO (2004:266)</i>	<i>ROS, LAC, VIM</i>
10	<i>Incidência de caça ou pesca ilegal ou de outra actividade ilegal semelhante.</i>	<i>Li (2003); Drumm et al (2004)</i>	<i>ECOS</i>
11	<i>Quantidade de trilhos traçados por visitantes para fora do trilho original.</i>	<i>Moore et al (2003)</i>	<i>LAC, VIM</i>
12	<i>Quantidade de registos de ocorrência de pressão em alguma espécie particular de vida silvestre em decorrência do turismo (ex. êxodo, diminuição na reprodução, morte por atropelamentos ou ingestão de alimentos estranhos à dieta, entre outros.).</i>	<i>Li (2003); Ross e Wall. (1999); ; Drumm et al (2004); WTO (2004).</i>	<i>LAC</i>

Tabela 6.8: Indicadores associados à experiência da visita turística e ao envolvimento da população local no desenvolvimento do turismo no parque (Vertente social da sustentabilidade).

	Indicadores	Fonte	Ferramenta
1	Intensidade do uso em sítios chave (pessoas por m2).	Moore et al (2003); Drumm et al (2004); WTO (2004:271)	CC, ROS
2	Percentagem de visitantes que realizam visitas guiadas.	WTO (2004:271)	ROS
3	Realização de inventário dos recursos naturais e culturais do parque e disponibilização desse material aos turistas na forma de guias, roteiros, entre outros.	WTO (2004:264-265); Li (2003); Ross e Wall. (1999)	ROS, LAC
4	Avaliação do nível de satisfação dos visitantes.	Li (2003); Moore et al (2003); Drumm et al (2004); Twining-Ward e Butler (2002); WTO (2004:276).	ROS, ECOS
5	Quantidade anual de resgates aos visitantes perdidos no parque.	Li (2003)	ECOS
6	Número de reclamações a respeito do operador ou da concessionária de turismo num determinado período de tempo.	WTO (2004:273).	LAC, VIM
7	Número de vezes em que grupos de turistas se encontram uns com outros em trilhos, mirantes, rios, lagos, cachoeiras, entre outros.	Moore et al (2003); Drumm et al (2004);	CC, ROS, ECOS, VIM
8	Monitorização de impactes negativos do turismo sobre a população local com respeito ao aumento do uso de drogas, alcoolismo, criminalidade, e outros problemas na esfera social.	Drumm et al (2004);	ECOS, VIM
9	Avaliação da satisfação dos residentes locais com a actividade turística no parque.	Drumm et al (2004); Li (2003); WTO (2004:266).	ECOS
10	Percentagem de visitantes oriundos da população local.	WTO (2004:272)	ECOS
11	Quantidade de empregados da comunidade local a trabalhar no parque.	WTO (2004:275); Drumm et al (2004); Ross e Wall. (1999); Twining-Ward e Butler (2002);	ECOS
12	Número de violações das regras do parque por parte da comunidade local.	WTO (2004:271);	LAC
13	Existência de um processo de participação entre a comunidade local e o parque com vista à colaboração no planeamento e na gestão das actividades turísticas do parque.	WTO (2004:273); Ross e Wall. (1999).	ECOS, LAC
14	Número de empreendimentos locais que prestam serviços turísticos ou de apoio ao turismo.	Drumm et al (2004); Li (2003); WTO (2004:275); Ross e Wall. (1999).	ECOS
15	Participação do parque nas festas tradicionais da comunidade local.	Twining-Ward e Butler (2002)	ECOS

Tabela 6.9: Indicadores associados à vertente económica da sustentabilidade.

	Indicadores	Fonte	Ferramenta
1	<i>Custo mensal necessário à protecção dos recursos naturais do parque.</i>	<i>WTO (2004:271);</i>	<i>VIM</i>
2	<i>Número de encontros anuais com os “stakeholders” (isto é, comunidade local, poder público, empresários do turismo, ONG) envolvidos com a actividade turística.</i>	<i>WTO (2004:271);</i>	<i>ECOS, LAC, VIM</i>
3	<i>Quantidade de pessoas que participam em alguma actividade relacionada com os serviços turísticos no parque (guias, empregados de restaurantes, meios de hospedagem internos ao parque, vendas de artesanato e “souvenirs”, transportes, entre outros).</i>	<i>Drumm et al (2004); Li (2003); Ross e Wall. (1999). WTO (2004:266).</i>	-
4	<i>Registo mensal dos rendimentos gerados pelas taxas oriundas do turismo. (bilhetes de acesso ao parque, vendas/aluguer de material informativo, concessões para instalações de serviços turísticos como pousadas, restauração, snack bar, parques de estacionamento entre outros.</i>	<i>WTO (2004:271); Drumm et al (2004); Ross e Wall. (1999); Li (2003)</i>	-
5	<i>Percentagem dos lucros obtidos com a actividade turística destinados a conservação.</i>	<i>WTO (2004:123); Ross e Wall. (1999).</i>	-
6	<i>Aumento na oportunidade de emprego gerado pela visita turística ao parque.</i>	<i>Ross e Wall. (1999); Drumm et al (2004)</i>	-
7	<i>Rácio entre o total de empregados do parque em contacto directo com turistas e o total de empregados do parque.</i>	<i>Li (2003).</i>	-
8	<i>Rácio entre empregados “part-time” ou sazonais / empregados “full time.”</i>	<i>WTO (2004).</i>	-
9	<i>Montante anual dos gastos em operações voltadas para o turismo.</i>	<i>Li (2003); Drumm et al (2004)</i>	<i>ECOS</i>
10	<i>Custo anual em promoção e publicidade do turismo no parque.</i>	<i>Li (2003)</i>	-
11	<i>Monitorização da inflação nas comunidades locais (aumento de preços decorrentes da actividade turística).</i>	<i>WTO (2004); Drumm et al (2004)</i>	-

Tabela 6.10: Indicadores associados à educação e interpretação ambiental e aplicação de ecotécnicas.

	Indicadores	Fonte	Ferramenta
1	Percentagem de turistas que participam em actividades de protecção.	Twining-Ward e Butler (2002); Ross e Wall. (1999); Wearing e Neil (2001); WTO (2004:125).	VIM
2	Número anual de eventos de educação ambiental promovidos pelo parque abrangendo estudantes, turistas, comunidade local, indústria do turismo e poder público local.	Drumm et al (2004); Ross e Wall. (1999); Li (2003).	VIM
3	Numero de operadores turísticos e/ou agência de viagens que oferecem actividades de conservação dos recursos naturais e valorização dos recursos culturais aos turistas.	Twining-Ward e Butler (2002); WTO (2004:125)	-
4	Quantidade de resíduos recolhidos ao longo de trilhos, parque de estacionamento, centro de interpretação ou outros locais frequentados por visitantes.	Moore et al (2003); Li (2003); WTO (2004:174)	LAC, VIM
5	Quantidade de resíduos sólidos destinados à reciclagem.	Drumm et al (2004);	-
6	Número de voluntários utilizados em técnicas de educação/interpretação ambiental.	WTO (2004:276)	VIM
7	Quantidade de resíduos orgânicos destinados à compostagem.	WTO (2004:174); Li (2003).	-
8	Número anual de horas de funcionamento do centro de interpretação.	WTO (2004:375)	ROS
9	Quantidade de formações realizadas por ano em interpretação ambiental e aplicadas aos guias e demais funcionários.	WTO (2004:333)	-
10	Número de parceiros (ONG, cooperativas local, representantes de empresas turísticas entre outros) trabalhando em prol da conservação dos recursos do parque ou em programas de educação / interpretação ambiental.	WTO (2004:275)	ECOS, LAC, VIM
11	Número de investigações e desenvolvimento (I e D) realizados anualmente no parque.	WTO (2004:465)	LAC, VIM
12	Investimento anual na adaptação e manutenção de instalações que obedeçam aos princípios das ecotécnicas.	McNeely et al (1992).	ECOS

Em seguida, o investigador elaborou um **terceiro** conjunto de proposições, também colocadas sob a forma de uma escala tipo *Likert*, destinadas a avaliar o grau de concordância dos factores que estão na origem de uma gestão não equilibrada entre as vertentes da sustentabilidade do turismo em áreas naturais protegidas.

À partida, apesar da literatura da especialidade ilustrar um vasto conjunto de indicadores de sustentabilidade para o turismo de natureza, constatam-se dificuldades na sua implementação e operacionalização para a gestão das áreas naturais protegidas. Desta forma, procurou-se seleccionar, entre os indicadores sugeridos na literatura, aqueles com maior apetência para a aplicação prática. Outros critérios de selecção estavam assentes na eliminação de redundâncias (muitos indicadores suscitam significados idênticos) e ambiguidades. Procurou-se, também, o equilíbrio entre a tentativa de contemplar indicadores significativos e a construção de um questionário que não fosse demasiadamente extenso, evitando-se, assim, uma baixa taxa de retorno dos questionários.

Uma vez elaborado o instrumento, respeitando-se as considerações acima, partiu-se para sua aplicação numa fase de pré-teste que levou a alguns ajustes na formulação dos indicadores assentes na identificação da quantidade ideal de indicadores a serem analisados, na certificação quanto à compreensão para os respondentes; na identificação de ambiguidades ou leituras subjectivas.

A entrevista referenciada no ponto anterior também foi submetida a um pré-teste, com o objectivo de avaliar o tempo de sua condução, levantar questões ambíguas e, sobretudo, levantar questões específicas a cerca da sustentabilidade do turismo de natureza em áreas naturais protegidas de Portugal, com vista a sedimentar um instrumento de recolha de dados mais pragmático e objectivo possível. O pré-teste da entrevista e do questionário foi realizado no Parque Natural do Alvão, localizado na região Norte de Portugal.

A realização deste pré-teste, no entanto, suscitou algumas expectativas que não se concretizaram durante à realização da investigação nos parques da Região Centro. O Parque Natural do Alvão, por ser o menor dos parques naturais de Portugal (7.220 ha), apresentava um quadro de 10 técnicos, levando o investigador a inferir quanto à existência de uma linearidade entre o tamanho do parque e o número de funcionários. Portanto, seria possível obter uma amostra de maiores dimensões para a recolha de dados, uma vez que os parques naturais a serem investigados possuem superfícies territoriais superiores à encontrada no Alvão. Outra expectativa resultante do pré-teste no Alvão, associa-se ao tempo de envio dos questionários à morada do investigador. Para este parque, o tempo foi inferior a 15 dias, levando o investigador a concluir pela existência de uma disponibilidade e interesse por parte das equipas dos parques neste tipo de trabalho.

Nos parques da região Centro estas inferências não se concretizaram para a maioria dos casos. O número dos técnicos dos parques analisados era inferior ao encontrado no Alvão e nem sempre havia uma disponibilidade por parte da equipa para receber o investigador, o que provocou um tempo extensivo (6 meses) para a conclusão do trabalho de campo. Em função dos prazos para a conclusão da dissertação foi possível obter a representação amostral final de **N=25** de inquiridos.

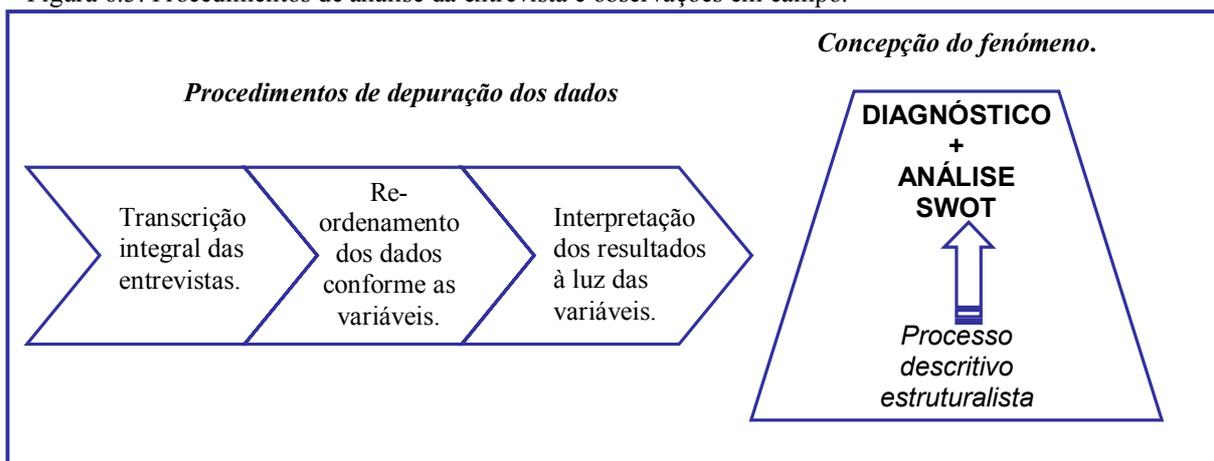
Após a realização do pré-teste, procederam-se os ajustes necessários e iniciaram-se os trabalhos nas ANP's do Centro de Portugal, utilizando, por fim, as variáveis apresentadas nas tabelas que se seguem. O desenho do questionário pode ser conferido no Anexo 1.B.

6.4 Técnicas de análise dos resultados.

6.4.1 Análise da entrevista qualitativa e observações de campo.

Após a realização das entrevistas iniciaram-se os procedimentos de depuração dos dados a partir das variáveis definidas na Figura 6.2. Nomeadamente, os procedimentos adoptados encontram-se ilustrados na Figura 6.3 a seguir.

Figura 6.3: Procedimentos de análise da entrevista e observações em campo.



O procedimento de transcrição integral possibilitou o registo de uma maior quantidade de dados relevantes ao contexto da investigação, captando-se o discurso dos inquiridos em toda a sua riqueza e profundidade. Apesar da exigência de trabalho e dispêndio de tempo, é bastante aconselhado quando se tem uma amostra inferior a 30 entrevistados (**Moreira, 1994**).

Apesar de se tratar de uma entrevista estruturada, em termos práticos, as respostas dos entrevistados para algumas questões específicas, muitas vezes, suscitam pontos de convergência com outras questões formuladas ao longo da entrevista. Desta forma, realizou-se um re-ordenamento dos dados, contidos nas transcrições das entrevistas, com vista ao maior aproveitamento das respostas obtidas. Na sequência, interpretaram-se os dados e seus significados mediante as variáveis exploradas.

Em termos absolutos, os procedimentos adoptados visam obter informações e aspectos relevantes sobre o fenómeno estudado não sendo sujeito a uma análise de conteúdo exaustiva. As informações obtidas mediante a interpretação dos dados fomentam um processo descritivo e estruturado que produzirá o diagnóstico e Análise SWOT sobre a **gestão do turismo** na ANP's do centro de Portugal, numa perspectiva da sustentabilidade. Através da análise SWOT realiza-se uma avaliação global das forças e fraquezas, associadas aos elementos intrínsecos à gestão da sustentabilidade,

onde é possível o controlo e domínio; como também a avaliação das oportunidades e ameaças, variáveis essas fora do controlo da gestão do turismo de natureza.

6.4.2 Análise do questionário.

O programa estatístico *Statistical Programme for Social Science* – SPSS foi empregue para a análise dos dados recolhidos pelo questionário. Em síntese, recorreu-se às técnicas de **estatística descritiva**, para o efeito da obtenção das distribuições de frequência absoluta e percentual e as medidas de análise estatística associadas à média e ao desvio padrão (D.P) das variáveis estudadas. Na análise das respostas também se utilizou a técnica de **análise bivariada** e neste âmbito administraram-se os seguintes testes:

(a) **Teste não paramétrico** de Mann-Whitney, utilizado para a análise que recai sobre as variáveis ordinais, representadas pelos indicadores da sustentabilidade das Tabelas 6.7, 6.8, 6.9 e 6.10 e submetidos à escala de Likert. O teste não paramétrico de Mann-Whitney pode ser utilizado para comparar duas amostras independentes. Fundamenta-se o emprego desta técnica, conforme esclarece **Pestana e Gagueiro** (2005: 444). “*Este teste é de utilização preferível ao “teste t” quando há violação da normalidade, ou quando os n’s são pequenos, ou ainda quando as variáveis são de nível pelo menos ordinal.*” Uma vez que a amostra possui uma dimensão pequena, **N=25**, o teste de Mann-Whitney adequa-se aos objectivos da análise bivariada desta investigação, tendo sido administrado em duas situações específicas:

(i) A partir da amostra total, na qual se verifica a existência de duas amostras independentes, caracterizadas pelos parques do turismo massificado e não massificado; compara-se o comportamento destas amostras no que respeita às variáveis ordinais dos indicadores da sustentabilidade.

(ii) Em conformidade com as habilitações literárias, enquadram-se os dados dos inquiridos em duas amostras independentes; uma amostra está associada às formações académicas pertencentes ao grupo das biociências e ciências agrárias, nomeadamente, as Licenciaturas em Biologia, Zootecnia e Engenharia Agrónoma, as quais suscitam uma ênfase mais detida na componente ambiental; e a outra amostra engloba as formações no campo do Turismo, Geografia, Arquitectura, Sociologia e outras, as quais poderão suscitar componentes socioeconómicas numa ênfase mais alargada. A partir da construção destas duas amostras independentes, comparam-se os seus comportamentos face às variáveis ordinais dos indicadores da sustentabilidade.

O nível de significância utilizado na decisão do teste estatístico foi de 5% (0,05), portanto, para valores de significância menores ou iguais a 0,05, considera-se que as variáveis apresentam diferenças estatísticas significativas entre si.

(b) Teste para comparação de diferenças entre médias.

Ao se obterem as médias totais de cada um dos grupos de indicadores associados às componentes, tornou-se importante aferir a diferença entre os valores obtidos para as médias. Neste caso, recorreu-se ao teste não paramétrico de Wilcoxon, adequado para amostras pequenas, sendo capaz de descobrir, com maior probabilidade, as diferenças quando realmente existem. (Pereira, 2004). De modo semelhante ao Mann-Whitney, utilizou-se o nível de significância de 5% na decisão do teste.

Capítulo 7: Análise dos resultados.

7.1 Introdução.

Neste capítulo apresentam-se os resultados obtidos com esta investigação. À partida, elabora-se um diagnóstico descritivo acerca da sustentabilidade do turismo de natureza nas áreas naturais protegidas da região Centro de Portugal, por forma a cumprir os objectivos da presente dissertação referentes a análise SWOT e levantamento das interfaces entre as práticas de gestão do turismo de natureza, nestes parques, e as recomendações da literatura assentes nas ferramentas para gerir a actividade. Desta forma, e conforme mencionado no capítulo da Metodologia, ao longo deste capítulo, procura-se obter respostas para questões que se prendem a 7 variáveis significativas para o desenvolvimento sustentável no turismo. As variáveis analisadas são **os recursos e os impactes do turismo; a gestão da visita turística; a infra-estrutura de apoio ao turismo e educação ambiental; acessibilidades; interfaces entre o turismo no parque e a comunidade local; planeamento, estrutura legal e considerações políticas e orçamentárias; parcerias**. Após a apresentação do diagnóstico, o ponto seguinte analisa os esforços para gerir o turismo nos parques, consoante as ferramentas de gestão do turismo de natureza apresentadas na literatura. Identificam-se as interfaces entre os princípios destas ferramentas e as práticas correntes de gestão. Os resultados, assim obtidos, irão permitir a construção de uma análise crítica acerca da gestão do turismo de natureza, em ANP's do Centro de Portugal, numa perspectiva de sustentabilidade. A análise crítica seguirá o modelo de Análise SWOT, através do levantamento das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, substanciando um roteiro com importantes contributos para futuros trabalhos de planeamento do turismo de natureza nas ANP's. Neste aspecto, as fraquezas e ameaças, assim delineadas, não se configuram no traçar de um quadro negativo no que respeita à gestão do turismo, e sim, representam a identificação e compreensão dos aspectos menos positivos neste processo, no sentido de serem corrigidos, de forma a melhorar a capacidade de intervenção. Por fim, apresenta-se a análise do inquérito aplicado aos técnicos das Áreas Naturais Protegidas investigadas. Utilizaram-se, com este propósito, as técnicas tradicionais da estatística descritiva, assentes na média e no desvio-padrão, para além de alguns testes não-paramétricos e análise de comparações entre médias.

7.2. Análise dos resultados da entrevista dirigida aos directores das ANP's.

7.2.1 Os recursos e os impactes do turismo de natureza.

À partida, procurou-se conhecer o porquê da atribuição do *status* de protecção às áreas naturais em análise. Em unanimidade, os gestores destas ANP's realçam a incidência dos estatutos de protecção para estes espaços, pela existência de um conjunto de **valores naturais bióticos, abióticos e paisagísticos**, com ecossistemas a abrigar espécies de fauna, principalmente a avifauna, e as

espécies de flora, consideradas relíquias para a região. Em síntese, o património biológico e paisagístico fundamentam um estatuto especial de protecção e posicionam a gestão destes recursos naturais à luz da sua função intrínseca. As directrizes de conservação ambiental da UE, transpostas para o Direito Nacional, também estão na origem dos factores considerados importantes, pelos gestores das ANP's analisadas, à designação dos estatutos de protecção.

Além dos factores de base natural apontados, importa destacar que apenas o Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) e a Reserva Natural das Berlengas (RNB) também mencionaram a existência de um conjunto de recursos centrados no **elemento humano** como relevantes à protecção da área. Figura-se neste raciocínio, em relação ao PNDI, as tradições e modos de vida das gentes do Douro, da sua cultura, do seu dialecto local – o Mirandês, a arquitectura, a gastronomia e o património edificado. De igual modo, para a RNB, se enfatiza a existência de um património cultural com base nos acontecimentos históricos e no património edificado existente.

No âmbito das discussões assinaladas pela dialéctica entre a função intrínseca e a utilitária, abordada nos pontos 2.4, 4.4 e 4.5 da revisão de literatura, observa-se uma maior ênfase na visão intrínseca das ANP's no que respeita à conservação dos seus recursos naturais basilares. A função intrínseca sobressai, portanto, à função utilitária ou instrumental dos territórios mencionados, caracterizando a componente humana numa posição menos relevante na justificação do *status* de protecção. A excepção da RNB e da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDSJ), todas as demais áreas registam a presença de concelhos, freguesias, aldeias ou habitações particulares nos seus domínios.

A componente humana e as suas relações com o território constituem elementos essenciais para as dinâmicas de conservação. Acresce que a totalidade das ANP's investigadas apresenta estatutos de protecção enquadrados na Rede Natura 2000 e de acordo com estas prerrogativas, os espaços assim classificados, devem promover o desenvolvimento sustentável, quer com vista à conservação dos seus próprios recursos, quer a imprimir maiores patamares de qualidade de vida e benefícios económicos para as populações residentes no domínio destes espaços (ver ponto 4.2). No entanto, apesar destas considerações, a componente humana, com os seus modos de vida e a sua cultura tradicional, não é mencionado como factor de importância à protecção destes espaços, para a maioria dos gestores entrevistados.

Embora prevaleça a função intrínseca da conservação, o turismo de natureza, nas ANP's do Centro de Portugal, é hoje uma realidade no espectro de possibilidades da função utilitária destes

territórios. No entanto, a actividade turística nestas ANP's apresenta-se em diferentes estágios do seu ciclo de vida, com níveis heterogéneos da procura e uma oferta turística também diferenciada no domínio destes territórios. Duas tipologias caracterizam o turismo de natureza nas ANP's do Centro de Portugal: o turismo de natureza não massificado e o turismo de natureza massificado.

No primeiro grupo enquadram-se as ANP's com uma procura turística reduzida e uma oferta de serviços turísticos ainda incipiente. No entanto, evidencia-se uma maior vocação à pratica de actividades essencialmente ecoturísticas nestas zonas, conforme exposto na Tabela 7.2 do ponto seguinte. A Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM), o Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), a Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (RNDSJ), a Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), a Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA) e o Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) são representativos da tipologia do turismo de natureza não massificado.

A RNB e o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) singularizam a existência de um turismo de natureza massificado, registando uma procura turística de quantidade expressiva em épocas específicas do ano e identificada com o arquétipo do perfil do turista de massas, analisado no Capítulo 1 deste trabalho. Nomeadamente, dois atractivos típicos do turismo de massas sustentam este cariz massificado: o atractivo “sol e praia”, para a RNB, e o atractivo “neve”, para o PNSE.

Independente da tipologia apresentada, o turismo de natureza praticado nas ANP's investigadas já regista um lastro de impactes negativos a imprimir preocupações aos gestores. Os resíduos sólidos deixados pelos visitantes é o impacte citado com mais frequência. Dos 8 parques analisados, 6 afirmaram, na espontaneidade, o registo do impacte causado pelo lixo e os seus prejuízos à paisagem natural e à qualidade ambiental no geral.

De modo particular, para o caso do PNSE, os cursos de água são atingidos pelo passivo ambiental dos resíduos sólidos, principalmente após a época da neve, verificando-se um conjunto de detritos que atingem os cursos de água, por intermédio do degelo. Também na Reserva Natural da Serra da Malcata há referência aos problemas causados pelos detritos às albufeiras da Meimoa e do Sabugal. De igual forma, as visitas de campo feitas na RNDSJ, no PNDI e no PNSE permitiram constatar a existência de resíduos sólidos deixados por turistas ao longo dos trilhos, miradouros e área de merendas.

Para além do passivo ambiental provocado pelos resíduos sólidos, há também impactes à avifauna, principalmente para o PNTI e PNDI, onde o impacte da visitaçao recai sobre os períodos de

acasalamento e nidificação das aves. As especificidades destes animais requerem intervenções no âmbito do ordenamento dos sítios e épocas do ano permitidos à visita, sob risco de provocar perturbações brutais à avifauna, de acordo com estudos elaborados pelos técnicos destes parques. No sentido de minimizar este impacte, é mantida uma base de dados completa, relativa as épocas críticas e zonas sensíveis, nas quais devem ser evitadas perturbações.

Considerando o facto inquestionável do turismo massivo praticado na RNB e PNSE, os inquiridos destes dois parques concordam com a existência de uma visitação turística excedente à capacidade de carga destes locais, com prejuízos aos seus *habitats* naturais.

Com efeito, a RNB torna-se um exemplo à luz dos impactes provocados pela visita turística nos espaços naturais. A Berlenga é um arquipélago constituído por um conjunto de três grupos de ilhas, Berlenga Grande, Estelas e Farilhões-Forçadas, onde o grosso da procura turística se concentra na Ilha da Berlenga, pelas facilidades de desembarque que nela existem. Num espaço de dimensões reduzidas (800 x 1.500m), a ilha recebe cerca de 1.000 visitantes em fins-de-semana de verão, onde claramente se constata um problema de sobrelotação à base dos recursos escassos da ilha. Não obstante a gestão do parque procurar incentivar a visita aos demais atractivos naturais da Ilha, verifica-se uma maior concentração de visitantes na pequena praia do Carreiro do Mosteiro. O quadro assim traçado impõe maiores esforços de gestão do parque face aos problemas de recolha dos resíduos sólidos, abastecimento de água, saneamento, fornecimento de energia eléctrica e segurança.

De igual modo, o PNSE testemunha um elevado passivo ambiental pelo fluxo turístico em massa. A torre (ponto mais alto da Serra da Estrela, onde existe uma estação de recreio e desporto de neve) é o sítio de concentração de turistas na época do Inverno (vide Figura A5, Anexo III). No Verão, regista-se no PNSE, o impacte pela utilização de desportos motorizados não licenciados e não enquadrados. Ao contrário das Berlengas, a extensão territorial do PNSE (aproximadamente 101.000 ha) torna impraticável uma vigilância que consiga coibir a prática da circulação de veículos “Todo-o-Terreno” em áreas interditas a esta actividade.

Em oposição ao RNB e ao PNSE, tem-se o caso paradigmático da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) e da Paisagem Protegida da Serra do Açor. Nestes espaços, verifica-se uma incidência de reduzidos impactes provocados pelo turismo. A gestão do parque justifica essa realidade devido à maior parte da visita ser controlada e guiada pelos funcionários do próprio parque, para além da sua reduzida procura turística.

Os resultados associados aos impactes, provocados pela actividade turística nos parques investigados, revelam uma falta de sincronismo entre a **actividade turística** e a **conservação da natureza**, embora a necessidade de apoio mútuo e sinergias entre estas duas vertentes é frequentemente assinalada pela literatura (ver ponto 3.4.1). Visto que se observa uma maioria dos inquiridos a salientar a ocorrência de impactes provocados pelos resíduos sólidos pode-se inferir quanto à existência de lacunas em termos dos programas de educação ambiental, parcerias de cooperação com Câmaras Municipais (CM's) e inexistência de uma monitorização sistemática que possam resultar em medidas eficazes à diminuição deste e outros impactes.

Neste sentido, indagaram-se os Directores dos parques sobre a utilização de indicadores para gerir a visita turística e em 100% dos casos a resposta foi negativa quanto à sistematização desta prática. Houve um total de 50% dos parques a registarem, apenas, o número de visitantes de passagem pelos centros de interpretação e levantamentos não sistemáticos do perfil deste visitante, obtido por intermédio de questionários. Segundo os inquiridos, a ausência de recursos técnicos capazes de discutir e analisar um sistema de indicadores, para além dos recursos financeiros necessários a operacionalizá-lo no terreno, representam os principais constrangimentos à implementação prática de uma política de indicadores para a gestão do turismo.

Na entrevista colocaram-se ainda duas importantes questões associadas à interdependência do turismo com o ambiente. Os inquiridos foram questionados sobre a existência de estatutos de conservação, e.g., da Rede Natura 2000, dos Biótopos Corine, dos sítios Ramsar ou outras classificações, de semelhante envergadura, no âmbito da ANP. A Tabela 7.1 resume as respostas dos inquiridos a esta questão

Tabela 7.1: Estatutos de protecção albergados pelas ANP's do Centro de Portugal.

PNSE	<i>Reserva Biogenética, Natura 2000, sítio Ramsar.</i>
RNB	<i>Biótopos Corine, Reserva Biogenética, Natura 2000</i>
PNTI	<i>Natura 2000</i>
RNSM	<i>Reserva Biogenética, Natura 2000</i>
RNDSJ	<i>Natura 2000</i>
RNPA	<i>Ramsar, Biótopos Corine, Reserva Biogenética, Natura 2000.</i>
PPSA	<i>Reserva Biogenética, Natura 2000.</i>
PNDI	<i>Biótopos Corine, Natura 2000.</i>

Neste ponto de vista procurou-se averiguar a percepção da importância que os directores atribuem a estas classificações e as suas possíveis implicações para o turismo. Numa escala variando entre “ **muito importante**” a “**nada importante**” passando por “**importante**”, “**indiferente**” e “**pouco**

importante”, 07 (sete) parques consideram as classificações “**muito importante**” e apenas 01 considera “**importante**”. Segundo a percepção dos directores, a importância destes estatutos de protecção para o turismo reside na imagem formada, uma espécie de selo ambiental do reconhecimento da riqueza natural e do valor biológico dos parques, que actua no sentido de reforçar o potencial turístico da ANP. De modo semelhante, estas classificações representam uma vantagem para a captação de investimentos comunitários, empregues em projectos de conservação, que beneficiam também o turismo.

Por outro lado, apesar das ANP’s do Centro de Portugal contemplarem diferentes estatutos de protecção, nenhuma delas, em tempo algum, se candidatou aos tradicionais programas de certificação para turismo de natureza abordados no ponto 2.4.1 da revisão de literatura. Em síntese, não existem ANP’s no Centro de Portugal com algum tipo de certificação do turismo de natureza.

7.2.2 Gestão da visita turística

À partida, procurou-se saber dos inquiridos, quais as actividades preferenciais praticadas pelos visitantes. A Tabela 7.2 apresenta um resumo das respostas apresentadas.

Tabela 7.2: Actividades praticadas pelos turistas de natureza nas ANP’s da Região Centro.

PNSE	<i>Visita à torre, desportos de neve, percursos pedestres, Bicicleta Todo-o-Terreno (BTT), parapente, realização de percursos rodoviários, uso das áreas de merendas, campismo.</i>
RNB	<i>Actividades passivas de banhos de sol e mar; gastronomia; percursos pedestres a explorar a ilha, actividades náuticas como canoagem, pesca e mergulho.</i>
PNTI	<i>Percursos pedestres, BTT, fotografia e “birdwatching”.</i>
RNSM	<i>Observação da natureza, percursos pedestres e rodoviário, uso das áreas de merenda, BTT, canoagem.</i>
RNDSJ	<i>Visita ao centro de interpretação, percursos pedestres, “birdwatching” e visita à praia.</i>
RNPA	<i>Visita ao centro de interpretação, percursos pedestres, “birdwatching”.</i>
PPSA	<i>Visita ao centro de interpretação, apreciação da flora, percursos pedestres.</i>
PNDI	<i>Passeios náuticos pelo Douro, Canoagem, percursos pedestres, BTT, uso das áreas de merendas, contemplação das arribas, banhos em praias fluviais e “birdwatching”.</i>

Pelo exposto, as práticas acima caracterizam actividades associadas ao perfil do turista de natureza enquadrado nos grupos *Eco-generalista*, *Intermediário* e *Eco-especialista* de Fernie, citado por **Boyd e Butler** (1996).

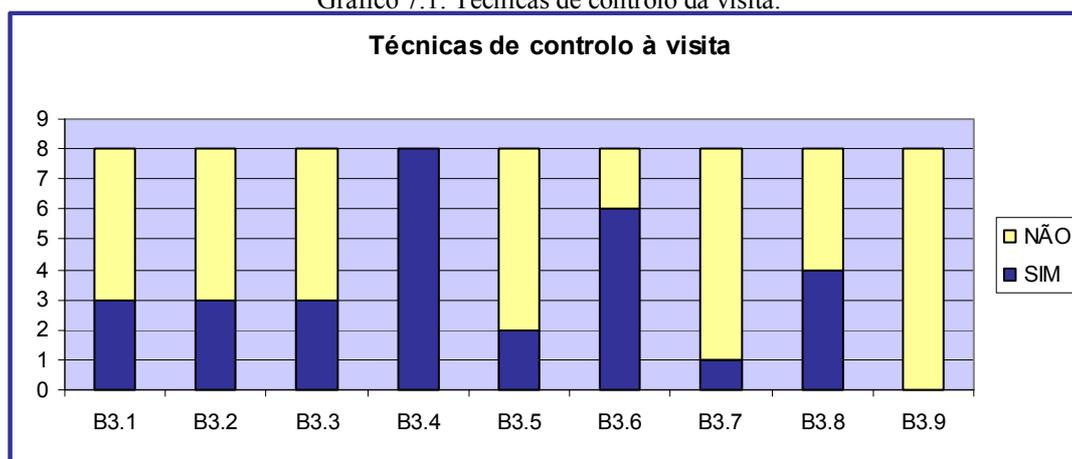
O **Eco-especialista** pode ser encontrado nos parques do PNDI, PNTI, RNDSJ, RNPA e PPSA que atendem a uma procura especializada em avifauna e botânica. Os parques de turismo massivo do PNSE e RNB atraem o perfil **Eco-generalista**, motivado pelas atracções populares tipicamente de

massas. Visitam apenas os locais emblemáticos destes parques como a Torre (PNSE) e a Praia do Carreiro do Mosteiro (RNB) e acedem estes locais quer em grupos pequenos, quer em excursões organizadas de grupos mais numerosos. No PNSE, frequentam também os percursos rodoviários, utilizando as áreas de merendas e mirantes. Os parques do turismo não massificado também registam a presença dos **Eco-generalistas** nas suas áreas de merendas, percursos rodoviários e mirantes. No entanto, observa-se o registo da prática de caminhadas nos percursos pedestres, para a totalidade das regiões estudadas, sinalizando a existência de um perfil de ecoturista que se enquadra no espectro entre o perfil **Intermediário** ao **Especialista**, com motivações assentes na exploração e na contemplação dos valores naturais, mas também, na preferência por actividades mais específicas, a exemplo do *birdwatching*. O desporto de natureza, com apetência para o perfil **intermediário**, é também referenciado pela prática do BTT no PNTI, PNDI, RNSM e o no PNSE.

A visita aos parques ocorre, frequentemente, no espaço de 04 a 6h para os parques não massivos, um dia para a RNB e visita com pernoites para o caso do PNSE. O tempo de permanência nos parques não massivos é ditado pela extensão e quantidade reduzidas de trilhos disponibilizados à visita. A existência de trilhos de longo percurso e a oferta de alojamentos incentivam o prolongamento da estada no PNSE.

Por outro lado, procurou-se levantar, a partir das técnicas referenciadas pela literatura, quais os meios utilizados para o controlo da visita e das actividades praticadas pelos turistas nas ANP's investigadas. A partir das opções sugeridas, identificaram-se a aplicação das seguintes técnicas, conforme o Gráfico 7.1.

Gráfico 7.1: Técnicas de controlo da visita.



Legenda

- | | |
|--|---|
| B3.1: Entrada no parque permitida mediante reserva antecipada; | B3.6 Existe uma capacidade de carga diária? |
| B3.2: Limite ao tamanho dos grupos; | B3.7: A capacidade de carga foi definida por critérios científicos? |
| B3.3: Restrição do tempo de permanência em sítios específicos | B3.8: Existem épocas do ano em que se proíbe a visita? |
| B3.4: Uso de instrumentos legais; | B3.9 Cobram-se taxas de visita? |
| B3.5 Incentivo a visitas de zonas sem uso intensivo; | |

Pelo gráfico, observa-se em todos os parques, o uso de instrumentos legais para coibir o comportamento inadequado dos visitantes e, nesse aspecto, são dotados de um efectivo de vigilantes da natureza para fazer cumprir os Decretos-Lei de criação dos parques e Planos de Ordenamento existentes. Já no que toca à cobrança de taxas de visita, verifica-se que nenhum dos parques da região Centro de Portugal exerce esta prática. Apenas a RNSM e o PNDI procedem a uma cobrança no caso da realização das visitas guiadas.

Com efeito, os directores dos parques enumeram um conjunto de questões restritivas à prática da cobrança. Para os parques PNDI, PNTI, RNSM, PNSE não há o conceito de “portões do parque” para o controlo da visita. São parques “abertos”, possuindo centros de interpretação (e.g. do RNSM e PNSE) ou sedes (e.g. do PNDI e PNTI) que se localizam em zonas urbanas, distantes, portanto, dos trilhos e atractivos naturais.

Por outro lado, importa salientar a posição da RNB face a esta variável. Apesar de se tratar de uma ilha e reunir facilidades à operacionalização de uma cobrança, não se observa nenhuma prática nesse sentido. A actividade turística nas Berlengas é anterior à criação do parque e, mesmo com a elevação do arquipélago à categoria de reserva natural, não se fizeram alterações nessa direcção. O turista que visita a RNB paga, apenas, a travessia entre o continente e a Ilha (5 milhas) aos operadores marítimos locais.

A RNDSJ, a RNPA e a PPSA também reúnem condições favoráveis à cobrança da visita, sobretudo no que concerne aos seus centros de interpretação localizarem-se no interior do parque e na proximidade dos seus trilhos oficiais. No entanto, a RNDSJ justifica a não cobrança pela existência de um processo de requalificação ambiental a realizar-se no parque, enquanto que a RNPA e a PPSA alegam a falta de hábitos culturais face a esta prática.

Os resultados descritos são conclusivos quanto ao não aproveitamento, por parte das ANP's do Centro de Portugal, da oportunidade de se obter receitas por intermédio da cobrança de taxas de visita, que poderiam ser utilizadas nos programas de conservação da natureza, conforme sugerido pela literatura no ponto 3.6.1, tendo sido esta prática responsável pelo alinhamento da vertente económica e ambiental da sustentabilidade.

O emprego das demais técnicas apresentam variações ao longo dos parques analisados. Assinala-se, por exemplo, que a entrada mediante reserva antecipada e a limitação ao tamanho dos grupos se verifica, efectivamente, na RNDSJ, RNPA e PPSA. Para o PNDI, PNTI, RNSM e PNSE, a

limitação do tamanho dos grupos restringe-se, apenas, àqueles que procuram a sede do parque. Foi neste sentido que se questionou, também, sobre a capacidade de carga diária, obtendo-se os números existentes na Tabela 7.3 que enumera, apenas, os parques que afirmaram a existência dessa restrição. É de assinalar que, apenas para a RNB, a capacidade de carga foi definida com bases científicas e, no entanto, conforme diagnóstico do ponto 7.2.1, este limite não tem sido rigorosamente obedecido.

Tabela 7.3: Capacidade de carga diária.

Parque	Capacidade de carga diária (nº de pessoas)
<i>RNDSJ</i>	50
<i>RNPA</i>	60
<i>PPSA</i>	60
<i>RNSM</i>	30
<i>PNTI</i>	40
<i>RNB</i>	350

Mesmo com a definição destes números, ainda assim, não expressam o controlo total da visitação. Recorde-se a situação do RNSM e do PNTI que são parques “abertos” e, portanto, a capacidade de carga só pode ser atribuída para as visitas guiadas ou grupos de turistas que passam pelo centro de interpretação ou sede do parque.

Regressando ao gráfico 7.1, observam-se poucas acções no sentido de diversificar o uso dos atractivos. Em apenas 25% dos parques procura-se incentivar a visita para as áreas onde não há registo de uso intensivo e, em menos de 50%, há restrições quanto ao tempo de visita nos sítios de maior sensibilidade. Quatro parques proíbem a visita a alguns dos seus sítios, em épocas específicas do ano, nomeadamente, o PNTI e o PNDI, nos meses de nidificação; e a RNDSJ, nos períodos de alerta quanto à ocorrência de incêndios florestais e períodos de caça. De modo semelhante, a RNPA proíbe a visita nos períodos abertos à caça.

Conforme observado na revisão de literatura, pontos 3.4.1 e 3.4.3, a experiência turística representa uma vertente a ser conciliada com os objectivos de conservação propostos pelo turismo de natureza e ecoturismo. A este propósito, indagou-se os directores sobre as principais queixas apresentadas pelos turistas que visitam os parques. Fugindo dos determinismos numéricos, reproduzem-se “as falas” dos inquiridos, com vista à obtenção de uma maior riqueza informativa, através das frases e opiniões expressas. Assim, tem-se relativo a esta matéria:

“A falta de renovação da exposição do centro de interpretação. A necessidade de requalificação ambiental. Frequentemente os visitantes não saem com uma imagem positiva do parque em virtude dos trabalhos de requalificação que estão a ser respeitosos no momento.” (RNDSJ).

“Normalmente não há reclamação, eu me recordo que relativamente a um percurso que as pessoas diziam que necessitava de pontes porque passavam por alguns ribeiros e ficavam cheios de água na altura do Inverno. Também há queixas com a sinalização. (RNSM).

“Queixas às vezes não do próprio parque já tive aqui visitantes que se queixaram muito da maneira como tinham sido recebidos nas informações do posto de turismo do município...aqui do parque sim questão muitas vezes porque temos pouco material de divulgação, que o parque não está bem sinalizado.” (PNTI)

“Basicamente eles consideram que alguns dias há gente demais na ilha e que esse valor é tanto mais agressivo por ser uma reserva natural. As pessoas vão a procura de uma coisa e nalguns dias, nos dias em que reclamam, encontram outra coisa. Outra reclamação é sobre a qualidade dos serviços nomeadamente atendimento e restauração, são o resultado de três coisas, condições físicas, por um lado, outra coisa sobre carga de visitantes, e depois eventualmente alguma falta de preparação técnica de operadores. Há também queixas dos turistas com os operadores. Há uma questão relativa à segurança, se houvesse um posto médico..... por vezes qualquer pequeno acidente assume maiores proporções O posto tem, o que não tem é a estrutura de atendimento, não tem um profissional a não ser que esteja lá um turista que seja profissional e depois tem mesmo que transportar até Peniche.” (RNB).

“Uma delas é o lixo, quer dizer quem protesta por causa do lixo são também eles que o deixam. Há também queixas por conta da sinalização dos percursos e os 350 Km de percursos existentes exigem manutenção e não temos a capacidade de fazermos a limpeza e a re-sinalização. Reclamações da estrada entre Manteigas e a Torre mas se trata de uma estrada de montanha que atravessa o vale glacial do Zêzere e se calhar não se pode mexer com a abertura de um Itinerário Principal.” (PNSE).

“Abandono das edificações históricas, falta de infra-estruturas de apoio, pouca sinalização falta de lixeiras, mas isto é mais da jurisdição das autarquias.”(PNDI)

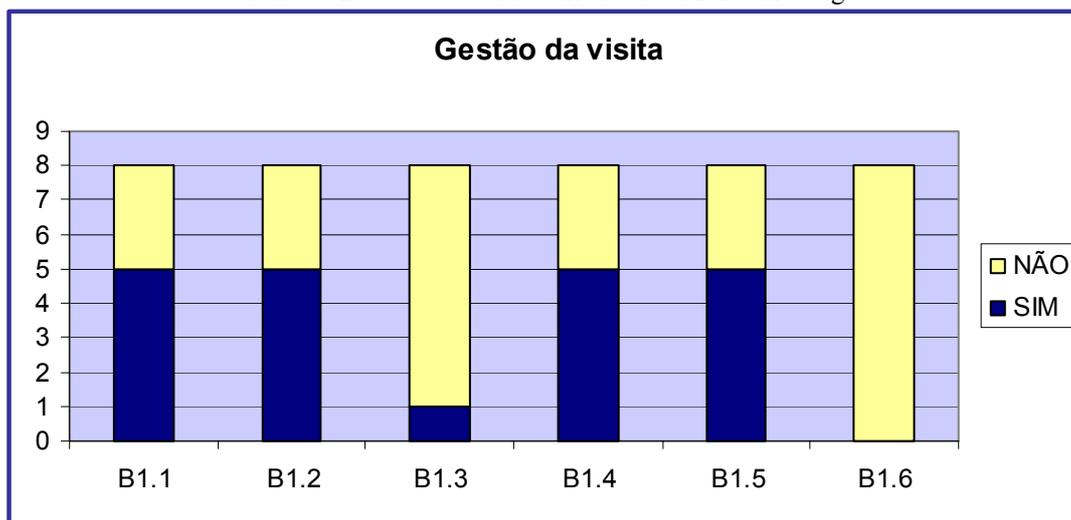
Pelo exposto, as queixas frequentes incidem sobre a qualidade da interpretação ambiental, representando um constrangimento à experiência do turista, sobre a qualidade ambiental dos espaços, sobre a sinalização e falta de infra-estruturas de apoio à visita.

Em oposição aos relatos acima, o Director dos Parques RNPA e PPSA afirma não haver queixas por parte dos turistas que visitam estes parques.

Por tratar-se de uma questão sensível e que eventualmente constrange alguns Directores, tornou-se importante a busca de outros informantes qualificados, no sentido de obter maiores contribuições neste domínio. Desta forma, em conversas informais junto a recepcionistas dos centros de interpretações e vigilantes da natureza, sobressaem queixas dos turistas acerca do lixo; pouca sinalização nos trilhos, fazendo com que o turista se sinta com receios de se perder, interpretação ambiental reduzida ao longo dos trilhos; material informativo dos centros de interpretação resumido e desactualizado; actividade de pedestrianismo a concorrer no espaço com desportos motorizados de Todo-o-Terreno não autorizados; hostilidade por parte da população residente no interior do parque, entre outras.

Para finalizar a análise da variável “visita turística”, cumpre apresentar o registo de algumas acções de gestão da visita turística, praticadas pelos parques, tal como assinalado pelo Gráfico 7.2:

Gráfico 7.2: Gestão da visita turística nas ANP's investigadas.



Legenda:

B1.1: Há no parque um sistema de registo estatístico dos visitantes?	B1.4 Adopta algum código de conduta?
B1.2: Foram realizados levantamentos para conhecer o perfil visitante?	B1.5 O n° de funcionários é adequado ao do dos visitantes?
B1.3: São desenvolvidas estratégias de <i>Marketing</i> ?	B1.6 O parque possui alguma certificação em turismo?

Importa sublinhar alguns dos resultados ilustrados pelo Gráfico acima. À partida, no que toca ao sistema de registo estatístico dos visitantes, salienta-se que este apenas exhibe os dados associados aos turistas que passam pelo centro de interpretação e realizam visitas guiadas e, portanto, de longe espelham a magnitude do número real de visitantes diários ou anuais. De igual forma, o levantamento do perfil do turista, que utiliza a técnica do questionário, a ser preenchido voluntariamente pelos turistas, somente se aplica aos visitantes do centro de interpretação e às visitas guiadas. A exceção vem da RNB, por realizar, em 1990, um inquérito formal dirigido aos visitantes, utilizando para esta finalidade, uma empresa especializada. No entanto, pelo tempo decorrido, necessitaria de uma nova intervenção.

Os códigos de conduta são utilizados em 5 dos 8 parques analisados. Não são oriundos de códigos consagrados pela literatura em turismo de natureza e ecoturismo, mas sim, são produzidos por uma equipa do ICN. Os códigos apresentam-se nas brochuras, distribuídas aos visitantes, mas também espalham-se pelos parques, em estruturas de sinalização, conforme observado na Figura A6 do Anexo III.

Finalizando-se a análise do gráfico 7.2, regista-se que somente a RNB assinalou a existência de uma estratégia de *marketing*. No entanto, esta resume-se à componente da promoção e institucionalização da imagem do parque, não se configurando numa estratégia mais robusta de *marketing*, conforme dita a literatura especializada. Em verdade, convém destacar o incentivo à visita aos parques por intermédio de brochuras e outros materiais promocionais, desenvolvidos pelas Regiões de Turismo que albergam as ANP's. Consoante abordagem realizada nos pontos 3.4.3 e 5.3.1, os visitantes buscarão a maximização da sua experiência turística por intermédio das infra-estruturas de apoio e da educação ambiental, que se constituem em importantes valências para o turismo de natureza e serão retratados na variável cuja análise se segue.

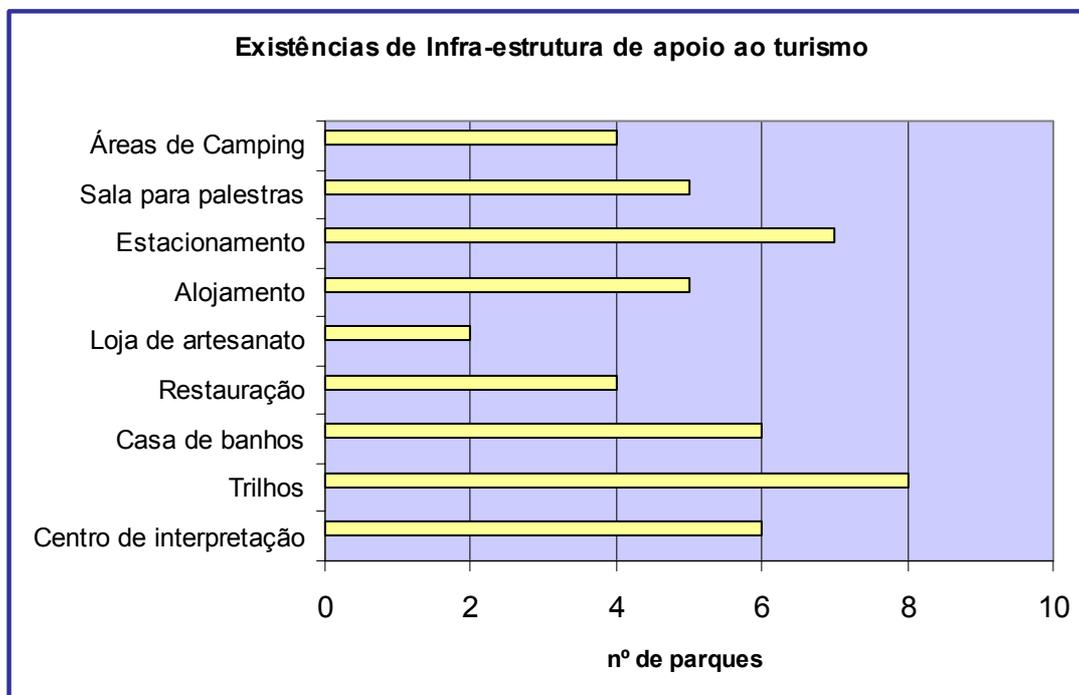
7.2.3 Infra-estrutura de apoio ao turismo e educação ambiental.

As variáveis associadas às infra-estruturas de apoio ao turismo de natureza nos parques e os programas de educação ambiental possuem implicações directas na componente da conservação ambiental, social e económica da sustentabilidade e proporcionam mais valias para a experiência da visita, conforme observado na revisão de literatura. Iniciando-se a análise das infra-estruturas, procedeu-se ao levantamento generalizado e não pormenorizado¹ das infra-estruturas de apoio para

¹ Um levantamento pormenorizado das infra-estruturas recairia na inventariação destas facilidades, o que foge ao âmbito deste trabalho.

o turismo encontradas no interior das ANP's do Centro de Portugal e os resultados estão exibidos no Gráfico 7.3.

Gráfico 7.3: Infra-estruturas de apoio ao turismo no **interior** dos parques.



A infra-estrutura de apoio com menor representação encontrada no interior dos parques é a loja de artesanato. Apenas no PNSE e PNDI se verificam estas facilidades (ver Figura A7, Anexo III). De modo contrário, os trilhos estão presentes na totalidade das ANP's do Centro de Portugal. São demarcados por sinalização padrão, projectada pelo ICN, conforme observado na Figura 08, Anexo III e, em alguns casos, pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

Os trilhos propiciam um maior contacto entre o visitante e os atractivos naturais do Parque, potencializando a experiência da visita. No RNDSJ, PPSA e RNPA os trilhos têm início a partir do centro de interpretação, o que facilita um maior controlo da visita. Para além da sinalética alusiva às direcções dos trilhos e características do percurso (ver Figura A9, Anexo III) os trilhos apresentam painéis de interpretação ambiental e, dessa forma, dinamizam o aspecto educacional dos valores naturais e culturais albergados pelo parque, conforme ilustrado na Figura A10, Anexo III.

Os trilhos existentes nos Parques e oficializados pelo ICN encontram-se descritos na Tabela 7.4.

Tabela 7.4: Trilhos oficiais do ICN existentes nas ANP's do Centro de Portugal.

RNAP	Trilho	Extensão (Km)	Circular
PNSE	<i>Guarda-Torre-Vide</i>	90	Não
	<i>Vila Soeiro-Gouveia-Loriga</i>	85	Não
	<i>Videmonte-Verdelhos-Loriga</i>	85	Não
	<i>Rota dos Fragões</i>	8	Sim
	<i>Loriga-Casal do Rei</i>	7	Não
RNSM	<i>Caminho do Carvalho</i>	4	Sim
	<i>Caminho do Sobreiral</i>	5	Sim
	<i>Caminho do Salgueirinho</i>	6	Sim
	<i>Percurso da Barragem</i>	13	Não
	<i>Grande Rota do Vale da Ursa</i>	50	Não
RNPA	<i>Paul de Arzila</i>	1	Sim
PPSA	<i>Mata da Margarça</i>	1,5	Sim
RNB	<i>Ilha Velha</i>	1	Sim
	<i>Planalto da Berlenga</i>	1,5	Não
RNDSJ	<i>Trilho de Descoberta da Natureza</i>	6	Sim
PNTI	<i>Salto da Cabra</i>	2	Não
	<i>Bugio - Toca da Raposa</i>	3,4	Sim
PNDI	<i>Sta Maria de Aguiar - Sto André das Arribas</i>	15	Sim
	<i>Vale da Ribeira do Mosteiro</i>	8	Sim
	<i>Mirando do Douro – São José das Arribas</i>	19	Sim

Fonte: Relato dos inquiridos e brochuras ICN.

Ressalva-se, a partir da leitura da Tabela 7.4, que cerca de 60% dos trilhos são circulares. Neste ponto de vista, é importante ponderar que o trilho circular oferece a possibilidade de se voltar ao ponto de partida, sem repetir o percurso da ida, reduzindo o potencial de impactes. Para além desta vantagem, é possível definir um sentido único para o percurso, evitando-se que os visitantes se cruzem uns com outros, maximizando a experiência da visita.

Os centros de interpretação e salas para palestras existem na quase totalidade dos parques do Centro de Portugal (75%). A Figura A12, Anexo III, ilustra um destes centros. Apenas os parques recentes, o PNTI e o PNDI, não possuem semelhante estrutura, num reflexo da actual restrição orçamentária, que se impõe à realidade dos parques portugueses. No entanto, e conforme anteriormente mencionado, os centros de interpretação da RNSM, do PNSE e da RNB localizam-se

em perímetros urbanos, restringindo a interpretação e a sensibilização ambiental apenas àqueles que visitam o centro, não abrangendo, portanto, uma boa parcela dos visitantes das ANP's. No momento da elaboração deste trabalho, o PNSE já possuía um projecto de implantação de um centro de interpretação para a Torre e o PNDI, em parceria com a Câmara Municipal (CM) de Idanha-a-Nova, projecta a implantação de um centro de interpretação para o parque na sede deste concelho, conforme será abordado na variável “parcerias” ainda neste capítulo.

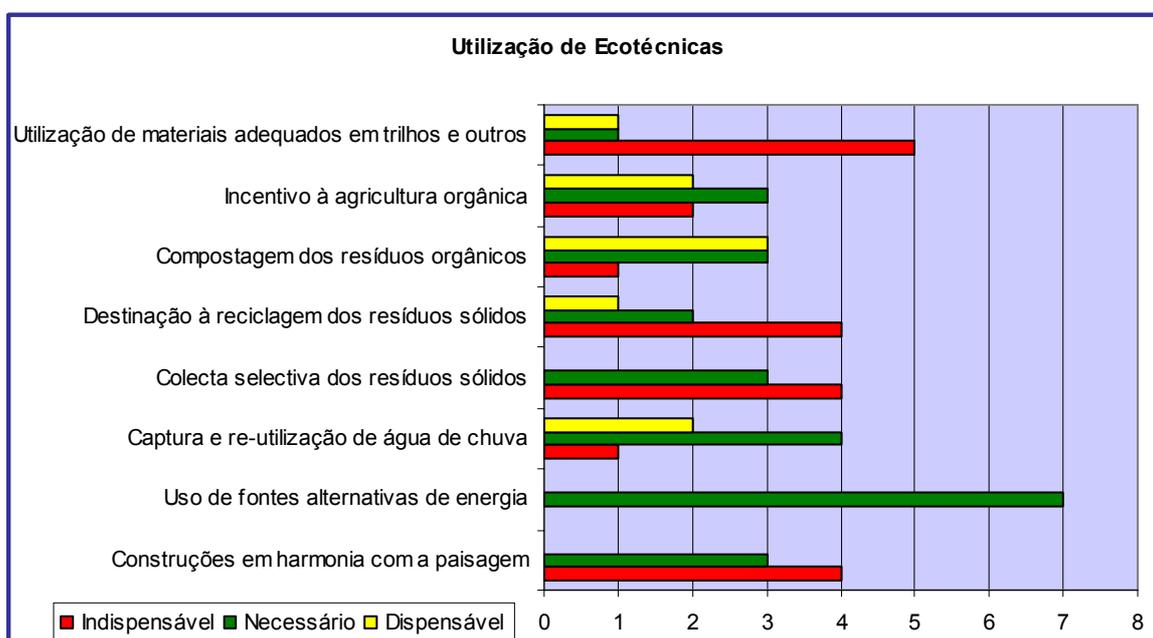
Regressando ao Gráfico 7.3 observa-se um reduzido número de parques a disponibilizar uma oferta turística em termos de restauração, alojamento e lojas de artesanato e *souvenirs* localizados no **interior** dos parques. Em parques de turismo não massificado, como a RNSM e a RNDSJ predominam os alojamentos pertencentes ao ICN, a exemplo das casas abrigo, casas da natureza e centros de acolhimento. Não existe, no interior destes dois parques, nenhum tipo de alojamento privado enquadrado na categoria do Turismo de Espaço Rural (TER) ou outra tipologia privada de alojamento enquadrada no PNTN. Esta realidade também se manifesta no PPSA, RNPA e PNTI. Alojamentos, restauração, loja de artesanato e produtos regionais, com exploração de privados locais, no âmbito dos parques de turismo não massificado, são apenas encontrados no PNDI.

Em relação às ANP's de turismo massificado, o PNSE possui a maior quantidade de infra-estruturas de alojamento. Os proprietários são, em da sua maioria, oriundos da região, registando-se, também, empreendimentos de importantes cadeias nacionais da hotelaria. Na RNB há os alojamentos localizados no interior do forte e do “pavilhão restaurante” cujos proprietários são da região de Peniche. Além dos privados, a RNB e o PNSE mantém infra-estruturas de alojamento mantidas pelo ICN na modalidade “Centros de Acolhimento”. Importa salientar que a instalação de infra-estruturas de apoio ao turismo, quer de alojamento, restauração ou lojas comerciais no interior dos parques deverão obedecer às disposições contidas nos seus respectivos POAP's e as directrizes do PNTN.

Os parques de campismo são encontrados em 4 dos 8 parques do Centro de Portugal, nomeadamente, o PNSE com 9 áreas, a RNB com 1, o PNDI com 1, a RNDSJ com 1 (ver Figura A13, Anexo III). Em alguns casos, e.g. da RNPA e da PPSA, o Plano de Ordenamento interdita a prática de campismo e do caravanismo nestes parques. Outras infra-estruturas de apoio ao turismo encontradas nas ANP's do Centro de Portugal são: as lojas da natureza, os mirantes, as áreas de merendas, os observatórios para aves, os passadiços, os postos de informação, os ancoradouros, para o caso do PNTI, PNDI e da RNB, etc. Algumas destas infra-estruturas estão ilustradas no Anexo III, Figuras A14, A15 e A18.

Conforme mencionado na revisão de literatura (ver ponto 5.3.1) a utilização de ecotécnicas nas infra-estruturas de apoio ao turismo compõe o planeamento operacional do turismo de natureza nas ANP's. Em Portugal, os POAP's são os documentos que definem os critérios a serem empregues nas construções das infra-estruturas de apoio ao turismo localizadas nos domínios dos parques. Entre as ecotécnicas sugeridas na literatura, procurou-se obter a opinião dos inquiridos sobre esta matéria, através de uma escala de 3 valores. Os resultados encontram-se ilustrados no gráfico 7.4 a seguir.

Gráfico 7.4: Opinião dos inquiridos acerca da utilização de ecotécnicas em ANP's.



Importa sublinhar que, apesar de considerada necessária para 2 gestores e indispensável para outros 4 gestores, a disponibilização de contentores destinados à colecta selectiva não é uma ecotécnica frequentemente utilizada pelas ANP's. Em locais de concentração de turistas, a exemplo dos centros de interpretação, onde se iniciam e terminam muitos dos percursos pedestres, predomina o uso de contentores não selectivos (ver Figura A16, Anexo III) que não estimulam à prática da reciclagem dos resíduos pelos visitantes, perdendo-se uma oportunidade de sensibilização para uma postura ambientalmente responsável pelo visitante. Estas questões remetem, sobretudo, ao papel das áreas naturais protegidas no que toca à educação ambiental, considerada um importante ponto da entrevista a ser explorado junto dos directores.

Analisando-se a vertente da educação ambiental para a sustentabilidade, verifica-se, a partir do ponto 3.4.3, um conjunto de instrumentos de educação e de interpretação ambiental, comumente

utilizadas por ANP's. Desta forma, procurou-se levantar, junto dos inquiridos, os instrumentos frequentemente utilizados. A Tabela 7.5 resume as informações obtidas.

Tabela 7.5: Instrumentos de educação ambiental utilizados pelas ANP's do Centro de Portugal.

Instrumentos	PNSE	PNTI	PNDI	RNSM	RNPA	RNB	RNDSJ	PPSA
Brochuras e folhetos	■	□	■	■	■	■	□	■
Trilhos com painéis de interpretação ambiental	■	□	■	■	■	■	■	□
Visitas guiadas	■	■	■	■	■	■	□	■
Centro de interpretação	■	□	□	■	■	■	■	■
Sala para palestras	■	□	□	■	■	■	■	■
Meios de recolha da opinião do visitante	■	□	□	■	□	■	□	□

Por outro lado, quando questionados se a educação ambiental é uma prioridade para o parque, 75% responderam positivamente a esta questão e, somente o PNTI e o RNDSJ, não estão a trabalhar esta componente do ecoturismo/turismo de natureza. O PNTI ainda não possui um corpo técnico necessário à elaboração destes trabalhos, justificando esta situação pela sua recente emancipação para o estatuto de ANP. A RNDSJ passa por um processo de requalificação ambiental e, segundo o seu gestor, a reserva não se apresenta de forma adequada à prática da educação ambiental nas actuais condições.

A falta de recursos humanos e financeiros representam os principais constrangimentos ao desenvolvimento e aprimoramento dos instrumentos de educação ambiental e resultam, portanto, em problemas como a falta de diversidade e de actualizações nas brochuras e nos folhetos; em iniciativas muito restritas às escolas, com escassos programas destinados a outros membros da comunidade local, e pouca variabilidade dos materiais produzidos, sem haver uma adequada distinção para atender a públicos diversos.

7.2.4 Acessibilidades.

A ferramenta ECOS, analisada no ponto 5.4.2, distingue a variável “acessibilidades” como um dos factores associados ao conjunto das oportunidades da visita ecoturística. Trata-se de um aspecto relevante, com implicações directas nas componentes da experiência turística e económica do desenvolvimento sustentável em turismo.

A totalidade dos directores dos parques da região Centro considera óptima a acessibilidade para os parques, não havendo obstáculos ao desenvolvimento do turismo nesse sentido. Os centros de interpretação da RNDSJ, PPSA e RNPA são facilmente acessíveis por estradas asfaltadas (ver Figura A17, Anexo III). No que respeita a épocas do ano, vale ressaltar a ocorrência de interrupções nas estradas que atravessam o PNSE, por queda de neve, além da travessia Peniche – Berlengas, normalmente suspensa nos meses de Inverno, quando o mar se encontra revoltado. Nos parques não massificados, o turista, frequentemente, acede aos parques por veículos particulares.

No PNSE, para além destes, também se verifica um volume de grupos organizados que se deslocam à torre por intermédio de auto-carros. Alguns parques da região Centro aproveitam a infra-estrutura de acessos rodoviários para o desenvolvimento de percursos de automóveis nos sítios de relevante interesse paisagístico. Os principais percursos rodoviários estão assinalados na Tabela 7.6. Os parques RNDSJ, PPSA e RNB (como era de se esperar) não apresentam percursos rodoviários.

Tabela 7.6: Roteiros automobilísticos nas ANP’s.

Parque	Roteiro	Paragens	Extensão (Km)
PNSE	<i>Sabugueiro - Manteigas</i>	<i>Lagoa Comprida, Torre, Piornos, Covão d’Ametade, Vale do Zêzere</i>	41
PNTI	<i>Castelo Branco - Salvaterra do Extremo</i>	<i>Porto da Malpica, Marco Geodésico do Capitão, Marco Geodésico do Cabeça Alto, Ponte Romana, Canhão Fluvial de Salvaterra do Extremo</i>	82
RNSM	<i>Penamacor-Meimoa</i>	<i>Ribeira de Valvedra, Fonte dos Caçadores, Valvedrinha de Baixo, Inchoas, Barragem da Meimoa</i>	13
RNPA	<i>Zona do Baixo Mondego</i>	<i>Paul de Arzila, Paul da Madriz, Paul do Taipal, Montes de Santa Olaia e Ferrestelo</i>	23
PNDI	<i>Barca de Alva – São João das Arribas</i>	<i>Ribeira do Mosteiro, Freixo de Espada à Cinta, Cavalo de Mazouco, Peredo de Bemposta, Penha do Puio, Freixioxa, Miranda do Douro</i>	140

Fonte: ICN (2005).

Ao longo destes percursos, regista-se uma oferta de infra-estruturas de apoio como mirantes, área de merendas, parques de campismo, sinalizações, etc., conforme observado nas ilustrações da Figura A13, A15 e A17 do Anexo III.

7.2.5 Interfaces entre o turismo no parque e a comunidade local.

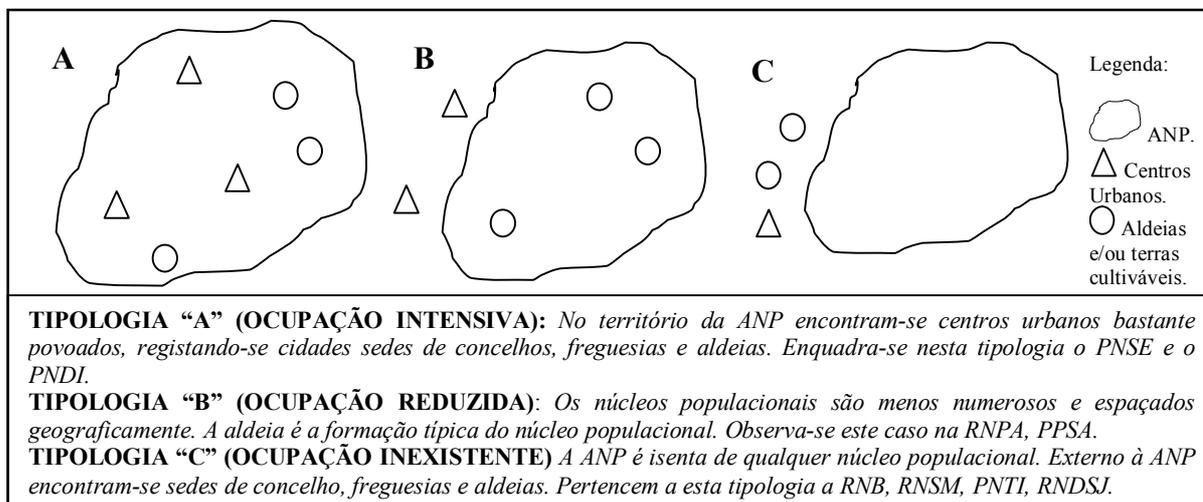
Como preâmbulo a esta análise, convém descrever a geografia da distribuição física das ocupações populacionais, verificadas nas ANP's do Centro de Portugal. De acordo com um processo de observação directa e da recolha de informações na própria entrevista com os directores, constata-se a existência de 3 configurações de ocupação da população dos parques analisados:

(a) **Ocupação Intensiva:** A ANP possui, no seu território, cidades sedes de concelhos, freguesias e aldeias, caracterizando a existência de espaços urbanos a coabitar com o espaço protegido. Pertencem a esta tipologia, o PNSE, a envolver os espaços urbanos dos concelhos de Seia, Gouveia, Covilhã, Manteigas, Guarda e Celorico da Beira; e o PNDI, com extensão territorial a envolver os espaços urbanos de Mogadouro, Miranda do Douro, Figueira de Castelo Rodrigo e Freixo de Espada à Cinta.

(b) **Ocupação reduzida:** enquadram-se as ANP's a registar populações menos numerosas e mais espaçadas geograficamente do que a configuração anterior. A aldeia, quintas e terras cultiváveis são as formações típicas da ocupação populacional existente. Trata-se dos casos da RNPA e da PPSA.

(c) **Ocupação inexistente:** no interior da ANP não se configuram qualquer forma de ocupação populacional permanente. Havendo, somente, algumas propriedades com cultivo reduzido, como acontece no PNTI e na RNSM. Pertencem a esta tipologia, a RNB, a RNSM, o PNTI e a RNDSJ. A Figura 7.1 ilustra as configurações referenciadas.

Figura 7.1: Tipologia para a ocupação populacional encontrada nas ANP's do Centro de Portugal.



A partir desta realidade observada, questionaram-se os directores quais seriam as comunidades envolvidas ou afectadas pelo turismo no parque e os negócios relacionados ao turismo que envolvam estas comunidades. Na visão dos inquiridos, enumeram-se as seguintes comunidades e as principais ofertas de serviços turísticos, conforme Tabela 7.7.

Tabela 7.7: Oferta de serviços turísticos e comunidades envolvidas pelo turismo.

ANP	Comunidades envolvidas/afectadas	Tipo	ACTIVIDADES
PNSE	Seia, Covilhã, Fozinho, Sabugueiro, Manteigas, Gouveia, Guarda.	A	Alojamento, restauração, comércio, serviços de apoio ao turismo, comércio dos produtos regionais, e.g. do queijo da serra.
RNSM	Penamacor, Sabugal.	C	Alojamento, restauração, comércio de produtos regionais, e.g. do mel, animação ambiental.
RNPA	Lameira, Inculca, Casal de São João, Casas das Amoreiras, Montes de Cima	B	Restauração, comércio de produtos regionais, e.g. doçaria
PPSA	Pardieiros	B	Restauração.
RNB	Peniche, Nazaré.	C	Alojamento, Restauração, serviços de transporte marítimo entre a ilha e Peniche, serviços de recreação como visita às grutas e pesca turística.
RNDSJ	São Jacinto	C	Parque de campismo.
PNTI	Castelo Branco, Malpica do Tejo, Monforte, Idanha a Nova, Salvaterra do Extremo, Segura, Rosmanial.	C	Alojamento, Restauração.
PNDI	Mogadouro, Miranda do Douro, Figueira de Castelo Rodrigo e Freixo de Espada à Cinta.	A	Alojamento, Restauração, lojas de artesanato, animação ambiental e comércio de produtos regionais, e.g. pão, doçaria, azeite, azeitonas.

Para os parques do turismo não massificado, em termos de animação ambiental, apenas o RNSM e o PNDI apresentam empresas licenciadas pelo ICN a operar no âmbito do PNTN. No entanto, apenas o PNDI apresenta 1 (uma) empresa de animação ambiental, cadastrada, oriunda da comunidade local. O RNSM possui 3 empresas de animação cadastradas, no entanto, nenhuma delas é originada da comunidade local, com sede em Salamanca (Espanha), Porto e Fundão.

Analisando-se as ANP's do turismo massificado, em termos de animação ambiental, a RNB não regista nenhuma empresa cadastrada no PNTN, porém, importa destacar a existência de empresas a operar actividades de mergulho e pesca do desporto, para além das empresas de navegação turística a fazer a travessia entre Peniche e a ilha. Segundo o gestor da reserva, estes privados são originados da actividade pesqueira local. Para o PNSE, não há o registo de empresas locais a operar actividades de animação ambiental. Entre as 5 empresas cadastradas, 2 (duas) são de Lisboa, 1 (uma) do Porto, 1 (uma) de Águeda e outra do Fundão. O comércio e as cooperativas de produtos

regionais da Serra da Estrela também representam actividades que beneficiam pelo turismo as comunidades locais do PNSE.

Indagaram-se, também, os inquiridos quanto à existência de cooperativas ou associações, pertencentes à comunidade local, a realizar alguma actividade associada ao turismo e, neste sentido, não se regista nas ANP's do Centro de Portugal nenhum tipo de organização local a dinamizar o turismo nos parques da região. Apenas no PNTI se faz referência a uma empresa intermunicipal, chamada **NaturTejo**, desenvolvida com o objectivo de operacionalizar no terreno, parcerias e articulações entre a oferta dos atractivos naturais da região, a população local e os privados, no sentido de dinamizar actividades, promoção, projectos e investimentos no turismo.

Os resultados acima apresentados são elucidativos quanto à constatação de um baixo impacte positivo em relação aos benefícios económicos da actividade turística para os parques do turismo não massificado e um maior benefício para as comunidades dos parques de turismo massificado, que se verifica em termos das actividades tradicionais de alojamento, restauração, comércio e transportes.

O empreendedorismo, em termos de animação ambiental, não possui representatividade económica para as comunidades de ambas as tipologias. Para a população local das ANP's do Centro de Portugal há a necessidade de desenvolver maiores articulações no sentido de robustecer a implementação de actividades, associadas aos pontos de venda de produtos regionais, quer no âmbito do artesanato, quer no âmbito da alimentação tradicional, e ao incentivo à criação de empresas de animação ambiental locais, associações e outros negócios do turismo que dinamizem uma cadeia de valor a beneficiar a população local.

Por outro lado, questionou-se sobre a existência de impactes negativos e eventuais queixas existentes na relação entre a comunidade local e o turismo nos parques. Segundo os directores, as comunidades dos parques reclamam do lixo, da prática de desportos motorizados e da intrusão às suas propriedades por parte dos turistas. Estes tipos de reclamações são frequentes na RNSM e no PNSE. O PNTI e a RNDSJ não revelam nenhum tipo de problema entre as comunidades envolventes ao parque e o turismo de natureza. A mesma observação é válida para a RNPA e PPSA.

Desta forma, problemas frequentemente associados ao turismo em destinos de natureza, a exemplo de aumento da violência, uso de drogas, interacção cultural indesejável, etc. não se verificam nas

comunidades envolventes e internas às ANP's do Centro de Portugal e, de igual modo, é baixo o nível de conflitos entre o turismo e essas comunidades.

No balanço destes impactes positivos e negativos, segundo a percepção dos directores, predomina a vontade dos residentes locais em estimular o turismo nos parques, apesar deste não se constituir na principal actividade económica para as comunidades afectadas ou envolvidas.

Ao nível do emprego, realizou-se uma análise apenas no âmbito dos recursos humanos existentes nos parques e a relação destes com o turismo. Observou-se que, em sua maioria, os funcionários pertencentes ao quadro do ICN, ou aqueles sob regime de contrato, são oriundos dos concelhos internos e vizinhos aos parques. Em épocas de verão, o quadro é complementado por uma mão-de-obra temporária empregada no combate aos incêndios, como se verifica no PNSE, PNTI, RNDSJ, RNSM, PPSA e RNPA. Para o turismo, a contratação de mão-de-obra sazonal ocorre frequentemente nos parques do turismo massificado.

A RNB aumenta o quadro em 5 funcionários, no período do verão, sendo estas contratações aproveitadas para o fornecimento de informações turísticas, no posto de informações instalado na Ilha da Berlenga, o acompanhamento dos passeios náuticos nas canoas, a segurança dos visitantes, as visitas guiadas e o aluguer de equipamentos náuticos.

No PNSE regista-se apenas a contratação de mão-de-obra sazonal para os parques de campismo, não excedendo a 5 o número de contratados. Destaca-se, neste aspecto, que a mão-de-obra sazonal empregada, quer nos incêndios quer no turismo, é formada por pessoas oriundas das comunidades vizinhas aos parques e, a julgar pelos números fornecidos, não representam uma fonte expressiva de geração de emprego.

No que toca aos empregos não sazonais, tem-se um efectivo de funcionários pertencentes aos quadros do ICN mas também sob regime de contrato, a desempenhar as funções de técnicos superiores, administrativos e vigilantes da natureza. Do contingente de funcionários, procurou-se averiguar o percentual de empregados que estão em contacto directo com turistas. Os resultados a esta questão revelam uma diversidade entre os parques, tanto no âmbito dos parques de turismo massificado como naqueles não massificados. Para o primeiro grupo, o PNSE estima que 28% do seu quadro desempenha funções junto a turistas.

Nas Berlengas, toda a equipa está em contacto directo com turistas. Nos parques do turismo não massificado, o RNSM e o PNTI procura incentivar o contacto com turistas por parte de todo o efectivo de empregados. Há nestes parques a iniciativa de se identificar os profissionais mais adequados a receber e guiar grupos específicos de turistas, o que oferece uma mais valia à experiência turística. Na RNDSJ um terço dos seus funcionários desempenham actividades junto aos turistas. Para a PPSA e a RNPA, estima-se que 50% dos funcionários estão em contacto directo com turistas.

Um ponto de vista diferente é apontado pelo Director do PNDI. Segundo este, os funcionários de ANP's não deveriam exercer algumas actividades, a exemplo de visitas guiadas, junto a turistas. As comunidades locais deveriam dinamizar empreendimentos ou cooperativas de guias da natureza e proverem este tipo de serviço aos parques. À luz do PNTN, a regulamentação prevista para a profissão de “guia da natureza” ainda não se verifica na prática e este facto pode estar na origem da inexistência da oferta deste serviço por parte da comunidade local.

Ainda neste propósito, procurou-se identificar as principais actividades elaboradas por estes funcionários no que respeita ao turismo e observa-se uma concentração de actividades enquadradas no âmbito da regulação, controlo, orientação, sensibilização e visitas guiadas. Assim desenvolvem-se visitas guiadas em todos os parques, fornecimento de informações no que respeita aos valores da fauna, flora e das paisagens, elaboração de material educativo, criação e manutenção de percursos pedestres, segurança e educação ambiental. Em termos de cursos e aperfeiçoamentos, não foi elaborado nenhum programa específico de capacitação em turismo para os funcionários dos parques analisados.

Ainda no que respeita à utilização de mão-de-obra oriunda da comunidade local pelos parques, regista-se o emprego de mão-de-obra voluntária em apenas 4 dos 8 parques analisados, nomeadamente o PNSE, PPSA, RNPA e o RNB, em funções de apoio aos parques de campismo e segurança (PNSE) e informações e guia de visitantes (RNB, PPSA e RNPA). Normalmente os voluntários são fornecidos pelo Instituto Português da Juventude (IPJ) dos concelhos vizinhos aos parques.

As populações vizinhas aos parques analisados também procuram visitá-los². Nas investigações de campo, por exemplo, observou-se um anúncio, fixado num local público de Idanha-a-Nova, a

² No ponto 5.2 foi analisado o modelo de Inskip sobre as componentes do planeamento do turismo o qual inclui a comunidade local como beneficiárias das facilidades e atractivos turísticos (ver Figura 5.1).

promover a realização de visitas temáticas para o PNTI pela autarquia local, conforme pode ser visto na Figura A11 do Anexo III. Os percursos pedestres são as actividades preferenciais, mas também regista-se a pratica de caminhadas diárias para a exercitação física, como ocorre na RNDSJ; na RNSM, a população local pratica a pesca e costuma colher cogumelos silvestres.

No PNSE, a comunidade local também se soma aos demais visitantes que se dirigem à torre. Nos parques PPSA e RNPA não se constata uma frequência de visitantes da comunidade local desde que a pesca, no domínio desses parques, passou a ser controlada. Actualmente, é apenas autorizada a pesca de enguias, utilizando um método artesanal. Em todos os parques, realizam-se visitas pedagógicas pelas escolas da comunidade local.

Finalizando a abordagem sobre as interfaces entre o parque e a comunidade local, com implicações nas componentes social e económica da sustentabilidade, procurou-se averiguar a existência de fóruns de discussão que visam organizar, discutir e abordar as questões associadas ao turismo. Observa-se, de um modo geral, que não há a sistematização desta prática entre o parque e a comunidade. Dada a importância que a literatura atribui a esta variável, transcreve-se, a seguir, a posição dos gestores das ANP's face a esta problemática.

“São comunidades pequenas e já estamos cá há muito tempo e conhecemos bem a todos. Temos os vigilantes e vamos conversando, é um contacto mais directo. Quando há um problema mais directo convoca-se uma reunião e os interessados aparecem e discute-se, como foi o caso há algum tempo do problema da pesca e chegamos à conclusão como é que se devia fazer.” (RNPA e PPSA).

“Não existe um fórum para discussão dos assuntos relacionados ao turismo apenas quando alguém que nos comunica que quer desenvolver uma actividade “x”, portanto há reuniões e a discussão em volta disso.” (RNSM).

“Há um contacto directo não há um contacto formal. Por vezes acontecem reuniões na câmara. Quando se exige fazem-se reuniões formais na Câmara Municipal mas em da sua maioria não é sobre turismo.” (RNB)

“Não há encontros frequentes ou sistemáticos. Por vezes realizam-se plenárias técnicas, seminários técnicos oferecidos ao público em geral.” (PNSE)

De um modo geral, os directores também fazem referência às discussões públicas, preconizadas pelos POAP's, em termos de oportunidades para a população local se manifestar acerca das questões relativas ao turismo no parque.

7.2.6 Planeamento, estrutura legal e considerações políticas e orçamentárias.

As iniciativas de planear o turismo de natureza nas ANP's do Centro de Portugal têm os seus alicerces fundamentados pelo PNTN. Cada área analisada, pela presente investigação, possui um documento específico que recebe o título de “Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza” (EETN) e se caracterizam como iniciativas de planeamento do turismo de natureza nas ANP's, assentes no PNTN. Concebidos para o período 2000-2006, estes documentos foram elaborados por equipa do próprio ICN, no entanto, conforme levantado junto aos directores, houve uma baixa participação entre os possíveis intervenientes com interesses directos e indirectos na realização deste enquadramento. Em linhas gerais, estes documentos estruturam-se em dois padrões, embora guardem semelhanças entre si. Um dos padrões volta-se para o PNDI, PNSE, PNTI e RNSM, enquanto o segundo, não contempla todos os itens do primeiro e aplica-se ao RNDSJ, RNB, RNPA e PPSA. A Tabela 7.8 descreve as secções contidas nestes dois padrões.

Tabela 7.8: Resumo dos itens a compor o EETN.

PNDI, PNTI, PNSE, RNSM	PPSA, RNPA, RNDSJ
<i>I) Caracterização legal, geográfica, biofísica e sócio-económica.</i>	<i>I) Caracterização legal, geográfica, biofísica e sócio-económica.</i>
<i>II) Enquadramento estratégico do Turismo de Natureza</i>	<i>II) Enquadramento estratégico do Turismo de Natureza</i>
<i>Objectivos</i>	<i>Estruturas da ANP.</i>
<i>Potencialidades e recursos</i>	<i>Potencialidades e recursos.</i>
<i>Modalidades de turismo de natureza</i>	<i>Alojamento.</i>
<i>Alojamento</i>	<i>Interpretação Ambiental.</i>
<i>Gastronomia</i>	<i>Animação.</i>
<i>Animação ambiental</i>	<i>Desporto de natureza</i>
<i>Interpretação ambiental</i>	<i>Promoção.</i>
<i>Desporto de natureza</i>	
<i>Implicações Complementares</i>	
<i>Intervenções territoriais</i>	
<i>Dinamização de pequenas empresas locais</i>	
<i>Formação Profissional</i>	
<i>Promoção e Marketing.</i>	

Fonte: ICN (2005).

Analisando os eixos temáticos contemplados pelas duas versões do EETN, observam-se interfaces com o modelo proposto por **Breda e Costa** (2006), no ponto 5.2 da revisão de literatura, no que respeita à ancoragem da sustentabilidade económica pelo turismo. Aplicando-se este modelo ao

EETN, observa-se a **componente de fixação estática**, cujas dimensões no EETN são representadas pelo alojamento tipificado pelo PNTN (casas de natureza e as suas modalidades em casas-abrigo, casas-retiro e centros de acolhimento; casas e empreendimentos turísticos TER) e a componente da restauração. No âmbito da **componente de fixação dinâmica** figura, no EETN, todo o espectro de animação ambiental, definido para cada ANP, além das valências de interpretação ambiental e desporto da natureza.

De igual forma, os EETN's analisados guardam semelhanças com os modelos de Inskeep, Boo, McNeely et al, abordados pela revisão de literatura na secção 5.3. Entre os pontos comuns observados, citam-se a **caracterização ambiental e socioeconómica** da região, existente na fase do diagnóstico dos modelos propostos pelos autores; **as intervenções territoriais**, assentes na consulta de outros planos, e.g. dos PDM's, POAP's e POOC's; e **adequação das infra-estruturas**, consoante à conservação ambiental e à experiência turística, contemplada nas fases de “diagnóstico” e “elaboração do plano”, dos modelos referidos. Uma vez elaborado o EETN, a equipa do ICN sugere, para a sua operacionalização, a consulta pública aos demais intervenientes interessados no turismo de natureza e, neste aspecto, o EETN encontra semelhanças também ao modelo de **Drumm e Moore** (2003), analisado na secção 5.3, o qual sugere a consulta pública entre a fase de elaboração e implementação do plano.

Perante este cenário, questionou-se os directores sobre a existência de um planeamento para o turismo na sua área protegida e, cerca de 75% dos inquiridos responderam que não há um efectivo planeamento para o turismo de natureza. O que de facto existe é uma miscelânea de instrumentos políticos e reguladores, a exemplo do PNTN e dos Planos de Ordenamentos das Áreas Protegidas (POAP's), que se caracterizam, para os gestores, como instrumentos de planeamento para o turismo de natureza. Esta posição dos gestores parece repetir a cultura que tende a reduzir os instrumentos de planeamento e ordenamento à delimitação de leis, de normas e de regulamentos, desconhecendo que o planeamento do turismo de natureza carece de perspectivas mais alargadas, segundo as abordagens apresentadas nos pontos 5.2 e 5.3 da recensão da literatura. As transcrições das opiniões dos directores sobre esta variável contribuem para elucidar a questão:

O parque possui algum planeamento para o turismo?

“Não. Arzila já teve o seu Plano de Ordenamento aprovado e sobre turismo talvez exista algo sobre o número máximo de visitantes permitidos.” RNPA.

“Não. Nesse momento está a ser feito o plano de ordenamento. Está a ser feito e a questão turística vai ser uma questão central e tem uma preponderância sobre as questões da pesca.” RNB.

“Não. Nós temos a acabar o nosso plano de ordenamento que já dá um conjunto de orientações estratégicas. Vai haver primeiro um zonamento em termos de área, portanto, quando o zonamento estabelece zonas mais críticas, à partida permite perceber quais são as áreas onde poderemos ou não exercer alguma actividade. O passo seguinte, obviamente, é andarmos com a carta do turismo sustentável como os outros parques estão a fazer e a carta do desporto da natureza. Mas pra já e sendo pragmática nesse momento não temos. A não ser o conhecimento do território como calcula nos permite gerir.” PNTI.

“Não. Nesse momento não, aquilo que se pretende fazer... o parque não possui...aliás o parque possui é o Enquadramento Estratégico do Turismo de Natureza e é o quê se pretende fazer, mas isso existe em todas as áreas ou pelo menos não sei se as outras áreas tem, mas, nós temos aprovado. Está aprovado e quando nós damos parecer sobre as actividades turísticas, as actividades de animação turística a desenvolver é claro que nós temos que ter em mente o enquadramento.” PNSE.

“Sim. Nós temos nesse momento o plano de ordenamento e o plano de gestão. O plano de gestão estabelece medidas para todas as áreas em que nós trabalhamos com os objectivos. Para o turismo temos dois objectivos: ampliar os percursos de pequena rota, que envolve algum património histórico associado, queremos encontrar um património histórico um aqueduto romano mas não achou (sic), um trilho estreito passando por esse património histórico e queremos aumentar em 25% o n.º de visitantes.” RNSM

A partir da leitura destas transcrições, verifica-se para os casos do PNSE e da RSNM, uma referência de planeamento para o turismo para além do plano de ordenamento: O PNSE faz uma alusão ao EETN como instrumento para a regulação dos projectos de infra-estrutura e animação turística. Por sua vez, o RNSM, afirma possuir um plano de gestão, o qual inclui objectivos para o turismo, assentes no aumento de 25% no número de visitantes e a abertura de mais dois percursos pedestres. Embora afirme não possuir um planeamento para o turismo, o PNTI e o PNDI, em certo grau, projecta-se a cumprir algumas directrizes contidas no PNTN no que toca à elaboração da Carta do Turismo Sustentável e da Carta do Desporto de Natureza.

As respostas também são elucidativas quanto à tendência dos directores em atribuir o plano de ordenamento como instrumento a ocupar o espaço de um planeamento específico para o turismo de

natureza. Ou seja, considerando o poder de coerção legal, subjacente ao plano de ordenamento, a articulação entre turismo, território e meio ambiente, para os parques da região Centro, somente se verifica quando há a necessidade de cumprir o estatuto legal vigente.

Neste balanço, o quadro actual se apresenta com o PNTN em fase de reformulação e espera-se que este processo possa dar um novo vigor ao EETN, desdobrando as suas estratégias no contexto dos *stakeholders*, de forma a assegurar uma consertação institucional que propicie a efectiva operacionalização no terreno do PNTN.

No entanto, embora tenha sido evidenciado uma ausência de um planeamento efectivo para o turismo de natureza, quando questionados sobre os objectivos do parque em relação ao turismo, observa-se, claramente, na maioria dos casos, a intenção em unir a experiência da visita turística com a conservação dos recursos naturais, no mesmo tempo que se dinamiza um desenvolvimento rural para as áreas subjacentes aos parques. Ou seja, as intenções dos gestores dos parques se posicionam no âmbito de um turismo sustentável como modelo de desenvolvimento para a região.

Embora durante a elaboração deste trabalho o PNTN se encontre em reformulação, importa destacar a existência de um programa desta envergadura que, para além do suporte legal incorporado, representa um conjunto de directrizes norteadoras para o planeamento e motivações para a implementação de um sistema de monitorização, através da utilização de indicadores. A este propósito, procurou-se apurar a opinião dos inquiridos sobre a eficácia do PNTN e dos demais Decretos-Lei sobre turismo de natureza e animação ambiental. Para esta questão, as opiniões são polarizadas, onde 50% dos inquiridos acredita na eficácia do programa e da legislação para o turismo de natureza.

Entre as lacunas citadas no PNTN, inclusive pelos inquiridos que o julgaram eficaz, estão: a falta de divulgação, a falta de expressividade, principalmente quando o historial de actividade turística é anterior ao programa; regras rígidas, porém, não contemplam todas as possibilidades muitas delas corriqueiras, havendo, portanto, hiatos que não são cobertos e não auxiliam o processo decisório; a falta de compreensão por parte dos *stakeholders*, a falta de melhores especificações acerca das tipologias das casas de natureza, pouca definição quanto às animações de cariz cultural; baixos níveis de concretização, no que toca as directrizes fulcrais estabelecidas pelo programa, e.g. da formação dos guias de natureza, da elaboração de um código de conduta e o atendimento aos requisitos da Carta Europeia para o Turismo Sustentável em Áreas Naturais Protegidas e da Carta do Desporto da Natureza.

Para além das políticas legais aplicadas, procurou-se conhecer ainda as políticas orçamentárias dos parques. De acordo com a literatura, o ecoturismo e o turismo de natureza podem oferecer importantes contribuições à conservação dos recursos naturais e culturais das áreas destinos através do montante de receitas geradas pela actividade.

O ponto 3.6.1 da revisão bibliográfica cita algumas possibilidades dos parques para obterem receitas através da visita turística, nomeadamente, pela cobrança de taxas de entrada; taxas de admissão, cobradas pelo acesso às atracções específicas; taxas de utilização, cobradas pelo aluguer de binóculo, roupas de mergulho, etc.; taxas de concessão, com a exploração de serviços turísticos pela iniciativa privada; *royalties*, na forma de comissões pela venda de *t-shirts* e *souvenirs*; doações, oriundas de turistas e/ou instituições e taxas oriundas da indústria do turismo.

Quer pelas entrevistas, quer pelas observações sistemáticas de campo, verificou-se a utilização frequente de algumas destas práticas, com uma maior incidência na cobranças de taxas para visitas guiadas, mas também a obtenção de receitas a partir das concessões a públicos e a privados, da hospedagem nas casas de natureza, das vendas de *souvenirs* e do material informativo, do aluguer de equipamentos de recreação e do arrendamento dos espaços para eventos.

A Tabela 7.9 ilustra a distribuição das fontes de receitas obtidas pelos parques analisados.

Tabela 7.9: Fontes de receitas utilizadas pelos parques.

Técnicas	PNSE	RNB	RNSM	RNDSJ	PNTI	PPSA	RNPA	PNDI
Visitas Guiadas								
Concessões								
Venda de <i>souvenirs</i> e brochuras.								
Aluguer de equipamentos e arrendamentos de espaços.								
Hospedagem em casas da natureza.								

A leitura da Tabela acima revela a não obtenção de qualquer tipo de receita por parte do PNTI, a partir da visita turística. A RNPA e a PPSA apenas beneficiam com a venda de brochuras e folhetos

informativos. Os demais parques não fogem ao receituário teórico da literatura nestas matérias e, a este propósito, descrevem-se algumas situações específicas para estes parques.

- (a) No PNSE, a receita obtida pela taxa de concessão refere-se à operação da Turistrela, empresa que detém a concessão da exploração do turismo e desportos de natureza, acima da cota dos 800m da Serra da Estrela, e às taxas pagas pelas empresas de animação licenciadas;
- (b) No RNDSJ, as taxas de concessão são oriundas do parque de campismo, instalado na área do parque;
- (c) Na RNSM, as taxas de concessão advêm das empresas de animação turística;
- (d) Nas Berlengas, apesar de existir infra-estrutura de alojamento e restauração, sob regime de concessão a privados, as taxas pagas vão para a CM de Peniche. Apenas na RNB se observa a obtenção de receitas pelo aluguer dos equipamentos de recreação, a exemplo das canoas utilizadas por turistas, em passeios náuticos no arquipélago. Alguns parques como o PNDI, PNTI e o RNDSJ poderiam aproveitar o seu potencial para a apreciação da avifauna e obter receitas mediante o aluguer de binóculos, tripés para máquinas fotográficas, manuais de observação, entre outras.

Estudos empíricos (Lindberg e Huber, 2002) revelam que o método de cobrança de taxas de entrada prevalece numa parcela significativa nos parques em todo o mundo. Conforme mencionado na revisão de literatura, a procura turística, de uma forma geral, não se opõe a esta cobrança desde que as receitas obtidas beneficiem a conservação dos espaços e também sejam destinadas à melhoria da experiência turística. Neste inquérito, colocaram-se ainda importantes questões sobre estas matérias, procurando-se apurar junto dos inquiridos se há cobrança para aceder aos parques e, em caso negativo, quais as razões para não se obterem receitas por este método. A totalidade das ANP's da região Centro não efectua a cobrança aos seus visitantes. Apenas exigem taxas para as visitas guiadas previamente agendadas. As razões para esta prática podem ser verificadas nas transcrições abaixo:

“Como é pouco visitada procura-se é despertar para a visita. Se pagassem penso que não haveria público. Melhoria das condições então seria possível cobrar. Se tivermos condições melhores então algum visitante poderia pagar. Se tivesse alguma coisa mais representativa que as pessoas ficassem maravilhadas.”

“Não faz sentido. Por motivos que a propriedade das terras não é exclusiva do parque. Nós só somos proprietários da zona central da reserva. Há muita área que é privada e portanto não é possível.”

“Não há essa mentalidade”

“O parque passa por um processo de requalificação e não justificaria a cobrança neste momento.”

Em certo grau, a inexistência de portões de entrada em alguns dos parques, também está na origem da não utilização desta prática, havendo, portanto, necessidade de reestruturações físicas e deslocação de pessoal para esta finalidade. Na condição actual de parques “abertos” torna-se difícil a implementação da cobrança de ingresso aos parques.

No entanto, mesmo em parques abertos é possível a implementação de uma estratégia de cobrança aos visitantes que, embora não se pretenda atingir a sua totalidade, pode abranger uma significativa parcela dos visitantes e, neste caso, é possível citar a experiência do Parque Nacional do Peneda-Gerês que realiza a cobrança de portagem numa estrada que atravessa áreas de sensibilidade ecológica e, portanto, requer um maior controlo dos visitantes. Acresce a este exemplo, o caso do Parque Arqueológico do Foz Côa que actualmente cobra 5 euros aos seus visitantes, apenas sendo possível a realização de visitas guiadas.

Importa salientar que nenhum parque da região Centro, e esta afirmação pode ser alargada aos demais parques de Portugal, fazem a gestão das receitas obtidas pela actividade turística. Todo o montante é enviado à sede do ICN em Lisboa para uma gestão centralizada. A proposta reside na criação de um fundo geral para a conservação da natureza das áreas naturais protegidas, e de acordo com alguns informantes qualificados, o montante arrecadado tem aplicações diversas e não só a conservação ambiental. Este facto, pode estar na origem do baixo interesse por parte da gestão dos parques em desenvolver um sistema de arrecadação de receitas que venha a robustecer os programas de conservação por intermédio do turismo.

A principal fonte de financiamento dos parques analisados é proveniente do governo central, havendo também participações significativas dos programas comunitários, a exemplo do Programa LIFE, Programa Operacional do Ambiente (POA) e INTERREG. A Figura A19 do Anexo III exemplifica, respectivamente, a utilização do LIFE para a recuperação dos ecossistemas e infra-estruturas de apoio ao turismo na RNPA e uso do POA na criação de um circuito paisagístico e ambiental, localizado no PNSE.

7.2.7 Parcerias

O desenvolvimento, através do turismo sustentável, de acordo com a literatura revista na secção 3.5, passa pelo estabelecimento de parcerias entre os diferentes *stakeholders* interessados no turismo de natureza. A criação destas parcerias estabelece condições à formação de um *cluster* para as áreas de

destinos do turismo de natureza, com ganhos na qualidade, na competitividade e no robustecimento do tecido económico local.

Sobre esta vertente, procurou-se apurar, entre os inquiridos, quais as parcerias que são especificamente desenvolvidas entre o parque e outros actores, nomeadamente, o sector privado, o poder público local e as ONG's.

No âmbito dos privados, não existem as parcerias. Pode-se citar, apenas, a iniciativa da RNB, onde os operadores turísticos formados pelas empresas de transporte marítimo e as empresas de mergulho, frequentemente, distribuem aos turistas brochuras informativas sobre a Reserva e fornecem algumas orientações básicas no que respeita a um comportamento ambientalmente responsável. Há, também, uma iniciativa por parte da Turistrela no sentido de promover o PNSE pela divulgação de um *link* sobre o parque no *site* desta concessionária.

No entanto, a RNDSJ e o PNTI trabalham com a perspectiva futura de concretizar parcerias para o turismo com privados. O PNTI ilustra o exemplo da sua candidatura ao programa LIFE, o qual contou com a colaboração de uma empresa de celulose. Embora a candidatura tenha sido pautada nos objectivos de conservação, nada impede que, no futuro, possam germinar parcerias para o turismo. De igual modo, a RNDSJ, no seu trabalho de requalificação ambiental, iniciará um projecto de mecenato junto a empresas privadas no sentido de elaborar uma nova sinalização e interpretação ambiental para o trilho “A descoberta da natureza”. Ainda no âmbito da conservação, regista-se uma parceria entre o PNSE e uma empresa de água mineral da região, para a realização de um programa de “plantação de árvores” no parque. Com excepção desta iniciativa, e do exemplo do PNTI, não há, actualmente, registo da participação dos privados nos programas de conservação da natureza nos parques da região Centro de Portugal.

No que respeita ao poder público local, as parcerias são efectivamente focalizadas na promoção da visita turística. Os postos de turismo dos concelhos internos ou vizinhos aos parques costumam manter brochuras e cartazes sobre os parques e a equipa de atendimento destes postos está disponível para o fornecimento de informações aos interessados na visita turística às ANP's. Este apelo promocional é reforçado na RNDSJ, no PNSE, na RNB e no PNDI, uma vez que estes parques se localizam em concelhos integrantes das regiões de turismo **Rota da Luz**, **Região de Turismo da Serra da Estrela** e **Região de Turismo do Oeste** e **Região de Turismo do Nordeste Transmontano**, respectivamente.

Para além do aspecto promocional, está a ser desenvolvida uma parceria, entre o PNTI e a CM de Segura, para a construção do primeiro Centro de Interpretação do PNTI. De modo semelhante, a direcção do PPSA e da RNPA trabalha junto à CM de Coimbra em torno do projecto de um percurso rodoviário entre Coimbra e estes dois parques, incentivando-se, também, a prática dos percursos pedestres em continuação ao percurso rodoviário.

Por se tratar de um arquipélago, a direcção da RNB possui um estreito trabalho de cooperação com a CM de Peniche, no que toca à viabilização de acções no terreno, a exemplo da gestão dos resíduos, abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica. Juntamente com a capitania, a RNB e a CM de Peniche mantêm um trabalho de permanente sinergia onde a gestão do arquipélago é constituída por representantes destas três instituições.

No âmbito das ONG's, a quase totalidade das ANP's do Centro de Portugal não apresentam nenhuma articulação com estas organizações para o desenvolvimento do turismo. A excepção vem do PNTI que faz a gestão dos percursos pedestres no parque em cooperação com a Quercus³. Também há parcerias não formais com a Associação de Estudos do Alto Tejo no âmbito do património histórico e cultural da região. Além do PNTI, o PNDI desenvolve um trabalho em conjunto com a ONGA PALOMBAR⁴ com vista à recuperação e revitalização de pombais.

Pode-se concluir pela existência de um longo percurso a ser traçado no sentido de criar articulações entre os parques e os interessados no desenvolvimento do turismo nas ANP's. Por enquanto persiste a falta da vontade política nestas matérias e tal facto pode ser constatado pelo próprio depoimento dos inquiridos conforme transcrições a seguir.

“O objectivo principal do parque não é turismo. O nosso objectivo principal é a preservação dos valores naturais e a conservação da natureza em si. Em termos de turismo a gente deixa para outro plano. É muito bom ter um programa direccionado para área como é o PNTN mas penso eu que foi muito mal aproveitado e portanto o turismo não se articula.”

“Faltam investimentos. O turismo poderia ser melhor mas os nossos recursos humanos e financeiros voltam-se para conservação activa. Turismo não é nossa grande prioridade.”

³ A ONGA *Quercus* existe em Portugal desde 1985 actuando em todo o território nacional. Esta ONGA já realiza trabalhos no território sob jurisdição do PNTI anteriormente a regulamentação deste espaço como ANP.

⁴ A PALOMBAR - Associação de Proprietários de Pombais Tradicionais do Nordeste é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2000 e que tem como objectivo principal contribuir para a recuperação, conservação e revitalização dos pombais tradicionais na região Nordeste de Portugal (distritos de Bragança e Guarda). Fonte: **Palombar** (2006).

“Não há parcerias mas também essa não é a função principal do parque.”

“Eu penso que a vocação das áreas protegidas não é o turismo. As áreas protegidas têm é que saber articular com quem está interessado nessa área, tem é que saber exigir que seja feito com muita qualidade, cada vez mais com mais qualidade e portanto permitir a quem tem pernas que entre.”

Os valores expressos nas opiniões acima constataam a existência de uma postura passiva perante a iniciativa de se fomentar parcerias e articulações para o desenvolvimento do turismo por parte dos gestores das ANP's. Diversas competências são hoje de responsabilidade por parte das ANP's o que gera uma focalização dos recursos humanos e financeiros para diversas outras matérias, e não o turismo, afastando as práticas de gestão das ANP's da apologia ao desenvolvimento local. A questão que se pondera é: concordando-se com a existência de uma pressão por parte de uma procura turística com motivações nos atractivos assentes na natureza, como dissociar conservação, ambiente e turismo? E, se este fenómeno ocorre num espaço territorial para o qual estes gestores se posicionam como elementos fulcrais na tomada de decisão, como justificar esta falta de prioridade?

No âmbito destes debates procurou-se questionar sobre que futuro os directores das ANP's investigadas esperam para o turismo nas ANP's em Portugal. As ideias, frases e expressões contidas nas transcrições seguintes resumem o estado de espírito positivo, ilustrando a riqueza dos pontos de vista, em torno de um compromisso concreto com vista ao desenvolvimento rural, numa perspectiva de sustentabilidade através do turismo.

“Cada vez melhor. Que possa haver uma maior participação do sector privado. As áreas protegidas têm a componente de protecção da natureza mas também se não contribuir para o desenvolvimento local também é, não quer dizer que não seja esse o interesse mas deve ser também motor de desenvolvimento. E a nossa preocupação é essa também, turismo sim pois turismo com melhor qualidade que também digamos as áreas protegidas podemos dizer que são as galinhas dos ovos de ouro portanto não podemos matar a galinha para ir pegar os ovos. Portanto deve ser mesmo um turismo controlado e é isso que vamos procurar que seja feito. Não queremos que a visitação tenha apenas como alvo a população escolar e sim toda a população não só a de cá da região mas também de outras partes de Portugal e estrangeiros eventualmente.”

“Espero que seja muito melhor aproveitado como disse ainda há pouco, é um produto muito bom para os naturais e para os residentes na área.”

“Deve ser aproveitado dentro de determinados limites, mas não pode ser o turismo a prioridade das áreas protegidas. Deve-se tentar valorizar mas com o cuidado da massificação, cuidado com os impactes não somente nas áreas protegidas mas nos territórios não protegidos onde as acessibilidades têm aumentado e representam uma ameaça principalmente a fauna.”

“Eu espero um turismo de maior qualidade nalguns casos um maior volume de turismo. É preciso ter um turismo específico, nesse momento há muita gente interessada em observação de aves, há muita gente no norte de Europa não só de observação de aves mas na observação de alguns aspectos naturais. Há um público-alvo muito importante particularmente vocacionado a observação de aves e especialmente com origem de Inglaterra é quase um passatempo nacional. Em Portugal há muita procura, a malta até vê Portugal como um sítio propício à observação de aves. O grande problema que tem é a falta de uma estrutura que permita receber esses visitantes. Por exemplo no sul de Portugal há muita observação de aves porque tem estrutura no Algarve. Há grande disponibilidade de instalações hoteleiras, há uma facilidade imensa das pessoas se deslocarem lá e fazerem tudo num dia. O que não acontece aqui. Portanto temos o potencial, mas falta um bocado também depois a estrutura à volta que sustente essa visita.”

“O que eu gostaria de ver é que nas áreas protegidas houvesse uma fatia de visitantes específica. Hoje as áreas protegidas possui uma visita de turistas na generalidade, mas uma boa parte dos turistas não são turistas que apreciem os aspectos naturais e os aspectos do património, portanto, eu esperava ver um interesse crescente dos turistas que valem a criação da área protegida portanto fossem lá para ver digamos a natureza, para conhecer a história a paisagem e que não fique só fixo no sol e praia. Eu diria que mais da metade das pessoas que vão a minha área protegida hoje não querem saber se isso é uma reserva ou não.”

“Eu penso que o turismo de natureza é uma área do turismo muito interessante. No caso de Portugal como um ecossistema mediterrânico tem de fato uma diversidade biológica fantástica e portanto deve aproveitá-lo. Há de ponderar muito seriamente a questão, usando um chavão, um lugar comum de termos o cuidado de não matarmos a galinha dos ovos de ouro. Mas tendo que definir muito bem onde, quando e como não é? Mas pode ser muito, muito interessante. Que é para desfazer a imagem um bocadinho de Portugal, Portugal um país de sol, país de praia e praias com muito pouca qualidade.”

7.2.8 Ferramentas de gestão para o turismo de natureza.

Neste ponto, procura-se diagnosticar qual ou quais as ferramentas de gestão do turismo de natureza possui(em) interfaces com as práticas correntes da gestão do turismo. Conforme enunciado no capítulo da Metodologia, a entrevista apresentou dois grupos de questões fechadas contendo um conjunto de parâmetros alusivos às ferramentas⁵ ROS, LAC e VIM. Para efeito da análise dos dados, separam-se estes parâmetros de acordo com a ferramenta associada, conforme o que se segue.

(a) Ferramenta ROS

A partir das respostas dos inquiridos, associadas aos 3 últimos parâmetros do grupo de questões fechadas I.2 da entrevista e as observações realizadas no campo, levantou-se um espectro formado por quatro possibilidades de zonamento ROS para as ANP's do Centro de Portugal, conforme descrição da Tabela 7.10.

Tabela 7.10: Zonamento ROS para as ANP's do Centro de Portugal.

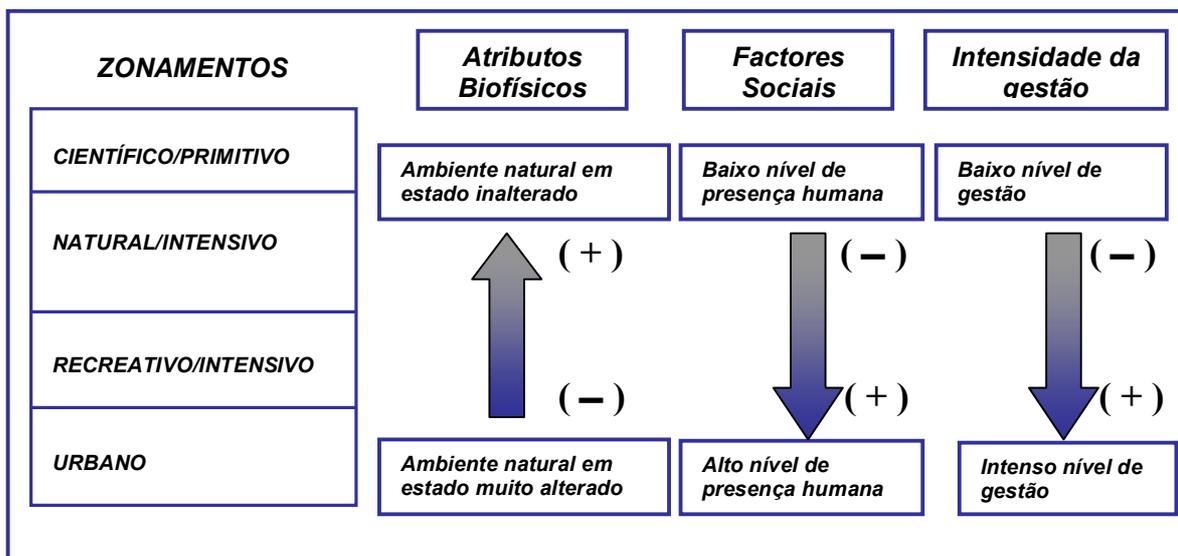
Item	Parâmetros
URBANO	<i>A zona é caracterizada por um meio ambiente urbanizado Há bastantes infra-estrutura e intervenções visíveis. A presença humana é predominante e em número elevado. Facilidades para veículos com trânsito massivo são oferecidas;</i>
RECREATIVO/INTENSIVO	<i>Há zonas recreativas caracterizadas por áreas com finalidades educacionais e recreativas facilmente acessíveis;</i>
NATURAL/INTENSIVO	<i>Há zonas de visitação caracterizadas por sítios onde a vida selvagem, o ecossistema, a história cultural ou natural são de grande valor;</i>
CIENTÍFICO/PRIMITIVO	<i>Há um “zonamento científico/virgem” reservado às áreas onde o valor do ecossistema é inestimável, com severas restrições para o uso dos recursos. O acesso é permitido através de autorização antecipada e o visitante deverá ser acompanhado por guias.</i>

Fonte: Adaptado de Wallace (2002) e Moore (1994).

As zonas verificadas nas ANP's do Centro de Portugal obedecem a um *continuum* assente no progressivo aumento da intensidade do uso em correspondência aos princípios biofísicos, sociais e de gestão/intervenção (atributos ROS). Neste aspecto, os atributos biofísicos são em maior intensidade nas zonas científico/primitivas, diminuindo até às zonas urbanas e recreativas/intensivas do espectro, enquanto os factores sociais e a intensidade da gestão são em maior intensidade nas zonas urbanas e recreativas/intensivas, diminuindo-se até às zonas científico/primitivas. A Figura 7.2 apresenta um modelo que descreve o *continuum* para as possibilidades definidas.

⁵ Foi excluída a ferramenta “capacidade de carga” uma vez que esta foi submetida a análise no ponto 7.2.2.

Figura 7.2: Variações entre os atributos físicos, sociais e intensidade da gestão no ROS.



A partir das respostas dos inquiridos as questões I2 da entrevista e observação directa, apurou-se o conjunto de possibilidades de zonamento turístico ROS para cada uma das ANP's analisadas, obtendo-se a Tabela 7.11.

Tabela 7.11: Registo de zonamento ROS nas ANP's do Centro de Portugal.

	PNTI	PNSE	RNDSJ	RNB	RNPA	RNSM	PPSA	PNDI
Urbano								
Recreativo/ Intensivo								
Natural/ Intensivo								
Científico								

No balanço observado pela Tabela 7.11, predomina a ocorrência do zonamento constituído pelas possibilidades **recreativo/intensivo**, **natural/intensivo** e **científico/intensivo**, os quais são encontrados nos parques RNSM, RNDSJ, PPSA, PNDI e RNPA. As variantes destas possibilidades são observadas em três situações: a **primeira**, com o registo de um **zonamento urbano** no PNSE e no PNDI; a **segunda**, referente ao caso do PNTI que não possui um **zonamento recreativo/intensivo** e a **terceira**, caracterizada pelo PNSE que não possui um **zonamento científico/intensivo**. O PNTI ainda não possui uma zona **recreativa/intensiva**, pela não existência de centros de interpretação e outras facilidades recreativas de fácil acesso e, portanto,

concentradora de fluxos turísticos. O PNSE não apresenta zonas de visitação condicionada, sujeita a autorizações prévias e acompanhamento de guias, conforme prevê o **zonamento científico/primitivo**.

Estes resultados mostram o potencial das ANP's do Centro de Portugal para prover uma experiência turística diversificada, no que respeita ao espectro de oportunidade do ecoturismo através da tipologia analisada em 5.4.2 o qual distribui os ecoturistas nas classes **Eco-especialista**, **Intermediário** e **Eco-generalista**. Os **Eco-generalistas** podem usufruir das instalações típicas das zonas recreativas/intensivas. O **Intermediário** pode obter mais valias através dos percursos pedestres, típicos da zona **natural/intensivo**, que proporcionam um contacto maior do turista com os recursos naturais albergados pelo parque. Os **Eco-generalistas** podem usufruir das possibilidades de um ecoturismo *hard* mediante condições específicas da visita às zonas científico/intensivo. Em linhas gerais, a Tabela 7.12 resume os zonamentos definidos para as ANP's em análise. Desta forma, conclui-se que a ferramenta ROS revela-se adequada a todos os parques na ANP do Centro de Portugal e a sua implementação no terreno deve obedecer aos demais requisitos existentes nos Planos de Ordenamento de cada uma das áreas protegidas.

Tabela 7.12: Descrição do zonamento ROS para cada ANP analisada.

	<i>URBANO</i>	<i>RECREATIVO</i>	<i>NATURAL</i>	<i>CIENTÍFICO</i>
PNSE	Zonas urbanas envolvidas pelo parque	Torre, percursos rodoviários, áreas de merenda, mirantes.	Rede de percursos pedestres.	-
RNSM	-	Zona das albufeiras, percursos rodoviários, áreas de merenda.	Rede de percursos pedestres.	Área de Protecção Total
RNPA	-	Centro de interpretação.	Percursos pedestres e pontos de interpretação ambiental	Área de Protecção Total
PPSA	-	Centro de interpretação.	Percursos pedestres e pontos de interpretação ambiental	Área de Protecção Total
RNB	-	Praia do Carreiro do Mosteiro	Percursos pedestres e pontos de interpretação ambiental	Área de Protecção Total
RNDSJ	-	Centro de interpretação. Área de merendas.	Percursos pedestres e pontos de interpretação ambiental	Área de Protecção Total
PNTI	-	-	Percursos pedestres	Área de Protecção Total
PNDI	Zona urbana das cidades envolvidas pelo parque	Arribas.	Percursos pedestres e pontos de interpretação ambiental	Área de Protecção Total

(b) Ferramenta LAC e VIM.

As ferramentas LAC e VIM, como se abordou nos pontos 5.4.3 e 5.4.4, exigem um grau maior de gestão e tomadas de decisão assentes em bases científicas e informações recolhidas a partir de um sistema de indicadores. À luz das premissas ventiladas por estas ferramentas e, conforme recensão da literatura em 5.4 e 5.6.2, foram seleccionados alguns parâmetros e submetidos à avaliação dos gestores, conforme o que se apresenta na Tabelas 7.13.

Tabela 7.13: Parâmetros LAC e VIM avaliados junto aos gestores das ANP's.

Item	Parâmetros	Ferramentas
L1	<i>Existe algum trabalho de inventário dos recursos voltados para uma melhor experiência da visitação ao parque?</i>	LAC
L2	<i>São determinados objectivos que sejam voltados para melhoria da experiência da visitação?</i>	LAC
L3	<i>A determinação destes objectivos analisa as condições dos recursos para se especificar o tipo de recreação e actividade turística a ser oferecida?</i>	LAC
L4	<i>São levantadas forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relativos ao turismo no parque?</i>	LAC
L5	<i>As actividades turísticas desejadas estão descritas?</i>	LAC
V1	<i>São determinados objectivos para a redução de impactes que podem ser provocados pelos turistas?</i>	VIM
V2	<i>O sistema de trilhos adoptados permite a dispersão dos visitantes?</i>	VIM
V3	<i>O sistema de trilhos são circulares, ou seja, oferecem a possibilidade de voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso de retorno?</i>	VIM
V4	<i>Os trilhos dinamizam a experiência da visitação através da interpretação ambiental?</i>	VIM
V5	<i>A gestão dos impactes da visitação está assente em bases científicas?</i>	VIM
VL1	<i>São determinados objectivos que reduzam eventuais conflitos entre turistas e turistas e população local?</i>	VIM, LAC
VL2	<i>Os gestores do parque procuram a participação de grupos pertencentes a comunidade local ou grupos de especialistas para a discussão dos impactes provocados pela actividade turística no parque?</i>	VIM, LAC
VL3	<i>São seleccionados indicadores de gestão da actividade turística?</i>	VIM, LAC
VL4	<i>São estabelecidos padrões para os indicadores de gestão do turismo?</i>	VIM, LAC
VL5	<i>Os indicadores de gestão do turismo são monitorizados</i>	VIM, LAC

À partida, os resultados apresentados nos pontos 7.2.1, 7.2.5 e 7.2.7 são elucidativos quanto a existência de um percurso a ser cumprido, com vista à gestão da actividade turística assente nas ferramentas LAC e VIM. Pelo exposto em 7.2.1, a ferramenta da capacidade de carga é frequentemente utilizada e a gestão não avança em direcção ao LAC ou VIM. Entretanto, com base nos parâmetros apresentados na Tabelas 7.13, submetidos à apreciação dos gestores, constroem-se as Tabela 7.14 e 7.15, verificando-se as convergências entre as práticas correntes da gestão das ANP's com os pressupostos do LAC e VIM.

Tabela 7.14: Convergência para o LAC.

	PNTI	PNSE	RNDSJ	RNB	RNPA	RNSM	PPSA	PNDI
L1								
L2								
L3								
L4								
L5								
VL1								
VL2								
VL3								
VL4								
VL5								
Freq. Abs.	2	3	1	5	1	4	1	1

Tabela 7.15: Convergência para o VIM.

	PNTI	PNSE	RNDSJ	RNB	RNPA	RNSM	PPSA	PNDI
V1								
V2								
V3								
V4								
V5								
VL1								
VL2								
VL3								
VL4								
VL5								
Freq.Abs.	4	3	3	6	3	3	3	2

Para o LAC, a RNB e a RNSM registam uma maior incidência de parâmetros nos seus esforços de gestão do turismo de natureza. De modo geral, a leitura da Tabela 7.14 permite concluir acerca de uma incidência maior de práticas da gestão focalizadas na inventariação dos recursos, com objectivos que permitam à melhora da experiência da visita e a descrição das actividades turísticas desejadas. (Parâmetros L1, L2 e L5).

Para o VIM, observa-se, a partir da Tabela 7.15, uma maior incidência dos seus parâmetros para a RNB e o PNTI. Entre os parâmetros VIM, verificou-se uma maior frequência de respostas positivas acerca da determinação de objectivos com vista à redução de impactes do turismo (parâmetro V1) e

à oferta de infra-estruturas que atendam ao requisito do mínimo impacto sem comprometer a experiência da visita, mediante a oferta de trilhos circulares e dotados de interpretação ambiental (parâmetros V3 e V4).

Entre os parâmetros comuns às ferramentas LAC e VIM, observa-se uma baixa incidência de práticas de gestão envolvendo estas variáveis, comprovando um percurso ainda por ser cumprido no que toca à sistematização de indicadores para a monitorização do turismo de natureza e suas valências em direcção à sustentabilidade, para além de justificar a necessidade de articulações entre os parques, comunidade local, agentes regionais e locais de desenvolvimento, autarquias e ONG's.

7.3 Conclusões: Análise SWOT.

As principais conclusões obtidas mediante a aplicação da entrevista aos directores serão apresentadas segundo o modelo da análise SWOT. Desta forma, levantam-se as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, **da gestão do turismo de natureza** nas ANP's do Centro de Portugal, numa perspectiva de sustentabilidade. Em jeito de súpula analítica, sublinham-se as seguintes conclusões:

7.3.1 Forças

(a) A reunião de um conjunto de valores naturais bióticos e abióticos que se constituem num atractivo potencial para o estabelecimento de uma procura especializada e motivada por interesses associados à botânica e à vida selvagem, nomeadamente, uma biodiversidade de espécies da avifauna, ictiofauna⁶, herpetofauna⁷, e mamíferos, para além das espécies de flora, consideradas relíquias para a região Centro e autóctones da paisagem mediterrânica. Muitas destas espécies são emblemáticas e são representadas pelos símbolos dos parques da região Centro. Estes símbolos evidenciam uma imagem positiva, a reforçar a existência de *habitats* que albergam espécies singulares, como por exemplo, o Lince Ibérico na RNSM, a Cegonha Negra no PNTI, o Açor no PPSA, o Airo nas Berlengas, a Águia-real para o PNDI e a Garça Vermelha na RNPA.

(b) Oferta de uma infra-estrutura de apoio ao turismo de natureza, a exemplo dos trilhos pedestres, e dos centros de interpretação, possibilitando mais valias à experiência turística.

(c) Predomínio dos trilhos circulares, reduzindo-se o potencial de impacte, além de propiciar uma melhor experiência da visita turística.

⁶ Ictiofauna: conjunto de peixes de uma região.

⁷ Herpetofauna: conjunto de répteis e anfíbios de uma região.

(d) Oferta de um conjunto de trilhos pedestres, de pequeno e longo cursos, destinados à diversificação da procura turística entre os perfis eco-generalista, intermediário e eco-especialista.

(e) Dinamização da educação ambiental, por intermédio dos diversos instrumentos e infra-estruturas de interpretação ambiental, e.g. dos centros de interpretação, dos trilhos com painéis de interpretação ambiental, das visitas guiadas, dos espaços para palestras, etc. A educação ambiental assume um papel prioritário nas ANP's do Centro de Portugal.

(f) A mão-de-obra temporária, a serviço do turismo nas ANP's, é proveniente das comunidades locais.

(g) Os gestores incentivam a participação dos funcionários dos parques em actividades associadas ao turismo, a e.g. da elaboração de material informativo, da criação dos percursos pedestres, da educação ambiental, etc.

(h) As ANP's do Centro de Portugal também são frequentadas pelos habitantes das comunidades locais, o que contribui para uma valorização, sentimento de pertença e identificação com estes espaços, sedimentando maiores possibilidades de redução dos conflitos existentes à escala dos parques e as suas comunidades locais.

(i) Existência de um zonamento para o turismo de natureza com vista à conservação dos recursos naturais e maximização da experiência turística, através do estabelecimento de um espectro de oportunidades de recreação, a satisfazer diferentes perfis da procura ecoturística. Desta forma, existe uma oferta de facilidades e de infra-estruturas, e.g. dos percursos rodoviários, das áreas de merendas ao longo destes percursos, dos mirantes e dos centros de interpretação, que atendem às necessidades de uma procura "Eco-generalista". De igual modo, apresenta-se um conjunto de trilhos pedestres, sinalética e circuitos interpretativos ao gosto da procura "Intermediária". Por fim, existem as zonas com ecossistemas de valores inestimáveis, as quais podem ser visitadas mediante condições específicas, que atendem às necessidades do perfil "Eco-especialista".

(j) Expectativas positivas por parte dos gestores das ANP's investigadas, acerca do futuro do turismo de natureza para Portugal. Há uma consciencialização quanto a necessidade de um controlo maior e de uma gestão eficiente para a actividade. Há, também, uma esperança associada ao desenvolvimento de um turismo de natureza assente numa procura específica, em condições de oferecer contributos à conservação e ao fortalecimento da componente económica local. Por fim

constata-se uma expectativa face à diversificação da oferta turística do país, fortemente assente no produto “sol e praia”.

7.3.2 Fraquezas

(a) Existe uma prevalência da função intrínseca nestas ANP's, onde a conservação do património natural sobressai à proposta da função utilitária, em termos das oportunidades para o desenvolvimento rural sustentável. Embora a componente humana polvilhe o interior de alguns destes espaços, não há uma perspectiva utilitária em benefício das comunidades locais. Neste aspecto, emerge uma dissociação entre ambiente, território e turismo, verificado pela baixa prioridade atribuída pelos gestores dos parques a esta actividade, reduzindo as possibilidades de integração e fixação da componente humana a seu território.

(b) Não existe a prática de monitorização da actividade turística e das suas interfaces com o desenvolvimento sustentável, através da implementação de um sistema de indicadores.

(c) Nenhuma das ANP's do Centro de Portugal apresenta quaisquer certificados associados à política de boas práticas do turismo de natureza.

(d) Reduzido número de percursos pedestres, nomeadamente nos parques de turismo não massificado, representando um constrangimento à expectativa de se ampliar o tempo médio de permanência nas áreas de destino vizinhas aos parques.

(e) Apesar da educação ambiental ser considerada pelos gestores dos parques como uma prioridade, registam-se perdas de oportunidade em concretizar, no terreno, alguns princípios basilares desta prática. Neste aspecto, cita-se a falta de contentores para a colecta selectiva dos resíduos sólidos, inexistentes nos pontos de maior concentração de visitantes.

(f) Baixa disseminação das técnicas de controlo da visitação. Entre as técnicas sugeridas na literatura, apenas o controlo pela capacidade de carga e o uso de instrumentos legais são empregues em mais de 50% dos parques na região Centro.

(g) Não aproveitamento do potencial de receita que poderia ser gerada pela cobrança de ingressos e outras fontes associadas à actividades de apoio à experiência turística. Desta forma, o turismo de natureza, nos parques do Centro de Portugal, não contribui significativamente no suplemento dos orçamentos governamentais para os programas de conservação da natureza.

- (h) Registo parcial das visitas impossibilitando uma efectiva gestão dos fluxos turísticos.
- (i) Inexistência de fóruns, ou reuniões sistemáticas, a promover a discussão e participação da comunidade local no turismo de natureza dos parques.
- (j) Planeamento limitado ao nível de um “enquadramento estratégico”, com escassa participação dos principais *stakeholders*. Não existe a perspectiva holística preconizada pelo actual modelo de planeamento sustentável do turismo.
- (k) Utilização dos funcionários dos parques nos serviços de visita guiada. À luz da sustentabilidade, estes serviços poderiam ser providos por membros da população local, reunidos em associações ou cooperativas de turismo.
- (l) A inexistência de parcerias ou articulações entre os parques e a indústria do turismo ou outros privados. No que respeita às parcerias com o poder público local e associações de desenvolvimento, observam-se, apenas, iniciativas no âmbito da promoção e actividades de cooperação em termos da instalação de sinalética e na prestação dos serviços públicos essenciais, a exemplo da colecta de lixo. Também não se verificam parcerias com ONG’s no sentido de articular projectos para o desenvolvimento do turismo de natureza.

7.3.3 Oportunidades

- (a) A variedade de espécies da avifauna, nomeadamente na RNB, PNTI, PPSA, RNDSJ e PNDI, representa uma oportunidade para o estabelecimento de uma estratégia de *marketing* com vista à segmentação e ao posicionamento destes parques para o *target* do *birdwatching*. Subjacente a estratégia adoptada, deve-se localizar este mercado-alvo e concretizar no terreno esta procura, através da dinamização de uma cadeia de distribuição e adequação do produto ao segmento de mercado, em termos de infra-estruturas de acomodação e de apoio à experiência turística.
- (b) As ANP’s do Centro de Portugal reúnem uma colecção de estatutos de protecção, no âmbito internacional e comunitário europeu, proporcionando um diferencial competitivo a estes espaços no que toca à consolidação da imagem e fomento à captação de investimentos. Desta forma, projectos para a conservação e o desenvolvimento rural sustentável são beneficiados e o turismo figura-se como uma oportunidade a ser explorada no âmbito destes projectos.

(c) Existência de uma malha rodoviária a possibilitar uma maior acessibilidade aos parques. A excepção ocorre apenas nos meses de Inverno, quando algumas estradas têm troços cerrados por queda de neve. As estradas de acesso aos parques estão em bom estado de conservação, incluindo-se a existência de estradas asfaltadas, no interior dos parques, com infra-estruturas de áreas de merendas e de mirantes ao longo destes percursos rodoviários, o que satisfaz a experiência turística do perfil eco-generalista. Os centros de interpretação são facilmente acessíveis por estradas, onde a partir destes, a procura turística poderá prosseguir a visita pelos circuitos pedestres e usufruir das actividades que lhe apetece.

(d) Disponibilidade de uma oferta de alojamentos e restauração, pertencentes aos residentes locais, na área interna e envolvente aos parques do turismo massificado.

(e) Baixo nível de conflitos entre o turismo e a comunidade local e predomínio do interesse desta em estimular o turismo nos parques.

7.3.4 Ameaças

(a) Baixo nível de empreendedorismo por parte da população local, nomeadamente em actividades de animação ambiental.

(b) Regista-se a ocorrência de impactes negativos, à base dos recursos naturais, com origens na prática do turismo de natureza. Os resíduos sólidos deixados pelos visitantes, as perturbações no comportamento da avifauna e o excesso da visita, em quantidades acima da capacidade de carga dos *habitats* pertencentes aos parques do turismo massificado, representam as externalidades mais frequentes.

(c) Baixa oferta de alojamentos e restauração na região envolvente aos parques de turismo não massificado, com implicação directa na fixação da sustentabilidade económica para a comunidade local.

(d) Inexistência de cooperativismo ou associativismo local que possa desempenhar o papel de dinamizadores da actividade turística.

(e) Existências de lacunas no PNTN, os quais representam constrangimentos à tomada de decisão para o turismo de natureza. Estas lacunas prendem-se com a falta de divulgação, a falta de expressão, principalmente quando o historial de actividade turística é anterior ao programa, a

existência de regras específicas que não contemplam todas as possibilidades de actividades turísticas, muitas delas corriqueiras, havendo portanto hiatos que não são cobertos e não auxiliam o processo decisório; a falta de compreensão, a falta de melhores especificações acerca das tipologias de casas de natureza, a falta de uma definição clara quanto às animações de cariz cultural; faltam níveis de concretização à questões preconizadas pelo programa, e.g. da formação dos guias de natureza, da elaboração dos códigos de conduta e da adopção dos programas da Carta Europeia do Turismo Sustentável em Áreas Protegidas e da Carta do Desporto da Natureza.

Estes resultados asseveram a perda de oportunidades para o desenvolvimento do turismo de natureza onde não existe um empenho consistente face à obtenção de uma cooperação entre os agentes locais e regionais, à envolvente territorial das ANP's do Centro e, dessa forma, contribuir para a criação e fortalecimento do produto turismo de natureza no Centro de Portugal.

7.4. Análise dos resultados do inquérito dirigido aos técnicos das ANP's.

Os resultados apresentados estão assentes no inquérito aplicado aos técnicos das ANP's (N=25), conforme a descrição elaborada no Capítulo da Metodologia.

7.4.1 Perfil da amostra.

Na Tabela 7.16 apresentam-se as características dos 25 inquiridos. Desta tabela destaca-se que: o número de participantes por parque variou de 2 a 7; a maior frequência (17) era do sexo feminino; há o predomínio de técnicos com tempo de serviço entre 11 a 20 anos (acima de 50%) e entre os demais, 5 apresentam-se com o tempo de serviço entre 1 a 10 anos e 6 desempenham funções no ICN com tempo superior a 20 anos. A habilitação literária predominante encontra-se na área da Biologia, (40% dos inquiridos), seguido da Engenharia Agrónoma (12%), Geografia (12%), Sociologia (12%), Turismo (8%). Nesta amostra, apenas 20% dos casos acusam a ocorrência de pós-graduação. Agrupando-se as habilitações literárias nos grupos **biociências/ciências agrárias** (grupo 1) e **outras formações** (grupo 2), tem-se um total 60% dos inquiridos pertencentes ao grupo 1 e 40% ao grupo 2. De igual modo, conforme a tipologia da procura turística, a distribuição para a amostra é de 60% para os parques não massificado e 40% para a tipologia do turismo massificado (ver Tabela 7.16 e Gráficos 7.5 e 7.6).

Tabela 7.16: Perfil da amostra.

Variável	n	%
Parque		
RNSM	3	12,0
PNTI	4	16,0
RNDSJ	3	12,0
RNPA	3	12,0
PPSA	2	8,0
RNB	3	12,0
PNSE	7	28,0
TOTAL	25	100,0
• Sexo		
Masculino	8	32,0
Feminino	17	68,0
TOTAL	25	100,0
• Tipologia de parques a qual pertencem os inquiridos		
Não massificado	15	60,0
Massificado	10	40,0
TOTAL	25	100,0
• Tipo de formação		
Biológicas/Ciências agrárias	15	60,0
Outras formações	10	40,0
TOTAL	25	100,0
• Ocorrência de graduação		
Sim	5	20,0
Não	20	80,0
TOTAL	25	100,0

Gráfico 7.5: Habilitações literárias.

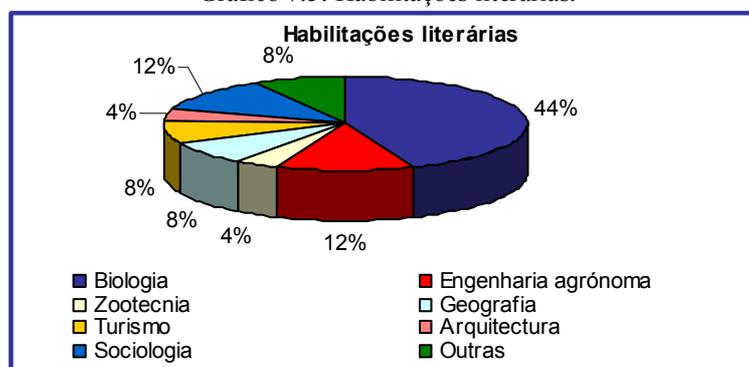


Gráfico 7.6: Tempo de serviço dos inquiridos.



7.4.2 Testes de fiabilidade

Os indicadores do turismo de natureza estão classificados em 4 grupos conforme a vertente da sustentabilidade associada. Antes de se proceder à análise dos resultados quanto à importância atribuída pelo *staff* das ANP's do Centro de Portugal a estes indicadores, serão apresentados os testes de Alfa de Cronbach, no sentido de aferir o índice de fiabilidade das escalas apresentadas no questionário.

A Tabela 7.17 apresenta o alfa de Cronbach para cada grupo de indicadores analisados. Desta tabela observa-se que os grupos de questões tiveram a referida medida superior a 0,81.

Tabela 7.17: Alfa de Cronbach para cada grupo de questões.

Grupo de questões associados aos indicadores.	Quantidade de variáveis	Alfa de ⁸ Cronbach
Componente ambiental.	5	0,8202
Componente social.	5	0,8135
Componente económica.	5	0,8182
Componente da educação ambiental e ecotécnicas.	5	0,8458

7.4.3 Avaliação da importância dos indicadores da sustentabilidade do turismo de natureza.

Nas Tabelas 7.18 a 7.21 são apresentadas as estatísticas da média e do desvio padrão, associadas à pontuação na escala de **Likert** (de 1 a 5)⁹ para os indicadores pertencentes às componentes da sustentabilidade do turismo de natureza em análise.

Da Tabela 7.18 verifica-se que a média dos indicadores da componente ambiental variou de **3,52**, para o indicador “**Número de incêndios**”, até ao valor de **4,60** para o indicador “**Espécies em extinção endémicas**”. A média final deste grupo foi **3,94**. Os indicadores que se posicionam acima da média do grupo, como por exemplo “**Incidência de caça ou pesca ilegal**” (**4,20**); “**Sítios com visita restrita**” (**4,16**); “**Pressão em espécies**” (**4,16**); “**Quantidade de sítios restritos ao ano**” (**4,04**), revelam uma preocupação do *staff* com a fauna dos parques e os possíveis impactes do turismo associados ao volume da visita. Desta forma, e em conformidade com a associação entre indicadores e ferramentas de gestão (ver Tabela 6.7 – Capítulo Metodologia), os inquiridos

⁸ **Hill e Hill** (2000), sugere uma escala alusiva a uma indicação aproximada para avaliar o valor de uma medida de fiabilidade: Excelente: maior que 0,9; Bom: entre 0,8 e 0,9; Razoável: entre 0,7 e 0,8; Fraco, entre 0,6 e 0,7; abaixo de 0,6: inaceitável. (**Hill e Hill**, 2000:149)

⁹ Na escala Likert utilizada, 1=Nada importante, 2=Pouco importante, 3=Indiferente, 4=Importante, 5=Muito importante.

revelam maiores sensibilidades ao controlo dos impactes do turismo à vida selvagem, por intermédio dos indicadores ligados ao VIM, LAC e ECOS. Também foi avaliado de forma positiva o zonamento pela restrição/proibição à visita, que representa um indicador característico ao ROS e à Capacidade de Carga. De uma forma geral, os indicadores da componente ambiental apresentaram médias no âmbito da valoração positiva (entre 3 e 5) da escala “Likert” utilizada.

Tabela 7.18: Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente **ambiental da sustentabilidade**.

Indicadores	Ferramenta de gestão	Média ± DP
<i>Quantidade de espécies em via de extinção e endêmicas que habitam o parque.</i>	VIM	4,60 ± 0,91
<i>Incidência de caça ou pesca ilegal ou de outra actividade ilegal semelhante.</i>	ECOS	4,20 ± 0,87
<i>Quantidade de registos de ocorrência de pressão em alguma espécie particular de vida silvestre em decorrência do turismo</i>	LAC	4,16 ± 1,03
<i>Quantidades de sítios com visita restrita e/ou proibida ao longo do ano.</i>	CC, ROS	4,16 ± 0,99
<i>Número diário de visitantes.</i>	CC	4,04 ± 0,73
<i>Quantidade de trilhos traçados por visitantes para fora do trilho original.</i>	LAC, VIM	3,88 ± 1,13
<i>Quantidade de visitantes nos meses de estação alta.</i>	CC	3,88 ± 1,05
<i>Número de incidentes causados por riscos de incêndio ao mês</i>	VIM	3,84 ± 1,28
<i>Pontos de erosão observados em trilhos, mirantes ou outros locais frequentados por turistas.</i>	ROS, LAC, VIM	3,84 ± 1,03
<i>Avaliação das condições balneárias das praias fluviais, cachoeiras ou outros cursos d'água utilizados por turistas.</i>	ROS, LAC, VIM	3,56 ± 1,23
<i>Número de danos causados às árvores</i>	LAC, VIM	3,56 ± 1,16
<i>Número de incêndios registados ao ano.</i>	VIM	3,52 ± 1,19
Total		
Média do grupo.		3,94 ± 0,61

Em relação aos indicadores da componente social, ver Tabela 7.19, tem-se que a média do grupo foi **3,51**. Os indicadores acima deste valor foram “**Realização de inventário**” com média de **4,40**, seguido dos itens: “**Avaliação da satisfação dos visitantes**” (**4,00**), “**Intensidade do uso**” (**3,92**), “**Avaliação da satisfação dos residentes**” (**3,88**), “**Percentagem de visitas guiadas**” (**3,84**) e “**Processo de participação entre a comunidade local**”, “**Número de empreendimentos locais**” e “**Número de vezes em que grupos se encontram**” alinhados em **3,48**. Os demais itens tiveram médias que variaram de 2,96 (“**Quantidade de resgates**”) a 3,40 (“**Número de reclamações a respeito do operador**”).

A leitura da Tabela 7.19 salienta a preocupação dos inquiridos no que respeita à experiência da visita turística, mediante a disponibilidade de informações dos atractivos do parque; à quantidade de pessoas em sítios específicos; à visita guiada. São também sensíveis à satisfação da comunidade

local com o turismo, no entanto, a maior parte dos indicadores pertinentes à comunidade local, estiveram abaixo da média do grupo.

Também se localizaram abaixo da média os indicadores associados à experiência da visita, e.g. da quantidade de resgates e reclamações a respeito dos operadores de turismo. No grupo de indicadores da componente social já se observam valorações próximas à indiferença (3 casos) e 1 indicador com valoração negativa da escala, porém próximo à indiferença.

Tabela 7.19: Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente **social da sustentabilidade**.

Indicadores	Ferramentas de gestão	Média ± DP
<i>Realização de inventário dos recursos naturais e culturais do parque e disponibilização desse material aos turistas na forma de guias, roteiros, entre outros.</i>	ROS, LAC	4,40 ± 0,65
<i>Avaliação do nível de satisfação dos visitantes.</i>	ROS, ECOS	4,00 ± 1,08
<i>Intensidade do uso em sítios chave (pessoas por m2).</i>	CC, ROS	3,92 ± 1,00
<i>Avaliação da satisfação dos residentes locais com a actividade turística no parque.</i>	ECOS	3,88 ± 1,33
<i>Porcentagem de visitantes que realizam visitas guiadas.</i>	ROS	3,84 ± 0,90
<i>Existência de um processo de participação entre a comunidade local e o parque com vista à colaboração no planeamento e gestão das actividades turísticas do parque.</i>	ECOS, LAC	3,48 ± 1,45
<i>Número de empreendimentos locais que prestam serviços turísticos ou de apoio ao turismo.</i>	ECOS	3,48 ± 1,39
<i>Número de vezes em que grupos de turistas se encontram uns com outros em trilhos, mirantes, rios, lagos, cachoeiras, entre outros.</i>	CC, ROS, ECOS, VIM	3,48 ± 1,05
<i>Número de reclamações a respeito do operador ou da concessionária de turismo num determinado período de tempo.</i>	LAC, VIM	3,40 ± 1,22
<i>Número de violações das regras do parque por parte da comunidade local.</i>	LAC	3,32 ± 1,44
<i>Quantidade de empregados da comunidade local a trabalhar no parque.</i>	ECOS	3,28 ± 1,28
<i>Monitorização de impactes negativos do turismo sobre a população local com respeito ao aumento do uso de drogas, alcoolismo, criminalidade, e outros problemas na esfera social.</i>	ECOS, VIM	3,08 ± 1,00
<i>Participação do parque nas festas tradicionais da comunidade local.</i>	ECOS	3,04 ± 1,27
<i>Porcentagem de visitantes oriundos da população local.</i>	ECOS	3,04 ± 1,21
<i>Quantidade anual de resgates aos visitantes perdidos no parque.</i>	ECOS	2,96 ± 1,10
Total		
Média dos grupos		3,51 ± 0,62

Confrontando-se os indicadores deste grupo com as ferramentas de gestão, (ver Tabela 6.8, Capítulo da Metodologia), observa-se uma maior valoração aos indicadores associados ao ROS. Conforme analisado na revisão de literatura (Capítulo 5), os indicadores VIM, LAC e ECOS preconizam a participação da comunidade local no turismo em parques. No entanto, a valoração

abaixo da média para os indicadores associados a esta questão, vem corroborar os resultados referenciados no ponto 7.2.8, que concluíram pela existência de um percurso a ser desenvolvido no que toca à implementação das ferramentas LAC, VIM e ECOS para as ANP's do Centro de Portugal.

No que respeita aos indicadores da vertente económica da sustentabilidade, tem-se que a média deste grupo foi de **3,36**. Observando-se a Tabela 7.20, destaca-se que os indicadores valorizados acima da média do grupo foram: “**Custo mensal da protecção**”, com valor igual a **4,12**, seguido de “**Registo dos rendimentos do turismo**” (3,80), “**Percentagem dos lucros do turismo para conservação**” (3,80), “**Aumento na oportunidade de empregos**” (3,64), “**Montante gasto com operações do turismo**” (3,52) e “**Encontros com stakeholders**” (3,44). Os demais itens tiveram médias que variaram de 2,68 (“**Rácio total de empregados em contacto com turistas e total empregados do parque**”) a 3,32 (**Quantidade de pessoas que participam de actividade associadas aos serviços turísticos no parque**).

Tabela 7.20: Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente **económica da sustentabilidade**.

Indicadores	Ferramentas de gestão	Média ± DP
<i>Custo mensal necessário à protecção dos recursos naturais do parque.</i>	VIM	4,12 ± 1,05
<i>Percentagem dos lucros obtidos com a actividade turística destinados a conservação.</i>		3,80 ± 1,22
<i>Registo mensal dos rendimentos gerados pelas taxas oriundas do turismo.</i>		3,80 ± 1,04
<i>Aumento na oportunidade de empregos gerados pela visita turística ao parque.</i>		3,64 ± 1,29
<i>Montante anual dos gastos em operações voltadas para o turismo.</i>	ECOS	3,52 ± 1,05
<i>Número de encontros anuais com os “stakeholders”</i>	VIM, LAC, ECOS	3,44 ± 1,00
<i>Quantidade de pessoas que participam em alguma actividade relacionada com os serviços turísticos no parque.</i>		3,32 ± 0,99
<i>Custo anual em promoção e publicidade do turismo no parque.</i>		3,00 ± 1,19
<i>Monitorização da inflação nas comunidades locais (aumento de preços decorrentes da actividade turística).</i>		2,84 ± 1,14
<i>Rácio entre empregados “part-time” ou sazonais / empregados “full time.”</i>		2,84 ± 0,99
<i>Rácio entre o total de empregados do parque em contacto directo com turistas e o total de empregados do parque.</i>		2,68 ± 0,85
Total		
Média dos grupos		3,36 ± 0,64

Estes resultados revelam uma maior valorização de indicadores associados ao balanço custo *versus* benefício da actividade turística e suas implicações na conservação do parque e, por outro lado, uma menor valorização de indicadores que reflectem os impactes económicos positivos e negativos

sobre a população local. A leitura da Tabela 7.20 também revela uma maior incidência de valorização negativa (entre 1 e 3) na escala de Likert adoptada, em comparação aos indicadores das demais componentes da sustentabilidade aqui tratados. No que diz respeito à associação entre as ferramentas de gestão e os indicadores, vê-se pela Tabela 6.9 do Capítulo da Metodologia, que não existem muitas associações neste domínio.

No campo da Educação Ambiental (EA) e uso de ecotécnicas, ver Tabela 7.21, a média do grupo foi de **3,64**, com destaque para os seguintes resultados: os indicadores que apresentaram valorações acima da média do grupo foram: **“Operadores envolvidos em EA”** com média de **4,00**, seguido de **“Número de eventos em EA” (3,96)**, **“Quantidade de resíduos recolhidos” (3,96)**, **“Quantidades de resíduos à reciclagem” (3,84)**, **“Quantidade de turistas em actividades de protecção” (3,68)** e **“Número de I&D”** também com **3,68**. Os demais itens tiveram médias entre 3,12 (**“Compostagem”**) e 3,64 (três indicadores com médias individuais e coincidentes com a média do grupo).

Tabela 7.21: Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente **educação ambiental e ecotécnicas da sustentabilidade**.

Indicadores	Ferramentas de gestão	Média ± DP
<i>Numero de operadores turísticos e/ou agência de viagens que oferecem actividades de conservação dos recursos naturais e valorização dos recursos culturais aos turistas.</i>	-	4,00 ± 1,04
<i>Número anual de eventos de educação ambiental promovidos pelo parque abrangendo estudantes, turistas, comunidade local, indústria do turismo e poder público local.</i>	VIM	3,96 ± 1,24
<i>Quantidade de resíduos recolhidos ao longo de trilhos, parque de estacionamento, centro de interpretação ou outros locais frequentados por visitantes.</i>	LAC, VIM	3,96 ± 0,93
<i>Quantidade de resíduos sólidos destinados à reciclagem.</i>	-	3,84 ± 0,80
<i>Percentagem de turistas que participam em actividades de protecção.</i>	VIM	3,68 ± 1,18
<i>Número de investigações e desenvolvimento (I e D) realizados anualmente no parque.</i>	LAC, VIM	3,68 ± 0,99
<i>Quantidade de formações realizadas por ano em interpretação ambiental e aplicadas aos guias e demais funcionários.</i>	-	3,64 ± 1,29
<i>Número de parceiros (ONG, cooperativas local, representantes de empresas turísticas entre outros) trabalhando em prol da conservação dos recursos do parque ou em programas de educação/interpretação.</i>	ECOS, LAC e VIM	3,64 ± 1,15
<i>Número anual de horas de funcionamento do centro de interpretação.</i>	ROS	3,64 ± 1,08
<i>Investimento anual na adaptação e manutenção de instalações que obedecem aos princípios das ecotécnicas.</i>	ECOS	3,36 ± 1,38
<i>Número de voluntários utilizados em técnicas de educação/interpretação ambiental.</i>	VIM	3,20 ± 1,19
<i>Quantidade de resíduos orgânicos destinados à compostagem.</i>	-	3,12 ± 1,17
Total		
Média dos grupos		3,64 ± 0,69

A leitura da Tabela 7.21 destaca uma maior sensibilidade dos inquiridos quanto à dinamização das actividades de educação ambiental numa perspectiva mais alargada, através da participação da

procura e da oferta turística, do poder público e da comunidade local. A preocupação com a questão dos resíduos também se manifesta evidente, corroborando os resultados delineados no ponto 7.2.

Realizando a associação entre os indicadores da “educação ambiental e ecotécnicas” e as ferramentas de gestão (ver Tabela 6.10, Capítulo da Metodologia), observa-se uma maior valoração dos indicadores associados ao LAC e VIM. Para os inquiridos, a educação ambiental deve ser alargada não só aos turistas mas também à comunidade local, indústria e poder público, onde os turistas devem desempenhar uma participação activa na conservação. A quantidade de resíduos recolhidos, nos pontos de concentração de pessoas, reflecte a eficiência da educação ambiental, sendo um indicador LAC/VIM ligado ao impacte da qualidade ambiental da área protegida. Também importa salientar a valorização sobre o indicador associado à apetência das ANP’s do Centro de Portugal para a realização de investigação, o qual corrobora com a premissa do LAC/VIM sobre a necessidade de uma maior relevância científica para a tomada de decisão em ANP’s.

No entanto, o LAC e o VIM pressupõem o envolvimento dos diversos *stakeholders* para a prossecução dos objectivos delineados para o turismo nas ANP’s, e o resultado neste ponto, está abaixo da média total do grupo, o que reforça os resultados apurados na entrevista quanto a baixa dinamização de parcerias e articulações para o desenvolvimento do turismo de natureza nas ANP’s da região Centro. Importa salientar, porém, que a componente da “educação ambiental e ecotécnicas” obteve valoração positiva, em termos da escala Likert, para todos os indicadores analisados.

Hierarquizando-se as médias globais associadas aos grupos de indicadores, obtém-se:

Grupo de indicadores	Média Global
1º Indicadores da componente ambiental.	3,94
2º Indicadores da educação ambiental e ecotécnicas	3,64
3º Indicadores da componente social	3,51
4º Indicadores da componente económica	3,36

Neste ponto, aplica-se o teste não paramétrico de Wilcoxon, comparando-se a média obtida para os indicadores da componente ambiental e as médias obtidas para as componentes social, económica e

da educação ambiental e ecotécnicas. Os resultados demonstram que o nível de significância “p” sobre as diferenças entre a média da componente ambiental e as médias das componentes social, económica e da educação ambiental e ecotécnicas são, respectivamente, iguais a 0.00, 0.00 e 0.011, o que demonstram que são diferenças significativas entre si. ($p < 0,05$).

Desta forma, os resultados são elucidativos quanto a uma maior valoração da importância atribuída aos indicadores associados à vertente ambiental da sustentabilidade por parte do *staff* técnico das ANP’s da região Centro de Portugal. Em sequência, pela valoração da importância, têm-se os indicadores da educação ambiental e ecotécnicas, seguidos dos indicadores da componente social e, por último, os indicadores da componente económica da sustentabilidade. Evidencia-se, portanto, um desequilíbrio entre as componentes analisadas, confirmando-se a questão proposta no ponto 6.2 da Metodologia.

Adiante avalia-se como se comporta a sensibilidade aos indicadores, dividindo-se a amostra em termos da tipologia dos parques do turismo massificado e não massificado.

7.4.4 Resultados a partir da estratificação da amostra conforme a tipologia dos parques.

As Tabelas 7.22 a 7.26 apresentam a média e o desvio padrão de cada indicador segundo o tipo de parque (massificado e não massificado) e os resultados dos testes não-paramétricos de Mann-Whitney¹⁰ (M.W.).

Da Tabela 7.22 é possível calcular que as três maiores diferenças entre as médias da componente ambiental da sustentabilidade ocorreram para os itens: “**Número de incêndios**”, com valor **0,70** mais elevado no grupo não massificado, “**Sítios com visita restrita**”, com valor **0,60** mais elevado no grupo não massificado e “**Número de danos em árvores**”, com diferença **0,40** mais elevada no grupo massificado. Analisando-se os resultados para o grupo total de indicadores da componente ambiental, observa-se que, para o nível de significância de 5% (0,05), utilizado na decisão do teste estatístico, não se comprova diferença significativa entre os dois tipos de parques para nenhum dos itens constantes na tabela ($p > 0,05$). A diferença entre as médias dos grupos foi 0,14 mais elevado no grupo **não massificado** e não constitui uma diferença estatisticamente significativa ($p=0,911$, ou seja, $p > 0,05$).

¹⁰ O nível de significância utilizado na decisão do teste estatísticos de Mann-Whitney foi de 5% (0,05). Apresentam-se, também, os valores do Mean Rank (MR) que estão na base do teste de M.W.

Estes resultados indicam que não existe diferença significativa entre a importância atribuída aos indicadores da componente ambiental da sustentabilidade para as tipologias do turismo de natureza massificado e não massificado.

Tabela 7.22: Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente **ambiental da sustentabilidade** conforme o tipo do parque.

Indicador	Tipo do parque				Valor de p ⁽¹⁾
	Não massificado		Massificado		
	Média ± DP	MR	Média ± DP	MR	
• Espécies extinção endêmicas	4,40 ± 0,59	13,53	4,40 ± 1,26	12,20	p = 0,552
• Sítios com vista restrita	4,40 ± 0,91	14,77	3,80 ± 1,03	10,35	p = 0,114
• Número de visitantes	4,07 ± 0,59	13,20	4,00 ± 0,94	12,70	p = 0,857
• Visitantes estação alta	3,93 ± 0,88	12,80	3,80 ± 1,32	13,30	p = 0,855
• Incidentes por risco incêndio	3,93 ± 1,10	12,87	3,70 ± 1,57	13,20	p = 0,906
• Número de incêndios	3,80 ± 1,08	14,67	3,10 ± 1,29	10,50	p = 0,133
• Avaliação cursos d água	3,60 ± 1,30	13,33	3,50 ± 1,18	12,50	p = 0,767
• Número danos em árvores	3,40 ± 0,91	11,70	3,80 ± 1,48	14,95	p = 0,264
• Pontos de erosão	3,87 ± 0,92	12,93	3,80 ± 1,23	13,10	p = 0,953
• Incidência de caça ou pesca ilegal	4,13 ± 0,92	12,53	4,30 ± 0,82	13,70	p = 0,676
• Trilhos não oficiais	3,87 ± 0,99	12,47	3,90 ± 1,37	13,80	p = 0,636
• Pressão em espécies	4,20 ± 1,26	14,33	4,10 ± 0,57	11	p = 0,229
Total					
Média total dos indicadores	3,99 ± 0,56	13,26	3,85 ± 0,72	12,61	p = 0,911

(1) – Através do teste Mann-Whitney

Destaca-se para a componente social da sustentabilidade (Tabela 7.23) que, com exceção dos itens “Número de encontros entre turistas” e “Reclamações a respeito do operador”, para todos os demais itens as médias foram correspondentemente mais elevadas no grupo não massificado do que no grupo massificado. As maiores diferenças entre as duas tipologias, com valores superiores a 1,00 e mais elevadas nos parques do turismo não massificado, ocorreram para: “Parceria parque e Comunidade Local (CL) para o turismo”, com diferença de 1,80; “Violações das regras do parque pela CL”, com diferença de 1,70; “Empregados da CL a trabalhar no parque”, com diferença de 1,63; “Número de empreendimentos locais em turismo”, com valor 1,63; “Porcentagem de visitantes da CL”, com valor 1,40 e “Participações do parque em eventos da CL” com valor 1,07. Todos estes itens apresentaram diferenças significantes entre os dois grupos a 5,0%. A diferença entre as médias do grupo foi 0,76 mais elevada no grupo não massificado, diferença esta que se revela significativa (p = 0,02, ou seja p < 0,05).

Assim, verificam-se diferenças significativas para os indicadores da componente social, entre estes dois tipos de parque, havendo uma maior valorização destes indicadores por parte dos parques do turismo não massificado.

Tabela 7.23: Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente **social da sustentabilidade** conforme o tipo do parque.

Indicador	Tipo do parque				Valor de p ⁽¹⁾
	Não massificado		Massificado		
	Média ± DP	MR	Média ± DP	MR	
• Intensidade do uso em sítios chaves	4,07 ± 0,88	13,87	3,70 ± 1,16	11,70	p = 0,450
• Percentagem de visitas guiadas	4,13 ± 0,83	15,33	3,40 ± 0,84	9,5	p = 0,031*
• Realização de inventário	4,47 ± 0,64	13,70	4,30 ± 0,67	11,95	p = 0,516
• Avaliação da satisfação visitantes	4,20 ± 0,68	13,47	3,70 ± 1,49	12,30	p = 0,677
• Quantidade de resgates	3,00 ± 0,85	13,07	2,90 ± 1,45	12,90	p = 0,954
• Reclamações a respeito do operador	3,33 ± 1,11	12,40	3,50 ± 1,43	13,90	p = 0,599
• Número de encontros entre turistas	3,20 ± 1,01	11,07	3,90 ± 0,99	15,90	p = 0,095
• Impactes à comunidade local	3,20 ± 1,08	14,13	2,90 ± 0,88	11,30	p = 0,323
• Satisfação da comunidade local	4,27 ± 1,22	14,97	3,30 ± 1,30	10,05	p = 0,080
• Percentagem de visitantes da CL	3,60 ± 1,06	16,37	2,20 ± 0,92	7,95	p = 0,004*
• Empregados da CL a trabalhar no parque	3,93 ± 1,03	16,80	2,30 ± 0,95	7,30	p = 0,001*
• Violações das regras do parque pela CL	4,00 ± 1,07	16,37	2,30 ± 1,34	7,95	p = 0,004*
• Parceria parque e CL para o turismo	4,20 ± 1,01	16,47	2,40 ± 1,35	7,80	p = 0,003*
• Número de empreendimentos locais em turismo	4,13 ± 0,92	16,17	2,50 ± 1,43	8,25	p = 0,007*
• Participações do parque em eventos da CL	3,47 ± 1,25	15,40	2,40 ± 1,07	9,40	p = 0,039*
Total					
Média total dos indicadores	3,81 ± 0,57	14,64	3,05 ± 0,34	10,54	p = 0,002*

(*) – Diferença significativa ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste Mann-Whitney

Da Tabela 7.24 (componente económica) é possível verificar que: as médias de todos os itens foram respectivamente mais elevadas no grupo não massificado do que no grupo massificado; as maiores diferenças entre as médias dos tipos dos parques ocorreram para os itens: “**Aumento dos empregos em turismo**”, com diferença de 1,07; “**Custo em promoção e publicidade**”, com valor 0,83; “**Rácio total de empregados turistas e total empregados do parque**”, com diferença igual a 0,80. No entanto, ao nível considerado de significância, a única diferença significativa entre os

dois grupos ocorreu no item “**Rácio total de empregados**”. A média entre as tipologias dos parques foi 0,56 mais elevada no grupo não massificado, no entanto, uma vez que o **p** final é de 0,031 ($p < 0,05$) tem-se que esta diferença é significativa.

Pelo exposto, verificam-se diferenças significativas para os indicadores da componente económica, entre estes dois tipos de parque, havendo uma maior valorização por parte dos parques do turismo não massificado.

Tabela 7.24: Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente **económica da sustentabilidade** conforme o tipo do parque.

Indicador	Tipo do parque				Valor de $p^{(1)}$
	Não massificado		Massificado		
	Média \pm DP	MR	Média \pm DP	MR	
• Custo mensal da protecção	4,40 \pm 0,74	14,40	3,70 \pm 1,34	10,90	$p = 0,210$
• Encontros com Stakeholders	3,47 \pm 0,83	12,70	3,40 \pm 1,26	13,45	$p = 0,786$
• Quantidade de pessoas envolvidas com turismo	3,60 \pm 0,74	14,53	2,90 \pm 1,20	10,70	$p = 0,165$
• Registo dos rendimentos do turismo	3,80 \pm 0,94	12,77	3,80 \pm 1,23	13,35	$p = 0,835$
• Percentagem dos lucros do turismo para conservação	4,00 \pm 1,07	13,97	3,50 \pm 1,43	11,55	$p = 0,401$
• Aumento dos empregos em turismo	4,07 \pm 0,88	14,93	3,00 \pm 1,56	10,10	$p = 0,092$
• Rácio total de empregados turistas e total empregados do parque	3,00 \pm 0,76	15,47	2,20 \pm 0,79	9,30	$p = 0,029^*$
• Rácio part time full time	3,00 \pm 1,00	14,17	2,60 \pm 0,97	11,25	$p = 0,310$
• Montante dos gastos em operações do turismo	3,67 \pm 0,82	13,73	3,30 \pm 1,34	11,90	$p = 0,508$
• Custo em promoção e publicidade	3,33 \pm 1,05	14,87	2,50 \pm 1,27	10,20	$p = 0,105$
• Monitorização da inflação	3,13 \pm 1,13	14,80	2,40 \pm 1,07	10,30	$p = 0,122$
Total					
Média total dos indicadores	3,59 \pm 0,52	14,21	3,03 \pm 0,69	11,18	$p = 0,031^*$

(*) – Diferença significativa ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste Mann-Whitney

Em relação aos indicadores da educação ambiental (Tabela 7.25) é possível verificar que: as médias de todos os itens foram correspondentemente mais elevadas no grupo não massificado do que no grupo massificado; as maiores diferenças entre as médias dos grupos ocorreram para os itens “**Formação em Educação Ambiental (EA)**”, com diferença de **1,40**; “**Investimentos em ecotécnicas**”, com valor **1,10**; “**Horas de funcionamento do centro de interpretação**”, com diferença igual a **1,07**; “**Voluntários em EA**” com diferença de **1,00**; “**Turistas em actividades de conservação**” com valor **0,97**; “**Compostagem**” com valor **0,87**.

Porém, ao nível de significância considerado, as únicas diferenças significativas entre os dois tipos ocorreram para os itens: “**Formações em EA**”, “**Horas de funcionamento do centro de interpretação**” e “**Turistas em actividades de conservação**”. Observa-se que o valor de **p** para o item “**Voluntários em EA**” foi exactamente 0,05, indicando diferença significativa a 5,0% entre os dois grupos. Na média geral, os dois tipos de parques apresentam uma diferença significativa de 0,75 a favor do não massificado com $p=0,007$. Os resultados são elucidativos quanto a uma maior valorização destes indicadores nos parques do turismo não massificado.

Tabela 7.25: Média e desvio padrão dos indicadores associados à componente da **educação ambiental e ecotécnicas** conforme o tipo do parque.

Indicador	Tipo do parque				Valor de $p^{(1)}$
	Não massificado		Massificado		
	Média \pm DP	MR	Média \pm DP	MR	
• Turistas em actividades de conservação	4,07 \pm 1,03	15,37	3,10 \pm 1,20	9,45	$p = 0,041^*$
• Número de eventos em EA	4,27 \pm 0,88	14,33	3,50 \pm 1,58	11	$p = 0,235$
• Operadores envolvidos em EA	4,13 \pm 1,13	14,30	3,80 \pm 0,92	11,05	$p = 0,251$
• Quantidade de resíduos recolhidos	4,20 \pm 0,56	14,23	3,60 \pm 1,26	11,15	$p = 0,242$
• Reciclagem	3,87 \pm 0,74	13,03	3,80 \pm 0,92	12,95	$p = 0,976$
• Voluntários em EA	3,60 \pm 0,99	15,23	2,60 \pm 1,26	9,65	$p = 0,050$
• Compostagem	3,47 \pm 0,83	14,90	2,60 \pm 1,43	10,15	$p = 0,101$
• Horas de funcionamento do centro de interpretação	4,07 \pm 0,70	15,47	3,00 \pm 1,25	9,30	$p = 0,026^*$
• Formações em EA	4,20 \pm 0,77	15,90	2,80 \pm 1,48	8,65	$p = 0,010^*$
• Parceiros em EA	3,87 \pm 0,99	14,23	3,30 \pm 1,34	11,15	$p = 0,283$
• Número de Investigações e desenvolvimento	3,80 \pm 0,86	13,47	3,50 \pm 1,18	12,30	$p = 0,673$
• Investimentos em ecotécnicas	3,80 \pm 1,15	15,20	2,70 \pm 1,49	9,70	$p = 0,059$
Total					
Média total dos indicadores	3,94 \pm 0,57	14,64	3,19 \pm 0,62	10,54	$p = 0,007^*$

(*) – Diferença significante ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste Mann-Whitney

Extraindo-se os valores totais das tabelas 7.22 a 7.25, tem-se os seguintes resultados:

Indicadores	Não massificado		Massificado		Valor de p (MW)
	Média Total	MR Total	Média Total	MR Total	
Indicadores da componente ambiental.	3,99 ± 0,56	13,26	3,85 ± 0,72	12,61	0,911
Indicadores da componente social	3,81 ± 0,57	14,64	3,05 ± 0,34	10,54	0,002
Indicadores da componente económica.	3,59 ± 0,52	14,21	3,03 ± 0,69	11,18	0,031
Indicadores da componente da educação ambiental e ecotécnicas.	3,94 ± 0,57	14,64	3,19 ± 0,62	10,54	0,007

Pelo exposto, a sensibilidade do *staff* das ANP's, conforme a variação da tipologia do parque, encontra apenas uma equivalência em torno dos indicadores associados à componente ambiental da sustentabilidade. Para os demais grupos de indicadores, observam-se diferenças significativas entre os parques do turismo não massificado e massificado. A tendência para uma valorização mais positiva para os grupos de indicadores das componentes social, económica e da educação ambiental se verifica na tipologia dos parques não massificados quando comparados ao parques massificados.

Desta forma, conclui-se que o equilíbrio em torno da importância aos diferentes indicadores da sustentabilidade se manifesta de forma mais expressiva para os parques do turismo não massificado.

Uma vez que se constata um desequilíbrio entre as vertentes da sustentabilidade pela incidência de uma maior valorização à componente ambiental, analisam-se a influência de alguns factores sobre este aspecto, nomeadamente, o perfil profissional do *staff*; o foco nos regulamentos e legislações ligados exclusivamente à conservação ambiental; à falta de articulações com diversos outros intervenientes em turismo. No sentido de apurar estas questões, realizaram-se as análises dos pontos 7.4.5 e 7.4.6.

7.4.5 Resultados a partir da estratificação da amostra conforme o perfil da formação profissional dos inquiridos.

As Tabelas 7.26 a 7.30 delinham a importância atribuída aos indicadores da sustentabilidade do turismo de natureza, separando-se os inquiridos em duas amostras independentes, segundo o perfil da formação profissional: **Biológicas/Agrárias (N=15) versus outras formações (N=10)**. No sentido de identificar as diferenças estatisticamente significativas entre estas duas estratificações, aplicou-se o teste de Mann Whitney, considerando uma relação de significância quando o **p < 0,05**.

Para os indicadores associados à vertente ambiental, destaca-se que, à excepção do item “**Número danos em árvores**”, para todos os outros itens, as médias foram mais elevadas no perfil correspondente à formação **Biológicas/Agrárias** quando comparadas àquelas do perfil **outras formações**; as 4 maiores diferenças entre os dois grupos em análise foram: “**Incidência de caça ou pesca ilegal**”, com diferença de 1,00; seguido de “**Número de incêndios**”, com diferença igual a 0,87; “**Sítios com visita restrita**”, com valor 0,77; “**Número de visitantes**”, com valor 0,73. Contudo, diferenças significativas entre os dois grupos a 5,0% só foram registadas para os itens: “**Incidência de caça ou pesca ilegal**” e “**Número de visitantes**”, revelando que os profissionais com formação no tipo “**Biológicas/Agrárias**” são mais sensíveis aos impactes causados à fauna e à pressão da procura turística, como era de se esperar.

Aplicando-se o teste de Mann Whitney para as médias totais dos perfis de formação analisados, não se observa diferença significativa, uma vez que $p > 0,05$ para as médias totais dos indicadores associados a componente ambiental. Assim, não se verificam diferenças significativas em termos da valoração positiva para os indicadores associados à componente ambiental entre os profissionais do perfil “**Biológicas/Agrárias**” e os profissionais pertencentes ao perfil “**outras formações**”. As diferenças se manifestam para os indicadores da pressão turística, em termos do número de visitantes e impactes na fauna.

Tabela 7.26: Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente **ambiental da sustentabilidade** segundo o tipo de formação dos inquiridos.

Indicador	Perfil da formação				Valor de p ⁽¹⁾
	Biológicas/Agrárias		Outras formações		
	Média ± DP	MR	Média ± DP	MR	
• Espécies extinção endémicas	4,80 ± 0,41	13,70	4,30 ± 1,34	11,95	p = 0,435
• Sítios com vista restrita	4,47 ± 0,74	14,97	3,70 ± 1,16	10,05	p = 0,078
• Número de visitantes	4,33 ± 0,72	15,73	3,60 ± 0,52	8,90	p = 0,014*
• Visitantes estação alta	4,00 ± 1,13	14,20	3,70 ± 0,95	11,20	p = 0,273
• Incidentes por risco incêndio	3,87 ± 1,25	13	3,80 ± 1,40	13	p = 1,000
• Número de incêndios	3,87 ± 0,99	14,80	3,00 ± 1,33	10,30	p = 0,105
• Avaliação cursos de água	3,80 ± 0,94	13,93	3,20 ± 1,55	11,60	p = 0,407
• Número danos em árvores	3,40 ± 1,06	11,87	3,80 ± 1,32	14,70	p = 0,330
• Pontos de erosão	4,00 ± 0,85	13,77	3,60 ± 1,26	11,85	p = 0,499
• Incidência de caça ou pesca ilegal	4,60 ± 0,63	16,23	3,60 ± 0,84	8,15	p = 0,004*
• Trilhos não oficiais	4,13 ± 1,13	14,83	3,50 ± 1,08	10,25	p = 0,104
• Pressão em espécies	4,40 ± 0,63	14	3,80 ± 1,40	11,50	p = 0,367
Total					
Média total dos indicadores	4,14 ± 0,39	14,25	3,63 ± 0,78	11,12	p = 0,095

(*) – Diferença significativa ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste Mann-Whitney

Para a componente social da sustentabilidade destaca-se que: com exceção dos itens “**Quantidade de resgates**” e “**Percentagem de visitas guiadas**”, para os demais itens, as médias foram mais elevadas na estratificação “**Biológicas/Agrárias**” do que em “**outras formações**”; as duas maiores diferenças entre os dois grupos em análise foram “**Violações das regras do parque pela CL**”, com diferença de **0,87**; seguido de “**Número de empreendimentos locais em turismo**”, com diferença igual a **0,80**.

À semelhança da componente ambiental, o teste de Mann Whitney revela que, apesar dos profissionais pertencentes ao tipo “**Biológicas/Agrárias**” apresentarem valores de média superiores ao tipo “**outras formações**”, para nenhum dos indicadores analisados e, de igual modo, para a média total, não se comprova diferença significativa entre as duas estratificações, uma vez que o **p** foi sempre superior a 0,05. Deste modo, conclui-se que os perfis analisados não apresentam diferenças significativas, em termos estatísticos, quanto à avaliação da importância dos indicadores associados à componente social da sustentabilidade.

Tabela 7.27: Média e desvio padrão para os indicadores associados à componente **social da sustentabilidade** segundo o tipo de formação dos inquiridos.

Indicador	Perfil da formação				Valor de p ⁽¹⁾
	Biológicas/Agrárias		Outras formações		
	Média ± DP	MR	Média ± DP	MR	
• Intensidade do uso em sítios chaves	4,00 ± 0,93	13,50	3,80 ± 1,14	12,25	p = 0,663
• Percentagem de visitas guiadas	3,80 ± 1,01	13,10	3,90 ± 0,74	12,85	p = 0,927
• Realização de inventário	4,60 ± 0,51	14,90	4,10 ± 0,74	10,15	p = 0,078
• Avaliação da satisfação visitantes	4,13 ± 1,06	13,90	3,80 ± 1,14	11,65	p = 0,422
• Quantidade de resgates	2,80 ± 1,15	12,20	3,20 ± 1,03	14,20	p = 0,489
• Reclamações a respeito do operador	3,67 ± 0,90	14,13	3,00 ± 1,56	11,30	p = 0,321
• Número de encontros entre turistas	3,67 ± 1,05	14,23	3,20 ± 1,03	11,15	p = 0,287
• Impactes à comunidade local	3,20 ± 0,86	13,83	2,90 ± 1,20	11,75	p = 0,467
• Satisfação da comunidade local	4,00 ± 1,20	13,33	3,70 ± 1,57	12,50	p = 0,767
• Percentagem de visitantes da CL	3,27 ± 1,22	14,33	2,70 ± 1,16	11	p = 0,250
• Empregados da CL a trabalhar no parque	3,40 ± 1,12	13,47	3,10 ± 1,52	12,30	p = 0,688
• Violações das regras do parque pela CL	3,67 ± 1,23	14,43	2,80 ± 1,62	10,85	p = 0,220
• Parceria parque e CL para o turismo	3,73 ± 1,44	14,23	3,10 ± 1,45	11,15	p = 0,289
• Número de empreendimentos locais em turismo	3,80 ± 1,26	14,60	3,00 ± 1,49	10,60	p = 0,170
• Participações do parque em eventos da CL	3,20 ± 1,32	13,87	2,80 ± 1,23	11,70	p = 0,455
Total					
Média total dos indicadores	3,66 ± 0,51	13,87	3,27 ± 0,72	11,70	p = 0,164

(1) – Através do teste Mann-Whitney

Para a componente económica (Tabela 7.28) destaca-se que: com excepção do item “**Custo mensal da produção**”, para os demais itens, as médias foram mais elevadas no perfil “**Biológicas/Agrárias**” do que no perfil “**outras formações**”; as três maiores diferenças entre as médias dos dois grupos ocorreram para “**Registro dos rendimentos do turismo**”, com diferença de **1,00**; “**Encontros com Stakeholders**”, com diferença de **0,90**; “**Percentagem dos lucros do turismo para conservação**”, com valor **0,83**. Verifica-se diferença significativa entre os perfis para os dois primeiros itens listados ($p < 0,05$).

A média da componente foi 0,53 mais elevada entre os inquiridos com formação “**Biológica/Agrárias**” do que entre a média do outro perfil, entretanto, o teste de Mann Whitney não revela diferença significativa para os indicadores associados à componente económica entre os dois perfis profissionais estratificados.

Tabela 7.28: Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente **económica da sustentabilidade** segundo o tipo de formação dos inquiridos.

Indicador	Perfil da formação				Valor de $p^{(1)}$
	Biológicas/Agrárias		Outras formações		
	Média \pm DP	MR	Média \pm DP	MR	
• Custo mensal da protecção	4,07 \pm 0,96	12,27	4,20 \pm 1,23	14,10	$p = 0,512$
• Encontros com Stakeholders	3,80 \pm 0,77	15,30	2,90 \pm 1,10	9,55	$p = 0,038^*$
• Pessoas envolvidas com turismo	3,47 \pm 0,83	13,60	3,10 \pm 1,20	12,10	$p = 0,587$
• Registo dos rendimentos do turismo	4,20 \pm 0,68	15,43	3,20 \pm 1,23	9,35	$p = 0,030^*$
• Percentagem dos lucros do turismo para conservação	4,13 \pm 0,92	14,57	3,30 \pm 1,49	10,65	$p = 0,173$
• Aumento dos empregos em turismo	3,67 \pm 1,18	12,80	3,60 \pm 1,51	13,30	$p = 0,862$
• Rácio total de empregados turistas e total empregados do parque	2,73 \pm 0,96	13,67	2,60 \pm 0,70	12,00	$p = 0,554$
• Rácio part time full time	3,07 \pm 1,03	14,67	2,50 \pm 0,85	10,50	$p = 0,147$
• Montante dos gastos em operações do turismo	3,80 \pm 0,86	14,83	3,10 \pm 1,20	10,25	$p = 0,098$
• Custo em promoção e publicidade	3,27 \pm 0,96	14,50	2,60 \pm 1,43	10,75	$p = 0,192$
• Monitorização da inflação	3,13 \pm 1,19	14,73	2,40 \pm 0,97	10,40	$p = 0,136$
Total					
Média total dos indicadores	3,58 \pm 0,53	14,21	3,05 \pm 0,69	11,17	$p = 0,080$

(*) – Diferença significativa ao nível de 5,0%.

(1) – Através do teste Mann-Whitney

Na componente da educação ambiental (Tabela 7.29) destaca-se: à excepção do item “**Número de Investigações e desenvolvimento**”, para os demais itens, as médias foram mais elevadas para o perfil “**Biológicas/Agrárias**” comparada ao perfil “**outras formações**”; a maior diferença entre as médias dos dois grupos ocorreu para “**Investimentos em ecotécnicas**”, com diferença de **0,77**, seguido dos itens “**Voluntários em EA**”, com diferença de **0,67** e “**Número de eventos em EA**” com valor 0,60. Entretanto, não se comprova diferença significativa entre os dois grupos para

nenhum item. A diferença entre as médias dos perfis foi 0,39 e sem diferença significativa ($p > 0,05$).

Tabela 7.29: Média, desvio padrão e teste de MW para os indicadores associados à componente da **educação ambiental e ecotécnicas** segundo o tipo de formação dos inquiridos.

Indicador	Perfil da formação				Valor de p
	Biológicas/Agrárias		Outras formações		
	Média ± DP	MR	Média ± DP	MR	
• Turistas em actividades de conservação	3,80 ± 1,32	14,07	3,50 ± 0,97	11,40	p = 0,356
• Número de eventos em EA	4,20 ± 0,86	13,67	3,60 ± 1,65	12,00	p = 0,553
• Operadores envolvidos em EA	4,13 ± 0,92	13,73	3,80 ± 1,23	11,90	p = 0,517
• Quantidade de resíduos recolhidos	4,07 ± 0,59	12,97	3,80 ± 1,32	13,05	p = 0,975
• Reciclagem	3,87 ± 0,83	12,97	3,80 ± 0,79	13,05	p = 0,976
• Voluntários em EA	3,47 ± 1,06	14,33	2,80 ± 1,32	11,00	p = 0,242
• Compostagem	3,27 ± 1,22	13,90	2,90 ± 1,10	11,65	p = 0,437
• Funcionamento do centro de interpretação	3,73 ± 1,03	13,40	3,50 ± 1,18	12,40	p = 0,718
• Formações em EA	3,87 ± 1,36	14,63	3,30 ± 1,16	10,55	p = 0,146
• Parceiros em EA	3,87 ± 1,06	14,33	3,30 ± 1,25	11,00	p = 0,246
• Número de Investigações	3,67 ± 0,98	12,80	3,70 ± 1,06	13,30	p = 0,857
• Investimentos em ecotécnicas	3,67 ± 1,23	14,47	2,90 ± 1,52	10,80	p = 0,209
Total					
Média total dos indicadores	3,80 ± 0,63	13,77	3,41 ± 0,74	11,84	p = 0,220

Recolhendo-se as médias globais das tabelas 7.26 a 7.29, tem-se os seguintes resultados:

Indicadores	Perfil Biociências/Agr.		Outras formações		Valor de p (MW)
	Média Total	MR Total	Média Total	MR Total	
Indicadores da componente ambiental.	4,14 ± 0,39	14,25	3,63 ± 0,78	11,12	0,095
Indicadores da componente da educação ambiental e ecotécnicas.	3,80 ± 0,63	13,87	3,41 ± 0,74	11,84	0,220
Indicadores da componente social.	3,66 ± 0,51	14,21	3,27 ± 0,72	11,70	0,164
Indicadores da componente económica	3,58 ± 0,53	13,77	3,05 ± 0,69	11,17	0,080

A leitura da tabela acima aponta para uma maior valorização dos indicadores associados à componente ambiental em ambos os grupos estratificados. No perfil **biociências/Agrárias** a menor valorização recai sobre a componente económica, havendo semelhante resultado para o perfil **outras formações**. Aplicando-se o teste de Mann-Whitney, observa-se que as diferenças de valorização de cada perfil para o mesmo indicador não são estatisticamente significativas ($p > 0,05$). Conclui-se, portanto, que perfis profissionais a exemplo de geógrafos, arquitectos, sociólogos, licenciados em Turismo, entre outros, apresentam o mesmo nível de sensibilidade para os

indicadores associados à componente ambiental quando comparado ao perfil com formações académicas no âmbito da Biologia, Zootecnia e Engenharia Agrónoma. O mesmo raciocínio é válido para as demais componentes.

No entanto, convém analisar se existem desequilíbrios no âmbito de cada um dos perfis e, para este fim, utilizou-se o teste não paramétrico de comparação de médias de Wilcoxon. Neste caso, observam-se para o perfil **biociências e agrárias** diferenças significativas “p” entre a média da componente ambiental e as médias das componentes social, económica e educação ambiental e ecotécnicas com valores de p respectivamente iguais a 0.004, 0.001 e 0.019. Como todos estes valores são inferiores a 0.05, conclui-se que a média da componente ambiental difere significativamente das demais componentes, revelando que o perfil **biociências e agrárias** valoriza de forma desequilibrada as componentes da sustentabilidade.

Aplicando-se o mesmo teste para o perfil **outras formações**, obtém-se valores de “p” entre a média da componente ambiental e as médias das componentes social, económica e educação ambiental e ecotécnicas com valores respectivamente iguais a 0.047, 0.022 e 0.241. Pelo exposto, evidencia-se o registo de diferença significativa apenas entre a componente ambiental e a componente económica. ($p < 0.05$). Entre a componente ambiental e a componente de educação ambiental e ecotécnicas as médias não apresentam diferenças significativas e a diferença entre a componente ambiental e a social está bem próximo ao valor de decisão. Conclui-se, portanto, para o perfil **outras formações** que prevalece uma sensibilidade balanceada no que respeita as diferentes componentes da sustentabilidade.

Para além das questões associadas ao perfil profissional, adiante procurou-se apurar o grau de concordância associado aos factores que se prendem com uma maior ênfase na componente ambiental da sustentabilidade do turismo nas ANP’s do Centro de Portugal.

7.4.6 Factores que estão na origem de uma gestão não equilibrada entre as vertentes da sustentabilidade do turismo nas ANP’s do Centro de Portugal.

No que respeita às questões associadas a uma gestão não equilibrada entre as vertentes da sustentabilidade do turismo, destaca-se que as duas maiores médias foram para as variáveis “**Regulamentos, estatutos e sustentabilidade**” e “**Falta de articulação dificulta os objectivos da sustentabilidade**”, com médias de **4,08** e **4,04**, respectivamente. A terceira maior média se encontra na variável “**parcerias e articulações não são implementadas**”, com valor de **3,88**; seguindo-se da variável “**formação académica e profissional**” com média de **3,72**. A variável

“**Equilíbrio entre conservação e experiência turística**”, com média de **3,64**, aproxima-se da média total do grupo de variáveis. As variáveis “**Turismo e conservação**” e “**Benefícios superam as desvantagens**” ficaram abaixo da média total do grupo de variáveis, com valores médios em **2,76** e **3,12** (ver Tabela 7.30).

Tabela 7.30: Média e desvio padrão dos factores responsáveis pela gestão não equilibrada.

Variável	Média ± DP
(st3): <i>Os regulamentos, estatutos, planos de ordenamento, planos anuais ou plurianuais de gestão do parque contribuem para que a gestão do turismo de natureza se concentre na dimensão ambiental da sustentabilidade.</i>	4,08 ± 1,00
(st1): <i>A falta de uma maior articulação e realização de parcerias entre o parque e outros actores interessados no turismo de natureza dificulta o alcance dos objectivos do desenvolvimento sustentável do turismo de natureza.</i>	4,04 ± 1,14
(st2): <i>Se as parcerias e articulações não são implementadas, a gestão do turismo no parque concentra-se exclusivamente nas questões relativas à conservação do património natural.</i>	3,88 ± 1,30
(st4): <i>A formação académica e profissional dos gestores e técnicos que trabalham no parque contribuem para uma maior ênfase à dimensão ambiental da sustentabilidade.</i>	3,72 ± 1,31
(st6) <i>Deve ser encontrado o equilíbrio entre as necessidades de conservação dos recursos naturais e as actividades que os turistas desejam experimentar.</i>	3,64 ± 1,11
(st7) <i>Os benefícios para as áreas naturais pelo desenvolvimento do turismo superam as desvantagens.</i>	3,12 ± 1,20
(st5): <i>O turismo contribui para um nível elevado de conservação dos recursos naturais do parque;</i>	2,76 ± 1,09
Média total das variáveis	3,61 ± 0,55

Pelos dados apurados, observa-se que o *staff* das ANP’s investigadas identifica o factor **observância aos estatutos legais, aos regulamentos e aos planos de ordenamento** como responsável pela maior ênfase dada a componente ambiental da sustentabilidade, com média de concordância positiva de **4,08**. **A falta de parcerias e articulações** também é avaliada como um constrangimento aos objectivos da sustentabilidade, com média de **4,04**, bem próxima à média da variável de maior concordância.

A falta de parcerias e articulações, segundo os inquiridos, também está na origem de uma maior dedicação do *staff* à componente ambiental da sustentabilidade, apresentando uma média de concordância de **3,88**. A influência da formação académica ocupa a quarta posição entre as variáveis analisadas, com média de **3,72**. As variáveis associadas à **experiência turística e conservação, benefícios do turismo** e a **capacidade do turismo em contribuir para a conservação**, receberam níveis de concordância próximos ou inferiores a média do grupo, com valores situados em **3,64**, **3,12** e **2,76**, respectivamente, o que vem a confirmar o predomínio da função intrínseca da conservação da natureza no âmbito dos parques investigados.

7.5 Discussões sobre a análise dos resultados do inquérito.

A análise de dados, efectuada às respostas obtidas no inquérito por questionário, demonstrou que o *staff* das áreas naturais protegidas da Região Centro de Portugal possui diferentes sensibilidades para os indicadores de sustentabilidade para o turismo de natureza. Considerando os indicadores associados às componentes ambiental, social, económica e da educação ambiental e ecotécnicas, os resultados são elucidativos quanto a uma maior valoração para os indicadores associados à componente ambiental da sustentabilidade em comparação às demais vertentes.

Considerando que os indicadores reflectem atitudes e práticas de gestão do turismo de natureza nas ANP's analisadas, observa-se, portanto, um desequilíbrio sobre os eixos da sustentabilidade, sobressaindo o predomínio da função intrínseca destes parques, ou seja, focaliza-se a conservação dos recursos naturais. De acordo com a literatura, este desequilíbrio representa um constrangimento à prossecução da sustentabilidade do turismo de natureza, uma vez que a concentração num objectivo específico limita a satisfação das necessidades dos principais interessados e envolvidos na actividade, reduz as potencialidades de aliar o turismo com a conservação dos recursos e restringe a experiência da visita turística.

Em termos quantitativos, os indicadores da componente ambiental obtiveram média de 3,94, seguido, nesta ordem, dos indicadores associados às componentes da educação ambiental e uso de ecotécnicas (média 3,64), dos indicadores da componente social (média 3,51) e, por último, tem-se a componente económica, alcançando a média de 3,36.

Demonstrou-se, também, que esta manifestação de desequilíbrio não se verifica de forma similar entre as tipologias de parque encontradas na Região Centro de Portugal. Foram analisadas as tipologias caracterizadas pelos parques do turismo massificado e não massificado e concluiu-se pela existência de um maior desequilíbrio entre as componentes da sustentabilidade nos parques do turismo massificado. Para esta tipologia, a diferença entre a maior média (componente ambiental) e a menor média (componente económica) foi de 0,82, enquanto que esta amplitude foi de 0,4 para os parques do turismo não massificado. Depreende-se que este resultado advém da ameaça maior que recai sobre os parques do turismo massificado, haja vista os impactes da visitação, o controle incipiente e a visibilidade destes parques na sociedade.

No que se refere as comparações entre cada uma das componentes, em termos das tipologias dos parques, importa destacar as seguintes conclusões:

No domínio da componente ambiental, verifica-se uma semelhança entre os resultados calculados para os parques do turismo massificado e não massificado, com diferença de apenas 0,14 entre as médias. Os testes estatísticos revelaram a não existência de diferenças significativas entre as tipologias dos parques, mantendo a componente ambiental no *benchmarking* da valoração das componentes da sustentabilidade. Quer para os parques do turismo massificado, quer para os parques do turismo não massificado, mantém-se o predomínio da função intrínseca da conservação dos recursos naturais. As discrepâncias entre as valorizações dos indicadores tornaram-se salientes para as demais componentes da sustentabilidade.

A valoração dos indicadores associados à componente “educação ambiental e ecotécnicas” pelos parques do turismo massificado supera de modo significativo a valoração da tipologia massificada. Embora a preocupação com a educação ambiental tenha-se destacado na análise dos resultados da entrevista aos directores dos parques, a sensibilidade a esta questão não parece transpor para os demais membros do *staff* dos parques do turismo massificado. Levantar as causas deste facto requer um estudo mais exaustivo, onde neste trabalho, é possível apenas inferir sobre alguns factos que podem fornecer pistas sobre estes resultados.

A partir da literatura, sabe-se que o perfil da procura massificada é bastante homogéneo e as motivações de lazer nos parques não estão associadas à aprendizagem e há menor ênfase no usufruto das experiências proporcionadas pelo contacto com a natureza. Desta forma, as iniciativas de educação ambiental e ecotécnicas passam ao largo deste perfil eco-generalista, ocorrendo, por parte dos parques, uma desmotivação pela dificuldade de sensibilização deste público. Por outro lado, a baixa visibilidade da educação ambiental faz com que muitos dos visitantes não se apercebam que se encontram numa área natural protegida.

A sensibilização de uma procura massiva requer programas de educação ambiental mais robustos e com um maior aporte financeiro para sua implementação no terreno, tornando-se um constrangimento face às actuais restrições orçamentárias dos parques.

Um aspecto particularmente interessante tem a ver com os resultados da componente económica. No que se refere aos parques do turismo não massificado, a componente económica revela-se como o item de valoração mais baixo. Por outro lado, estes parques ainda se posicionam em valorações da componente económica de forma mais expressiva, com média de 3,59, quando comparados aos parques do turismo massificado, com média de 3,03. Esta média figura-se como a mais baixa no *ranking* da avaliação dos indicadores, demonstrando uma reduzida sensibilidade dos inquiridos às

questões associadas à sustentabilidade económica dos parques do turismo massificado no Centro de Portugal. A centralização das receitas obtidas com o turismo pode estar associada a esta desvalorização dos indicadores da componente económica, uma vez que os gestores não podem aplicar as receitas obtidas no próprio parque.

De igual modo, demonstrou-se ainda que a valorização da componente social para os parques do turismo massificado é também inferior aos parques do turismo não massificado. Neste âmbito, encontram-se importantes factores associados à experiência da visita, aos impactes à cultura local e à obtenção de uma melhor qualidade de vida para a população local, que necessitam entrar para a agenda das práticas e atitudes do *staff* das ANP's do turismo massificado, abrindo oportunidades de maiores valias em direcção ao desenvolvimento da função utilitária destes parques. Por outro lado, muitos dos parques do turismo não massificado estão inseridos no contexto dos problemas específicos da ruralidade portuguesa e, dessa forma, se projectam em perspectivas de concretizar no terreno um turismo mais responsável e selectivo.

Em relação à análise da influência do perfil profissional do *staff* na valorização dos indicadores da componente ambiental, conclui-se pela não existência de diferenças significativas entre os perfis analisados para cada uma das componentes. Ou seja, os indicadores da componente ambiental são igualmente valorizados tanto no perfil das **biociências/ciências agrárias** como na categoria **outras formações**, assim como os indicadores da componente económica recebem a menor valoração nos dois casos, sem diferenças significativas no âmbito destes perfis.

No entanto, quando se analisa individualmente cada perfil, observa-se que o equilíbrio entre as componentes da sustentabilidade é mais saliente para o perfil **outras formações** em comparação ao perfil **biociências/Agrárias**, reflectindo, assim, uma maior valorização para os indicadores da componente ambiental para este perfil e uma sensibilidade dos profissionais das ciências humanas e outras ciências não só para a componente ambiental mas também para as componentes sociais, económicas e da educação ambiental da sustentabilidade no turismo.

Um dado importante a salientar refere-se à valoração mais positiva dos indicadores das componentes social e económica por parte do perfil **biociências/ciências agrárias**. Considerando-se, à partida, que os profissionais das ciências humanas, categorizados em “outras formações”, já apresentam uma sensibilidade específica para as componentes social e económica, tem-se, portanto, um reforço oriundo dos profissionais das **biociências/ciências agrárias** nestas matérias,

solidificando uma base de recursos humanos vocacionada para a prossecução dos objectivos da sustentabilidade.

Uma vez que se constata um corpo técnico especializado nos aspectos da conservação da natureza com sensibilidades às demais componentes da sustentabilidade, torna-se importante polarizar estas valências profissionais em direcção às acções necessárias à inserção do turismo de natureza no caminho da sustentabilidade. Algumas competências operacionais, hoje realizadas pelos técnicos, a exemplo das visitas guiadas, devem ser substituídas por competências de cariz mais estratégico, cedendo o trabalho operacional para outros actores.

Apurou-se, também, a visão do *staff* quanto a alguns factores que se prendem a uma maior valoração da componente ambiental, verificando-se uma maior concordância para a questão associada ao foco nos estatutos legais, nos regulamentos e nos planos de ordenamento. Estas competências ocupam a rotina de trabalho dos técnicos, sobrando pouca disponibilidade para o desempenho de outras tarefas. De modo geral, tem-se uma baixa concordância quanto à conciliação da conservação da natureza com a experiência turística e pela descrença acerca das mais valias que o turismo pode propiciar às ANP's do Centro de Portugal.

Por fim, a resposta aos inquéritos também forneceram algumas conclusões acerca da sensibilidade do *staff* das ANP's do Centro de Portugal quanto à utilização de ferramentas de gestão do turismo de natureza. Desta forma, uma análise detida nos indicadores ambientais associados às ferramentas de gestão, conclui-se pela atribuição de uma maior valoração às ferramentas VIM, LAC e ECOS quando referenciadas ao controlo dos impactos sobre a vida selvagem e o zonamento ROS em termos de salvaguardar sítios com restrições de visita ao longo do ano.

No escopo dos indicadores sociais sobressaem àqueles associados ao ROS, LAC e ECOS, no sentido de um esclarecimento maior aos turistas sobre o inventário de recursos, atractivos e actividades possíveis, avaliação da satisfação dos turistas e residentes locais, a quantidade de visitantes em sítios específicos e um maior controlo da visita mediante a realização de visitas guiadas. Nota-se, entretanto, uma avaliação abaixo da média para os indicadores associados à existência de um processo de participação entre a comunidade local e o parque, com vista ao desenvolvimento do turismo. Este resultado está de acordo com as conclusões obtidas no ponto 7.2.8 em que se diagnosticavam constrangimentos ao LAC, VIM e ECOS pela falta de articulações e parcerias, com os *stakeholders*, focalizadas na dinamização do turismo de natureza.

As valorações no âmbito dos indicadores da educação ambiental e ecotécnicas reflectem uma maior sensibilidade às ferramentas VIM e LAC, no âmbito da necessidade de uma abordagem mais holística aos programas de educação ambiental, alargando as iniciativas para os turistas, população local, indústria do turismo e poder público local, contudo, requisitando uma maior articulação entre estes actores, no sentido de atender a premissa do envolvimento e participação formulada por estas ferramentas.

8. Conclusão geral.

Esta dissertação iniciou-se com a confrontação de duas fases emblemáticas do turismo, nomeadamente, representadas pelo modelo do turismo de massas fordista e a sua repaginação protagonizada pelo modelo do turismo pós-fordista. Revisitando os capítulos iniciais, observa-se que, o contexto económico e as suas marcas indeléveis nos modos de vida das sociedades, estiveram na origem das características impressas à prossecução destas duas acepções do turismo. Embora a segunda fase, consensualmente, assenta em antagonismos à primeira, o turismo que actualmente se descortina plasma-se pelas influências das duas tendências, sobressaindo-se, em menor ou maior graus, os esforços pela condução da actividade à luz do planeamento e da gestão.

Esta assertiva é fundamentada por uma maior consciencialização por parte dos intervenientes da actividade, acerca da emergência de um novo perfil para a procura turística, que se revela mais experiente e esclarecida. O novo consumidor do turismo tem operado uma desconstrução na oferta rígida do pacote turístico de massas, em direcção a uma oferta especializada, segmentada e ancorada na qualidade dos serviços prestados. Um outro aspecto a reforçar o rigor do planeamento e da gestão no turismo alicerçou-se pelas variáveis vigentes à sociedade em fins do século XX, nomeadamente, no que respeita à componente do movimento ambiental, que introduziu o conceito do desenvolvimento sustentável para o turismo.

A partir deste enquadramento inicial, a dissertação evoluiu para a exploração do seu eixo temático principal, traduzido pela prática de uma das formas mais emblemáticas do turismo actual, aquele que se desenvolve nos espaços naturais em todo o mundo, com a alcunha de ecoturismo ou turismo de natureza. Neste trajecto, a ênfase foi dada à expressividade desta prática no seio dos espaços naturais com estatuto de protecção, os quais são legitimados pelo poder do Estado, em função das singularidades dos seus recursos bióticos, abióticos e paisagísticos.

A consensualização pela existência de uma crescente procura turística destes espaços e a constatação de relações de simbiose entre as áreas naturais protegidas e as suas populações autóctones, revelaram uma maior necessidade da aplicabilidade dos conceitos e premissas da sustentabilidade do turismo. A orquestração do turismo, nas suas performances da procura e da oferta, encontrou nas áreas naturais protegidas, um terreno de alargada sensibilidade, não só ambiental mas também socioeconómica, produzindo-se uma dialéctica em torno da função intrínseca e da função utilitária destes espaços. O que sobressai, no contorno dos debates e discussões destas matérias, é a definição clara quanto à teleologia das áreas naturais protegidas para a sociedade.

Desta forma, o rigor ao nível do planeamento e da gestão do turismo, numa perspectiva de sustentabilidade, afirma-se como uma busca pelo consenso entre as dialécticas produzidas, embora muitas das acções assim projectadas reforcem uma visão de cariz antropocêntrico e de lógica predominantemente urbana. Conforme a recensão da literatura, planejar e gerir a actividade turística nestes sítios passa pela manutenção dos valores naturais e culturais encerrados pela área protegida, ao olhar atento às preocupações e necessidades de suas populações autóctones, à selecção de projectos turísticos com base nas premissas da sustentabilidade, à formação de um *cluster* ecoturístico com definições acerca do papel e responsabilidades de cada *stakeholder* e monitorização permanente da evolução da actividade, mediante a sistematização de indicadores associados à totalidade das dimensões da sustentabilidade.

Foi neste contexto teórico que se olhou para o desenvolvimento do turismo nas áreas naturais protegidas da região Centro de Portugal. A partir de 1998, com o alvorecer de uma vontade política do país nestes domínios, reafirmada pela promulgação do Programa Nacional do Turismo de Natureza (PNTN), promoveu-se um novo ritmo para o desenvolvimento da actividade, compassado por um significativo aporte legal, a prescrever os princípios, as regras do ordenamento, as funcionalidades e possibilidades para a concepção de um novo produto (eco)turístico para Portugal.

Numa posição fulcral neste processo, encontra-se a gestão das áreas naturais protegidas e, portanto, a análise das práticas e atitudes correntes do *staff* destas áreas, que se projectam à luz das principais vertentes da sustentabilidade e das tendências do turismo de natureza, representaram o fio condutor deste trabalho, com ênfase na monitorização da actividade, por intermédio de indicadores.

Como se apurou ao longo desta investigação, a gestão das áreas naturais protegidas assenta na sua função intrínseca, mediante a concentração de práticas e atitudes associadas à componente ambiental da sustentabilidade. Os meios materiais disponíveis, para além dos escassos recursos humanos e financeiros, concentram os esforços da gestão nos aspectos associados à conservação do meio ambiente. De igual modo, o alargamento da superfície de competências no âmbito do cumprimento das prerrogativas dos planos de ordenamento e das directivas da Rede Natura 2000, das fiscalizações e processos indemnizatórios e outros processos da gerência da rotina destes espaços, levam a gestão do turismo nas ANP's do Centro de Portugal para uma posição marginal, revelando um antagonismo quando se confronta esta realidade diagnosticada com o tecido teórico sobre as práticas do turismo de natureza em ANP's.

Embora prevaleça uma gestão da rotina em torno da componente ambiental, observam-se práticas e atitudes convergentes às demais componentes da sustentabilidade do turismo de natureza. A análise da informação empírica remete, no entanto, para a constatação de uma heterogeneidade de práticas nestas matérias, o que revela a falta de objectivos consensuais em torno de uma proposta de sustentabilidade para o turismo de natureza nas ANP's do Centro de Portugal.

Entretanto, é possível identificar, em maior ou menor grau, um conjunto de atitudes e práticas direccionadas à realização de um turismo com interfaces nas premissas e objectivos da sustentabilidade. São, em parte, resultados de esforços assentes no PNTN e das obrigações contidas nos regulamentos e planos de ordenamento destes territórios.

Assim, constata-se a existência de infra-estruturas intra-parque e extra-parque, substanciando uma oferta turística com vista à satisfação da experiência turística, uma vez que este é um dos pressupostos à concretização no terreno da dimensão social da sustentabilidade. As infra-estruturas intra-parque associam-se à componente de animação ambiental e, neste âmbito, destacam-se os trilhos pedestres e os centros de interpretação e as suas propostas associadas à educação ambiental. Figuram-se, também, como existências de infra-estruturas intra-parque, as áreas de campismo, os mirantes, as áreas de merendas, os observatórios para aves, os passadiços, entre outros. No seu conjunto, estas facilidades voltam-se à satisfação de diferentes públicos alvo do turismo de natureza, conforme se observou ao longo desta investigação, embora não haja, por parte do *staff* dos parques, uma clara percepção e distinção dos diversos público-alvo da actividade ecoturística.

As infra-estruturas extra-parque, na sua maioria, pertencem ao *core* do turismo, nomeadamente, tem-se a restauração e o alojamento, sobre as quais se concluirá nos parágrafos referentes à componente económica da sustentabilidade.

Outro ponto a consubstanciar as atitudes e práticas de gestão do turismo de natureza em convergência com a sustentabilidade, associa-se à existência de um zonamento para as actividades turísticas, tal como sugerido em Boyd e Butler, 1996; Wallace, 2002, com vista à satisfação dos três perfis essenciais da procura do turismo de natureza. Desta forma, encontra-se na maioria das ANP's da região Centro: um **zonamento recreativo intensivo**, voltado ao tipo **eco-generalista**; um **zonamento natural intensivo**, que atende às expectativas da procura **intermediária e eco-especialista**; e um **zonamento científico intensivo**, que sob condições especiais, volta-se ao perfil **eco-especialista** da procura do turismo de natureza.

A educação ambiental está em sintonia com as tendências do turismo no sentido de proporcionar mais valias à experiência turística e atender aos anseios do novo perfil da procura turística. Neste sentido, e em conformidade com a relação de instrumentos de interpretação ambiental citados por Wearing e Neil (2001), as ANP's da região Centro equacionam estes aspectos, mediante a utilização de centros de interpretação e painéis interpretativos ao longo dos trilhos, como proposta para dinamizar o processo de educação ambiental concomitante à visita, para além da oferta de brochuras informativas e a existência de salas para palestras que vão ao encontro do público escolar. No entanto, as restrições orçamentais impedem uma actuação mais alargada deste processo, com impactes na actualização dos materiais informativos, na consolidação de um código de conduta, na manutenção da sinalética, na realização de programas activos envolvendo turistas, empresários do turismo e população local.

Outro pressuposto da componente social da sustentabilidade, analisado no percurso desta investigação, assenta no envolvimento da comunidade local com o turismo no parque. No que respeita a este domínio, pode-se concluir que não existe uma interacção efectiva parque/comunidade local com vista ao desenvolvimento do turismo. A mão-de-obra empregue directamente pelo parque para o turismo é incipiente e sazonal. No âmbito da iniciativa privada, a utilização de mão-de-obra local apresenta-se em maior peso nos negócios do *core* do turismo dos parques da procura massificada.

Na lógica da componente social da sustentabilidade, esta investigação conclui pela existência de uma debilidade nesta dimensão, pela baixa interacção das ANP's com os residentes locais, no que respeita aos assuntos do turismo. Por seu turno, este distanciamento parque/comunidade local no que se refere ao turismo, abre possibilidades para uma limitação, ou mesmo anulação de uma abordagem participativa dos residentes locais no desenvolvimento da actividade. Este quadro, conforme sugerem Fennel (1999) e Brandon (2002), possui implicações directas na visibilidade social destas comunidades o que resulta num constrangimento para o crescimento dos negócios associados à visita. Uma baixa visibilidade do parque perante a sua população local limita os benefícios da educação ambiental, que poderia ser alargada a este público, para a construção de um maior sentimento de “pertença” desta ao parque e promoção de uma cidadania ambiental. Em síntese, o estudo empírico revelou que as oportunidades de manifestação da comunidade local sobre os assuntos do turismo apenas se verificam no acto da “consulta pública” existente no processo de instituição dos POAP's.

O levantamento das causas que estão na origem desta questão não se enquadram no âmbito deste trabalho, no entanto, por observação directa é possível inferir pela existência de uma falta de estrutura organizativa, no âmbito da gestão das ANP's, que possibilite uma maior integração e articulação com os "locais" para o desenvolvimento do turismo. No trabalho empírico desta dissertação, concluiu-se que o *staff* das ANP's do Centro associa a falta de articulações, quer no âmbito das comunidades locais, quer para com os demais *stakeholders*, como um dos factores que estão na origem da difícil concretização no terreno de um turismo sustentável.

No tecido económico, este estudo revelou que as práticas da gestão do turismo não equacionam o suporte à conservação, por intermédio das receitas obtidas pelo parque, através do turismo. A gestão destas receitas é centralizada e não se tem uma noção do quanto cada parque é economicamente sustentado pelas receitas obtidas com a actividade turística. Esta evidência encontra suporte particularmente no que defende Lindberg e Huber (2002) acerca do subaproveitamento do potencial económico do ecoturismo, à luz da sustentabilidade. O percurso desta investigação, revelou também, a existência de constrangimentos à obtenção de receitas, uma vez que não são cobradas taxas de entrada para os parques e a cobrança das visitas guiadas não ocorre de forma homogénea em todos os parques. Assim, estas formas tradicionais de obtenção de receitas, sugeridas por Lindberg e Huber (2002), são fracamente aproveitadas pelas ANP's do Centro de Portugal.

A literatura aponta para novas tendências associadas às sinergias entre ecoturismo e turismo de massas. Conforme sugere Weaver (2001), as ANP's podem obter benefícios a partir do ecoturismo de massas mediante a obtenção de um maior rendimento proporcionado pelo fluxo de uma procura em larga escala; a adequação da economia de escala à sustentabilidade; a contribuição para a diversificação da procura turística; ao reforço da imagem do parque. Apesar deste reconhecimento, os resultados empíricos obtidos pela análise das entrevistas realizadas nos parques do turismo massificado, são conclusivos quanto ao não aproveitamento do potencial da sustentabilidade económica ventilada pelo turismo. Não se elaboram estratégias para que os rendimentos do turismo sejam empregues em projectos de conservação e, dessa forma, os parques do turismo massificado continuam dependentes dos orçamentos governamentais e dos fundos comunitários.

À semelhança dos parques do turismo massificado, os parques do turismo não massificado também apresentam uma elevada dependência dos orçamentos governamentais e dos fundos comunitários, e na actual conjuntura de escassez de recursos financeiros, observa-se a emancipação de recentes

áreas protegidas, a exemplo do PNTI e do PNDI, as quais não são dotadas de centros de interpretação.

Assim, estas questões corroboram com a **não** associação pelo *staff* dos parques quanto à existência de uma contribuição do turismo para um nível elevado de conservação dos recursos naturais. E de igual modo, o *staff* investigado também não percebe, de forma significativa, como o turismo no parque possa trazer benefícios para as áreas naturais de forma a superar as suas desvantagens. Estas conclusões são equivalentes para os parques do turismo não massificado e massificado.

Para as comunidades intra-parque e extra-parque, esta investigação conclui pela existência de uma assimetria em termos dos impactes positivos do turismo, onde o peso maior dos benefícios concentra nas actividades *core* do turismo, em termos da restauração e do alojamento. Estas facilidades se constatarem de forma mais expressiva para os parques de turismo massificado, com seus empreendedores oriundos, na sua maioria, da população local. Nos parques do turismo não massificado, a oferta de alojamento privado é ainda incipiente (a excepção do Parque Natural do Douro Internacional), onde se conclui pela existência de constrangimentos à iniciativa privada para investir nestes domínios. Desde a sua legitimação, o PNTN institui as condições necessárias à implantação e funcionamento da tipologia de alojamento admissível aos parques. Os entraves da legislação e o rigor instituído podem estar na origem da falta de interesse dos privados em obter concessões pelas casas de natureza actualmente disponibilizadas pelo ICN. Conforme apurado por esta investigação, o PNTN encontra-se actualmente em reformulação e alimentam-se expectativas de equacionarem as burocracias e as lacunas existentes no programa.

Para além das actividades *core* do turismo, representativas do modelo de fixação estática para a sustentabilidade económica, apresentada na literatura, esta investigação analisou, também, a componente da animação ambiental que dá suporte à componente de fixação dinâmica desenhada por Breda e Costa (2006). Os resultados são conclusivos quanto à inexistência de empresas de animação ambiental, com licença de operação emitida pelo ICN, pertencentes às comunidades locais dos parques estudados. Esta lacuna, para além de assinalar a ausência de iniciativas de empreendedorismo local, resulta na baixa interactividade parque/ comunidade local e implicações na optimização dos recursos humanos do ICN. Sobre isto, salienta-se que a mão-de-obra especializada dos parques se ocupa com a realização de visitas guiadas, o que gera um menor potencial do parque em promover a sustentabilidade social e económica e uma baixa penetração dos programas de educação ambiental nas comunidades. Para contornar esta situação, empresas locais de animação

ambiental poderiam realizar este trabalho e funcionar como vectores de difusão das práticas ambientalmente responsáveis.

Os resultados desta investigação são conclusivos quanto à existência de um hiato entre as práticas e atitudes correntes da gestão do turismo de natureza nas ANP's do Centro de Portugal e as premissas consensualizadas pela literatura da especialidade acerca da sustentabilidade do turismo de natureza. Esta constatação fundamenta-se pela existência, para a globalidade das áreas naturais investigadas, de uma maior sensibilidade aos indicadores de sustentabilidade do turismo de natureza associados à componente ambiental, quando comparados aos indicadores pertinentes à dimensão da educação ambiental, social e económica da sustentabilidade, havendo, portanto, um desequilíbrio entre as atitudes e práticas correntes do *staff* dos parques perante as vertentes da sustentabilidade.

Apesar de alguns autores (e.g Hunter, 1997; Ross e Wall, 1999) defenderem o equilíbrio entre as componentes da sustentabilidade no âmbito da gestão do turismo, verifica-se para as ANP's do Centro de Portugal, uma tendência no sentido da valorização da função intrínseca destes parques. Esta conclusão corrobora com o que denuncia Figueiredo (2003) ao salientar que as perspectivas iminentemente naturalista e conservacionista coloca à margem o tecido social circundante às ANP's portuguesas.

A tendência para uma maior valorização dos indicadores das componentes social, económica e da educação ambiental verifica-se na tipologia dos parques do turismo não massificado quando comparada ao parques do turismo massificado. Os dados assim quantificados concluem que o equilíbrio em torno da sensibilidade aos diferentes indicadores da sustentabilidade se manifesta de forma mais expressiva para os parques do turismo não massificado.

Neste âmbito, importa compreender que os parques do turismo massificado, nomeadamente para o caso do PNSE, encontram-se sujeitos a maiores pressões por parte da indústria do turismo que, aliada à base política local, defendem a prossecução de investimentos imobiliários, muitos dos quais desacompanhados dos seus devidos EIA's. Esta realidade actua no sentido de concentrar as competências do *staff* destes parques sobre os regulamentos e os estatutos, os quais salientam a conservação ambiental e, portanto, reforçam a valorização da componente ambiental da sustentabilidade. De igual modo, os impactes negativos da visita turística nos parques do turismo massificado conduzem a maiores preocupações, por parte das suas equipas, sobre as questões associadas à conservação dos ecossistemas afectados por esta visita massiva. Considerando a

visibilidade projectada por estes parques na sociedade, é de se esperar que, diante desta problemática, haja uma sobreposição dos objectivos de conservação aos demais objectivos da sustentabilidade.

Na esfera dos parques do turismo não massificado, esta investigação conclui que o desequilíbrio entre as componentes da sustentabilidade se manifesta de forma menos acentuada. Em muitos destes parques, o turismo encontra-se nos estágios iniciais do ciclo de vida, registando-se uma aspiração no sentido de concretizar um turismo mais responsável, selectivo e com potencial para conjugar a convergência da conservação da natureza com o desenvolvimento socioeconómico. A maioria dos parques do turismo não-massificado localiza-se em zonas onde sobressaem os problemas conexos da ruralidade portuguesa e, mediante este quadro, reúnem-se condições para alargar a sensibilidade do *staff* para as questões de fórum socioeconómico.

Observa-se, também, nestes parques, algumas iniciativas de instituições que se encontram no terreno a realizar projectos com vista à conciliação dos objectivos de conservação com os objectivos da experiência da visita e, que dessa forma, possam alcançar objectivos associados à educação ambiental e à sustentabilidade socioeconómica no tecido local circundante aos parques. A partir da aposta na expansão dos projectos delineados acima, e em conformidade com os argumentos da literatura (e.g. Straaten, 1997) sobre a competência técnica do *staff* dos parques para conduzir um processo sinérgico entre os principais interessados no turismo dos parques, esta investigação propôs analisar como se comporta a sensibilidade dos perfis profissionais do *staff* consoante as componentes da sustentabilidade do turismo de natureza.

O perfil profissional do *staff* dos parques analisados concentra-se, na sua maioria, em formações académicas associadas às **biociências e ciências agrárias** e, neste perfil, verificou-se uma valorização desequilibrada entre os indicadores da sustentabilidade, prevalecendo uma maior sensibilidade para os indicadores da componente ambiental, como era de se esperar, quando comparado aos indicadores da dimensão social, económica e da educação ambiental do turismo de natureza. Por outro lado, os profissionais enquadrados no perfil **outras formações** apresentam uma sensibilidade balanceada, valorizando, nesta ordem, os indicadores das componentes ambiental, da educação ambiental e da vertente social e, em menor grau, os indicadores da componente económica. No entanto, quando se comparam os valores atribuídos por estes perfis a cada grupo de indicador, verificam-se valorações mais positivas para todas as componentes no perfil **biociências e ciências agrárias**

Os resultados apresentados acima evidenciam que os profissionais oriundos das **biociências/ciências agrárias** podem reforçar a visão holística, característica do perfil das **outras formações**, solidificando nas Áreas Naturais do Centro de Portugal uma base de recursos humanos vocacionada para a prossecução dos objectivos da sustentabilidade.

Os indicadores da componente ambiental, conforme anteriormente observado, recebem as maiores valorações, quer no perfil profissional das **ciências biológicas/agrárias**, quer nas **outras formações**. Segundo o *staff* investigado, as razões que projectam uma maior ênfase na componente ambiental da sustentabilidade, prendem-se, em **primeiro** plano, com a obediência aos regulamentos, estatutos e planos de ordenamento, os quais concentram a maior parte das competências da gestão da rotina; em **segundo** plano, o *staff* refere a falta de uma maior articulação e realização de parcerias entre o parque e outros actores interessados no turismo de natureza como um constrangimento ao desenvolvimento sustentável do turismo; e em **terceiro** plano, na opinião deste *staff*, aparece a questão da formação académica dos gestores e técnicos que trabalham no parque como indutoras de uma maior ênfase atribuída a dimensão ambiental da sustentabilidade.

Limitações desta investigação.

No entanto, convém salientar que esta investigação reflecte as atitudes e práticas do *staff* das áreas naturais protegidas da região Centro de Portugal e, um estudo mais exaustivo, no âmbito da sustentabilidade do turismo de natureza nestes espaços, deveria incluir, também, uma análise extensiva aos demais *stakeholders*, que de forma directa ou indirecta, possuem interesses ou intervêm no turismo de natureza nas ANP's investigadas. Enquadram-se nesta perspectiva, as autarquias dos concelhos contíguos e internos aos parques, a indústria turística local, os representantes das comunidades locais, as ONG's e as comissões de desenvolvimento regional e outras associações voltadas ao desenvolvimento local. Desta forma, a restrição desta investigação à esfera da gestão das ANP's constitui a principal limitação deste trabalho empírico. À semelhança deste contexto, também alerta-se para o facto de que os resultados e conclusões obtidos podem não ser constatados para as áreas naturais protegidas das demais regiões do país.

Uma outra limitação deste estudo refere-se ao levantamento acerca das actividades praticadas pela procura turística nas ANP's investigadas. Os dados neste domínio foram recolhidos junto aos directores dos parques e, no entanto, um levantamento mais exaustivo neste âmbito deveria ser recolhido directamente dos turistas, num inquérito dirigido aos mesmos.

Recomendações para o aproveitamento do potencial do turismo de natureza nas ANP's investigadas.

No sentido de oferecer uma contribuição maior deste trabalho, propõem-se algumas recomendações breves, assentes na experiência de outros estudos de casos, extraídos da literatura, acerca do turismo nas ANP's, nas actuais tendências da actividade e na visão do autor deste trabalho, desenvolvida a partir das visitas realizadas no território investigado. Estas sugestões, no entanto, requerem estudos pormenorizados no sentido de viabilizá-las no terreno.

A primeira preocupação incide nas ANP's que albergam uma forte componente da presença humana nos seus territórios. Afiguram-se nesta tipologia, os Parques Naturais da Serra da Estrela e do Douro Internacional. No interior destes parques, o turismo de natureza co-habita com outras formas de turismo, e.g. do turismo cultural, do turismo de saúde e da gastronomia, para além de somar a outras actividades económicas da região, nomeadamente a agricultura, a pastorícia e a confecção de produtos regionais.

Nestes dois parques naturais, o objectivo de conservação não pode dissociar-se da estrutura socioeconómica vigente nos seus territórios. Portanto, deve-se buscar o equilíbrio entre as legitimidades das actividades de conservação, actividades económicas e as actividades sociais, tal como preconizam os modelos teóricos da visão sistémica do turismo abordados na recensão da literatura. Desta forma, aposta-se num modelo de desenvolvimento assente na conectividade territorial, mediante a integração do ambiente, comunidades humanas, território e actividades económicas, entre elas o turismo. Neste domínio, cada um destes parques devem ser concebidos como produto âncora e central desta rede de conectividades, e portanto, capazes de fomentar uma maior visibilidade para a região pelas mais valias que se originam no contexto da conservação ambiental.

O ponto de partida para o estabelecimento desta rede passa pela formação das articulações entre os diversos *stakeholders* e, nesse sentido, o Estado, as autarquias e as comissões de desenvolvimento regional possuem posição fulcral. Estas instituições devem criar as condições e garantir a participação e envolvimento da sociedade no processo de incremento das actividades económicas (e.g. do turismo), nas ANP's, numa perspectiva de sustentabilidade, que potencie a conectividade do ambiente com o território.

Portanto, no âmbito do turismo, desenvolve-se uma oferta agregada intra-ANP e extra-ANP mediante a ligação do património natural, cultural e antropológico, potencializando os valores da região. A conectividade dos valores naturais, culturais, económicos e antropológicos se concretiza mediante a interligação dos canais de distribuição dos produtos turísticos, no sentido de reforçar as dinâmicas económicas associadas ao mundo rural. A lógica é pensar o PNDI e o PNSE como um destino polivalente onde os atractivos turísticos e outras actividades económicas se posicionam à mostra para a procura consumir aquilo que lhe apetece. Desta forma, estes parques ganham visibilidade e relevância, com maiores possibilidades de conservar os seus patrimónios naturais.

Em síntese, a presente perspectiva enquadra-se na tendência do turismo de natureza no que respeita à formação de *clusters* de desenvolvimento com base no território, onde há um enfoque acentuado na gestão dos fluxos de visitantes e na componente regional, sendo estes dois parques os “produtos âncoras” para este desenvolvimento.

A partir desta concepção de produto âncora, deve-se desenvolver estratégias de marketing de forma a atrair a procura para estes destinos polivalentes e, uma vez nestes, esta procura seja facilmente encaminhada para os atractivos turísticos assentes na visibilidade da base territorial destas ANP's.

Sem esta visibilidade, corre-se o risco de uma boa parte da procura turística não se aperceber que estão diante de uma área natural protegida e, portanto, o património natural corre um risco de sofrer impactes negativos irreversíveis.

Para as demais áreas naturais protegidas, onde a componente económica e humana intra-parque não se faz de forma acentuada, os benefícios do turismo devem ser revertidos à conservação dos valores naturais albergados pelos parques, através do desenvolvimento assente no conhecimento, na educação ambiental e na práticas de actividades associadas à natureza, nomeadamente, para os parques analisados, o *birdwatching* e os desportos da natureza.

Tem-se, portanto, um mercado mais selectivo e disposto a pagar pela experiência turística, desde que os atractivos estejam estruturados e os parques ambientalmente qualificados. Estudos empíricos revelam que alguns mercados da procura turística são exigentes quanto à existência de *ecolabels*, portanto, sugere-se para a gestão destes parques, que se coloquem no caminho para estas iniciativas. Estes parques também devem funcionar como âncoras para a captação de investimentos em alojamentos no âmbito do TER, por forma a captar a procura crescente por ofertas de turismo de natureza e rural nos países emissores mais importantes. À partida, deve-se concentrar as

capacidades técnicas do *staff* em competências de cariz mais estratégico, delegando as actividades operacionais, a exemplo das visitas guiadas, para serem desenvolvidas por empreendedores locais.

A partir destas iniciativas, é possível desenhar um *cluster* entre os parques fronteiriços do Tejo Internacional, da Serra da Malcata e do Douro Internacional assente na prática do *birdwatching* e dos desportos de natureza, desenvolvendo estratégias de *marketing* para captação da procura nos mercados emissivos potenciais. Estas estratégias devem alcançar não só o mercado internacional mas também o mercado doméstico.

Por fim, importa salientar o caso da Reserva Natural das Berlengas (RNB). Considerando a massificação da procura turística a este sítio e as actividades predominantemente praticadas pelos visitantes, emerge a questão: será que os visitantes das Berlengas, efectivamente, estão conscientes que se encontram numa área natural protegida? Qual o alcance da visibilidade desta reserva? Que riscos ao património natural e cultural se observam perante este facto? À partida, a cobrança de uma taxa para o acesso à reserva seria uma forma de promover uma maior notoriedade ao estatuto de protecção vigente à RNB, devendo-se reverter as receitas obtidas em projectos de conservação. Sugere-se, portanto, a realização de um estudo para se levantar os impactes provocados pela cobrança desta taxa para o turismo na reserva.

Bibliografia

- Amin, A. (1996). "Post-Fordism: models, fantasies and phantoms of transition." In *Post-Fordism: a reader*. Ed. Amin, A. Oxford: Blackwell, 1-40.
- Blue Flag (2006) Blue Flag Campaign. Disponível em <http://www.blueflag.org/>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2006.
- Boo, E. (2002). "O planejamento turístico para áreas protegidas." In *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Eds. Lindberg, K e Hawkings, D. São Paulo: SENAC, 31-56.
- Boyd, S.W.; Butler, R.W. (1996). "Managing ecotourism: an opportunity spectrum approach." *Tourism Management* **17**(8): 557-566.
- Brandon, K. (2002). "Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo voltado para a natureza." In *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Eds. Lindberg, K. e Hawkings D. São Paulo: SENAC, 223-252.
- Breda, Z; Costa, C. (2006). "Do clusters and networks make small places beautiful? The case of Caramulo (Portugal)." In *Tourism local systems and networking*. Eds. Lazzeretti, L. E Petrillo, C. London: Elsevier.
- Buckley, R. (2003). "Ecological indicators of tourist impacts in parks." *Journal of Sustainable Tourism* **2**(1): 54-66.
- Bull, A. (1996). *The Economics of Travel and Tourism*. Longman: Essex.
- Burnay (2004). O Programa Nacional do Turismo de Natureza: uma análise crítica ou ainda vamos a tempo. *Revista Liberne: Liga Para a Protecção da Natureza*. Fev.2004.
- Burnay (2005). Turismo sustentável e o turismo de natureza: constrangimentos e oportunidades. Congresso Turismo de Montanha: Lousã, 2005.
- Burton, R. (1991). *Travel Geography*. London: Pitman.
- Butler, R.W. (1980). "The concept of a tourists area cycle of evolution: implications for management of resources." *Canadian Geographer* **xxiv** (1): 5-12.
- _. (1992). "Alternative tourism: the thin end of the Wedge." In *Tourism Alternatives: potentials and problems in the development of Tourism*. Eds. Smith, V. e Eadington, W. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 31-46.
- Capra F. (2002) *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix.
- Carmo, H.; Ferreira, M. (1998). *Metodologia da investigação: guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carr, A. (2004). "Mountain places, cultural spaces: the interpretation of culturally significant landscapes." *Journal of Sustainable Tourism* **12** (5): 432-59.

- Carvalho, J.E. (2002). *Metodologia do trabalho científico: saber fazer da investigação para dissertações e teses*. Lisboa: Escolar.
- Casini, P. (1987). *As filosofias da natureza*. Lisboa: Presença.
- CCE (2003). *Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu – COM (2003) – 716*. Bruxelas: CCE. Disponível em <http://www.europa.eu.int>. Consultado em 30 de Novembro de 2005.
- CE (2002). *A União Europeia e a protecção da natureza*. CE: Bruxelas. Disponível em <http://www.europa.eu.int>. Consultado em 30 de Novembro de 2005.
- CE (2004). *A Rede Natura 2000 e as Florestas: «Desafios e Oportunidades» — Guia de interpretação*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias. Disponível em <http://www.europa.eu.int>. Acesso em 12 de Novembro de 2005.
- Ceballos-Lascurain, H. (2002). “O ecoturismo como fenómeno mundial.” *Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão*. Eds. Lindberg, K. e Hawkins D. São Paulo: SENAC, 23-30.
- Cohen, Erik (1972) “Toward a sociology of international tourism.” In *Tourism: principles, practises, philosophies*. Eds. McIntosh, R. W; Goeldner, C. R.; Ritchie, B. (1995). New York: John Wiley & Sons, 241-250
- Cooper, C.; Fletcher, J.; Wanhill, S.; Shepherd, R. (2001). *Turismo: princípios e práticas*. Porto Alegre: Bookman.
- Cortês, P. (2002). *Unidades de Conservação: matéria-prima do ecoturismo*. São Paulo: Aleph.
- Costa, C. (1996). *Towards the Improvement of the Efficiency and Effectiveness of Tourism Planning and Development at the Regional Level: Planning, Organisations and Networks. The Case of Portugal*. University of Surrey, England, Tese de Doutoramento.
- _ (2001a). “An emerging tourism planning paradigm? A comparative analysis between town and tourism planning.” *International Journal of Tourism Reserach* 3: 425-441.
- _ (2001b). “O papel e a posição do sector privado na construção de uma nova política para o Turismo em Portugal.” In *Novas estratégias para o turismo*. Actas do seminário da Associação Empresarial de Portugal. Porto: AEP, 65-87.
- _ (2003). “Um paradigma emergente na área do planeamento? Reflexão sobre questões de teoria e prática para a área do planeamento em Turismo.” In *TERN: turismo em espaços rurais e naturais*, pp. 189-202. Coimbra: Edições IPC.
- _ (2005). “Tourism planning, development and the territory.” In *Tourism management dynamics: trends, management and tools*. Eds. Costa, C. e Buhalis, D. Oxford: Elsevier, 236-244.
- Cuvelier P.; Torres, E.; Gadrey, J. (1994). *Patrimoine, modèles de tourism et développement local*. Paris: L’Harmattan.
- Donaire, D. (1999). *Gestão ambiental na empresa*. São Paulo: Atlas.

- Diamantis, D. (1999). "The concept of ecotourism: evolution and trends." *Journal of Sustainable Tourism*. **2** (3): 93-122.
- _ (2004) *Ecotourism*. London: Thomson.
- Dinan, C.; Sargeant, A. (2000). "Social Marketing and sustainable tourism. Is there a match?" *International Journal of Tourism Research* **2**: 1-14.
- Drumm, A.; Moore, A. (2003). *Desenvolvimento do ecoturismo: um manual para planejadores e gestores de conservação*. Vol. 1. Arlington: The Nature Conservancy.
- Drumm, A.; Moore, A.; Soles, A.; Patterson, C.; Terborgh, J. (2004). *Desarrollo del Ecoturismo – Un manual para los profesionales de la conservación*. Vol. 2. Arlington: The Nature Conservancy.
- Dymond, S. (1997). "Indicators of sustainable tourism in New Zealand: a local government perspective." *Journal of Sustainable Tourism* **5** (4): 279-293.
- ECOTRANS (2006). *Eco-labels and awards in tourism in Europe*. Disponível em <http://www.eco-tip.org/Eco-labels/ecolabels.htm>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2006.
- Fairweather, J.; Maslin, C.; Simmons, D. (2005). "Environmental Values and Response to Ecolabels Among International Visitors to New Zealand." *The Journal of Sustainable Tourism* **13** (1): 82-98.
- Farrel, T.; Marion, J. (2002) "The Protected Area Visitor Impact Management (PAVIM) Framework: A Simplified Process for Making Management Decisions." *Journal of Sustainable Tourism* **10**(1): 31-51.
- Fennel, D.; Butler, R.W.; Boyd, S.W. (2004). "The polar framework and its operation in an ecotourism setting." In *Ecotourism*. Ed. Diamantis, D., London: Thomson, 110-134.
- Fennel, D. (1999). *Ecotourism: an introduction*. London: Routledge.
- _ (2001). "A Content Analysis of Ecotourism Definitions". *Journal of Sustainable Tourism* **4** (5): 403-421.
- Fernandes, J.L. (2004). *Território e áreas protegidas: a Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.
- Ferreira, A. B. (1986) *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, A. M. (2003) *O turismo como propiciador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro*. Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro.
- Fidélis, T. (2001) *Planeamento Territorial e Ambiente: O caso da envolvente a Ria de Aveiro*. Cascais: Principia.
- Figueiredo, E. (2003). *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro.

- Font, X.; Sallows, M (2004). "Ecotourism certification criteria and procedures: implication for ecotourism management." In *Ecotourism*. Ed. Diamantis, D. London: Thomson, 89-109.
- Go, F.; Klooster, E. (2005). "Managing globalization." In *Tourism management dynamics: trends, management and tools*. Eds. Costa, C. e Buhalis, D. Burlington: Elsevier, 137-144.
- Geldenhuys, S. (2004). "Ecotourism assessment: an overview." In *Ecotourism* Ed. Diamantis, D. London: Thomson, 27-47.
- Green Globe (2006). *Green Globe essentials: for consumers, companies and communities*. Disponível em <http://www.greenglobe.org/docs/pdf/EssentialsBrochure>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2006.
- Gunn, C. (1993). *Tourism planning: basic concepts cases*. Taylor & Francis: Bristol.
- Hammond, J.; Keeney, R.; Raiffa, H. (1999). *Somos movidos a decisões inteligentes*. Rio de Janeiro: Campus.
- Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Basic Blackwell.
- Hawkins, D. (2004) "A protected areas ecotourism competitive cluster approach to catalyse biodiversity conservation and economic growth in bulgaria." *Jornal of Sustainable Tourism* 12 (3): 219-244.
- Hegenberg, L. (1976). *Etapas da investigação científica: leis, teorias, método*. São Paulo: EDUSP.
- Hill, M.; Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Sílabo.
- Holloway, J. (1994). *The business of Tourism*. Essex: Longman.
- Hunter, C. (1995). "Key concept for tourism and the environment." In *Tourism and the environment: a sustainable relationship*. Eds. Hunter, C. E Green H. London: Routledge, 52-92.
- _ (1997). "Sustainable tourism as an adaptive paradigm." *Annals of Tourism Research* 24 (4):850-867.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2004). Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente. Rio de Janeiro: IBGE.
- ICN (2005). *Informações: Convenções - envolvimento internacional*. Disponível em http://www.icn.pt/info_envolvimentointernacional_01.htm. Acesso em 15 de Dezembro de 2005.
- ICN (2006) Medidas e Acções>Envolvimento internacional>Portugal designa 5 novos sítios Ramsar. Disponível em www.icn.pt. Acesso em 27 de Maio de 2006.

- ICN (s.d.). *Turismo de natureza: enquadramento estratégico para o desenvolvimento do turismo de natureza nas áreas protegidas*. CD-ROM. Lisboa: ICN.
- IES (2000). *Ecotourism Statistical Fact Sheet*. Disponível em <http://www.ecotourism.org/index2.php?research/stats>. Acesso em 24 de Agosto de 2005.
- IFT (2002). *Ciclo de Debates 2000 - Livro de Actas (do seminário “Turismo e Natureza - Perspectivas de Intervenção”)*. Lisboa: IFT.
- Inskip, E. (1991). *Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- IUCN (1994). *Guidelines for protected areas management categories*. Gland: IUCN.
- IUCN; UNEP (2003). *2003 United Nations list of protected areas*. Gland: IUCN, Cambridge: UNEP.
- Jessop, B. (1994). “Post-Fordism and the state.” In *Post-Fordism*. Ed. Amin, A. Oxford: Basic Blackwell, 251-279.
- Kastenholz, E. (2002) *The Role and Marketing Implications of Destination Images on Tourist Behavior: The case of Northern Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.
- _ (2004). “Management of demand as a tool in sustainable tourist destination development.” *Journal of Sustainable Tourism*. **12**(5): 388-408.
- _ (2005). “Contributos para o marketing de destinos rurais – o caso do Norte de Portugal.” *Revista Turismo e Desenvolvimento* 2 (1): 21-33.
- Krippendorf, J. (1990). *The holiday makers: understanding the impact of leisure and travel*. Oxford: Heinemann.
- Lakatos, E.; Marconi, M. (1991a). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E.; Marconi, M. (1991b). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Leiper, N. (1979) “The framework of tourism.” *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390-407.
- Li, W. (2003). “Environmental management indicators for ecotourism in China’s nature reserves: A case study in Tianmushan Nature Reserve.” *Tourism Management*, 25: 559-564.
- Lima, S. (2003). *A gestão ambiental no sector hoteleiro: desempenho ambiental e adaptação institucional*. Tese de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Lindberg, K.; Enrique, J.; Sprouli, K. (1996). “Ecotourism Questioned.” *Annals of Tourism Research*, **23** (3):543-562.
- Lindberg, K.; Huber, M. (2002). “Questões económicas relativas à gestão do ecoturismo.” In *Ecoturismo: um guia para planeamento e gestão*. Eds. Lindberg, K e Hawkins D. São Paulo: Senac, 141-194.

- Lindberg, K.; McCool, S.; Stankey, G. (1997). "Rethinking carrying capacity." *Annals of Tourism Research* **24**(2): 461-465.
- Lipietz, A. (1992). *Towards a new economic order: postfordism, ecology and democracy*. New York: Oxford University Press
- Liu, Z. (2003) "Sustainable tourism development: a critique." *Journal of Sustainable Tourism* **11**(6): 459-475.
- Machado, J. (1967). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência.
- Manning, E. (2004). "Indicators and risk management for ecotourism destinations." In *Ecotourism*. Ed. Diamantis, D. London: Thomson., 73-88.
- Mathieson, A.; Wall, G. (1982). *Tourism : economic, phisical and social impacts*. London/New York: Longman Scientific & Technical.
- McCool, S.; Lime, D. (2001). "Tourism carrying capacity: tempting fantasy or useful reality?" *Journal of Sustainable Tourism* **9**(5) 372-388.
- McIntosh, R.; Ritchie, B.; Goeldner, C. (2002). *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman.
- McNeely, J.; Ceballos-Lascurain, H.; Thorsell, J. (1992). *Guidelines: development of national parks and protected áreas for tourism*. Madrid: WTO; Paris:UNEP.
- Medina, L. (2005). "Ecotourism and Certification: Confronting the Principles and Pragmatics of Socially Responsible Tourism." *The Journal of Sustainable Tourism* **13** (3): 281-295.
- Mill, C.R.; Morrison, A. M. (1985). *The tourism system: an introductory text*. New Jersey: Prentice Hall.
- Mitraud, S. (org.) (2003). *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramenta para um planejamento e gestão*. Brasília: WWF.
- Moore, R. (1994). *Conflicts on multi-use trails: a survey of national park service managers*. Report nº HWAPD94031 Federal Highway Administration.
- Moore, S.; Smith, A.; Newsome, D. (2003) Environmental performance reporting for natural area tourism: contributions by Visitor Impact Management frameworks and their indicators. *Journal of Sustainable Tourism*. 11(4) 348-375.
- Moreira, C.D. (1994). *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: ISCSP.
- Moscardo, G; Ormsby, J; Pearce, P; Foxiee, J. (2004). *A Review of Research into Tourist and Recreational Uses of Protected Natural Areas*. Townsville: Great Barrier Reef Marine Park Authority. Disponível em www.gbrmpa.gov.au. Acesso em 10 de Outubro de 2005.
- Mowforth, M.; Munt, I. (1998). *Tourism and sustainability: new tourism in the third world*. London: Routledge.
- Murphy, P. (1985). *Tourism: a community approach*. New York/London: Routledge.

- Murteira, M. (1995). *Economia mundial: a emergência de uma nova ordem global*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Oliveira, I. (2005). *Gestão de conflitos em parques: Estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro – Praia da Pinheira – SC*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ONU (2006). *Political declaration*. Disponível em <http://www.johannesburgsummit.org/html>. Acesso em 1 de Março de 2006.
- Orams, M. (1995). "Towards a more desirable form of ecotourism." *Tourism Management*, **16** (1): 3-8.
- Palombar (2006). Pombais tradicionais: quem somos? Disponível em <http://www.palombar.org>. Acesso em 16 de Maio de 2006.
- Partidário, M. (2003). "Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável." In *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*. Eds. Cristóvão, O. e Caldas, J. Coimbra: IPC, 115-126.
- Pearce, D. (1987). *Tourism today: a geographical analysis*. Essex: Longman Scientific & Technical.
- _ (1989) *Tourism development*. Essex: Longman Scientific & Technical.
- _ (1992). "Alternative tourism: concepts, classifications and questions." In *Tourism Alternatives: potentials and problems in the development of Tourism*. Eds. Smith, V.; Eadington, W. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 15-30.
- Pelizzoli, M. (2002). *Correntes da ética ambiental*. Petrópolis: Vozes.
- Pereira, A. (2004). *Guia prático de utilização do SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Pestana, M.; Gagueiro, J. (2005). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Sílabo.
- Philips, A. (1997) "Landscape approaches to National Parks and Protected Areas." In *National Parks and Protected Areas: keystones to conservation and sustainable development*. Eds. Nelson, J. e Serafin, R. (pp. 31-42). Berlin: Springer.
- PNUMA (2002). *Perspectivas do meio ambiente mundial – 2002, GEO3: passado, presente, e futuro*. Disponível em <http://www.unep.org>. Acesso em 2 de Agosto de 2005.
- Pires, P. (1998). "A dimensão conceitual do ecoturismo." *Turismo: Visão e Ação* **1**(1): 75-91
- _ (1999) "Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico." In *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. Eds. Yázigí, E.; Carlos, A. F; Cruz, R. São Paulo: Hucitec, 161-177.
- _ (2002) *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: SENAC.

- Poon, A. (1993). *Tourism, technology and competitive strategies*. Wallingford: C.A.B International.
- Plog, S. C. (1991). *Leisure travel: making it a growth market again*. New York: John Wiley & Sons.
- RAMSAR (2005). *The list of wetlands of international importance*. Disponível em http://ramsar.org/profile_index.htm. Acesso em 12 de Dezembro de 2005.
- Richez, G. (1992). *Parcs Nationaux et tourisme en Europe*. Paris : L'Harmattan.
- Ross, S; Wall, G. (1999) "Ecotourism: towards congruence between theory and practice." *Tourism Management*, 20, 123-32.
- Ruschmann, D. (2001). *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus.
- Salva, T. P.(1996). "Las implicaciones socioculturales del turismo en el Mar Mediterraneo." In *Turismo: impactos sócio-ambientais*. Ed. Lemos, A. São Paulo: Hucitec, 187-206.
- Sanabria, R; Skinner, E; Font, X; Macarrone-Eaglen, A; Sallows, M; Frederiksen, M. (2002). *Sustainable Tourism Stewardship Council: raising the standards and benefits of sustainable tourism and ecotourism certification*. New York: Rainforest Alliance. Disponível em <http://www.rainforest-alliance.org/programs/tourism/initiatives/stsc-final-report.pdf>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2006.
- Sarmento, N. (2003). "Ecoturismo em Castro Verde: o projecto da Liga para a Protecção da Natureza." In *TERN: Turismo em espaços rurais e naturais*. Eds. Cristóvão, O. e Caldas, J. Coimbra: IPC, 153-161..
- Smith, A.; Newsome, D.; (2002). "An integrated approach to assessing, managing and monitoring campsite impacts in Warren National Park, Western Australia." *Jornal of Sustainable Tourism* 10(4) 343-359.
- Smith, L.; Eadington, R. (1992). *Tourism Alternatives: potentials and problems in the development of Tourism*. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- Soromenho-Marques, V. (1998). *O futuro frágil: os desafios da crise global do ambiente*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Stankey, G.; Cole, D. (1998). *Historical development of limits of acceptable change: conceptual clarifications and possible extensions*. Missoula, MT. Gen. Tech. Rep. INT-GTR-371. USDA, Forest Service, Rocky Mountain Research Station.
- Straaten, J. (1997). "The economic pitfall and barriers of the sustainable concept in the case of National Parks." In *National Parks and Protected Areas: Keystones to conservation and sustainable development*. Eds. Nelson, J. e Serafin, R. Berlin: Springer, 81-92.

- Twining-Ward, L.; Butler, R.W.; (2002). "Implementing STD on a Small Island: Development and Use of Sustainable Tourism Development Indicators in Samoa." *Journal of Sustainable Tourism* **10** (5): 363-387.
- UNESCO (2005a). *Biosphere reserves: world reserves*. Disponível em <http://www.unesco.org/mab>. Disponível em 07 de Dezembro de 2005.
- _ (2005b) *Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural*. Disponível em <http://whc.unesco.org/archive/convention-es.pdf>. Consultado em 07 de Dezembro de 2005.
- _ (2005c). *World Heritage*. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/> Consultado em 15 de Dezembro de 2005.
- Uriely, N. (1997) "Theories of Modernism and postmodernism tourism." *Annals of Tourism Research* **24** (4): 982-985.
- Wahab, S.; Pigram, J. (1997). *Tourism, development and growth: the challenge of sustainability*. London: Routledge.
- Wall. G. (1997). "Sustainable tourism – Unsustainable development." In *Tourism, development and growth: the challenge of sustainability*. Eds. Wahab, S. E Pigram, J. London: Routledge, 33-49.
- Wallace, G. (2002). "Administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos." In *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Eds. Lindberg, K. e Hawkings D. São Paulo: Senac, 93-140.
- WCPA (2005a) *World park congress*. Disponível em <http://iucn.org/themes/wcpa/ppa/htm>. Acesso em 02 de Dezembro de 2005.
- WCPA (2005b). *Recomendaciones del VTh Congreso Mundial de Parques*. <http://www.iucn.org/themes/wcpa/wpc2003/espanol/index.htm>. Acesso em 02 de Dezembro de 2005.
- Wearing, S.; Neil, S. (2001). *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole.
- Weaver, D. (2001). Ecotourism as a mass tourism: contradiction or reality? Disponível em <http://www.hotelschool.cornell.edu>. Acesso em 05 de Outubro de 2005..
- Western, D. (2002). "Como definir o ecoturismo." In *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. Eds. Lindberg, K. e Hawkings D. São Paulo: Senac, 13-22.
- Wheeler, M. (1995), "Tourism marketing ethics: an introduction." *International marketing review* **12**(4): 38-49.
- Wight, P. (2004). "Practical management tools and approaches for resource protection and assessment." In *Ecoturismo*. Ed. Diamantis, D. London: Thomson, 48-72.

- Wilson, M. (1997). *The information edge: successful management using information technology*. London: Pitman.
- WTO (1996). *What tourism managers need to know: a practical guide to the development and use of indicators of sustainable tourism*. Madrid: WTO.
- _ (1999a). *Agenda para planificadores locales: turismo sostenible y gestion municipal*. Madrid: OMT.
- _ (1999b). *Conta Satélite do Turismo: Quadro conceptual*. Madrid: WTO.
- _ (2004). *Indicators of sustainable development for tourism destination: a guidebook*. Madrid: WTO
- _ (2005) *Historical perspective of world tourism*. Disponível em <http://www.world-tourism.org/facts/menu.html>. Acesso 01 de Setembro de 2005.
- _ (2006). *Desarrollo sostenible del turismo>conceptos y definiciones*. Disponível em http://www.world-tourism.org/espanol/frameset/frame_sustainable.html. Acesso em 20 de Janeiro de 2006.



**Universidade de
Aveiro
2006**

Departamento de Economia, Gestão e
Engenharia Industrial.

**Luís Henrique de
Souza**

**A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas
do Centro de Portugal.**

Anexos

ANEXO IA
ENTREVISTA AOS DIRECTORES DOS PARQUES.

Identificação
Nome:
Área Natural Protegida:
Habilitações literárias:

A. Gestão dos recursos naturais e culturais da área natural protegida (parque).

A.1 Por que é considerado importante que a sua área seja protegida?

A.2 Quais são os impactes negativos provocados pelo turismo no parque?

A.3 São utilizados indicadores para a gestão da visita turística no parque?

SIM NÃO

Se não são utilizados indicadores com essa vertente, quais as dificuldades?

A.4 O parque possui alguma certificação ou prémio nacional / internacional relacionado com a prática do turismo de natureza ou ecoturismo? (*Green Globe, British Airways, etc*)

SIM NÃO

Em caso afirmativo, cite-os: _____

A.5 O parque possui em seu domínio alguma área enquadrada na rede NATURA 2000, Biótopos Corine ou Ramsar?
Qual?

Que importância enxerga neste aspecto com respeito ao turismo?

Muito importante	Importante	Indiferente	Pouco importante	Nada importante
------------------	------------	-------------	------------------	-----------------

Comente a sua resposta.

B. Visita turística.

B.1. O que os visitantes fazem no parque? Qual a média diária relativa ao tempo da visita?

B2. Identifique as técnicas de “restrição do uso” utilizadas na sua área protegida

Itens	Sim	Não	Não Sabe
<i>A entrada no parque é permitida mediante reserva antecipada.</i>			
<i>Restrição quanto ao tamanho dos grupos.</i>			
<i>Restrição do tempo de permanência em sítios específicos.</i>			

<i>Uso de instrumentos legais para coibir o comportamento inadequado</i>			
<i>É incentivada a visita de zonas que não há registo de sobre uso?</i>			
<i>Existe um valor quantitativo (capacidade de carga) que restringe o número de visitantes diários?</i>			
<i>A capacidade de carga do item anterior foi definida em critérios científicos?</i>			
<i>Existem épocas do ano em que se proíbe a visita?</i>			
<i>São cobradas taxas de visita?</i>			

B.3. Quais as principais reclamações dos visitantes?

B.4 Responda SIM ou NÃO

Itens	Sim	Não	Não Sabe
<i>B.1 Há no parque um sistema para registar dados estatísticos sobre visitantes?</i>			
<i>B.2 Foram realizados levantamentos para conhecer o perfil do visitante?</i>			
<i>B.3 O parque desenvolve alguma estratégia de marketing específica?</i>			
<i>B.4 O número de funcionários é adequado ao volume de visitantes?</i>			

Caso tenha respondido SIM a questão B.3, quais foram os métodos empregues?

B.5 O parque adopta algum código de ética a ser aplicado na visita turística?

SIM NÃO

Em caso afirmativo, cite-os:

C. Infra-estrutura do parque

C.1 Que infra-estruturas de apoio ao turismo existem no parque?

Itens	Sim	Não	Não Sabe	Público	Privado	Local	Nac.	Internac.
<i>a) Centro de visita/interpretação</i>								
<i>b) Trilhos / percursos pedestres</i>								
<i>c) Casa de banhos</i>								
<i>d) Restauração / snack bar</i>								
<i>e) Loja de artesanato / souvenirs</i>								
<i>f) Alojamento (hotel, pousada, etc.)</i>								
<i>g) Estacionamento</i>								
<i>h) Sala para conferências ou palestras</i>								
<i>i) Parques de campismo</i>								

Outros. Citar

C2. Analise as ecotécnicas frequentemente utilizadas em áreas naturais protegidas e classifique-as conforme abaixo

1: Indispensável – 2: Necessário – 3: Dispensável			
Ecotécnicas	1	2	3
<i>Desenho arquitectónico e construtivo das facilidades turísticas em harmonia com a paisagem.</i>			
<i>Uso de fontes alternativas de energia (solar, eólica, etc)</i>			
<i>Captura e re-utilização de água de chuva</i>			
<i>Colecta selectiva dos resíduos sólidos</i>			
<i>Destinação à reciclagem dos resíduos sólidos</i>			
<i>Realização de compostagem dos resíduos orgânicos</i>			
<i>Incentivo à agricultura orgânica (sem uso de pesticidas, agrotóxicos ou adubos químicos)</i>			
<i>Utilização de materiais adequados em sinalizações dos trilhos e outros locais</i>			

C.3 Quantos portões de acesso existem no parque? _____

C.4 Que tipos de material educativo o parque fornece? Há distinções para diferentes público-alvo?

C.5 Quais os principais instrumentos de educação/interpretação ambiental do parque

Instrumentos utilizados pelo parque para a interpretação/educação ambiental	Sim	Não	Não Sabe
<i>Brochuras e/ou folhetos;</i>			
<i>Trilhos não guiados com sinalização e painéis de interpretação ao longo da trilha;</i>			
<i>Visitas guiadas</i>			
<i>Centro de informação para visitantes</i>			
<i>Centros de educação (salas para conferências, palestras, eventos)</i>			
<i>Meios de colecta da opinião do visitante</i>			

C.6 A educação / interpretação ambiental é uma prioridade para a área protegida?

SIM NÃO

D. Acessibilidade

D.1 O seu parque é de fácil acesso? Quais são os principais meios de transporte (auto-carros ou automóveis particulares) geralmente utilizados? Quais são as condições das estradas que levam ao parque?

D.2 Há dificuldades relacionadas a épocas do ano?

E. Interfaces entre o turismo no parque e a comunidade local

E.1 Quais as comunidades envolvidas com o turismo no parque ou afectadas por ele?

E.2 Quantas pessoas trabalham no parque? _____

E.3 Quantos trabalham em regime parcial? _____ e integral? _____

E.4 Destes, quantos estão em contacto directo com os turistas? _____

E.5. Existem voluntários que realizam trabalhos com turistas?

SIM NÃO

E.6 Quais as funções dos empregados ou voluntários envolvidos com o turismo?

E.7 Os funcionários envolvidos com o turismo receberam alguma formação ou aperfeiçoamento?

E.8 Do total de funcionários, quantos são provenientes da comunidade local?

E.9 Que tipos de reclamações com respeito ao turismo são mais frequentes entre os habitantes das comunidades locais?

E.10 Relacione impactes negativos (externalidades ou custos) do turismo para a comunidade local. (Ex. disputa pelo uso da terra, prejuízos provocados por animais selvagens, interacção cultural indesejável, problemas com drogas, etc.

E.11 Identifique os tipos de negócios relacionados com o turismo ou outros produtos e serviços que envolvam o parque e a população local;

E.12 Há cooperativas ou associações turísticas pertencentes à comunidade local?

SIM NÃO

Quais são as suas actividades?

E.13. Os residentes querem estimular o turismo junto ao parque?

SIM NÃO

E.14 Qual é o meio utilizado pelo parque para se comunicar com os residentes sobre questões relacionadas ao Turismo ou outros assuntos? Existe um fórum para essa finalidade?

E.15 Os residentes locais visitam a sua área protegida? O que fazem?

E.16 Acredita que a comunidade local é economicamente dependente do turismo?

SIM NÃO

F. Planeamento, estrutura legal e considerações políticas orçamentárias

F.1 O parque possui um planeamento para o turismo?

SIM NÃO

F.2 Se respondeu SIM a questão anterior, houve a participação de quais actores na elaboração deste planeamento?

F.3 Quais são os objectivos do parque em relação ao turismo?

F.4 Caracterizaria como eficazes o Programa Nacional de Turismo de Natureza (RCM 112/98), o Decretos-Lei 47/99 e 2/99 sobre o turismo de natureza (alojamentos) e o Decreto Regulamentar nº18/99 (animação ambiental)?

SIM NÃO

F.5 Citaria alguma lacuna no PNTN?

F.6 Que instalações dentro do parque contribuem financeiramente para ele?

F.7 Existe um sistema para a cobrança de ingressos na área protegida? Em caso positivo, descreva-o. Em caso negativo, por que não há?

F.8 A renda arrecadada pelo sistema de cobrança de ingressos vai para o governo central ou fica na área protegida?

F.9 Qual ou quais a(s) fonte(s) de financiamento da administração do parque? (proveniente do governo nacional, donativos, receitas geradas pela actividade turística, etc.)

G. Parcerias

G.1 Há alguma parceria entre o parque e empresas privadas?

G.2 O sector privado participa de algum projecto ligado à conservação do parque?

SIM NÃO

Em caso afirmativo, descreva-o(s)

G.3 O Parque possui parceria activa com as câmaras municipais dos concelhos vizinhos ao parque? Como funciona esta parceria?

G.4 O Parque possui parceria activa com organizações não governamentais (ONGs)? Há contratos formais ou acordos informais?

G.5 Que futuro espera para o turismo de natureza nas áreas naturais protegidas de Portugal?

Nos itens que se seguem, desejamos conhecer sobre a aplicação das ferramentas de gestão da visita turística em vossa área protegida. Caso o parâmetro referido seja sistematicamente aplicado, favor marcar um “X” na coluna “SIM”. Caso contrário, marque um “X” na coluna “NÃO”

I.1 A gestão dos impactes da visita

Parâmetros	SIM	NAO
	Existe algum trabalho de inventário dos recursos voltados a uma melhor experiência da visita ao parque?	
São determinados objectivos que sejam voltados a melhoria da experiência da visita?		
A determinação destes objectivos analisa as condições dos recursos para se especificar o tipo de recreação e actividade turística a ser oferecida?		
São determinados objectivos para a redução de impactes que podem ser provocados pelos turistas?		
O sistema de trilhos adoptados permite a dispersão dos visitantes?		
O sistema de trilhos são circulares, ou seja, oferecem a possibilidade de voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso realizado?		
Os trilhos dinamizam a experiência da visita através da interpretação ambiental?		
A gestão dos impactes da visita está assente em bases científicas?		
São determinados objectivos que reduzam eventuais conflitos entre os turistas e entre turistas e população local?		
Os gestores do parque procuram a participação de grupos pertencentes à comunidade local ou grupos de especialistas para a discussão dos impactes provocados pela actividade turística no parque?		

I.2 A gestão por indicadores

Parâmetros	SIM	NAO
São levantadas forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relativos ao turismo no parque?		
As actividades turísticas desejadas estão descritas?		
São seleccionados indicadores de gestão da actividade turística?		
São estabelecidos padrões para os indicadores de gestão do turismo?		
Os indicadores de gestão do turismo são monitorizados?		
Há zonas recreativas caracterizadas por áreas com finalidades educacionais e recreativas facilmente acessíveis;		
Há zonas caracterizadas por locais onde a vida selvagem, o ecossistema, a história cultural ou natural são de grande valor e são visitadas pelos turistas.;		
Há um “zonamento científico/virgem” reservado às áreas onde o valor do ecossistema é inestimável, com severas restrições ao uso dos recursos. O acesso é permitido através de autorização antecipada e o visitante deverá ser acompanhado por guias.		

Agradecemos vossa colaboração!!!

ANEXO I B
QUESTIONÁRIO

Ex. mo (a) Sr(a)

Hoje enfatiza-se a importância quanto ao uso utilitário das Áreas Naturais Protegidas através da prática do turismo. Face à fragilidade natural destes ambientes, a actividade turística deve obedecer aos critérios de sustentabilidade que visam à conservação dos recursos naturais e culturais da região ao mesmo tempo que se promove uma maior qualidade à experiência turística. Assim, é com muito interesse que gostaríamos de recolher a sua opinião sobre estas matérias, pelo que lhe solicitávamos o favor de preencher o questionário que a seguir se apresenta. Dando conta da importância que atribuímos às opiniões de V^a Ex^a, agradecemos desde já a sua preciosa colaboração, acrescentando que este inquérito apenas se destina à realização de uma investigação científica no âmbito do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo da Universidade de Aveiro. Agradecemos a boa vontade e o tempo dispendido. Deixo ainda os meus contactos pessoais para o caso de pretender qualquer esclarecimento: luisrce@click21.com.br e 934519550.

Nota: Será preservado o anonimato dos inquiridos

Aveiro, 21 de Dezembro de 2005.

Esperando a resposta por parte de V^a Ex^a e agradecendo antecipadamente, despeço-me com os meus cordiais cumprimentos.

Luís Henrique de Souza

Mestrando da Universidade de Aveiro

Caracterização
Área Natural Protegida:
Sexo: () Feminino () Masculino
Idade:
Tempo de trabalho no ICN:
Cargo:
Habilitações literárias (cite também as pós graduações se as houver):

Avaliação da **importância dos indicadores de sustentabilidade** do turismo de natureza.

As tabelas a seguir mostram um conjunto de indicadores que são utilizados na gestão do turismo de natureza em áreas naturais protegidas. V.S^a deverá manifestar sua opinião conforme o que se segue:

MARQUE um “X” conforme a sua **opinião** quanto à **importância do indicador** para a implementação da **sustentabilidade no turismo de natureza**, de acordo com a seguinte escala: (1= Nada Importante 2= Pouco importante 3= Indiferente 4= Importante 5= Muito importante)

1.1 Gestão e conservação dos recursos naturais (Vertente ambiental da sustentabilidade)

Escola: (1= Nada Importante 2= Pouco importante 3= Indiferente 4= Importante 5= Muito importante)

INDICADORES	Grau de importância				
	1	2	3	4	5
<i>Quantidade de espécies em via de extinção e endêmicas que habitam o parque¹.</i>					
<i>Quantidades de sítios com visita restrita e/ou proibida ao longo do ano.</i>					
<i>Número diário de visitantes.</i>					
<i>Quantidade de visitantes nos meses de estação alta.</i>					
<i>Número de incidentes causados por riscos de incêndio ao mês (derivados de queimadas em agricultura, comportamento indevido de turistas, como atear lume em madeira para aquecimento ou churrascos, entre outros.).</i>					
<i>Número de incêndios registados ao ano.</i>					
<i>Avaliação das condições balneárias das praias fluviais, cachoeiras ou outros cursos d'água utilizados por turistas.</i>					
<i>Número de danos causados às árvores (como inscrições, pregos, entre outros.) próximos aos trilhos, estacionamento, centro de interpretação ou outros locais frequentados por visitantes.</i>					
<i>Pontos de erosão observados em trilhos, mirantes ou outros locais frequentados por turistas.</i>					
<i>Incidência de caça ou pesca ilegal ou de outra actividade ilegal semelhante.</i>					
<i>Quantidade de trilhos traçados por visitantes para fora do trilho original.</i>					
<i>Quantidade de registos de ocorrência de pressão em alguma espécie particular de vida silvestre em decorrência do turismo (ex. êxodo, diminuição na reprodução, morte por atropelamentos ou ingestão de alimentos estranhos à dieta, entre outros.).</i>					

1.2. Experiência da visita turística e envolvimento da população local no desenvolvimento do turismo no parque (Vertente social da sustentabilidade)

INDICADORES	Grau de importância				
	1	2	3	4	5
<i>Intensidade do uso em sítios chave (pessoas por m2).</i>					
<i>Porcentagem de visitantes que realizam visitas guiadas.</i>					
<i>Realização de inventário dos recursos naturais e culturais do parque e disponibilização desse material aos turistas na forma de guias, roteiros, entre outros.</i>					
<i>Avaliação do nível de satisfação dos visitantes.</i>					
<i>Quantidade anual de resgates aos visitantes perdidos no parque.</i>					
<i>Número de reclamações a respeito do operador ou da concessionária de turismo num determinado período de tempo.</i>					
<i>Número de vezes em que grupos de turistas se encontram uns com outros em trilhos, mirantes, rios, lagos, cachoeiras, entre outros.</i>					
<i>Monitorização de impactes negativos do turismo sobre a população local com respeito ao aumento do uso de drogas, alcoolismo, criminalidade, e outros problemas na esfera social.</i>					
<i>Avaliação da satisfação dos residentes locais com a actividade turística no parque.</i>					
<i>Porcentagem de visitantes oriundos da população local.</i>					
<i>Quantidade de empregados da comunidade local a trabalhar no parque.</i>					
<i>Número de violações das regras do parque por parte da comunidade local.</i>					
<i>Existência de um processo de participação entre a comunidade local e o parque com vista à colaboração no planeamento e na gestão das actividades turísticas do parque.</i>					
<i>Número de empreendimentos locais que prestam serviços turísticos ou de apoio ao turismo.</i>					
<i>Participação do parque nas festas tradicionais da comunidade local.</i>					

¹ Para efeito de redacção, o termo “parque” será utilizado neste inquérito com a acepção de “Área Natural Protegida.”

1.3 Vertente económica da sustentabilidade

INDICADORES	Grau de importância				
	1	2	3	4	5
<i>Custo mensal necessário à protecção dos recursos naturais do parque.</i>					
<i>Número de encontros anuais com os “stakeholders”(isto é, comunidade local, poder público, empresários do turismo, ONG) envolvidos com a actividade turística.</i>					
<i>Quantidade de pessoas que participam em alguma actividade relacionada com os serviços turísticos no parque (guias, empregados de restaurantes, meios de hospedagem internos ao parque, vendas de artesanato e “souvenirs”, transportes, entre outros).</i>					
<i>Registo mensal dos rendimentos gerados pelas taxas oriundas do turismo. (bilhetes de acesso ao parque, vendas/aluguer de material informativo, concessões para instalações de serviços turísticos como pousadas, restauração, snack bar, parques de estacionamento entre outros.</i>					
<i>Percentagem dos lucros obtidos com a actividade turística destinados a conservação.</i>					
<i>Aumento na oportunidade de emprego gerado pela visita turística ao parque.</i>					
<i>Rácio entre o total de empregados do parque em contacto directo com turistas e o total de empregados do parque.</i>					
<i>Rácio entre empregados “part-time”ou sazonais / empregados “full time.”</i>					
<i>Montante anual dos gastos em operações voltadas para o turismo.</i>					
<i>Custo anual em promoção e publicidade do turismo no parque.</i>					
<i>Monitorização da inflação nas comunidades locais (aumento de preços decorrentes da actividade turística).</i>					

1.4. Educação e interpretação ambiental e aplicação de ecotécnicas.

INDICADORES	Grau de importância				
	1	2	3	4	5
<i>Percentagem de turistas que participam em actividades de protecção.</i>					
<i>Número anual de eventos de educação ambiental promovidos pelo parque abrangendo estudantes, turistas, comunidade local, indústria do turismo e poder público local.</i>					
<i>Numero de operadores turísticos e/ou agência de viagens que oferecem actividades de conservação dos recursos naturais e valorização dos recursos culturais aos turistas.</i>					
<i>Quantidade de resíduos recolhidos ao longo de trilhos, parque de estacionamento, centro de interpretação ou outros locais frequentados por visitantes.</i>					
<i>Quantidade de resíduos sólidos destinados à reciclagem.</i>					
<i>Número de voluntários utilizados em técnicas de educação/interpretação ambiental.</i>					
<i>Quantidade de resíduos orgânicos destinados à compostagem.</i>					
<i>Número anual de horas de funcionamento do centro de interpretação.</i>					
<i>Quantidade de formações realizadas por ano em interpretação ambiental e aplicadas aos guias e demais funcionários.</i>					
<i>Número de parceiros (ONG, cooperativas local, representantes de empresas turísticas entre outros) trabalhando em prol da conservação dos recursos do parque ou em programas de educação/ interpretação ambiental.</i>					
<i>Número de investigações e desenvolvimento (I & D) realizados anualmente no parque.</i>					
<i>Investimento anual na adaptação e manutenção de instalações que obedeçam aos princípios das ecotécnicas.</i>					

1.5 Para finalizar, gostaríamos de conhecer a sua opinião relativamente à sustentabilidade do turismo de natureza. Para cada um dos itens, marque um “X” na coluna conforme a seguinte escala:

1 Discordo Inteira-mente, 2 Discordo; 3 Nem concordo nem discordo 4 Concordo 5 Concordo Inteira-mente; N/S Não sei/Não respondo.	1	2	3	4	5
<i>A falta de uma maior articulação e realização de parcerias entre o parque e outros actores interessados no turismo de natureza (a exemplo do poder público local e regional, comunidade local, ONGs, Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, empresários do turismo, etc.) dificulta o alcance dos objectivos do desenvolvimento sustentável do turismo de natureza.</i>					
<i>Se as parcerias e articulações não são implementadas, a gestão do turismo no parque concentra-se exclusivamente nas questões relativas à conservação do património natural.</i>					
<i>Os regulamentos, estatutos, planos de ordenamento, planos anuais ou plurianuais de gestão do parque contribuem para que a gestão do turismo de natureza se concentre na dimensão ambiental da sustentabilidade.</i>					
<i>A formação académica e profissional dos gestores e técnicos que trabalham no parque contribuem para uma maior ênfase à dimensão ambiental da sustentabilidade.</i>					
<i>O turismo contribui para um nível elevado de conservação dos recursos naturais do parque;</i>					
<i>Deve ser encontrado o equilíbrio entre as necessidades de conservação dos recursos naturais e as actividades que os turistas desejam experimentar.</i>					
<i>Os benefícios para as áreas naturais pelo desenvolvimento do turismo superam as desvantagens.</i>					

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!!!

ANEXO II.A

Tabela A.1: Características dos estágios do ciclo evolutivo de Butler dos *resorts* turísticos.

Estágios / Características	
<p>Exploração <i>Visitantes são em pequenos números (correspondem aos tipos aloçêntrico de Plog e exploradores de Cohen), restritos pela dificuldade de acesso, facilidades e conhecimento do local. São atraídos pela unicidade natural e cultural do local. O uso das facilidades locais e o contacto com a população local é elevado.</i></p>	<p>Envolvimento <i>O número de visitantes cresce e atinge um padrão de regularidade, existindo um processo de um maior envolvimento da comunidade local em prover serviços turísticos. Nota-se o início de veiculação de promoção e também ocorrem pressões ao nível governamental para o provimento de infra-estruturas, nomeadamente de acesso.</i></p>
<p>Desenvolvimento <i>Divulgação massiva do local. São incentivadas as promoções. Há um aumento na competição dos serviços turísticos. Percebem-se mudanças na paisagem da área de destino. O número de turistas na alta estação se iguala ou excede a população local, podendo gerar tensões entre habitantes e turistas. O controle da oferta de serviços turísticos passa a ser gerido por empresas externas, principalmente nos serviços de alojamento, diminuindo o controlo pela população local. O tipo de turista também se modifica, encontrando-se nesse estágio o mesocêntrico de Plog e os institucionalizados de Cohen.</i></p>	<p>Consolidação <i>Não se verificam aumentos nas taxas de crescimento do número de visitantes. Competição atinge o máximo, os preços são mais baixos e os lucros menores. O turismo torna-se o principal sector económico do “resort”. Há a presença de “franchises” e de importantes cadeias de representantes da indústria do turismo. A promoção atinge o público intensamente num esforço de busca por novos mercados e estender a estação de visitação.</i></p>
<p>Estagnação <i>A capacidade de carga do destino é alcançada. Os impactes negativos ao “resort” já são bastante visíveis. O resort tem imagem consolidada, mas está fora de moda. São necessários esforços para manter a visitação. Há desvalorização de propriedades e fuga de capital. Encontram-se nessa fase os psicocêntricos de Plog e os Institucionalizados (grupos de massas) de Cohen</i></p>	<p>Declínio <i>O poder de atracção continua a cair. Perda de potencial de competitividade. A área passa a depender de excursionistas e recreações de finais de semana. A população local volta a oferecer alguns serviços turísticos. Porém os lucros são muito baixos. Alguns hotéis convertem-se em residências ou apartamentos-hotéis. Por fim, a área de destino transforma-se numa “favela” turística ou a função turística desaparece por completo.</i></p>
<p>Rejuvenescimento <i>Pode ocorrer o facto da área de destino não seguir para o declínio e operar um re-ciclo, motivado por novas atracções construídas pelo homem, ex. casinos, parques temáticos, etc., atraindo novos mercados para o local, apesar de manterem os perfis da procura definidos no estágio de consolidação.</i></p>	

Fonte: **Butler** (1980).

ANEXO II.B

Tabela A2: Eventos de relevância mundial que marcaram a trajetória do movimento ambientalista. Fonte: PNUMA (2002).

Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
1972 – <i>Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, Estocolmo, Suécia.</i>	1980 - <i>Publicação do relatório Global 2000, nos Estados Unidos</i>	1990 - <i>Segunda Conferência Mundial sobre o Clima, em Genebra, Suíça</i>	2000 - <i>Adopção do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.</i>
1972 – <i>Instituição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente –PNUMA.</i>	1980 - <i>Estabelecimento do Programa Mundial do Clima.</i>	1992 - <i>Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).</i>	2000 - <i>Cúpula do Milênio (Millennium Summit), Nova York.</i>
1972 – <i>Publicação do livro “Limites do crescimento” pelo Clube de Roma.</i>	1980 - <i>Lançamento da Estratégia de Conservação Mundial.</i>	1992 - <i>Convenção sobre Diversidade Biológica</i>	2000 - <i>Fórum Mundial da Água, Haia.</i>
1972 - <i>Convenção da UNESCO sobre a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural.</i>	1982 - <i>Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar</i>	1993 - <i>Conferência Mundial dos Direitos Humanos, Viena, Áustria</i>	2001 - <i>Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)</i>
1973 - <i>Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção.</i>	1984 - <i>Conferência Mundial da Indústria sobre Gestão Ambiental</i>	1994 - <i>Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação</i>	2001 - <i>Publicação do 3º Relatório de Avaliação do “Intergovernment Panel on Climate Change” - IPCC, anunciando o aumento das estimativas de aquecimento global.</i>
1977 - <i>Conferência Internacional das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, em Nairobi, Quênia.</i>	1985 - <i>Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozônio.</i> 1985 - <i>Conferência Internacional da Avaliação das Funções do Dióxido de Carbono e outros Gases do Efeito Estufa na Áustria</i>	1994- <i>Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Bridgetown, Barbados.</i>	2002 - <i>Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Joanesburgo.</i>
1979 - <i>Primeira Conferência Mundial sobre o Clima, Genebra, Suíça.</i>	1987 - <i>Adopção do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.</i> 1987 - <i>Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland) torna pública a ideia de desenvolvimento sustentável.</i>	1995 - <i>Criação do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável</i>	
		1996 - <i>Conferência Mundial das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos - HABITAT II, Istambul, Turquia.</i> 1996 - <i>Criação do ISO 14.000 para sistemas de gestão ambiental na indústria.</i>	
		1997 - <i>Adopção do Protocolo de Quioto</i>	
		1997 - <i>A Cúpula Rio + 5 avalia a implementação da Agenda 21.</i>	

ANEXO II.C

Tabela A3: Iniciativas da OMT em termos de programas e códigos de conduta destinados ao turismo sustentável.

Iniciativas	Descrição
<i>Código de ética mundial para o turismo</i>	<i>Lançado em 1999 na Assembleia-geral da OMT. Constitui-se num amplo conjunto de princípios orientadores aos governos nacionais e locais, comunidades autóctones, a indústria do turismo e os seus profissionais e os visitantes com vista a minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente natural, cultural e social, ao mesmo tempo que se aumenta os seus benefícios para os residentes dos destinos turísticos. Ao todo são 10 artigos abrangendo temas como direito do turismo, obrigações dos agentes de desenvolvimento turístico, direitos dos trabalhadores e dos empresários do sector do turismo, contribuição do turismo ao entendimento e respeito mútuo entre os povos, etc.</i>
<i>Declaração de Manila sobre o turismo mundial</i>	<i>Celebrada em 1980, reconhece o turismo como instrumento de paz entre as nações e lança perspectivas que transcendem puramente os benefícios económicos da actividade com ênfase na dimensão humana do turismo.</i>
<i>Declaração de Haia sobre turismo</i>	<i>Lançada em 1989, esta declaração em seu princípio III enfatiza a integridade do meio natural, cultural e humano como factor de desenvolvimento do turismo e aponta para a gestão racional do turismo como factor de qualidade. Esta declaração faz menção ao relatório Brundtland, reconhecendo o planeamento integrado como forma de atender aos requisitos de desenvolvimento “duradouro” proposto pela WCED.</i>
<i>Carta de Lanzarote para o turismo sustentável.</i>	<i>Primeira declaração da OMT formulada após RIO 92 a qual introduziu para o turismo os princípios da Declaração do Rio sobre meio ambiente e Agenda 21, enfatizando em seu princípio 1 que o desenvolvimento do turismo deve ser sustentável e isso significa que deve ser suportado ecologicamente a longo prazo, viável e equitativo economicamente desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais. A Carta de Lanzarote foi realizada em parceria com a UNEP, UNESCO e UE.</i>
<i>Declaração da OMT sobre prevenção do turismo sexual organizado.</i>	<i>Adoptada em 1995 durante a XI Assembleia-geral da OMT realizada no Cairo, Egipto. Receita a união de esforços ao combate ao turismo sexual organizado tanto nas áreas emissoras como receptoras.</i>
<i>Agenda 21 para a Indústria das Viagens e do Turismo.</i>	<i>Lançada em 1996 em cooperação com a WTTC e o Concelho da Terra.</i>
<i>Guia para as Autoridades Locais sobre Desenvolvimento de Turismo Sustentável e Declaração sobre o Turismo e as Alterações Climáticas.</i>	<i>Publicações lançadas em 1999.</i>
<i>Declaração de Quebec sobre Ecoturismo</i>	<i>Marcou o ano de 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo, sendo lançada durante o Encontro Mundial de Ecoturismo realizado em Quebec, Canadá. Destina-se a preparação de um programa e uma série de recomendações para o desenvolvimento do turismo no contexto da sustentabilidade.</i>
<i>Declaração de Djerba sobre turismo e alterações climáticas.</i>	<i>Acordo constituído por 10 princípios ratificados durante a 1ª Conferencia Internacional sobre Alterações Climáticas e Turismo, celebrada em Djerba (Tunísia).</i>
<i>SUSTAINABLE TOURISM-ELIMINATING POVERTY (ST-EP)</i>	<i>Programa lançado em cooperação com a United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD durante a Conferência Mundial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Joanesburgo, 2002. Com foco para encorajar o turismo sustentável que proporcione desenvolvimento e trabalho para pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia.</i>

Fonte: **WTO** (2006).

ANEXO II.D

Tabela A4: Relação dos primeiros Parques Nacionais ao nível mundial.

Parques nacionais	Ano	País	Parques nacionais	Ano	País
<i>Hot Springs</i> ²	1832	<i>EUA</i>	<i>Abisko</i>	1910	<i>Suécia</i>
<i>Yosemite</i>	1864	<i>EUA</i>	<i>Peljeskasje</i>	1910	<i>Suécia</i>
<i>Kruger</i>	1869	<i>África do Sul</i>	<i>Sarek</i>	1910	<i>Suécia</i>
<i>Yellowstone</i>	1872	<i>EUA</i>	<i>Stora Sjöfallet</i>	1910	<i>Suécia</i>
<i>Royal</i>	1879	<i>Austrália</i>	<i>Ecrins</i>	1913	<i>França</i>
<i>Banff</i>	1885	<i>Canadá</i>	<i>Elk Island</i>	1913	<i>Canadá</i>
<i>Glacier</i>	1886	<i>EUA</i>	<i>Engadine</i>	1914	<i>Suíça</i>
<i>Yoho</i>	1886	<i>Canadá</i>	<i>Mount Revelstoke</i>	1914	<i>Canadá</i>
<i>Tongariro</i>	1894	<i>Nova Zelândia</i>	<i>St Laurence</i>	1914	<i>Canadá</i>
<i>Waterton Lakes</i>	1895	<i>Canada</i>	<i>Haleakala</i>	1916	<i>EUA</i>
<i>El Chico</i>	1898	<i>México</i>	<i>Hawaii Volcanoes</i>	1916	<i>EUA</i>
<i>Mount Rainier</i>	1899	<i>EUA</i>	<i>Monte de Covadonga</i>	1918	<i>Espanha</i>
<i>Crater Lake</i>	1902	<i>EUA</i>	<i>Vale de Odesa</i>	1918	<i>Espanha</i>
<i>Mesa Verde</i>	1906	<i>EUA</i>	<i>Point Pelee</i>	1918	<i>Canadá</i>
<i>Petrified Forest</i>	1906	<i>EUA</i>	<i>Acadia</i>	1919	<i>EUA</i>
<i>Jasper</i>	1907	<i>Canadá</i>	<i>Grand Canyon</i>	1919	<i>EUA</i>
<i>Lassen</i>	1907	<i>EUA</i>	<i>Grand Paradis</i>	1922	<i>Itália</i>

Fonte: **Fernandes** (2004); **Richez** (1992).

² Hot Spring e Yosemite foram inicialmente classificadas com o estatuto de “reserva natural”, tornando-se Parque Nacional após Yellowstone. **Fernandes** (2004).

ANEXO II.E

Tabela A5: Recomendações resultantes do *Vth IUCN World Parks Congress – Durban, África do Sul*.

<i>1. Aumento da capacidade institucional e social em matéria de gestão de áreas protegidas;</i>
<i>2. Fortalecimento da capacidade individual e colectiva em matéria de gestão de áreas protegidas;</i>
<i>3. Rede de aprendizagem sobre áreas protegidas;</i>
<i>4. Estabelecimento de sistemas integrados e eficazes de áreas protegidas;</i>
<i>5. A mudança climática e áreas protegidas;</i>
<i>6. Fortalecimento das áreas protegidas de montanha como contribuição chave ao desenvolvimento sustentável das zonas de montanha;</i>
<i>7. Segurança financeira para áreas protegidas;</i>
<i>8. Financiamento de áreas protegidas pelo sector privado;</i>
<i>9. Gestão integrada dos países a favor das áreas protegidas;</i>
<i>10. Relação normativa entre os convénios e programas internacionais pertinentes;</i>
<i>11. Rede mundial para o desenvolvimento de iniciativas de conservação transfronteiriça;</i>
<i>12. O turismo como instrumento de conservação e apoio para áreas protegidas;</i>
<i>13. Valores culturais e espirituais de áreas protegidas;</i>
<i>14. As cidades e as áreas protegidas;</i>
<i>15. Paz, conflitos e áreas protegidas;</i>
<i>16. Boa governança de áreas protegidas;</i>
<i>17. Reconhecimento de uma diversidade de tipos de governança de áreas protegidas e prestação de apoio a esse respeito;</i>
<i>18. Avaliação da eficácia da gestão em apoio das áreas protegidas;</i>
<i>19. Sistema de categorias da IUCN para gestão de áreas protegidas;</i>
<i>20. Prevenir e mitigar os conflitos entre os seres humanos e a fauna e flora silvestres;</i>
<i>21. Convenção para a protecção do Património;</i>
<i>22. Protecção da biodiversidade marinha e processos dos ecossistemas em áreas marítimas protegidas além das jurisdições nacionais;</i>
<i>23. Povos indígenas e áreas protegidas;</i>
<i>24. Co-gestão em áreas protegidas;</i>
<i>25. Áreas conservadas por comunidade;</i>
<i>26. Os povos nómadas indígenas e a conservação;</i>
<i>27. Áreas protegidas: mineração e energia;</i>
<i>28. Pobreza e áreas protegidas;</i>
<i>29. Áreas protegidas, água doce e ordenação de bacias fluviais;</i>
<i>30. Programas estratégicos de comunicação, educação e sensibilização da opinião pública com respeito a áreas protegidas;</i>

Fonte: **WCPA** (2005b).

ANEXO II.F

Tabela A6: Sítios Ramsar em Portugal.

Sítio	Data de classificação	Localização	Área (Ha)
<i>Estuário do Tejo</i>	<i>24/11/80</i>	<i>Região Lisboa e Vale do Tejo</i>	<i>14.563</i>
<i>Estuário do Sado</i>	<i>08/05/96</i>	<i>Região Alentejo</i>	<i>2.588</i>
<i>Lagoa de Albufeira</i>	<i>08/05/96</i>	<i>Região Lisboa e Vale do Tejo</i>	<i>1,995</i>
<i>Lagoa de St. André e Lagoa de Sancha</i>	<i>08/05/96</i>	<i>Região Alentejo</i>	<i>2.638</i>
<i>Paúl de Arzila</i>	<i>08/05/96</i>	<i>Região Centro</i>	<i>585</i>
<i>Paúl de Boquilobo</i>	<i>08/05/96</i>	<i>Região Lisboa e Vale do Tejo</i>	<i>529</i>
<i>Paúl de Madriz</i>	<i>08/05/96</i>	<i>Região Centro</i>	<i>226</i>
<i>Paúl de Tornada</i>	<i>24/10/01</i>	<i>Região Lisboa e Vale do Tejo</i>	<i>50</i>
<i>Paúl do Taipal</i>	<i>24/10/01</i>	<i>Região Centro</i>	<i>233</i>
<i>Ria de Alvor</i>	<i>08/05/96</i>	<i>Região Algarve</i>	<i>1.454</i>
<i>Ria Formosa</i>	<i>24/11/80</i>	<i>Região Algarve</i>	<i>16</i>
<i>Sapais de Castro Marim</i>	<i>08/05/96</i>	<i>Região Algarve</i>	<i>2.235</i>
<i>Lagoa de Bertiana e São Pedro dos Arcos</i>	<i>02/12/2005</i>	<i>Região Norte</i>	<i>346</i>
<i>Planalto superior da S. Estrela e troço superior do rio Zézere</i>	<i>02/12/2005</i>	<i>Região Centro</i>	<i>5075</i>
<i>Fajãs da Lagoa de São Cristo e dos Cubres</i>	<i>02/12/2005</i>	<i>Açores</i>	<i>87</i>
<i>Polje de Mira-Minde e nascentes associadas</i>	<i>02/12/2005</i>	<i>Região Centro</i>	<i>672</i>
<i>Estuário do Rio Mondego.</i>	<i>02/12/2005</i>	<i>Região Centro</i>	<i>1581</i>

Fonte: **Ramsar** (2005) e ICN (2006).

Até o fim de 2005, Portugal possuía 17 Sítios Ramsar, com uma superfície total de 73.784 hectares. (ICN, 2006).

ANEXO II.G

Tabela A7: Convenções internacionais as quais Portugal é signatário.

<i>ACORDOS</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
<i>Convenção da Biodiversidade</i>	<i>Resultante da Cimeira das Nações Unidas para o Meio Ambiente, RIO 92. Portugal subscreveu e ratificou a Convenção da Biodiversidade através do D.L. n.º 21/93 de 29 de Junho. O carácter territorial desta convenção reside na conservação “in situ” dos ecossistemas e “habitats” naturais como exigência “sine qua non” para a conservação da biodiversidade (ver ICN 2005a)</i>
<i>Convenção de Berna</i>	<i>A Convenção sobre a Vida Selvagem e os Habitats Naturais na Europa, foi assinada em Berna a 19 de Setembro de 1979, durante a 3ª Conferência Europeia de Ministros do Ambiente, por um grupo de 9 países mais a Comunidade Económica Europeia (na qual Portugal se incluía). Actualmente, perto de 40 países são Partes Contratantes da Convenção de Berna. Em Portugal, o texto da Convenção foi publicado pelo D.L. n.º 95/81, de 23 de Julho. A sua regulamentação decorre da aplicação do D.L. n.º 316/89, de 22 de Setembro.</i>
<i>Convenção da Diversidade Biológica</i>	<i>Portugal, como consequência da sua localização geográfica e condicionantes geofísicas, possui uma grande diversidade biológica, incluindo um elevado número de endemismos e de espécies-reliquia do ponto de vista biogeográfico e/ou genético. A biodiversidade como património natural constitui um factor importante de afirmação de uma identidade própria no contexto da diversidade europeia e mundial, a par do património histórico e cultural a ela ligada. A consciência da sua importância levou Portugal a ratificar esta Convenção através do D.L. n.º 21/93, de 29 de Junho, tendo entrado em vigor a 21 de Março de 1994.</i>
<i>Convenção de Washington</i>	<i>O objectivo principal da Convenção de Washington é assegurar a cooperação entre as partes, para que o comércio internacional de animais e plantas selvagens não ponha em causa a sua sobrevivência. Actualmente a Convenção protege mais de 27.000 espécies de animais e plantas, todas elas espécies raras ameaçadas de extinção ou cujos níveis de Comércio Internacional podem comprometer a sua sobrevivência. O Instituto da Conservação da Natureza constitui a Autoridade Administrativa e a Autoridade Científica Nacional da Convenção de Washington. Relativamente às Regiões Autónomas, constitui a Direcção Regional do Ambiente Autoridade Administrativa Regional para os Açores e o Parque Natural da Madeira a Autoridade Regional para a Madeira.</i>
<i>Convenção de Bona</i>	<i>A necessidade de cooperação internacional com vista à conservação das espécies animais que efectuam migrações através de fronteiras ou áreas de jurisdição nacional, foi reconhecida em 1972 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente de Humanidade. Tal reconhecimento teve como consequência a elaboração de uma Convenção Sobre a Conservação de Espécies Migradoras da Fauna Selvagem, conhecida como Convenção de Bona, e que entrou em vigor em Novembro de 1983. Desde essa altura o número de aderentes a esta convenção tem crescido consideravelmente e actualmente inclui já 65 partes de cinco regiões geográficas. Portugal aprovou para ratificação a referida Convenção através do D.L. n.º 103/80, de 11 de Outubro.</i>

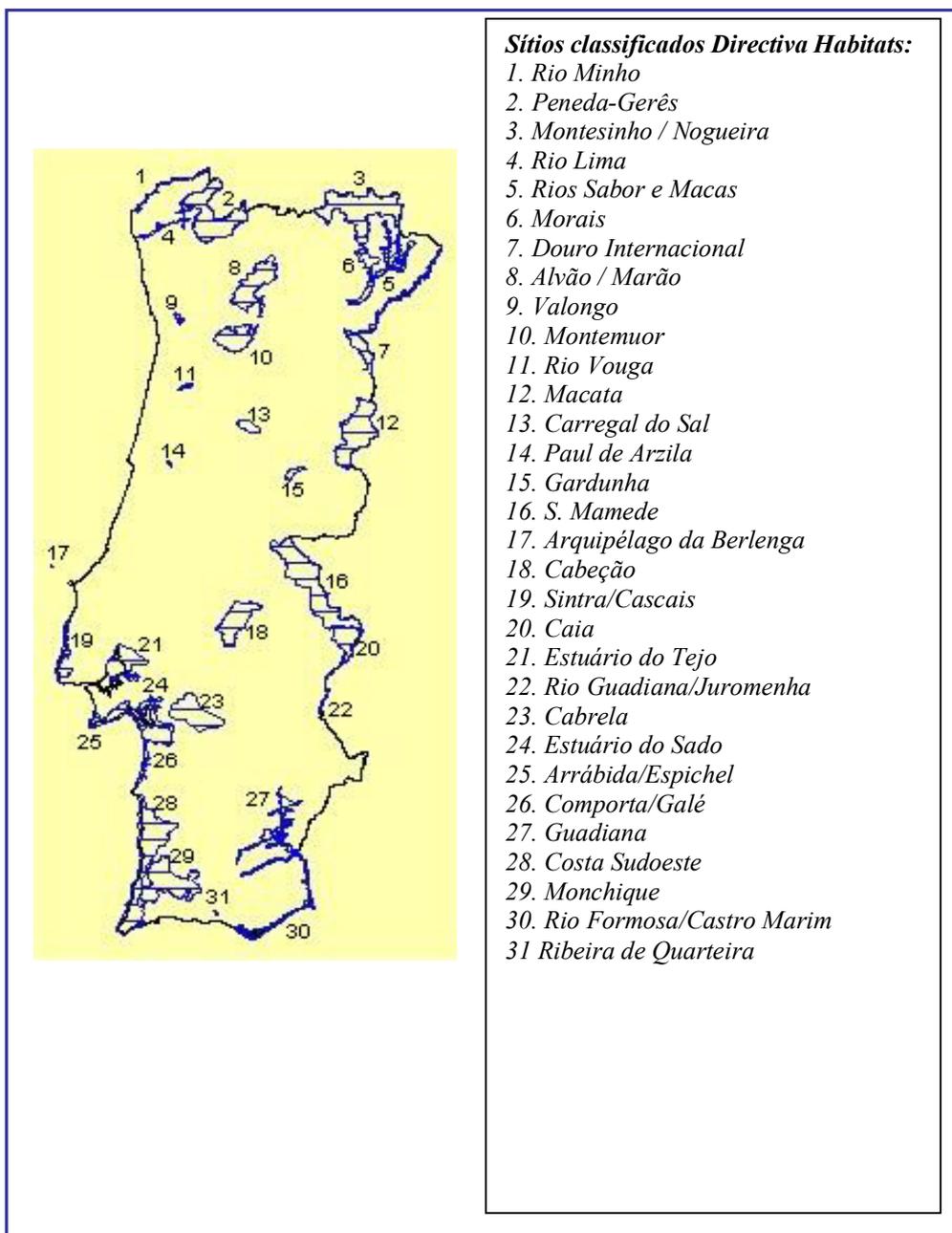
Fonte: **Fernandes** (2004); **Fidélis** (2001); **ICN** (2005).

ANEXO II.H

Rede Natura e o Programa Património da Humanidade da UNESCO.

Rede Natura

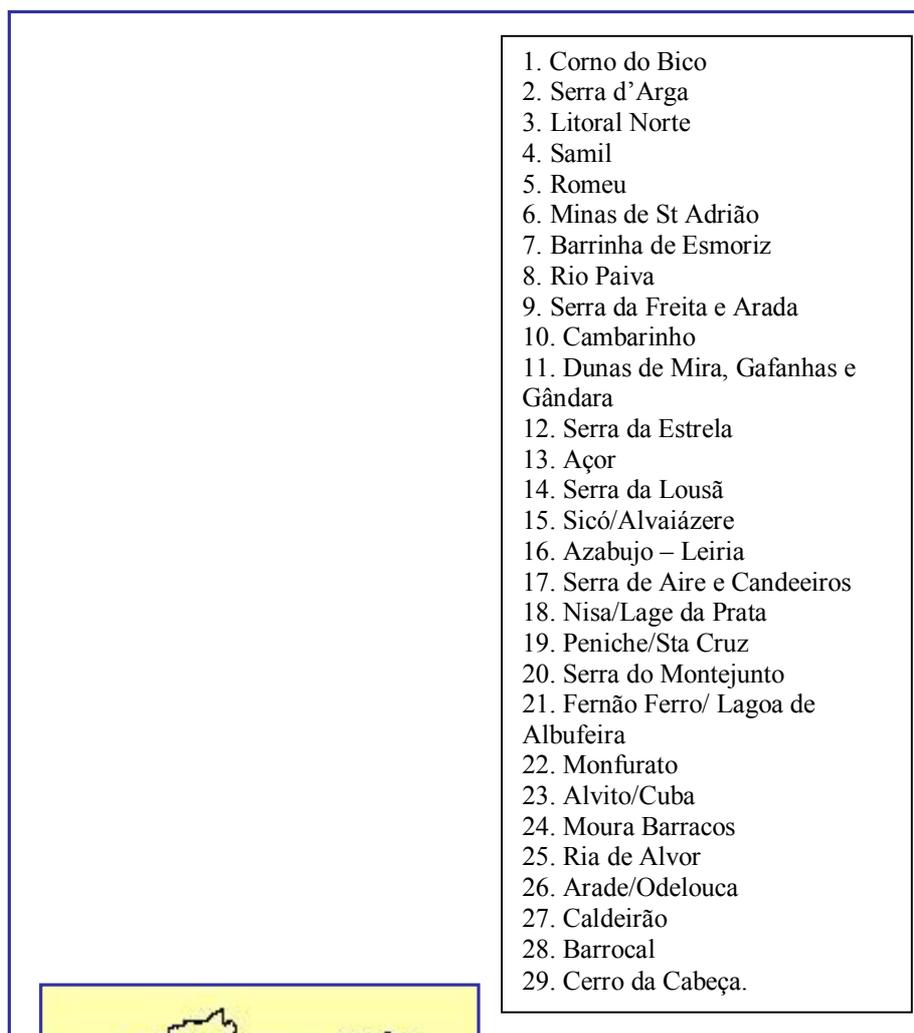
Figura A1: Localização dos 31 sítios classificados Directiva Habitats – Fase 01.



Fonte: adaptado de ICN (2005)

A relação dos 31 sítios inicialmente classificados totalizava cerca de 1.139.020,4 ha, o que equivale a 12,7% da superfície de Portugal continental. **Fernandes** (2004). Sobre a segunda lista dos 29 sítios classificados, a mesma fonte revela uma ocupação territorial de 435.374 ha responsáveis pela abrangência de 4,9% do território continental. Ver Figura A2 a seguir.

Figura A2: Localização dos 29 sítios classificados Directiva Habitats – Fase 02.



Fonte: ICN (2005).

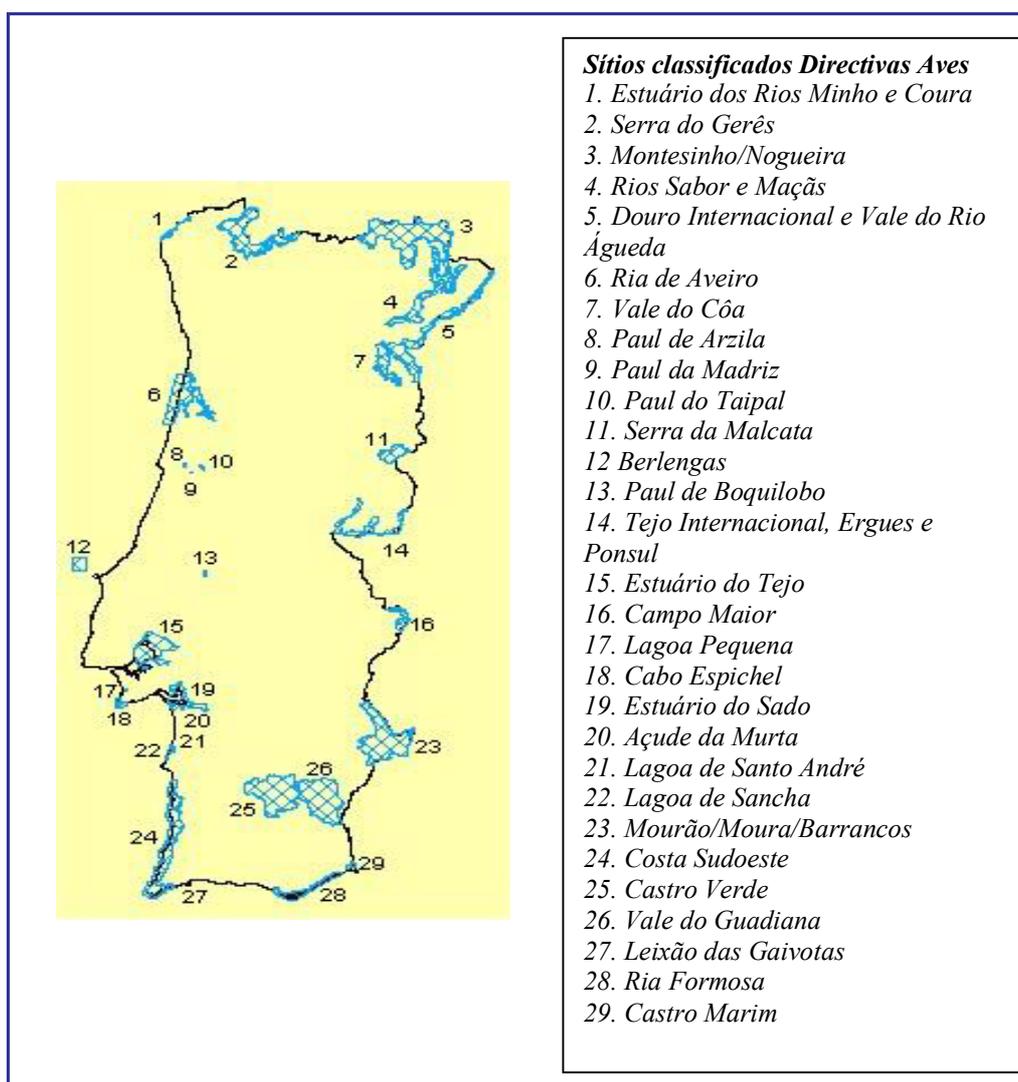
Tabela A8: Lista de ZPEs (Directiva Habitats) localizadas na Madeira e nos Açores.

<i>Madeira</i>	<p><i>Ilhas Selvagens</i></p> <p><i>Laurissilva da Madeira</i></p> <p><i>Ilhas Desertas</i></p>
<i>Açores</i>	<p><i>Costa e Caldeirão na Ilha do Corvo; Costa Sul, Sudoeste e Nordeste da Ilha das Flores; Caldeira e Capelinhos na Ilha do Faial; Lajes do Pico, Ponta da Ilha, Furnas Santo António, Zona Central do Pico na Ilha do Pico; Ilhéu do Topo e Costa Adjacente na Ilha de São Jorge; Ilhéu de Baixo e Ilhéu da Praia na Ilha Graciosa; Ponta das Contendas e Ilhéu das Cabras na Ilha Terceira; Pico da Vara/Ribeira do Guilherme na Ilha de São Miguel e Ilhéu da Vila e Costa Adjacente na Ilha Santa Maria.</i></p>

Fonte: ICN (2005).



Figura A3: Distribuição territorial das ZPEs – Directiva Aves.



Fonte: (ICN, 2005)

Tabela A9: Lista de ZECs (Directiva Aves) na Madeira e Açores.

<i>Madeira</i>	<i>Ilhas Selvagens, Laurisilva da Madeira, Maciço Montanhoso Central da Ilha da Madeira, Ponta de S. Lourenço, Ilhéu da Viúva, Achadas da Cruz, Moledos - Madalena do Mar, Pináculo, Ilhéus do Porto Santo, Pico Branco – Porto Santo, Ilhas Desertas</i>
<i>Açores</i>	<i>Costa e Caldeirão na Ilha do Corvo; Zona Central e Nordeste da Ilha das Flores; Caldeira e Capelinhos, Monte da Guia, Ponta do Varadouro e Morro de Castelo Branco na Ilha do Faial; Montanha do Pico, Prainha, Caveiro, Ponta da Ilha, Lajes do Pico e Ilhéus da Madalena na Ilha do Pico; Ponta dos Rosais, Ilhéu do Topo e Costa Adjacente na Ilha de São Jorge; Ilhéu de Baixo e Ponta Branca na Ilha Graciosa; Serra Santa Bárbara, Costa das Quatro Ribeiras e Pico Alto na Ilha Terceira; Lagoa do Fogo e Caloura na Ilha de São Miguel; Ponta do Castelo na Ilha Santa Maria; Banco D. João de Castro no Canal Terceira em São Miguel; Baixa do Sul no Canal do Faial; Ilhéu das Formigas e Recife Dollabarot (Canal S. Miguel - Santa. Maria);</i>

Fonte: ICN (2005).

Anexo II.H (Continuação).

O Programa Património da Humanidade em Portugal.

A partir de 1983, Portugal polvilhava-se de monumentos históricos e espaços naturais classificados no programa Património da Humanidade da UNESCO. Segundo **Fernandes** (2004: 233), “a estratégia de valorização de lugares por via de um estatuto que lhe confira relevância é hoje reconhecida como importante para a promoção desses territórios, sobretudo no âmbito turístico e, por essa via, ganhar uma outra dinâmica no processo de desenvolvimento.” Para Portugal, a lista 2005 da UNESCO inclui os sítios relacionados na Tabela A10

Tabela A10: Sítios considerados Património da Humanidade em Portugal.

<i>Zona Central da cidade de Angra do Heroísmo – Açores.</i>
<i>Convento de Cristo - Tomar</i>
<i>Mosteiro da Batalha - Batalha</i>
<i>Torre de Belém e Mosteiro dos Jerónimos - Lisboa</i>
<i>Centro histórico de Évora - Évora</i>
<i>Mosteiro da Alcobaça - Alcobaça</i>
<i>Sintra</i>
<i>Centro histórico do Porto - Porto</i>
<i>Vale do Côa – sítio arqueológico</i>
<i>Região Vinícola do Alto Douro</i>
<i>Centro histórico de Guimarães - Guimarães</i>
<i>Ilha do Pico - Açores</i>
<i>Bosque Laurissilva – Madeira</i>

Fonte: UNESCO (2005c).

Para além dos sítios existentes na Tabela A10, Portugal aposta numa relação de aproximadamente 30 sítios com possibilidades de se tornarem candidatos a esta titulação da UNESCO. No âmbito das manifestações de Patrimónios naturais, culturais e imateriais, encontram-se na fase de amadurecimento as seguintes candidaturas: Serra da Arrábida, Baixa Pombalina em Lisboa, o Fado de Lisboa, a Festa dos Tabuleiros em Tomar, Óbidos, Nazaré, as Caves do vinho do Porto em Vila Nova de Gaia, os centros históricos das cidades da Guarda e de Coimbra, Valença, as Salinas de Aveiro, o Funicular do Bom Jesus de Braga, etc.

ANEXO III

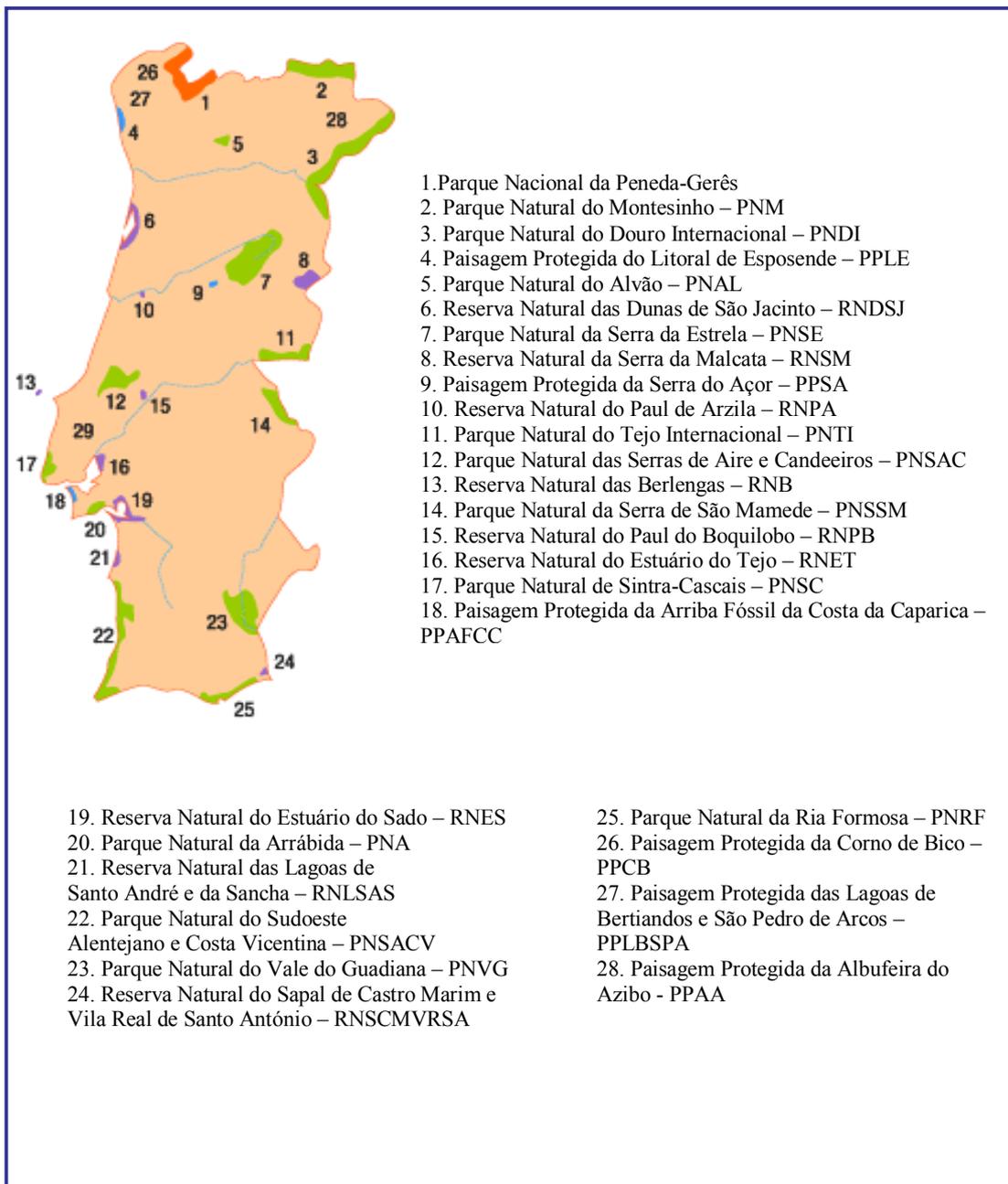
Tabela A.11: Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Áreas protegidas	Localização	Superfície (ha)	Data de criação
Parque Nacional Peneda-Gerês - PNPG	Minho e Trás-os-Montes	72.000	1971
Parque Natural do Montesinho - PNM	Trás-os-Montes	75.000	1979
Parque Natural do Douro Internacional - PNDI	Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Alta	85.150	1998
Parque Natural do Alvão - PNAL	Trás-os-Montes, Douro	7.220	1983
Parque Natural da Serra da Estrela - PNSE	Centro	100.000	1976
Parque Natural do Tejo Internacional - PNTI	Centro	24.000	2000
Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros - PNSAC	Centro e Vale do Tejo	39.900	1979
Parque Natural da Serra de São Mamede - PNSSM	Distrito de Porta Alegre	31.750	1989
Parque Natural de Sintra-Cascais - PNSC	Lisboa e Vale do Tejo	14583	1994
Parque Natural da Arrábida - PNA	Setúbal	10.821	1976
Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina - PNSACV	Alentejo	76.000	1995
Parque Natural do Vale do Guadiana - PNVG	Alentejo	69.773	1995
Parque Natural da Ria Formosa - PNRF	Algarve	18.000	1987
Reserva Natural das Dunas de São Jacinto - RNDSJ	Centro	700	1979
Reserva Natural da Serra da Malcata - RNSM	Centro	16.348	1981
Reserva Natural do Paul de Arzila - RNPA	Centro	535	1988
Reserva Natural das Berlengas - RNB	Arquipélago situado a 12Km de Peniche	9.560 ³	1981
Reserva Natural do Paul do Boquilobo - RNPB	Concelho da Golegã	454	1980
Reserva Natural do Estuário do Tejo - RNET	Região de Lisboa e Vale do Tejo	14.543	1976
Reserva Natural do Estuário do Sado - RNES	Setúbal	23.160	1980
Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha - RNLSAS	Alentejo	5.247 (terrestre) 2.137 (marítimo)	2000
Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António - RNSCMVRS	Algarve	2000	1975
Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende - PPLE	Norte	440	1987
Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica - PPAFCC	Setúbal	1.588	1984
Área de Paisagem Protegida da Corno de Bico - PPCB	Norte	2.262,5	1999
Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos - PPLBSPA	Norte	9	2000
Área de Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo - PPAA	Norte	4.897	1999
Área de Paisagem Protegida da Serra do Montejunto - APPSM	Lisboa e Vale do Tejo	5.000	1999
Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor	Centro	346	1982

Fonte: ICN (s.d.).

³ Incluindo-se a área marítima, uma vez que a Ilha das Berlengas possui 78 ha.

Figura A4: Distribuição territorial da RNAP em Portugal.



Fonte: ICN (s.d.).

ANEXO II.J

Tabela A12: Quadro legislativo que regulamenta o turismo de natureza em Portugal.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto	<i>Criou o Programa Nacional de Turismo de Natureza aplicável na Rede Nacional de Áreas Protegidas, visando à promoção e afirmação dos valores e potencialidades que estes espaços encerram, especializando uma actividade turística, sob a denominação de «turismo de natureza», e propiciando a criação de produtos turísticos adequados.</i>
Decreto-Lei n.º 47/99 de 16 de Fevereiro	<i>Regula o turismo de natureza, reconhecendo os espaços naturais como destinos turísticos e, por seu turno, reconhece as áreas naturais protegidas como “locais privilegiados” para a prática de actividades ligadas ao recreio, ao lazer e ao contacto com a natureza e às culturas locais. Entre outros termos, este Decreto define “turismo de natureza” e legitima disposições relativas aos serviços de hospedagem em áreas naturais protegidas, as modalidades de animação ambiental, as competências gerais, as necessidades de pareceres para construções, licenciamentos, deveres dos exploradores de casas da natureza, sanções e contra-ordenações, etc.</i>
Decreto-Regulamentar 2/99 de 17 de Fevereiro.	<i>Regula os requisitos mínimos das instalações e o funcionamento das casas de natureza.</i>
Decreto-Regulamentar n.º 18/99 de 27 de Agosto de 1999	<i>Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projectos de actividades, serviços e instalações de animação ambiental.</i>
Decreto-Lei 204/2000	<i>Regula o acesso e o exercício da actividade das empresas de animação turística.</i>
Portaria n.º 12/14 de 27 de Dezembro de 2000.	<i>Cria o Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR) o qual, dentre outras prerrogativas, estabelece como investimentos susceptíveis ao SIVETUR: 2b) “Projectos de turismo de natureza, promovidos por pequenas ou médias empresas (PME) que tenham por objecto os estabelecimentos, actividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental com instalações fixas e de carácter duradouro...” 2c) “Projectos de turismo sustentável, não enquadráveis na alínea anterior, localizados em áreas protegidas e em áreas contíguas...”</i>
Portaria 138/2001 de 01 de Março.	<i>Aprova as taxas devidas pela concessão de licenças relativas ao exercício da actividade das empresas de animação turística.</i>
Decreto-Lei 21/2002 de 31/01/2002.	<i>Regula a actividade marítimo-turística, com interfaces no âmbito da animação do turismo de natureza no que tange ao “O reforço da compatibilização da actividade com a protecção do ambiente, designadamente com a conservação dos recursos biológicos marinhos e da biodiversidade marinha em geral. [...] clarificados os contornos desta actividade, relativamente a actividades de natureza turística que lhe são próximas, designadamente as actividades exercidas pelas agências de viagens e pelas empresas de animação turística e turismo da natureza.”</i>
Decreto-Lei 54/2002	<i>Estabelece o novo regime jurídico da instalação e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural.</i>
Decreto-Lei 56/2002 de 11 de Março	<i>Altera o DL-47/99 pela necessidade de compatibilizá-lo com o novo regime jurídico da urbanização e edificação, aprovado pelo DL 555/99.</i>
Decreto-Lei 108/2002 de 16 de Abril.	<i>Este diploma altera o DL 204/2000 pela necessidade de evitar que as empresas de animação marítimo-turística sejam obrigadas a um duplo licenciamento conforme o DL 204/2000 e 21/2002.</i>
Decreto-Regulamentar 13/2002 de 12 de Março.	<i>Regula os requisitos mínimos das instalações e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural.</i>

ANEXO II.K

Metodologia OMT para implementação de indicadores.

Fase 1

i) Definição e delineamento das fronteiras da área de destino: O sucesso de um programa de indicadores requer a definição das fronteiras geográficas e jurisdições políticas que circunscrevem a área onde será aplicado o programa. Quando os indicadores são aplicados em uma área natural protegida as fronteiras jurisdicionais existentes podem ser um ponto de partida, no entanto, recorde-se que para este caso, o turismo frequentemente afecta áreas adjacentes, implicando-se num maior compromisso com a selecção da fronteira, numa tentativa de envolver os principais recursos e actividades numa máxima extensão possível. Nas etapas iniciais toda informação sobre turismo deve ser levantada, incluindo-se o conhecimento do perfil da procura, o levantamento de regulamentações e de problemas que podem influenciar o planeamento e a gestão, interesses da indústria do turismo bem como de outros sectores os quais podem afectar o futuro do turismo, a forma que o turismo se relaciona com a área de destino etc. Esse é o “background” básico de informações para qualquer iniciativa de um processo de indicadores.

ii) Utilização de um processo participativo: O desenvolvimento de indicadores é necessariamente um processo de participação. Embora a decisão inicial de estabelecer um processo de indicadores possa partir de um grupo específico, a continuidade dos trabalhos deverá abranger a maior quantidade possível de interessados e intervenientes do turismo. Um importante “stakeholder” a ser envolvido nesse processo é a comunidade local. A OMT, sublinha, porém, que esse processo participativo necessário ao desenvolvimento de indicadores pode normalmente tomar semanas ou meses especialmente quando integrado a um processo mais alargado de planeamento ou definição de políticas. No entanto, o consenso entre os intervenientes não se constitui em tarefa fácil o que pode vir a estender o processo. Outra dificuldade nesta etapa é conseguir reunir todos os stakeholders, principalmente em áreas de destino fortemente assoladas pela sazonalidade, quando no período de baixa estação muitos não se fazem representar e na alta encontram-se demasiadamente ocupados.

iii) Identificação dos recursos turísticos e riscos: O inventário dos recursos deve incluir elementos que sejam valorizados pela comunidade local e pelos turistas. Num sistema de indicadores devem ser definidos recursos prioritários de uso turístico e atracções potenciais e correntes tais como praias, sítios históricos, cachoeiras, mirantes, paisagens, áreas de interesse natural, vida selvagem, festivais, gastronomia, experiência cultural. A OMT destaca, também, a determinação do quanto sensíveis são as áreas de destino às mudanças da procura pela indústria do turismo e o reconhecimento dos limites potenciais de uso dos recursos. Estudos passados e correntes representam um arcabouço de informação para a avaliação das dimensões da sustentabilidade para a área de destino. Investigações realizadas nestas áreas podem contribuir em diagnosticar limites para além dos quais o turismo não mais se torna sustentável e põe em risco a área de destino. A premissa está assente na mínima afectação dos recursos naturais e culturais. Subjacente a análise dos recursos pode ser realizado uma análise “SWOT” onde são clarificadas as potencialidades dos recursos, os problemas, riscos e ameaças à destinação e possibilita a abertura de discussão entre os actores.

iv) Visão de longo prazo: Segundo a OMT, workshops voltados ao desenvolvimento de indicadores, evidenciam a importância de conhecer as necessidades dos actores como implicações na especificação do que é mais relevante para a área de destino. Levantar quais são os problemas considerados mais críticos torna-se uma medida central e que podem requerer o acompanhamento de indicadores. O processo de desenvolvimento de indicadores através da sua ênfase numa participação holística e definição de problemas chave pode conduzir a uma definição de visão de longo prazo, através da busca pelo consenso em torno de objectivos de diferentes dimensões temporais, nomeadamente objectivos de longo prazo, desejados para uma maior sustentabilidade à área de destino.

Fase 2

i) Seleção dos problemas prioritários e questões políticas: Deve-se identificar os problemas prioritários na perspectiva dos “stakeholders”. As discussões originam uma lista a qual direccionará o desenvolvimento de indicadores candidatos. Uma ferramenta valiosa para se obter consenso sobre quais problemas são prioritários é a realização de “workshops” que devem envolver uma participação alargada dos “stakeholders”. Os debates devem resultar numa lista consensual de problemas prioritários para os quais os indicadores deverão debruçar-se e serem úteis à gestão do turismo. Na prática, caso não haja um consenso total quanto a manutenção de um determinado problema, este deve ser mantido na lista. Recomenda-se deixá-lo a ser discutido no próximo passo onde poderá ser melhor clarificado e decidido se a sua utilização deve ser considerada

ii) Identificação dos indicadores desejáveis: Envolve normalmente a geração de uma lista desejável de possibilidades ou indicadores candidatos relacionados aos problemas prioritários, riscos e às questões políticas. Requer a participação de um grupo de “experts” que definirão uma lista de possíveis indicadores que podem cobrir os problema e questões políticas apontadas. Alguns dos indicadores sugeridos podem não ser práticos, porém, nesse estágio todos os indicadores potenciais são apontados. Na prática essa lista pode ser um pouco extensa, no entanto, provê um menu através do qual os melhores indicadores podem ser seleccionados. Os passos seguintes são desenhados para ajudar a definir os indicadores prioritários.

iii) Inventário das fontes de dados: Informação é necessária para produzir e manter indicadores: A seleção de indicadores requer informação de fontes de dados correntes e potenciais, numa forma de negociação entre informações que são necessárias, quais devem ser criadas e obtidas e como as fontes de informação podem ser melhoradas no futuro. A identificação de fontes de dados potenciais pode ocorrer nas etapas iniciais desta metodologia e contribuir com as discussões. Esta situação pode ser aplicada principalmente em destinos com um planeamento amadurecido e com fontes de dados disponíveis. A discussão deve ser enquadrada em termos de avaliar o quanto as fontes de dados podem ser direccionadas aos problemas prioritários. Para as áreas de destino que não possuem dados, deve ser considerada a possibilidade de identificação das fontes de dados antes do início da etapa de identificação dos problemas prioritários. Esta etapa é desenhada para se obter uma relação de fontes de dados que podem ser adequadas ao suporte dos indicadores. As informações são postas na mesa para ajudar a reduzir a longa lista de indicadores para a área de destino.

iv) Procedimento de selecção: o refinamentos a seleccionar os indicadores para o destino devem atender aos seguintes critérios:

- Relevância do indicador perante os problemas prioritários;
- Facilidade em obter e analisar as informações necessárias;
- Credibilidade da informação;
- Clareza e de fácil percepção;
- Comparabilidade.

Sugere-se que esta selecção seja feita por parte dos “stakeholders” principais do destino, construindo-se um painel onde se verifica para cada indicador o atendimento aos critérios definidos acima.

Fase 3

i) Avaliação da adequação e implementação: Nesta etapa cada um dos indicadores seleccionados são reavaliados usando-se procedimentos com vistas a identificar claramente:

- As fontes específicas de dados a serem utilizados na construção do indicador;
- Características específicas dos dados, tais como nível dos detalhes, formatação;
- Frequência da colecta dos dados: necessitam ser avaliados anualmente, mensalmente, diariamente?
- Espaço de tempo entre a recolha do dado e sua disponibilidade;
- Requisitos técnicos e de custos para a recolha e análise;

ii) Recolha de dados e análise: Esta etapa relaciona-se a sistematização periódica de análises dos indicadores produzidos. Constroem-se séries cronológicas com os resultados dos indicadores que podem ser submetidos à análise estatística (nomeadamente para indicadores quantitativos) que revelarão tendências e alimentaram a tomada de decisões sobre riscos calculados.

iii) Responsabilidade, comunicação e relatórios: Preferencialmente, os resultados dos indicadores devem ser publicados em relatórios com visualização gráfica das dinâmicas apresentadas. Estes relatórios devem ser apresentados aos principais “stakeholders”, ao público e, principalmente, a tomadores de decisão, que podem influenciar quanto a futuros investimentos para o sector. Os relatórios também reforçam a responsabilidade dos actores perante a manutenção/melhoria contínua dos níveis de sustentabilidade alcançados pela área de destino.

iv) Monitorização e avaliação da implementação: Indicadores não representam um exercício de um único momento. Revisões regulares são necessárias tanto para se levantar o quanto de informação está verdadeiramente fazendo a diferença para seus usuários em ajudá-lo a resolver seus problemas prioritários, quanto para determinar o progresso das mudanças. Indicadores possuem a tendência de funcionar como elementos centrais de um processo de planeamento e gestão e apenas através do uso integrado a estes processos é possível estabelecer se os indicadores estão adequados aos seus propósitos, quais necessitam ser actualizados ou eventualmente substituídos. O processo de desenvolvimento de indicadores é o primeiro passo em prover informações contínuas e sistematizadas que irão robustecer as decisões e construir uma maior colaboração no sentido da resolução dos problemas das destinações. Uma vez implementado um sistema de indicadores, um regime de monitorização deve ser considerado para avaliar o sucesso ou falha da gestão em turismo de uma área de destino de uma maneira que continue a ser sustentável.

ANEXO III

Figura A5: Equipamentos de recreação do atractivo neve, Parque Natural da Serra da Estrela.



Autoria própria, 02/01/2006.

Figura A6: Códigos de conduta, Reserva Natural da Serra da Malcata.



Autoria própria, 19/01/2006.

Figura A7: Infra-estruturas de apoio ao turismo: lojas de artesanato, PNSE.



Autoria própria, 29/01/2006.

ANEXO III

Figura A8: Sinalética padrão ICN



Autoria própria, 07/03/2006.

Figura A9: Orientações nos trilhos – RNDSJ.

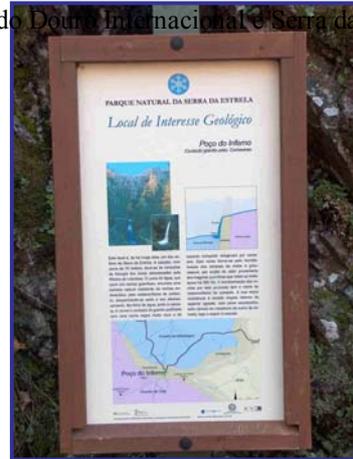


Autoria própria, 07/03/2006.

Figura A10: Interpretação ambiental, Parques Naturais do Douro Internacional e Serra da Estrela.



Autoria própria, 12/05/2006.



Autoria própria, 29/01/2006.

Figura A11: Incentivo à comunidade para a realização de visita temática ao PNTEI



Autoria própria, 19/01/2006

Figura A12: Centro de interpretação do RNSM.



07/03/2006.

ANEXO III

Figura A.13: Parque de campismo, RNDSJ.



Autoria própria, 07/03/2006.

Figura A.14: Passadiço existente na RNDSJ.



Autoria própria, 07/03/2006.

Figura A.15: Área de merendas no RNSM e mirante ao longo de um percurso rodoviário do PNSE.



Autoria própria, 19/01/2006.



Autoria própria, 29/01/2006.

Figura A.16: Contentores de resíduos sólidos utilizados nas ANP's do Centro de Portugal.



Autoria própria, 07/03/2006.



Autoria própria, 29/01/2006.

ANEXO III

Figura A.17: Acesso ao centro de interpretação da RNDSJ e sinalética ao longo do percurso rodoviário no PNSE.



Autoria própria, 07/03/2006.



Autoria própria, 29/01/2006.

Figura A.18: Cais de embarque para as Berlengas, em Peniche, e quiosques de um operador que realiza viagens às Berlengas.



Autoria própria, 15/04/2006

Figura A.19: Fundos comunitários empregues em projectos turísticos: LIFE, na RNPA e POA, no PNSE.



Autoria própria, 19/05/2006.



Autoria própria, 29/01/2006.

ANEXO IV

Tabelas estatísticas produzidas pelo SPSS.

1. Média e D.P. dos indicadores associados à componente ambiental da sustentabilidade

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
IA espécies extinção endémicas	25	1	5	4,6	0,91
IA incidência de caça ou pesca ilegal	25	2	5	4,2	0,87
IA pressão em espécies	25	1	5	4,16	1,03
IA sítios com visista restrita	25	2	5	4,16	0,99
IA número de visitantes	25	3	5	4,04	0,73
IA visitantes alta estação	25	2	5	3,88	1,05
IA trilhos não oficiais	25	1	5	3,88	1,13
IA incidentes por risco incêndio	25	1	5	3,84	1,28
IA pontos de erosão	25	2	5	3,84	1,03
IA número danos em árvores	25	1	5	3,56	1,16
IA avaliação cursos d'água	25	1	5	3,56	1,23
IA número de incêndios	25	1	5	3,52	1,19
Valid N (listwise)	25				

Média e D.P. do grupo

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
MBLOCO1	25,00	2,42	4,67	3,94	0,61
Valid N (listwise)	25,00				

2. Média e D.P. dos indicadores associados à componente social da sustentabilidade.

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
IS realização de inventário	25	3	5	4	0,65
IS avaliação da satisfação visitantes	25	1	5	4	1,08
IS intensidade do uso em sítios chaves	25	2	5	4	1,00
IS satisfação da comunidade local	25	1	5	4	1,33
IS porcentagem de visitas guiadas	25	2	5	4	0,90
IS número de encontros entre turistas	25	2	5	3	1,05
IS parceria parque e CL para o turismo	25	1	5	3	1,45
IS número de empreendimentos locais em turismo	25	1	5	3	1,39
IS reclamações a respeito do operador	25	1	5	3	1,22
IS violações das regras do parque pela CL	25	1	5	3	1,44
IS empregados da CL a trabalhar no parque	25	1	5	3	1,28
IS impactes à comunidade local	25	1	5	3	1,00
IS participações do parque em eventos da CL	25	1	5	3	1,27
IS porcentagem de visitantes da CL	25	1	5	3	1,21
IS quantidade de resgates	25	1	5	3	1,10
Valid N (listwise)	25				

Média e DP do grupo

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
MBLOCO2	25	2,47	4,67	3,51	0,62
Valid N (listwise)	25				

ANEXO IV

3. Média e D.P. dos indicadores associados à componente económica da sustentabilidade.

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
IE custo mensal da protecção	25	2	5	4,12	1,05
IE percentagem dos lucros do turismo para cons.	25	1	5	3,80	1,22
IE registo dos rendimentos do turismo	25	1	5	3,80	1,04
IE aumento dos empregos em turismo	25	1	5	3,64	1,29
IE montante dos gastos em operações do turismo	25	1	5	3,52	1,05
IE encontros com stakeholders	25	1	5	3,44	1,00
IE quantidade de pessoas envolvidas com turismo	25	1	5	3,32	0,99
IE custo em promoção e publicidade	25	1	5	3,00	1,19
IE rácio part time full time	25	1	4	2,84	0,99
IE monitorização da inflação	25	1	5	2,84	1,14
IE rácio total de empregados turistas e total emp park	25	1	4	2,68	0,85
Valid N (listwise)	25				

Média e DP do grupo

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
MBLOCO3	25	1,64	4,55	3,36	0,64
Valid N (listwise)	25				

4. Média e D.P. dos indicadores associados à educação ambiental e ecotécnicas.

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
IEA operadores envolvidos em EA	25	1	5	4,00	1,04
IEA quantidade de resíduos recolhidos	25	1	5	3,96	0,93
IEA número de eventos em EA	25	1	5	3,96	1,24
IEA reciclagem	25	2	5	3,84	0,80
IEA turistas em actividades de conservação	25	1	5	3,68	1,18
IEA investigações	25	1	5	3,68	0,99
IEA formações em EA	25	1	5	3,64	1,29
IEA horas de funcionamento do centro de interpretação	25	1	5	3,64	1,08
IEA parceiros em EA	25	1	5	3,64	1,15
IEA investimentos em ecotécnicas	25	1	5	3,36	1,38
IEA voluntários em EA	25	1	5	3,20	1,19
IEA compostagem	25	1	5	3,12	1,17
Valid N (listwise)	25				

Média e DP do grupo

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
MBLOCO4	25	2,08	4,67	3,64	0,69
Valid N (listwise)	25				

ANEXO IV

5. Média e D.P. por tipologia dos parques. 5.1 Indicadores associados à componente ambiental.

Report

procura	IA espécies em extinção endêmicas	IA incidência de caça ou pesca ilegal	IA trilhos não oficiais	IA pressão em espécies	IA sítios com visita restrita	IA número de visitantes	IA visitantes alta estação	IA incidentes por risco incêndio	IA número de incêndios	IA avaliação cursos d'água	IA número danos em árvores	IA pontos de erosão
Não massificado	4,73 Mean 15 Std. .59 Deviation	4,13 15 .92	3,87 15 .99	4,20 15 1,26	4,40 15 .91	4,07 15 .59	3,93 15 .88	3,93 15 1,10	3,80 15 1,08	3,60 15 1,30	3,40 15 .91	3,87 15 .92
Massificado	4,40 Mean 10 Std. 1,26 Deviation	4,30 10 .82	3,90 10 1,37	4,10 10 .57	3,80 10 1,03	4,00 10 .94	3,80 10 1,32	3,70 10 1,57	3,10 10 1,29	3,50 10 1,18	3,80 10 1,48	3,80 10 1,23
Total	4,60 Mean 25 Std. .91 Deviation	4,20 25 .87	3,88 25 1,13	4,16 25 1,03	4,16 25 .99	4,04 25 .73	3,88 25 1,05	3,84 25 1,28	3,52 25 1,19	3,56 25 1,23	3,56 25 1,16	3,84 25 1,03

Report

MBLOCO1

Não massificado	Mean	Std.
3,9944	15	,5559
Massificado	Mean	Std.
3,8500	10	,7166
Total	Mean	Std.
3,9367	25	,6149

5.2 Indicadores associados à componente social.

Report

procura	IS intensidade do uso em sítios chaves	IS empregados da CL a trabalhar no parque	IS violações das regras do parque pela CL	IS participação do parque em eventos de turismo	IS porcentagem de visitas guiadas	IS realização de inventário de visitantes	IS avaliação de satisfação de visitantes	IS reclamações a respeito do operador	S número de encontros entre turistas	S impactos à comunidade local
Não massificado	4,07 Mean 15 Std. .88 Deviation	3,60 15 1,06	4,00 15 1,07	4,20 15 1,01	4,13 15 .83	4,47 15 .64	4,20 15 .85	3,33 15 1,11	3,20 15 1,01	3,20 15 1,08
Massificado	3,70 Mean 10 Std. 1,16 Deviation	2,20 10 .92	2,30 10 1,34	2,40 10 1,35	3,40 10 .84	4,30 10 .67	3,70 10 1,49	3,50 10 1,43	3,90 10 .99	2,90 10 .88
Total	3,92 Mean 25 Std. 1,00 Deviation	3,04 25 1,21	3,32 25 1,44	3,48 25 1,45	3,84 25 .90	4,40 25 .65	4,00 25 1,08	3,40 25 1,22	3,48 25 1,05	3,08 25 1,00

Report

MBLOCO2

Não massificado	Mean	Std.
3,8133	15	,5736
Massificado	Mean	Std.
3,0467	10	,3429
Total	Mean	Std.
3,5067	25	,6188

ANEXO IV
5.3 Indicadores associados à componente económica

Report

	IE custo mensal da procura	IE custo em promoção e publicidade	IE monitorização da inflação	IE encontros com stakeholders	IE quantidade de pessoas envolvidas com turismo	IE registo dos rendimentos do turismo	IE percentagem dos lucros do turismo para cons.	IE aumento dos empregos em turismo	IE rácio total de empregados turistas e total emp park	IE rácio part time full time	IE montante dos gastos em operações do turismo
Não massificado	Mean 4,40	Mean 3,33	Mean 3,13	Mean 3,47	Mean 3,60	Mean 3,80	Mean 4,00	Mean 4,07	Mean 3,00	Mean 3,00	Mean 3,67
	N 15	N 15	N 15	N 15	N 15	N 15	N 15	N 15	N 15	N 15	N 15
	Std. Deviation ,74	Std. Deviation 1,05	Std. Deviation 1,13	Std. Deviation ,83	Std. Deviation ,74	Std. Deviation ,94	Std. Deviation 1,07	Std. Deviation ,88	Std. Deviation ,76	Std. Deviation 1,00	Std. Deviation ,82
Massificado	Mean 3,70	Mean 2,50	Mean 2,40	Mean 3,40	Mean 2,90	Mean 3,80	Mean 3,50	Mean 3,00	Mean 2,20	Mean 2,60	Mean 3,30
	N 10	N 10	N 10	N 10	N 10	N 10	N 10	N 10	N 10	N 10	N 10
	Std. Deviation 1,34	Std. Deviation 1,27	Std. Deviation 1,07	Std. Deviation 1,26	Std. Deviation 1,20	Std. Deviation 1,23	Std. Deviation 1,43	Std. Deviation 1,56	Std. Deviation ,79	Std. Deviation ,97	Std. Deviation 1,34
Total	Mean 4,12	Mean 3,00	Mean 2,84	Mean 3,44	Mean 3,32	Mean 3,80	Mean 3,80	Mean 3,64	Mean 2,68	Mean 2,84	Mean 3,52
	N 25	N 25	N 25	N 25	N 25	N 25	N 25	N 25	N 25	N 25	N 25
	Std. Deviation 1,05	Std. Deviation 1,19	Std. Deviation 1,14	Std. Deviation 1,00	Std. Deviation ,99	Std. Deviation 1,04	Std. Deviation 1,22	Std. Deviation 1,29	Std. Deviation ,85	Std. Deviation ,99	Std. Deviation 1,05

Report

MBLOCO3		MBLOCO4	
Não massificado	Mean 3,5879	Mean 3,9444	Mean 3,9444
	N 15	N 15	N 15
	Std. Deviation ,5198	Std. Deviation ,5675	Std. Deviation ,5675
Massificado	Mean 3,0273	Mean 3,1917	Mean 3,1917
	N 10	N 10	N 10
	Std. Deviation ,6898	Std. Deviation ,6199	Std. Deviation ,6199
Total	Mean 3,3636	Mean 3,6433	Mean 3,6433
	N 25	N 25	N 25
	Std. Deviation ,6439	Std. Deviation ,6882	Std. Deviation ,6882

5.4 Indicadores da componente de educação ambiental e ecotécnicas.

Test Statistics[§]

	IEA turistas em actividades de conservação	IEA parceiros em EA	IEA investigações	IEA investimentos em ecotécnicas	IEA número de eventos em EA	IEA operadores envolvidos em EA	IEA quantidade de resíduos recolhidos	IEA reciclagem	IEA voluntários em EA	IEA compostagem	IEA horas de funcionamento do centro de interpretação	IEA formações em EA
Mann-Whitney U	39,500	56,500	68,000	42,000	55,000	55,500	56,500	74,500	41,500	46,500	38,000	31,500
Wilcoxon W	94,500	111,500	123,000	97,000	110,000	110,500	111,500	129,500	96,500	101,500	93,000	86,500
Z	-2,048	-1,073	-4,422	-1,885	-1,188	-1,149	-1,169	-,030	-1,959	-1,642	-2,229	-2,581
Asymp. Sig. (2-tailed)	,041	,283	,673	,059	,235	,251	,242	,976	,050	,101	,026	,010
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,048 ^a	,311 ^a	,723 ^a	,071 ^a	,285 ^a	,285 ^a	,311 ^a	,978 ^a	,062 ^a	,115 ^a	,041 ^a	,014 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

ANEXO IV

6. Média e DP por tipologia da formação académica. 6.1 Indicadores da componente ambiental

Report

Report

	IE custo mensal da protecção	IE custo em promoção e publicidade	IE custo em monitorização da inflação	IE encontros com stakeholders	IE quantidade de pessoas envolvidas com turismo	IE registo dos rendimentos do turismo	IE percentagem dos lucros do turismo para cons.	IE aumento dos empregos em turismo	IE rácio total de empregados turistas e total emp park	IE rácio dos gastos em operações do turismo
outras	4,07	3,27	3,13	3,80	3,47	4,20	4,13	3,67	2,73	3,80
bio	Mean N	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15
	Std. Deviation	,96 1,19	1,19 1,19	,77 1,10	,83 1,20	,68 1,23	,92 1,49	1,18 1,51	,96 1,70	,86 1,20
outras	Mean N	4,20 10	2,60 10	2,90 10	3,10 10	3,20 10	3,30 10	3,60 10	2,60 10	3,10 10
	Std. Deviation	1,23 1,05	1,43 1,19	1,10 1,00	1,20 1,99	1,23 1,04	1,49 1,22	1,51 1,29	,70 1,85	1,20 1,05
Total	Mean N	4,12 25	3,00 25	3,44 25	3,32 25	3,80 25	3,80 25	3,64 25	2,68 25	3,52 25
	Std. Deviation	1,05 1,14	1,19 1,44	1,00 1,39	1,99 1,27	1,04 1,65	1,22 1,08	1,29 1,00	,85 1,00	1,05 1,33

MBLOCO1

bio	Mean	4,1389
	N	15
	Std. Deviation	,3879
outras	Mean	3,6333
	N	10
	Std. Deviation	,7770
Total	Mean	3,9367
	N	25
	Std. Deviation	,6149

6.2 Indicadores da componente social

Report

	IS intensidade do uso em sítios de chaves	IS empregados da CL a trabalhar no parque	IS violações das regras do parque pela CL	IS parceria CL para o turismo	IS número de participantes em eventos de turismo locais	IS participação em actividades de lazer	IS avaliação da satisfação dos visitantes	IS reclamações a respeito do operador	IS número de reclamações entre turistas	IS impactos da comunidade local	IS satisfação da comunidade local
outras	4,00	3,27	3,40	3,73	3,80	4,60	4,13	2,80	3,67	3,20	4,00
bio	Mean N	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15	15 15
	Std. Deviation	,93 1,22	1,12 1,23	1,44 1,44	1,01 1,32	,51 1,01	1,06 1,15	1,15 1,15	,90 1,05	,86 1,20	1,20 1,20
outras	Mean N	3,80 10	3,10 10	3,10 10	3,00 10	4,10 10	3,80 10	3,20 10	3,20 10	2,90 10	3,70 10
	Std. Deviation	1,14 1,16	1,62 1,45	1,45 1,45	1,49 1,49	,74 1,74	1,14 1,03	1,03 2,96	1,56 3,40	1,20 3,08	1,57 3,88
Total	Mean N	3,92 25	3,04 25	3,48 25	3,48 25	4,40 25	4,00 25	3,40 25	3,48 25	3,08 25	3,88 25
	Std. Deviation	1,00 1,21	1,44 1,45	1,45 1,45	1,39 1,39	,65 1,90	1,08 1,10	1,10 1,22	1,05 1,05	1,00 1,00	1,33 1,33

Report

MBLOCO2

Não massificad	Mean	3,8133
	N	15
	Std. Deviation	,5736
Massificad	Mean	3,0467
	N	10
	Std. Deviation	,3429
Total	Mean	3,5067
	N	25
	Std. Deviation	,6188

ANEXO IV

6.3 Indicadores da componente económica.

Report

	IA espécies de extinção endémicas	IA incidência de caça ou pesca ilegal	IA trilhos não oficiais	IA pressão em espécies	IA sítios com visita restrita	IA número de visitantes	IA visitantes alta estação	IA incidentes por risco incêndio	IA número de incêndios	IA avaliação cursos d'água	IA número danos em árvores	IA pontos de erosão
outras	4,80	4,60	4,13	4,40	4,47	4,33	4,00	3,87	3,87	3,80	3,40	4,00
bio	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
Mean	4,80	4,60	4,13	4,40	4,47	4,33	4,00	3,87	3,87	3,80	3,40	4,00
N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
Std. Deviation	,41	,63	1,13	,63	,74	,72	1,13	1,25	,99	,94	1,06	,85
outras	4,30	3,60	3,50	3,80	3,70	3,60	3,70	3,80	3,00	3,20	3,80	3,60
bio	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Mean	4,30	3,60	3,50	3,80	3,70	3,60	3,70	3,80	3,00	3,20	3,80	3,60
N	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Std. Deviation	1,34	,84	1,08	1,40	1,16	,52	,95	1,40	1,33	1,55	1,32	1,26
Total	4,60	4,20	3,88	4,16	4,16	4,04	3,88	3,84	3,52	3,56	3,56	3,84
bio	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Mean	4,60	4,20	3,88	4,16	4,16	4,04	3,88	3,84	3,52	3,56	3,56	3,84
N	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Std. Deviation	,91	,87	1,13	1,03	,99	,73	1,05	1,28	1,19	1,23	1,16	1,03

Report

MBLOCO3		Mean	Std. Deviation
bio	N	3,5758	15
outras	N	3,0455	10
Total	N	3,3636	25

6.4 Indicadores associados à educação ambiental e ecotécnicas.

Report

	IEA turistas em actividades de conservação	IEA parceiros em EA	IEA investigações	IEA investimentos em ecotécnicas	IEA número de eventos em EA	IEA operadores envolvidos em EA	IEA quantidade de resíduos recolhidos	IEA reciclagem	IEA voluntários em EA	IEA compostagem	IEA horas de funcionamento do centro de interpretação	IEA formações em EA
outras	3,80	3,87	3,67	3,67	4,20	4,13	4,07	3,87	3,47	3,27	3,73	3,87
bio	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
Mean	3,80	3,87	3,67	3,67	4,20	4,13	4,07	3,87	3,47	3,27	3,73	3,87
N	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
Std. Deviation	1,32	1,06	,98	1,23	,86	,92	,59	,83	1,06	1,22	1,03	1,36
outras	3,50	3,30	3,70	2,90	3,60	3,80	3,80	3,80	2,80	2,90	3,50	3,30
bio	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Mean	3,50	3,30	3,70	2,90	3,60	3,80	3,80	3,80	2,80	2,90	3,50	3,30
N	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Std. Deviation	,97	1,25	1,06	1,52	1,65	1,23	1,32	,79	1,32	1,10	1,18	1,16
Total	3,68	3,64	3,68	3,36	3,96	4,00	3,96	3,84	3,20	3,12	3,64	3,64
bio	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Mean	3,68	3,64	3,68	3,36	3,96	4,00	3,96	3,84	3,20	3,12	3,64	3,64
N	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
Std. Deviation	1,18	1,15	,99	1,38	1,24	1,04	,93	,80	1,19	1,17	1,08	1,29

Report

MBLOCO4		Mean	Std. Deviation
bio	N	3,8000	15
outras	N	3,4083	10
Total	N	3,6433	25

ANEXO IV

7. Testes de Mann-Whitney: estratificação da amostra por tipologia dos parques.

7.1 Componente social

Ranks

	procura	N	Mean Rank	Sum of Ranks
IS intensidade do uso em sítios chave	Não massificado	15	13,87	208,00
	Massificado	10	11,70	117,00
	Total	25		
IS percentagem de visitantes da CL	Não massificado	15	16,37	245,50
	Massificado	10	7,95	79,50
	Total	25		
IS empregados da CL a trabalhar no parque	Não massificado	15	16,80	252,00
	Massificado	10	7,30	73,00
	Total	25		
IS violações das regras do parque pela CL	Não massificado	15	16,37	245,50
	Massificado	10	7,95	79,50
	Total	25		
IS parceria parque e CL para o turismo	Não massificado	15	16,47	247,00
	Massificado	10	7,80	78,00
	Total	25		
IS número de empreendimentos locais em turismo	Não massificado	15	16,17	242,50
	Massificado	10	8,25	82,50
	Total	25		
IS participações do parque em eventos da CL	Não massificado	15	15,40	231,00
	Massificado	10	9,40	94,00
	Total	25		
IS percentagem de visitas guiadas	Não massificado	15	15,33	230,00
	Massificado	10	9,50	95,00
	Total	25		
IS realização de inventário	Não massificado	15	13,70	205,50
	Massificado	10	11,95	119,50
	Total	25		
IS avaliação da satisfação visitantes	Não massificado	15	13,47	202,00
	Massificado	10	12,30	123,00
	Total	25		
IS quantidade de resgates	Não massificado	15	13,07	196,00
	Massificado	10	12,90	129,00
	Total	25		
IS reclamações a respeito do operador	Não massificado	15	12,40	186,00
	Massificado	10	13,90	139,00
	Total	25		
IS número de encontros entre turistas	Não massificado	15	11,07	166,00
	Massificado	10	15,90	159,00
	Total	25		
IS impactos à comunidade local	Não massificado	15	14,13	212,00
	Massificado	10	11,30	113,00
	Total	25		
IS satisfação da comunidade local	Não massificado	15	14,97	224,50
	Massificado	10	10,05	100,50
	Total	25		

7.2 Componente ambiental

Ranks

	procura	N	Mean Rank	Sum of Ranks
IA espécies extinção endémicas	Não massificado	15	13,53	203,00
	Massificado	10	12,20	122,00
	Total	25		
IA incidência de caça ou pesca ilegal	Não massificado	15	12,53	188,00
	Massificado	10	13,70	137,00
	Total	25		
IA trilhos não oficiais	Não massificado	15	12,47	187,00
	Massificado	10	13,80	138,00
	Total	25		
IA pressão em espécies	Não massificado	15	14,33	215,00
	Massificado	10	11,00	110,00
	Total	25		
IA sítios com vista restrita	Não massificado	15	14,77	221,50
	Massificado	10	10,35	103,50
	Total	25		
IA número de visitantes	Não massificado	15	13,20	198,00
	Massificado	10	12,70	127,00
	Total	25		
IA visitantes alta estação	Não massificado	15	12,80	192,00
	Massificado	10	13,30	133,00
	Total	25		
IA incidentes por risco incêndio	Não massificado	15	12,87	193,00
	Massificado	10	13,20	132,00
	Total	25		
IA número de incêndios	Não massificado	15	14,67	220,00
	Massificado	10	10,50	105,00
	Total	25		
IA avaliação cursos d'água	Não massificado	15	13,53	200,00
	Massificado	10	12,50	125,00
	Total	25		
IA número danos em árvores	Não massificado	15	11,70	175,50
	Massificado	10	14,95	149,50
	Total	25		
IA pontos de erosão	Não massificado	15	12,93	194,00
	Massificado	10	13,10	131,00
	Total	25		

7.3 Componente económica

Ranks

	procura	N	Mean Rank	Sum of Ranks
IE custo mensal da protecção não massificado	Não massificado	15	14,40	216,00
	Massificado	10	10,90	109,00
	Total	25		
IE custo em promoção e publicidade	Não massificado	15	14,87	223,00
	Massificado	10	10,20	102,00
	Total	25		
IE monitorização da inflação	Não massificado	15	14,80	222,00
	Massificado	10	10,30	103,00
	Total	25		
IE encontros com stakeholders	Não massificado	15	12,70	190,50
	Massificado	10	13,45	134,50
	Total	25		
IE quantidade de pessoas envolvidas com turismo	Não massificado	15	14,53	218,00
	Massificado	10	10,70	107,00
	Total	25		
IE registo dos rendimentos do turismo	Não massificado	15	12,77	191,50
	Massificado	10	13,35	133,50
	Total	25		
IE percentagem dos lucros do turismo para cons.	Não massificado	15	13,97	209,50
	Massificado	10	11,55	115,50
	Total	25		
IE aumento dos empregos em turismo	Não massificado	15	14,93	224,00
	Massificado	10	10,10	101,00
	Total	25		
IE rácio total de empregados turistas e total emp park	Não massificado	15	15,47	232,00
	Massificado	10	9,30	93,00
	Total	25		
IE rácio part time full time	Não massificado	15	14,17	212,50
	Massificado	10	11,25	112,50
	Total	25		
IE montante dos gastos em operações do turismo	Não massificado	15	13,73	206,00
	Massificado	10	11,90	119,00
	Total	25		

7. Testes de Mann-Whitney: estratificação da amostra por tipologia dos parques.

7.4 Componente educação ambiental e ecotécnicas

Ranks

	procura	N	Mean Rank	Sum of Ranks
IEA turistas em actividades de conservação	Não massificado	15	15,37	230,50
	Massificado	10	9,45	94,50
	Total	25		
IEA parceiros em EA	Não massificado	15	14,23	213,50
	Massificado	10	11,15	111,50
	Total	25		
IEA investigações	Não massificado	15	13,47	202,00
	Massificado	10	12,30	123,00
	Total	25		
IEA investimentos em ecotécnicas	Não massificado	15	15,20	228,00
	Massificado	10	9,70	97,00
	Total	25		
IEA número de eventos em EA	Não massificado	15	14,33	215,00
	Massificado	10	11,00	110,00
	Total	25		
IEA operadores envolvidos em EA	Não massificado	15	14,30	214,50
	Massificado	10	11,05	110,50
	Total	25		
IEA quantidade de resíduos recolhidos	Não massificado	15	14,23	213,50
	Massificado	10	11,15	111,50
	Total	25		
IEA reciclagem	Não massificado	15	13,03	195,50
	Massificado	10	12,95	129,50
	Total	25		
IEA voluntários em EA	Não massificado	15	15,23	228,50
	Massificado	10	9,65	96,50
	Total	25		
IEA compostagem	Não massificado	15	14,90	223,50
	Massificado	10	10,15	101,50
	Total	25		
IEA horas de funcionamento do centro de interpretação	Não massificado	15	15,47	232,00
	Massificado	10	9,30	93,00
	Total	25		
IEA formações em EA	Não massificado	15	15,90	238,50
	Massificado	10	8,65	86,50
	Total	25		

Ranks

	procura	N	Mean Rank	Sum of Ranks
S articulação e objetivos de sustentabilidade	Não massificado	15	13,33	200,00
	Massificado	10	12,50	125,00
	Total	25		
S articulações e vertente ambiental	Não massificado	15	12,20	183,00
	Massificado	10	14,20	142,00
	Total	25		
S regulamentos e estatutos e sustentabilidade	Não massificado	15	13,37	200,50
	Massificado	10	12,45	124,50
	Total	25		
S formação académica e sustentabilidade	Não massificado	15	12,93	194,00
	Massificado	10	13,10	131,00
	Total	25		
S turismo e conservação	Não massificado	15	12,43	186,50
	Massificado	10	13,85	138,50
	Total	25		
S conservação e experiência turística	Não massificado	15	16,50	247,50
	Massificado	10	7,75	77,50
	Total	25		
S benefícios e desvantagens	Não massificado	15	11,83	177,50
	Massificado	10	14,75	147,50
	Total	25		

ANEXO IV

8. Testes de Mann-Whitney: Níveis de significância por tipologia de parques. 8.1 Indicadores da componente ambiental.

Test Statistics^b

	IA espécies endêmicas	IA incidência de caça ou pesca ilegal	IA trilhos não oficiais	IA pressão em espécies	IA sítios com visita restrita	IA número de visitantes	IA visitantes alta estação	IA incidentes por risco incêndio	IA número de incêndios	IA avaliação cursos d'água	IA número danos em árvores	IA pontos de erosão
Mann-Whitney U	67,000	68,000	67,000	55,000	48,500	72,000	72,000	73,000	50,000	70,000	55,500	74,000
Wilcoxon W	122,000	188,000	187,000	110,000	103,500	127,000	192,000	193,000	105,000	125,000	175,500	194,000
Z	-,594	-,417	-,473	-,1202	-,1581	-,180	-,183	-,118	-,1503	-,296	-,117	-,059
Asymp. Sig. (2-tailed)	,552	,676	,636	,229	,114	,857	,855	,906	,133	,767	,264	,953
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,683 ^a	,723 ^a	,683 ^a	,285 ^a	,144 ^a	,892 ^a	,892 ^a	,935 ^a	,177 ^a	,807 ^a	,285 ^a	,978 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

Test Statistics^b

	MBLOCO1
Mann-Whitney U	73,000
Wilcoxon W	128,000
Z	-,111
Asymp. Sig. (2-tailed)	,911
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,935 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

8.2 Indicadores da componente social.

Test Statistics^b

	IS intensidade do uso em sítios chaves	IS IS empregados da CL a trabalhar no parque	IS violações das regras do parque pela CL	IS S parceria CL para o turismo	IS número de empreendimentos locais em turismo	IS IS participações em visitas guiadas	IS IS realização de inventário	IS avaliação da satisfação visitantes	IS IS reclamações a respeito do operador	IS número de encontros entre turistas	IS impactos à comunidade local	IS S satisfação da comunidade local
Mann-Whitney U	62,000	24,500	24,500	23,000	27,500	39,000	64,500	68,000	66,000	46,000	58,000	45,500
Wilcoxon W	117,000	79,500	79,500	78,000	82,500	94,000	119,500	123,000	186,000	166,000	113,000	100,500
Z	-,756	-,2904	-,2882	-,2980	-,2719	-,2068	-,649	-,417	-,526	-,1667	-,989	-,1750
Asymp. Sig. (2-tailed)	,450	,004	,004	,003	,007	,039	,516	,677	,599	,095	,323	,080
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,495 ^a	,004 ^a	,004 ^a	,003 ^a	,007 ^a	,048 ^a	,567 ^a	,723 ^a	,643 ^a	,115 ^a	,367 ^a	,103 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

Test Statistics^b

	MBLOCO2
Mann-Whitney U	18,000
Wilcoxon W	73,000
Z	-,3,170
Asymp. Sig. (2-tailed)	,002
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,001 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

8. Testes de Mann-Whitney: Níveis de significância por tipologia de parques.
8.3 Indicadores da componente económica.

Test Statistics^b

	IE custo mensal da protecção	IE custo em promoção e publicidade	IE monitorização da inflação	IE encontros com stakeholders	IE quantidade de pessoas envolvidas com turismo	IE registo dos rendimentos do turismo	IE percentagem dos lucros do turismo para cons.	IE aumento dos empregos em turismo	IE rácio total de empregados turistas e total emp park	IE rácio part time full time	IE montante dos gastos em operações do turismo
Mann-Whitney U	54,000	47,000	48,000	70,500	52,000	71,500	60,500	46,000	38,000	57,500	64,000
Wilcoxon W	109,000	102,000	103,000	190,500	107,000	191,500	115,500	101,000	93,000	112,500	119,000
Z	-1,252	-1,623	-1,548	-,271	-1,388	-,208	-,840	-1,686	-2,189	-1,016	-,662
Asymp. Sig. (2-tailed)	,210	,105	,122	,786	,165	,835	,401	,092	,029	,310	,508
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,261 ^a	,129 ^a	,144 ^a	,807 ^a	,216 ^a	,849 ^a	,428 ^a	,115 ^a	,041 ^a	,338 ^a	,567 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

Test Statistics^b

	MBLOCO3
Mann-Whitney U	36,000
Wilcoxon W	91,000
Z	-2,167
Asymp. Sig. (2-tailed)	,030
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,031 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

8.4 Indicadores da componente de educação ambiental e ecotécnicas.

Test Statistics^b

	IEA turistas em actividades de conservação	IEA parceiros em EA	IEA investigações	IEA investimentos em ecotécnicas	IEA número de eventos em EA	IEA operadores envolvidos em EA	IEA quantidade de resíduos recolhidos	IEA voluntários em EA	IEA compostagem	IEA horas de funcionamento do centro de interpretação	IEA formações em EA
Mann-Whitney U	39,500	56,500	68,000	42,000	55,000	55,500	56,500	41,500	46,500	38,000	31,500
Wilcoxon W	94,500	111,500	123,000	97,000	110,000	110,500	111,500	96,500	101,500	93,000	86,500
Z	-2,048	-1,073	-,422	-1,885	-1,188	-1,149	-1,169	-1,959	-1,642	-2,229	-2,581
Asymp. Sig. (2-tailed)	,041	,283	,673	,059	,235	,251	,242	,050	,101	,026	,010
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,048 ^a	,311 ^a	,723 ^a	,071 ^a	,285 ^a	,285 ^a	,311 ^a	,062 ^a	,115 ^a	,041 ^a	,014 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

Test Statistics^b

	MBLOCO4
Mann-Whitney U	26,500
Wilcoxon W	81,500
Z	-2,704
Asymp. Sig. (2-tailed)	,007
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,005 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: procura

ANEXO IV

9. Testes de Mann-Whitney: estratificação da amostra pela formação acadêmica

9.1 Componente ambiental

Ranks

	outras	N	Mean Rank	Sum of Ranks
IA espécies extinção endêmicas	bio	15	13,70	205,50
	outras	10	11,95	119,50
	Total	25		
IA incidência de caça ou pesca ilegal	bio	15	16,23	243,50
	outras	10	8,15	81,50
	Total	25		
IA trilhos não oficiais	bio	15	14,83	222,50
	outras	10	10,25	102,50
	Total	25		
IA pressão em espécies	bio	15	14,00	210,00
	outras	10	11,50	115,00
	Total	25		
IA sítios com visita restrita	bio	15	14,97	224,50
	outras	10	10,05	100,50
	Total	25		
IA número de visitantes	bio	15	15,73	236,00
	outras	10	8,90	89,00
	Total	25		
IA visitantes alta estação	bio	15	14,20	213,00
	outras	10	11,20	112,00
	Total	25		
IA incidentes por risco incêndio	bio	15	13,00	195,00
	outras	10	13,00	130,00
	Total	25		
IA número de incêndios	bio	15	14,80	222,00
	outras	10	10,30	103,00
	Total	25		
IA avaliação cursos d'água	bio	15	13,93	209,00
	outras	10	11,60	116,00
	Total	25		
IA número danos em árvores	bio	15	11,87	178,00
	outras	10	14,70	147,00
	Total	25		
IA pontos de erosão	bio	15	13,77	206,50
	outras	10	11,85	118,50
	Total	25		

9.2 Componente social

Ranks

	outras	N	Mean Rank	Sum of Ranks
IS intensidade do uso em sítios chaves	bio	15	13,50	202,50
	outras	10	12,25	122,50
	Total	25		
IS percentagem de visitantes da CL	bio	15	14,33	215,00
	outras	10	11,00	110,00
	Total	25		
IS empregados da CL a trabalhar no parque	bio	15	13,47	202,00
	outras	10	12,30	123,00
	Total	25		
IS violações das regras do parque pela CL	bio	15	14,43	216,50
	outras	10	10,85	108,50
	Total	25		
IS parceria parque e CL para o turismo	bio	15	14,23	213,50
	outras	10	11,15	111,50
	Total	25		
IS número de empreendimentos locais em turismo	bio	15	14,60	219,00
	outras	10	10,60	106,00
	Total	25		
IS participações do parque em eventos da CL	bio	15	13,87	208,00
	outras	10	11,70	117,00
	Total	25		
IS percentagem de visitas guiadas	bio	15	13,10	196,50
	outras	10	12,85	128,50
	Total	25		
IS realização de inventário	bio	15	14,90	223,50
	outras	10	10,15	101,50
	Total	25		
IS avaliação da satisfação visitantes	bio	15	13,90	208,50
	outras	10	11,65	116,50
	Total	25		
IS quantidade de resgates	bio	15	12,20	183,00
	outras	10	14,20	142,00
	Total	25		
IS reclamações a respeito do operador	bio	15	14,13	212,00
	outras	10	11,30	113,00
	Total	25		
IS número de encontros entre turistas	bio	15	14,23	213,50
	outras	10	11,15	111,50
	Total	25		
IS impactes à comunidade local	bio	15	13,83	207,50
	outras	10	11,75	117,50
	Total	25		
IS satisfação da comunidade local	bio	15	13,33	200,00
	outras	10	12,50	125,00
	Total	25		

ANEXO IV

9. Testes de Mann-Whitney: estratificação da amostra pela formação académica
9.3 Componente económica

Ranks

	outras	N	Mean Rank	Sum of Ranks
IE custo mensal da protecção	bio	15	12,27	184,00
	outras	10	14,10	141,00
	Total	25		
IE custo em promoção e publicidade	bio	15	14,50	217,50
	outras	10	10,75	107,50
	Total	25		
IE monitorização da inflação	bio	15	14,73	221,00
	outras	10	10,40	104,00
	Total	25		
IE encontros com stakeholders	bio	15	15,30	229,50
	outras	10	9,55	95,50
	Total	25		
IE quantidade de pessoas envolvidas com turismo	bio	15	13,60	204,00
	outras	10	12,10	121,00
	Total	25		
IE registo dos rendimentos do turismo	bio	15	15,43	231,50
	outras	10	9,35	93,50
	Total	25		
IE percentagem dos lucros do turismo para cons.	bio	15	14,57	218,50
	outras	10	10,65	106,50
	Total	25		
IE aumento dos empregos em turismo	bio	15	12,80	192,00
	outras	10	13,30	133,00
	Total	25		
IE rácio total de empregados turistas e total emp park	bio	15	13,67	205,00
	outras	10	12,00	120,00
	Total	25		
IE rácio part time full time	bio	15	14,67	220,00
	outras	10	10,50	105,00
	Total	25		
IE montante dos gastos em operações do turismo	bio	15	14,83	222,50
	outras	10	10,25	102,50
	Total	25		

9.4 Educação ambiental e ecotécnicas

Ranks

	outras	N	Mean Rank	Sum of Ranks
IE turistas em actividades de conservação	bio	15	14,07	211,00
	outras	10	11,40	114,00
	Total	25		
IEA parceiros em EA	bio	15	14,33	215,00
	outras	10	11,00	110,00
	Total	25		
IEA investigações	bio	15	12,80	192,00
	outras	10	13,30	133,00
	Total	25		
IEA investimentos em ecotécnicas	bio	15	14,47	217,00
	outras	10	10,80	108,00
	Total	25		
IEA número de eventos em EA	bio	15	13,67	205,00
	outras	10	12,00	120,00
	Total	25		
IEA operadores envolvidos em EA	bio	15	13,73	206,00
	outras	10	11,90	119,00
	Total	25		
IEA quantidade de resíduos recolhidos	bio	15	12,97	194,50
	outras	10	13,05	130,50
	Total	25		
IEA reciclagem	bio	15	12,97	194,50
	outras	10	13,05	130,50
	Total	25		
IEA voluntários em EA	bio	15	14,33	215,00
	outras	10	11,00	110,00
	Total	25		
IEA compostagem	bio	15	13,90	208,50
	outras	10	11,65	116,50
	Total	25		
IEA horas de funcionamento do centro de interpretação	bio	15	13,40	201,00
	outras	10	12,40	124,00
	Total	25		
IEA formações em EA	bio	15	14,63	219,50
	outras	10	10,55	105,50
	Total	25		

ANEXO IV

10. Testes de Mann-Whitney: Níveis de significância entre os indicadores por formação acadêmica.
10.1 Indicadores da componente ambiental.

Test Statistics^fs

	MBLOCO
Mann-Whitney U	45,000
Wilcoxon Signed Rank Z	-1,669
Asymp. Sig. (2-tailed)	,095
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,103 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variables: outras

Test Statistics^f

	IA espécies em extinção endêmicas	IA incidência de caça ou pesca ilegal	IA trilhos não oficiais	IA pressão em espécies	IA sítios com visita restrita	IA número de visitantes	IA visitantes alta estação	IA incidentes por risco de incêndio	IA número de incêndios	IA avaliação cursos d'água	IA número danos em árvores	IA pontos de erosão
Mann-Whitney U	64,500	26,500	47,500	60,000	45,500	34,000	57,000	75,000	48,000	61,000	58,000	63,500
Wilcoxon W	119,500	81,500	102,500	115,000	100,500	89,000	112,000	130,000	103,000	116,000	178,000	118,500
Z	-,780	-2,892	-1,625	-,902	-1,760	-2,460	-1,095	,000	-1,623	-,829	-,974	-,677
Asymp. Sig. (2-tailed)	,435	,004	,104	,367	,078	,014	,273	1,000	,105	,407	,330	,499
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,567 ^a	,005 ^a	,129 ^a	,428 ^a	,103 ^a	,023 ^a	,338 ^a	1,000 ^a	,144 ^a	,461 ^a	,367 ^a	,531 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: outras

10.2 Indicadores da componente social.

Test Statistics^fs

	IS intensidade do uso em sítios chaves	IS empregados da CL a trabalhar no parque	IS violações das regras pelo CL	IS parceria parque e CL para o turismo locais	IS número de participação em eventos da CL	IS IS de realização de inventário	IS avaliação da satisfação visitantes	IS quantidade de resgates	IS reclamações a respeito do operador	IS número de encontros entre turistas	IS impactos à comunidade local	IS satisfação da comunidade local
Mann-Whitney U	67,500	68,000	53,500	56,500	51,000	46,500	61,500	63,000	58,000	56,500	62,500	70,000
Wilcoxon W	122,500	123,000	108,500	111,500	106,000	101,500	116,500	183,000	113,000	111,500	117,500	125,000
Z	-,436	-,401	-1,227	-1,060	-1,374	-1,762	-,804	-,692	-,993	-1,064	-,727	-,297
Asymp. Sig. (2-tailed)	,663	,688	,220	,289	,170	,078	,422	,489	,321	,287	,467	,767
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,683 ^a	,723 ^a	,238 ^a	,311 ^a	,196 ^a	,115 ^a	,461 ^a	,531 ^a	,367 ^a	,311 ^a	,495 ^a	,807 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: outras

Test Statistics^fs

	MBLOCO2
Mann-Whitney U	50,000
Wilcoxon W	105,000
Z	-,1390
Asymp. Sig. (2-tailed)	,164
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]	,177 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: outras

ANEXO IV

10. Testes de Mann-Whitney: Níveis de significância entre os indicadores por formação académica. 10.3 Indicadores da componente económica.

Test Statistics ^b		MBLOCO3
Mann-Whitney U		43,500
Wilcoxon W		98,500
Z		-1,750
Asymp. Sig. (2-tailed)		,080
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]		,080 ^a

a. Not corrected for ties.
b. Grouping Variable: outras

Test Statistics ^b		IE	IE quantidade de pessoas envolvidas com turismo	IE registro dos rendimentos do turismo	IE percentagem dos lucros do turismo para cons.	IE aumento dos empregos em turismo	IE rácio total de empregados turistas e total emp park	IE rácio part time full time	IE montante dos gastos em operações do turismo
Mann-Whitney U		64,000	40,500	38,500	51,500	72,000	65,000	50,000	47,500
Wilcoxon W		184,000	95,500	93,500	106,500	192,000	120,000	105,000	102,500
Z		-,656	-2,078	-2,168	-,362	-,174	-,592	-1,451	-1,654
Asymp. Sig. (2-tailed)		,512	,038	,030	,173	,862	,554	,147	,098
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]		,567 ^a	,055 ^a	,041 ^a	,196 ^a	,892 ^a	,605 ^a	,177 ^a	,129 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: outras

10.4 Indicadores da componente de educação ambiental e ecotécnicas.

Test Statistics ^b		MBLOCO4
Mann-Whitney U		53,000
Wilcoxon W		108,000
Z		-1,227
Asymp. Sig. (2-tailed)		,220
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]		,238 ^a

a. Not corrected for ties.
b. Grouping Variable: outras

Test Statistics ^b		IEA turistas em actividades de conservação	IEA parceiros em EA	IEA investimentos em ecotécnicas	IEA número de eventos em EA	IEA operadores envolvidos em EA	IEA quantidade de resíduos recolhidos	IEA voluntários em EA	IEA compostagem	IEA horas de funcionamento do centro de interpretação	IEA formações em EA
Mann-Whitney U		59,000	55,000	53,000	65,000	64,000	74,500	55,000	61,500	69,000	50,500
Wilcoxon W		114,000	110,000	108,000	120,000	119,000	194,500	110,000	116,500	124,000	105,500
Z		-,923	-1,160	-1,256	-,594	-,648	-,030	-1,169	-,778	-,361	-1,453
Asymp. Sig. (2-tailed)		,356	,246	,209	,553	,517	,976	,242	,437	,718	,146
Exact Sig. [2*(1-tailed Sig.)]		,397 ^a	,285 ^a	,238 ^a	,605 ^a	,567 ^a	,978 ^a	,285 ^a	,461 ^a	,765 ^a	,177 ^a

a. Not corrected for ties.

b. Grouping Variable: outras

11. Média e Desvio-Padrão das variáveis que se prendem a uma maior valorização da componente ambiental da sustentabilidade (Questão 1.5 Anexo IB).

Variável	Grupo total Média ± DP
• Articulação e objectivos de sustentabilidade	4,04 ± 1,14
• Articulações e vertente ambiental	3,88 ± 1,30
• Regulamentos e estatutos e sustentabilidade	4,08 ± 1,00
• Formação académica e sustentabilidade	3,72 ± 1,31
• Turismo e conservação	2,76 ± 1,09
• Conservação e experiência turística	3,64 ± 1,11
• Benefícios e desvantagens	3,12 ± 1,20
Média dos blocos	3,61 ± 0,55

12 Teste Não-Paramétrico de Wilcoxon para comparação de médias.

12.1 Comparação entre a média final dos indicadores da componente ambiental (item 1, ANEXO IV) com a média final dos indicadores da componente social (item 2, ANEXO IV).

		Ranks		
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
MBLOCO2	Negative Ranks	19 ^a	14,47	275,00
MBLOCO1	Positive Ranks	5 ^b	5,00	25,00
	Ties	1 ^c		
	Total	25		

- a. MBLOCO2 < MBLOCO1
- b. MBLOCO2 > MBLOCO1
- c. MBLOCO1 = MBLOCO2

Test Statistics^b

	MBLOCO2
Z	-3,572 ^a
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

- a. Based on positive ranks.
- b. Wilcoxon Signed Ranks Test

12.2 Comparação entre a média final dos indicadores da componente ambiental (item 1, ANEXO IV) com a média final dos indicadores da componente económica (item 3, ANEXO IV).

Ranks

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
MBLOCO3 - Negative Ranks	23 ^a	12,43	286,00
MBLOCO1 Positive Ranks	1 ^b	14,00	14,00
Ties	1 ^c		
Total	25		

a. MBLOCO3 < MBLOCO1

b. MBLOCO3 > MBLOCO1

c. MBLOCO1 = MBLOCO3

Test Statistics^b

	MBLOCO3 - MBLOCO1
Z	-3,886 ^a
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000

a. Based on positive ranks.

b. Wilcoxon Signed Ranks Test

12.3 Comparação entre a média final dos indicadores da componente ambiental (item 1, ANEXO IV) com a média final dos indicadores da componente educação ambiental/ecotécnicas(item 4, ANEXO IV).

Ranks

	N	Mean Rank	Sum of Ranks
MBLOCO4 - Negative Ranks	17 ^a	13,03	221,50
MBLOCO1 Positive Ranks	6 ^b	9,08	54,50
Ties	2 ^c		
Total	25		

a. MBLOCO4 < MBLOCO1

b. MBLOCO4 > MBLOCO1

c. MBLOCO1 = MBLOCO4

Test Statistics^b

	MBLOCO4 - MBLOCO1
Z	-2,542 ^a
Asymp. Sig. (2-tailed)	,011

a. Based on positive ranks.

b. Wilcoxon Signed Ranks Test